

RAÚL BURGOS

As Delibéncias de Gramsci
entre *Gulliver* e *O Pequeno Polegar*
(Um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FMLN)

Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da
Profa. Dra. Evelina Dagnino.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação
defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17 de
novembro de 1994.



UNICAMP

Campinas

Novembro 1994

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	FC
C. CHAMADA	Unicamp
	03/5p
V. Ex.	
REQUISICAO	23/21
PROC.	433/95
	0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input checked="" type="checkbox"/>
VALOR	R\$ 11,00
DATA	23/02/95

CM-00065507-2

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL - UNICAMP

Burgos, Raul

B915p As peripecias de Gramsci entre Gulliver e o pequeno polegar (um estudo sobre os projetos politicos do PT e da FMLN) / Raul Burgos.
-- Campinas, SP : Is.n.J, 1994.

Orientador : Evelina Dagnino.
Dissertacao (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Projeto politico.
3. Mudanca social. 4. Democracia. I. Dagnino, Evelina.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciencias Humanas. III. Titulo.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à Profa. Evelina Dagnino pelo longo processo de reflexão e discussão produtiva durante a realização deste trabalho.

Agradeço aos Profs. Edmundo Fernandes Dias, Marco Aurélio Garcia e Armando Boito Jr. pelos relevantes aportes críticos.

Agradeço aos amigos, cuja listagem poderia acarretar injustos esquecimentos, pela amizade e carinho, sem os quais seria muito difícil o nosso “exílio intelectual”. Agradeço particularmente, a Guilherme, Marcos Vinicius e Coracy, pela sua ajuda na correção do texto em português; obviamente os erros que sobraram correm por minha conta.

Uma menção muito especial devo fazer, em primeiro lugar, a Agustina e Lila que, diante a negativa dos organismos de financiamento institucionais, sem maiores condições econômicas pessoais, fizeram o esforço de financiar meu trabalho de campo em El Salvador; e, em segundo lugar, a Vanda e Ernesto, em El Salvador, sem cuja ajuda teria sido muito mais difícil o trabalho de campo.

Agradeço aos funcionários do IFCH pela cordialidade e disposição na solução dos intermináveis trâmites burocráticos.

Agradeço também ao CNPq pelo apoio financeiro durante o primeiro período de trabalho, e ao FAEP pela ajuda para a transcrição de fitas e na etapa da redação do texto final.

Agradeço a María pela paciência e carinho cotidianos, e agradeço finalmente, aos meus irmãos por cobrir as minhas costas sem reproches.

A mi vieja y mi viejo.
A María y al hijo que
está llegando.

Que le dijo el movimiento comunista internacional a Gramsci

*No tengo edad,
no tengo edaaaaad
para amarte...*

Roque Dalton¹

¹ No poemário *Un libro levemente odioso*, UCA, San Salvador, 1992. Roque Dalton é um dos mais prestigiados poetas salvadoreños. Nascido em 1935, de pai norte-americano e mãe salvadorenha, em 1953, com 18 anos viaja a Chile, onde conhece Neruda, Vallejo e o marxismo. No seu regresso a El Salvador se incorpora a luta contra a ditadura de Lemus, e em 1961 sofre o primeiro exílio em México, levando nas costas uma condenação à morte, e duas prisões. Em 1962 passa a morar em Cuba e a participar ativamente nos meios intelectuais. A fins de 1963 entra clandestino a El Salvador. É descoberto, sequestrado e torturado em 1964. Condenado à morte, um terremoto derruba o Cárcere e consegue fugir. Volta a Cuba. Em 1966 é delegado à OLAS. Entre 1966 e 1967 é membro do comitê de redação da revista internacional "*Problemas da paz e o socialismo*", em Praga. Posteriormente ingressará em El Salvador com o rosto transformado para evitar a perseguição e será morto por fuzilamento em 10 de maio de 1975 por seus próprios companheiros do PRS-ERP, por dissidências políticas, num assassinato ordenado pela direção deste partido encabeçada então por Alejandro Rivas Mira. Roque Dalton foi morto, como expressara o escritor salvadoreño Eraclio Zepeda "*por la irracionalidad de un primitivismo que pretendió ser revolucionario, en los primeros meses de la lucha armada en El Salvador*".

Prefácio

Os desafios de uma democracia avançada na América Latina

A discussão sobre a transição à democracia e as "novas democracias" na América Latina ocuparam um lugar destacado na vida acadêmica e teórica nos primeiros anos da década de 80. Estas discussões, particularmente quando públicas, em seminários, palestras, etc., tinham um tema que quase recorrentemente aparecia: a polêmica entre a "formalidade" e a "substancialidade" da democracia. Essa polarização chegou a ser tão empobrecedora do debate como a discussão "reforma-revolução" colocada nas formas atávicas do debate maniqueísta entre "revolucionários" e "reformistas". Na nova antinomia, os defensores da democracia como simples "regras de jogo" ficavam num discurso vazio em nossos países atacados pela crise galopante dos anos 80 que agigantava a miséria, a violência social, o abismo entre ricos e pobres, etc. Juan Carlos Portantiero assinala como nesta discussão, na primeira etapa da transição aos regimes democráticos, acabou prevalecendo uma visão "predominantemente «política»" na qual *"la democracia aparecía como panacea universal ante el colapso de los autoritarismos, la economía era vista como un subproducto"* (Portantiero, 1992: 20). Este autor menciona como emblemático dessa ilusão as palavras de ordem do então Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín: *"con la democracia se come, con la democracia se cura, con la democracia se educa"*. Por sua parte, os críticos desta posição e defensores da "democracia substancial", a maioria das vezes não tinham muito a oferecer "em positivo" ante a queda dos velhos paradigmas estatistas que sustentavam uma boa quantidade das posições dos "substancialistas", ou da limitações das posições dos "autonomistas" que pregavam uma democracia baseada na autonomia dos movimentos sociais mas sem respostas suficientes para o "problema do Estado".

Nosso trabalho pretende inserir-se nesse amplo campo que trata da construção das novas democracias na América Latina, e nos interessa mencionar esses aspectos da discussão anterior não apenas pelos vínculos que tem essa discussão com nosso projeto em relação com os conteúdos de uma nova construção democrática, mas porque parece que a própria discussão começa a deixar aquele plano das polarizações ideologizadas, das antinomias simples, para colocar uma discussão que enfoca de um modo global as sociedades de nosso sub-continente, possibilitando o diálogo entre correntes antes antagônicas, facilitando a construção de novas

propostas. Pelo menos essa é a sensação que temos ao ler alguns artigos mais recentes sobre este tema².

No começo da década de 90, as recentemente democratizadas sociedades de vários países da América Latina mostravam um panorama complexo, mas de uma extraordinária riqueza. Talvez não seja arriscado demais dizer que, desde a Revolução Sandinista em diante, se acelerou um processo de transformação que, apesar de certos escolhos (como o auto-golpe de Fujimori no Peru, o golpe contra Aristides no Haiti, a controvertida invasão dos EUA a Panamá, etc.), tem se desenvolvido crescentemente. Apesar de que, em termos econômicos, se fale dos anos 80 como a "década perdida", em termos políticos estes anos mostraram avanços importantes da história destes países. Nesse marco, e por motivos díssímeis, nos vinculamos às experiências do Partido dos Trabalhadores (PT) e da *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN)*³. O PT preparava seu Primeiro Congresso que colocaria em debate 10 anos de experiências, avançaria no desenho do tipo de projeto de país que proporia para o Brasil e o tipo de estratégia para consegui-lo. Em 1991 começaram a circular as "teses" para este congresso que colocaram em discussão estes problemas. Por outro lado, num seminário internacional, preparatório do 1º Congresso, organizado pelo Instituto Cajamar em setembro de 1991, conhecemos na fala do representante da FMLN no Brasil, Ernesto Cisneros (Ernesto Zelayandia), as novas elaborações estratégicas desta força política^[N1]. Nos assombraram os novos elementos de reflexão que ali se esboçavam e intuimos que nessa experiência encontrávamos elementos substantivos para pensar o tema que nos preocupava. A partir desses dois grupos de novos problemas, elaboramos o projeto de nossa pesquisa.

Em um dos pareceres que recebemos sobre o projeto de trabalho, na busca de recursos para a sua realização, o parecerista nos advertia o seguinte:

A reflexão sobre a transformação do pensamento da esquerda latino-americana constitui temática relevante, da mesma forma, a análise comparada pode ser uma das maneiras profícuas de desenvolver esse tipo de investigação. Não estou tão segura, entretanto que os temas escolhidos (o PT e a FMLN salvadorenha) sejam os mais adequados para conduzir esse tipo de análise, quanto mais não seja pelas diferenças radicais entre as duas organizações e as situações nacionais em que operam⁴...

² Referimo-nos, por exemplo, à discussão que traz a revista "sociedad" (o minúsculo inicial é do nome da revista) da *Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA)*, Argentina em seu Nº 2, de maio de 1993, sob o título "*La democracia latinoamericana: entre la ineficiencia y la pobreza*", contendo artigos de Touraine, Portantiero, De Riz, Weffort, e outros.

³ A Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional-(FMLN), criada em 1980, está formada por cinco partidos: o Partido Comunista Salvadorenho - PCS- (1929), as Fuerzas Populares de Liberación-Farabundo Martí -FPL- (1970), o Partido de la Revolución Salvadorenha-Ejército Revolucionario del Pueblo -PRS-ERP- (1972), partido Resistencia Nacional-Fuerzas Armadas de Resistencia Nacional -RN-FARN (1975), e o Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos -PRTC (1976).

⁴ FAEP-UNICAMP. Of. PRP|FAEP 005|93, Campinas, 2|7|1993.

Nosso ponto de vista, embora arriscado, foi justamente o oposto ao escolher a perspectiva comparativa entre estas duas experiências: se podíamos mostrar que uma lógica política similar para um projeto transformador se desenvolvia em condições tão dissímeis, essas circunstâncias, longe de desqualificar, poderiam afirmar nossas conclusões. Sem dúvidas, é difícil estabelecer parâmetros de comparação econômicos ou físicos, entre o "gigante" da América Latina e El Salvador, o "Pequeno Polegar"⁵. Mas, apesar das diferenças histórico-concretas de ambas experiências -um deles desenvolveu a sua experiência pela via político-institucional, vinculado fortemente ao movimento operário, o outro, lutou numa guerra de doze anos apoiando-se numa base social predominantemente camponesa⁶-, nos dois principais partidos da esquerda destes países, o PT e a FMLN, despontava no começo da década de 90, uma nova análise do processo de transformação social, com interessantes similitudes em termos da organização interna dos conceitos que conformam a sua estratégia política. O fato de que, apesar das diferenças assinaladas, ambos os partidos emergem aos anos 90 com uma estratégia que se estrutura, em termos de *lógica política*, de maneira similar, plausível de traduzir mediante o conceito gramsciano de "guerra de posições", era um desafio instigante.

Depois da definição do nosso objeto de trabalho no final de 1991, importantes transformações democráticas têm acontecido nestes dois países que tiveram estes dois partidos como protagonistas fundamentais. No Brasil, o PT jogou um papel destacado na gestão e mobilização do que terminaria no *Impeachment* do Presidente Collor de Melo, um dos acontecimentos mais relevantes na afirmação do caminho democrático na América Latina, que põe em vigência a revogabilidade dos governantes por aqueles que lhe confiaram seu voto nas urnas. O exemplo expandiu-se à Venezuela que se debatia entre aprofundar a democracia e as promessas messiânicas de salvação em boca e armas dos militares desse país. Apesar da sua breve história, este partido foi mostrando ao país que é uma força capaz de governar e se prepara para tentar dirigir os destinos do país.

⁵ O apelido de "Pequeno Polegar" ("El Pulgarcito de América Latina") para El Salvador foi dado pela poetisa chilena Gabriela Mistral.

⁶ O problema da "composição social" da Frente é um problema complexo, dado que, apesar do seu nascimento no terreno dos movimentos sociais predominantemente urbanos, com a guerra, o seu eixo se desloca para o campo, situação que dura pelo menos doze anos. A falta de dados mais seguros e até que a própria organização divulgue o número de filiados que tinha ao finalizar a guerra, podemos tomar as cifras da desmobilização de combatentes como um número aproximativo, obviamente inferior ao número real. Segundo o informa a *Missão das Nações Unidas para El Salvador* (ONUSAL) desmobilizaram-se 10500 homens e mulheres armados, de origem social predominantemente camponesa. A partir da nova situação o partido começa a viver um rápido crescimento. Segundo dados que nos brindara a Comissão de Organização da FMLN, até 30 de abril de 1993, já se havia organizado como partido em 244 dos 262 municípios de El Salvador e nos 14 departamentos (estados) do país, e o número de filiados chegava quase a 50.000, perto de 1% da população. Leve-se em conta as proporções do país e se verá as características "de massas" deste partido (corresponderia no Brasil um partido com perto de 1,5 milhão de filiados).

Por seu lado, a FMLN, que enfrentou uma violentíssima guerra revolucionária contra um dos Estados autoritários mais sanguinários da América Latina, apoiado pela primeira potência mundial, guerra que custou mais de 70000 vidas sobre uma população de entre 5 e 6 milhões de habitantes entra, no final da década, em negociações com o governo e começa a construir um projeto de país em termos originais. A busca é de uma saída "nacional", "concertada", pela "reconciliação" de todos os salvadorenhos, baseada na justiça e no esclarecimento da verdade do acontecido na década anterior, e na criação de uma "verdadeira democracia", com a vigência plena das instituições e sem exclusão de nenhuma das forças do espectro político; com a criação de novas instituições que garantam a supremacia do poder civil sobre o poder militar e o controle deste pelas instituições civis, etc. Tudo isto, sob uma amplíssima revisão crítica dos conceitos que as forças componentes da Frente tinham sustentado por décadas, ficou sancionado nos Acordos de Paz assinados no Palácio de Chapultepec, México, em 16-1-1992. Estas transformações pactuadas entre esta força política e o governo de El Salvador, sob a supervisão da ONU, foram cumprindo-se exemplarmente, apesar dos estancamentos e atrasos neste complexo processo, produzindo-se uma transformação sem precedentes na sociedade salvadorenha que ficou conhecido como "A revolução Pactada". A FMLN chamou, num documento de setembro de 1990, "Revolução Democrática" ao conjunto de medidas programáticas com as quais foi à mesa de negociações. Além do nome, trata-se de uma refundação da nação salvadorenha sob os supostos da construção de uma democracia avançada.

Estas duas experiências, como intuímos e apostamos, mostraram conter todos os elementos que nos interessavam para discutir os novos problemas e rumos da construção democrática na América Latina desde o ponto de vista que nos parecia justo tratar a questão: isto é, uma discussão que não pode ser reduzida à temática dos mecanismos institucionais e formais, mas que, contendo-lhes, deve avançar à discussão de transformações substanciais que, quanto menos, esboçam caminhos para uma democracia de conteúdo social de maiorias em nosso sub-continente. Uma democracia que supere a perversa idéia neoliberal do "país dos dois terços", excluindo do sistema a parte mais pobre da sociedade. Esta idéia, já perversa para os países desenvolvidos, num território como o latino-americano com 200 milhões de pobres sobre 400 milhões de habitantes, é uma idéia criminosa.

Por outro lado, ambas as experiências estudadas se constroem sobre a crítica ao velho paradigma "marxista-leninista" ou "marxismo da 3ª Internacional" e, ao mesmo tempo, em luta contra as novas reformulações das velhas idéias liberais sob os auspícios da configuração mundial nascente depois da queda do "Mundo do Leste". Junto com isso que as torna, em termos de busca de novos caminhos, de uma extraordinária riqueza, é preciso assinalar o fato de que não se trata nelas de simples "colocações teóricas", mas de visões políticas, programáticas, estratégicas em

prática no terreno social com realizações concretas submetidas ao juízo da realidade que estão *hoje*, no nosso presente, lutando por dirigir os destinos de seus respectivos países.

O trabalho de campo ocupou um lugar destacado na pesquisa. O fato de tratar-se de uma experiência brasileira e outra estrangeira implicou, obviamente, estilos diferentes de abordagem para cada uma delas, principalmente porque, no caso salvadorenho dispusemos apenas de dois meses de trabalho, enquanto no caso brasileiro podíamos dispor dos materiais de pesquisa mais facilmente. No caso salvadorenho o trabalho de campo começou no próprio Brasil, mediante os contatos com o representante da FMLN para o Cone Sul Ernesto Cisneros. Um fato de valiosa ajuda foi a doação, no final de 1992, para o Arquivo Edgard Leuenroth, do arquivo pessoal de Cisneros com uma importante quantidade de material sobre El Salvador que pudemos catalogar e consultar, e sobre o qual montamos a base do trabalho de campo no próprio El Salvador. Já nesse país, o trabalho foi encarado em três direções: em primeiro lugar, as entrevistas com os principais dirigentes da FMLN, os "comandantes"⁷; em segundo lugar, a procura da documentação e bibliografia suficiente para o trabalho; em terceiro lugar, a pesquisa nas comunidades rurais nas ex-zonas de conflito, importantes elos nas novas elaborações da Frente⁸. É importante assinalar que, ainda no Brasil, tínhamos verificado a importância da crise da experiência sandinista para as novas elaborações da FMLN; já em El Salvador, esse fato ficou muito claro. Isto, junto com o fato de que vários documentos importantes da FMLN se encontravam nos arquivos da FMLN em Manágua nos fez dispor de uma semana de proveitoso trabalho na Nicarágua no qual realizamos algumas esclarecedoras entrevistas⁹ que ajudaram a contextualizar a experiência salvadorenha.

No caso do trabalho com o PT, seria inviável enumerar o conjunto do trabalho, sendo importante destacar a participação em dois importantes eventos intimamente relacionados ao tema da pesquisa: o Seminário Internacional Socialismo e Democracia, organizado pelo Instituto Cajamar, de 12 a 15 de setembro de 1991, e o 1º Congresso do PT de 27/11 a 1º/12 do mesmo ano¹⁰. Junto com isso, inúmeras entrevistas e discussões com militantes, dirigentes intermediários, e alguns

⁷ A quantidade de entrevistas e discussões com dirigentes de base, intermediários e nacionais da FMLN impossibilitam a enumeração. As entrevistas que consideramos mais relevantes foram publicadas no Nº 4, segunda época, da Revista Análisis, Editorial Kañy, Villa Constitución, Argentina.

⁸ Conseguimos realizar um interessante trabalho de campo nas Comunidades San José de las Flores e Guarjila, no Departamento (Estado) de Chalatenango; Ciudad Segundo Montes, no Departamento de Morazán; Sisiguayo, no Departamento de Usulután.

⁹ Em particular com o dirigente da FSLN Orlando Gomez, com o dirigente do Movimento Comunal Nicaragüense, Douglas Perez, com a dirigente da Frente Nacional dos Trabalhadores, Lili Soto, e com o dirigente do *Centro de Estudios y Análisis Socio-económicos* (CEAL), vinculado à Central Sandinista dos trabalhadores, Roland Membreño.

¹⁰ Os matérias de ambos os eventos publicamos no Nº 1, segunda época, da Revista Análisis, já citada.

dirigentes nacionais do PT contribuíram enormemente com uma melhor aproximação da experiência petista.

No entanto, um projeto das características que colocávamos sobre a mesa naquele momento, despertaria as suspeitas de quem não conhecesse em profundidade as circunstâncias ou de quem tivesse a epiderme altamente sensível a este tipo de temática. Em 4 de março de 1993, mais de um ano depois da assinatura dos Acordos de Paz entre o governo de El Salvador e a FMLN, sob os auspícios das Nações Unidas, quando na sociedade salvadorenha já se havia dado enormes transformações democráticas e, no Brasil, afastado o presidente e começado a se desvendar a chamada "máfia do orçamento", tudo com decisiva participação dos partidos estudados, recebemos o parecer da FAPESP através do qual se rejeitava nosso pedido de ajuda para o desenvolvimento de nossa pesquisa. O parecer rezava no seu parágrafo mais relevante:

...Ou será o projeto um pretexto¹¹ para a discussão política das organizações de esquerda?

Discussões ideológico-organizacionais devem ser desenvolvidas naquelas instituições que, nos regimes democráticos, são para tal vocacionadas: os partidos políticos. Não devem, de forma alguma, ter o apoio financeiro de organismos que tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica¹² [Ver apêndice Nº 3].

Pensamos que o trabalho de quase quatro anos sobre a temática geral, três anos sobre o objeto concreto, o difícil trabalho de campo sobre ambas experiências -complicado ainda mais pela falta de recursos-, junto com um extenso trabalho bibliográfico, permitem mostrar que as preocupações que motivaram este complexo empreendimento excediam largamente a intenção de uma discussão fechada e mesquinha "entre organizações de esquerda" e que visava tematizar com seriedade o relevante problema da construção de uma democracia avançada na contemporaneidade que nós toca viver: a democracia do século XXI na América Latina. O resultado deste trabalho submetemos ao leitor.

¹¹ O autor do parecer brincava, sublinhando esta palavra, com o título do nosso projeto, que incluímos neste trabalho como título da introdução da dissertação.

¹² FAPESP. Proc. número 92|3900-4, São Paulo, 2|3|1993.

Introdução

Gramsci como pretexto: para pensar a emergência e fundamento teórico de novas estratégias de transformação social na América Latina. Os casos do PT e da FMLN

Os resultados da nossa pesquisa ficaram finalmente expostos nos seis capítulos que apresentamos ao leitor. No capítulo primeiro, apresentamos um breve panorama da trajetória do pensamento gramsciano na América Latina e, em particular, no Brasil e El Salvador. No segundo capítulo, fazemos uma exposição do quadro histórico no qual se desenvolvem estas experiências, tentando estabelecer uma cronologia do percurso que levou até as últimas elaborações que estudamos. No capítulo terceiro mostramos como o conceito de "hegemonia" se torna um conceito central dos novos projetos. Realizamos, ao mesmo tempo, uma exposição dos principais elementos relativos a este conceito em Gramsci, destacando em particular uma discussão mais extensa do conceito de "sociedade civil", dado a importância que este conceito tem nas novas elaborações destes partidos, tentando mostrar que o uso do conceito nestes partidos foge do uso "liberal" do termo, criticado por vários autores. No capítulo quarto detemo-nos na discussão das idéias sobre "poder" e "revolução" contidas nos novos projetos, junto com a discussão destes conceitos em Gramsci. Destacamos a idéia "processual" de revolução que se encontra neste autor e os problemas que o pensamento de esquerda tem tido para aceitar este modo de pensar a transformação social, assinalando um princípio de superação nas experiências estudadas. No capítulo quinto expomos as características do "socialismo" que propõem os projetos políticos estudados, destacando o fato de que o socialismo é pensado como "radicalização da democracia", na forma de uma construção histórica que envolva ação das amplas maiorias da sociedade, de um processo que nasce da própria experiência dos setores subalternos deixando, portanto, a forma messiânica que este conceito tinha em anteriores gerações da esquerda. Finalmente, no capítulo sexto, discutimos algumas expressões concretas desses novos projetos: a experiência da "Administração Popular" de Porto Alegre, no caso brasileiro e, no caso salvadoreño, as novas construções nas comunidades camponesas dos territórios semi-controlados pela FMLN. Em torno destas construções de poder local, que discutimos como formas embrionárias, como expressão das possibilidades de produção histórica dos novos projetos mais que experiências acabadas, aparecem os conceitos de "autonomia", "auto-gestão" e "democracia participativa". Neste sentido, destacamos da discussão brasileira sobre a "autonomia", as experiências do "orçamento participativo" em Porto Alegre como forma concreta de desenvolvimento da idéia de democracia participativa, e o novo tipo de relações

sociais nas comunidade salvadorenhas mencionadas, que o economista salvadorenho Aquiles Montoya tematiza como "Nova Economia Popular".

Nas discussões que ocupam os quatro últimos capítulos -isto é, aqueles capítulos que tratam dos conteúdos dos novos projetos-, incluímos a discussão dos conceitos pertinentes que tem relação com o pensamento gramsciano. Mostramos como conceitos oriundos da obra de Gramsci podem ser destacados como importantes instrumentos teóricos para a constituição de uma nova *lógica* do pensamento da transformação social que se conforma aproximadamente nos seguintes termos.

Em primeiro lugar, pensa-se a "revolução" como um *processo*, no qual a hegemonia se conquista gradualmente, numa estratégia que pode ser pensada através do conceito gramsciano de "guerra de posições". Nesse processo para ambas as forças devem dar-se, necessariamente, *rupturas*, pensadas basicamente como mudança radical da qualidade da distribuição de renda, do funcionamento democrático das instituições republicanas e da participação dos setores populares nas instâncias de decisão política.

Em segundo lugar, a idéia de "tomada de poder" é substituída pela idéia de *disputa de hegemonia*, com base na definição da *democracia* como terreno da construção do projeto estratégico, e o privilegio e preponderância da *sociedade civil* sobre o Estado no processo de construção da nova sociedade;

Em terceiro lugar, constrói-se a idéia de *socialismo* pensado como "radicalização da democracia", como *expansão ilimitada* dos elementos que já apresenta a democracia representativa burguesa. O fundamento da idéia, pode ser aproximado à concepção gramsciana de "*reabsorção da sociedade política pela sociedade civil*".

Em quarto lugar, critica-se a noção restrita do sujeito da transformação social e constrói-se uma nova idéia, mais complexa, do sujeito da transformação, pensado na forma de "bloco social", de conteúdo "nacional-popular".

Em quinto lugar, critica-se a concepção de partido clássica na esquerda e constrói-se uma nova idéia de estrutura interna da relação partido-movimentos sociais, baseada nas idéias de *autonomia*, e *democracia participativa*. Nessa relação o partido é pensado na sua função de articulação de forças e de representação de interesses, numa relação de diálogo horizontal com os movimentos sociais, isto é, de *direção intelectual e moral* e não orgânica-instrumental.

Mostrar a novidade da emergência destas idéias, que estão claramente presentes na construção atual de ambas experiências, embora algumas delas em forma complexa e desarticulada, é a tentativa central do trabalho que abordamos.

Perspectiva analítica

1.-Uma aproximação contrastante

Uma das características interessantes da novidade das duas experiências que decidimos estudar é justamente essa combinação dos dois aspectos mencionados da questão da democracia (os temas da democracia política e da democracia social), que poucos anos antes eram polarizantes da discussão. O projeto político destas duas forças políticas aspira à construção de um novo tipo de democracia, sem desistir sequer do nome de "socialismo" para denominar o seu projeto estratégico de sociedade e, ao mesmo tempo, supõem a vigência plena e o aperfeiçoamento das instituições da democracia representativa¹³.

Um outro aspecto instigante na decisão do caráter da pesquisa, foi o fato da presença de conceitos gramscianos nas novas elaborações de ambos os partidos. Mais amadurecidos nos últimos documentos do PT, mais larvais nas novas elaborações de algumas organizações da FMLN, em ambas as forças se encontra a tentativa de "usar" esses conceitos na elaboração das suas linhas políticas estratégicas.

Portanto, uma primeira constatação era que estavam comprometidos, na nossa pesquisa, três "objetos" de estudo: a estratégia definida pelo PT, a nova estratégia da FMLN, e parte da obra gramsciana, sua concepção da transformação social, que conformaria desde o nosso ponto de vista o laço principal de união entre ambas experiências¹⁴. Este fato nos exigia uma abordagem adequada a essa multiplicidade: em primeiro lugar porque, para trabalhar sobre as estratégias de partidos políticos, era necessário realizar um estudo, embora circunscrito, sobre as histórias desses partidos, a sua constituição, etc.; em segundo lugar, porque estes partidos, são partidos compostos por outros partidos e organizações com idéias não sempre convergentes e isso implicava também a necessidade não apenas de conhecer a política coletiva, consensuada, mas de conhecer, ao menos minimamente, as distintas posições das principais forças componentes; e em terceiro lugar, porque aquilo que podíamos chamar a concepção ou o paradigma¹⁵ gramsciano da transformação social não se encontra facilmente localizado, mas fragmentado no conjunto da sua obra, principalmente

¹³ Weffort define os elementos básicos do regime da democracia representativa da seguinte maneira:

"Los procedimientos que los cientistas políticos llaman de "definición mínima" de la democracia: voto secreto, sufragio universal, elecciones regulares, competencia partidaria, derecho de asociación y responsabilidad de los ejecutivos" (Weffort, 1993: 107). Cf. Bobbio, Norberto, "Una definición mínima de democracia", In, *El futuro de la democracia*, Grijalbo, México, 1984, pp. 21-24.

¹⁴ No trabalho usaremos indistintamente as expressões "estratégia", "estratégia política", "linha política estratégica", etc., para designar as elaborações políticas de longo prazo, sobre o tipo de sociedade que ambos os partidos propõem como alternativas e os caminhos para a sua construção. Para designar, enfim, aquilo que o PT chama de "nossa utopia concreta".

¹⁵ Usaremos a noção de "paradigma" no sentido mais corrente de "modelo".

nos *Cadernos do Cárcere*, mas também nos escritos prévios, somado o fato de que estes textos foram alvo de múltiplas e diversas interpretações, muitas vezes conflitantes entre si. Portanto, decidimos encarar a perspectiva comparativa na forma que poderíamos denominar "aproximação contrastante"¹⁶, indicando com isto uma colocação "lado a lado" das duas experiências, mostrando como uma lógica política similar se constitui como ordenadora de ambas estratégias de transformação social (na perspectiva de construção de uma sociedade socialista, segundo a visão de ambos partidos), e que existem vínculos, em estrutura interna e conceitos, entre essa lógica política e a tematizada por Gramsci no começo do século e particularmente nos seus *Cadernos do Cárcere*.

2.- O tipo de abordagem: a análise de *projetos*

Uma outra questão metodológica, em torno da perspectiva na qual é enquadrado este trabalho, que é preciso deixar absolutamente clara, é que se trata de uma pesquisa no plano programático, sobre o projeto de ação de longo alcance destes partidos e não de tipo histórico-institucional. A presença, indispensável muitas vezes, de elementos históricos tem que ser colocada em relação com esta preocupação central. Portanto, a unidade central de análise que articula o trabalho é a análise de "projetos". Nos casos dos partidos que trabalhamos -partidos que propõem não apenas um "programa de governo", mas um novo tipo de sociedade-, trata-se de projetos de características ético-políticas particulares: projetos dirigidos a transformar a sociedade a partir dos seus setores subalternos, projetos propostos como produção e construção própria dos setores populares na luta pela ruptura dos laços de subalternidade e portanto, da constituição de novas "vontades políticas coletivas" para tal fim, que numa perspectiva "nacional-popular" tentam dirigir os destinos da nação.

Um problema deste tipo de abordagem é a insuficiência da bibliografia elaborada deste ponto de vista, nesta nova fase histórica. Em primeiro lugar, a densa bibliografia existente sobre a FMLN gira em torno da fase e do caráter "armado" deste partido e da sua atuação numa guerra como "Movimento de Libertação Nacional" (MLN), de caráter "anti-oligárquico" e "antiimperialista". Portanto se insere numa longa tradição de análise deste tipo de movimentos, clássica na literatura política latino-americana. A FMLN é a última das grandes experiências guerrilheiras que começam com o Movimento "26 de Julho" que dirigiu a Revolução Cubana e tem como antecedente mais imediato a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Outros grupos guerrilheiros que existem na América

¹⁶ A expressão "aproximação contrastante", que achamos útil para definir o estilo do nosso trabalho, é utilizada por Robert Paris no seu trabalho *Mariátegui y Gramsci: prolegómenos a un estudio contrastado de la difusión del marxismo*, Revista *Socialismo y Participación*, Nº 23, Lima, setembro 1983.

Latina (alguns deles de longa data, na Guatemala, na Colômbia, no Peru) até agora não conseguiram construir uma posição nacional de grande envergadura do tipo construído pelas três organizações anteriormente mencionadas. Outros, como o novíssimo Exército Zapatista de Libertação, apenas estão apresentando suas credenciais históricas. Mais: a FMLN é, reconhecidamente a mais importante experiência militar da esquerda latino-americana, embora não tenha alcançado o poder na forma de "tomada do Palácio", do modo que fizeram as Revoluções Cubana e Nicaragüense. Diz por exemplo Jorge Castañeda num recente livro sobre as perspectivas da esquerda latino-americana¹⁷ :

De todos los grupos guerrilleros latinoamericanos de la "segunda ola", con la única excepción de los sandinistas -porque éstos vencieron- los insurgentes salvadoreños constituyen sin duda el grupo con mayor éxito (...) La característica más distintiva del FMLN en el firmamento de la izquierda latinoamericana: la auténtica formación de un ejército duradero y viable en pugna con las fuerzas armadas del gobierno en el poder. Ni los cubanos en la Sierra Maestra ni los sandinistas en 1979 libraron más que guerras de guerrillas relativamente breves y a pequeña escala con sólo unos cuantos miles de combatientes mal armados (Castañeda, 1993: 110).

Mas, a partir da profunda inflexão que significaram os Acordos de Chapultepec, não tem aparecido, (ou não conhecemos ainda) análises sistemáticas dos novos problemas teóricos, políticos, e práticos, e das novidades que trazem as novas posições deste partido para a discussão e prática da esquerda latino-americana. Um claro sinal destas dificuldades é o fato de que no livro mencionado de Castañeda as referências às novas elaborações da FMLN brilham por sua ausência.

No caso do PT, embora possam ser assinaladas marcadas insuficiências¹⁸, a bibliografia apresenta um panorama distinto que no caso da FMLN. Há importantes trabalhos desde uma abordagem histórico-institucional e múltiplas discussões sobre os problemas de conteúdo do projeto petista. No entanto, deste último ponto de vista, e com base no caráter plural do pensamento do PT, tem se colocado o acento na diversidade, e, portanto, no caráter problemático do projeto estratégico deste partido, sem assinalar-se o suficiente, certos eixos teóricos e políticos que permitem dar

¹⁷ La utopía desarmada. El futuro de la izquierda en América Latina, Ariel: México, 1993. O livro ganhou recentemente versão portuguesa pela Editorial Companhia das Letras.

¹⁸ Segundo um comentário de 1990 de Valter Pomar, na época coordenador do programa de formação política geral do Instituto Cajamar, "um balanço geral do que tem sido publicado mostra que a historiografia petista ainda está tateando". O comentário, no nosso entender, continua vigente. Segundo Pomar questões como "as origens do partido; sua composição social, regional e política; o traçado fundamental de sua história e de suas perspectivas ainda não encontraram um tratamento adequado". Outras questões como "quanto de novidade e de continuidade" respeito à tradição socialista existe no PT, "a relação do partido com a Igreja progressista", a "história de suas tendências integrantes", e as "construções regionais" do PT resultam marcadamente insuficientes. Diante da falta de informação sobre o partido no conjunto dos Estados, "os estudos acabam focando as suas análises em São Paulo e no movimento sindical urbano metalúrgico". Finalmente assinala Pomar, "é curioso perceber que a historiografia petista ainda não incorporou em suas análises os estudos recentemente publicados sobre os movimentos populares, limitando-se em geral ao sindicalismo (T&D, N°9, jan/mar 1990).

coerência ao projeto apesar dessa multiplicidade de pensamento que conflui na sua elaboração, possibilitando a construção, embora problemática e embrionária, de uma nova lógica do pensamento transformador da esquerda^[N2.].

Na compreensão da dinâmica política de partidos complexos deste tipo, são manifestamente insuficientes os trabalhos feitos sobre uma abordagem exclusivamente histórico-institucional. Certamente os aspectos históricos e a dinâmica organizacional são aspectos mais facilmente identificáveis, quantificáveis e discerníveis e, portanto, plausíveis de trabalhar com menor quantidade de "perigos" nas análises, entanto a análise de projetos se complica pela variedade de posições que convivem no partido -o que exige um certo estudo destas posições, da história, das fontes teóricas e políticas, do grau de influência dentro do partido, etc. Como se expressam essas posições na linha política geral do partido? Qual é a proximidade da atividade prática real do partido em relação as posições das diversas tendências? Em que medida pode-se considerar os documentos coletivos do PT como *expressão* da posição político-ideológica de conjunto do partido?

No caso do PT, as resoluções dos Encontros Nacionais são considerados em documentos e declarações de dirigentes, a "síntese" alcançada pelo partido em cada estágio, a "verdade" que o partido conseguiu construir e não mero panfleto propagandístico. Lula declarava no encerramento do 7º Encontro Nacional:

Nunca na história deste país -e digo mais, nunca na história da esquerda nesse continente- houve a possibilidade de discutirmos o socialismo com a franqueza em que discutimos ontem aqui. Ontem ninguém era dono da verdade, ontem não havia dogmatismo, ontem havia a constatação de que a realidade nos impunha a necessidade de discutir com um pouco mais de maturidade. O socialismo que nós queremos não está escrito ainda na cartilha de nenhuma corrente e de nenhum partido político (palmas). O socialismo que nós queremos construir está na ação extraordinária de todos vocês, ontem, no debate sobre o socialismo (...). A verdade não está individualmente em nenhum de nós, a verdade está na síntese coletiva que formos capazes de tirar dos nossos congressos, das nossas convenções, dos nossos encontros (palmas) (PT, 1990: 6-8).

Tudo indica que as tendências e os militantes tendem a ver nos textos produzidos nos Encontros Nacionais uma síntese possível da experiência comum dado que, como é o caso dos textos do 5º Encontro em diante, e em particular o texto produzido no 1º Congresso, os documentos conseguem incorporar efetivamente, como veremos, posições das diversas correntes. Portanto, e não obstante os necessários cuidados metodológicos, é possível considerar estes documentos como a posição provisória comum do partido. Junto com isso, é possível assinalar que, desde o ponto de vista puramente textual, os documentos são uma peça acabada que pode ser analisada separadamente, sem importar para isto as relações orgânicas que com eles possam ter as correntes de pensamento que concorreram a sua elaboração. Isto é, os documentos, uma vez aprovados, tem autonomia e vida próprias, o que permite a sua análise como uma entidade particular.

3.- A produção de textos político-partidários

Estas questões nos conduzem a um problema que é necessário discutir brevemente: a questão da *produção de textos* em partidos *não-monolíticos*, como os que nos ocupam, dados que estes documentos são elementos obrigatórios para um tipo de abordagem como o que encaramos.

A produção de textos políticos não era um problema muito complexo para a esquerda tradicional. Monolíticas orgânica e politicamente, os textos políticos destas organizações eram basicamente elaborados por seus secretários gerais e colaboradores diretos, que elaboravam a linha oficial dos partidos. O Secretário Geral apresentava estes documentos como "informes", nos congressos ou reuniões de Comitê Central onde eram aprovados por unanimidade, a maioria das vezes sem discussão. Mais: a presença de discussão substancial era sinal de algum desajuste interno perverso. Esta era a metodologia de produção de textos não apenas dos Partidos Comunistas (PPCC) mas também da maioria das organizações da chamada "esquerda revolucionária", igualmente monolítica, igualmente centralista.

Essa metodologia de produção de textos políticos, impossível em partidos que resultam da unidade de uma diversidade de correntes políticas como é o caso do PT e a FMLN, exigia a construção de uma nova metodologia. No caso da FMLN a solução do problema foi, no seu início, relativamente simples, dadas duas circunstâncias:

1.- O monolitismo dos partidos componentes, centrados fortemente nas orientações das suas Comissões Políticas e na figura dos seus secretários gerais;

2.- As condições de guerra que impediam grandes reuniões coletivas, partidárias ou multipartidárias, e configuravam um esquema decisório que ia das *comissões políticas* dos 5 partidos à "Comandância Geral": os cinco Comandantes Gerais ou seus representantes assinavam os documentos políticos da FMLN. Por outra parte as condições de guerra limitavam fortemente o elenco de questões e portanto os conteúdos dos documentos públicos, fazendo relativamente mais fáceis os acordos entre as forças. Não obstante, as diferenças políticas eram enormes e não sempre foram resolvidas em documentos.¹⁹

Na nova etapa, a FMLN, não construiu ainda uma metodologia adequada para uma produção coletiva eficiente de documentos políticos. Essa razão, junto com as importantes diferenças ainda persistentes, pode explicar em parte a escassez de documentos coletivos em tempos de transformações tais que a abundância de perguntas sem resposta deveria forçar a elaboração contínua de trabalhos, teóricos e políticos, coletivos. Estes fatos configuram um grande problema na pesquisa do que seja a *linha política estratégica* da FMLN, que aparece limitadamente nos

¹⁹ Diz, por exemplo, Jorge Castañeda: "...Algunos de los conflictos internos más sangrientos que ha vivido la izquierda latinoamericana ocurrieron dentro del FMLN a mitad de los años ochenta..." (Castañeda, 1993: 110).

documentos coletivos, "em estado prático" nos Acordos de Chapultepec, e mais explicitamente nos documentos políticos dos cinco partidos que compõem a frente ou nos trabalhos de alguns dos dirigentes principais. Não por acaso, um dirigente da Comissão Política das FPL, Mauricio Chavez, várias vezes entrevistado no nosso trabalho de campo em El Salvador, insistia nas limitações dos documentos do seu partido para exprimir o pensamento político do mesmo²⁰.

O caso do PT é diferente. Desde o seu nascimento, este partido precisou construir algum mecanismo de produção dos textos políticos coletivos. Em primeiro lugar, os *Documentos Básicos* do partido foram elaborados em momentos de grande discussão política, intercâmbio de opiniões, vontade participativa, crítica aos métodos antidemocráticos e burocráticos e das práticas políticas anteriores e, portanto, resultaram em documentos relativamente consensuais. Em segundo lugar, o período 80-87, que é um período pouco claro quanto à metodologia de elaboração dos documentos do PT. Tudo indica que era a maioria presente nos Encontros que estabelecia a correlação política necessária para a aprovação dos documentos. As executivas nacionais eram formadas apenas pela maioria, até janeiro de 1988, quando começa a funcionar, de fato, a proporcionalidade. É claro também que existiam outros mecanismos de mediação de diferenças que levavam em conta as posições das correntes minoritárias, que superavam a mera *imposição* das posições da maioria, fato que permitia, entre outras razões, a continuidade da unidade do partido. Seja como for, os documentos desse período (marcado pelas urgências da transição à democracia, os problemas da construção partidária que se desenvolve por todo o território nacional, a participação nos diversos movimentos populares, -em primeiro lugar a CUT-, a construção de um caudal eleitoral próprio, etc), apresentam relativamente pouca importância para nossa pesquisa²¹.

Em terceiro lugar, o período mais rico da produção de textos políticos começa em torno do 5º Encontro Nacional deste partido, em novembro de 1987, no qual se dá início um esforço coletivo para definir o conteúdo estratégico da linha política do partido. No 5º Encontro Nacional, a dinâmica

²⁰ Da mesma forma, nas várias consultas realizadas durante o trabalho, o Professor Marco Aurélio Garcia, membro da Executiva Nacional do PT, nos alertava sobre o problema dos limites dos documentos partidários para uma pesquisa deste tipo.

²¹ Da 1ª Convenção nacional do partido (27|9|81), em termos documentais, o mais relevante é o pronunciamento de Lula como 1º Presidente eleito do partido que passou a ser considerado como um dos Documentos Básicos do partido, junto com os documentos fundacionais. O 2º Encontro Nacional (27-28|3|82) produz um Plataforma eleitoral do partido *Terra, Trabalho e Liberdade* considerada, por exemplo, por Raul Pont, como "propagandista e doutrinária". A principal produção do 3º Encontro Nacional (6-8|4|84) foi o Regimento Interno e do boicote ao Colégio Eleitoral e a discussão girou em torno do caráter do partido. O Encontro Extraordinário de 12-13|1|85, ratifica o boicote ao Colégio Eleitoral e incorpora a bandeira de uma Assembleia Nacional Constituinte. O 4º Encontro Nacional (de 30|5 a 1|6 de 1986) mostrou um maior nível de discussão política desta etapa constitutiva do partido. Foram aprovados vários documentos: *Estágio de Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Perspectivas de transformações na Direção do Socialismo, Linha Sindical do PT* e um novo *Documento Eleitoral Básico*. Ainda no plano interno o Encontro aprovou um *Plano de Ação Política e Organizativa 86-88*. A quantidade dos documentos e a complexidade dos temas tratados dão uma idéia da "qualidade" da discussão neste Encontro. Será no 5º Encontro que a situação mudará substancialmente.

do jogo de tendências ainda não estava regulamentado adequadamente e isso se expressava na elaboração das resoluções. Será apenas no 7º Encontro, em junho de 1990, que uma nova metodologia para a produção de documentos, baseada num debate mais amplo e democrático, aparecerá. Na preparação do 7º Encontro circulou com bastante antecedência e com grande tiragem, um *Caderno de teses* contendo os oito documentos com as propostas das oito tendências (que se formalizaram a partir da aprovação do regulamento de tendências pelo Diretório Nacional em 20 de maio de 1990), o que significou um passo importante na democratização do debate.

O 1º Congresso do PT continua o aperfeiçoamento desta metodologia de produção dos textos políticos fundamentais do PT. O 1º Congresso foi convocado em 22 de fevereiro de 1991 para ter início em 27 de novembro deste ano e, a partir da convocatória, se deflagrou um intenso processo de debate de idéias, cujas facetas seria longo enumerar. Foi um ano de debates, seminários, cursos, circulação de impressos, etc.; como resultado desse processo de discussão (veiculado, no nível nacional, através de um jornal especialmente dedicado ao congresso, cujo primeiro número apareceu em maio de 1991), são publicadas em setembro desse ano, no Nº 5 do *Jornal do Congresso*, as 13 teses definitivas, as quais norteariam a discussão do Congresso.

Tecnicamente, a produção do texto final do 1º Congresso, ocorreu da seguinte maneira:

1.- Se escolheu por votação secreta em urna, entre as distintas teses apresentadas, uma "tese guia" em base à qual se realizaria o debate mediante a proposta de "emendas".

2.- As "emendas" se propuseram e discutiram em cinco comissões de trabalho sobre as pautas principais de discussão do Congresso. Segundo o regulamento interno do Congresso, aprovado pelos delegados no primeiro dia de deliberações, se uma proposta de emenda obtinha mais de 20% dos votos na comissão passava para sua discussão em plenária e à votação como emenda definitiva, como parte da resolução final.

3.- Um elemento importante do funcionamento da discussão é o fato de que em cada sessão plenária, tudo o que seria submetido à votação é impresso, de modo que cada delegado pudesse ter nas suas mãos o texto original e o texto proposto para emenda, elementos indispensáveis para poder decidir corretamente sobre o seu voto.

4.- O proponente da emenda e o defensor da "tese guia" tinham três minutos para expor seus argumentos e imediatamente se passava ao voto. Quando o tema discutido o exigia por sua importância, se ampliava o número de oradores em defesa de um ou outro texto. Imediatamente se votava, incorporando ou rejeitando a emenda.

Esta exposição relativamente detalhada do mecanismo de produção deste importante texto político é relevante porque expressa a conquista de uma metodologia de produção de documentos políticos, que é uma novidade nos partidos da esquerda, e que demonstra ao mesmo tempo que,

para que essa produção possa ser considerada válida não apenas como expressão da maioria provisória que uma ou outra corrente possa conquistar, mas como expressão de um debate plenamente democrático, não é preciso só a vontade política declarativa, mas a construção de uma metodologia, de um mecanismo de produção de textos que possibilite uma dinâmica democrática da discussão de idéias que contemple a possibilidade de levar em conta as posições dos setores minoritários.

Um exemplo claro das possibilidades dessa metodologia foi a discussão colocada por setores de mulheres do partido, que exigiam um 30% de representação nas instâncias de direção partidária em todos os níveis. No começo do congresso, o acordo maioritário entre as principais correntes era para não aprovar tal moção. As proponentes estavam absolutamente descrentes das possibilidades da aprovação e colocaram com firmeza o problema muito mais como tema de discussão do que convictas de uma possível vitória. Mas, no decorrer do Congresso, foi-se construindo um consenso que atravessava as correntes e que levou finalmente à aprovação deste ponto. O próprio Lula expressou esta característica do congresso da seguinte maneira:

...Tomemos como ejemplo lo del 30% de las compañeras mujeres. Para muchos era una cuestión que jamás sería aprobada en el congreso del PT. Pero las compañeras vinieron, crearon movimiento, articularon a nivel nacional, y fue posiblemente el momento más importante y más emocionante del congreso. Y las compañeras que tienen sólo un 16% de los delegados conquistaron el derecho del 30% en la dirección del partido. Esto significa que no todo en el partido puede ser determinado por las corrientes ni por la dirección. Hay movimientos que surgen apesar de nosotros (Registro pessoal, publicado em Análisis, 1992: 100).

Deste ponto de vista, a produção do documento político do 1º Congresso é uma novidade marcante na esquerda latino-americana, e este fato deve necessariamente ser levado em conta na consideração da "qualidade" das resoluções deste congresso, como representativa de um ponto alto no processo de elaboração da linha política estratégica do PT. Um outro elemento importante que deve ser assinalado em torno do 1º Congresso e da "qualidade" do documento político aprovado, é o fato do Congresso não ter como ponto da pauta de discussão a eleição das autoridades partidárias. Este fato permitiu uma discussão político-ideológica centrada na sua problemática própria e não marcada pela necessidade de criar os acordos necessários para a eleição de tais ou quais dirigentes, questão que poderia polarizar falsamente a discussão, pautada para a discussão dos objetivos políticos do partido.

Um outro elemento que merece ser colocado, ainda em torno do 1º Congresso e do caráter do documento aprovado, é a "qualidade de conjunto" desse processo de discussão em torno da definição da linha política do partido que podemos considerar como iniciando no segundo semestre

de 1987 em torno do 5º Encontro Nacional, e culminando no 1º Congresso²². Trata-se de mais de 4 anos de discussão intensa sobre estes problemas, que expressam uma importante reflexão da esquerda em torno da sociedade que pretende construir e os caminhos para a sua construção, que tem como particularidade mais destacável o fato de que se desenvolve no interior de um partido "de massas", o que confere a este processo a qualidade de um fato importante *de cultura*. Em termos da elaboração de uma nova compreensão do processo transformador, esta discussão representa um "fato filosófico" de grande transcendência. Parafraseando um conceito da Teoria da Educação, este processo de "mudança conceitual" de massas é um fato de uma tal importância que, pela novidade e contemporaneidade é ainda difícil de avaliar.

4.- Delimitação da pesquisa: objeto teórico e problemas associados

Portanto, a evidência empírica nos falava de um caminho ascendente (embora complexo e tortuoso) na construção de uma nova estratégia geral do PT, desde os primeiros documentos até o 1º Congresso, e mostrava, nas resoluções desse Congresso, uma importante elaboração coletiva e uma interessante síntese provisória do caminho percorrido. Certamente, encontrávamos nas Resoluções do 1º Congresso alguns princípios para uma construção que podíamos considerar a definição de uma linha estratégica clara e relativamente homogênea para o partido. Portanto, tínhamos nas resoluções do 1º Congresso do PT, a primeira importante delimitação empírica. Vejamos algumas características destas resoluções que autorizam esta decisão.

Por um lado, essa linha estratégica geral que sintetiza as resoluções do 1º Congresso não é uma construção conjuntural ou arbitrária, expressa a construção de uma nova "lógica política" que se constrói nos marcos de uma também nova "lógica organizacional", a qual, Margareth Keck, no título em português do seu trabalho sobre o PT, se refere como a "lógica da diferença". Essa nova construção responde a condições sociais e internas do partido que permecem vigentes. Essas condições se referem: a) à inserção do PT na vida política do país como partido legal, vinculado a amplas bases sociais, e imerso num complexo processo de transição à democracia aberto no país desde meados dos anos 70; b) à decisão do PT de levar adiante seu projeto de representação de interesses e transformação social pelas vias institucionais. Um partido que aspira a transformações

²² Pontos relevantes deste debate foram os seguintes encontros de discussão:

1.- Seminário Internacional "70 Anos de Experiências de Construção do Socialismo", 20 a 24 de novembro de 1987. (Publicado em livro em agosto de 1988). Organizado pelo Instituto Cajamar.

2.- Mesa Redonda Nacional "O PT e o Marxismo", 2 a 4 de agosto de 1991 (Publicado no Primeiro Caderno de *Teoria & Debate*, 1991).

3.- Seminário Internacional "Socialismo e Democracia", 12 a 15 de setembro de 1991. Organizado pelo Instituto Cajamar.

Os últimos dois eventos foram concebidos como preparatórios do 1º Congresso.

revolucionárias mas, por via do desenvolvimento das energias de amplos setores populares, em clara oposição a anteriores experiências vanguardistas marcadas fortemente por um distanciamento dessas bases; c) à conformação interna de múltiplas tendências políticas, sociais, ideológicas e orgânicas que impunham um modo particular de construção partidária: a convivência democrática em base à vontade de construção de um projeto vinculado às classes populares e de vocação "socialista". Por outro lado, essa estratégia responde também a uma conjuntura internacional particular que longe de desaparecer expandiu-se, colocando a necessidade do PT não recolher-se a um modo "ortodoxo" de pensar a sociedade mas exigindo uma -ainda maior- expansão do pensamento. Finalmente, é uma construção política "complexa", até "sincrética" mas não é teoricamente arbitrária ou incoerente. Tem na sua base uma complexa articulação de concepções, desde a concepção marxista da sociedade até o humanismo cristão e as elaborações próprias dos novos movimentos sociais que confluem na fundação do PT, e constrói a sua coerência sobre a riqueza de conteúdo dessa variedade^[N3.].

No caso da FMLN, a assinatura final dos Acordos de Paz jogou em nosso trabalho o papel que, no caso do PT, tinham jogado as Resoluções do 1º Congresso. Os Acordos de Paz não eram apenas compromissos de transformações a realizar na sociedade salvadorenha, mas, representavam ao mesmo tempo a escolha e definição pela FMLN de um tipo de caminho para a transformação da sociedade, para a continuação da revolução pela qual as suas forças tinham pegado em armas há 22 anos atrás. A nova estratégia da FMLN está primeiramente "em estado prático" nos Acordos, que são resultado de uma dura luta entre projetos na mesa de negociações, onde cada parte tentou obter o máximo possível da correlação de forças que conseguiu construir. De parte da Frente o projeto levado às negociações não era apenas resultado das suas próprias elaborações, mas de uma grande consulta com um amplo leque de organizações sociais da sociedade civil salvadorenha²³.

O fato dos Acordos jogarem esse papel apresenta algumas dificuldades e algumas vantagens para o nosso trabalho. As vantagens vem do fato de que os Acordos trazem transformações reais e concretas que no seu conjunto complexo representam o início de uma revolução, e marcam, ao mesmo tempo o terreno no qual essa revolução deverá se desenvolver: o terreno da luta política pacífica, conquistando espaços na sociedade civil e no Estado num processo que se conforma, na sua lógica política, de um modo que nos permite tentar pensá-lo através do conceito gramsciano de

²³ A Frente tentou uma primeira elaboração própria num documento coletivo que jogou um papel preparatório das novas posições que iriam estar contidas nos Acordos: a Plataforma da Revolução Democrática, de setembro de 1990, documento que rapidamente entrou em crise e foi superado pelos próprios Acordos, que obrigaram as forças da Frente a ir além do que estava escrito nesse documento.

"guerra de posições" e, através desse elo, colocá-los em perspectiva comparativa, aproximá-los "contrastadamente", com a estratégia desenhada no 1º Congresso do PT.

As dificuldades vem do fato que, como estratégia "em estado prático", está como os personagens de Pirandello, "em busca de autor", e cada força da Frente interpreta a seu modo o significado dos Acordos e os alcances dessa revolução. Sem dúvida, como veremos, são múltiplas as interpretações dos Acordos, mas com uma característica comum que é que o desenvolvimento da nova estratégia é concebida no terreno demarcado pelos próprios Acordos. Na elaboração desses Acordos as forças da Frente tinham construído algumas premissas para a nova estratégia: a) nas novas condições a luta será em condições de disputa de projetos de forma não armada, por meios políticos, e nos marcos da democracia representativa e das suas instituições; b) a continuação das transformações exigirá a conquista processual dos espaços de poder, político, econômico, ideológico, a partir dos níveis conquistados; c) o aprofundamento das transformações tem a exigência de transladar à sociedade civil a gestão da *coisa pública* num processo que leve à auto-gestão da sociedade. Isso tem a importante premissa do respeito à autonomia das organizações da sociedade civil, e tem como premissa maior a idéia de que uma sociedade superadora do capitalismo é apenas possível trilhando-se o caminho da democracia, aprofundando-a a partir dos mecanismos de ampliação crescente da democracia direta, da democracia participativa, transferindo crescentes quotas de responsabilidade aos municípios e democratizando substancialmente os órgãos de representação política e de administração de justiça. Estas características sintéticas são convicção do conjunto das forças da FMLN, são já, como mostraremos ao longo do texto, pensamento estratégico das cinco forças componentes do partido

Contudo, uma questão importante poderia condicionar essa perspectiva comparativa e precisa ser levada em conta no trabalho contrastado: que significam para a nova estratégia da FMLN os 12 anos de guerra civil e os 22 anos de luta armada ininterrupta? Qual é o seu lugar na compreensão da nova estratégia? Em outras palavras: há uma relação necessária e geral entre luta armada prévia e condições para o desenvolvimento da nova estratégia?

No desenvolvimento do trabalho, veremos como esta pergunta tem uma resposta negativa, no sentido de que o processo de luta armada é uma particularidade do processo salvadorenho que pode ser interpretada, nos marcos da atual estratégia, como a forma pela qual se encaminhou o processo de transformação das condições "orientais" da sociedade salvadorenha (no sentido que Gramsci dá a essa palavra e que mais adiante discutiremos), na forma de uma "enérgica reação" da sociedade salvadorenha dirigida à superação do quadro social caracterizado pela ditadura do poder armado como guardião de uma casta oligárquica de famílias. A luta armada, para além da vontade original dos seus impulsores, jogou seu papel principal na "ocidentalização" do quadro social, na

criação de condições para a disputa de projetos de sociedade em condições realmente democráticas, nos marcos de uma sociedade onde se estabeleceu uma relação mais equilibrada entre Estado e sociedade civil²⁴. A luta pelo socialismo se coloca para a nova estratégia da Frente sobre este novo terreno e nestas novas condições.

Gramsci como pretexto

Uma questão geral que se nos colocou no começo do trabalho e que é preciso mencionar é a seguinte: será pertinente pensar as novas estratégias do PT e da FMLN nessa relação próxima ao pensamento gramsciano, ou serão essas estratégias muito mais dependentes da particular conformação do quadro político mundial nos tempos da crise do "mundo socialista", da monopolaridade e da hegemonia do pensamento neoliberal? Isto é: não será essa forma das novas estratégias um problema conjuntural muito mais que de conteúdos conscientemente vinculados ao pensamento gramsciano?

Esta é, sem dúvida, uma pergunta pertinente e importante. Mostraremos ao longo do trabalho, como ambos os aspectos se complementam na construção das novas estratégias, e como nas novas condições, com a superação de velhos dogmas, se abre um campo inédito para esta forma de pensar a transformação social. Mostraremos como, na experiência particular destas duas organizações, na América Latina e nas novas condições mundiais, o pensamento gramsciano da transformação social pode ser um importantíssimo espaço de reflexão para pensar o processo de transformação social, para a elaboração de uma democracia radical, para a construção de nosso original conceito de "socialismo", um conceito com *ritmo latino*. Em termos da difusão, discussão e incorporação nacional de conceitos oriundos da elaboração gramsciana como instrumentos de análise da realidade e proposta de caminhos para a sua transformação, a discussão no interior destes partidos tem um significado histórico de massas relevante. Conceitos como "hegemonia", "disputa de hegemonia", "sociedade civil", "bloco histórico", etc., constituem no PT essa espécie de "senso comum" do qual fala Aricó, perdendo até a referência ao seu autor original.

Nosso trabalho tentará salientar algumas das inúmeras *pistas* desta influência, o tipo de *lógica política* no qual esta influência se expressa, mostrando ao mesmo tempo, como algumas forças políticas têm encontrado uma importante *fonte de inspiração*, e têm sabido tirar proveito desse lugar teórico privilegiado que continua sendo o pensamento e a obra de Gramsci. Contudo, devemos

²⁴ Em contraste com o caso salvadoreño, a passagem da sociedade brasileira a condições predominantemente ocidentais é pensada, numa corrente de pesquisa amplamente difundida, através do conceito de "revolução passiva", isto é, uma transformação das condições sociais

assinalar que Gramsci é para nós neste trabalho, mais que uma vara rígida de análise ou uma medida do "justo" ou o "verdadeiro", um **pretexto**, uma ocasião para investigar os novos projetos da esquerda fora dos padrões teóricos tradicionalmente associados a esta parte do espectro político. Por outra parte, é justo dizer, os projetos políticos estudados foram ocasião propícia para uma visita proveitosa ao universo do pensamento gramsciano, surpreendente espaço de reflexão sobre a sociedade e as condições da sua transformação num sentido democrático radical. É nesse sentido que almejamos seja lido este trabalho.

onde o Estado joga um papel que não puderam ou não quiseram jogar as classes dominantes e expressado basicamente como uma transformação processual e molecular das condições sociais.

Notas suplementares Introdução

[N1.] (Página 12)

Entrevista com Ernesto Cisneros, outubro 1991. Transcrevemos algumas passagens relevantes da entrevista com Cisneros onde tomamos conhecimento mais preciso dos elementos do novo projeto da FMLN

P. Vos te referiste²⁵ a la diferencia en concebir a la revolución como proceso y no como acto puntual. Revolución, dijiste, significa "alterar un orden de dominación entre la sociedad civil y el estado". Podés explayarte al respecto?

El FMLN ha venido durante todo este proceso de guerra, desarrollando un debate en torno de esta preocupación en términos de proyecto político y de estrategia política. A partir del análisis de nuestro proceso y de los procesos más cercanos, como el caso de Nicaragua, así como los acontecimientos del 89 para acá, los grandes cambios en el mundo, en la Unión Soviética y en el Este europeo, hubo un impulso para la reflexión profunda en el sentido de cuál es el proyecto revolucionario para El Salvador y en función de eso, los caminos para la construcción de ese proyecto.

El Frente ha partido de la diferenciación de los conceptos de "poder" y "gobierno", y por lo tanto la diferencia entre ser poder y ser gobierno. Tú puedes ser gobierno sin ser poder o al revés: ser poder sin ser gobierno. Nosotros verificamos eso en el caso de Nicaragua, donde la gente asoció revolución a gobierno, de tal forma de que cuando pierden el gobierno los sandinistas, la impresión es que se perdió la revolución en Nicaragua. Pero la vida ha demostrado que la cosa no es así, que **la revolución debe estar en la sociedad, o sea, que el concepto de revolución no puede limitarse al gobierno**, y que es evidente que los sandinistas fuera del gobierno continúan siendo un factor de poder en la sociedad nicaraguense.

En el propio caso de El Salvador nuestra revolución presenta esta característica. El FMLN no es gobierno, no participa del Estado, pero es indiscutible que el Frente es un factor de poder. Esto está reconocido a nivel internacional. Este poder del Frente se expresa hoy en términos políticos, ideológicos, sociales, territoriales y militares.

A partir de esto se da la reelaboración del concepto de revolución. La cuestión principal de la revolución en el pensamiento de la izquierda estaba asociada a la "toma del poder" que era traducida en la idea del "asalto al poder", esto es el "asalto del Estado", para, a través del "mero" Estado y del "mero" aparato del Estado, realizar las transformaciones "revolucionarias", siendo el proceso "de arriba para abajo", cosa que en la práctica se traduce en una nueva "imposición" a través del Estado hacia la sociedad, aunque de un contenido ciertamente más progresivo, "en función de la sociedad", pero un proceso a través del Estado que tenía el papel principal en el proceso.

Nosotros procuramos en base a la experiencia sandinista reformular los parámetros de nuestra revolución. Es decir, **reformular la idea de la revolución en el estilo de una insurrección, que ocupa el "palacio de gobierno". Esa imagen de revolución está cuestionada en estos momentos. Y están cuestionados también los resultados de ese tipo de revolución.** Por eso es que nosotros contestamos la tesis de muchos ideólogos, incluso de izquierda, de que hoy "no es tiempo de revolución" en América Latina, porque están refiriéndose con ese criterio a ese esquema. Y si entendemos por "revolución" ese esquema, nosotros también coincidimos con ellos en que no tenemos a la vista "revolución" en América Latina.

Pero en términos de las contradicciones de la sociedad, la situación de desigualdad, pobreza, desconocimiento; en términos de estructuras y mentalidades que deben transformarse ante una situación incluso de cambios muy importantes y acelerados en el mundo, se coloca la revolución como una necesidad de primer orden, no como una utopía lejana. El problema es la reformulación de ese concepto de revolución y desarrollo de una estrategia que la viabilice.

²⁵ A referência é a intervenção de Cisneros no Seminário Internacional Socialismo e Democracia, organizado pelo Instituto Cajamar em setembro de 1991.

De tal forma llegamos a la conclusión de que el desafío de la izquierda está en "construir poder", político, económico, social, etc. En este sentido entendemos el poder como la capacidad de interferir en las decisiones de la vida nacional y por lo tanto la necesidad de que la sociedad tenga injerencia en esas decisiones.

Y vemos cómo en la izquierda tenemos un culto al poder como "estado". Nosotros entendemos que el orden de prioridades debe colocarse en la construcción de poder en la sociedad. Y en esa dirección nosotros invertimos las prioridades. En lugar de la preocupación por ser gobierno colocamos la necesidad de ser poder.

P.- A pesar de ciertos cambios en el pensamiento de izquierda, todavía la idea de revolución como "aquel acto" fundamental sigue articulando las ideas. Me interesa saber cómo ustedes enfrentaron o enfrentan ese problema, cómo superaron ese "obstáculo".

En América Latina existe un modelo de revolución donde la "toma del palacio" es la figura básica. El día de la toma del poder es el día de la ocupación del palacio. A partir de este "asalto" tú ya eres poder, ya has hecho la revolución. Por eso hay "días" para conmemorar. **Nosotros estamos desarrollando la comprensión de que, la revolución no puede sindicarse a un hecho, a un momento, sino que indica un proceso de transformaciones, de cambios de estructuras y de mentalidades, cambio este mucho más largo y complejo y que no se obtiene de un día para otro.**

Pero el cambio incluso en términos de las instituciones, en términos político-económicos, no se pueden hacer a través de autoritarismo, a través de decretos que es la práctica que va implícita en la idea de "toma del palacio": lo asaltas, te instalas en el "poder" y comienzas a decretar. Pero la sociedad no es como el ejército, que tú das una orden y se cumple. **Por eso consideramos que incluso el concepto de "victoria" debe entenderse en un sentido procesual y no puntual o de "momento". Por eso repetimos muy seguido estos días, que los compañeros de la solidaridad con El Salvador no debe esperar ese día de la revolución sino que lo que estamos ya consiguiendo a través del proceso de lucha y de negociación, que significan cambios importantes, esos ya son "victorias" y parte del proceso revolucionario, del proceso de transformación del sistema político de El Salvador. De tal forma que nuestro planteo se basa en usar el poder que tenemos para contribuir desde ya a las transformaciones en el Estado y en todos los órdenes; sin ostentar un papel vanguardista y elitista en el sentido de que *nosotros vamos a hacer las transformaciones*. Nosotros, como factor de poder, tenemos que actuar para acelerar y viabilizar los cambios, pero teniendo en cuenta que el componente principal es el protagonismo de la sociedad civil en este proceso. Por eso planteamos que nuestro poder militar y político está al servicio del protagonismo de la sociedad civil, de tal modo que esa nueva sociedad, ese nuevo sistema político en El Salvador, sea producto de la participación de la sociedad, particularmente del campo popular.**

En ese sentido nuestro concepto de "negociación" para este proceso que estamos viviendo no es el de una mera conversación entre grupos bélicos, sino que se planteó la exigencia de que además del gobierno y del FMLN, participen todas las fuerzas sociales organizadas y todos los partidos políticos. Eso conforma la "gran mesa de negociaciones" donde el gobierno y el Frente son, digamos, los "protagonistas principales".

P.- Con respecto a ese cambio en la visión del proceso revolucionario, cómo ven y sienten los combatientes, la militancia en general, la parte más activa del Frente, la nueva "temporalidad" de los cambios? Porque en la visión anterior de la revolución, la temporalidad de la transformación es "explosiva", esto es: "tomamos las armas, luchamos un tiempo, tomamos el poder y hacemos los cambios". En la nueva concepción que presentan, la transformación es procesual, más extendida en el tiempo, esto es tiene una temporalidad más "calma". Cómo asimila la militancia entonces esta falta de "inmediatez"?

La experiencia de la caída de los regímenes del Este nos lleva a afirmar nuestra posición que algún tiempo atrás habría sido criticada por la izquierda como una herejía, como una utopía loca. Pero hoy (y eso es un lado positivo de la crisis) esos esquemas rígidos, esas verdades incuestionables se van disolviendo y dejando un campo limpio donde se plantea el desafío a la izquierda de "crear teoría", de formular políticas y que, se debe trabajar con el factor de la

"incertidumbre", de que no hay certezas rígidas, que nada está seguro, que la práctica te va a ir diciendo si una tesis, un esquema, un modelo, está correcto o no.

En este sentido, hay en el FMLN todo un proceso de debate, pero no un debate "internista". Al mismo tiempo que se debate, estamos luchando en contacto con la población y este contacto nos está educando a nosotros mismos. De modo que los cuatro puntos de la "plataforma de la revolución democrática" no son hoy exclusivamente del Frente, sino que están siendo debatidos por la sociedad. La propia propuesta es el resultado del proceso de consultas, de contactos, de diálogos con distintas corrientes sociales y políticas. Porque el Frente está negociando incluso con el centro y la derecha, con todo el mundo, y eso nos permite elaborar una propuesta que tenga impacto en términos de toda la sociedad. Eso nos da capacidad de generar debate en el país.

P.- Vos decías en tu conferencia que el objetivo no es la toma del poder del Estado sino desarrollar posiciones de poder en la sociedad civil. Hablaste de poder como "capacidad de interferir en las decisiones del país" y hablabas de "construir sociedad civil y generar poder económico, político, ideológico" (y "militar" en el caso de El Salvador). Qué significa en el caso de El Salvador construir poder en términos de una economía alternativa? Cómo en términos de la organización de una nueva institucionalidad? Cuáles son las líneas, el plan, la estrategia para esa construcción?

Aquí hay una idea que está muy en debate en el Frente que es el papel de las ONG (Organizaciones No Gubernamentales) que están proliferando por América Latina, que en Europa son un poco más fuertes, más desarrolladas y con un rol importante como factor de desarrollo. O sea, que el desarrollo hoy no se ve sólo a partir del Estado o la llamada "empresa privada". Hoy hay una tendencia (y el Frente tiende también a eso) a la **descentralización del poder y de darle preferencia al poder local, donde se puede ejercer la participación de la población en una forma más concreta**. El Frente ha desarrollado experiencias de poder local en muchos puntos del país donde no existen instituciones del Estado salvadoreño, no existen alcaldes, municipalidad, jueces ni policía. Allí es la propia organización de la comunidad, y el Frente en algún sentido ejerce un papel de "autoridad" (por ejemplo en la cuestión de la seguridad el Frente tiene un sistema de vigilancia). Pero se ha desarrollado la idea de auto-organización de la comunidad para que sea ella la que discuta y resuelva sus problemas, no el FMLN. Nosotros pensamos que esa experiencia que estamos construyendo refuerza nuestra tesis de la revolución como proceso.

En El Salvador hay un alto grado de organización social. Prácticamente todos los sectores están organizados y participan hoy del proceso de negociaciones. Esta participación del "tejido social" fue el triunfo de nuestra tesis para el proceso de negociaciones y por primera vez en un proceso de este tipo, las fuerzas sociales son reconocidas internacionalmente a través de las Naciones Unidas: el mediador de la ONU se reúne con todos los partidos, con las organizaciones sociales y después se reúne con el FMLN y el gobierno para ir formulando propuestas. Esto provoca que en El Salvador haya hoy todo un debate nacional sobre un nuevo proyecto de país; porque lo que estamos discutiendo no es sólo el cese del fuego sino qué tipo de país queremos los salvadoreños. Por eso nuestra tesis es la de una construcción participativa de la sociedad, no una construcción vanguardista, hegemónica, paternalista.

P.- El "socialismo" que plantean ustedes parece una especie de desarrollo de pequeñas empresas rurales y urbanas tendientes al desarrollo de un capitalismo "más democrático" donde haya posibilidad real para la economía mixta. Hay mayor claridad sobre esto?

Se debe tener en cuenta que estamos hablando de países atrasados. La mentalidad de la élite salvadoreña, por ejemplo, a pesar de que existen empresas modernas, es feudal. La cuestión de la tierra no la cambiaron, es una mentalidad señorial, aristocrática. Por lo tanto para nosotros "socialismo" no puede significar más que un "proyecto histórico". En nuestro tiempo esta palabra se vulgarizó, se transformó en consigna: No al capitalismo, sí al socialismo!. Pero, qué es eso en nuestro país? La sociedad, la clase trabajadora tendrá que ir desarrollando eso. No se puede pensar que un grupo de intelectuales va a fabricar una fórmula y va a plantear "este es el socialismo" y la gente los va a seguir.

En nuestro proyecto de Revolución Democrática, nos referimos a lo que significaría un sistema "equilibrado". En términos políticos "equilibrado" porque hoy existe un sistema autoritario, monopólico, donde son los militares los que

deciden; sin ser gobierno son los que mandan. Por eso estamos contra el militarismo y hablamos de una sociedad desmilitarizada. Para que el poder de las armas no predomine en un sector, hablamos de un poder "equilibrado", donde haya posibilidad de participación y competencia de los distintos sectores políticos y sociales. Hablamos por eso de cambios profundos en las leyes electorales. Y también hablamos de un equilibrio en el poder económico, no solamente mejores condiciones de trabajo para el sector popular sino que en manos de los trabajadores también tiene que haber factores de poder económico, equilibrio del poder económico en términos de lo que llamamos el "polo económico popular", asociaciones populares productivas, es decir, trabajadores, el sector popular organizado y empresas autogestionarias, comunitarias o cooperativas. También incorporando aquí a las medianas, pequeñas y micro empresas.

P.- Las revoluciones que triunfaron tuvieron un primer elemento que siempre entusiasmó y contagió que fue el hecho de que aquella "explosividad" produjo una rápida distribución de la riqueza social, de modo de crear la idea de que aquella riqueza acumulada por la sociedad en un polo de ella, al ser nacionalizada fue distribuida. Cómo ven Ustedes ese proceso hacia la "igualación social"? Cómo asimila la militancia esa "lentitud", esa progresividad en la distribución e igualación social que aparece con el nuevo proyecto?

En este punto quiero mencionar otro problema que debatimos en el interior del Frente: nosotros nos preguntamos, cómo romper ese círculo vicioso de que toda revolución crea una contrarrevolución, de tal forma que nosotros podemos ganar la guerra y entrar en otra peor y perderla. Como en el caso de Nicaragua: fueron cuatro años de combates decisivos para el triunfo de la revolución y luego diez años de guerra. Y ganaron la guerra en lo militar pero la perdieron en la economía.

Podemos plantear que el problema principal de la Revolución es el del "desarrollo". "Revolución" significa mejorar el patrón de vida, el nivel de vida, que es el problema inmediato de la gente. Por eso decimos, cuál va a ser nuestro proyecto? Vamos a ir hacia una sociedad militarizada, en guerra? Al principio nosotros pensamos que la guerra iba a ser poco tiempo y ya van casi once años. Podemos ganar, pero tenemos que militarizarnos, fortalecer el Estado, y eso significa debilitar la sociedad. Entonces "revolución" significa hacer la guerra? O la revolución significa desarrollo, significa una mejor calidad de vida, más digna? Y es esto en realidad por lo que el pueblo está luchando, lo que quiere el pueblo son mejores condiciones de vida, libertad, derecho a educación, salud. Entonces nosotros creemos que la revolución debe dar respuesta al problema del desarrollo. Nosotros no pensamos que con el control del Estado, con una varita mágica, bajando decretos se soluciona eso. Nuestra concepción es la de una revolución democrática, pluralista, donde no se excluye ningún sector social ni político; la ultraderecha inclusive en El Salvador, no va a estar excluida. No es posible pensar que a la derecha se la va a eliminar por decreto. Hay periódicos que son fascistas en El Salvador, pero no va a ser a partir de una confiscación que los vas a parar. **Tenemos que crear leyes, medios, asegurar la discusión y la competencia realmente democrática de modo que esos sectores se vayan diluyendo en un proceso que puede durar varios años hasta su aislamiento y derrota. Es decir, hasta ir creando una sociedad con otra mentalidad.** Y eso no es una cosa que la imponés. Nuestro pueblo se ha venido educando con once años de guerra. Y todo eso, a pesar de que ha sido una tragedia muy grande, ha ayudado a ver que las cosas no se hacen así, simplemente con militarismo y por decreto (Entrevista, outubro 1991. Publicada em Revista Análisis, 2ª época, Nº 1, janeiro 1992).

[N2.] (Página 22)

Um caso "extremo" deste tipo de colocações encontramos na dissertação de Mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo, de Clóvis Bueno de Azevedo, intitulada *Leninismo e Social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. Devido a estas características extremas que o coloca nas antípodas da perspectiva que adotamos no nosso trabalho, dedicaremos alguns parágrafos críticos desta seção.

O texto tem um importante trabalho com a bibliografia existente que o autor divide em *textos acadêmicos, textos militantes, e entrevistas biografia e reportagens*, e sobre os quais analisa o que denomina lacunas e equívocos, aos quais qualifica por sua vez como: *tendenciosos, racionalizadores, incompletos, simplificadores e híbridos*. Depois desse trabalho de crítica bibliográfica, no qual destaca as falências da bibliografia existente, Bueno de Azevedo se dispõe à análise do "pensamento e a ideologia do PT". Fará isso trabalhando com os documentos básicos do Partido (1979-1981) e com as

Resoluções do Quinto, Sexto e Sétimo Encontros (1987-1990), visando descobrir "em que medida as formulações do Partido dos Trabalhadores são coerentes e consistentes, em que medida são ambíguas e contraditórias?" (Bueno de Azevedo, 1993: 104). O autor fará essa pesquisa usando como instrumento um bisturi de dois gumes capaz de dissecar "leninismo" e "social-democracia" em cada expressão dos documentos.

Entendendo social-democracia como "método para tratamento das questões políticas fundado na busca de consenso, do consentimento, na autorização explícita da sociedade, na manifestação da maioria; por meio das eleições" (Bueno de Azevedo, 1993: 112), todo o que não concorda com esta formulação é "leninismo". Assim, nos diz o autor, «...a essência do leninismo consiste em um método de superação do capitalismo, cujo caráter "revolucionário" e a perspectiva da (necessária) destruição da legalidade e da institucionalidade anteriores, independentemente da vontade e da concordância da maioria dos cidadãos» (Bueno de Azevedo, 1993: 114). Neste esquema, Gramsci, por exemplo, é um leninista mais. Vejamos isto nestas passagens extremamente esclarecedoras:

Weffort afirma que o PT propõe uma "ruptura de caráter democrático", a "perspectiva de uma revolução democrática"

Ficam sem sentido os significados de "revolução" e de "ruptura". O que é a revolução no sentido (NÃO) clássico? É ou não confronto com a institucionalidade? A "revolução" deve ser preterida porque não está no horizonte, porque não faz sentido em uma sociedade complexa, ou porque não seria um meio democrático de instituir o socialismo? Se o socialismo deve ser pluralista, o que seria uma transição sem ruptura? A aceitação das teses de Gramsci não implica, por extensão, aceitação do leninismo?

Julgo que sim, pois Gramsci não rompe com a via da ruptura institucional, apenas observa que ela não é viável sem o prévio suporte de posições conquistadas na sociedade civil. Em Gramsci não se vai ao socialismo pela via legal, pela via democrática, pelo consenso verificado por eleição, vale dizer, pelo consentimento manifestado explicitamente pela maioria dos cidadãos. Vai-se por uma ruptura, por uma revolução, pela quebra da institucionalidade, apenas precedida de um "acúmulo de forças". Ocupadas as posições (criado o poder) na sociedade, toma-se o Estado. (...)

Se se pretende, como Coutinho o faz, criticar a "via oriental", é necessário ter claro se a alternativa é a reflexão gramsciana ou a social-democracia. A expressão "via oriental" sugere ser Gramsci. Nesse caso, o caminho também é da ruptura, o da revolução. Na hipótese da social-democracia, de uma via democrática, não leninista, a via é a das reformas, EM VEZ DA REVOLUÇÃO. Não "das reformas como caminho da revolução". (Bueno de Azevedo, 1993: 78-81).

Assim, Bueno de Azevedo, por um lado, reduz a exuberante gama de teorias, interpretações e posições, produto de um século e meio de polémicas dentro do movimento operário e socialista, a duas "clivagens ideológicas", e vai demonstrar, comparando textos que "a análise dos documentos do Partido dos Trabalhadores revela contradições e ambigüidades no que se refere às suas promessas e seus objetivos" (Bueno de Azevedo, 1993: 111).

Essa análise de Bueno de Azevedo alcança tudo o que vê como "contradição ou ambigüidade" misturando a crítica de problemas fundamentais com problemas secundários, próprios da produção de documentos políticos das características dos trabalhadores. Nada é dito sobre as características da *produção* desses textos (apenas que o partido os reconhece como portadores de alguma verdade) e nenhum esforço é feito na direção de tentar perceber algum princípio de unidade em meio de tanta ambigüidade e contradição. Como é possível que o PT ainda se sustente em meio de tanta contradição? Como é possível que tenha chegado a se construir "o maior partido socialista de ocidente" em meio de tanta ambigüidade? Será apenas pelo "maquiavelismo" da liderança que consegue mediante fórmulas ambíguas e contraditórias enganar desavisados cidadãos?

O fato é que, apesar das menções elogiosas sobre o tipo de análise contida no trabalho²⁶, quem tiver a vontade e a força de espírito para tal exercício cartesiano em busca de "verdades claras e distintas", verá que, Bueno de Azevedo não consegue preencher as "lacunas e equívocos", que assinalou na literatura existente, nem damos a verdade do

²⁶ Por exemplo, o Professor Leônicio Martins Rodrigues menciona este trabalho como "uma excelente análise das ambigüidades do PT como relação à democracia representativa" (Folha de São Paulo, 29-08-93, seção 6, p. 5).

pensamento e a ideologia do PT que parecia prometer. O autor gasta 250 páginas, a um espaço, para demonstrar o que já sabíamos: que no PT se misturam sindicalistas, cristãos e militantes de esquerda; que podemos encontrar cada uma destas categorias em cada uma das tendências que compõem o partido; que cada uma destas categorias em cada uma das tendências, tem posições próprias que tenta pensar, propor, difundir, discutir e, finalmente, se puder, consagrar nos documentos partidários como linha do partido; e portanto, que o pensamento e a ideologia do PT, expressa nestes documentos, têm "contradições e ambigüidades". Certamente não eram necessários 5 anos de pesquisa para demonstrar isso.

Na verdade a "novidade" que descobre o autor é que, em cada uma das categorias dentro de cada uma das tendências, essas "ambigüidades" expressam uma luta ancorada na clivagem ideológica "leninismo-social-democracia". Se nos guiássemos pelos gráficos das partições ideológicas que nos apresenta Bueno de Azevedo no final do seu trabalho, tendencialmente, cada petista seria uma espécie de Jekyll e Hyde: o *bom* Jekyll enquanto democrata, que respeita as regras do jogo, que participa democraticamente no seu sindicato, milita civilizadamente num partido legal do sistema, vota nas eleições regulares pelo seu partido, e ocasionalmente, ocupa postos de governo em Prefeituras, câmaras, etc. Mas, o grotesco Hyde sempre à solta enquanto "leninista" que propõe "rupturas", fala ainda em "revolução", não gosta do tipo vigente de "democracia", propõe uma "democracia radical" e prega uma sociedade "socialista-democrática" sem saber muito bem como chegará lá, etc. Parece óbvio que com um esquema maniqueísta deste tipo é impossível entender um partido complexo como o PT. Nos dizia neste sentido o Professor Marco Aurélio Garcia:

...Muitas vezes nós temos a tendência de pensar que a heterogeneidade da Frente ou do PT, ela é decorrente fundamentalmente do fato de que são organizações que de uma certa maneira são "Frentes", que abrigam tendências que na sua origem são distintas. Isso é real, mas eu acho que isso é secundário. Em realidade, a heterogeneidade está muito mais vinculada ao fato de que nenhum grande sistema de explicação, nenhuma construção política mais consistente, foi capaz, efetivamente, de amalgamar, de criar uma forte e estável direção de pensamento.(...) Levar em conta este fato permitirá relativizar algumas flutuações, que são menos flutuações por ambivalência ou por conflito político e muito mais como resultado, ou de mudança de conjuntura, ou decorrentes do próprio lugar que a teoria ocupa nestes partidos... (Exame de qualificação, 5|10|93).

Nossa crítica ao tipo de análise textual que apresenta Bueno de Azevedo não significa que vejamos, por contraposição, uma homogeneidade constitutiva nesses textos, mas tentamos assinalar que podemos encontrar neles a busca de uma elaboração que expresse o conjunto de razões, históricas e ético-políticas, que levaram e possibilitaram a formação orgânico-institucional dessa *anomia*, segundo as palavras de Keck, que significou no sistema político brasileiro a aparição do Partido dos Trabalhadores. Se nessa busca o partido poderá construir um "grande sistema de explicação" que permita essa "consistência política" da que fala o Prof. M. A. Garcia, é uma questão em aberto. No nosso trabalho apresentamos alguns elementos que permitem pensar por onde é que essa construção pode crescer e se afirmar. No entanto, o que é evidente é que as forças estudadas, tem recorrido para a explicitação provisória do seu pensamento aos conceitos vindos de um "grande sistema de explicação" já disponível, a obra gramsciana, e a partir dela é possível encontrar consistência nas novas colocações estratégicas.

[N3.] (Página 28)

Contudo, uma pergunta pertinente é a seguinte: o racha da Articulação e a quebra de uma longa maioria permanente dentro do partido no 8º Encontro em junho de 1993, implica numa caducidade das resoluções do 1º Congresso? Um estudo ainda que superficial do documento do 8º Encontro Nacional e um seguimento das discussões, parecem mostrar que não é o caso. Por um lado, não há descontinuidade em termos de concepção político-estratégica entre o documento do 1º Congresso e o documento do 8º Encontro, e, por outro lado, não há evidência de que seja visto deste modo pelos militantes e dirigentes do partido. Nada indica que o 8º Encontro tenha produzido um abandono das teses estratégicas do 1º Congresso apesar do tão difundido "giro esquerdista" produzido neste Encontro.

Capítulo 1

As peripécias de Gramsci entre "Gulliver" e o "Pequeno Polegar". Breve itinerário gramsciano.

Uma característica relevante e comum à maioria dos partidos de esquerda na América Latina e dos documentos políticos por eles elaborados, era a referência permanente a alguma autoridade doutrinária: "segundo Lenin", "Marx ensinou..." "Mao diz...", etc., etc. Contrariamente, na leitura dos documentos principais do PT e dos novos documentos que a FMLN vem elaborando na construção da sua nova perspectiva é difícil achar maiores referências tanto doutrinárias como teóricas. O PT é explícito na sua afirmação como "partido laico sem doutrina oficial" (PT, 1991: 30). No caso da FMLN, uma das poucas manifestações enquanto referencial teórico-político de partido, na nova época, é encontrado no Partido Comunista de El Salvador (PCS) e, é de uma enorme amplitude. O PCS, diz a resolução do 8º Congresso deste partido, é um partido revolucionário, unitário, humanista e internacionalista que guia sua atividade por um "pensamento próprio" que é fruto de:

...nuestras experiencias de lucha, de las tradiciones patrióticas y revolucionarias de nuestro, pueblo y de otros pueblos, especialmente los latinoamericanos, del conocimiento del socialismo científico creado por Carlos Marx y Federico Engels, de la asimilación crítica del pensamiento socialista universal, de las ciencias sociales, en general, y de aquellas manifestaciones del pensamiento filosófico, político y religioso comprometido con la causa de los pobres, la democracia y la autodeterminación nacional (PCS, 1993c: 2).

Este fato, esta recusa a qualquer "doutrina oficial", representa justamente uma das novidades destas experiências com relação à velha tradição da esquerda, e é visto por estes partidos como expressão de renovação de pensamento e de recusa ao doutrinário e ao dogmatismo. Contudo, ambos os partidos continuam a sustentar, com maior ou menor proximidade, uma relação particular com o marxismo. Isso é relativamente tranquilo entanto se aceite o marxismo como um continente "poli-étnico" com direito a diferenciadíssimas leituras da obra marxista.

Ambos os partidos, mais ou menos enfaticamente, continuam falando em "revolucionar" as suas sociedades, na procura de uma nova organização da vida social superadora do capitalismo, que ambos os partidos continuam chamando de "socialista". Mas, que tipo de "revolução" e que modo de "socialismo" pretendem construir estas forças? Trata-se de uma formulação radicalmente nova de revolução e de socialismo, não redutível a qualquer formulação anterior (ou com uma mistura tão grande que impeça qualquer referência privilegiada), que permita falar, além de em experiência política original, em "fato filosófico", isto é, fundador de tradição teórico-política?

Não é o caso. Uma olhada superficial sobre as novas perspectivas dão uma resposta negativa a esta pergunta.

Uma primeira aproximação teórica nos permitiria colocar o referencial teórico-político das novas elaborações destes dois partidos no terreno mais ou menos ambíguo do que ficou conhecido como "marxismo ocidental", espaço de pensamento referenciado em Marx, mas em diálogo com as mais diversas correntes de pensamento. Nenhuma destas forças políticas oporiam-se a esta primeira aproximação. Mas, é possível avançar em uma caracterização mais precisa? Dificilmente poderemos avançar "consensualmente" na caracterização do tipo de "teoria da revolução" explícita ou implícita nas novas elaborações. O limite inferior de consenso parece ser o da crítica ao "Marxismo-leninismo" como fechamento dogmático do pensamento da transformação social, e o limite superior essa amplitude do "marxismo ocidental", qualificado este com a cautela metodológica das idéias de "partido laico" ou de "pensamento próprio".

Apenas depois do trabalho com os materiais nos quais se pode encontrar a "estratégia", a "linha política" destes partidos, junto com o "ambiente cultural" no qual essas estratégias são traçadas, foi possível precisar melhor a possível filiação da "teoria da transformação social" à qual esses partidos se aproximam e possa fundamentar teoricamente a estratégia política. Esse trabalho nos mostrou que embora sejam múltiplas e diversas as influências teóricas e políticas que atravessam as novas elaborações, existe uma particular proximidade, de maneira diferenciada em ambos partidos, com os conceitos oriundos da reflexão de Gramsci. Podemos dizer em relação ao PT que nos seus documentos "Gramsci se usa, mas *nem sempre* se menciona". No caso da FMLN "Gramsci se usa, mas nem todos sabem que estão usando Gramsci". E, obviamente, em ambos os partidos, nem todos *querem* usa-lo

Então, a pergunta necessária, uma vez que encontramos os conceitos gramscianos jogando de algum modo nestas novas estratégias, é a pergunta pela trajetória que trouxe Gramsci a estes lugares. A resposta dessa pergunta é a tentativa deste capítulo, embora a amplitude dessa influência deverá ser apreciada no conjunto do trabalho.

A difusão de Gramsci na América Latina

A relação da obra gramsciana com os processos políticos na América Latina já foi objeto de múltiplos estudos. A questão ganhou até um seminário internacional na Itália (Ferrara, 1985) organizado pelo Instituto Gramsci sob o nome de "Transformações políticas na América Latina: a presença de Gramsci na cultura latino-americana"¹. Este fato, *per se*, é já uma amostra da

¹ No Livro "Gramsci e a América Latina, organizado por Carlos N. Coutinho e Marco A. Nogueira (Paz e Terra, 1988) encontramos alguns dos ensaios apresentados na ocasião por reconhecidos autores latino-americanos

importância que alcançou nas nossas terra a difusão deste pensamento. Da literatura sobre o tema desprendem-se três primeiras observações importantes para nosso trabalho:

1.- Em primeiro lugar, uma observação cronológica: a história da relação do pensamento de Gramsci com a América Latina está claramente dividida em dois períodos diferenciados. O primeiro deles, do começo dos anos 50 até começo dos anos 70. O segundo período, de meados dos anos 70 em diante^[N1.]. Na primeira etapa os principais centros de edição da obra de Gramsci na América Latina foram a Argentina (primeiramente com as edições da *Editorial Lautaro*, vinculada ao Partido Comunista da Argentina -PCA- que produziu a primeira difusão a nível continental da obra gramsciana, e depois de 1963 com as edições de *Pasado y Presente*²), e o Brasil através das edições da *Civilização Brasileira*³. Sobre a segunda fase da difusão gramsciana, Aricó comparte, e estende para a América Latina, a expressão que Marco Aurélio Nogueira cunhou para esse período no Brasil, assinalando que as idéias de Gramsci "*explotaron como un volcán*" (Aricó, 1988: 12)⁴.

Contudo, é necessário assinalar que os dados das publicações sobre Gramsci em termos internacionais mostram que não é apenas na América Latina que há uma "explosão" da produção em torno deste autor. A bibliografia gramsciana (provisória) organizada por John Cammett (1989) nos oferece alguns dados interessantes. Em primeiro lugar, os picos de publicações aparecem claramente cada dez anos a partir de 1937, ano da morte de Gramsci. Em torno do 30º aniversário, há um ponto de inflexão e a produção já não cai da casa das 100 publicações anuais, e alcança o número de 250 em 1967. Mas, em 1974 há um elevado número de publicações que não está relacionado a nenhuma comemoração. Esse ano registram-se 249 publicações e o ano seguinte, 1975, 328, o maior número de publicações anuais até então⁵. De 1937 até 1973 a bibliografia de Cammett registra 2381 títulos. Nos 14 anos que vão de 1974 até 1987 publicaram-se 3588 títulos, isto é, 60% do total das publicações que registra Cammett entre 1937 e 1987, que somam 5969.

Contudo, o que interessa destacar aqui é o fato de que há, em meados dos anos 70 a abertura de um novo ciclo na difusão de Gramsci *também* na América Latina. Um dado importante é

2 A estação argentina de *Pasado y Presente* tem dois períodos: o primeiro entre 1963 e 1965, o segundo um breve período desde abril a dezembro de 1973. São publicados 44 números na primeira época e no segundo período são publicados dois números. Depois virá a estação mexicana, onde se publicam mais de 50 números da revista

3 Em 1966 apareceram *Concepção Dialética da História* e as *Cartas do Cárcere*; em 1968, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, *Literatura e vida nacional* e *Os intelectuais e a organização da cultura*. Na mesma época, *Civilização Brasileira* publicou uma série de traduções de outros autores do chamado "marxismo ocidental": Georg Lukács, Lucien Goldmann, Walter Benjamin, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, etc. Segundo M.A. Nogueira, encontramos no período 1966-1968 o que ele chama de "verdadeiro boom de textos marxistas", movimento editorial no qual foram publicados, além dos autores citados: Karel Kosik, Louis Althusser, Rosa Luxemburgo, Isaac Deutscher, Adam Schaff, Henri Lefebvre (Nogueira, 1988: 130)

4 Nogueira (1988: 131) tinha escrito sobre este segundo ciclo no Brasil: "A partir de 1975-1976 tal situação conheceu um deslucamento. De certa maneira, as idéias de Gramsci serão então 'socializadas', transbordarão as fronteiras universitárias e passarão a integrar o corpo conceitual com que comunistas, liberais, socialistas e cristãos começaram a interpretar a realidade do país. Naquele momento foi como se explodisse a especulação contida na universidade. O gramscismo veio à luz do dia com a força de um vulcão. Todos, de uma ou outra forma, tornaram-se 'gramscianos'".

5 Cammett (1989: XIV) diz, na sua introdução à compilação bibliográfica, que o substancial crescimento das publicações depois de 1974 está "provavelmente relacionado ao sucesso eleitoral do PCI durante esse período". O autor não menciona como possibilidade dessa expansão a publicação por Gerratana, da edição crítica do *Cadernos do Cárcere* em 1975.

que, na faixa hispano-falante a edição desloca-se para México que passa a ser um centro de irradiação deste pensamento^[N2.]. Este fato deve ser levado em conta em torno da difusão e influência deste pensamento na América Central.

2.- Em segundo lugar, uma observação teórico-política: na primeira etapa, a difusão do pensamento gramsciano se dá numa relação não contraditória com o paradigma clássico de revolução que tem origem na revolução russa. No caso argentino, no primeiro momento deste período, entre 1950 e 1963, Gramsci aparece vinculado aos setores do PCA que militam no trabalho cultural. Neste primeiro momento, Gramsci é visto, basicamente, como um *teórico da cultura*. No segundo momento desta primeira etapa argentina, já fora da estrutura partidária do PCA, em mãos dos expulsos das suas filas, Gramsci difunde-se vinculado a outras correntes políticas da época, claramente confrontadas com a política do PCA mas, continuadoras da tradição leninista. Aricó diz a respeito:

La revista (Pasado y Presente. RB), cuya primera serie concluye en septiembre de 1965, pretendía organizar una labor de recuperación de la capacidad hegemónica de la teoría marxista someténdola a la prueba de las demandas del presente. Desde esta preocupación, y aunque ello no fuera muchas veces expuesto de manera rotunda en sus contribuciones, cuestionábamos el llamado "marxismo-leninismo" como patrimonio teórico y político fundante de una cultura de transformación. Lenin era, para nosotros, la demostración práctica de la vitalidad de un método y no una suma de principios abstractos e inmutables; su filosofía no debía buscarse allí donde se creía poder encontrarla sino en su acción práctica y en las reflexiones vinculadas a ésta. No en *Materialismo y empiriocriticismo*, sino en las *Tesis de Abril...* (Aricó, 1988: 62-63).

En su primera etapa de existencia (1963-1965), Pasado y Presente fue expresión política y cultural de la izquierda cordobesa, con fuerte prestigio entre ciertos medios intelectuales y vinculada a las corrientes leninistas castristas. De otras corrientes similares surgidas en el interior del Partido Socialista, o producto de fraccionamientos del comunismo, o de raíces católicas, nos diferenciaba nuestra filiación gramsciana (...). Eramos una rara mezcla de guevaristas togliattianos. Si alguna vez esta rara combinación fue posible, nosotros la expresamos (Aricó, 1988: 75).

Mais adiante acrescenta, sobre as concepções do grupo, o lugar que tinham:

...as matrices leninistas y gramscianas que constituían el fundamento teórico de nuestras reflexiones (...) Gramsci no nos liberó de Lenin, simplemente nos permitió tener de sus ideas una concepción más compleja, más abierta... (Aricó, 1988: 79).

Por sua vez, Portantiero depõe sobre o mesmo problema:

...Es que no se trataba sólo de Gramsci. Nosotros hacíamos una especie de cóctel, donde Gramsci convivía con Guevara y la Revolución China. En ese conjunto nosotros veíamos posibilidades de articulación, con un discurso historicista y voluntarista frente a otro que nos parecía especulativo y cientificista. Cualquiera de esas tres entradas (el culturalismo, Gramsci, o Guevara) nos ayudaba a pensar las cosas de esa manera. Aunque utilizábamos más a Gramsci, por sus análisis sobre la cultura y las clases subalternas (Portantiero, 1991: 8) ^[N3.].

Quanto à situação brasileira nesta primeira etapa, é freqüentemente destacado o papel dos "jovens intelectuais do PCB" nesta difusão e o caráter da leitura que se fazia (e difundia) de Gramsci por este setor. Segundo Carlos N. Coutinho, um dos elementos condicionantes da recepção de Gramsci no Brasil nessa primeira etapa, foi a...:

...própria cultura então dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda, que eram fortemente influenciados por modelos interpretativos do que passou a ser convencionalmente chamado de "marxismo da III Internacional", ou, mais sinteticamente, "marxismo-leninismo" (...) A estranha (mas não paradoxal) convergência entre as posições mais reacionárias da ditadura e a orientação terceiro-internacionalista do marxismo brasileiro explica as dificuldades registradas, num primeiro momento, à recepção da obra de Gramsci (Coutinho, 1988: 104-105).

Sobre o caráter dessa leitura afirma Coutinho:

...O Gramsci presente não é o agudo teórico do Estado "ampliado" e da revolução socialista no "Ocidente", nem mesmo pesquisador de formas "não-clássicas" de transição para a modernidade capitalista (a problemática da "revolução passiva") mas sim o "filósofo da *práxis*", o propositor de uma leitura humanista e historicista do marxismo, diversa da vulgata soviética que até então nos fora imposta. Assim, não é por acaso, que Gramsci, nessa sua primeira incursão brasileira, apareça sempre ao lado de Lukács e do Sartre da *Crítica da Razão Dialética*: os três são apresentados como instrumentos privilegiados de uma batalha certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura (Coutinho, 1989: 59).

Sobre as características deste primeiro ciclo no México afirma Arnaldo Córdova, concordando com as características descritas para a Argentina e o Brasil:

...O marxismo vulgar e esquemático derivado do stalinismo continuou dominando durante grande parte dos anos 60, é ainda nos anos 70 havia numerosos seguidores de esta característica perversão do socialismo científico. Porém Gramsci já estava disponível no México desde fins dos anos 50, mediante as edições (realizadas pela editorial Lautaro, da Argentina) dos *Quaderni* em sua primeira versão editorial e também da primeira edição das *Cartas do Cárcere*. Mas Gramsci foi apenas uma raridade editorial e nada mais. Evidentemente, os poucos que o liam não encontravam nele nenhuma inspiração (...)

A explosão do conflito sino-soviético em abril de 1960 turvou ainda mais o contato da esquerda mexicana com Gramsci (...) A oportunidade era excelente para que todas as tendências da esquerda mexicana abrissem um amplo debate sobre a luta pela democracia e a contribuição que esta poderia dar à causa revolucionária; mas ninguém pensou seriamente, naquele momento na democracia. Ao invés disso, todos se puseram a remexer nas poucas obras de Marx e Engels que se conheciam em espanhol e sobretudo nas Obras Completas de Lenin (quarta edição, então publicada na Argentina), para coleccionar citações que apoiariam uma ou outra posição. Todos acabaram tendo razão, e na guerra das citações não houve vencidos nem vencedores, pois era evidente que Marx, Engels e Lenin serviam tanto para apoiar a via "pacífica" como a via "armada" da revolução (Córdova, 1988: 97).

A referência parece ilustrar muito bem o caráter que teve o primeiro ciclo de Gramsci na América Latina. Córdova nos dá ainda um outro elemento que talvez ajude a retratar melhor a situação geral da época.

...Mas o México reservaria a Gramsci um destino ainda mais amargo do que o de ser objeto de discussões acadêmicas e cenaculares. A esquerda militante finalmente conheceu Gramsci de maneira mais

ou menos generalizada, mas isso ocorreu de modo muito lamentável. Em 1967 começou a ser publicada no México a obra de Louis Althusser (...) Althusser fez com que Gramsci se tornasse moda no México, e é provável que isso também tenha ocorrido em outras partes da América Latina. O lamentável de tudo aquilo consistia em que as obras de Gramsci ainda não estavam disponíveis em espanhol, depois de que as edições de Lautaro se tinham convertido em raridade de livraria (...) Como se pode imaginar, quando Gramsci finalmente caiu nas mãos dos militantes de esquerda estava irremediavelmente precedido de uma péssima fama, não apenas de "croceano" e "historicista", mas até de "reformista" (Córdova, 1988: 98-99).

Contudo, e apesar disto, finaliza Córdova:

... Gramsci finalmente impôs sua presença no México e na América Latina. Suas obras começaram a ser editadas em grande profusão, sobretudo no México e na Espanha. Em poucos anos praticamente deixaram de existir marxistas que não tivessem ao menos um ou dois livros de Gramsci na biblioteca. Tornaram-se cada vez mais numerosos os estudos sobre o pensamento gramsciano, primeiro europeus, depois latino-americanos e por último mexicanos. Curiosamente, Gramsci começou a ganhar força na mesma medida em que todos iam se esquecendo de Althusser. Isso já era evidente em meados dos anos 70 (...) Enquanto as modas intelectuais chegavam e partiam, umas após outras, aí incluída a do althusserianismo, Gramsci permaneceu no México (Córdova, 1988: 99-100).

3.- Em terceiro lugar, uma observação sobre o terreno da difusão: no primeiro ciclo Gramsci não consegue, na América Latina, um lugar destacado na Universidade. O debate na universidade latino-americana está em cheio colocado no que Aricó chama de "os anos de Cuba" expressando um estado de ânimo e uma predisposição de espírito para um tipo de leitura, na qual Gramsci entrava tangencialmente, como *parte* de um movimento renovador dentro do marxismo, mas não como expressão de uma outra lógica do processo de transformação social, presa ainda do paradigma marxista-leninista. Só será no final deste primeiro ciclo que Gramsci começará a ocupar um espaço maior na vida acadêmica. No segundo ciclo, pelo contrário, Gramsci está já instalado fortemente na universidade e esta transforma-se num lugar privilegiado da sua difusão e discussão⁶. Arnaldo Córdova refere-se ao ingresso na universidade mexicana, ainda na década de 60, assinalando uma modificação da direção da difusão:

Fora da esquerda militante algo positivo ocorreu naqueles anos. Gramsci entrou em alguns ambientes acadêmicos. Jovens professores marxistas sem militância política, muitos dos quais tinham estudado na Europa e inclusive na Itália, trouxeram, junto com as obras juvenis de Marx recém-descobertas, uma nova visão do marxismo em que era comum e necessária a referência a Gramsci (...) Agora um maior número de pessoas passava a conhecer Gramsci, e diretamente em italiano, pois as traduções argentinas de suas obras estavam esgotadas e já não circulavam na metade dos anos 60 (Córdova, 1988: 98).

É claro que o fato de que esse "maior número de pessoas (que) passava a conhecer Gramsci", o fizesse "diretamente em italiano", é indicativo do tipo de difusão, absolutamente restrita. O próprio Córdova reconhece isso abaixo.

⁶ Esta observação é pertinente principalmente para o Brasil e o México. Na Argentina, no Chile, no Uruguai, as ditaduras militares tinham fechado totalmente a vida universitária para este tipo de discussão. Aqueles dois países, passaram ocupar um lugar relevante nesta difusão.

...Mesmo assim o número de conhecedores de Gramsci continuou sendo extremamente reduzido (Córdova, 1988: 98).

É possível pensar que o modo do ingresso na universidade na América Latina tivesse essa forma "molecular" que se expressa na fala de Córdova.

A difusão de Gramsci no Brasil

O debate em torno da presença de Gramsci no Brasil adquire um caráter particularmente polêmico devido à forma como é apresentada a história da sua difusão pelos chamados "gramscianos do PCB", particularmente nas colocações da questão por Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Nestas colocações, a difusão de Gramsci é mono-centrada na história das peripécias de um grupo: os intelectuais gramscianos do PCB. A questão é relativamente tranqüila no que diz respeito ao primeiro ciclo da difusão. Embora haja questionamentos ao caráter da leitura que de Gramsci fizeram os responsáveis políticos e editoriais pelas primeiras edições, colocando-se esta leitura (Gramsci teórico da cultura, filósofo da práxis e não o "agudo teórico do Estado ampliado e da revolução em ocidente", etc.) como condicionante do caráter que teve a difusão naquele primeiro período, é tranqüilo o fato do papel central destes intelectuais nessa difusão.

Respeito ao segundo ciclo a coisa não é tão pacífica assim. Segundo Coutinho, um fenômeno de caráter externo "contextualizou" essa nova etapa de circulação do pensamento gramsciano:

...Um fenômeno de alcance mundial -o surgimento do eurocomunismo- provocou então um forte abalo na cultura comunista, com significativas repercussões também no Brasil. A afirmação de que a democracia é um "valor histórico universal" -feita por Enrico Berlinguer- representou, para muitos intelectuais brasileiros de esquerda, o ponto da ruptura definitiva com o "marxismo-leninismo".

Foi nesse contexto em que o pensamento de Gramsci voltou a circular no Brasil. Nesse novo ciclo, Gramsci já não foi apresentado como filósofo mas sobretudo como o maior teórico da política; nesse sentido, sua obra era apontada como capaz de fornecer os fundamentos para uma concepção do socialismo adequada às necessidades do país moderno e "ocidental" em que o Brasil dos anos 70 se havia convertido. Tal como no início dos anos 60, os principais promotores dessa nova "operação Gramsci" (mas não os únicos) foram intelectuais vinculados ao PCB, alguns já protagonistas do primeiro ciclo, outros mais jovens (Coutinho, 1989: 61).

Marco Aurélio Nogueira leva ainda mais longe este raciocínio. Vejamos em primeiro lugar a fala de Nogueira sobre as condições prévias a este segundo ciclo:

Gramsci difundiu-se no Brasil no exato momento em que já se objetivara a crise econômico-social dos anos 70-80 e em que se anunciava com clareza o particularíssimo processo de abertura democrática que iria demarcar toda a experiência social brasileira até os dias de hoje (...) A abertura -especialmente em seus instantes iniciais- coincidiu com a dispersão e a estagnação teórico-política da esquerda (...) Portanto, iniciou-se num momento em que estavam esgotados os projetos que até então haviam estruturado o campo político-intelectual da esquerda e em que se abriu um vácuo "organizativo" no movimento socialista brasileiro... (Nogueira, 1988: 133-135).

Neste sentido, Nogueira assinala o que chama de "o verdadeiro ponto a ser destacado quando se examinam as relações entre Gramsci e o Brasil", isto é:

Gramsci foi decisivo para arejar o pensamento de esquerda no Brasil, até então globalmente subordinado ou às formas clássicas do "marxismo-leninismo", ou aos dogmatismos mais sofisticados da escola de Althusser, ou a variantes funcionalistas do radicalismo liberal (...) De certa forma, Gramsci nos ajudou a entender o Brasil moderno, industrial e de massas - mas também autoritário, excludente e miserável- que tínhamos diante dos olhos e nem sempre percebíamos (Nogueira, 1988: 135).

A partir deste quadro, Nogueira coloca duas teses centrais em torno dessas "relações entre Gramsci e o Brasil", teses que são compartilhadas por Coutinho:

- 1.- Gramsci se expande vinculado às elaborações políticas do Partido Comunista Italiano.
- 2.- Essa difusão teve seu ponto de irradiação no PCB.

Vejamos largamente a posição de Nogueira respeito da influência italiana:

É preciso deixar claro, porém, que o pensamento de Gramsci ganhou força e expressão no Brasil regra geral vinculado à elaboração teórico-política do Partido Comunista Italiano: à "democracia progressiva" e ao "partido novo" de Togliatti, ao "eurocomunismo" e à tese do "valor universal da democracia" de Berlinguer, à "democracia de massas" de Ingrao (...) Difundiu-se impulsionado pela excitação intelectual decorrente da ascensão do PCI em 1976, da política do "compromisso histórico" e da plena explicitação do eurocomunismo. (...) Não foi certamente por acaso que quase simultaneamente à reedição da tradução brasileira das obras de Gramsci -que ocorre em 1976-, existia como que um *boom* eurocomunista no mercado editorial brasileiro...⁷

De fato, entre 1976 e 1982 as idéias e posições "italianas" repercutiram com intensidade no Brasil, interessando a um número significativo de políticos e intelectuais, de estudantes universitários e ativistas da vida associativa. Foram tema de cursos de debates, receberam atenção da imprensa, foram vistas com grande simpatia pela esquerda. Não ouve quem não lesse e discutisse, por exemplo, o ensaio de Carlos Nelson Coutinho sugestivamente intitulado "A democracia como valor universal", publicado pela revista *Encontros com a civilização brasileira* em 1979. (...) O gramscismo ganhou densidade no Brasil como *parte* (dotada de expressiva singularidade) de uma nova teoria do socialismo, elaborada coletivamente -e, portanto, pluralmente- por um partido (o PCI) que nas concretas condições dos anos 70 apresentava-se vocacionado para repor o movimento comunista e a idéia mesma da esquerda, de socialismo, numa posição de contemporaneidade com o mundo realmente existente. O pensamento de Gramsci e a elaboração teórico-política do PCI -o "marxismo italiano dos anos 70"- agiram, assim, no Brasil, como revitalizadores de uma esquerda que se esfacelara no plano organizativo e se repetia no plano político-cultural ... (Nogueira, 1988: 136-137).

É no combate a "este patrimônio" que, segundo Nogueira, o marxismo italiano encontrará condições para se difundir no Brasil, colocando-se como um dos "fatores subjetivos" que

⁷ Nogueira (1988: 136) destaca as seguintes publicações de autores italianos aparecidas neste período: de Palmiro Togliatti: *Lições sobre o fascismo* (São Paulo, 1978) e a coletânea de ensaios *Socialismo e democracia* (Rio, 1980); de Giorgio Napolitano: *O Partido Comunista Italiano, o socialismo e a democracia* (São paulo, 1979); de Pietro Ingrao: *Massas e poder* (Rio, 1980) e *Crise e terceira via* (São paulo, 1981); de Luciano gruppi: *O conceito de Hegemonia em Gramsci* (Rio, 1978) e *O pensamento de Lenin* (Rio, 1979); de Humberto Ceroni: *Teoria do partido político* (São Paulo, 1982); de Lucio Lombardo Radice: *Um socialismo a inventar* (São Paulo, 1982; a polémica Gramsci-Bordiga sobre os conselhos de fábrica (São Paulo, 1982).

impulsionaram a elaboração da "teoria da transição democrática brasileira". E acrescenta Nogueira sobre a centralidade da discussão no PCB:

Tal processo conhecerá sua expressão mais bem acabada na trajetória seguida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1977 e 1982. Neste período e no interior desse partido ganhará corpo um movimento de renovação dedicado a testar a possibilidade de reorganizar um PC em bases novas, ajustadas às condições brasileiras. Reconstituindo parcialmente as relações dos comunistas com os intelectuais marxistas, tal movimento será decisivo para dar ressonância ao marxismo italiano, do qual extrairá muita inspiração. Por isso mesmo, a consideração da história recente do PCB converteu-se num importante passo para dar transparência à história das relações entre Gramsci e a esquerda brasileira (Nogueira, 1988: 142).

É óbvia a reação crítica contra esta versão mono-centrada da difusão de Gramsci no Brasil. Esta polêmica teve uma expressão interessante, embora fugaz, em ocasião da publicação na revista do PT Teoria & Debate Nº 9, do artigo de Carlos N. Coutinho intitulado "Cidadão Brasileiro" onde se coloca novamente esta visão. Edmundo Fernandes Dias, respondeu com uma detalhada crítica do artigo de Coutinho, no Nº 14 da revista. Desta polêmica queremos apenas assinalar a crítica de Dias às características da difusão na versão que expomos de Nogueira e Coutinho. Diz Dias sobre esta versão:

A história é contada na primeira pessoa do singular, com princípio, meio e fim, de forma simples, fácil e parcial. A expansão brasileira de Gramsci "resultou, em grande parte, da diáspora dos 'gramscianos' egressos do PCB: o fato de que tenham optado por diferentes partidos, sobretudo (num primeiro momento) o PMDB e (mais recentemente) o PT, contribuiu para dar à influência gramsciana um caráter talvez menos nítido, porém certamente mais amplo e polimorfo". Esta é a tese central, da qual discordo como petista e como gramsciano (Dias, 1991: 62).

E, sobre a relevância dos "gramscianos do PCB" nessa difusão neste segundo ciclo, acrescenta Dias:

Não há comprovação do peso, teórico ou político do PCB, em relação a essa esquerda "esfacelada". Muito pelo contrário coube muito mais ao PT e a setores da esquerda não-filiada aos PCs um imenso esforço teórico e prático de construir essa alternativa. Sempre combatido aliás por aqueles que se pretendem "revitalizadores" da esquerda. O isolamento crescente dos comunistas "oficiais", seja na vertente moscovita ou albanesa mostra isso... (Dias, 1991: 65).

Lamentavelmente o artigo de Dias fica num patamar crítico à versão dos "gramscianos do PCB" e não nos brinda uma versão ampla de como teria sido essa difusão. Para um panorama mais acertado do "caldo cultural" que durante toda a década de 70 produz esse interessantíssimo fato cultural, social e político, que é a difusão do pensamento gramsciano no Brasil, é preciso levar em conta vários fatores que se amalgamam na produção deste fenômeno particular. Sem ser exaustivos podemos assinalar os seguintes:

1.- Crise da velha geração de esquerda e dos paradigmas teóricos e políticos que sustentaram a sua ação política; a concepção do "marxismo da Terceira Internacional", o chamado

"marxismo-leninismo" e o fracasso da ação política da nova geração da esquerda, a chamada "esquerda revolucionária".

2.- A emergência de novos movimentos sociais que colocam novos atores em cena, com novas demandas, novas práticas e novos princípios, junto com a construção de uma densa rede de instituições vinculadas a estes, ONGs, "assessorias", etc., que criaram um campo propício para desenvolver um novo pensamento e a difusão de novas idéias, favorecendo em particular, a revisão crítica da prática política da esquerda brasileira, especialmente na sua relação com as massas. No processo dessa revisão, é possível entender as particulares vicissitudes e o aporte dos "gramscianos do PCB", e as discussões no seio desse partido, cuja história é conhecida. A publicação do livro de Coutinho "A democracia como valor universal", por exemplo, parece ter jogado um papel importante na discussão e reavaliação do conceito e prática da democracia no pensamento da esquerda.

3.- A difusão crescente desde finais da década de 60, e acelerada no primeiro lustro da década de 70, do pensamento gramsciano na universidade^[N4].

5.- A influência que a crise do Movimento comunista Internacional de meados dos 70 teve particularmente no Brasil. Não apenas os "ecos brasileiros" da discussão italiana sobre o "eurocomunismo", mas as edições dos autores que explicitavam esse "debate italiano" e outros debates, os espaços na "grande imprensa", etc.

6.- Devemos mencionar também a influência do debate da esquerda na própria América Latina. Não apenas teórico, com eixo claramente no México⁸, mas políticos, como foi o ar renovador que trouxe a Revolução Sandinista, que apareceu como um novo tipo de revolução.

É óbvio que os elementos desta versão, embora com menos certezas, com um trabalho historiográfico ainda por fazer, parece mais adequada para descrever o complexo quadro político-cultural dessa difusão.

Gramsci em El Salvador?

No que diz respeito ao caso de El Salvador, há evidência de experiências particulares de trabalho com os conceitos gramscianos já na década de 70, tanto no nível acadêmico quanto político. Mas não parece ser possível falar numa "influência do pensamento gramsciano" do tipo da vista no caso do Brasil, nem em relação à vida acadêmica, nem em relação com os partidos de

⁸ A presença de ditaduras militares na maioria dos países da América Latina fez do México um lugar de exílio de políticos e intelectuais o que transformou este país em um centro importantíssimo de discussão na década de 70. Importantes encontros e discussões teóricas foram realizados neste período. São conhecidos os colóquios de Mérida, Yucatán, em 1973 cujas intervenções e debates foram publicados no Livro *Las clases sociales en América Latina*, Siglo XXI, México ; O colóquio de Culiacán, Sinaloa, sobre Mariategui em 1980 ; o seminário de Morelia, Michoacán, dedicado a discussão da funcionalidade metodológica e política do conceito de hegemonia, também em 1980 -cujas comunicações foram publicadas no livro, *Hegemonia y alternativas políticas en América Latina*, Siglo XXI, México, 1985-, etc.

esquerda, até uma nova etapa, onde aparece um uso importante deste pensamento, começar em meados dos anos 80.

Nas particulares condições políticas salvadoreñas, onde se instala a luta armada a partir de 1970, em pleno apogeu da influência cubana, onde o sucesso das organizações armadas é crescente durante a década de 70 e onde se deflagra uma violentíssima guerra civil a partir de 1980, dificilmente foram bem vistos pela esquerda conceitos como "reforma intelectual e moral", "guerra de posições", etc. Porém, com a perspectiva do fim do conflito armado e a possibilidade de um processo político mais complexo, aparece a necessidade de construir uma estratégia política de transformação social em códigos diferentes daqueles manejados até então pela maioria das forças de esquerda. Nessas circunstâncias, o nome de Gramsci começa a ser mais ouvido.

No começo do nosso trabalho de campo em El Salvador, nos surpreenderam dois fatos relativos a esta questão. Em primeiro lugar, no último trimestre de 1992, ainda antes da assinatura do fim do conflito armado, a *Universidad Centroamericana José Simeon Cañas, UCA*, dirigida pelos padres jesuítas, organizou um importante seminário sobre Gramsci, ministrado pelo professor espanhol Rafael Díaz-Salazar, um dos mais proeminentes estudiosos do pensamento de Gramsci na Espanha e autor de um importante trabalho sobre este autor. Depois sabemos que assistiram ao seminário alguns dirigentes da FMLN. Em segundo lugar nos surpreendeu o intenso interesse por este autor em um dos partidos da FMLN: o PRS-ERP. Em múltiplas entrevistas sabemos da procura dos livros de Gramsci por alguns dos principais dirigentes, dos pedidos destes livros a quem viajasse para o México, etc. Ficamos sabendo também de um fato significativo no que diz respeito a este interesse: numa das primeiras reuniões plenárias deste partido no nível nacional, no novo período de paz (encontro que reuniu seus principais quadros políticos), surgiu o nome de Gramsci e foi preciso que alguém aclarasse, no meio da reunião, alguma coisa sobre este desconhecido para a maioria dos presentes. Segundo nos dizia o dirigente Jorge Melendez, -"Comandante Jonás"-, que fora o principal chefe militar do ERP no território de Morazán, base do contingente armado deste partido:

...En mayo o junio del 92 en el volcán de San Salvador hicimos otra asamblea de cuadros y entre las cosas que mencionamos, fue precisamente a Gramsci. Allí surgieron varios compañeros que dijeron, "sí, la propuesta es por ahí". Fue la primera vez que yo ví una reunión nuestra donde se estaba discutiendo teoría. Eso no era lo acostumbrado en nosotros. Y de allí en adelante sino el 100%, un buen porcentaje de cuadros del ERP ya deben haber leído cosas de Gramsci (Entrevista, 24-4-93. *In*, Análisis, 1993: 65).

No seu depoimento, nos dizia Melendez em relação ao uso do conceito de hegemonia por seu partido:

Ciertamente para el ERP el concepto de hegemonía es central desde la década del 70. Ahora, en la búsqueda de algunos de nosotros hay una particular coincidencia de planteamientos, y una profundización teórica y de propuestas, precisamente cuando empezamos a leer a Gramsci.

A nosotros hace mucho tiempo nos acusaban de tres cosas. Nos decían "pro-chinos", y había gente que decía que teníamos planteos "trotskistas" y "gramscianos". Pero la verdad es que nosotros nunca fuimos muy dados al culto de la cosa teórica; no podíamos porque no teníamos esa formación. Pero ahora, cuando empezamos a leer todo lo que pueda dar respuesta a nuestra crisis, efectivamente encontramos en Gramsci una respuesta a una situación de crisis; y, nos parece que además su proyecto es no sólo coincidente, sino que profundiza y tiene propuesta. Creo que para muchas de las cosas que nosotros entonces estábamos debatiendo, empezamos a sentirnos como respaldados, reconfortados, más clarificados, y como más seguros de que estábamos por la vía correcta al encontrar y leer a Gramsci (Entrevista, 24-4-93. *In*, Análisis, 1993: 65).

Interrogado sobre os modos em que aconteceram o novo encontro e a nova leitura, em função das novas necessidades, Melendez nos dá uma imagem viva desse momento no PRS:

...Todos llegamos de distinta manera. Hay compañeros que fueron a la UCA y allí había cursos y debates sobre Gramsci; [Joaquín] Villalobos encontró los libros de Gramsci algo así como diciendo "Rafael [Velazquez] habla de Gramsci, y tanto que nos han dicho gramsciano, habrá que leerlo...", y como en ese momento había que buscar, pues, comenzó a leer. Balta [Juan Ramón Medrano] por su lado también había hecho lo mismo.

Yo había leído cosas del tal Gramsci hace muchos años y no entendí nada, y no me había vuelto a llamar la atención. Gustavo, un compañero lo estaba leyendo y me dijo "mirá, aquí hay una serie de propuestas interesantes y me parece útil". Y a mí me pareció que de veras era algo que tenía importancia y que había que leerlo. Al día siguiente de eso, llego a la casa de un compañero que estaba eufórico, entusiasmado, diciendo "mirá lee esto a ver que te parece" y me mostró un libro de Gramsci. Después uno se dedicó a leer más y más, a ver qué nuevas cosas encontraba sobre el estado, sobre el partido, sobre la ideología. A mí me entusiasmó, pasamos las cosas a otros cuadros de dirección, y otros ya lo habían leído (Ibid).

Numa entrevista, com outra das principais dirigentes do PRS-ERP e conhecida figura, nacional e internacional, da FMLN, Ana Guadalupe Martinez, entrevista na qual objetivamos discutir as possíveis influências externas sobre a formulação da nova estratégia da Frente, tratando o tema da influência da crise das revoluções cubana e sandinista, aparece a referência a Gramsci desde um outro ângulo:

...A nosotros, la experiencia más cercana y que más nos ha ayudado a reflexionar es la sandinista (...) En Nicaragua quería hacerse algo nuevo con exactamente las mismas ideas viejas. Y no se puede. Conformaron un estado super paternalista. La demanda de salud del pueblo nicaragüense era fuerte, y el estado tenía que resolver todo (...) Los primeros años tuvieron mucha solidaridad y tuvieron mucho que dar, pero en la medida en que esa experiencia fue desencantando a muchos, sobre todo a los que dan la ayuda, la plata llegó cada vez menos, y la gente empezó a protestar, porque estaba acostumbrada a tener ciertos niveles de atención que obviamente el estado por sí mismo no le podía proporcionar si no era por la ayuda que le fluía del exterior. Entonces se fue sintiendo un desencanto muy fuerte.

El no tener la capacidad de retomar ciertos elementos a partir de la organización de la gente, del esfuerzo del pueblo nicaragüense, los hizo llegar a una mentalidad que después, cuando ya no se pudo mantener ese nivel de asistencialismo, el proceso se deterioró .

En Cuba está pasando exactamente lo mismo. Hay un sentimiento de abandono de la población porque ya el estado no le puede dar todo. Inmediatamente lo que hay es rechazo, hasta culpabilidad de los dirigentes.

Y todo aquello viene a poner en crisis la posibilidad de continuar un proceso de transformaciones, que sí se hace teniendo en cuenta la realidad internacional, se puede llevar más lento, por supuesto, mucho más lento, pero con más posibilidad de que vaya transformando de manera definitiva el pensamiento, la cultura, y con palabras Gramsci, se vaya creando una hegemonía de las ideas de izquierda en un proceso ciertamente mucho más lento que el que muchos de nosotros hubiéramos querido que se produjera.

Entonces, lo que pasó en Nicaragua lo aprendimos, ahora con una situación internacional totalmente desfavorable y negociamos un proceso de cambios iniciales, que se tienen que ir profundizando en la medida en que vayamos ganando más organizaciones, más hegemonía en la sociedad, y sobre todo más capacidad de gestión y de administración, porque estos son ahora dos elementos claves para tener capacidad de incidir en el estado, como gobernantes, teniendo la capacidad de darle soluciones a la gente con lo poco que logra tener el Estado para ello.

P.- Vos mencionaste a Gramsci en un breve paréntesis.Cuál es tu relación con su pensamiento?

Mira, yo soy de la gente que menos ha leído en la dirección. Por una serie de circunstancias, no he tenido el tiempo para estar leyendo mucho. Pero obviamente hay algunas cosas que me he dedicado a leer por interés propio. Entre ellas Gramsci. **Yo creo que de Gramsci lo fundamental que a nosotros nos está sirviendo, y creo que a otras organizaciones del FMLN también, es lo de elaborar una estrategia para que la izquierda pueda llegar a ser en un futuro hegemónica en la sociedad. Toda la cuestión del "bloque de poder", es lo que a nosotros nos ha dado la posibilidad de tener una perspectiva de futuro, en el momento en que se derrumbaba el socialismo** (Entrevista, 30-4-93. In, Análisis, 1993: 74-75) .

É importante notar que Gramsci chega ao ambiente acadêmico salvadorenho nos anos 70, quando a crise do marxismo da 3ª internacional é evidente e quando a hegemonia do Partido Comunista Salvadorenho sobre a militância de esquerda entra numa crise profunda: a partir de então o PCS deverá compartilhar porções cada vez menores de influência, até a sua viragem para a luta armada no período 1977-1979 brechar o perigo iminente de ficar de fora do curso principal do processo transformador, como ocorreu, por exemplo com o seu par nicaraguense. Nesse ambiente de crise do "marxismo-leninismo", e nos marcos de uma Reforma Universitária que abriu as possibilidades de expansão do pensamento de esquerda, chegaram à universidade outras formas de marxismo mais refinadas que os manuais soviéticos. Chegaram Lukács, Fromm, Althusser, Gramsci, etc, junto com as leituras obrigatórias da esquerda na época: Mao, Ho Chi Min, Debray, Guevara, etc. É importante assinalar este ponto porque, apesar de que a adoção da luta armada como eixo do processo transformador colocou como "modelo" de transformação o modelo clássico de revolução *aggiornado* pela revolução cubana e sandinista, uma importantíssima quantidade dos dirigentes deste processo revolucionário foram dirigentes dessa nova geração da esquerda formada nos anos 70, mais aberta as diversas interpretações do marxismo.

Nos parece interessante neste sentido e em relação com o tema deste capítulo, trazer a palavra de um dos cinco principais dirigentes da FMLN, Francisco Jovel (Comandante Roberto

Roca), que hablando sobre el uso del concepto de hegemonía por el Frente, coloca alguna luz sobre esta múltiple influencia y nos ofrece a su particular opinión sobre la posible influencia Gramsciana en el Frente:

P.- En el FMLN se ha hecho más o menos generalizado el uso del concepto de "hegemonía". Qué me podés aportar sobre el uso que hace el Frente de este concepto?

En mi paso por la Universidad en el período 69-72, en la carrera de sociología, yo fui ligado a la creación de múltiples círculos de estudios revolucionarios, y siempre era el estudio de las fuentes, y en ese sentido, yo diría que me han influido todas esas fuentes, y Gramsci, yo quiero decirlo con franqueza, siempre tuvo un lugar significativo. Pero no solo él (...) Por ejemplo para mí ha tenido un gran impacto, y me sirvió muchísimo el conocimiento de las experiencias vietnamitas, y particularmente de Ho Chi Min, muchísimo más por ejemplo que Marx. Por qué? Porque consideraba que había muchas más posibilidades de asimilación creadora de algunas tesis vietnamitas a la realidad de nuestro esfuerzo de organización en el ámbito de los campesinos y del agro salvadoreño, salvando, es claro, las enormes distancias y diferencias de carácter cultural que puedan existir entre nuestros países. De eso se trata la asimilación "creadora".

A la realidad salvadoreña actual, también da mucho la tentación de quererla examinar a la luz de Gramsci. Porque la complejidad de la problemática salvadoreña, también salvando las distancias debidas, tiene semejanzas (semejanza relativa, semejanza por la complejidad, no por la especificidad), con la realidad política que le tocó vivir a Gramsci, en la Italia que le tocó vivir, con el fascismo con el que se enfrentó, con el stalinismo que prevalecía en el campo socialista, con la división también en el movimiento de izquierda entre socialistas y comunistas por la búsqueda de un orden de cosas a nivel mundial de nuevo tipo. De tal manera que muchos de los conceptos que tuvo que crear o adecuar Gramsci a la realidad concreta italiana, pueden servirnos para analizar la realidad salvadoreña, siempre y cuando no hagamos un traslado mecánico de ellos, de modo que esto puede ser una importante herramienta.

Pero a mí también me molestaría, que el movimiento salvadoreño o algunos revolucionarios en El Salvador, se vuelvan "gramscianos", como siempre me ha molestado que la gente se diga "luxemburguiano", "socialdemocrático", "staliniano". A mí me parece que debemos asumir una actitud del socialismo como ciencia...

P.- Ahora, me parece que es visible que en la segunda mitad de los 80 comienza un uso intensivo de ese concepto por parte del Frente. Y los conceptos no vienen del aire, los conceptos tienen historia; y en ese sentido, el concepto de hegemonía tienen una historia larga y particular, y hay una "pista" material de esa historia, para decirlo de alguna manera. Cómo ves este tema?

Yo creo que esa es una de las cosas muy particulares de la búsqueda de conceptos, de viejos y de nuevos conceptos. El debate éste sobre el concepto de "hegemonía" es un debate inevitable para seguir avanzando. Para personas como los miembros de la Comandancia del FMLN, que no se pueden decir ignorantes de Gramsci, obviamente la influencia es directa. Para otros compañeros, indudablemente ha sido todo un debate que no necesariamente tiene origen conocido, pero a la hora de entrar al debate, obviamente se entra en una corriente de pensamiento específica. Incluso, cuando hablábamos antes del predominio de la sociedad civil, obviamente que allí está también el concepto de hegemonía. Y cuando tratamos también de analizar fenómenos como por ejemplo los del sandinismo o de la Revolución Cubana, tampoco podemos menospreciar las tesis de Gramsci sobre la hegemonía y las diferentes formas de ejercer la hegemonía...

Ahora, en otros aspectos Gramsci no ha tenido nada que ver con el FMLN. Por ejemplo en lo que tiene que ver con conceptos, tácticas, estrategias, etc., en el plano militar, Gramsci no ha tenido nada que ver, y sí han tenido que ver otros, los vietnamitas, los cubanos, los sandinistas (Entrevista, 3-4-93. *In*, Análisis, 1993: 30-31)

Na busca de mais elementos em relação ao clima cultural no qual se forma nos anos 70 uma nova geração da esquerda salvadorenha, a "esquerda armada", entrevistamos a Julio Alfaro, intelectual da FMLN vinculado ao trabalho de produção teórica, Diretor do *Instituto de Investigación Social y Desarrollo* (INSIDE), filiado ao PRS-ERP. Nesta entrevista tomamos nota de um elemento relevante para a compreensão do processo salvadorenho. Trata-se do papel jogado neste processo todo pelos padres jesuítas e, em particular, pela Universidade que eles dirigem, a UCA. De algum modo poderíamos simplificar a definição desse rol com as palavras do ex-representante da FMLN no Brasil, Ernesto Cisneros, que assinala o fato de que *"en El Salvador se puede verificar algo bien simple: donde tuvimos zonas bajo control? Si lo analizamos historicamente, vemos que es allí donde hubo un trabajo de la Iglesia..."* (Entrevista, junho de 1993).

O certo é que se pode observar no trabalho histórico dos Padres Jesuítas, depois de Medellin, uma árdua e lenta tarefa nas zonas mais atrasadas do campo salvadorenho que, no seu conjunto criou condições para a conformação de uma nova visão de mundo de grandes contingentes de camponeses que moram nas áreas rurais, facilitou essa "simbiose" com a guerrilha e fez com que uma parte do campesinato pudesse jogar o papel de "retaguarda" do movimento revolucionário. Esta é uma proposição que deve ser pesquisada e documentada detalhadamente, mas a virtualidade desse papel jogado pela Igreja da Teologia da Libertação em El Salvador, é indiscutível. Julio Alfaro nos dá importantes referências para entender esse papel. Vejamos um momento da entrevista sobre este ponto:

P.- Vos mencionabas en otra oportunidad⁹ tu formación con los jesuitas, en la Compañía de Jesús de Panamá, donde fueron tus primeras vinculaciones con el marxismo. Cómo era esa formación en el mundo de los jesuitas?

...Cómo entendí el marxismo en aquel entonces? Yo diría que ha sido para mí la escuela más grande. Porque, hasta donde recuerdo y entiendo, no era el clásico esquema de decir "lean El Capital o lean la Contribución a la Crítica...", no había un texto que te indujera, sino que era al revés, había un nivel de formación directa, de formación de un marco amplio, no prejuiciado (...) Creo que la "picardía" de los jesuitas en términos de estudios marxistas, estaba en el análisis de casos concretos (...) Además de esto, las bibliotecas tenían un material extenso que quedaba a tu tiempo y a tu disposición (...) Mucha literatura. Los clásicos marxistas y además Gramsci, Mao y otros. Un padre jesuita nos recomendaba siempre dos folletos, y que a mí me han servido de mucho, las paginitas de "Acerca de la Práctica" de Mao, y "Sobre la coyuntura" de

⁹ Encontro preparatório desta entrevista.

Gramsci. Y decía, "no necesitan ir más allá, leamos esos dos folletos, y allí tienen ..." Y en verdad uno se va a esas notas, y te van ilustrando todo un panorama. Así entendí esa escuela en esa época...

P.- Me decías en el encuentro anterior que, en términos de referente teórico, la pasión de Ellacuría, Segundo Montes, y otros padres jesuitas del plantel de la UCA, era Gramsci. Cómo se expresaba eso en el ambiente cultural de la época?

Mira, yo te respondería tipificando algunos ejemplos de cada uno de ellos. Por ejemplo, para mí la principal enseñanza en este aspecto de Ellacuría es que una de las mejores aplicaciones de Gramsci, en su práctica concreta era el conocer a fondo cuál era el pensamiento del adversario, y cuál era la posibilidad de negociar con él, hasta derrotarlo (...). La práctica de él te dice eso. El hombre más informado de este país, el hombre con mayor capacidad de interpretación de lo que estaban haciendo y pensando las diferentes fuerzas sociales y políticas, y que desde mi punto de vista se convirtió en un interlocutor de esas diferentes fuerzas era Ellacuría, por la aplicación de ese método. Ellacuría tenía una agenda tan interesante que un día estaba con alguna de las fuerzas del Frente, otro día estaba con ARENA, otro con la DC, etc. Y eso le iba abonando el desarrollo de un pensamiento que le permitió elaborar posiciones correctas sobre la solución del conflicto, como las tesis del 86 sobre la "tercera fuerza", como lo reconoce, por ejemplo, Villalobos en este período. Ya él estaba pensando en la polarización de la guerra, en que no había solución militar al conflicto, y por lo tanto había que crear una tercera expresión de fuerzas. Y ahí es donde la Iglesia se compromete y crea el Debate Nacional¹⁰, que jugó un papel importante en todo el proceso de negociación. En esa práctica entiendo yo esa faceta de Ellacuría.

Si nos vamos al caso de Segundo Montes, es el hombre, que junto con Ellacuría, agarra principalmente, desde mi punto de vista, la aplicación del concepto cultural de Gramsci, aquello de hacer cultura desde la base, desde la base ir creando el proyecto. Esa teoría realmente fue como la preocupación intelectual y práctica de ambos.

P.- Ellos llevaban estas cuestiones al debate en sus cursos o seminarios?

Claro! Segundo Montes y Martín Baró en los seminarios que ellos daban cuando empiezan a crearse todos estos nuevos agentes de la ONGs y todos los demás, te metían a una reflexión profunda sobre eso. Con aquella idea "miren aquí el proyecto es de los pobres, ustedes tienen que construir sus propias herramientas..."

Esa discusión para mí tiene dos etapas. Una etapa muy intensa, con bastante riesgo que es la etapa 77-80, donde se da la mayor expresión de masas en este país. Y la otra etapa, después de una especie de silencio en el 81-82, cuando la guerra empieza a agarrar rumbo, y en el 83 empieza a crearse todo un andamiaje social nuevo, de cooperativas, de movimientos comunales, etc., allí ellos ya entran con su planteamiento. Por ejemplo, ahí ya entra en aplicación el concepto de "concertación". La concertación no nace con los Acuerdos de Paz. Al primero que yo le oí hablar de "concertación entre los pobres", por ejemplo, fue a Segundo Montes, en seminarios de 1985. Era con aquella preocupación de que "si yo estoy trabajando 30 manzanas y vos otras 30, porque no nos juntamos, integramos la producción, la comercializamos...". **Es la aplicación práctica de la búsqueda de integralidad del planteamiento popular, y ese esfuerzo dura desde el 83 hasta la muerte de ellos**¹¹. Y ahí están los ejemplos concretos, toda una serie de comunidades con las que ellos han

¹⁰ Trata-se do *Debate Nacional para la Paz*, No capítulo 6 daremos mais detalhes.

¹¹ Na madrugada de 16 de novembro de 1989, foram assassinados, por uma unidade militar do batalhão de elite *Atlatatl*, os sacerdotes jesuítas Ignacio Ellacuría, Reitor da Universidade Centroamericana José Simeon Cañas (UCA); Ignacio Martín Baró, Vice-reitor académico; Segundo Montes, superior da comunidade jesuíta, catedrático da UCA e Diretor do Instituto de Direitos Humanos; Amando López Quintana e Juan Ramón Moreno pardo, catedráticos de teologia na UCA; Joaquín López y López, Diretor da fundação Fe y Alegria. Junto com eles foram assassinadas as colaboradoras laicas Julia Elba Ramos e sua filha de 15 anos Cefina Ramos.

trabajado, y que bajo esas perspectivas lograron conformar un amplio movimiento de base. En esos ejemplos concretos es que yo veo la práctica de ese pensamiento (Entrevista, 13-4-93 e 23-4-93. *In*, Análisis, 1993: 94-96)

Uma vez identificada a significação do pensamento gramsciano como uma das referências teóricas para explicar os novos rumos do processo salvadoreño -fato marcante pelo menos em algumas das forças mais importantes da FMLN- entrevistamos a Juan Ramón Medrano, um dos principais promotores, junto com Joaquín Villalobos, deste novo olhar sobre o processo na FMLN. A entrevista tinha claramente o objetivo de conhecer o grau de influência gramsciana nas novas elaborações e as perguntas foram diretas ao assunto. Vejamos alguns momentos da entrevista relevantes para o tema que aqui abordamos:

P.- En tu trabajo sobre el tema de estrategia¹² se puede notar la influencia de algunos conceptos de Gramsci. Cuál es su influencia en tu elaboración?

Yo creo que no se puede decir que sea únicamente el pensamiento de Gramsci el que ha permitido ir, esbozando un nuevo pensamiento estratégico y un camino para seguir con las transformaciones en El Salvador, pero sí que ese pensamiento tiene una importancia fundamental. Es decir, a nosotros nos parece que no se trata de descalificar a ninguno de los teóricos revolucionarios, porque seguimos pensando en una serie de planteos de Marx en relación a la necesidad de un sistema más justo, etc., pero pensamos que el pensamiento de Gramsci estaba un poco olvidado, marginado ante la aplicación esquemática y ortodoxa del marxismo. Gramsci fue un continuador de las ideas de Marx que con enorme frescura intentó meterle nuevos elementos al esquema cerrado de lucha de clases, estrictamente de proletarios y burgueses. Ese esquema fue el que tomó la Unión Soviética y todo eso se derrumbó. Y como sabemos, los mismos Partidos Comunistas del mundo estigmatizaron a Gramsci junto a muchos otros.

P.- Yo veo tres conceptos que articulan los escritos tuyos y los de Joaquín Villalobos: el concepto de hegemonía, el concepto de sociedad civil y el concepto de bloque de poder. Sin esos tres conceptos, sus trabajos carecerían de mucha de la novedad que traen para la política estratégica del Frente, y esos tres conceptos en el uso de ustedes tienen un reconocible "toque" gramsciano, a pesar de que me parece ver otras influencias en el modo de usar algunos de ellos.

Sí, es correcto, pero yo quería también agregar que nosotros no nos hemos cerrado a que hay que buscar en los teóricos de izquierda la verdad de hacia dónde hay que conducir el desarrollo de la sociedad, y hemos visto también que en los clásicos como Smith, o Keynes y otros, incluso en los replanteamientos de la teoría social de mercado concebida no como la teoría neoliberal "del rebalse", o con la idea de que el mercado es el que regula todo, sino como una teoría más actualizada, lo que, al menos en teoría, están planteando Alemania, Suecia, y otros países desarrollados, de la necesidad de equilibrar los problemas macroeconómicos con los problemas macrosociales y cuidar del equilibrio ecológico. Algunos de esos planteamientos los hemos leído, los hemos tomado, y hemos visto que hablan de cosas que nos están afectando.

¹² Em particular os trabalhos *Estrategia integral del FMLN para un nuevo país*, San Salvador, junho de 1992 e *Revolución democrática. Tesis para la estrategia del FMLN*, publicado no Nº 527 da revista ECA, UCA, setembro de 1992.

Entonces, de acuerdo con que hay una alta carga de influencia de los conceptos gramscianos en lo que en la práctica estamos aplicando. Esta aplicación no se nos ha ocurrido a nosotros. No te podría decir tampoco que fue desde la práctica que nosotros fuimos y encontramos a Gramsci, sería un poco petulante. **Yo creo que lo que nosotros estamos planteando es bastante influencia de los sandinistas, a través de algunos escritores actuales como Orlando Nuñez; o del PT, donde hay gente que ha leído y aplicado muchos conceptos de Gramsci; o incluso influencia de Europa donde hay gente también que está pensando en ese sentido.** De acuerdo también en que existen esos conceptos del bloque histórico, de hegemonía y del predominio de la sociedad civil sobre el estado, pero, yo te diría que, en ese sentido, como cada quien lo aplica de acuerdo a su realidad, a mí me parece que hay algunas cosas que no son exactamente lo que Gramsci planteaba, sino que son un poco los conceptos que el esbozó pero aplicados a nuestra realidad, o sea, una variante de lo que en el texto se puede encontrar.

(...) A mí no me preocupa el hecho que se me diga, "vos usás estos conceptos", al contrario, te digo que concientemente los estamos usando. Incluso algunos de nosotros hemos tratado de usar mas esos conceptos para tener un referente teórico, ideológico de nuestros planteamientos, para que la gente le ponga atención y diga "bueno, estos han investigado y tienen una teoría de base para sus planteamientos", y no es un planteamiento estrictamente empírico o ecléctico como se podría pensar. Yo creo que eso incluso le da cierta seriedad a tus planteamientos (Entrevista, 16-4-93. *In*, Análisis, 1993: 87).

Não apenas na fala de Medrano, mas de outros dirigentes da FMLN aparece esta referência a uma interinfluência entre a FMLN e o PT^[5]. Ninguém melhor que o representante da FMLN no Brasil no período 85-92, Ernesto Cisneros, para darnos um panorama mais aproximado do tipo de relacionamento destes partidos e das características desta influência mútua. Vejamos largamente seu depoimento sobre esta questão:

P.- Quisiera que me comentés cómo fue tu relación con el PT y que evalúes por tu experiencia directa durante un largo período, cuál puede haber sido el grado de influencia del PT en estas nuevas elaboraciones, cuáles etapas importantes, que cosas influenciaron, cómo transmitiste vos esas influencias, etc.

El FMLN viene aquí, en base a una invitación de la secretaria de relaciones internacionales del PT, y también del presidente de la CUT, Jair Meneguelli, en el 85. Ellos consideraban que el FMLN era una fuerza política relevante y que sería importante tener un representante en el Brasil. El PT veía esto como una forma de contacto más directo, para poder informar más directamente a la militancia petista, para impulsar las campañas de solidaridad, etc., etc., porque había una simpatía muy grande en la militancia del PT, de la CUT y del movimiento de solidaridad hacia centroamérica, y muy grande hacia El Salvador y el FMLN.

De nuestra parte, a nivel del FMLN, y en particular a nivel del ERP hubo una apreciación de que era importante reforzar el vínculo hacia América Latina; se hizo una evaluación del proceso de redemocratización del cono sur, Argentina, Brasil, Uruguay, etc. Ya en el 83 había varios movimientos por la democratización y entre ellos el movimiento por las directas en Brasil, donde participaron millones de personas (...) Otra cosa importante es que no veíamos esto con un interés económico, como era en buena parte el trabajo en Europa, en EEUU, en Canadá, sino como un trabajo de relaciones políticas, y se veía como una necesidad de "invertir" aquí. Y en el ERP, fue algo así como una intuición, porque no se tenía un conocimiento muy profundo, era, más que nada, cierta *identidad* con el PT, sobre todo su vinculación con el movimiento sindical, con el movimiento popular. Porque el FMLN tiene esa característica muy marcada: decir "Movimiento Popular" en El Salvador es, de cierta forma, sinónimo de FMLN.

El Frente surge del movimiento social y nunca se desvinculó del movimiento social, del movimiento popular. En ese sentido, creo que hubo una identidad inmediata con el PT, en relación a esa vinculación con el

movimiento social. Hay compañeros como Jonás [Jorge Melendez] que dicen "en verdad, el FMLN, más que una organización guerrillera, era una especie de movimientos social armado". En ese sentido esos elementos atraían mucho, se formaba una identidad bien rápida. Aquí tampoco había mucha información acerca del FMLN, pero se veía desde aquí que eso era pueblo, que era gente en la calle siendo masacrada, y había toda una coincidencia con la lucha de resistencia contra la dictadura y eso aportó a esa identidad rápida entre el PT y el FMLN (...) En mayo del 86 hay una visita de Duarte a Brasil y los estudiantes seminaristas de San Pablo se manifestaron en contra. Porque esa es otra de las identidades entre Brasil y El Salvador, entre el PT y el FMLN, la relación con el sector de las comunidades de base, de la teología de la liberación (...) Las relaciones se formalizan más y crecieron a partir de un encuentro de Lula con Ana Guadalupe. Pero yo creo que la base de todo eso era que había puntos de identidad concreta. Posteriormente, otro mecanismo posible de influencia han sido, en el caso mío, a través de informes, comentarios.

P.- Me parece importante la trama "documental" de ese intercambio. Como funcionaba eso?

Nosotros por lo menos una vez al año teníamos reunión del trabajo internacional, tanto del FMLN, como de cada organización. Y en esas reuniones se discutían temas de estrategia y cada uno transmitía sus vivencias. Obviamente yo transmitía mis experiencias aquí en Brasil, documentos, revistas, etc. Por ejemplo cuando en El Salvador se lanza todo el tema de la **autonomía de los movimientos sociales**, yo ya había estado planteando eso. Creo que lo importante de esos encuentros que eran a nivel de dirección, era la riqueza de todas las experiencias en los distintos países y los distintos puntos de vista.

P.- En ese sentido que hechos pensás que te hayan influenciado en tu concepción de la revolución, desde aquella idea de "toma del poder" a una idea más compleja de la transformación social?

Con el PT teníamos una característica en común que era la apuesta en el papel de las masas en el proceso transformador. En ese sentido, más que poder hablar de alguna influencia determinante del PT, yo creo que se trata de que hubo en nuestra agenda de debate sobre estrategia, programa, etc., un intercambio, porque, casi en el mismo momento estaban en ese debate aquí. Es cierto que, en algunas cosas, estaban más adelantados (...) Un tema en que el PT estaba bien más avanzado, y que me influenció mucho, era el de las tendencias en el partido y la democracia interna. Esa cuestión era para nosotros muy chocante, porque teníamos la concepción de que en el partido no podía haber tendencias, en cuanto aquí, la cosa era super complicada, pero podían convivir todas las tendencias. Y yo transmitía toda esa experiencia. Y ahora que se formó el "partido" FMLN, que todo es bien complicado, que exige un cambio de cabeza, el referencial del PT es muy importante. Precisamente para ver las fallas y los aciertos.

Respecto al tema de la concepción de la revolución, para mí fue importante el hecho de que aquí, en Brasil, yo conocí a Gramsci. En El Salvador, a pesar de que algunos conocían a Gramsci, no había un tradición de ese pensamiento, no había nada que se pudiera considerar como generalizado. Precisamente aquí en Brasil, principalmente en mi contacto con la gente del PT entre en relación con este pensamiento.

Fue en esa relación que voy madurando mis ideas. Porque teníamos que explicar la lucha del FMLN, y el proyecto que proponíamos y eso obligaba a reflexionar sobre nuestras propias concepciones. Recuerdo que en una charla que tuve que dar en Cajamar, alguien me dijo "ah, ustedes están con el pensamiento gramsciano", y eso me llamó la atención porque yo nunca había escuchado nada de Gramsci. También en una entrevista con la Folha de São Paulo me dijeron lo mismo. Y ahí yo les decía "maestro, quien es ese hombre?" En ese tiempo conversaba bastante con una gente del PCB, que tuvo mucha influencia del PC italiano, y leí algunas cosas. Pero fue en la UNICAMP, cursando las disciplinas en el Instituto de Economía que tuve un

acceso más completo, ya a nivel académico con esa lectura, y por supuesto comencé a hablar con nuestra gente sobre eso.

Por otro lado, en El Salvador, se comenzó a hablar allá por el 77 o 78 de la necesidad de construir, como parte de nuestra estrategia, una nueva relación entre las poblaciones de las comunidades en las zonas de control y el FMLN y un nuevo proyecto de desarrollo. Y para eso hablabamos del principio de la autogestión y el principio de la democracia participativa.

En ese sentido, yo siento que había una relación muy grande entre el trabajo internacional y el trabajo nacional. Muchas cosas de las que iban apareciendo en El Salvador me ayudaban a reflexionar en esta dirección, y las cosas que yo veía aquí también, y en las reuniones de intercambio, estas cosas se decían y se compartían. Yo creo que se trataba de una relación de doble mano, de intercambio, y que eso ayudó a hacer provechosa la discusión. Y creo que esa relación también ayudó al PT. Porque aquí también se asociaba revolución con lucha armada, y se decía que aquí no podía haber revolución porque no había lucha armada, y te decían "ustedes son los revolucionarios porque están con las armas". Y yo creo que muchos petistas veían ese asunto de las armas como un trauma, y por eso también la gran simpatía con El Salvador. Era algo así como decir "ustedes están haciendo algo que nosotros no podemos hacer", y era una sensación como de frustración. Entonces, esos cursos en Cajamar servían para reflexionar y discutir sobre esa visión, y eso fue ayudando al debate. Yo trataba de transmitir también todo el lado, digamos, "negativo" de nuestra experiencia, y de las vivencias cercanas de la revolución sandinista, o lo que veíamos de Cuba, etc. Y todo eso creo que también ayudaba a reflexionar a la gente del PT (Entrevista, junho de 1993).

A importância dos dirigentes políticos entrevistados, em torno deste complexo tema da emergente influência gramsciana nos novos conceitos, e seus depoimentos mostrando a virtualidade da mesma, embora incipiente, nos parece um fato claro. Ouvimos não apenas aqueles que vêm em Gramsci uma "inspiração" mais direta, mas também aqueles, como é o caso do dirigente Francisco Jovel que, embora respeitem este pensamento, duvidam dos alcances da sua pertinência e utilidade para analisar a nova situação em El Salvador. Mas é necessário colocar também a voz daqueles que declaram não ter nada a ver com este pensamento. É o caso relevante de Schafik Handal, secretário geral do PCS. Segundo Handal, os novos conceitos para pensar a nova estratégia estão ainda por ser elaborados, e não corresponde associá-los a nenhuma concepção já estabelecida. Vejamos o seu depoimento em entrevista.

P.- Hasta la ofensiva del 89 uno entendía como el FMLN armaba su estrategia, uno podía asociarla a la tesis de la revolución clásica. Ahora, a partir del surgimiento de la salida negociada, ya es bien difícil asociarlo a aquella hipótesis. La salida negociada aparece como una forma procesual tal vez más vinculada a otro tipo de estrategia, un proceso de largo aliento en el cual se van tomando parte por parte esferas de poder en la sociedad. Cuál es el fundamento teórico-político que tiene esta estrategia que aparece con la salida negociada del conflicto?

Es que no hay una elaboración teórico-política anterior. Nosotros mismos tenemos que elaborarla. En varias ocasiones hemos insistido en decir que tenemos que pensar con cabeza propia, y que uno de los aspectos positivos del derrumbe de la URSS y del así llamado "socialismo real", fue que nos puso ante la necesidad de pensar con cabeza propia...

P.- Varios dirigentes del Frente me expresaron esa convicción en el pensamiento propio de que vos me hablaste. Yo noté incluso cierta radicalidad en eso, como decir "nosotros no usamos más teoría. Vamos a la realidad y la realidad nos da las pautas". Allí comencé a preguntar: la vieja "teoría revolucionaria" ya no es una categoría útil para el movimiento revolucionario salvadoreño? Ahora bien, en tus escritos se percibe un lugar importante para la teoría; en ese sentido quiero preguntarte: cuáles influencias teóricas, junto con toda la influencia de los cambios en la realidad, vos creés que influenciaron sobre vos, o sobre otros compañeros, para las nuevas elaboraciones?

Mira, en el artículo segundo de nuestros nuevos estatutos definimos el pensamiento del partido. Allí decimos "El Partido Comunista es un partido revolucionario, unitario, humanista e internacionalista, que guía su actividad por un pensamiento propio fruto de nuestras experiencias de lucha, de las tradiciones patrióticas y revolucionarias de nuestro pueblo y de otros pueblos, especialmente los latinoamericanos, del conocimiento del socialismo científico creado por Carlos Marx y Federico Engels...", no le quisimos llamar marxismo; creemos que desde allí comienzan ciertas deformaciones religiosas en relación con la ciencia, "...la asimilación crítica del pensamiento socialista universal y de las ciencias sociales en general...". Y en el Congreso le agregamos: "...y de aquellas manifestaciones del pensamiento filosófico, político y religioso comprometidas con la causa de los pobres, la democracia, la justicia social y la autodeterminación nacional". Es decir que nosotros incluso reconocemos ese pensamiento progresista, que viene también de los medios religiosos, que es un logro de este siglo en el pensamiento latinoamericano especialmente, y que no se debe ignorar. Todo eso tenemos que tenerlo como fuente de nuestro pensamiento...

P.- Con las obras de Gramsci trabajaste?

No, muy superficialmente. No somos gramscianos, en el sentido que realmente no hemos trabajado con sus conceptos.

P.- Ni siquiera en esta nueva etapa lo agregaron en las publicaciones, en las escuelas, etc.?

No. En general nosotros pensamos ahora que toda esta crisis del socialismo, es también una crisis del pensamiento y es el agotamiento del eurocentrismo en el terreno del pensamiento revolucionario. Es el agotamiento ya histórico del eurocentrismo (Entrevista, 14-4.93. In, Análisis, 1993: 12, 16 e 17) .

Gramsci para pensar a América Latina?

Gramsci difundió-se na América Latina sem perguntar pela pertinência ou não desta difusão, indicando este fato, de um modo relativamente claro a existência de um terreno fértil para a sua difusão. Contudo, José Aricó e Juan Carlos Portantiero dois dos principais gramscianos latinoamericanos dedicam uma boa parte de suas obras "La cola del diablo" (1988) e "Los usos de Gramsci" (1977) -a qual Aricó chama de "la primera obra de aliento sobre el pensamiento de Gramsci escrita por un latinoamericano" (Aricó, 1988: 88)- a elucidar os motivos desta "pertinência" e da "utilidade" de Gramsci para pensar os processos políticos na América Latina¹³. Aricó observa a

¹³ O brasileiro C. N. Coutinho também adere à posição de Portantiero em torno deste tema. Diz Coutinho:

existência do que ele chama de "uma certa assincronia do debate intelectual em torno de Gramsci na América latina em relação a sua área original". E assinala sobre a sorte desta difusão:

La fortuna que el autor de los *Cuadernos* alcanzó en el continente desde los años setenta y fundamentalmente en los ochenta no parecía corresponderse con el ocaso de su presencia en su propio país (...) Una serie de conceptos propios de la elaboración gramsciana, aun aquellos más complejos como los de bloque histórico, revolución pasiva, guerra de posición y guerra de movimientos, reforma intelectual y moral, etc., se han generalizado de modo tal que se transformaron en algo propio, una suerte de "sentido común" no sólo del discurso más estrictamente intelectual, sino también del discurso político de la izquierda -aunque no sólo de esta (Aricó, 1988: 83) (Negritos nossos).

Assim, verifica um fato claro pelo menos nas experiências que nos trabalhamos.

...Con las puntualizaciones que en este caso, como en cualquier otro, deben siempre ser hechas, puede afirmarse que las elaboraciones de Gramsci forman parte de nuestra cultura y constituyen un patrimonio común de todas aquellas corrientes de pensamiento democrático y reformadoras del continente. **Todos somos, en cierto modo, tributarios de su pensamiento aunque algunos no lo sepan o no estén dispuestos a reconocerlo...** (Aricó, 1988: 84) (Negritos nossos).

Os dois textos mencionados são ricos na elucidação das condições de possibilidade da ampla difusão e da apropriação, que se fez na América Latina dos conceitos gramscianos. Nós, faremos uma relação dos pontos que achamos de maior relevância referentes ao nosso trabalho.

1.- Ambos os autores, Aricó e Portantiero, partem do conceito gramsciano de "tradutibilidade" das linguagens científicas¹⁴, e referido "à possibilidade de algumas experiências históricas, políticas e sociais, acharem equivalências em outras realidade", isto é:

Si la traducibilidad supone que una fase determinada de la civilización tiene una expresión "fundamentalmente" idéntica, aunque el lenguaje sea históricamente distinto por cuanto está determinado por las tradiciones específicas de cada cultura nacional y todo lo que de ellas se desprende, **Gramsci podía ser traducido en clave latinoamericana si era posible establecer algún tipo de similitud o sintonía histórico-cultural entre su mundo y el nuestro** (Aricó, 1988: 88).

¹⁴ Em seu excelente ensaio sobre Gramsci, Juan Carlos Portantiero coloca-se também a questão da caracterização da América Latina como 'oriente' ou 'ocidente'. Partindo de uma aguda distinção entre dois tipos de 'ocidente' em Gramsci, Portantiero afirma a impossibilidade de tratar como sociedades 'orientais' os países mais desenvolvidos da América Latina (...), que são para ele caso típicos de um 'ocidente' periférico e tardio. Estou inteiramente de acordo com esta conclusão. Mas creio que o fato indubitável da 'ocidentalização' desses países não exclui que, num certo período da sua história, eles tenham apresentado traços predominantemente 'orientais', ainda que -como tento demonstrar para o caso brasileiro- estejamos diante de um 'oriente' bastante peculiar, dada a presença, desde a Independência, de elementos 'ocidentais'... (Coutinho, 1988: 120).

¹⁴ "La traducibilidad presupone que una determinada fase de la civilización tiene una expresión cultural "fundamentalmente" idéntica, aunque el lenguaje es históricamente distinto, determinado por la particular tradición de cada cultura nacional y de cada sistema filosófico, por el predominio de la actividad intelectual o práctica, etcétera..." (Gramsci, 1984b, T4: 318).

"La unidad de la historia, o sea lo que los idealista llaman unidad del espíritu, no es un presupuesto, sino un continuo hacerse progresivo. Igualdad de realidad efectiva determina identidad de pensamiento y no viceversa. De ahí se deduce además, que toda verdad, aun siendo universal, y aun pudiendo ser expresada por una fórmula abstracta, de tipo matemático (para la tribu de los teóricos), debe su eficacia a ser expresada en los lenguajes de las situaciones concretas particulares: si no es expresable en lenguas particulares es una abstracción bizantina y escolástica, buena para pasatiempo de los rumiadores de frases (Gramsci, 1984b, T4: 45).

2.- Aricó toma como referência o trabalho de Portantiero na explicitação daquelas "identidades" entre as sociedades latino-americanas e a Itália estudada por Gramsci que permitissem essa "tradutibilidade". Vejamos o raciocínio de Portantiero.

a) Em primeiro lugar coloca em dúvida a idéia, difundida principalmente na Europa, de que o "uso" dos conceitos gramscianos é pertinente apenas, ou privilegiadamente, nas sociedades capitalistas avançadas, no "centro" do mundo, no "ocidente" desenvolvido; isto é, a estigmatização de Gramsci como o "teórico da revolução em ocidente", nesse "ocidente".

Su problemática (...) se evade de esos límites rígidos y nos alcanza (...) Su obra, para nosotros, implica una propuesta que excede los marcos de la teoría general para avanzar, como estímulo, en el terreno de la práctica política. Sus preguntas se parecen a nuestras preguntas, sus respuestas se internan en caminos que creemos útil recorrer (Portantiero, 1977: 66-68).

b) Os porques desta evasão desses "limites rígidos" os encontrará Portantiero numa "matização" do conceito de "ocidente" que o próprio Gramsci autoriza e utiliza. A pergunta é: qual é o "ocidente" sobre o qual Gramsci deflagra o *grosso* da sua análise? A resposta a esboça Portantiero apoiando-se no próprio Gramsci. Num dos seus últimos trabalhos pré-carcerários, Gramsci tematiza uma diferencia entre países europeus do capitalismo avançado e uma série de países que chamou de "estados periféricos".

...Estas observaciones, naturalmente, deben ser perfeccionadas y expuestas en forma sistemática. De todas maneras, creo posible extraer una conclusión: realmente nosotros entramos en una fase nueva del desarrollo de la crisis capitalista. Esta fase se presenta en formas distintas en los países de la periferia capitalista y en los países de capitalismo avanzado. Entre estas dos series de estados, Francia y Checoslovaquia representan los dos anillos de unión. En los países periféricos se plantea el problema de la fase que he llamada intermediaria entre la preparación política y la preparación técnica de la revolución. En los otros países, y aun en Francia y Checoslovaquia, creo que el problema es todavía el de la preparación política (Gramsci, 1981: 287).

Portanto, diz Portantiero, a partir destas indicações Gramsci autoriza a pensar na existência de «dois grandes tipos de sociedades "ocidentais"», definidas principalmente em termos de:

Las características que en ellas asume la articulación entre sociedad y estado, dimensión que de manera nítida aparece en Gramsci como privilegiada para especificar diferenciaciones dentro de la unidad típica de un "modo de producción" (Portantiero, 1977: 67).

Temos assim, por um lado, um "ocidente puro", ocidente "em sentido clássico", ou seja:

...Aquella situación en la que la articulación entre economía, estructuras de clases y estado asume forma equilibrada, como anillos entrelazados de una totalidad. Se trata de un modelo fuertemente societal de desarrollo político en el que una clase dominante nacional integra el mercado, consolida su predominio en la economía como fracción más moderna y crea al estado. La política toma la forma de un escenario reglamentado en el que las clases van articulando sus intereses, en un proceso creciente de constitución de su ciudadanía a través de expresiones orgánicas que culminan en un sistema nacional de representación que encuentra su punto de equilibrio en un orden considerado como legítimo a través de la intersección de una pluralidad de aparatos hegemónicos... (Portantiero, 1977: 67).

E, por outro lado, outro tipo de "situação ocidental", um ocidente "periférico" no qual:

...A diferencia de "Oriente", puede hablarse de formas desarrolladas de articulación orgánica de los intereses de clase que rodean, como un anillo institucional, al estado, pero en la cual la sociedad civil así conformada, aunque compleja, está desarticulada como sistema de representación, por lo que la sociedad política mantiene frente a ella una capacidad de iniciativa mucho mayor que en el modelo clásico. Sociedades, en fin, en las que la política tiene una influencia enorme en la configuración de los conflictos, modelando de algún modo a la sociedad, en un movimiento que puede esquematizarse como inverso al del caso anterior. Aquí, la relación economía, estructura de clases, política, no es lineal sino discontinua (Portantiero, 1977: 67).

Concluindo a sua argüição diz Portantiero sobre a direção principal do pensamento gramsciano neste ponto:

En realidad, la propuesta analítica gramsciana está pensada mucho más desde esta segunda perspectiva que desde la primera: basta repasar las características de la Italia de los 20 y de los 30 sobre las que él trabajó, para confirmar esta obviedad no siempre advertida por los comentaristas que lo sacralizan como el teórico del "Occidente" más desarrollado (Portantiero, 1977: 67).

c) Na continuação do seu argumento, Portantiero coloca uma série de sociedades latino americanas na situação desse segundo "ocidente".

Sociedades con más de siglo y medio de autonomía política, con una estructura social compleja, en las que, además, han tenido vigencia movimientos políticos nacionalistas y populistas de envergadura y en las que existe una historia organizacional de las clases subalternas de larga data, las latinoamericanas no entran sino por comodidad clasificatoria en la categoría general de "tercer mundo", categoría residual que quizá pueda describir mucho mejor a algunas sociedades agrarias de Asia y Africa. (...)

Comparables por su tipo de desarrollo, diferenciables como formaciones históricas "irrepetibles", estos países tienen aún en ese nivel rasgos comunes: esa América Latina no es "Oriente", es claro, pero se acerca mucho al "Occidente" periférico y tardío. Más claramente aún que en las sociedades de ese segundo "Occidente" que se constituye en Europa a finales del siglo XIX, en América Latina es el estado y la política quienes modelan a la sociedad. Pero un estado -y he aquí una de las determinaciones de la dependencia- que si bien trata de constituir la comunidad nacional no alcanza los grados de autonomía y soberanía de los modelos "bismarkianos" o "bonapartistas".

Todas las pujas políticas del siglo XIX son pujas entre grupos que desde el punto de vista económico se hallan escasamente diferenciados y que aspiran al control del aparato del estado para desarrollar desde él a la economía y promover con ello una estructura de clases más compleja (Portantiero, 1977: 69-70).

Contudo, Portantiero limita a sua caracterização a um certo tipo de países latino-americanos.

No introduciré acá lo que es ya suficientemente conocido, es decir, una caracterización tipológica de ese universo confuso, indiferenciado que para el observador europeo o norteamericano es América Latina: ciertamente esta zona del mundo no constituye una unidad o, si prefiere usar la frase rutinaria, es una diversidad dentro de una unidad.

Nuestro discurso abarca, dentro de ese conjunto, a aquellos países que han avanzado en un proceso de industrialización desde principio de siglo y más claramente tras la crisis de 1930, con todas sus consecuencias sociales conocidas: complejización de la estructura de clases, urbanización, modernización, etc. Estos países, Argentina, Brasil, Colombia, Chile, México, Uruguay y últimamente por las consecuencias notables de su "boom" petrolero, Venezuela, unificados entre sí porque todos ellos se insertan en la

economía mundial a partir de un proceso de industrialización, conforman también sistemas hegemónicos específicos, caracterizados por el modo particular de articulación entre sociedad y estado (Portantiero, 1977: 69)¹⁵.

Por sua parte, falando da revolução mexicana à qual qualifica de "solução intermédia" entre oriente e ocidente¹⁶, diz Aricó:

Es indudable que por muchas razones no podemos considerar como "orientales" a las naciones latinoamericanas (...) Toda la aventura de América se perfila como la expresión y prolongación de ese gigantesco proyecto de modernización que se abre en Europa con las guerras religiosas. A su vez, la conquista violenta de la independencia política profundizó aceleradamente un proceso de occidentalización de las formas políticas, económicas y sociales bajo las que se produjo la construcción de los estados nacionales. Y sin embargo, las anomalías del proyecto nos remiten a determinaciones que resultan oscuras en la teoría y duramente resistentes en la práctica. **Más allá de las explicaciones de tipo estructural o económico (y las teorías del subdesarrollo o de la dependencia, de innegable raíz marxista, apelan preferentemente a ellas) está el hecho cierto de un proceso de occidentalización cuyo impulso no estaba vinculado estrechamente a un desarrollo económico local, sino que era un reflejo del desarrollo internacional que, como dice Gramsci, "manda a la periferia sus corrientes ideológicas"** (Aricó, 1988: 105-106).

3.- A partir destas constatações, estes dois autores trabalham a pertinência de uma série de conceitos gramscianos para, por um lado, explicar a dinâmica das sociedades latino-americanas e, por outro lado, pensar estratégias nacionais de transformação social, adequadas a estas dinâmicas.

É preciso mencionar, por exemplo, a pertinência do conceito de "revolução passiva" para pensar os particulares processos de modernização capitalista e a construção de sociedades complexas, e o conceito de "nacional-popular" para pensar o problema da constituição das "classes subalternas" neste mesmo processo modernizador e as suas complexas relações com os movimentos de corte nacionalista e populista. Ambos os conceitos dão a chave para superar, por um lado, as visões erradas da esquerda em torno da caracterização destes países como "atrasados e semi-feudais" -e, portanto, da necessidade de uma "revolução democrático-burguesa"-, e, por outro lado, as noções erradas em torno da conformação "classista" das sociedades, a compreensão estreita dos movimentos nacionalista-populares e, a compreensão mais clara das características do sujeito transformador nestes países. Junto com isto, a compreensão do papel dos intelectuais latino-americanos, e a formulação de uma visão mais acertada do seu papel no processo transformador.

A pertinência deste conjunto de conceitos faz com que a temática da hegemonia, conceito que articula o conjunto da conceitualização gramsciana, encontre um terreno fértil de expansão não como "*una doctrina apta para la solución de todos los problemas de nuestro tiempo*", mas como «*un*

15 Aricó acrescenta que "...Es en torno a las formas nuevas de articulación entre sociedad y estado en países de industrialización tardía y 'postera' como la Argentina, el Brasil, Colombia, Chile, México y Uruguay, donde el pensamiento de Gramsci parece poder expresarse en 'lenguas particulares' concretas transformándose, de tal modo, en un estímulo útil, en un instrumento crítico capaz de dar cuenta de los pliegues más complejos de lo real (Aricó, 1988: 91-92).

16 "...La 'solución' mexicana nos vuelve a remitir a la eterna querrela clasificatoria y a la provisoria de todo juicio que sobre la base de aquellos dos grandes paradigmas de Oriente y Occidente pretenda incluir, y desde allí explicar, procesos diferenciados (Aricó: 1988: 105).

conjunto de instrumentos metodológicos y estratégicos que "proporcionan las bases teóricas de un modo de análisis de lo social"» (De Riz; De Ipola, 1985: 69). O seminário realizado em Morelia, México, em 1980, submeteu este conceito a uma análise ampla e demonstrou largamente a fertilidade da sua aplicação na análise das realidades latino-americanas. Dizia Aricó naquela oportunidade:

El concepto gramsciano de hegemonía, aquello que (...) lo transforma en un punto de ruptura de toda la elaboración marxista que lo precedió, es el hecho de que se postula como una *superación* de la noción leninista de alianza de clases en la medida en que privilegia la constitución de sujetos sociales a través de la absorción y desplazamiento de posiciones que Gramsci define como "económica-corporativas" y por lo tanto incapaces de devenir "estado". Así entendida, la hegemonía es un proceso de constitución de los propios agentes sociales en su proceso de devenir estado, o sea, fuerza hegemónica. De tal modo, al aferrarnos a categorías gramscianas como las de "formación de una voluntad nacional-popular" y de "reforma intelectual y moral", a todo lo que ellas implican más allá del terreno histórico-concreto del que emergieron, el proceso de configuración de la hegemonía aparece como un movimiento que afecta ante todo la construcción social de la realidad y que concluye recomponiendo de manera inédita a los sujetos sociales mismos (Aricó, 1985: 14).

Isto permite, ao mesmo tempo, recompor as relações teóricas e políticas entre os conceitos de democracia e socialismo, entendendo a democracia, como "a práxis ativa das classes subalternas" - e, portanto, como algo inseparável do processo de "auto-constituição dos sujeitos populares"-, e o socialismo como uma "ampliação e aprofundação do controle democrático sobre a existência social":

La pretensión de mantener unidos democracia y socialismo supone en la práctica política la lucha por construir un orden social y político en el que la conflictualidad permanente de la sociedad encuentre formas de resolución que favorezcan su democratización sin generar su ingobernabilidad. La tarea inmediata, entonces, no puede ser otra que "el desarrollo de formas alternativas de cultura, organización y lucha que pongan en entredicho las normas y las jerarquías institucionalizadas y, por consiguiente, contribuyan a la formación de unos sujetos populares dotados de la autonomía y voluntad para participar plenamente de la vida pública... (Aricó, 1988: 116-117).

Finalmente, para concluir este capítulo, é importante colocar uma apreciação de Aricó que nos permite dimensionar com maior precisão o sentido do nosso trabalho de pesquisa. Diz Aricó:

Y no deja de ser lamentable que todos estos esfuerzos por renovar un patrimonio ideal que en su utilización ideológica y política dejó de tener capacidad proyectiva, hayan quedado reducidos al ámbito intelectual sin encontrar el suficiente eco en los partidos de izquierda. Porque si aún en tales organizaciones la crítica de las experiencias históricas del socialismo real y el cuestionamiento de las pretensiones de recomposición organicista desde la cúspide de un partido las ha llevado a plantearse problemas para los cuales tenían respuestas meramente ideológicas -el de la democracia política, por ejemplo- sigue siendo una limitación grave de su accionar político una visión puramente instrumentalista del estado y de su relación con la sociedad (Aricó, 1988: 115-116).

A direção central do nosso trabalho é, justamente, a de colocar em questão esta opinião e sugerir a hipótese alternativa de que, por caminhos tortuosos, emerge nas forças políticas que analisamos, uma visão da sociedade e uma estratégia transformadora que começa a levar em conta

essa "renovação do patrimônio ideal" que com tanto esforço foi-se construindo nestas três últimas décadas no nosso sub-continente. Certamente, assinalamos mais uma vez, essa emergência, que mostraremos nas experiências estudadas, deverão ainda passar por um duro, e quem sabe longo, processo de crítica e ajuste no seu contraste com a prática social. Mas, o que para nós fica evidente é o fato de que estes "esforços" que menciona Aricó, ecoaram sim, nos partidos de esquerda, embora a eficácia real desses ecos seja uma questão em aberto. Na tentativa de salientar a magnitude dessas ressonâncias, apareceram fatos instigantes, dignos de serem levados em conta.

Notas suplementares capítulo 1

[N1.] (página 41)

Hipótese de uma terceira etapa (de declínio) na difusão das idéias gramscianas. Há elementos colocados por alguns autores que falam na virtualidade de uma terceira etapa, de declínio, da expansividade das idéias gramscianas a partir de meados dos anos 80. Por exemplo, diz Aricó sobre a idéia de que Gramsci já *"forma parte de nuestra cultura americana, como un patrimonio común de todas aquellas corrientes de pensamiento democráticas y reformadoras del continente"*:

"Esta afirmación pareciera no corresponderse con el espíritu que reinó por lo menos en una parte significativa de los asistentes al coloquio de Ferrara, que los condujo a preguntarse sobre la «actualidad» de Gramsci. Frente a la crisis del horizonte de certezas en torno al cual tales corrientes fundaron sus propuestas de transformación surgía la pregunta de si también entre nosotros muchas de las elaboraciones gramscianas habían entrado en un irrecuperable cono de sombras (...) Si uno se atiende no sólo a las muchas expresiones en tal sentido, y que encontraon eco en el coloquio, sino a los nuevos referentes culturales que alimentan el debate intelectual más reciente, se debería admitir que también entre nosotros se ha iniciado una fase descendente de la gravitación de las elaboraciones gramscianas tal cual fueron éstas organizadas como "doctrina" y difundidas no sólo aquí"

Aricó não parece concordar com a idéia desse declínio e se pergunta:

"...al liberarnos de sus respuestas, nos liberamos de sus preguntas?" y acrescenta "Se puede imaginar una democratización radical de la sociedad si no se incorpora de algún modo la hipótesis-límite de otra sociedad en la que se vuelva innecesaria la existencia de gobernantes y gobernados"(Aricó, 1988: 12-13)

Portantiero parece dar, na atualidade, uma resposta negativa a esta pergunta de Aricó:

"Vacca es uno de los pocos, del ex-PCI, ahora PDS, que trata de acentuar elementos de continuidad, frente a otros que desde el nombre para abajo, acentúan elementos de ruptura con la tradición. Vacca afirma la continuidad y cree ver entonces otro Gramsci, teórico también de esta fase. Yo pienso que Gramsci es muy dúctil y versátil, y traté de decir eso en mi libro *Los usos de Gramsci*, titulado así con toda intención, pues ese discurso abierto, como es el gramsciano, admite interpretaciones nacional-populares, clasista-consejista, etc. Pero no me muestro tan dispuesto a aceptar que sirva para un discurso de la época del colapso de los socialismos reales. No es compatible, sin duda, con esta mundialización de los valores económicos y culturales capitalistas. Vaca acentúa elementos gramscianos referidos a la crítica interna a la revolución rusa, más bien al stalinismo y a la revolución pasiva del estado soviético. Esto está en Gramsci, pero no los otros elementos que Vaca quiere plantear. Para Vacca, en síntesis, se trata no de pensar el mundo desde la nación, como lo hacíamos antes, sino a la nación desde el mundo. Con lo cual aquí hay un socavamiento de la categoría nacional-popular muy fuerte, y la democracia no puede pensarse sólo bajo su aspecto liberal-representativo. Estos temas no sé si están en Gramsci. Yo no soy gramscólogo. Digo apenas que creo que estos temas no están en Gramsci. Mi primer reacción es la que yo le manifesté a Vacca. No forcemos todo para que siempre Gramsci sea nuestro guardaespaldas ideológico, en cualquier coyuntura. Pero yo sigo pensando que Gramsci es la figura más importante del marxismo de este siglo. Más que Lenin. Es un político fracasado, desde luego; pero él es el que readapta el marxismo a las realidades de la modernidad, confrontándolo permanentemente con la cultura de su tiempo. Para mí sigue siendo interesante como estímulo para pensar la relación política-cultura. Esta relación, de alguna manera, es la que me ha constituido intelectualmente. Eso lo sigo manteniendo. Pero no creo que sea necesario hacer gramscismo en estos momentos".

Interrogado sobre o Gramsci que ainda aparece nos seus escritos do período "alfonsinista", Portantiero responde:

"...El Gramsci que hay en aquellos trabajos es el Gramsci que podríamos denominar "consustanciado". El Gramsci que está dentro de mí porque esa es la manera que tengo yo de acercarme a las cosas. Pero no creí ni creo que se pueda pensar la transición democrática desde Gramsci. Allí parecen más adecuados los contractualistas Rawls y compañía. También Bobbio y su reivindicación del liberalismo político, dentro de una tradición democrática. Bobbio no es un gramsciano, pero no podemos pensar bien a Bobbio sin Gramsci. Gramsci vivió en otro momento, un momento en donde efectivamente la democracia es el socialismo. Ahora, lo que se puede pensar es: ojalá que la democracia y el socialismo vayan juntos, pero no hay una razón de naturaleza

esencial que así lo indique, sino que son producciones independientes. En Gramsci hay todavía simultaneidad, lo no democrático es lo no socialista. Así se pensaba. Pero hoy no podemos ver las cosas de este modo. Como texto, no creo que Gramsci pueda acompañar este período. De hecho, en Italia es «cane morto». La cultura de izquierda bajo la cual se forjó el PCI -y también nosotros, que leíamos *Rinascita*- da la impresión que no existe más. Acabo de volver de Italia. Eso no es lo que allá la gente está discutiendo y hay un gran vacío de ideología. Que lo llena el amigo Wojtyła. *Centessimus annus* es el best-seller del momento. No existe la contra-argumentación socialista con filón gramsciano. No se la ve. Recorrí librerías y esta vez no ví nada para traerme. No había nuevos textos, nuevas producciones (Portantiero, 1991: 9).

[N2.] (Página 42)

Demora de Gramsci no Ingresso ao México. Arnaldo Córdova nos diz que Gramsci chegou tarde ao México, "embora não muito mais do que em outros países latino-americanos, e também não pior recebido".

Poderíamos perguntar a Córdova: essa idéia de "demora" na chegada de Gramsci, é demora com relação a que? Da chegada de Gramsci, por exemplo, à Argentina? Em todo caso, isso não deveria ser tematizado como uma "desvantagem". Parece-nos que a pergunta mais pertinente é a pergunta pela inserção e permanência deste pensamento como cultura, capaz de produzir efeitos intelectuais e morais e incorporar-se na ação das forças transformadoras do país. Se a pergunta fosse pela data de chegada, Argentina seria um país de "gramscianos". Porém parece ser bem pouco o que sobrou dos "gramscianos argentinos" em termos da expansão de idéias.

É interessante aqui colocar o seguinte problema: porque o tipo de difusão que se realiza no Brasil, não se realizou na Argentina, onde tanto as condições materiais da sociedade (a sua *ocidentalização*), como a chegada do pensamento gramsciano são anteriores? A sorte do pensamento gramsciano na Argentina, seria uma excelente pergunta para uma investigação particular, vinculada ao estudo da esquerda argentina desde o ponto de vista ideológico.

Poderíamos adiantar a seguinte hipóteses para esse estudo: as condições de possibilidade de difusão, no caso brasileiro, tiveram uma característica peculiar: essa difusão acontece em condições históricas nas quais estavam em curso outros dois fenômenos importantes: um processo de industrialização e modernização veloz que impulsionou o processo de *ocidentalização* da sociedade, e a crise violenta do paradigma anterior, o "marxismo-leninismo", que passava a sua fase terminal.

No caso argentino, o processo de industrialização e modernização da sociedade alcançou um ponto elevado num momento de extrema força do "marxismo-leninismo". Este processo (que foi em parte importante resultado das lutas desenvolvidas em torno do movimento operário desde meados do século XIX), tem seu ápice na gestão de J.D.Perón, a partir de 1946. Mas, este é também o momento do triunfo aliado na 2ª Guerra e a afirmação do *modelo soviético* de construção socialista, ancorado no prestígio inaudito ganhado por este país na guerra antifascista. Este é também, o momento da publicação das primeiras traduções de Gramsci das *Cartas do Cárcere*, que aparecem em 1950 (as primeiras traduções dos *Cadernos* são de meados dos 50 e começo dos 60). Mas, sua sorte já estava marcada pelas dois condições anteriores. Posteriormente a difusão será do modo que é decrito nos depoimentos de Aricó e Portantiero que citamos no texto.

[N3.] (Página 42)

Mais de Portantiero sobre a "Ideologia" de Passado y Presente.

"En cuanto al '73, cuando aparece quebrado el ciclo que se abre en el '55, la constitución de la alternativa se relacionaba con la capacidad mostrada por el peronismo para retener la clase obrera. Esa alternativa debía tener una base socialista. Más que una apuesta al peronismo, era una apuesta a que en el interior del peronismo surgieran movimientos de recomposición política orientados al socialismo. Era una fusión de clasismo Sitrac-Sitram con un escenario cultural para la clase obrera que nos parecía colocado en el interior del peronismo. Una apuesta que estaba equivocada. Y todo esto en el marco de una cultura política generalizada que apostaba a la guerra y al partido armado. Cuando Sebrelli dice que *Pasado y Presente* era un órgano oficioso de Montoneros está macaneando, porque nosotros nunca nos colocamos allí (...) Pero por otro lado debo decir que de alguna manera todos fuimos Montoneros, no literalmente, sino como elección de una cierta inflexión histórica. El que no era Montonero, en ese sentido metafórico, era del otro partido armado que había en la Argentina. Gramsci servía

para apontar ciertos elementos existentes en la clase obrera peronista, una experiencia de clase con perspectivas consejistas y de democracia de base, conceptos que sacábamos de la obra gramsciana para interpretar el conflicto social argentino. Por otra parte, el número de Pasado y Presente donde aparece la mayor referencia a montoneros, está dedicada al tema de los consejos de fábrica. Así que nosotros teníamos un discurso que realizaba un "zurcido" de una cantidad de cosas, un "paquete" de ideologías (Portantiero, 1991: 8).

[N4.] (Página 48)

Difusão de Gramsci na universidade brasileira. Na tese de doutoramento de Ivette Simionatto (1993), dirigida pelo Professor Carlos N. Coutinho na PUC-SP, encontramos uma interessante quantidade de material par começar uma recomposição desta difusão no âmbito acadêmico. Segundo nos lembra Simionatto, seguindo a opinião do seu orientador, no trânsito dos anos 60 para os 70:

O debate acadêmico centra-se (além de Althusser e Marcuse) em pensadores como Heidegger, que encontrou muitos adeptos. Grande expressão terá também o pensamento estruturalista de Levi-Straus. Gramsci continuará aparecendo de forma bastante marginal e pouco expressiva. Enquanto as obras de Marcuse e Althusser eram constantemente reeditadas, as de Gramsci encaharam nas prateleiras. As primeiras edições esgotaram-se com vagar e a penetração da obra do pensador italiano na produção intelectual brasileira e na Universidade foi pouco expressiva" (Simionatto, 1993: 173).

Sobre estas considerações editoriais de C. N. Coutinho, reproduzidas textualmente por Simionatto, tinha escrito E. F. Dias: "o sucesso editorial de Marcuse foi real, o de althusser não..." (Dias, 1991: 64).

Para explicitar o clima cultural no qual crescerá a influência do pensamento gramsciano, Simionatto traz a opinião de José Arthur Gianotti e Edmundo F. Dias. Segundo assinaia Gianotti:

"Primeiro, deu-se a retomada da sociologia elaborada pela então chamada geração *between* da Faculdade de Filosofia da USP (Florestan Fernandes e Antonio Cândido, por exemplo); reaproximação com a via propriamente funcionalista sempre muito ativa no Brasil. Depois, foi a corrida ao gramscismo, que foi e é utilíssimo não só para nos livrar do pensamento monolítico marxista-leninista, como para impulsionar o pluralismo com o qual não estávamos acostumados, obrigando-nos a pensar questões mais concretas da política nacional"... (In, Simionatto, 1993: 174)

Por sua vez, Dias indica que a discussão sobre o marxismo e, conseqüentemente, sobre Gramsci, "se fez inicialmente na Universidade e, posteriormente, nos partidos de esquerda":

Gramsci foi e está sendo mais discutido na Universidade do que nos partidos políticos. E hoje, na prática, está mais presente em alguns movimentos sociais do que praticamente nas discussões dos partidos de esquerda". (In, Simionatto, 1993: 179)

Assim, segundo Dias, no fechamento institucional e cultural do período 1964-1976,

"Gramsci começa a ser efetivamente discutido na academia (...) As primeiras discussões sobre o pensamento gramsciano ocorreram nos cursos de Ciências Sociais e, posteriormente, "Gramsci vira pedagogo e depois assistente social"... (In, Simionatto, 1993: 174-178)

Na sua pesquisa do percurso gramsciano pela universidade, Simionatto detecta uma primeira discussão de Gramsci na disciplina "O conceito de hegemonia em Ciência Política", ministrada pelo Prof. Oliveiros S. Ferreira no programa de pós-graduação da USP, já na década de 60. A autora assinaia que, além de Ferreira, na USP registra-se o interesse do Prof. Francisco Weffort em colocar Gramsci no debate. Weffort começa a trabalhar com o pensamento de Gramsci por volta de 1973-74, segundo nos indica a autora, até os anos 80, nos "Seminários de pós-graduação" que contavam com a participação de alunos de diversas áreas:

Weffort relata que, nos "Seminários de pós-graduação", as discussões não se voltavam para o Gramsci da filosofia da práxis, mas, sobretudo, para o Gramsci político. "O tema central era aquele da vontade, aquele da iniciativa política. Esta foi a época em que se entendia o pensamento de Gramsci como uma "filosofia da derrota". Deste ponto de vista em que ninguém mais tinha iniciativa política, Gramsci mostrava que se podia ter essa capacidade. Mas, do ponto de vista daqueles que estavam vivendo a derrota, Gramsci era tomado como capacidade de afirmação política" (Simionatto, 1993: 175).

Discutia-se também nos seminários do Professor Weffort a teoria do partido, a concepção de sindicato e de Conselhos de Fábrica. O debate girava em torno tanto do jovem Gramsci quanto do Gramsci da maturidade, colocando mais ênfase no primeiro. As discussões centravam-se na questão ético-política, na visão plural e ampliada do movimento operário, no papel do intelectual e da cultura...

Nesse contexto, "como as pessoas não podiam prever o que viria, se agarravam numa concepção nova de política, de partido, numa visão plural do movimento", com um certo distanciamento da concepção leninista clássica, que entendia ser "o partido a verdade do movimento". As discussões passaram a apontar para a idéia de que "o lugar da verdade do movimento é um lugar plural onde se entrelaçam o partido, o sindicato os movimentos sociais" (Simionatto, 1993: 176).

Entre os alunos de Weffort nesse período se encontravam os já mencionados neste trabalho Marco Aurélio Nogueira e Edmundo Fernandes Dias.

Sobre a influência do pensamento gramsciano na UNICAMP Simionatto traz as referências principais nas figuras de Demerval Saviani na área de Educação e de Michel Debrum na área de Filosofia Política. Saviani, segundo indica Simionatto, se adjudica a inserção do debate gramsciano na UNICAMP. Por sua vez, Dias, falando sobre a influência gramsciana no antigo Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, onde "muitas pessoas se declaravam gramscianas", assinala:

"Michel Debrum é certamente o mais antigo nesta reflexão. Na graduação, ocorreram muitos cursos que buscavam introduzir o pensamento de Gramsci. Até na história, suas idéias tiveram eco. Na antropologia, algumas referências eram feitas através dos textos de Nestor Garcia Canclini e A. M. Cirese" (In, Simionatto, 1993: 178).

De sua pesquisa na PUC-SP, Simionatto indica que as primeiras referências sobre Gramsci podem ser encontradas em 1974, na disciplina "Teoria sociológica" do mestrado em Ciências Sociais, ministrada pela Prof. Maria Andréa Rios Loyola e, em disciplinas do curso de graduação em Ciências Sociais ministradas pelas Professoras Maura Pardini Bicudo V. Veras e Maria Helena S. Almeida. E conclui:

Tanto na graduação quanto na pós-graduação, a presença de Gramsci tornou-se constante nas mais diferentes disciplinas. (...) A partir de então, Gramsci será sempre referenciado nas disciplinas de Octávio Ianni, Renato Ortiz, Élide Rugai Bastos, Luis Eduardo Wanderley e Mauricio Tragtemberg, entre outros. *Maquiavel, a política e o Estado moderno, Os intelectuais e a organização da cultura e Concepção dialética da história* são os textos gramscianos mais difundidos por esse grupo de professores, não havendo indicações sobre a obra do jovem Gramsci, como ocorreu no debate uspiano. (Simionatto, 1993: 179)

Na área de Educação da PUC-SP, Simionatto indica o papel relevante de Demerval Saviani que começa a trabalhar Gramsci em 1978. É interessante como indicativo do crescente interesse pelo pensamento gramsciano naquela época a seguinte referência de Saviani:

"O Programa de Filosofia da Educação da PUC-SP, que começou a funcionar com o curso de mestrado em 1972, abriu o doutorado a partir do segundo semestre de 1977. A primeira turma de doutorandos solicitou-me para assumir a disciplina optativa que seria oferecida no primeiro semestre de 1978, cujo título era 'teoria da Educação'. A turma tinha como proposta trabalhar nesta disciplina o pensamento de Gramsci. Essa era a primeira turma do doutorado, composta por mestres e, alguns deles, com experiência em pós-graduação e que, de certo modo, representavam um setor de ponta na produção intelectual na área de Educação (...) A partir deste grupo, surge a disciplina 'Teoria da Educação', cujo eixo estava centrado no pensamento de Antonio Gramsci." (In, Simionatto, 1993: 180)

Simionatto assinala ainda que a discussão sobre o pensamento gramsciano se estenderá, posteriormente, ao curso de mestrado em Educação através da disciplina "Educação e Hegemonia", ministrada por Saviani por volta de 1983-84. E indica finalmente que nos programas de mestrado e doutorado na área da Educação, além de Saviani, Gramsci é referenciado nas disciplinas ministradas por Moacir Gadotti, Maria Luiza Santos Ribeiro, Miriam Jorge Warde, Paulo Freire e Guiomar Namo de Mello. Na área de "Serviço Social" da PUC-SP, Simionatto indica que se encontram as primeiras referências a Gramsci em 1979, na disciplina "Teoria do Serviço Social", mas que o maior interesse nesta área foi despertado pelo trabalho do Prof. Evaldo A. Vieira.

Para Evaldo A. Vieira, o início da inserção das idéias de Gramsci na PUC-SP está relacionado à invasão ocorrida em setembro de 1977, que levou "a uma ebulição intelectual e a um grande debate". Gramsci passou a ser um "autor consagrado" para muitos professores... (Simionatto, 1993: 182).

No que diz respeito à UFRJ, Simionatto indica que o debate sobre o pensamento de Gramsci também ocorreu no final dos anos 70, principalmente nos cursos de Filosofia e Ciências Sociais.

É importante finalmente colocar uma observação de Simionatto sobre a influência mais nacional deste pensamento:

Certamente, o debate sobre o pensamento gramsciano não está centrado apenas no eixo Rio-São Paulo. O professor Saviani nos dá a indicação de que grande parte de seus alunos eram provenientes de outros Estados e, com certeza, ocorreu uma ramificação em outros centros de ensino. Evaldo A. Vieira também aponta as discussões dos professores José Willington Germano e José Antonio Spinelli Lindoso, da Universidade Federal de Rio Grande do Norte. Outro destaque nas reflexões sobre Gramsci é o professor Paolo Nosella, da Universidade Federal de São Carlos, e Giuseppe Stacone, da Universidade Federal de Pernambuco. Há que se registrar também a mesma influência no curso de mestrado de Serviço Social das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro. Destaca-se, ainda, o curso de graduação da Universidade Federal do Maranhão, que tem buscado em Gramsci até mesmo o eixo teórico do projeto de formação profissional (Simionatto, 1993: 187-188).

[N5.] (Página 56)

Mais sobre a relação FMLN-PT. Por exemplo estes depoimentos de Ana Guadalupe Martinez na referida entrevista:

...Con el PT, nos encontramos en un momento que era para nosotros de aprendizaje, y para ellos también. Porque nos empezamos a relacionar en una serie de encuentros, sobre todo, a partir de los que Fidel empezó a promover sobre la deuda externa en América Latina. En 1984 fue el primer encuentro con el PT, y los encontramos a ellos en la misma reflexión, tratando de construir un partido que pudiese recoger diversas tendencias de la izquierda, pero con un perfil propio, no necesariamente el perfil tradicional...

...Al PT lo conocemos en esas idas y venidas en la búsqueda de relaciones diferentes a las relaciones del campo socialista. Es el ERP el que se vincula con el PT, y los encontramos como una fuerza en construcción, fresca, de pensamiento aún no acabado, y empezamos a hablar y a intercambiar ideas y experiencias. Yo creo que ha habido una cierta interinfluencia, un intercambio en donde se ha producido una toma de lo que a nosotros nos parece importante del PT y tal vez de lo que al PT le parece interesante de lo que aquí está surgiendo. Del PT a nosotros lo que más nos impactó, es la capacidad de debate interno que tiene. Porque encontrarse a Lula que es un dirigente sindical prestigioso, con ex-guerrilleros, con trotskistas, etc.; gente que no comparte el programa plenamente pero que tienen un propósito electoral bien claro, y un propósito de transformaciones del país tal vez difuso, no tan claro, pero como propósito bastante establecido, a nosotros nos pareció un partido de izquierda de nuevo tipo, y que, obviamente no había surgido tampoco con la protección y el dinero del campo socialista.

Creo que eso marca la diferencia, y muy grande con el resto de partidos de izquierda que encontramos en América Latina. Y eso le da esa frescura de pensamiento. Y en eso es similar al ERP. Nosotros nunca tuvimos financiamiento de la URSS ni cuadros formándose allá, y eso nos daba la posibilidad de ser en cierta medida liberales con las posiciones y las tesis socialistas tradicionales, ortodoxas, porque no teníamos el problema de que nos iban a cortar la plata para seguir creciendo. Entonces nos dimos la libertad de buscar, experimentar, discutir, rechazar, y eso es en el PT también...

...A Lula cuántas veces lo hemos visto? Unas cinco veces; a otros dirigentes otras veces, pero es suficiente. Una vez pasamos con Lula, Joaquín [Villalobos], Marco Aurelio [García] y yo cenando en Nicaragua para la clausura del Congreso del Frente Sandinista, contando cosas de todo tipo y en esa cantidad de cosas que nos contamos aprendimos muchísimo, ellos y nosotros. Yo creo que esa es una relación de nuevo tipo entre partidos que están tratando de rescatar las ideas del humanismo socialista pero desde otro enfoque. Yo fui al 27 Congreso del PCUS; y que aprendí? Nada. Y en una plática con Lula aprendo muchísimo (Entrevista, 30-4-93. In, Análisis, 1993: 71-73).

Capítulo 2

Crônicas paralelas: atribuições e glórias na década perdida e nos tempos do cólera

É necessário neste ponto da exposição colocarmos um breve quadro histórico das experiências estudadas, de modo a ter uma perspectiva adequada para o conjunto do trabalho. O marco histórico que nos interessa destacar começa nos fins dos anos sessenta, quando terão origem um conjunto de condições que possibilitaram o surgimento destas novas experiências. Em termos macro-políticos na América Latina, dois fatos serão relevantes: por um lado, a implementação de uma estratégia global dos EUA para a América Latina que incluía certo desenvolvimento econômico, expressado no programa da "Aliança para o Progresso" junto, com a adoção das Forças Armadas dos países latino-americanos como "aliado mais confiável", e a imposição da "doutrina da Segurança Nacional" como princípio reitor da vida social, dando começo a um longo período de ditaduras militares que alcançou praticamente o conjunto do sub-continente. Por outro lado, a crise do modelo "soviético" de marxismo e o fim da hegemonia dos Partidos Comunistas sobre as forças de esquerda; a influência do modelo cubano de revolução, com a figura arquetípica do "Che" Guevara e o surgimento de uma nova geração da esquerda: a "esquerda revolucionária", a "esquerda armada". Estas duas características gerais, particularmente importantes para nossos casos concretos marcaram, diferenciadamente, a dinâmica e a história das experiências estudadas.

El Salvador: as longas raízes do conflito

O fim da década de sessenta encontra El Salvador numa particular crise do sistema político instaurado 20 anos antes: a ditadura *institucional* das Forças Armadas, continuadora esta dos regimes excludentes da república oligárquica (1870-1930) e da ditadura pessoal de Maximiliano Hernandez Martinez^[N1]. O fator desestabilizador mais importante era a constituição de um bloco opositor ao modelo excludente oligárquico-militar, que tentava e podia disputar a direção política do país.

No início da década de setenta o quadro político tradicional se modifica substancialmente. Em primeiro lugar, os partidos de oposição ao regime, formaram uma coligação de oposição, a *Unión Nacional Opositora* (UNO) formada pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o Movimento Nacional Reformista (MNR) e a União Democrática Nacionalista (UDN), à qual estava vinculado o Partido Comunista. Esta coligação participou de duas eleições, em 1972 e em 1977. Tudo indica que em

ambas as eleições, esta coligação saiu vencedora. Ambas as vitórias foram arrancadas com fraudes espantosas por parte do partido oficial das Forças Armadas, o Partido da Conciliação Nacional (PCN).

Em segundo lugar, a partir da Conferência Episcopal de América Latina (CELAM) realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, e seus documentos inspirados nas novas formulações da doutrina social da Igreja, começa em El Salvador uma intensa atividade da Igreja entre os setores mais pobres da população, em particular nas comunidades camponesas. Estes setores da Igreja se transformaram em adversários importantes do regime através das suas campanhas de conscientização e de organização sindical e política. Não demorou para estes sacerdotes serem alvo dos grupos paramilitares: em 1977 é assassinado aquele que seria o primeiro sacrificado, o padre jesuíta Rutilio Grande, ativo propulsor das organizações camponesas. Logo viriam outros.

Em terceiro lugar, inicia-se o período de formação das organizações armadas. Em março de 1970, uma dissidência do Partido Comunista liderada por Salvador Cayetano Carpio funda a que seria a primeira das organizações armadas de El Salvador, as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL) visando adaptar a estratégia de "guerra popular prolongada" às condições de El Salvador. Em fevereiro de 1971, outro comando armado denominado "O Grupo" sequestra e fuzila um alto empresário. A partir de membros deste grupo e outros jovens militantes de grupos cristãos, se forma em 1972 o Partido da Revolução Salvadorenha (PRS), cujo braço armado era o Exército Revolucionário do Povo (ERP). Depois do assassinato do poeta e dirigente do PRS-ERP, Roque Dalton, pela própria direção do partido, em maio de 1975, uma dissidência deste partido forma um novo partido e um novo grupo armado, o partido Resistência Nacional e seu braço armado Forças Armadas de Resistência Nacional. Finalmente, em 1976, surge um novo partido de projeção centro-americana, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos (PRTC), cujo braço armado será denominado Comandos Armados de Libertação (CAL).

Uma característica particular dos grupos armados salvadorenhos era o fato de que não viam o "foquismo" como modelo revolucionário, sendo particularmente influenciados pela tradição vietnamita, privilegiando o "trabalho entre as massas"^[N2]. Segundo esta concepção, comum a todos os grupos, e em polémica com a concepção foquista, "a montanha era onde estava o povo"; portanto, a guerrilha devia ser parte do movimento social. Essa característica fez com que mobilização social e luta armada fossem se desenvolvendo crescentemente ligadas desde o início da década ¹

¹ Cada organização armada foi criando os seus próprios referentes sociais, ou referenciando-se em alguma organização já criada, assim temos o seguinte quadro de organizações "de massa" (os "frentes de massas"): o *Bloque Popular Revolucionario* (BPR, 1975), vinculado às FPL; a *Frente de acción Popular Unificada* (FAPU, 1974), vinculada à RN; as *Ligas Populares 28 de Febrero* (LP-28; 1977), vinculadas ao PRS-ERP e o *Movimiento de Liberación Popular* (MLP, 1978), vinculado ao PRTC. O PCS vinha trabalhando desde fim da década anterior com a *Unión Democrática Nacionalista* (UDN, 1967). Estas organizações formam em 1980 a *Coordinadora Revolucionária de Massas* (CRM).

A crítica situação social, as fraudes sucessivas que impediram a emergência de um novo sistema político-partidário -que já estava disponível na sociedade-, e portanto, a falta de mediação política no confronto entre uma ditadura militar-oligárquica incapaz de manejar pacificamente os conflitos sociais e um movimento social cada vez mais organizado, massivo e combativo, radicalizou o conflito social a condições extrema de violência e crueldade. Os movimentos sociais reivindicativos, as organizações católicas e as organizações armadas foram os elementos mais dinâmicos do movimento popular, que foi o alvo principal de diversos massacres que percorreram a década de 70, em particular a partir de 1974, quando se intensifica o conflito social. Fatos como o massacre de camponeses de novembro de 1974 em La Cayetana, o massacre de estudantes em julho de 1975 em Santa Ana, a repressão às manifestações contra a fraude eleitoral em fevereiro de 1977, logo se transformaram em fatos cotidianos, em particular nas áreas rurais, domínio privado da oligarquia que utilizava a Guarda Nacional e a Polícia de Fazenda como exércitos privados, sem falar nos grupos paramilitares, formados a partir destes corpos armados e financiados pelos grupos oligárquicos. São tristemente célebres a Organização Democrática Nacionalista (ORDEN, 1966) e a União Guerreira Branca (UGB, 1974).

Certamente muitas foram também as ações das organizações armadas durante aquele período: sequestros (fonte principal de recursos nos primeiros anos), fuzilamentos, sabotagem, etc.

O golpe de Estado de outubro de 1979, por militares jovens, foi uma tentativa de uma saída *reformista-conservadora* para aquela situação de caos social. Desde janeiro de 1979, quando a FAPU ocupa a embaixada do México, a situação de crise é crescente. O setor operário torna-se mais combativo. Sucedem-se as tomadas de fábricas e conflitos trabalhistas. Em maio, o BPR toma as embaixadas da França, Costa Rica e Venezuela e a catedral metropolitana. Em 8 de maio a polícia dispara contra uma manifestação e morrem 23 pessoas.

A derrubada de Anastácio Somoza pelos sandinistas em 19 de julho produz uma virada na situação salvadorenha. A preocupação principal dos EUA era evitar uma outra Nicarágua na América Central, preocupação que era compartilhada pela facção dos jovens oficiais, majores, capitães e tenentes, que, com o aval dos EUA, derrubaram o governo do General Humberto Romero em 15 de outubro. O movimento golpista anunciava um programa *reformista* que aproximou alguns setores da oposição agrupados no *Foro Popular*, formado em agosto desse ano, e deixava de fora os representantes da oligarquia. O gabinete de governo formado após o golpe incluía figuras importantes da esquerda social-democrata, como Guillermo Manuel Ungo, Secretário General do partido Movimento Nacional Reformista -depois principal dirigente da Frente Democrática Revolucionária (FDR)-, Rubén Zamora, que logo formaria um novo partido, o Movimento Popular Social Cristão (MPSC), e Salvador Samayoa, que é atualmente um destacado dirigente das FPL, e

figura importante da FMLN². A Junta Provisória de Governo civil-militar, produz alguns decretos reformistas em torno da terra e dos direitos humanos, mas não conseguiu parar efetivamente a onda de violência. A escalada contra o movimento popular e o império dos esquadrões da morte atingiram pontos elevados e a crise piorou.

Nos primeiros dias de janeiro de 1980, os componentes democráticos que haviam tentado mudar o rumo da situação sem sucesso, abandonam o governo. Em 9 de janeiro começa a era do pacto Exército-PDC, que conta com o impulso e apoio dos EUA. A junta toma algumas medidas agressivas contra os donos do poder econômico: decreta a nacionalização dos bancos e do comércio exterior, a sindicalização dos trabalhadores do campo, e uma Reforma agrária para os maiores latifúndios, que afetava aproximadamente 25% da terra. Estas reformas vieram acompanhadas de uma declaração de um Estado de Exceção, que oficializou um clima de guerra civil. A reação oligárquica se desenvolve com violência, fazendo sua vítima mais notória, o Monsenhor Oscar Arnulfo Romero, em 24 de março de 1980. Em 30 de março, nos seus funerais, a polícia dispara sobre uma multidão calculada em 80.000 pessoas. As imagens daquele dia percorreram o mundo

Nesse contexto começa uma das guerra civis mais violentas que conhece a história da América Latina, guerra que na verdade já tinha começado muito antes. Segundo dados de organismos de direitos humanos, entre 1 de janeiro e 13 de março de 1980 houve um total de 689 casos de assassinatos políticos. As cifras aumentaram em proporções inauditas, alcançando em 14 de maio um dos pontos mais cruéis do conflito: mais de 600 camponeses foram massacrados por soldados salvadorenos e hondurenos, e paramilitares da ORDEN, quando tentavam atravessar o rio Sumpul, na fronteira com Honduras, em busca de refúgio.

Esta etapa, que começa com o golpe de 15 de outubro de 79 e acaba com a chamada "ofensiva final" da FMLN em 10 de janeiro de 1981, é o fim de mais de um século de dominação despótica da rançosa oligarquia salvadorenha e o início de um processo de transição de formas "orientais" de domínio para uma etapa onde se estabelece uma dinâmica social com uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e Estado. Esse período de transição se deu na forma de guerra aberta entre as forças do pólo popular, dirigidas pela aliança FDR-FMLN, e o bloco no poder, configurado agora na aliança PDC-militares, auspiciada e sustentada econômica e militarmente pelos EUA. O centro do conflito passava a ser agora que tipo de sociedade pós-oligárquica seria estabelecida em El Salvador.

² Estes dirigentes não ocupavam apenas cargos formais dentro desse governo: Ungo era membro da Junta de Governo; Zamora era ministro de Governo e Samayoa ocupava o posto de Ministro de Educação

Brasil: da luta armada às bases sociais

Do ponto de vista da história da esquerda, a década de 60 foi, também no Brasil, de importantes transformações. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), tradicional expressão da esquerda, começou o seu processo de divisão e de perda de influência. Desde a separação do núcleo que dará origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) em fevereiro de 1962, começa o processo de "multiplicação das esquerdas". Para o final da década, "a exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado" (Gorender, 1987: 79), e começou o que o mesmo Gorender chama de "imersão geral na luta armada". Entre 1969 e 1974 a ditadura militar produz seus anos mais terríveis, derrotando aquelas formas de resistência e colocando no centro da cena política um modelo de desenvolvimento que será, em termos macro-econômicos, relativamente bem sucedido. Eram, além da violenta repressão, os anos do "milagre brasileiro".

Mas, confirmando a tendência da época, os grupos armados, isolados de qualquer base social firme, foram derrotados, as lideranças mortas e presas ou banidas do país. Em 1972 a guerrilha urbana tinha sido liquidada, e a eliminação do foco guerrilheiro do Araguaia, em abril de 1974, põe fim ao ciclo de luta armada e a um ciclo da história da esquerda política marcada por dois fracassos: o fracasso da esquerda tradicional, a "esquerda reformista", e o fracasso da nova geração de esquerda, a "esquerda revolucionária", dando início a uma profunda e generalizada reflexão da esquerda sobre as razões da derrota e as condições de um novo projeto alternativo.

No governo do General Ernesto Geisel (empossado presidente pelo Colégio Eleitoral em 14/1/74, no qual disputava a presidência com Ulisses Guimarães), começa no Brasil uma lenta transição para o regime democrático, com a chamada "política de distensão". Esta transição era vista pelas elites como gradual, ordenada e dirigida desde o Estado autoritário. As características da transição brasileira não foram muito divergentes dessa visão, mas no seu percurso emergiram algumas novidades que seguramente não estavam na previsão dos arquitetos da "abertura". No programa desta transição controlada se deram algumas flexibilizações institucionais: eleições legislativas de 1974; eleições municipais de 1976; eleições presidenciais de 1978; revogação do AI-5 em 13/10/78; lei da Anistia em 28/8/79; reforma partidária em 20/12/79, que extingue o sistema político bipartidário criado artificialmente em 1966 pelo governo militar³.

³ Em seu lugar criaram-se até o final da década, O Partido Democrático Social (PDS) foi formado como sucessor da ARENA; o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT)

O país tinha vivido profundas transformações: no plano econômico os anos do "milagre brasileiro" alteravam o perfil do país⁴. No plano político é importante para nosso tema mencionar dois fatos importantes:

1.- O surgimento de um vasto espectro de movimentos sociais que colocavam suas reivindicações sócio-econômicas, mas também questionavam as relações políticas vigentes⁵. Um papel particularmente importante tiveram nesta etapa as ações desenvolvidas em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Segundo o depoimento de Frei Betto ao respeito:

As comunidades Eclesiais de Base, que haviam se iniciado em 1960, a partir de 1964 passam a ter um novo caráter: em primeiro lugar, deixam de ser uma mera extensão do trabalho clerical, passando a ter um caráter mais laico; em segundo lugar, transformam-se praticamente na única forma de reorganização do movimento popular (...) Sobretudo setores populares, que tinham um pequeno nível de consciência e politização, encontraram na CEBs um lugar de rearticulação. Em 1970, essa esfera pastoral já havia transformado na grande sementeira dos movimentos populares como ainda é hoje [Dezembro 1989. RB]. O grande impacto que sofreu quando saiu da cadeia (em 1974) (...) foi descobrir que o Brasil estava coberto por uma grande rede de movimentos populares que não tinha sido criada pela esquerda tradicional ou armada (...) Era, predominantemente, trabalho da igreja, com setores residuais da esquerda e uma grande massa de católicos. a partir daí, criaram-se clubes de mães, associações de moradores, movimentos de custo de vida, grupos de teatro, grupos de jovens, de negros, etc. (In, Berbel, 1991: 39-40)⁶

Dentro destes movimentos coordenados através das CEBs, é preciso mencionar, por exemplo, o Movimento contra a Carestia, iniciado em 1973. Este movimento alcançou seu ápice entre março de 1977 e agosto de 1978, no encontro na Praça da Sé, São Paulo, que marcaria a conclusão do abaixo-assinado que reuniu 1.300.000 assinaturas, reprimido pela polícia (Keck, 1992: 62). Margareth Keck faz uma avaliação desta relação relevante para o nosso trabalho:

A organização católica dos movimentos de base promoveu um ethos cujos valores centrais eram a autonomia (em relação ao Estado e aos partidos) e a auto-organização e cuja imagem prototípica era a "caminhada", a longa marcha do povo de Deus em direção a uma sociedade mais justa (...) A ambivalência que daí resultou, no que se refere à relação entre a organização das bases e a ação política em níveis superiores, permaneceu desde então característica dos ativistas católicos de base, que levaram consigo, para o interior do PT, esta crença no lugar fundamental da iniciativa local (Keck, 1992: 63).

⁴ Por exemplo, em termos da ampliação da classe operária, Margaret Keck (1991) assinala que o total de empregos em manufatura, mineração, construção civil e transportes passa de 4.453.000 em 1960 para 12.572.706 em 1980, representando em termos de PEA, 19,7% e 29,1% respectivamente.

⁵ Assinala Marco Aurélio Garcia (1979: 18) que "Estes novos sujeitos sociais e políticos que emergem nas fábricas, nos campos e nas cidades, experimentam concretamente os efeitos do que se havia chamado de "milagre brasileiro" e vão, nestes choques, construindo pouco a pouco uma perspectiva anti-capitalista (...) Confrontados com a inconsistência das propostas de reforma política e econômico-social não só da ditadura como de setores da oposição democrática, grandes contingentes de trabalhadores compreendem a importância de dar uma nova substância à noção de democracia, que une sua dimensão política à dimensão social".

⁶ Segundo Margareth Keck (1991: 61) "Nunca será exagerado salientar a importância da Igreja Católica ao garantir, nos anos mais difíceis do período autoritário, um espaço de interação e organização, uma rede de comunicações e a defesa dos direitos humanos (...) A Igreja deu cobertura a um sem número de iniciativas organizacionais, das quais a mais conhecida foi a das Comunidades Eclesiais de Base (...) Muitos membros das CEBs passaram a se integrar ativamente em outros movimentos sociais, em especial nos movimentos de bairro e no movimento operário. Por exemplo, da pastoral operária, em São Paulo, participavam militantes sindicais que também eram membros das CEBs e que, desde 1976, passaram a concorrer com chapa própria às eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (...) Os vínculos com a Igreja constituíam um componente essencial das redes dos movimentos sociais que se desenvolveram nos anos 70"

A campanha pela anistia foi outro dos movimentos importantes da época, que começou em 1975 com a formação do Movimento das Mulheres pela Anistia e será ampliado em fevereiro de 1978, com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia. No final desse ano a campanha pela anistia convertera-se no principal evento da oposição (Keck, 1991: 67).

O movimento estudantil começou ressurgir visivelmente a partir de 1975. No primeiro semestre há greves por melhores condições de ensino em vários Estados. Na USP, em março de 1976 surge o primeiro *DCE-Livre* do Brasil pós-68. Começa a reorganização estudantil que acabará no Congresso de Salvador, Bahia, em maio de 1979 [N³].

Fato conhecido é o papel importante dos intelectuais na oposição antiautoritária. Criando posições e discutindo; assessorando e participando na variadíssima rede de movimentos sociais, importantes setores dos intelectuais confluíram com a atividade dos movimentos sociais pela base configurando uma importante característica da transição brasileira à democracia [N⁴]. Um momento importante dessa participação pode ser assinalado em torno do debate sobre os novos partidos, aberto por ocasião da reforma da legislação partidária. Entre os participantes desse debate, alguns apoiavam a criação de um partido democrático, popular e socialista, e tornaram-se membros fundadores do PT; por exemplo, entre os mais conhecidos, José Alvaro Moisés e Francisco Weffort. Outros, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso e os intelectuais vinculados ao PCB, permaneceram no PMDB. As grandes mobilizações do movimento operário de fim de década, condicionariam fortemente o debate.

2.- Em segundo lugar, a particular importância que dentro desse espectro de movimentos da sociedade civil brasileira tiveram as lutas dos trabalhadores dos grandes centros urbanos.

As lutas do movimento operário urbano, entre 1977 e 1980 constituíram o movimento social mais transcendente dos anos 70. As conseqüências desses fatos marcaram a história brasileira contemporânea. Segundo M. Keck (1991: 64-65), ninguém esperava uma iniciativa autônoma do movimento operário das dimensões da acontecida. A Campanha pelas Perdas Salariais em 1977, foi o primeiro grande fato. Logo, em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Scania pararam a produção começando um novo e decisivo ciclo de greves que em 1979 já haviam se espalhado pelo país todo⁷.

Em 1979, a questão dos direitos dos trabalhadores e sua participação passou a ser colocada na agenda do debate sobre a democracia não mais de maneira abstrata, mas explicitamente, através das ações e reivindicações dos próprios operários (Keck, 1991: 82)

⁷ Em 1979 mais de três milhões de trabalhadores paralisaram o trabalho. As greves atingiram 15 Estados e espalharam-se além do setor metalúrgico, afetando trabalhadores dos serviços urbanos, da indústria têxtil, do setor da mineração, dos bancos, da construção civil, dos professores, etc. (Keck, 1991). Segundo dados que dá Raul Pont, em 1979 ocorreram 430 greves em 54 categorias. As greves envolveram em torno de 1.500.000 trabalhadores. Em 1980, mais de 190 greves nas quais participaram em torno de 650.000 trabalhadores nos momentos de pico. (Pont, 1992: 6).

Assim, com a emergência destes movimentos, se colocaram na agenda política do país, duas visões da transição. Por um lado, na visão das elites, a mencionada idéia de transição gradual desde o Estado, através de partidos controlados pelo regime, e, por outro lado, a visão que vinha dos movimentos sociais, com propostas de "novas formas de organização da sociedade" (Keck, 1991: 12). Nessa conjuntura histórica, onde acontece uma revitalização extraordinária da sociedade civil e de uma particular conjunção de movimentos, organizações e personalidades, nasce o que M. Keck (1991: 13) chama de "anomalia" na transição à democracia e Rachel Meneguello (1989: 15) denomina "novidade no sistema político brasileiro": o Partido dos Trabalhadores. A "anomalia" à qual se refere Keck, diz respeito à emergência de um partido que tentará levar a sério a questão democrática junto com uma resposta à questão social.

Diferentemente de outros partidos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos. O PT e a central sindical com a qual está organicamente (embora não institucional ou juridicamente) vinculado, a CUT, constituem os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira (Keck, 1991: 13).

Para Rachel Meneguello, a "novidade" do PT se expressava como "uma ruptura com os padrões de organização partidária conhecidos no país" (Meneguello, 1989: 15)

1980: a fundação dos partidos

Há dois primeiros elementos gerais que nos interessam assinalar neste ponto.

- 1.- Ambos os partidos estudados, o PT e a FMLN, surgem no mesmo período histórico.
- 2.- A criação de ambos partidos resulta, de modo substancialmente importante, do surgimento e amadurecimento de movimentos sociais dinâmicos, dos quais estes partidos assumem um importante grau de representação política.

O primeiro antecedente da coordenação de forças que levaria à formação da FMLN o encontramos na conformação, em dezembro de 1979 de uma organização tripartidária composta por: o Partido Comunista de El Salvador (PCS)⁸, as Forças Populares de Libertação (FPL) e a Resistência Nacional (RN). Tratava-se de um organismo coordenador que resguardava a autonomia e independência de cada força sobre a sua estrutura organizativa, linha política e ação militar. Ficaram de fora desta primeira coordenação o Partido da Revolução Salvadorenha-Exército Revolucionário do Povo (PRS-ERP) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos (PRTC). Poucos dias depois se dá um passo significativo nesse caminho de unificação:

⁸ O PCS tinha decidido no seu 7º Congresso, em abril de 1977, a passagem à luta armada, mas obstáculos ideológicos e orgânicos fizeram com que o partido demorara mais de dois anos para produzir essa virada (Handal, 1981: 26).

em 11 de janeiro de 1980, as 5 organizações "de massas" (frentes de massas) vinculadas aos 5 partidos que posteriormente formariam a FMLN, formam a Coordenadora Revolucionária de Massas (CRM) e, três meses mais tarde, se dá um outro processo de unidade que iria a ser decisivo em termos estratégicos: em 1º de abril de 1980, o partido Movimento Nacional Reformista (MNR), partido de tendência social-democrata, setores dissidentes da Democracia Cristã, as duas Universidades, - Universidade Nacional de El Salvador (UES) e a Universidade Centro-americana "José Simeon Cañas" (UCA)- e outros setores, formam a Frente Democrática Salvadorenha, que em 18 do mesmo mês se une à CRM para formar a Frente Democrática Revolucionário (FDR), que imediatamente adota o programa da CRM, denominado Programa do Governo Democrático Revolucionário (GDR).

O acordo tripartido de dezembro de 1979 tinha aberto o caminho para este vasto e acelerado processo de unidade do movimento de oposição, que, por sua vez, criou condições para o desenvolvimento num nível superior daquela primeira aliança. Assim, em maio de 1980, cria-se um organismo chamado Direção Revolucionária Unificada (DRU) com a incorporação do PRS-ERP ao núcleo original dos três partidos, constituindo-se na direção do processo de lutas naquelas circunstâncias. Finalmente, em 10 de outubro de 1980, depois de ajustar a coordenação não apenas no nível do movimento de massas, mas também no plano político e militar através da DRU, se anuncia a formação da FMLN. Inicialmente, conformada pelos quatro partidos componentes da DRU, solucionando-se o breve distanciamento da RN por discordância na condução do processo de unidade⁹, e com a incorporação em dezembro desse ano do PRTC, se consagra a unidade plena de todas as forças político-militares. Portanto, no ano que vai de dezembro de 1979 a dezembro de 1980, se configura a unidade total do movimento popular e das organizações político-militares, cuja expressão máxima se dá através da aliança FMLN-FDR.

No caso brasileiro, os primeiros documentos, "pré-fundacionais" do que chegará a ser o PT, os encontramos em dois documentos lançados em 1º de maio de 1979: a "Carta de Princípios" e a "Plataforma Política" assinados pela Comissão Nacional Provisória¹⁰. A própria Carta de princípios assinala:

...A idéia de um Partido dos Trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre em 19 de janeiro de 1979 tende a ganhar hoje uma irresistível popularidade... (Pedrosa, 1980: 53)

⁹ Aparentemente pela ingerência Cubana e Nicaragüense no processo de unidade.

¹⁰ Segundo Rachel Meneguello, a Comissão Nacional Provisória é um comitê que se auto-responsabiliza da marcha da construção do partido, elabora estes documentos e os lança em 1º de maio deste ano **sem ter realizado todas as discussões prévias** necessárias com os líderes sindicais comprometidos (Meneguello, 1989: 67). Contudo, o manifesto fundacional do PT de 10|2|80, menciona estes documentos como "fundacionais" e assim continuam sendo considerados pelo PT.

Os acontecimentos mais relevantes vinculados à fundação do partido podem ser resumidos do seguinte modo. Em 23 de maio de 1978, numa entrevista publicada no jornal "Diário do Grande ABC", Lula, então presidente do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD), afirma a necessidade da classe operária lutar pela criação de um partido político que possa representá-la. No final do mesmo mês, na Conferência dos Petroleiros realizada na Bahia, se lança a idéia de construção do partido. Em 11 de dezembro desse ano, numa reunião realizada na sede do SMSBCD em São Bernardo, os doze sindicalistas presentes discutem a idéia do lançamento de um partido de trabalhadores. Em janeiro do ano seguinte, como lembra a *Carta De princípios*, na reunião intersindical realizada em Porto Alegre, é novamente anunciada esta proposta e poucos dias depois, em 24 de janeiro, o *IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo*, realizado em Lins (SP) aprovou por maioria uma tese apresentada pelos metalúrgicos de Santo André que propunha a construção de um Partido dos Trabalhadores. Em 1º de maio de 1979, é lançada a *Carta de Princípios*, e em 13 de outubro se realiza o lançamento do *Movimento pelo Partido dos Trabalhadores* numa reunião realizada no restaurante São Judas Tadeu de São Bernardo, onde participam aproximadamente 130 representantes de 6 Estados. Ali se aprova a *Declaração Política e as Sugestões para normas transitórias de funcionamento*. Finalmente, a fundação oficial do partido acontece em 10 de fevereiro de 1980 na reunião no Colégio Sion de São Paulo onde é lançado o *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, considerado o documento fundacional do Partido.

Na fundação do PT confluem o três vertentes principais:

1.- A corrente vinculada ao novo sindicalismo, e, em particular, a liderança sindical que havia se formado ao longo dos anos 70.

2.- A corrente vinculada às organizações, grupos e personalidades de esquerda que decidiram participar na formação desta nova expressão política¹¹.

3.- A vertente vinculada aos movimentos populares urbanos e rurais, e em particular, às Comunidades Eclesiais de Base.

Essa particular confluência de interesses e visões políticas irá configurar durante longo tempo o projeto do PT para o Brasil. Enquanto às expectativas dos grupos de esquerda que confluiam no PT, assinala Raul Pont:

A "independência de classe" do PT e a base social ampla com a qual o partido nasceu eram elementos de coesão, unidade e convergência entre os vários grupos de esquerda que assumiam. Não havia unidade, no entanto, sobre o caráter do PT. Aí as posições iam desde uma "frente de esquerda", frente

¹¹ Raul Pont menciona os seguintes grupos: Ação Popular Marxista Leninista (APML); Política Operária (POLOP); Movimento de Emancipação Proletária (MEP); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Ação Libertadora Nacional (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Ala Vermelha (ALA); Convergência Socialista (CS); Democracia Socialista (DS). Em 1981 ingressará a corrente Liberdade e Luta e em 1985 adere o Partido Comunista Revolucionário (PCR) um grupo dissidente do PC do B.

eleitoral, até partido mesmo. Esse debate-disputa acompanhará o PT nos primeiros anos de vida (Pont, 1992: 9).

É particularmente importante assinalar que, do ponto de vista ideológico, o PT surge como indica M. A. Garcia (1979: 19) "em um momento de crise do pensamento e da prática das distintas vertentes em que se havia configurado historicamente a esquerda brasileira: a reformista, a populista-nacionalista e a esquerda revolucionária", e num momento em que "se avolumam os sinais da crise do socialismo real".

Ambos partidos emergem na década dos 80 apresentando um papel central na representação do conjunto de interesses dos setores populares que se colocaram em evidência nas lutas sociais da década anterior, e, a partir dessa representação, ambos os partidos, em condições absolutamente diferenciadas e com sorte diversa, desenvolverão uma intensa luta por transformar-se em construtores de um projeto alternativo de país. Um deles o fará desenvolvendo uma guerra cruenta de mais de doze anos. O outro, por mecanismos legais num marco institucional controlado, basicamente através da luta por reivindicações-chegando a jogar um papel ativo na criação de uma nova central sindical-, da luta política pela derrubada do regime militar, pela democratização e as eleições diretas, e da luta eleitoral, construindo um potencial que lhe permitiu em 1989 disputar a presidência da República com a candidatura de seu principal dirigente, Luiz Ignácio Lula da Silva. A seguir apresentaremos brevemente os resultados dessas tentativas de construção de um projeto alternativo que ocupam toda a década dos 80.

1980-1989. A construção dos novos projetos

FMLN: guerra empatada, guerra ganhada

É necessário nesta seção tratar, embora que brevemente, o tema da guerra civil salvadorenha, tarefa que não é fácil, pelo conjunto complexo de fatos, atores e problemas que envolve, muitos deles ainda sem a suficiente explicação. A guerra, sua dramática história e conseqüências, foi o terreno pedregoso sobre o qual foram surgindo as idéias para um novo projeto político da FMLN.

Uma primeira constatação indica que a duração desta guerra cruenta, a resistência, capacidade militar ofensiva e capacidade política nacional e internacional, conseguida pela FMLN, é apenas explicável pela existência de fatores *endógenos* que permitiram sustentar esta capacidade. Não se trata apenas da existência de *causas justas* que permitam explicar a extraordinária capacidade de luta e resistência, tanto dos destacamentos combatentes como da base social que foi retaguarda do exército guerrilheiro, fonte de sustentação material e de vidas humanas para o combate, mas da elaboração, difusão e construção de um projeto alternativo de sociedade fruto de

um enorme trabalho não apenas das forças componentes da Frente, mas dos setores mais avançados das classes subalternas: do movimento de trabalhadores, do movimento estudantil, das Comunidades Eclesiais de Base, dos movimentos de intelectuais, dos movimentos de bairro, dos movimentos rurais pela terra e pela Reforma agrária, dos partidos de tendência social-democrata, etc. Esse conjunto conseguiu construir no final da década de 70 uma unidade político-militar de uma enorme efetividade: a aliança FDR-FMLN.

O início da guerra aberta é datado correntemente em 10 de janeiro de 1981, com a chamada "ofensiva final" da Frente¹². Esta ofensiva militar é realizada, passado o ápice do movimento de massas, quando este se achava já na fase de dispersão, devido à tremenda repressão que caiu sobre ele na conjuntura de 1980-1981^[N5]. A ofensiva fracassou, mas iniciou uma efetiva acumulação de forças militares. A FMLN adota a tática que sintetizou na palavra de ordem: "Resistir, Desenvolver-se e Avançar". O exército adotou uma tática de guerra convencional que consistia em grandes campanhas, que já em meados de 1981, demonstrava sua incapacidade de esmagar a guerrilha que havia conseguido construir retaguardas mais ou menos sólidas no norte do país e em algumas zonas centrais.

No final de 1981, a guerra civil tinha custado perto de 32.000 vidas e deixado sem lar 10% da população (Baloyra, 1984: 147), mas a guerrilha continuava se afirmando nas "zonas sob controle"¹³. Ante essa situação, os Estados Unidos assumiram, num primeiro momento a "reconstrução" das Forças Armadas Salvadorenhas, e, num segundo momento a direção concreta do conflito através dos seus "assessores", que começaram a chegar já em 1981^[N6].

Uma importante mudança no bloco no poder se produz a partir de 15 de outubro de 1979, mais precisamente a partir de 9 de janeiro de 1980, com o pacto PDC - Exército - EUA. A própria composição do pacto indica que o tipo de poder político que se constitui confronta dois inimigos: o bloco democrático-revolucionário encabeçado pela aliança FDR-FMLN e os tradicionais setores dominantes da oligarquia. Isto é, tratava-se de um governo que não contava nem com o apoio dos setores dominantes tradicionais, aos quais, segundo os planos norte-americanos, devia "disciplinar", nem dos setores populares, aos quais devia reprimir, esmagando a sua componente militar. Esta situação persiste durante os nove anos de governo da gestão Duarte, um governo sustentado basicamente no acordo Exército - EUA, com uma fraca base social ou econômica. Não obstante, esta situação significava a desarticulação do *sistema de dominação* tradicional de El Salvador, no qual as Forças Armadas jogavam o papel do "partido político" da oligarquia^[N7]. A construção de um

¹² Segundo Baloyra (1987:142) os decretos da Reforma Agrária, de março de 1980, podem ser considerados o fato deflagrante da guerra civil

¹³ Em várias entrevistas em torno de problemas do conflito armado, o chefe do Estado Maior da Divisão militar de ONUSAL, o Coronel brasileiro Romeu Antonio Ferreira, sustentava que na verdade a FMLN tinha eram zonas "semi-controladas", já que o exército conservava a capacidade de penetrar e causar sérios danos nas áreas onde atuava predominantemente a FMLN. Nós usaremos esta caracterização durante o trabalho.

novo tipo de articulação política mais estável na sociedade salvadorenha só acontecerá depois de um longo e desgastante conflito.

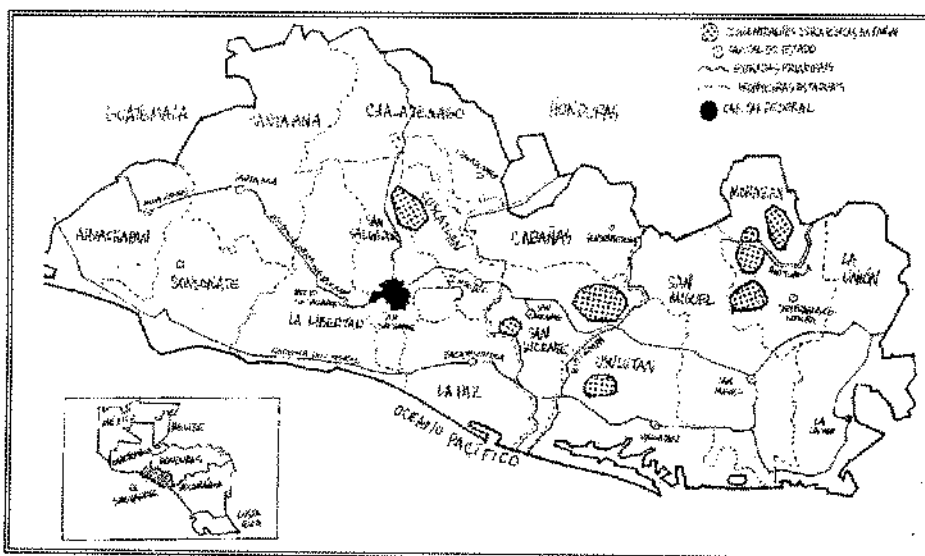
Desde o começo da guerra civil estava claro, pelo menos para dois dos protagonistas principais, a FMLN e os assessores norte-americanos, que, em primeiro lugar, não se tratava de um problema *externo*, que era um conflito fundado em raízes nativas, e portanto, em segundo lugar, que o conflito não era apenas *militar*, mas *político-militar*, e nesses planos era que se devia combater. Para o movimento guerrilheiro essa era uma premissa que vinha construindo durante toda a década anterior. Para o exército, essa convicção foi um aprendizado que levou mais de dois anos. Em 1982 dizia o Coronel John Waghelstein, um dos assessores norte-americanos em El Salvador:

Lo que queremos hacer entender al grupo de oficiales salvadoreños es que la insurgencia es causada por problemas económico-sociales de raíces profundas y no es simplemente un caso de inspiración extranjera... En la guerra convencional, donde se tiene un enemigo identificable, la teoría dice que sólo hay que ocupar el terreno vital mientras, también, se destruye la voluntad de los oponentes para luchar.

En una situación de contra-insurgencia... yo diría... que el único territorio que se quiere tomar es el de las seis pulgadas existentes entre las orejas del campesino... En los conflictos de baja intensidad hay tres palabras importantes de recordar, y son inteligencia, inteligencia, e inteligencia (In, Perales, 1988: 26).

Essa lição não foi fácil: o exército salvadorenho, acostumado a resolver os conflitos reprimindo ou eliminando fisicamente os movimentos locais, desarticulados e desarmados, devia passar por um longo período de "aprendizado", durante o qual tinha que deixar a cultura de guarda pretoriana dos interesses da oligarquia para aprender a pensar e atuar com a lógica da "segurança nacional" e da "guerra de baixa intensidade". Esse período durou desde a chegada dos assessores no começo de 1981 até novembro de 1983. Durante o período 81-83, o exército atua segundo a cartilha de guerra convencional, deslocando grandes unidades que foram duramente golpeadas pela FMLN. Nesse período, a FMLN construiu grandes unidades regulares preparadas para a guerra convencional, basicamente concentradas nas "frentes de guerra" nas áreas semi-controladas. O exército salvadorenho foi incapaz de deter o crescimento do poder militar da FMLN, concentrando o desgaste sobre a população civil. Segundo Joaquín Villalobos, sob a concepção de "genocídio necessário", com a idéia de "deixar o peixe sem água" (Villalobos, 1986: 5), isto é retirar a base social da guerrilha mediante o terror e o extermínio. Esse período de terror institucional foi até 1982, período durante o qual o povo salvadorenho entregou 50.000 vidas (Villalobos 1986: 8).

No mapa, concentrações da FMLN em 1983.



Fonte: Jornalivro, 1984.

Em novembro de 1983, ante o fracasso da condução da guerra pelo general José Guillermo García, uma crise na cúpula das Forças Armadas, coloca na direção da guerra o general Vides-Casanova, um militar mais dócil aos conselhos dos assessores norte-americanos. A guerra muda de curso. Agora dirigida diretamente pelos assessores, se começa a operar com novas táticas, que possibilitassem a aplicação da cartilha de contra-insurgência e da guerra de baixa intensidade, isto é, por um lado, colocar o acento na questão do trabalho político das forças armadas nas zonas semi-controladas pela guerrilha, e por outro lado, operar em pequenas unidades segundo a tática de "tropas sem quartel". Isto se fez criando pequenos batalhões de 300-350 homens, de alta mobilidade, sem posição fixa, em movimento constante nas zonas de disputa, chamados de "Caçadores". Portanto tínhamos em 1984 dois processos simultâneos: a *regularização* das forças da FMLN e a *irregularização* do exército.

Mas, as mudanças táticas do exército obrigaram a FMLN a dispersar novamente as suas forças. A frente organizou uma tática de pequenos pelotões mas cuidando da conservação da capacidade de concentração em grandes unidades para operações em grande escala. Com estes pequenos pelotões começou a "caça dos Caçadores". Este modo operativo da FMLN teve dois resultados importantes: por um lado, desgastou profundamente o exército que foi perdendo capacidade ofensiva até chegar ao ano de 1987 praticamente numa situação de defesa do equilíbrio militar conquistado; por outro lado esse deslocamento em pequenos grupos permitiu à Frente deslocar-se praticamente pela totalidade do território, elevando qualitativamente o nível do seu trabalho político-organizativo.

O fracasso militar percorre a gestão de Napoleón Duarte (1980-1988) e não poderá ser revertido pelo governo de ARENA, que assume em 1989 depois de ganhar por ampla margem nas eleições de março desse ano. Quanto à componente política, durante o período de guerra houve quatro processos eleitorais importantes, no marco da política de contra-insurgência -organizada com uma "dupla face": repressão e escalamento da guerra + abertura política limitada mediante eleições controladas¹⁴ -, e três rodadas de diálogo político: duas em 1984, em setembro na localidade de La Palma, e a segunda, em outubro, na localidade de Ayagualo. A terceira ocorreu em 1987, no bispado de San Salvador. Todas fracassaram e a guerra continuou, mas já se formava a convicção -principalmente entre os assessores norte-americanos e a condução da guerra em Washington-, de que nenhuma das partes podia ganhar essa guerra. Não obstante, deviam todavia chegar os acontecimentos de novembro de 1989 para colocar todo mundo, pra valer, na direção da saída negociada ao conflito.

PT: a luta pela democracia como terreno da construção do partido

Na apresentação dos marcos históricos da construção do projeto petista, optamos por um resumo cronológico que leve em conta:

1.- Os momentos mais importantes na construção orgânica e política do partido representados particularmente nos Encontros Nacionais, considerados "momentos de sistematização" das propostas do partido.

2.- Em segundo lugar as construções relevantes deste partido no campo da sociedade civil, nos movimentos sociais.

3.- Os principais momentos da construção de uma base eleitoral do PT, representados principalmente na participação deste partido nas sucessivas eleições a partir de 1982.

Poucos meses depois da fundação, em 1º de junho de 1980, no *Instituto "Sedes Sapientae"*, uma nova reunião nacional discute o Projeto de Programa, os Estatutos e elege a Comissão Diretora Nacional Provisória¹⁵. Essas normativas ainda estavam condicionadas à Lei Orgânica dos Partidos imposta pelo regime militar. Nestes primeiros momentos, junto com a grande questão do "caráter do PT" aparece uma outra questão que estará na agenda política interna do partido durante toda a década: o tema da democracia partidária, e, em particular, a questão da proporcionalidade na

¹⁴ Em 1982, eleições constituintes, ocasião durante a qual se constitui o partido ARENA, a partir dos setores da ultra-direita salvadorenha, isto é, representante dos setores tradicionalmente dominantes; em março de 1984, eleições organizadas com o objetivo de implantar Napoleón Duarte como Presidente legítimo, já que até então governava *de fato*, na forma de Governo Civil Provisório; finalmente, em março de 1988 e março de 1989, eleições para legisladores e presidente, nas quais ganha o partido ARENA, e assume o controle do governo, pela primeira vez na história moderna de El Salvador, um partido político que pode ser considerado o partido político representante dos setores economicamente dominantes, papel que, como dizíamos, tinham jogado desde 1931 até 1979, as Forças Armadas.

¹⁵ Segundo enfatiza Pont, nesta primeira reunião nacional, "...o tema que mais polarizou adquiriu a forma pública da contradição entre os que queriam um 'partido classista' x 'um partido de massas'. Esse conflito mascarava a verdadeira questão latente, ou seja, se o PT seria efetivamente um partido ou uma frente política ou eleitoral. Um partido 'tático' ou 'estratégico' (Pont, 1992: 13).

participação das tendências nas distintas instâncias de direção partidária, questão que só será regulamentada plenamente no 7º Encontro do partido, realizado em 1990.

Em 8 e 9 de agosto de 1981 -depois de um intenso trabalho de filiação que, somente em São Paulo, levou o partido de 1000 filiados em março desse ano para 65.000 naquela data [N&], se realiza o 1º Encontro Nacional do PT, realizado nas instalações da Assembléia Legislativa de SP. O encontro petista elege o primeiro Diretório Nacional, lança a luta por eleições livres e diretas em 1982 e sustenta a participação do partido com candidatos próprios em todos os níveis. Em 27 de setembro, a 1ª Convenção Nacional, realizada no Senado Federal, em Brasília, discute os diretrizes para as eleições de 1982. O pronunciamento de Lula como 1º Presidente eleito do Partido constituiu-se num documento básico do PT onde se colocavam os principais desafios do PT: independência sindical e construção da CUT; reforma agrária e identidade com as lutas dos "sem terra"; incorporação das reivindicações das minorias segregadas, em particular negros, índios e mulheres; a luta pela democratização; a luta pelas candidaturas próprias; as relações com a Igreja; a definição do rumo ao socialismo democrático e a diferenciação em relação tanto ao modelo burocrático do "socialismo real" quanto ao modelo social-democrata.

Em 27 e 28 de março de 1982, no Instituto "*Sedes Sapientae*" de SP se realiza o 2º Encontro Nacional, onde se aprova a plataforma eleitoral intitulada "Trabalho, Terra, Liberdade". Em 15 de novembro desse ano, o PT participa pela primeira vez em eleições que não incluíam a eleição de Presidente e Prefeitos de capitais de Estado e Áreas de Segurança¹⁶. O PT recebe nestas eleições o que é considerado como um "inexpressivo resultado eleitoral" (por exemplo, Garcia, 1989: 20). O partido elegeu nesta ocasião 8 Deputados Federais, 13 Deputados Estaduais, 10 Vereadores nas Capitais e 117 Vereadores no interior dos Estados (Ver quadro Nº 1 em apêndice Nº 1).

Em 1983, o PT é protagonista destacado de 2 importantes acontecimentos. Em primeiro lugar, em 26, 27 e 28 de agosto, é fundada em São Bernardo do Campo, SP, uma nova central sindical, a CUT. Participaram 912 entidades e 5059 delegados, entre elas 355 sindicatos urbanos com 2262 delegados, 310 sindicatos rurais com 1658 delegados, e, em particular, 99 entidades com 483 delegados de funcionários públicos que tinham impedido seu direito de associação. Esses delegados representavam um universo de 12.192.000 trabalhadores (Pont, 1992: 32). Em segundo lugar, em 27 de novembro, o PT organiza o que seria o primeiro comício da luta pelas eleições diretas, na frente do Estádio do Pacaembú, SP, com a presença de 15.000 pessoas, dando início a uma luta que se estenderá até abril de 1984 com mobilizações de massas onde saem às ruas entre

¹⁶ Segundo Pont (1992: 25), em julho de 1982, o PT tinha candidatos próprios em 19 Estados: 300 candidatos a Deputado Estadual e 150 candidatos a Deputado Federal.

6 e 20 milhões de pessoas -segundo as diversas fontes-, com picos como a mobilização de 1,5 milhão de paulistanos no Vale de Anhangabaú, em abril desse ano.

No marco dessas lutas, de 6 a 8 de abril de 1984, se realiza o 3º Encontro Nacional do PT no Pampa Hotel de São Bernardo do Campo, com a participação de 290 delegados (eleitos na proporção de um para cada mil filiados), onde se elege o 2º Diretório Nacional e se aprova o Regimento Interno do partido. O encontro, segundo Pont (1992: 33), foi marcado por um duro enfrentamento entre a recém formada "Articulação dos 113" e o conjunto de grupos de esquerda. Em 25 de abril é derrotada no Congresso a emenda pelas diretas, dando fim à etapa de massas das lutas por esta reivindicação. Em 12 de julho uma greve geral convocada pela CUT adquire dimensão nacional e, em 24, 25 e 26 de agosto desse ano, se realiza o Primeiro Congresso da CUT (CONCUT) em São Bernardo do Campo, SP¹⁷.

Em 12 e 13 de janeiro de 1985 se realiza um Encontro Nacional Extraordinário que não alcança quorum para funcionar. Portanto, realiza-se uma reunião do Diretório Nacional Ampliado que ratifica uma decisão prévia do Diretório Nacional de não assistir ao Colégio Eleitoral, e em 15 do mesmo mês, o Colégio Eleitoral elege indiretamente a Tancredo Neves como Presidente da "Nova República", que é sucedido rapidamente por José Sarney ante a morte súbita do primeiro. Em 15 de novembro desse ano se realizam eleições para os cargos de Prefeitos de Capitais e Áreas de Segurança. O PT disputa eleições em aproximadamente 60 municípios. Em 16 deles foi 4º colocado, em 28 municípios 3º colocado, e produz um fato relevante elegendo a sua candidata, Maria Luiza Fontenelle, para a Prefeitura de Fortaleza, CE.

De 30 de maio a 1º de junho de 1986, se realiza o 4º Encontro Nacional no Hotel Danúbio de São Paulo, onde participaram 334 delegados. O 4º Encontro elege o 3º Diretório Nacional, aprova um documento sobre plataforma eleitoral, candidaturas, etc., para as eleições de novembro do mesmo ano, um documento sobre linha sindical e um plano de ação política e organizativa para os anos 86, 87 e 88. Entre as resoluções aprovadas estavam "O estágio de desenvolvimento Capitalista no Brasil" e "Perspectivas de transformações na direção do socialismo". Duas chapas disputaram o novo DN, a chapa de Articulação (226 votos) e a chapa organizada pelas correntes minoritárias, que alcançou 87 votos. De 31 de agosto a 3 de setembro realiza-se o 2º CONCUT no Rio de Janeiro, e, em 15 de novembro, realizam-se as eleições para Governadores, Senadores e Deputados. Nestas eleições o PMDB alcança uma vitória estrondosa elegendo a maioria dos Governadores e mais da metade dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional. O PT elege 16 Deputados Federais em 7 Estados e 39 Deputados Estaduais em 13 Estados (Ver quadro N° 2, em apêndice 1). Lula é o Deputado Federal mais votado do país com 656.000 votos.

¹⁷ Participam 937 entidades e 5222 delegados, representando a 11,5 milhões de trabalhadores (Pont, 1992: 37)

Em 1987 é instalado o Congresso Constituinte e inicia-se um período de intenso trabalho dos movimentos sociais pela incorporação de direitos ao texto fundamental. É um período de luta por uma nova cidadania onde o PT tem um trabalho destacado na articulação de interesses dos movimentos sociais no nível institucional. Em 4, 5 e 6 de dezembro realiza-se o 5º Encontro Nacional no Senado Federal em Brasília, com a participação de 372 delegados. O 5º Encontro elege o 4º DN a partir de quatro chapas. Na ordem interna, se aprovaram resoluções sobre o funcionamento das tendências. Na discussão, a tese que levantava a proporcionalidade nas Comissões Executivas, apesar de derrotada alcança um número significativo de votos (159) contra a tendência ainda majoritária (164 votos), fato que anuncia modificações nessa direção. Na ordem política mais geral, aprovam-se resoluções sobre socialismo, luta sindical movimento popular, alianças e construção partidária relevantes para as futuras discussões. O 5º Encontro lança a candidatura de Lula para a presidência nas eleições de 1989.

Em 17 de janeiro de 1988 uma importante reunião do DN escolhe a nova Executiva Nacional e, apesar de não aprovada a proporcionalidade pelo 5º Encontro, o DN integra nela membros das chapas minoritárias, levando em conta a nova realidade interna evidenciada no 5º Encontro e dando início a uma nova etapa na vida do partido. De 7 a 11 de setembro de 1988 realiza-se em Belo Horizonte, MG, o 3º CONCURTO. Em 5 de outubro é promulgada a nova constituição. O PT vota contra o projeto global mas assina o documento final. Em 15 de novembro, realizam-se novas eleições para Prefeitos e Vereadores, onde o PT dá um salto expressivo: elege Prefeitos em 36 Municípios de 12 Estados e 1018 Vereadores em 23 Estados. No conjunto das Capitais o PT é o partido mais votado (Ver quadros Nº 3 e Nº 4, apêndice Nº 1).

1989: um ano chave

FMLN: a última tentativa de "assalto" e as novas elaborações

O ano de 1989 é um ano particularmente importante na história salvadorenha recente. Em março de 1989 emerge o partido ARENA como representante do que talvez possa ser chamada agora de *burguesia* salvadorenha. Nos anos prévios tinha se dado também um importante processo de renovação do pensamento político, social e econômico dos setores dominantes salvadorenhos, uma modernização ou adequação aos novos tempos. Aparecem novas camadas de intelectuais vinculados a estes setores, se fundam novas instituições -a principal delas a FUSADES (Fundação Salvadorenha para o Desenvolvimento Econômico e Social)-, se publicam novas revistas, se fala numa outra linguagem. Um dos principais analistas do processo salvadorenho, o Padre Ignacio Ellacuria, escrevia em março de 1989, poucos meses antes do seu assassinato:

En este nuevo contexto, que no es una mera coyuntura, debe interpretarse la nueva posición de los agentes principales en El Salvador y en Centroamérica. La hipótesis fundamental que manejamos es que el proceso histórico reciente de Centroamérica -especialmente en Nicaragua y El Salvador- ha de verse como determinado fundamentalmente por el enfrentamiento del movimiento revolucionario marxista con el movimiento dominante, capitalista conservador. Pues bien, este enfrentamiento de características conocidas en los años anteriores ha entrado en crisis y se abre a otro modo, fundamentalmente nuevo y superior, cuyas características pueden ya apreciarse (Ellacuría, 1989: 167-168)¹⁸.

Com efeito, se produzia com o governo da ARENA, e a presidência de Alfredo Cristiani, uma importante modificação no pólo contra-insurgente: se passava da composição **PDC - Exército - Administração Reagan** à composição **ARENA - Exército - Administração Bush**, o que significava novamente o acesso ao poder político dos representantes diretos dos interesses econômicos dominantes, embora em novas circunstâncias institucionais: a principal das novidades era que o exército tinha deixado de ser a marionete que foi e, além do seu crescimento imenso, tinha-se transformado numa força de caráter profissional fortemente institucional, vinculada fundamentalmente à ajuda econômica e influência dos EUA. Segundo Mario Lungo Uclés, outro destacado analista do processo salvadorenho, as sucessivas eleições realizadas durante a década de 80 como parte da cartilha de contra-insurgência norte-americana, tiveram duas consequências importantes :

La primera esperada y buscada, fue la *reconstitución del régimen político* en el país, es decir, el establecimiento de un gobierno dotado de legitimidad al ser producto de elecciones no fraudulentas, proceso que se refuerza por ser civiles los presidentes surgidos de estos eventos electorales, hecho que rompe con la tradicional dictadura militar impuesta desde hacía más de 50 años en El Salvador; la segunda, no pensada, imprevista para los que diseñaron la estrategia contrainsurgente que pretendía desarrollar el centro político, fue la *reconstitución de la burguesía como clase política*, cuya expresión mayor es el desarrollo de ARENA y su triunfo electoral en 1988 y 1989, principalmente (Lungo Uclés, 1990: 14).

De 16 a 18 de outubro de 1989, se dá uma nova tentativa de diálogo entre a FMLN e o novo governo da ARENA. A FMLN tinha já uma proposta mais amadurecida, embora não acabada, dos seus objetivos políticos em torno do diálogo sustentada nas posições reais de poder que tinha construído nos anos anteriores, situação que tinha qualificado já de "duplo poder". Apesar da consciência do equilíbrio militar estabelecido no conflito, existia ainda na FMLN um duplo objetivo para o diálogo: negociação bem sucedida com conquista de posições reais de poder ou retomada, ainda mais legitimada, da guerra. No governo e no exército ainda existiam as esperanças de uma vitória contra-insurgente. Esse otimismo já não era totalmente partilhado pelos EUA., que tinham, nessas alturas do conflito, uma visão mais realista da situação. O diálogo fracassou mais uma vez e

¹⁸ Lungo Uclés discorda com esta caracterização de uma nova fase da que fala Ellacuría. Diz este autor confrontando a tese de Ellacuría: "...Él había correctamente de que no se trata de una coyuntura, idea que compartimos, sino de la apertura de una nueva fase, la cual podría interpretarse como el inicio de un nuevo período. En nuestra opinión hay efectivamente la configuración de una nueva fase pero dentro del mismo período político iniciado entre 1979 y 1981, el cual se mantiene vigente en la medida que no ha ocurrido una derrota estratégica del movimiento revolucionario..." (Lungo Uclés, 1990: 11).

menos de um mês depois, a FMLN lançou, em 11 de novembro, a sua ofensiva mais importante, contundente e traumática, denominada "al tope". O *grosso* da ofensiva, alvejando principalmente a capital San Salvador, durou mais de um mês, concentrando de tal modo a intensidade e consequências da guerra que se produz uma mudança radical da situação. A FMLN, que ia à ofensiva com um duplo propósito, o principal, a *tentativa de tomada do poder*, o segundo, alternativo, gerar as condições para *uma saída política negociada* em condições aceitáveis, não alcança o primeiro mas consegue produzir condições para o segundo desenlace. A partir desta crise irá se desenvolvendo paulatinamente a saída negociada que conhecemos.

Um susto nas elites: Lula *quase lá*

O ano que vai do final de 1988 ao final de 1989 configura uma conjuntura que baliza uma virada no lugar histórico que ocupará o PT. O ano de 1989 é marcado por dois acontecimentos determinantes para este partido. Em primeiro lugar, o PT assume as 31 administrações municipais conquistadas nas eleições de 1988, entre as quais se encontravam as importantes capitais São Paulo, Vitória e Porto Alegre, iniciando uma importante experiência de exercício de poder. As eleições de 88 sinalizaram também uma importante expansão da influência do PT para além das grandes cidades.

De fato, esta foi a primeira vez que as lutas rurais tiveram uma influência significativa sobre a votação do PT (...) Estima-se que 40% dos vereadores eleitos pelo partido em 1988 eram trabalhadores rurais ou trabalhavam com a Pastoral da Terra da Igreja (Keck, 1991: 184)

Em segundo lugar, dará uma amostra da nova situação nas eleições presidenciais de 1989, nas quais Lula *quase* chega "lá".

De 16 a 18 de junho de 1989 se realiza o 6º Encontro Nacional no Colégio Caetano de Campos em SP, com a presença de 560 delegados, eleitos na proporção de um para cada mil filiados. O Encontro aprovou um *Programa de Ação Governamental* (PAG) base de discussão da *Frente Brasil Popular*, formada pelo PT, o PC do B e o PSB, rumo às eleições presidenciais desse ano. A campanha da *Frente Brasil Popular* adquire um caráter multitudinário singular para uma candidatura de esquerda. Em 15 de novembro se realiza o primeiro turno das eleições e Lula vai para o segundo turno com mais de 16% dos votos.

A enorme ampliação da influência do PT, foi confirmada nas eleições de 1989. A campanha "Lula Presidente" organizada pela Frente Brasil Popular, marcou um momento de mobilização popular jamais vista para um candidato de esquerda.

Em 17 de dezembro, o segundo turno das eleições dá o triunfo a Collor de Mello com 35 milhões de votos contra 31 de Lula. A derrota foi um duro golpe para as expectativas geradas no PT

e no movimento popular que apoiava a *Frente Brasil Popular*. O resultado das eleições que deram o triunfo a Collor de Mello por 42, 75% dos votos contra 37,86% para Lula, foi tematizado pelos comentaristas como o triunfo do "Brasil desorganizado" sobre o "Brasil organizado". Mas, junto com essa evidência vinha uma outra mensagem:

A mensagem mais surpreendente -e que grande parte da esquerda, inclusive o PT, custou a reconhecer, em meio à decepção- era que o Brasil "organizado" era **quase** forte o suficiente para vencer (...) O Brasil que Fernando Collor de Mello iria presidir a partir de 15 de março de 1990 não era o mesmo que havia começado a transição para a democracia há quinze anos. O PT era um reflexo dessa mudança, tendo simultaneamente contribuído para produzi-la (Keck, 1991: 187)

As eleições de 89 significaram a ampliação do horizonte do possível não apenas para os setores mais dinâmicos da sociedade, esse "Brasil organizado" que apoiou o PT, mas para grandes setores desorganizados, para os quais o PT poderia agora deixar de ser um "voto inútil". Junto com isso, o PT passará a prestar uma atenção diferenciada à construção de uma linguagem e uma prática política capaz de penetrar no mundo dos setores mais desagregados, pobres e menos escolarizados, sobre os quais tem particular eficácia o apelo populista, antiinstitucional, anticorrupção, etc. Lula não deixará de repetir desde então, a necessidade do PT ampliar o seu discurso para além dos trabalhadores da faixa de três a dez salários mínimos, na direção daqueles outros setores. As contínuas caravanas pelo interior do Brasil com vistas às eleições de 1994 são um exemplo dessa nova orientação. O grau de efetividade se verá nas urnas.

1990-1994: a emergência dos novos projetos

Os desafios da Revolução Democrática em El Salvador

Os resultados da guerra

Os doze anos do conflito armado mudaram a fisionomia social, política, econômica e cultural do país. Basta mencionar as cifras dos movimentos da população: calcula-se em 1.000.000 (20% da população) a quantidade de deslocados internos de um ponto a outro do país buscando melhores condições de existência (Villalobos, 1989a: 30; Perales, 1988: 5)¹⁹; mais de 50.000 refugiados em países vizinhos fugiram da repressão das forças policiais e dos bombardeios nas zonas de conflito (CIREFCA, 1992: 12)²⁰; 950.000 salvadorenos foram compor a comunidade latina nos EUA (Montes, 1990: 30). Este movimento humano trouxe transformações sociais substanciais. Vejamos

¹⁹ Lungo Uclés menciona o dado da Comissão Nacional de Assistência à População Deslocada que calcula em 406.936 a quantidade de pessoas nesta situação em 1985 e utiliza a cifra estimativa de 750.000 deslocados internos no final da década de 80 (Lungo Uclés, 1990: 105).

²⁰ Esta cifra resulta da soma dos 26.664 repatriados que contabiliza CIREFCA entre 1984 e 1991 com os 25.000 refugiados reconhecidos por esta instituição nos países centroamericanos. A cifra manejada pela FMLN falam de 70.000 a 80.000 refugiados no período da guerra.

estes dois exemplos: as remessas de dinheiro dos emigrados nos EUA a seus familiares são maiores que os ingressos da exportação, e transformam-se na primeira fonte de divisas do país²¹. O segundo exemplo se refere ao modelo econômico-social desenvolvido pelos refugiados salvadorenhos em Honduras, Nicarágua e Panamá. Considerados "base social" da FMLN, estas pessoas emigraram em comunidade e desenvolveram no estrangeiro, em condições de extrema necessidade, um modelo econômico-social baseado na auto-gestão e na democracia participativa que junto com a ajuda internacional, basicamente, proveniente das ONGs, lhes permitiu subsistir e alcançar um nível de organização social que transferem a El Salvador a partir de 1986, quando começam as repatriações em massa de refugiados.

Esse modelo alternativo conjugava as tradições comunitárias do campesinato salvadorenho com as novas exigências e influências. Por um lado, exigências impostas pelas condições de vida que colocavam a necessidade de utilizar de um modo racional as forças do conjunto social. Por outro lado, a ajuda internacional proveniente, principalmente, da Europa e EUA, colocava como exigência para a comunidade a superação da simples idéia de caridade e implicava o desenvolvimento de novas formas de produção: a comunidade diversificou a sua produção com oficinas de diversos ofícios, com novas áreas produtivas. Por outra parte, desenvolveram-se os serviços educativos e de saúde, levando em conjunto a uma modificação cultural da própria comunidade. As íntimas relações com as forças da FMLN e com a Igreja foram outro elemento decisivo na conformação desse novo modelo social, já que as novas formas de gestão social ensaiadas não eram experiências isoladas senão que estavam associadas intimamente à esperança de voltar ao país e contribuir para a luta comum por uma nova sociedade. Esse modelo alternativo, em diversas variantes, é o que tenta desenvolver a FMLN nas ex-zonas de conflito -que abarcavam aproximadamente 1/3 do território nacional- envolve ao redor de 1000 comunidades com diversos graus de desenvolvimento. O economista Aquiles Montoya, que faz uma tentativa de generalizar teoricamente os resultados deste experiência, chama este modelo de NEP, Nova Economia Popular. No capítulo 6 trataremos mais extensamente este ponto.

A guerra deixou também um enorme custo em vidas: se calcula que houve em torno de 70.000 ou 80.000 mortos e 6.000 desaparecidos nestes doze anos do conflito; junto com isso ficaram 10.000 aleijados. Estas cifras adquirem dramaticidade em termos relativos: significam 2.000.000 de vidas, 180.000 desaparecidos e 300.000 aleijados num país das dimensões do Brasil²². Os norte-

²¹ Esta é a conclusão à qual chega um detido estudo do Padre Segundo Montes, um dos jesuítas assassinados por esquadrões de elite do Exército, em novembro de 1989, durante a ofensiva geral da FMLN. Segundo Montes terminou este estudo em 15 de novembro; na madrugada do dia seguinte foi assassinado.

²² No número especial do jornal Folha de São Paulo do 30º aniversário do golpe de estado de 1964, aparecem os seguintes números como resultado da violência política do regime: 144 pessoas desaparecidas e um mínimo de 240 mortos pelo regime militar e 98 mortos pelos grupos de esquerda (FSP, 27/3/94, caderno B: 8).

americanos deixaram 12 vidas no conflito (Karl, 1992: 292). Por outro lado, o fim da guerra encontra um exército de 61.000 efetivos, 10.500 homens armados por parte da FMLN e uma sociedade militarizada, com uma cultura marcadamente autoritária.

A FMLN e a saída negociado do conflito

A história do conflito salvadorenho no período 80-89 poderia escrever-se também como a história de um diálogo longamente eludido. Já em dezembro de 1980, a recentemente fundada FMLN faz uma proposta de discussão à Junta Cívico-militar de Governo para evitar uma intervenção norte-americana no conflito. A aliança FDR-FMLN tinha assumido naquele momento o programa do Governo Democrático Revolucionário e com ele conduz os primeiros momentos do conflito. Em 28 de agosto de 1981, a declaração conjunta Franco-Mexicana reconhece a aliança FDR-FMLN como parte beligerante, mudando o *status* desta aliança, que em outubro de 1981 faz uma proposta de diálogo que incluía os seguintes pontos:

(1) un gobierno reintegrado que incorporaría representantes de los insurgentes, sus aliados políticos y otros interesados em resolver os problemas básicos de El Salvador, (2) independencia nacional y autodeterminación, (3) un ejército reestructurado, formado por las guerrillas y aquellos soldados libres de complicidad en el genocidio, (4) libertad de religión, (5) una economía mixta, (6) una política exterior no alineada y (7) elecciones (Baloyra, 1984: 220)

Junto com isto, em dezembro desse ano a FDR tem duas reuniões, encabeçadas por Rubén Zamora, com o Departamento de Estado norte-americano para discutir esta proposta. Segundo Baloyra (1987: 220) a administração Reagan respondeu treinando seiscentos soldados y oficiais salvadoreños nos Estados Unidos.

A discussão sobre a saída negociada ao conflito foi discutida duramente na FMLN durante os anos 81-82. Uma das piores crises internas dentro da FMLN, num dos partidos componentes, as FPL, tem a ver com estas discussões. A crise acabou com o assassinato da segunda dirigente das FPL, Mérida Amaya Montes, a "Comandante Ana María", em 6 de abril de 1983, e o suicídio do seu principal dirigente Cayetano Carpio, presumivelmente envolvido no acontecimento, 15 dias depois^[9].

Em 1984, em torno das rodadas de diálogo, a FMLN faz uma proposta polémica: o Governo de Ampla Participação (GAP), entendida por muitos como uma negação da proposta anterior do GDR, devido à flexibilização das anteriores exigências da FMLN²³. Durante a rodada de diálogo de 1987 novamente se coloca sobre a mesa a questão da saída negociada, agora em condições nas quais começava a ficar claro o equilíbrio militar no qual entrava a guerra. Já face ao diálogo de outubro de

²³ «Cuando se propone la creación de un Gobierno de Ampla Participación se suscitan, en 1984, no pocas aprehensiones sobre el carácter revolucionario de esa propuesta» (Lungo Uclés, 1990: 191).

1989, a proposta da FMLN, que não descartava ainda a saída máxima da "tomada do poder", começava a assumir características mais claras. Esta nova posição aparece na proposta de diálogo da FMLN de 23 de janeiro de 1989. Assim caracterizava a novidade desta proposta Joaquín Villalobos, numa entrevista com Martha Harnecker:

Al lanzar la propuesta obviamente se juega un diseño totalmente nuevo que constituye un cambio de lo que se ha venido diciendo en anteriores planteamientos de negociación, en los cuales el FMLN demandaba espacios propios de poder. Ahora lo que el FMLN hace es luchar por una demanda más general, por una demanda más sentida por todas las fuerzas: la paz y la democracia (...) Ahora el FMLN plantea una nueva estrategia en la que busca construir un programa con el que se identifique todo el pueblo... (Villalobos, 1989b: 16)

Não obstante, como vimos, as propostas mais inovadoras só aparecerão depois da crise da ofensiva "*Al tope*" de novembro de 1989.

Os Acordos de Paz: uma "revolução pactada"

Os Acordos de Paz deram fim a 12 anos de guerra civil aberta e 22 anos de intenso conflito social e de luta armada em El Salvador, e ao mesmo tempo marcam o início do processo de transformações sociais mais profundo e abrangente da história deste pequeno país centro-americano. Os Acordos refletem um certo estado das relações de força nos níveis interno e internacional, que tinham alcançado um ponto crítico na conjuntura da ofensiva da Frente de novembro de 1989. Relações de força que se expressam, no nível interno, num equilíbrio de forças militares que, depois dessa ofensiva geral, ficou expresso no fato de que, apesar do nível de poder de fogo, de homens armados, de logística, etc., acumulados por um e outro lado, e do custo em vidas e bens, especialmente por parte da população civil, era impossível o triunfo armado de qualquer um dos lados. Em termos internacionais, a FMLN havia desenvolvido um trabalho político-diplomático de tal magnitude que, ao ficar comprovada a força militar da Frente nesta ofensiva -que colocou o país numa crise completa-, ao conhecer-se o assassinato dos padres jesuítas por parte das Forças Armadas, somado isto ao desprestígio internacional que o regime salvadorenho tinha acumulado desde os anos 80, especialmente depois do assassinato de Monsenhor Romero, das Freiras norte-americanas, de jornalistas holandeses, e matanças inacreditáveis de população civil²⁴, se desencadeou uma poderosa pressão internacional para a saída negociada. Depois da demonstração de força pela Frente e do assassinato dos Padres Jesuítas a administração Bush se convence da inevitabilidade da saída negociada e abre as portas para os Acordos.

²⁴ No informe da *Comisión de la Verdad* (1993) mencionam-se, por exemplo, os seguintes fatos: massacre de 52 camponeses na localidade de *El Junquillo*, em 12/3/81; massacre de mais de 500 camponeses na localidade de *El Mozote*, em 11-13/12/1981 (extraoficialmente se fala de perto de 1000 camponeses assassinados nesta ocasião); massacre de mais de 300 camponeses no *Rio Sumpul*, em 14/5/80 (as cifras extraoficiais falam de mais de 600); massacre de mais de 200 camponeses na localidade de *El Calabozo*, em 22/8/1982, etc., etc.

As negociações começam a se esboçar em abril de 1990 em Genebra e culminam, na sua fase programática, com a assinatura do Acordo de Paz no Palácio de Chapultepec, México, em 16/1/1992. Ali começou a fase operativa que deverá culminar em maio de 1994, com a entrega do governo ao partido vencedor das primeiras eleições verdadeiramente livres nos últimos 60 anos. Durante o período de elaboração dos Acordos, as Nações Unidas concederam um tácito *status* de "Estado" à FMLN, que se sentou na mesa das negociações com o objetivo de avançar o máximo possível na realização do seu programa de Revolução Democrática.

Os Acordos são um complexo sistema de compromissos que se foram transformando em fatos no percurso de todo o processo de negociações, de paz armada e de paz plena²⁵, e que devem reger a vida do país até a posse do novo governo em maio de 1994. Processo que se desenvolve sob a supervisão das Nações Unidas mediante a ONUSAL, Missão das Nações Unidas para El Salvador, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 20/5/1991 e instalada em 26/7 do mesmo ano, que jogou um destacadíssimo papel no sucesso das negociações e na aplicação dos Acordos. Segundo Schafik Handal, no seu discurso na reunião que declarou o fim do conflito armado: "...*Hemos realizado un cese del fuego impecable y ejemplar, sin igual en el mundo de hoy*" (Handal, 1992: 1092). É interessante destacar que, apesar dos obstáculos, dos atrasos nos cumprimentos e até da negativa do governo para cumprir certos pontos dos Acordos, estes tem-se cumprido na sua maioria num processo que segundo a avaliação dos principais dirigentes da FMLN tem se tornado praticamente irreversível. Veremos a seguir alguns dos pontos mais importantes das transformações pactadas.

Reforma constitucional

1) É interessante mencionar, em primeiro lugar, que se acordou uma importante reforma constitucional que permitiu enquadrar legalmente o conjunto das transformações pactadas. 35 dos 264 artigos da Constituição foram modificados instituindo importantíssimas modificações. Este dado deve ser levado em conta em toda a sua dimensão, desde o ponto de vista de que as "rondas" para os Acordos tiveram o *status* de *constituente*²⁶.

Reforma das Forças Armadas

²⁵ A firma dos Acordos de Paz em 16/1/1992 põe fim às hostilidades. O cesar fogo de 1º de fevereiro de 1992 inicia o período de paz armada que dura até 15/12/92 quando se assina o final do conflito armado, dando começo ao período de paz plena.

²⁶ As reformas constitucionais são produto das negociações entre o governo e a FMLN, mas estas deviam ajustar-se às normas constitucionais. O mecanismo foi o seguinte: dado que a constituição salvadorenha prevê a possibilidade de reforma da constituição sempre e quando as reformas sejam aprovadas por duas *Asambleas Legislativas* consecutivas, as reformas, geradas nas rodadas do diálogo, foram aprovadas pela Câmara que acabava seu mandato em 1-5-91 e ratificadas pela Câmara que iniciava seu mandato nessa data. Dado que o texto das reformas era definido nas discussões entre a FMLN e o governo, essa instância teve o caráter de *constituente*. A *Asamblea Legislativa*, dominada pelo partido de governo, ARENA, teve apenas a função de dar força de lei às reformas.

2) Entre as principais reformas constitucionais encontra-se a submissão do poder militar ao governo civil eleito democraticamente. Retira-se do Exército qualquer atribuição sobre a ordem pública.

3) Reduz-se drasticamente o exército de 61.000 a 30.000 efetivos. O cumprimento deste ponto previsto no calendário original para fins de 1993, adiantou-se em quase um ano, efetivando-se em janeiro de 1993.

4) Cria-se uma comissão de "notáveis" para a depuração das Forças Armadas, que indicou, ao finalizar o seu trabalho, 103 nomes de Chefes militares a serem exonerados.

5) Dissolveram-se os comandos de elite do Exército.

6) Suspenderam-se os 3 corpos de Segurança Pública sob comando das forças armadas: a *Guardia Nacional*, a *Policia de Hacienda*, e a *Policia Nacional*. Para suprir algumas das suas funções, formou-se um destacamento de fronteira de 2014 homens, sem jurisdição sobre a população civil.

7) Criou-se a nova *Policia Nacional Civil* (PNC). Sob a supervisão da ONU e com a assessoria dos países mais avançados nos temas de segurança pública está sendo forjada uma força policial moderna. A sua composição pactuou-se da seguinte maneira: 20% de ex-combatentes da FMLN, 20% de ex-efetivos do Exército e da *Policia Nacional* e 60% de cidadãos não comprometidos no conflito²⁷. As proporções são para todos os níveis hierárquicos. 40% de ex-combatentes de ambos lados passaram por uma comissão especial que avaliaria a adequação ou não das pessoas designadas pela Frente e pelo Exército aos requerimentos da nova polícia, as quais deveriam passar por uma série de cursos preparatórios de 6 meses de duração ministrados pelo pessoal especializado da ONU. Para o pessoal de base exige-se ter a escola primária completa.

8) Criou-se a *Academia Nacional de Seguridad Pública*, com um Conselho Diretivo pluripartidário onde participam dirigentes do governo e da FMLN, que será a responsável pela formação dos quadros para a nova PNC. Para os quadros intermediários é necessário ter o nível secundário completo e para os superiores o nível universitário.

9) Foram dissolvidas as *Defensas Civiles* e o *Servicio Territorial* do Exército, comprometidos com a repressão dos anos anteriores.

10) Foi suprimida a *Dirección Nacional de Inteligencia* -DNI- e criado um novo *Órgano de Inteligencia del Estado*, com pessoal totalmente novo. Neste ponto o governo de ARENA criou sérias dificuldades, permitindo e estimulando a incorporação de pessoal comprometido com as atividades repressivas dos anos passados.

²⁷ Por exemplo, em Chalatenango, capital de um Departamento (Estado) bastião da FMLN, a direção da PNC é formada por um membro da FMLN, Carlos Ernesto López, 33 anos, economista, militante das FPL desde 1982, como chefe, e o seu subchefe, o ex-policial José Tobar, 29 anos, com 10 anos de trabalho na *Policia Nacional*.

11) Foi criada uma nova *Escuela Militar*, com um novo Conselho Acadêmico formado por um número igual de militares e civis, incluído um membro da FMLN. Segundo palavras de Schafik Handal: "...el Concejo Académico ha trabajado en armonía en la reforma de la administración militar conforme a la nueva doctrina" (Handal, 1992: 1092).

Como reconhecem os dirigentes principais da FMLN, as reformas em termos de Forças Armadas são o ponto mais forte dos Acordos, que apresentam deficiências importantes em outras áreas, especialmente na econômica.

Outras reformas do Estado.

12) Criou-se a *Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos*.

13) Codificou-se toda uma reforma no sistema judiciário que começa pela Lei do *Consejo Nacional de la judicatura*, que deve depurar e democratizar a administração de justiça, a formação e eleição de juízes e da Corte Suprema de Justicia^[N10.]

14) Criou-se a COPAZ -*Comisión para la Paz*- um organismo supra-parlamentar composto por membros dos partidos com representação na *Asamblea Legislativa* e da FMLN, encarregado de elaborar as leis da transição à democracia. Este organismo cumpriu um papel relevante na elaboração desta legislação, que será a base para a futura democracia salvadorenha.

Reformas Econômico-Sociais

Os pontos da área econômico-social são, reconhecidamente, os pontos mais fracos dos Acordos. Para muitos observadores, seu calcanhar de Aquiles. Justamente por esse motivo, houve forças da FMLN que, minutos antes da assinatura do tratado, duvidavam seriamente se o assinavam ou não.

O problema básico para a FMLN era que os Acordos pudessem alcançar transformações na estrutura econômico-social que dessem solução aos problemas pelos quais a chamada "base social" da Frente entregou a vida dos seus filhos, emigrou, sofreu perseguições e torturas, serviu de apoio logístico à Frente durante os 12 anos de guerra e configurou uma retaguarda segura. Por outra parte, devia responder às exigências econômicas e sociais, mas também ideológicas, dos combatentes armados. Vejamos as características deste último setor. Segundo os dados da ONUSAL, elaborados em maio de 1993, os números da desmobilização da FMLN são os seguintes:

Total combatentes não aleijados	7370
Total aleijados combatentes	877
Total aleijados não combatentes	2201
Total desmobilizados	10448

Desmobilizados por partido e sexo:

	ERP	FAL	FPL	PRTC	RN	Total	% p/sexo
Mulheres	746	320	671	153	5457	2437	29,55
%	30,61	13,13	27,53	6,28	22,45	100	
Homens	1835	716	1787	483	987	5810	70,45
%	31,58	12,32	30,76	8,31	16,99	100	
Total	2581	1036	2458	636	1534	8247	
% Total	31,30	12,56	29,80	7,71	18,60	100	

Desmobilizados por nível educativo.

	Total	% Total	Aleijados Não Combatentes (ANC)	% Total ANC
Nenhuma	1065	12,93	269	12,22
Primária	1910	23,19	441	20,04
Secundária	265	3,22	136	6,18
Superior	100	1,21	42	1,91
Sem dados	4907	59,57	1313	59,65
	8238 ²⁸		2201	

Fonte: ONUSAL, San Salvador, maio 1993.

O ponto central em termos econômicos, levando em conta a base majoritariamente camponesa da FMLN, era o problema da terra. Neste sentido:

15) Foi acordado um Plano de transferência de Terras com as seguintes características:

a) As terras transferidas deverão ser pagas pelos beneficiários.

b) Foi criado um "Banco de terras" que outorgará créditos para esta compra com 6% de juros anuais.

c) Serão outorgadas linhas especiais de créditos para o trabalho da terra

O dinheiro destes créditos provirá basicamente da ajuda estrangeira comprometida através das Nações Unidas para tal fim. O cálculo aproximado para o Processo de Reconstrução Nacional fala de 1 bilhão de dólares. A Comunidade Econômica Européia prometeu 55 milhões, o BID 120

²⁸ Os dados da ONUSAL que possuímos neste aspecto são imprecisos. Não só não contabiliza o total de desmobilizados, como tem uma cifra muito grande de dados ausentes. Contudo, a ausência de dados é factível de ser interpretada como ausência de nível educativo.

milhões e o governo da administração Bush 250 milhões²⁹, colocando-se esta escassez de verba para a reconstrução como um dos enormes problemas na execução dos Acordos.

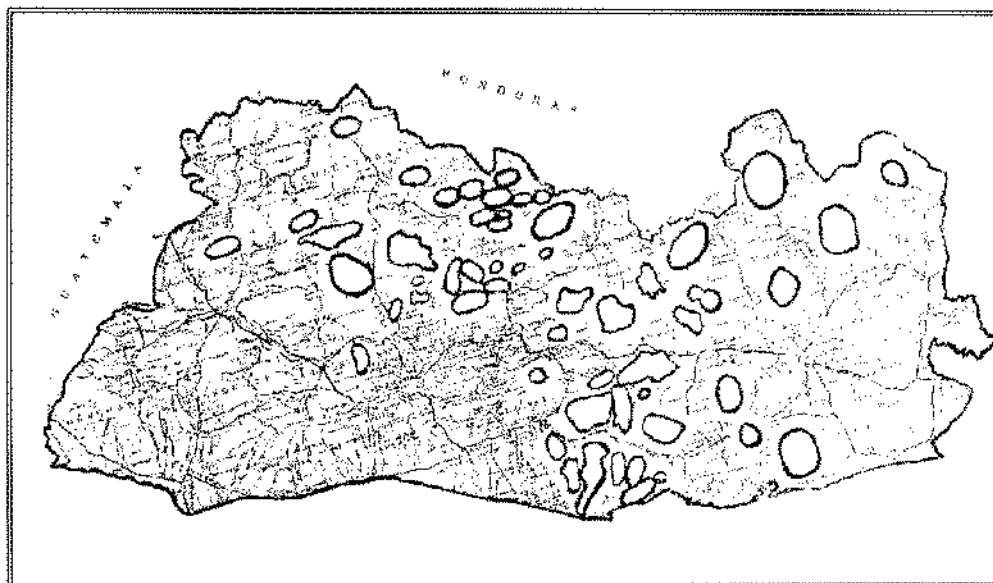
d) Será dada formação e assessoramento aos ex-combatentes para o desenvolvimento de cultivos não-tradicionais e para o trabalho intensivo da terra. Em abril de 1993, 6000 ex-combatentes da FMLN receberam seus diplomas do primeiro curso deste tipo.

Em termos de transferência de terras os números são os seguintes:

Total de terras cultiváveis em El Salvador	2.000.000 "Manzanas".
(a) Total de terras para ex-combatentes FMLN	162.000 Mz. (8%)
(b) Total de terras para ex-combatentes das FFAA	75.000 Mz. (3.75%)
Totais a transferir (a+b)	237.000 Mz. (11.75%)

Nota: 1 Hectare = 1,43 Mz.

Fonte: *Comisión de Tierras FMLN*, San Salvador, maio 1993.



No mapa, terras disputadas pela FMLN, nos Acordos de paz. Este mapa é indicativo das regiões onde a FMLN estabeleceu um maior controle territorial.

Fonte: Elaboração própria em base nos dados da Comissão de Terras da FMLN e consultas no Estado Maior da ONUSAL, San Salvador, abril-maio de 1993.

É necessário acrescentar que o processo de Reforma Agrária que começou a realizar o governo de José Napoleón Duarte e que ficou incompleto tinha transferido aproximadamente 20% da terra cultivável, que foram majoritariamente cooperativizadas, o que totaliza aproximadamente 30 % da terra reformada no final desta nova etapa de transferências.

²⁹ São notavelmente contrastantes estas cifras do governo dos EUA para a paz frente aos 6 bilhões de dólares em ajuda militar ao Exército para a guerra durante os anos do conflito.

16) COPAZ convocou o *Foro de Concertación Económico Social*, organismo estabelecido nos Acordos para coordenar os interesses multi-setoriais na nova situação.

Direitos Humanos

17) Os Acordos estabeleceram a formação de uma *Comisión de la Verdad* que deveria investigar as violações aos direitos humanos desde 1980. Pérez del Cuellar, Secretario Geral da ONU, designou para esta tarefa três proeminentes juristas: Belisario Betancourt (ex-Presidente da Colômbia), Reinaldo Figueredo (ex-Ministro do Exterior da Venezuela); Tomas Buergenthal (Presidente do Instituto Inter-americano para os Direitos Humanos). Esta comissão produziu, em março de 1993, um informe de 209 páginas e 600 páginas de anexos que abalou a sociedade salvadorenha. Neste informe, por um lado foram denunciados fatos e pessoas; por outro lado, foram formuladas *recomendaciones* que tanto a FMLN quanto o governo de El Salvador se comprometeram a cumprir na assinatura dos Acordos.

O Informe da *Comisión de la Verdad*, visto por alguns como um dos resultados mais importantes dos Acordos de Paz, criou atritos em dois pontos relevantes:

a) O Informe recomenda a renúncia da totalidade da *Corte Suprema de Justicia*, fato que fez reagir negativamente o governo e todo o aparelho judiciário do país. Apesar das recomendações terem caráter de "obrigatórias" ante a comunidade internacional, foram poderosas as resistências institucionais para o cumprimento desta recomendação.

b) O segundo ponto criou atritos dentro da FMLN. O Informe inclui na relação membros de uma das cinco organizações que compõem a FMLN, o PRS. Os principais mencionados são Joaquín Villalobos e Ana Guadalupe Martínez, principais dirigentes desta organização. Este fato alterou o delicado equilíbrio interno da FMLN. Joaquín Villalobos exigiu indignado na mídia que as outras forças da FMLN se co-responsabilizassem dos fatos atribuídos ao PRS. Uma semana mais tarde, em 22|4|93, a *Comisión Política* da FMLN emitiu um comunicado no qual os cinco integrantes da *ex-Comandancia General* aceitaram coletivamente as responsabilidades que a *Comisión de la verdad* assinalara apenas para o PRS. Mas estas declarações não foram suficientes naquele momento para eliminar o problema; segundo nos disse Villalobos em entrevista:

Hubo un primer momento en el que no entendíamos que quería decir, porque una cosa es asumir las responsabilidades y otra cosa es asumir las recomendaciones. En segundo orden, pues, me parece que no, que se tardaron demasiado, porque hay un costo político que ha pagado nuestra organización, y nos parece que es bastante difícil aceptar que haya tenido que transcurrir, casi más de una semana, que ha tenido que acumularse una crisis respecto al informe para que por fin se tuviera una reacción, eso no podemos dejar de señalarlo, porque indiscutiblemente el hecho de que ahora se haga una interpretación de que cuando la Comisión de la verdad habla de la Comandancia General está hablando de todos, cuando transcurrió más de

una semana con la interpretación de que no, que sólo hacía referencia a la dirección del ERP, pues, a nosotros a pesar de que sea muy positivo esto que se está haciendo, nos llamó poderosamente la atención que se haga con tanto tiempo de demora y que hubo una muy mala orientación del debate en el seno de la izquierda. O sea, que en ese sentido hubo una conducta no muy ética ni muy política, porque la afectación nuestra afectaba a todo el FMLN, no podía parcializarse. (Entrevista , 26/3/93. In, Análisis, 1993: 18)

No mês de abril o Congresso aprovou uma apressada *anistia* para todos os envolvidos nas denúncias da *Comisión de la Verdad*, criando um novo foco de instabilidade no processo de transição à democracia em El Salvador^[N11.].

O até aqui colocado é apenas um pequeno inventário da complicada rede que conforma o profundo processo de transformações da sociedade salvadorenha que, na fala de Joaquín Villalobos (1993: 3), configura "*el más importante modelo de revolución de este período histórico*". As eleições de março de 1994 serão a última grande prova de fogo do processo de transição à democracia, mas não o último desafio para a esquerda política deste país. Nestas eleições, a esquerda saberá qual é o seu peso eleitoral, que nas circunstâncias particulares, garantindo-se a lisura do processo eleitoral, poderá expressar com bastante aproximação o conquistado em vontade social de transformação por este setor do espectro político. Mas, ao mesmo tempo, no período que se abre, deverá demonstrar se será capaz, a partir das parcelas de poder que detêm na atual configuração da sociedade salvadorenha, de começar a construir essa nova sociedade para a qual as forças comprometidas enfrentaram mais de vinte anos de combate armado. Os resultados deste desafio deve interessar não apenas à esquerda política mas a todos os seriamente comprometidos com o desenvolvimento de uma democracia real e plena na América Latina.

A vitória do derrotado: do *impeachment* aos novos desafios

Em fevereiro de 1990, antes mesmo da posse de Fernando Collor de Mello, Lula lança a idéia do "governo paralelo", uma iniciativa que ficou no meio do caminho^[N12.]. Em 14 e 15 de abril de 1990, o DN aprova o Regulamento de Direito de Tendências e encaminha o processo de registro das tendências existentes no partido³⁰ e, de 31 de maio a 3 de junho, no Centro de Convenções Anhembi, SP, realiza-se o 7º Encontro Nacional que será chamado o "Encontro da Unidade" pelo grande consenso alcançado na maioria das resoluções. No encontro participam 568 delegados, 100 convidados e 60 representantes de diversas organizações de 18 países, dando uma idéia da crescente importância internacional deste partido. O Encontro elege o 5º Diretório Nacional a partir de 4 chapas e aprova um importante documento para nosso estudo sobre a concepção estratégica do PT, "O Socialismo Petista". Os dias 2,3 e 4 de junho realiza-se um *Encontro de Partidos e*

³⁰ Se tratava das seguintes tendências: Articulação, Convergência Socialista, Democracia Socialista, Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista, Nova Esquerda, O trabalho e Vertente Socialista.

Organizações de Esquerda de América Latina e o Caribe, articulado pelo PT. O Encontro aprova a chamada "Declaração de São Paulo" e dá início a um movimento continental que continua desenvolvendo-se conhecido como "Forum de São Paulo"³¹. Em 1º de outubro se realizam eleições para Governadores e Vices, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. O PT elegeu um Senador, 35 Deputados Federais, 81 Deputados Estaduais e ficou em segundo lugar no Acre e Amapá na eleição para Governadores (Ver quadro N° 5, apêndice N° 1).

De 28 de novembro a 3 de dezembro de 1991, realizou-se o 1º Congresso do Partido no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo, com a presença de 1100 delegados. Este Congresso sintetiza um longo processo de discussão da estratégia e da organização partidária, e suas resoluções, fruto de um processo de discussões de quase um ano no qual se debateram as teses das várias tendências [N13], são um documento transcendente no desenho de novos caminhos para a transformação radicalmente democrática do país.

Importantes decisões sobre a democracia partidária foram a aprovação da cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção e a revisão do direito de tendência que amplia o controle partidário sobre as mesmas mas garante sua existência e seus direitos [N14].

Em maio de 1992, com uma participação relevante do PT neste fato, se instala a CPI do caso PC Farias³² que, depois das enormes mobilizações de agosto e setembro desse ano, culminou no *impeachment* do Presidente Collor de Mello, aprovado em 29 de setembro. As mobilizações do *Fora Collor*, puseram de relevo novos atores na cena política, -como é o claro caso dos chamados "carapintadas", estudantes universitários e secundaristas que encheram as ruas durante dois meses de passeatas e se organizaram em níveis mais elevados- e iniciaram um período de desmascaramento dos mais diversos tipos de práticas fisiologistas nas altas esferas do poder político.

Em 3 de outubro e 15 de novembro realizam-se o primeiro e segundo turno das eleições para Prefeitos e Vereadores, com resultados que ficaram por baixo das expectativas dos petistas, apesar de mostrarem um leve crescimento nos números de eleitos pelo partido. O PT elegeu 53 Prefeitos em 18 Estados e 1140 Vereadores em 23 Estados (Ver quadro N° 6, apêndice N° 1). Além dos números abaixo das expectativas, outro fato negativo foi a derrota do PT no seu berço, o ABC

³¹ O *Fórum de São Paulo* é um espaço de intercâmbio de experiências e pontos de vista entre distintas forças políticas democráticas e socialistas de América Latina. O primeiro Encontro reuniu 53 partidos e frentes de esquerda de 14 países latino-americanos. O segundo encontro realizado na cidade de México entre 12 e 15 de junho de 1991 juntou 68 organizações políticas latino-americanas de 22 países e 12 organizações solidárias de EUA, Canadá e Europa. O terceiro encontro do Fórum, de 16 a 19 de julho de 1992, realizou-se em Manágua, Nicarágua e participaram 122 delegados de 17 países de América Latina e 60 observadores de 48 organizações de África, Europa, Ásia e EUA. O quarto encontro, realizou-se em Havana, Cuba entre 23 e 26 de julho deste ano mas não contamos com os dados de participantes.

³² Diz José Dirceu com respeito à luta pela instalação da CPI: A CPI viveu três momentos até agora. O primeiro momento começa com a atitude quixotesca, minha e de Suplicy, percorrendo os corredores da Câmara e do Senado atrás de apoio para a instalação da CPI do PC Farias. Prossegue com as pressões sobre os deputados do PMDB, do PPS e do PDT, até que eles mudassem de posição e passassem a apoiar a CPI. Então a CPI se impôs ao Congresso. *Boletim Nacional* do PT, N° 64, julho 1992, pág. 3.

paulista, em São Bernardo do Campo e Santo André, e na capital do Estado, São Paulo. Contudo, as eleições mostram além de um crescimento, embora pequeno, alguns elementos dignos de serem mencionados como os fatos de ter eleito Prefeitos em 4 Capitais de Estado (Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Rio Branco), ter realizado uma importante eleição no Rio de Janeiro e poder apresentar o dado de que, pela segunda vez, o PT foi o partido mais votado no conjunto das Capitais, recebendo 3,3 milhões de votos no primeiro turno e 5 milhões no segundo turno, superando ao segundo colocado, o PMDB, que recebeu 2,7 e 3,9 milhões, respetivamente.

No período posterior à eleições de outubro-novembro de 1992, se deu a descoberta da chamada "máfia do orçamento", envolvendo uma parte dos legisladores e membros dos outros poderes com o esquema de propinas das empreiteiras, etc; se conhecem os casos de "compra de deputados"; aparecem os esquemas de corrupção vinculados ao "jogo do bicho", etc., etc. Esta degradação crescente das elites políticas, esta "perda de *prestígio*" das classes dominantes, é um fato de grande importância num ano de eleições gerais, onde a renovação não é apenas presidencial, mas de Governadores, Deputados Estaduais e Federais, e Senadores. Isto é, trata-se de um ano no qual é possível produzir uma drástica virada da relação de forças políticas na sociedade em favor dos setores de centro-esquerda e esquerda do espectro político.

Para finalizar, é oportuno sublinhar algumas similitudes de carácter substancial entre os dois partidos estudados.

1.- Trata-se de partidos pertencentes à esquerda do espectro político de carácter não monolítico, com correntes internas diferenciadas. O PT na forma de "tendências", a FMLN na forma de "partidos". Um deles continua a ser uma "frente", o outro construiu características orgânicas mais sólidas.

2.- Ambos os partidos tem uma história de estreita relação com os movimentos sociais. No caso do PT é clássica a discussão interna sobre as suas características, meio "partido", meio "movimento"³³. No caso da FMLN há dirigentes que falam que a FMLN era "um movimento de massas armado" (Cisneros, entrevista, junho 1993). Além dos qualificativos, o fato marcante é que ambos os partidos desenvolveram uma relevante relação política e orgânica com os movimentos sociais mais dinâmicos dos seus países.

3.- Ambas as organizações se constroem numa íntima relação com a Igreja e com as CEBs que representam movimentos importantes em ambos os países³⁴. Não seria inteligível a história

³³ «Pode-se especular que esta ambigüidade da autodefinição como movimento e como instituição política talvez tenha sido um elemento-chave para a sobrevivência do PT durante o processo brasileiro de transição (Keck, 1991: 193).

³⁴ ...No todo grupo defensor de la teología de la liberación posee la base de masas que las CEB representan en varios países clave: Brasil, El Salvador y Perú, y en menor medida, Nicaragua, Colombia, Chile y México (Castañeda, 1993: 226).

destas organizações nem do processo histórico nos quais se desenvolvem, sem a referência a este setor. Sobre o vínculo da FMLN com as correntes cristãs, escrevem Villalobos e Castañeda:

El proceso revolucionario salvadoreño tiene una fuerte base social cristiana, la gran mayoría de sus combatientes son creyentes, una importante cantidad de sus cuadros son cristianos (...) El proceso de surgimiento y desarrollo del movimiento revolucionario salvadoreño es coincidente, históricamente, con los cambios dentro de la Iglesia hacia un mayor compromiso con los problemas sociales. El pueblo salvadoreño es un pueblo profundamente religioso y también politizado, ha luchado combinando la fe y la esperanza con las ideas revolucionarias sin contradecirse ni conflictuarse. Monseñor Romero constituye la figura universal más importante de nuestra historia y el principal mártir de la causa de los pobres; en él se juntan los valores de fe, humildad y el amor con el espíritu revolucionario de lucha del pueblo salvadoreño. Cristianismo y Revolución están sintetizados en la figura de Monseñor Romero. A lo largo de todos estos años, el FMLN, no sólo no ha chocado ni confrontado las ideas religiosas, sino que ha convivido felizmente con ellas en los frentes de guerra y en la lucha de calle (Villalobos, 1989a: 83).

Los vínculos con amplios sectores quizá constituyeron la característica más notable de la lucha en El Salvador (...) Ni toda la cautela del mundo (...) puede eliminar las raíces de la izquierda salvadoreña en la Iglesia y el apoyo que recibió de las comunidades de base y de la orden de los jesuitas (...) Esos vínculos fueron de largo alcance: los jesuitas formaron a una generación de intelectuales salvadoreños y otorgaron respetabilidad a muchas de las iniciativas de los rebeldes (...) Para el pueblo profundamente religioso de El Salvador (...) la conversión política de párrocos, obispos, y pensadores jesuitas fue un factor decisivo que lo llevó a comprometerse con el cambio social (Castañeda, 1993: 109)^[N15.]

Marcia Regina Berbel, na sua pesquisa sobre a origem do PT, tratando dos setores que convergem na sua fundação, assinala a relação do PT com os setores cristãos:

...A incorporação por parte do PT de importantes aspectos das posições defendidas pelos militantes da Igreja Popular levará à sua adesão ao partido em grande escala. "A opção natural pelo PT" é um dos títulos do trabalho de Ricardo Galletta, que analisa a política partidária e a Pastoral no Brasil (...) A frase decorre da constatação de que a "imensa maioria dos membros da pastoral popular que entraram na política partidária optaram pelo PT, o mesmo se podendo dizer se fizemos uma análise por diocese ou prelazia". Entre as principais razões apresentadas pelos entrevistados na pesquisa de Ricardo Galletta para a sua adesão ao PT encontram-se o seu carácter "classista", ou seja, um partido de trabalhadores em oposição à classe dos capitalistas, o que é entendido como uma "opção pelos pobres"; o fato de ser um partido construído de "baixo para cima", baseado em núcleos, o que se assemelha às CEBs; a presença mínima de "políticos profissionais" no PT com experiências negativas nesse sentido com o MDB; e a recusa pelo padrão tradicional dos partidos de esquerda (Berbel, 1991: 44).

4.- Ideologicamente, ambos os partidos apresentam uma particular relação com o marxismo, não dogmática e aberta ao diálogo com outras formas de pensamento. Por outra parte, os dois partidos continuam operando com o conceito de "revolução", embora de forma ambígua, e denominando de "socialista" à sociedade que almejam construir. Nessa construção, ambos recuperam o conceito de "democracia" abandonado pela esquerda e o fazem um conceito central das novas elaborações. Nessa redefinição ideológica, em ambos os partidos aparecem vários dos conceitos do *corpus* teórico gramsciano articulando a formulação dos novos projetos de sociedade.

Este breve panorama histórico da construção dos novos projetos do PT e da FMLN, exposto na forma de cronologia paralela, aproveitando essa característica destas experiências políticas, é também um exemplo das possibilidades de renovação do projeto da esquerda política em dois diferenciadíssimos países de nosso sub-continente e de duas diferenciadíssimas maneiras. Estas duas histórias, com suas glórias e suas derrotas, com seus acertos e êrros são demonstrativas de que, apesar da euforia neoliberal da década de oitenta ter sentenciado a esquerda como *cachorro morto*, este setor do espectro político, na América latina, se recompõe com novas propostas e novos conceitos e projetos. Embora as diferenças histórico-concretas qualifiquem as novas elaborações, conceitos e idéias comuns surgem destas experiências. A esta aproximação conceitual dedicaremos o trabalho dos próximos capítulos.

Notas suplementares capítulo 2

[N1.] (Página 71)

El Salvador: elementos históricos. O domínio de uma casta de famílias oligárquicas em El Salvador data de meados do século passado, quando se implanta o mono-cultivo do café como fonte principal do ingresso nacional e o grupo dos cafeicultores passa a constituir uma oligarquia todo-poderosa e sem opositores. Em 1870 se consagra o domínio político da oligarquia cafeiteira com a constituição de uma "República Oligárquica", regida por uma Constituição "liberal" aprovada em 1886 -vigente até 1944-, que deu justificação legal e legitimação política ao regime oligárquico, de maneira mais ou menos estável até 1930.

La crisis de la República oligárquica cafetalera de El Salvador ocurrió en 1931 como resultado de las presiones demográficas sobre los patrones de tenencia de la tierra, combinadas con una severa crisis económica y la activación de los grupos populares (Baloyra, 1987: 23)

Nessas condições, a oligarquia não podia governar por si mesma. Não podia "dominar" e "dirigir" ao mesmo tempo, como nos últimos 60 anos. O grande problema da oligarquia era a inusitada ativação do campesinato que vivia em condições de extrema miséria. Em 1930 se havia formado o Partido Comunista Salvadorenho e seu principal dirigente, Agustín Farabundo Martí, quem já havia lutado junto com Cesar Augusto Sandino na Nicarágua, tinha-se transformado em uma liderança reconhecida pelos camponeses (segundo Baloyra desde o verão de 1930, quando perto de 80.000 trabalhadores rurais se incorporam à Federação de Regional de Trabalhadores Salvadorenhos -FRTS-, havia aumentado significativamente a militância operária.). Naquelas circunstâncias, Romero Bosque, um elemento *progressista* da elite oligárquica, convoca eleições abertas -segundo Baloyra "*quizás las únicas realmente abiertas y competitivas en la historia de El Salvador*"-, onde se impõe o *Partido Laborista*, uma coalizão, apoiada por setores populares e encabeçada por Arturo Araujo. Em vários municípios ganha o Partido Comunista de Farabundo Martí.

A folga não durou muito: em 2 de dezembro de 1931 o General Maximiliano Hernández Martínez derrubou o governo o que levou ao descontento e finalmente a uma insurreição popular dirigida por Farabundo Martí. A reação dos militares marcou a história de El Salvador e a cultura das elites dominantes: foram assassinados 10.000 trabalhadores e suas lideranças fuziladas. O acontecimento ficou conhecido como "a matança".

A ditadura pessoal de Martínez dura 14 anos. Em 1944 um novo golpe de Estado apoiado pelos EUA abre um período uma certa flexibilização política que durou menos de um ano, quando acontece outro golpe de Estado, e o período de instabilidade continua, até o chamado "Golpe dos Majores" em 14 de dezembro de 1948, inaugurando o período de governo institucional das Forças Armadas que vigorou -salvo o breve período outubro|1960 - junho|1961 quando uma junta de jovens oficiais apoiados por setores populares assumiu o governo-, até o golpe de Estado de 15 outubro de 1979.

Em meados dos anos sessenta, a criação do Mercado Comum Centro-americano (participavam Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica), a Aliança para o Progresso, e um certo "reformismo" do governo militar, permitiram um relativo desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento de um "setor industrialista" no bloco oligárquico. Rafael Guidos Véjar, sociólogo salvadorenho, fala de dois grupos principais:

Un frente agrario y grupos industrializantes (...) El primero (...) se identifica con la tendencia del capital agrario (...) El segundo (...) a aquellas fuerzas políticas que, aunque participan y refuerzan las tendencias del capital agrario, propugnan porque la tendencia del capital agrario industrial llegue a dominar...(In, Baloyra, 1984: 47)

Italo Lopéz Vallecillos, por sua vez, tematiza a divisão do bloco oligárquico da seguinte maneira:

...Una facción que denominaremos *agrario-financiera* frena los intentos de transformación de los rígidos marcos de concentración de la tierra, bajos salarios en apego a una economía de plantación que es la base de su utilidad y ganancia; la *agrario-industrial-financiera* pretende imponer nuevos modelos de diversificación agrícola...(ibid)

Este modelo de duas *tendências* dentro do mesmo bloco oligárquico em El Salvador, parece ser um consenso entre os analistas salvadoreños. Nesse esquema, uma certa modernização da sociedade era possível conservando os privilégios intocados da oligarquia tradicional. No final dos anos sessenta o setor industrializante da oligarquia, o que propriamente poderíamos chamar da *burguesia*, conquistou um lugar importante no comércio do istmo centro-americano. Mas, a chamada "guerra do futebol", com Honduras em 1969, veio a breçar essa bonança. A guerra com Honduras, quebrou o Mercado Comum, eliminou as possibilidades para a incipiente indústria, fechou os caminhos terrestres para a exportação a uma parte importante do mercado centro-americano (Nicarágua e Costa Rica), fez com que a maior parte do capital transnacional passasse para Guatemala, aumentou novamente as importações, retrotraiu a economia aos cultivos do café, a cana de açúcar e o algodão e obrigou a um retorno maciço de salvadoreños desde Honduras, aguçando o conflito social, abrindo as portas uma intensa crise econômica, social e política. Portanto a balança de poder continuou inclinada em favor do setor agro-financeiro.

Mas, nesta nova situação tinham surgido novos atores políticos de relevância que colocavam novos projetos sobre a mesa. Por exemplo na primeira década de setenta se dá uma Reforma Educativa que tendia a criar mão de obra especializada para um novo tipo de desenvolvimento econômico nos marcos do Mercado Comum, reforma que produz, como efeito não desejado pelos impulsores, uma ampliação do patrimônio intelectual e cultural nos ambientes acadêmicos. Entre esses efeitos o ingresso de novas leituras do marxismo e a ampliação do horizonte político da esquerda, dominado pela cultura dos comunistas.

[N2.] (Página 72)

Guerra popular prolongada e foquismo. Uma definição satisfatória dos conceitos daquilo que se chamou de "foquismo" e de "guerra popular prolongada" aparece no livro de Jacob Gorender, "Combate nas trevas". Sobre a noção de "foquismo" escreve Gorender:

O foquismo se origina num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada, a partir do zero...

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos (...) Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo. Ou seja a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como um pequeno motor acionador do grande motor -as massas...

O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército (...) Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva.

Inserido na onda de exaltação da guerrilha rural, [Régis] Debray não só afirmou que as cidades são o túmulo da revolução, como se permitiu ridiculizar os revolucionários urbanos -acomodados "burgueses" da esquerda.

O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a idéia de primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário (Gorender, 1987: 80-81)

A concepção do foquismo foi difundida nos escritos de *Che Guevara*, em particular o livro "A guerra de guerrilhas" de 1960, e do folheto de Régis Debray "Revolução na revolução?", de 1967, enquanto a noção de "guerra popular prolongada" tem relação com a experiência chinesa. Sobre essa concepção assinala Gorender:

A concepção chinesa da guerra popular tinha em comum com o castro-foquismo o privilegiamento do campesinato e da guerrilha rural, a ênfase no caráter revolucionário dos povos do terceiro mundo e o

belicismo. As sentenças de Mao -os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil- se tornaram senhas mágicas e contribuíram para forjar a atmosfera militarista da esquerda brasileira no final dos anos 60 (Gorender, 1987: 83).

No folheto "Salve a vitória da guerra popular!" Lin-Biao, o impulsionador da Revolução Cultural chinesa, resumiu a estratégia revolucionária do cerco das metrópoles imperialistas industrializadas pelos países camponeses do Terceiro Mundo. No interior desses países explorados, o campesinato devia ser o aríete da guerra popular que derrubava as muralhas das cidades -fortaleza onde se sediava o poder opressor (Gorender, 1987: 76)

...O folheto de Lin-Biao apresentou duas divergências fundamentais em face do foquismo. Em primeiro lugar, subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob *direção absoluta* do partido comunista. O partido precede a guerrilha e está não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da *guerra popular prolongada*. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução antiimperialista e antifeudal (Gorender, 1987: 82-83).

[N3.] (Página 77)

Brasil: movimento estudantil. As lutas estudantis levaram milhares de estudantes às ruas entre abril de 1968 e o Congresso de Ibiúna em 1969. Os estudantes tiveram dois mortos em 1º de abril, nove mortos em 21 de junho. Em 25 de junho eram reprimidos, junto com outros setores, no protesto contra as mortes e prisões e a violência policial, que ficou conhecida como "a passeata dos 100.000". No congresso de Ibiúna, interior de São Paulo, em 9/10/68, foram presos mais de 700 delegados, dando final a esta etapa do movimento estudantil, que resiste um par de anos na clandestinidade, reduzido ao seu núcleo dirigente.

Os primeiros passos da reconstrução no nível nacional começam no I Encontro Nacional de Estudantes, na USP, em março de 1976, com a presença de 600 estudantes. Em 16 de outubro desse ano se realiza o II Encontro Nacional de Estudantes que reuniu 281 delegados e mais de 500 observadores de 8 Estados. Mas ainda não se reativaria a UNE. Em meados dos anos 70, afirma M. Keck, o objetivo do radicalismo estudantil tinha-se deslocado da luta anti-burguesa à luta anti-ditadura. Essa mudança não refletia apenas as conseqüências do fracasso das experiências de luta armada, mas o drástico crescimento da população estudantil. O número de matriculados tinha passado de 124.214 em 1964 para 937.593 em 1974. Os dados completos que dá M. Keck sobre o número dos matriculados são os seguintes:

1964 - 124.214 // 1970 - 425.478 // 1974 - 937.593 // 1980 - 1.377.286 // 1985 - 1.367.609

Passeatas estudantis e repressão policial marcam o ano de 1977, em particular em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Nesta última cidade, onde deveria realizar-se o III Encontro Nacional, em 4 de junho, a repressão policial resultou em 850 estudantes presos. Transferido para São Paulo, a segunda tentativa acabou com 500 detidos e dezenas de feridos. O III Encontro foi realizado em 22 de setembro, secretamente, com delegados de 60 entidades de 7 Estados, criando-se a Comissão pró-UNE. Em agosto de 1978 formou-se em São Paulo a primeira União Estadual de Estudantes pós-68 (UEE-SP) e, finalmente, em 29 de maio de 1979, em Salvador, Bahia, se realiza o Congresso Nacional da UNE, que marcará o retorno desta importante organização à cena política (História Imediata, 1979: 23-65).

[N4.] (Página 77)

Influência dos artistas da MPB na transição à democracia. Neste ponto é possível anotar o papel que neste processo tem uma categoria de intelectuais de uma influência importante como foram os artistas da MPB. Nos textos acadêmicos consultados não encontramos maior referência a este tipo de intelectuais, porém a sua influência parece ter sido marcante na formação de uma nova cultura política pelo menos nos setores mais dinâmicos do movimento popular. Não por acaso duas das maiores mobilizações que marcaram a última década (84-94) caminharam ao som de músicas destes artistas. A luta pelas diretas ao som de uma música de Geraldo

Vandré, "Caminhando..."; a luta pelo *impeachment* ao som de *Alegria, Alegria* de Caetano Veloso. Não por acaso também figuras como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento e outros, são imagem ou figuras vinculadas à luta pela democracia, a luta contra o preconceito, etc. Poucos sabem do exílio de Carlos Nelson Coutinho ou Leonel Brizola, mas tudo mundo conhece o exílio de Caetano Veloso e Gilberto Gil. Por outra parte, a influência deste intelectuais espalhou-se para vários países da América Latina. Na Argentina tem-se tematizado academicamente a importância do **movimento do rock nacional** na transição à democracia (veja-se por exemplo o livro compilado por Elizabeth Jelin, *Los nuevos movimientos sociales. Mujeres. Rock Nacional. Obreros. Barrios*, Centro Editor, Bs. As., 1989, em particular o artigo de Pablo Villa, *Rock Nacional, crónicas de la resistencia*, págs. 83-156). No Brasil não conhecemos uma expressão similar.

[N5.] (Página 82)

Vítimas da violência governamental e das paramilitares no período janeiro a setembro de 1981. Baloyra (1987: 259) oferece os seguintes dados:

Total acumulado	Total mortos	Camponeses	Empregados	Estudantes	Professores	Desconhecidos
31 de março	5335	---	---	---	---	---
30 de junho	9250	3868	368	281	44	4334
30 de setembro	10714	4239	467	321	51	5128

[N6.] (Página 82)

Ingerência dos EUA em El Salvador. A ingerência dos EUA é reconhecida já em 1980, por exemplo, no "Documento de Santa Fé":

...El Salvador se encontra assediado por rebeldes sustentados internacionalmente. **Buscando estabilizar a situação, os EUA. apoiaram a instalação de uma junta militar em El Salvador em 15 de outubro de 1979.** O país, não obstante, continua no caos. A intervenção dos EUA, no sentido de prevenir uma série de tentativas de tomada de poder, desde novembro de 1979, por elementos nacionalistas das forças armadas salvadorenhas não só desestabilizou ainda mais o país, como também zombou do pluralismo ideológico... (Comitê de Santa Fé, maio de 1980, "Uma nova política inter americana para os anos 80", In Documento secreto da política Reagan para a América Latina, Hucitec, São Paulo, 1981: 82-83.

[N7.] (Página 82)

As Forças Armadas salvadorenhas como partido político da oligarquia. Vários autores assinalam, com maior ou menor ênfase esta posição das Forças Armadas como "partido político da oligarquia" na ausência de um partido que pudesse representar o conjunto de interesses de longo fôlego dos setores dominantes em El Salvador. Gramsci dizia para o caso do Piemonte, na Itália, que as classes dominantes não queriam "dirigir", apenas "dominar", portanto, o papel de "governo", de "direção" seria assumido pelo Estado. A frase se aplica claramente ao caso da oligarquia salvadorenha, em relação ao papel dos militares. Joaquín Villalobos escrevia sobre este papel desempenhado pelos militares o seguinte:

La oligarquía siempre ha tenido como su partido político fundamental al propio ejército, al cual le ha sido más fácil mantener fiel a sus intereses que a una capa media intelectualizada. Esto explica por qué la Democracia Cristiana como partido siempre fue rechazada por la oligarquía y al momento en que se volvió necesaria su participación debió ser apadrinada por los EE.UU. para que contribuyera a salvar a la propia oligarquía... (Villalobos, 1989a: 77).

Contudo, parece claro que este papel nunca foi passivo. Os militares construíram seus próprios objetivos e interesses corporativos. Porém, estes interesses estavam absolutamente ligados aos donos do poder econômico: a oligarquia. Este fato permite a Enrique Baloyra colocar a relação entre militares e oligarquia como de "disputa de hegemonia" no seio do bloco no poder, num uso poultanziano do conceito de hegemonia.

La crisis oligárquica de 1931 no pudo ser resuelta por el experimento o serie de experimentos militares que se dieron entre 1948 y 1972 con lo que, después de la caída de Maximiliano Hernández Martínez en 1944, se convirtió en una crisis hegemónica. Los militares no lograron suplantarse a la oligarquía como actor hegemónico y, además de no tomar las medidas adecuadas para conseguir un mejor balance de las fuerzas políticas, obstaculizaron a aquellos que intentaron lograrlo... (Baloyra, 1987: 41).

Porém, não parece ter havido um equilíbrio de poder entre estes setores que pudesse falar numa equivalência entre militares e oligarquia. A balança de poder sempre esteve inclinada aos desejos da oligarquia. O próprio Baloyra assinala:

El otro actor importante en la coalición salvadoreña, la oligarquía, pudo ejercer su influencia con mucha efectividad a través de la manipulación de los símbolos ideológicos que monopolizaba. El respeto de los militares por el *laissez-faire* liberal propugnado por la oligarquía cargaba los dados a favor de esta última. Por ejemplo, a pesar de su éxito relativo en obtener legitimidad a raíz de la revolución de 1948, los militares salvadoreños no podían encontrar un lenguaje o un conjunto de símbolos ideológicos que pudieran rivalizar con aquellos empleados por la oligarquía. La retórica militar continuó con su mezcla de populismo, anticomunismo y progresismo, lo cual oscurecía los objetivos básicos y los soportes normativos de la política gubernamental. Se suavizaban las declaraciones sobre reformas con garantías a la propiedad privada; las promesas de reforma agraria tenían un doble sentido. Debido a que la oligarquía de todos modos veía toda reforma con sospecha y dado que tenía el suficiente poder económico y prestigio social para atraer la atención de los medios de comunicación, podía siempre poner a los militares a la defensiva (Baloyra, 1987:40).

Outro analista do papel dos militares, o Tenente Coronel Mariano Castro Morán, autor ganhador do "Premio Nacional de Ensayo 1983", promovido pela UCA, pelo livro "Función política del ejército salvadoreño en el presente siglo", expressa sem rodeios do seio da instituição armada:

Desde hace décadas, la oligarquía salvadoreña confió a nuestra Fuerza Armada la custodia de sus intereses, de sus haciendas, de sus riquezas y sus propiedades. Para eso, expresaban, existen los hombres de uniforme, para garantizar la tranquilidad y el sueño de quienes controlan la banca, la tenencia de la tierra, los medios de comunicación y la exportación de nuestros principales productos y que a través de su gran poderío económico controlaban a su antojo la acción política de los gobernantes de turno... (Castro Morán, 1983: 353)

Y no es que la Oficialidad salvadoreña no tenga la suficiente capacidad de análisis para darse cuenta de nuestra verdadera realidad, sino porque la estructura del poder militar no le ha dado ni la oportunidad de cuestionar y eliminar el viejo mito que en El Salvador lleva muchos años tener carta de ciudadanía: es el mito de la supuesta apoliticidad de la Fuerza Armada, el mito de que ésta es una institución castrense químicamente pura y que, por lo tanto, los militares no deben interesarse en política. Naturalmente, este mito nunca ha funcionado para impedir que los militares del pasado hayan intervenido, a través del golpe de Estado en favor de los diversos grupos oligárquicos que pugnaron por el poder político, o en favor de soluciones que impedían el establecimiento de gobiernos de tendencias reformistas.

Detrás de esta "apoliticidad", se agazapa una realidad injusta y degradante, la realidad de un país dependiente, donde las Instituciones del Estado, las Leyes y la Fuerza Armada, han servido tradicionalmente a una pequeña pero poderosa oligarquía criolla y extranjera que ha mantenido al pueblo oprimido y emasculado a fin de explotarlo en las mejores condiciones de "seguridad" (Castro Morán, 1983: 349-350).

Nuestra Institución Armada no debe representar nunca más el papel de simple gendarme de la oligarquía y guarda-espaldas de gobiernos que se sienten autorizados para darle a un grupo de privilegiados la administración y el pleno disfrute de la mayor parte de la riqueza nacional (Castro Morán, 1983: 351).

Lungo Uclés, concorda com Baloyra em qualificar a situação na esfera do poder neste país, como "crise de hegemonia", baseado na inexistência de um partido político propriamente representante dos interesses gerais dos setores dominantes. Vejamos o texto de Lungo Uclés:

Una rápida mirada a los últimos 59 años de la historia política del país deja un resultado elocuente: siete golpes de Estado (1931,1944, 1948, 1960, 1961, 1972 y 1979); dos alzamientos populares

importantes: la insurrección de 1932 y la huelga general de brazos caídos de 1944; tres movimientos populares relativamente parciales y de menor importancia en 1960, 1972 y 1977; cinco procesos electorales en los años 80. Todo esto dentro de un marco jurídico-político avalado por cinco constituciones promulgadas durante estas seis décadas y el despliegue de la guerra a partir de 1981.

La primera imagen que este conflictivo panorama sugiere es la de una recurrente crisis de hegemonía. Efectivamente, tal es el rasgo principal del poder político salvadoreño. Intimamente ligado a lo anterior está un hecho que particulariza la estructura y la lucha por el poder durante este largo tiempo: la inexistencia, en sentido estricto, de un partido político de la burguesía, lo que explica, en parte, el recurrente desprecio por el consenso y la manipulación burda de los procesos electorales (Lungo Uclés, 1990: 117).

Esta situação das classes dominantes teria começado a se modificar a partir de meados da década de 80, com a paulatina construção do partido ARENA como "partido da burguesia".

Las clases dominantes en El Salvador de 1985 seguían siendo dominantes, y la ilusión del PDC de representarlas se fue rápidamente desmoronando en la medida en que el triunfo electoral de este partido político obligó, al contrario, a la burguesía a compactarse alrededor de ARENA, a buscar su propio control directo y a modificar su estrategia. Esto explicaría el paulatino desplazamiento de D'Abuissón de la conducción del partido a través del cual las clases dominantes estaban recomponiendo su poder político. Emergen, así, miembros directos de estas clases, no simples representantes de estas, al primer plano: Cristiani, Calderón Sol y otros, particularmente a partir de este último año.

Consideramos que es entre 1984 y 1988 que se da un proceso interno que hará de ARENA el partido burgués moderno que es actualmente...

Estamos pues, ante un hecho que ha modificado drásticamente el mapa político salvadoreño. No sólo existe ya, a diferencia de las décadas anteriores, un partido constituido de las clases dominantes, sino que estas en su casi totalidad se han reagrupado políticamente alrededor de un solo partido, lo que les otorga un enorme poder (Lungo Uclés, 1990: 140).

A nova situação que se configura a partir desse período, leva a Lungo Uclés a formular a seguinte importante conclusão do seu livro:

El principal resultado de las elecciones de esta década es en nuestra opinión es la recomposición política de las clases dominantes, proceso realizado en medio de la guerra y ante el desarrollo, también, del polo político opuesto, de la organización y el proyecto revolucionario... (Lungo Uclés, 1990: 148).

[N8.] (Página 86)

A evolução da filiação do PT (1980-1982). A evolução no Estado de São Paulo pode verse no seguinte quadro de dados que nos brinda Rachel Meneguello (1989: 77).

Dezembro/80	-
Março/81	1.053
Junho/81	63.284
Setembro/81	66.318
Dezembro/81	73.606
Março/82	78.539
Junho/82	84.354
Setembro/82	84.906

Por sua vez, Raul Pont nos dá o seguinte dado no nível nacional. Em junho de 1981 o balanço das filiações alcançava quase 200.000 em todo o país: SP (60.000); MG (35.000); RJ (24.000); RS (20.000); GO (10.000); BA (7.000) (Pont, 1992: 17)

[N9.] (Página 98)

Assassinato de Ana Maria e suicídio de Cayetano Carpio. Castañeda nos dá deste acontecimento um relato que reflete a complexidade das relações entre as forças revolucionárias na América Central. Vale a pena,

pela riqueza dos dados ofrecidos, brindar ao leitor o texto completo do relato de Castañeda referido a este episódio:

En 1984, una lucha interna inmundada cimbró a la insurgencia salvadoreña hasta sus cimientos. En los niveles más altos, involucraba a salvadoreños, nicaragüenses y cubanos, y amenazaba con destruir la credibilidad y la cohesión de la que fuera la agrupación militar más fuerte en la historia de la izquierda armada latinoamericana. El dirigente de las Fuerzas Populares de Liberación, Salvador Cayetano Carpio ("Marcial") fue encontrado muerto en Managua con una bala en el corazón o en la sien (dependiendo de cuál de las versiones se creía), una nota de suicidio en su escritorio y un sin fin de interrogantes. Todo esto ocurrió unos días después de que Marcial asistiera al funeral de su segunda, Mélida Amaya Montes ("Ana María"), también encontrada muerta en Managua, con 83 puñaladas de picahielo en el cuerpo y una habitación ensangrentada como únicas claves de su asesinato. Los sandinistas primero responsabilizaron a la CIA, después corrieron un velo de silencio sobre el asunto y, por fin, proporcionaron una explicación aterradora.

La historia oficial es como sigue. Cuando la guerra salvadoreña se empañó y el gobierno democrata cristiano encabezado por José Napoleón Duarte se estabilizó -gracias en gran medida al respaldo norteamericano-, en el seno de las filas rebeldes de agrandaron los desacuerdos en cuanto a la estrategia. Aunque en principio todas las facciones compartían la tesis de una "solución negociada" a la guerra, algunas estaban más de acuerdo que otras. Las Fuerzas Populares de Liberación (FPL) en particular, mostraron una mayor resistencia porque la estrategia significaba renunciar a la idea de ganar la guerra e implicaba moderar los objetivos de toda la lucha. El resto de las organizaciones armadas, sobre todo el ERP y los grupos civiles, apoyadas por los sandinistas y el Departamento de América de Manuel Piñero [Cuba], contemplaban con mayor entusiasmo la perspectiva de una solución política.

Pero dentro de las FPL, pronto surgieron divisiones que reflejaban las que imperaban con los demás integrantes del FMLN. Marcial había construido la organización en torno a varios pilares ideológicos y sociales: el movimiento obrero salvadoreño y el Bloque Popular Revolucionario, producto de las movilizaciones a finales de los setenta; el movimiento campesino, que partió desde Aguilares unos cuantos años antes; el sindicato de maestros y sus activistas, y los llamados jesuitas de la UCA. La fuerza de las FPL descansaba en esta mezcla, y en la entrega a la causa que sus militantes abrazaron. Su debilidad consistía en que la organización pronto rebasó a Marcial. Su liderazgo carismático, romántico y al mismo tiempo extraordinariamente dogmático y autoritario, inapreciable cuando nació la agrupación, se convirtió en un grave obstáculo para su posterior desarrollo, éste encajaba perfectamente con las divergencias de fondo: Marcial desconfiaba de la postura de la negociación; sus compañeros la apoyaban (...). Poco a poco estos últimos fueron aislando a Marcial, y se encontraban a punto de imponer su convocatoria a una actitud más conciliadora sobre las negociaciones y las relaciones con los demás grupos, o de expulsarlos de los consejos directivos de la organización...

Marcial, en absoluto un neófito en materia de conspiraciones, descubrió la maniobra y respondió. Desplegó su propia red de cuadros, líneas de mando, recursos y lealtades y comenzó a conspirar contra Ana María, los jesuitas y los dirigentes de los movimientos sociales. En ese contexto, Rogelio Bazzaglia, uno de sus colaboradores más leales, decidió aprovechar la ausencia de Marcial en Libia para asesinar a Ana María, tratando de que el crimen fuera lo más horrendo posible, con el fin de que se pudiera atribuir a la CIA o a otra organización del FMLN, a un amante, a un maniaco o a todos a la vez.

Marcial regresó de Libia en cuanto se enteró de lo que había sucedido. Cuando los sandinistas lo confrontaron con pruebas de la culpabilidad de su partidario, el revolucionario envejecido se quitó la vida antes de tener que enfrentar la perspectiva de un juicio, la cárcel y la deshonra (...). En un primer momento, las FPL procesaron el asunto al más alto nivel; después lo ventilieron semipúblicamente a todos sus cuadros medios a través de una serie de reuniones y de un comunicado formal fechado varios meses después de los hechos. Ese fue el final de la historia.

Sin embargo, la verdadera historia del martirio de Marcial era más complicada. Aunque la explicación general en lo esencial era exacta, incluía una serie de discrepancias, omisiones e interpretaciones erróneas que desfiguraban su credibilidad. Para comenzar, las diferencias de Marcial con el resto de los comandantes del FMLN, con los aliados moderados, con los cubanos y los nicaragüenses, eran de algún modo más complejas. Es cierto que se oponía a una solución política más que a una maniobra táctica, pero las presiones cubanas y nicaragüenses estaban orillando a los salvadoreños a más

concesiones de las que hubieran aceptado en otras circunstancias. La guerra de la contra se calentaba en Nicaragua, Ronald Reagan se encontraba en la cima de su radicalismo y de su popularidad, y la invasión de Granada ocurría pocos meses después.

Los sandinistas, al igual que los cubanos, tendían a creer que era inminente la invasión de Estados Unidos a Nicaragua. Los cubanos y los nicaragüenses pensaban que terminar con la guerra en El Salvador constituía la concesión más fácil y significativa que podían hacer para aplacar la ira de Ronald Reagan. Cuando empujaban al FMLN y a sus aliados por ese camino, hablaban en serio. Pero el hecho es que no habría invasión de Estados Unidos, y que la revolución salvadoreña no era suya para negociarla. Una solución pactada en aquel minúsculo país, como en cualquier otra parte, requería del consentimiento del gobierno, del ejército y de la derecha: ninguno abundaba.

Marcial se negó a seguir por ese camino. Había pasado meses peleando con los cubanos y los nicaragüenses precisamente por eso. Las otras organizaciones tendían a ser más afables con sus "hermanos mayores", en gran parte porque dependían más del apoyo de los cubanos y de los nicaragüenses: de sus armas, su logística, y su red internacional. La mayor participación de las FPL en la fuerza conjunta de los cinco grupos -demostrada casi diez años después, cuando fueron formalmente reconocidas por las Naciones Unidas y el resto del FMLN como representantes de la mitad de la fuerza militar insurgente- las hacía menos complacientes ante la presión aliada. Por su parte, los cubanos manipulaban hábilmente las diferencias y sospechas entre las organizaciones, repartiendo apoyo y prebendas de acuerdo con sus propias simpatías.

La lucha interna no se limitaba, por lo tanto, a la cuestión de las negociaciones. Implicaba la "independencia" del movimiento salvadoreño con respecto a los cubanos y los nicaragüenses, además de análisis divergentes de los acontecimientos en Centroamérica y de la política norteamericana en la región. Esta lucha también se agudizó debido a la insistencia de los cubanos en que el FMLN se convirtiera en una organización única con un mando centralizado, y recursos y contingentes unificados. Las FPL tenían el dirigente más conocido públicamente y constituían el grupo más poderosos. Como es lógico, su escepticismo sobre las virtudes del partido único era mayor. Marcial intuía que en una dirigencia unificada él se vería sistemáticamente "mayoriteado" por los demás, en parte por las convicciones de sus compañeros de dirección, y en parte gracias a la influencia que sobre ellos ejercían los cubanos y los nicaragüenses.

Casi sin duda, Cayetano Carpio en efecto se suicidó. Tal vez hasta lo hizo con la tan comentada pistola de cuatro bocas que le legó Manuel Antonio Noriega (algunos creen que fue el comandante de la Guardia Nacional Panameña, Rubén Paredes; otros dicen que fue Kim Il Sun). Pero las condiciones reales del suicidio, así como el papel que desempeñaron los cubanos y los sandinistas, son más difíciles de aseverar. Muchos de los simpatizantes de Marcial, dentro y fuera de las FPL, reclamaron más tarde que, aunque tal vez fue el propio Marcial quien apretó el gatillo, el arma se la colocaron en la mano, su íntimo amigo Tomás Borge, el ministro nicaragüense del Interior, y su (no tan) amigo íntimo, Manuel Piñero (...). El autor de estas líneas recuerda que cuando se enteró de la muerte de Marcial en compañía de un veterano comandante guerrillero procedente de otro país, cuyos vínculos con Carpio y su esposa databan de hacía treinta años, la primera reacción del comandante fue: "Marcial nunca se hubiera suicidado y nunca hubiera mandado asesinar a Ana María. Tal vez la hubiera procesado y hecho ejecutar, pero nunca subrepticamente". No cabe duda de que cubanos y nicaragüenses tenían motivos para empujarlo al suicidio: vivo les planteaba un grave problema; muerto, el asunto quedaba en reposos, por así decirlo.

De todos modos, las cosas nunca quedaron del todo claras. El incidente quedó cubierto por una nube de rumores, misterio y sospechas, infamias e interminables recriminaciones. Muchos miembros de las FPL, incluido el núcleo en San Salvador y buena parte de la red internacional, abandonaron la organización, asqueados por la muerte de su dirigente, la derrota de sus posiciones y la imposibilidad de sostener una discusión abierta. La historia confirmó los temores de muchos analistas de que los mismos vicios y costumbres que llevaron a Joaquín Villalobos, del ERP, a ejecutar a su colega y adversario, Roque Dalton, hacía menos de una década o Herbert Anaya, un activista del ERP relacionado con los derechos humanos varios años después, fueron los que habían contribuido a la muerte del "Ho Chi Minh" de Centroamérica, como el megalómano Marcial solía autodenominarse (...). La constante intromisión de Piñero y de los sandinistas en los asuntos internos de las organizaciones revolucionarias de la región, así como la obvia incapacidad de estos grupos y de sus dirigentes para resolver sus desacuerdos de un modo pacífico y coexistir unos con otros, ensombreció gravemente la capacidad de los revolucionarios para

lograr las metas por las que manifiestamente luchaban (...). Ocho años después, cuando el FMLN firmó en Nueva York los acuerdos de paz que pusieron fin a la guerra civil y se comprometió, con la protección y las condiciones adecuadas, a competir por el poder exclusivamente por la vía electoral, los recelos sobre su repentina conversión a la democracia persistían. Valdría también para su organización interna y las relaciones entre ellos? Seguirían generando los posteriores desacuerdos una desconfianza renovada, y soluciones a la antigua? (Castañeda, 1993: 382-389).

[N10.] (Página 97)

Controle externo do judiciário salvadorenho. Os acordos instauram o mecanismo de controle externo do sistema judicial:

a) Os membros da *Corte Suprema de Justicia* serão eleitos (para um período de nove anos, e renovados por terços cada três anos) pelo voto de 2/3 da *Asamblea Legislativa* (Congresso Nacional) a partir de uma lista elaborada pelo *Consejo Nacional de la Judicatura* (CNJ). A metade dos componentes dessa lista deve ser indicada pelas entidades representativas dos advogados das distintas regiões de El Salvador. O presidente da *Corte Suprema de Justicia* será designado pelo Congresso (2/3 dos votos).

b) Estabelece-se a *Carrera Judicial*. O órgão que regulará o seu funcionamento será o CNJ. Este, por sua vez, é eleito pelo Congresso a partir de temas apresentadas pelos diversos setores do poder judicial a partir dos seguintes princípios fundamentais:

i.- Estará integrado de maneira tal que se garanta a independência dos órgãos do Estado e dos partidos políticos.

ii.- Integrarão-se ao CNJ não só membros do aparelho judicial, mas, pessoas pertencentes a outros setores da sociedade, não ligados diretamente com a administração de justiça.

[N11.] (Página 101)

Problemas da anistia do governo salvadorenho. Um dos temas mais marcantes do processo político salvadorenho foi o da violação dos direitos humanos pelos aparelhos repressivos civis ou estatais, junto com a cumplicidade da administração de justiça na investigação e julgamento destes fatos. Portanto, o desvendamento da verdade do acontecido no país e a responsabilização dos culpáveis foram dois grandes reivindicações da maioria dos setores sociais. A "anistia" vem a evitar o cumprimento desta demanda da sociedade. Como exemplo do descontentamento com esta medida, e das exigências das organizações populares, veja-se esta passagem da declaração da Comissão de direitos humanos de El Salvador diante desta proposta de uma anistia imediata e geral:

No es el momento para la amnistía; debe haber un período en que se siente una base de confianza en el sistema judicial, el cual deberá emprender investigaciones y enjuiciar eficientemente a los violadores de los derechos humanos, por lo menos en algunos casos ejemplares. Esto sin perjuicio a que establezca un período en el cual los involucrados en la comisión de violaciones a los derechos humanos tengan la oportunidad de presentarse ante un tribunal, revelar la naturaleza, el lugar y la fecha de los hechos criminales en que han participado, asumir su responsabilidad y expresar su deseo de ser beneficiarios de la gracia de amnistía. Pero los casos que no sean resueltos de esta forma, deberían ser objeto de la debida investigación, y el enjuiciamiento y sanción de los que resultaren implicados, especialmente cuando las víctimas o los familiares de éstas lo hayan pedido. Al terminar el período, se podría evaluar el avance de la justicia y las medidas necesarias a tomarse para facilitar la reconciliación nacional sin violentar ese marco (CDHES, 17-3-93. *In*, *Diario Latino*, 19-3-93).

[N12.] (página 101)

O "governo paralelo" (GP), instaurado em 15-7-1990, foi uma iniciativa recebida com otimismo pelos simpatizantes da Frente Brasil Popular (FBP). Derrotada nas urnas, vítima do trabalho sujo das elites, a candidatura de Lula tinha obtido 31 milhões de votos que dariam à FBP a possibilidade de organizar um novo tipo de oposição, que permitisse "controlar" a gestão do governo Collor e construir uma alternativa desde os primeiros momentos do novo governo.

Entre as razões para a proposição do Governo Paralelo, a principal foi a identificação da necessidade de uma nova e superior forma de exercer oposição política, em plano nacional, através de articulação conceitual transpartidária que ocuparia um espaço estratégico inédito, fronteiro com o movimento social, com os partidos e com o parlamento. A herança da Frente Brasil Popular era, a um só tempo, uma justificativa e uma responsabilidade.

Assim, ao lado de dar organicidade à ação das oposições populares no acompanhamento crítico do governo eleito, o GP deveria construir e revelar sua capacidade de exercer o poder. Foi proposto pelo PT mas não para o PT, senão para o conjunto daquelas oposições.

Lula coordenaria (...) o GP, não como presidente do PT, mas como principal liderança da Frente Brasil Popular no campo das alianças estabelecidas no 2º turno presidencial. Em princípio e mantidas as proporções, ele organizaria o GP como teria feito com o governo propriamente dito, houvéssimos nós ganho a partida em 1989... (Luiz Carlos Menezes, *In*, Teoria & Debate Nº 13, fevereiro de 1991)

A iniciativa ficou no seu patamar burocrático. Não conseguiu uma eficácia política acorde às exigências da época, não conseguiu enfrentar o acúmulo de exigências políticas que se lhe colocavam: a avalanche neoliberal do governo Collor; os problemas, as vezes desgastantes, das Administrações Populares; a falta de definição estratégica do PT, que só se logrará satisfatoriamente no 1º Congresso, no final de 1991; a falta de presença e articulação mais nacional do GP; o baixo nível de trabalho interpartidário no FBP, que se refletia na pouca abrangência partidária do GP, etc. Um ano depois da sua criação, o GP já dava sinais deste problemas, que nunca conseguiu superar.

[N13.] (Página 102)

Tendências no PT. O PT nasce como um partido não monolítico, fato expressado na convivência de diversas correntes internas e explícito na Carta de Princípios deste partido. Mas, a dinâmica de tendências tem uma história mais recente.

É sabido que os grupos ou correntes preexistentes continuavam a atuar como tais dentro do partido, mas o reconhecimento estatutário e a regulamentação interna para esse jogo de tendências tardou em chegar.

Um fato importante que acelera a marcha para um novo momento organizativo, é o lançamento em 2|6|83 do "Manifesto dos 113", documento "onde um grupo de petistas paulistas, e entre eles os principais dirigentes e fundadores do partido, se propunham, abertamente, a agir de maneira articulada na disputa de direções partidárias" (Pont, 1992: 29).

Com a oficialização da tendência da maioria histórica do partido, estava preparado o terreno para a dinâmica regulada de tendências.

O regimento interno aprovado no 3º Encontro Nacional em abril de 1984 sanciona o direito de representação proporcional nos Diretórios Estaduais e no Diretório Nacional às chapas que alcançassem o mínimo de 10% dos votos. Esse critério não valia para as executivas que eram compostas pelas maiorias.

Esse tipo de critério de representação dura, na prática, até janeiro de 1988, quando o Diretório Nacional eleito pelo 5º Encontro em dezembro de 1987, apesar de não aprovado ainda a proporcionalidade para as executivas, integra à nova Executiva Nacional membros das chapas minoritárias.

A regulamentação oficial do "direito de tendência" acontece em 20|5|1990, dez anos após o surgimento do partido. Facultado pelo 6º Encontro Nacional, o Diretório Nacional aprova um regulamento do "direito de tendência" e encaminha o processo de registo das tendências existentes. O regulamento (publicado em Boletim Nacional nº 51, julho|90) estabelece critérios para os locais próprios, a imprensa, as relações internacionais, etc, das tendências. São inscritas 8 tendências internas: Articulação, Nova Esquerda, Vertente Socialista, Força Socialista, O Trabalho, Convergência Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista e Democracia Socialista. O Diretório Nacional rejeita a inscrição o grupo "Causa Operária" como tendência interna.

O Diretório Nacional eleito no 7º Encontro designa a nova Executiva Nacional levando em conta a proporcionalidade alcançada neste Encontro. A representação na Executiva ficou portanto da seguinte maneira:

Chapa "Articulação na luta socialista" [Tendência

"Articulação"]	46 titulares
Chapa "Socialismo e liberdade" [Tendências "Vertente Socialista" e "Nova Esquerda"]	10 titulares e 4 suplentes.
Chapa "Alternativa Socialista Revolucionária" [Tendências Democracia Socialista, Força Socialista e Movimento por uma Tendência Marxista]	10 titulares e 3 suplentes.
Chapa "PT de Luta e Massas" [Tendências "Convergência Socialista" e "O Trabalho"]	7 titulares e 2 suplentes

No 1º Congresso se apresentaram 13 teses (publicadas no jornal oficial do congresso), cujas relações com as tendências e votos mostramos a continuação:

Tese nº	Tendências	Votos na eleição de tese guia
1	Grupo de militantes de MG e SP	
2	Grupo de RJ encabeçado por Vladimir Palmeira	
3	Movimento Brasil Socialista	
4	Grupo de militantes de distintos Estados	
5	Convergência Socialista	7,25%
6	Grupo de militantes de SP	
7	O Trabalho	3,58%
8	Nova Esquerda e Vertente socialista	12,575
9	Democracia Socialista	11,24%
10	Força Socialista, Mov. por uma Tendência Marxista e Alternativa PT Socialista (RJ)	14,34%
11	Articulação	46,13%
12	Grupo de militantes de Brasília	
13	Luta pelo Socialismo (SP, MG, RS)	

Em 9/5/1992 este quadro de tendências se altera quando o Diretório Nacional decide a expulsão da tendência Convergência Socialista. No mesmo ano os assinantes da tese nº 8 (Nova esquerda e Vertente Socialista) decidem transformar-se em "corrente de opinião" e não mais em tendência estruturada.

No 8º Encontro em maio de 1993, acontece um novo e importante rearranjo de forças: a "esquerda" da tendência "Articulação" forma uma nova tendência "Esquerda da Articulação- Hora da Verdade", fato que produz um novo equilíbrio nas relações internas cuja primeira consequência é o fim da hegemonia quase absoluta de uma única tendência no partido, a "Articulação". A consequência política mais apontada pelos observadores é uma "virada à esquerda" na constituição da direção partidária e na formulação da linha política.

[N14.] (Página 102)

Regulamento de tendências aprovado pelo 1º Congresso.

"Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se como de vida permanente.

Ficam proibidas as sedes próprias. As tendências que mantiverem espaços para organizar suas atividades, que deverão ser sempre internas ao Partido, não poderão fazer uso delas para reuniões de tendências com não filiados. A existência deste tipo de espaço deverá ser do conhecimento da direção partidária e autorizada por ela, ficando proibido que eles ostentem qualquer tipo de identificação pública, podendo ser usado pelo Partido, devendo suas atividades ser abertas para qualquer filiado. Recomendar-se-á que se reúnam nas sedes partidárias.

As tendências internas poderão produzir boletins informativos de circulação estritamente interna ao Partido; bem como editar publicações voltadas ao debate político e teórico ou propostas sobre conjunturas e movimento social, internamente ao Partido. É vedada às tendências a publicação de folheto, jornal, revista ou qualquer outro meio de comunicação, voltado a orientar e organizar a intervenção política das tendências no movimento social, na conjuntura, ou para difundir posições de tendência fora do PT. É vedada também a circulação de quaisquer documentos públicos assinados por tendências, mesmo que veiculando posições oficiais do Partido.

As tendências poderão manter mecanismos de arrecadação de recursos, desde que eles não concorram com as finanças partidárias ou adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna. Iniciativas patrocinadas pelas tendências para arrecadar recursos internamente ao PT devem ser comunicadas à direção partidária.

As relações internacionais são atributos exclusivo do Partido, através de suas instâncias de direção.

A direção nacional avaliará as relações internacionais mantidas atualmente por tendências e considerará esses relacionamentos quando estiverem de acordo com a política do Partido. Essa avaliação será tomada como base para o Diretório Nacional estabelecer as formas, processos e prazos para superar a atual situação. Nesta perspectiva, não haverá, por tanto, representação de tendências internas do PT em eventos ou organismos internacionais.

As tendências internas do PT não podem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações das tendências não podem se sobrepor ou se chocar ao encaminhamento prático das decisões partidárias.

Fica aprovada esta regulamentação de tendências compreendendo que, como antes, a unidade do Partido demandará um processo político para pôr fim às verdadeiras frações que atuam no Partido. Nesse sentido a direção nacional deve garantir seu cumprimento" (PT, 1991: 64-65)

[N15.] (Página 104)

Castañeda sobre o papel da igreja no processo salvadorenho. La muerte de Romero y, nueve años después, la de los jesuitas de la UCA, simplemente confirmaron lo que era manifiesto en El Salvador desde el principio. Cuando la Iglesia deja de ser una defensora del *status quo* y se convierte en una fuerza de cambio social, las consecuencias son aterradoras para las élites latinoamericanas. Aunque durante el decenio de los ochentas el papel de la Iglesia fue menguando a medida que en El Salvador el movimiento por el cambio viró de lo político a lo militar, creció enormemente la presencia de activistas procedentes de las CEB que se incorporaron a los grupos insurgentes. Asimismo, la importancia de los grupos de base en el movimiento obrero y campesino salvadoreño, que poco a poco volvió a hacer su aparición hacia fines de los ochenta, fue un resultado de las experiencias anteriores.

Lo que estaba en juego en El Salvador no eran tanto los vínculos directos entre los jesuitas y el FMLN, o entre la jerarquía y la izquierda en general, ni siquiera el apoyo que prestaba la jerarquía a la idea de una solución negociada a la guerra civil. El tema crucial era la fusión de tres tendencias siempre presentes en la sociedad y política latinoamericanas, pero que raras veces ha convergido: la Iglesia, con la autoridad moral, la historia y la devoción que inspira; la izquierda, perenne pero muchas veces carente de una base de masas; y por último, los movimientos populares, siempre presentes, pero a menudo sin dirigentes e indefensos ante la represión (Castañeda, 1993: 237).

Capítulo 3

As surpreendentes sendas da hegemonia

Como já indicamos largamente na Introdução e no capítulo 1, na América Latina, vários dos conceitos gramscianos se espalharam para além do *corpus* teórico que os informou, fazendo parte da linguagem política geral, e em particular da esquerda. Certamente as formas inorgânicas desta difusão, a necessidade do velho pensamento de esquerda de renovar seu patrimônio teórico ante a decadência do velho paradigma, fizeram com que se incorporassem, de maneira diferenciada, nas novas elaborações, acontecendo um certo "sincretismo" onde as tradições leninista e gramsciana se amalgamaram de diverso modo e com diversa sorte, chegando a produzir em algumas experiências uma renovação do pensamento, ainda em curso. Não é possível falar nem correto numa influência "pura" dos conceitos gramscianos, mas de uma transição de uma lógica política para outra, na qual se dá a renovação desse patrimônio teórico e político. Certamente há casos "perversos" do uso destes conceitos. Uma expressão arquetípica deste uso pode ser assinalado neste texto de Martha Harnecker de 1991:

Yo creo que el término dictadura del proletariado es una palabra que debe ser abandonada, porque las palabras sirven para comunicarse y cuando uno usa el término y nadie entiende lo que uno está diciendo o entienden otra cosa diferente a lo que uno pretende decir, qué sentido tiene usarlo?...

Ahora bien, una cosa es el discurso político y otra el discurso teórico (...) Si la minoría se sometiera voluntariamente a los intereses de la mayoría popular en el poder, ésta podría poner en práctica una democracia sin límites (...) La dictadura del proletariado no es sino la otra cara de la democracia popular más amplia, es decir de la fuerza de la mayoría (...) Dictadura del proletariado no significa por lo tanto, el irrespeto de las leyes que el pueblo se ha dado, la ausencia de un estado de derecho, sino el ejercicio de ese estado de derecho contra la minoría que se opone a los cambios democráticamente decididos ...

Teniendo en cuenta todo lo dicho anteriormente, quizá lo más conveniente para evitar confusiones sin renunciar a la concepción marxista del estado sea hablar de estado con hegemonía burguesa y de estado con hegemonía popular. Por un lado nos evita los equívocos propios del término dictadura y, por otro, nos permite reflejar mejor el sujeto social actual de la revolución en América Latina... (Harnecker, 1991: 31-32).

Obviamente esta não é a direção mais expansiva dessa renovação. Este tipo de "camuflagem", pretende usar a palavra gramsciana para designar o conteúdo leninista, utilizando, propositadamente ou não, o prestígio e a difusão do conceito de hegemonia entre os intelectuais e políticos latino-americanos. (Quem sabe se o próprio Lenin não chamaria esta prática de "cretinismo teórico"?).

Neste capítulo discutiremos a influência do conceito de hegemonia, sobre as novas elaborações dos partidos estudados, em relação com os elementos específicos do conceito em Gramsci e numa direção que se separa do "marxismo-leninismo".

O PT e o conceito de hegemonia.

Embora seja no período de amadurecimento do partido que o conceito de hegemonia passará a sintetizar mais claramente o "caminho petista ao socialismo", (basicamente o período que vai do 5º Encontro ao 1º Congresso do partido), já nos documentos fundacionais encontramos registros da utilização deste conceito. No documento preparatório do Programa encontramos, por exemplo, na avaliação da situação do partido nascente, a seguinte apreciação:

Um programa do PT, portanto, não pode apresentar pretensão "programa de governo" porque isso significaria descaracterizar sua própria proposta: na correlação atual de forças ele não é alternativa de poder e, de outro lado, seu nível de abrangência, organização e articulação não o credencia *ainda* como portador de **vontade de hegemonia** da classe trabalhadora (Pedrosa, 1980: 88).

O parágrafo é interessante não apenas por colocar, embora embrionariamente, o tema da hegemonia, mas como expressão de uma nova visão do lugar do partido que rejeita a autodefinição de "vanguarda", própria de gerações de esquerda anteriores. Mais adiante, referindo-se à importância e ao interesse fundamental dos trabalhadores e outras classes subalternas na construção da democracia, assinala:

Ela é o espaço político onde a **possibilidade de hegemonia** das classes que formam o PT poderá aparecer e oferecer ao conjunto da sociedade brasileira propostas para sua própria transformação (Pedrosa, 1980: 94).

A hegemonia é vista como "possibilidade" e a democracia (entendida nestes textos como "Estado de direito", como funcionamento da vida republicana), o exercício da cidadania, como espaço de desenvolvimento dessa possibilidade. Num outro parágrafo destacável afirma-se:

De outro lado, a questão social é também a questão da **possibilidade da hegemonia popular**. Pois o capitalismo diversificou a estrutura social, mas divide, segmenta, discrimina e marginaliza. Transforma em "minorias" políticas as grandes maiorias sociais. (...) A posição do PT deve ser a de negação dessa segmentação, a de buscar unidade dessas forças, setores e categorias, para, pela unidade, desfazer a discriminação sobre a qual se apoia a exploração de cada um. (Pedrosa, 1980: 100) (Negritos nossos. RB)

É interessante observar que é justamente, como veremos, essa capacidade de superar a segmentação, de tornar "unitário e coerente" os elementos já presentes na experiência popular o que caracterizará para Gramsci a possibilidade do projeto hegemônico constituir-se como "orgânico" as grandes maiorias. O documento mencionado assinala ainda a necessidade de que os futuros núcleos do PT contribuam a preparar "uma educação para a hegemonia" (Pedrosa, 1980: 106).

Os "documentos básicos" do PT, surgidos numa conjuntura particular de luta contra a ditadura militar e em transição para o Estado de direito, apresentam como principal preocupação a questão

da *democracia*. A noção de democracia (certamente imprecisa para o partido nascente, fundado a partir da junção de múltiplas correntes de pensamento) articula as colocações centrais destes documentos. A "democracia" qualifica o objetivo da luta, e essa generalidade resume o estado embrionário das elaborações políticas *comuns* no conjunto heterogêneo de forças que confluem na fundação do partido. Esse fato, a ausência de síntese na concepção estratégica, poderia explicar também a ausência do conceito de hegemonia no Manifesto de fundação e no Programa do partido, embora presente nos documentos preparatórios, como expressão de um novo tipo de relacionamento com as classes as quais o partido aspirava representar ("as classes que formam o PT") e destas com o conjunto da nação ("hegemonia *popular*"). O conceito ganhará relevância, em primeiro lugar, como *conteúdo* da atuação do partido vinculado ao conceito de "sociedade civil" e, depois, como expressão da "estratégia" do partido, como *instrumento*, como "lógica" da ação política. Se a "democracia" deixa de ser uma mera referência ética ou um simples arranjo institucional para converter-se em "meio e fim" da luta do partido, o conceito de hegemonia passará neste processo, de mera "possibilidade" nos documentos "pré-fundacionais" a eixo da estratégia formulada no 1º Congresso, posta esta como "centrada na disputa de hegemonia".

O 5º Encontro marca um ponto de inflexão na elaboração coletiva sobre a questão da concepção estratégica do partido, na afirmação e definição mais clara dos traços característicos do *socialismo* no projeto petista, e na definição do caminho para a sua construção. O 5º Encontro expressa que o PT quer apresentar uma alternativa para o Brasil que se pensa como "*revolucionária, anti-capitalista, democrática-popular e socialista*"¹. O 5º Encontro constata o fato de que a sociedade brasileira tem sido capaz de desenvolver uma sociedade civil densa, lugar decisivo do combate.

Na sociedade civil (...) a burguesia construiu organizações sólidas (...) que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras, quanto para manter o domínio no aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder (PT, 1987: 13).

Essa maior densidade organizativa dos setores populares na sociedade civil implica, segundo esta avaliação, a abertura de espaços no núcleo da "sociedade política", no Estado.

...O Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito (...) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior... (ibid).

¹ Nesse sentido é de estranhar que agora apavorados alguns preconizadores de catástrofes alarmando-se com o giro "ortodoxo" do 8º Encontro deste partido porque aparecem destacados estes conceitos. Por exemplo, numa matéria especial do caderno *Mais da Folha* de São Paulo com título tremendista "O PT assume teses esquerdistas e tenta ocultar esquizofrenia", diz o autor Marcos Augusto Gonçalves: «Quando imaginava-se que o PT escolado pelas sucessivas -e algumas vezes desastrosas- passagens pelo poder, e amadurecido pela prática parlamentar, fosse capaz de se livrar do beabá de uma esquerda estagnada e sem perspectiva, eis que o "partido mais moderno do Brasil" ressuscita relíquias do velho PCB, como o jargão "antiimperialista"; recupera a instrumentalização da democracia, propondo-se a eleger um presidente com o objetivo de "tensionar a ordem" vigente; aposta em toda sorte de intervencionismo estatal; e prega, como objetivo final, o "socialismo"...» (Folha de São Paulo, 29/8/93, seção 6: 4).

Essa disputa, essa luta pela expansão de uma alternativa democrática-popular, é vista neste Encontro como um processo de "acúmulo de forças" (PT, 1987: 16), que pressupõe uma ação com três eixos: 1.- a organização do partido; 2.- a organização do movimento popular, em particular dos trabalhadores organizados através da CUT; 3.- a ocupação dos espaços institucionais a partir de eleições.

No 6º Encontro, realizado em junho de 1989, que tinha como objetivo principal o lançamento da candidatura de Lula para a presidência e a definição do programa de governo, se faz uma importante caracterização da crise que atravessa a sociedade brasileira. Definindo a crise como "crise global", isto é, uma crise que apresenta elementos "do desenvolvimento de uma crise de hegemonia política", e "estrutural" -"não é motivada por razões momentâneas ou conjunturais"- (PT, 1989: 5), o 6º Encontro avalia que essa crise, para ser superada, exige "um forte e generalizado deslocamento da correlação de forças em favor da burguesia ou do proletariado" (PT, 1989: 5). Nessa luta verifica que...

O grau de organização política dos trabalhadores é bastante para começar uma disputa pela hegemonia política (...) Os trabalhadores já construíram um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses a nível nacional. (...) **O PT foi construindo uma hegemonia incontestável no campo do movimento operário e popular** (PT, 1989: 5-6) (Negritos nossos).

Note-se a modificação na avaliação do estado do processo de construção de hegemonia, desde aquela "possibilidade de hegemonia" expressada nos primeiros documentos, para esta nova posição do partido ("os trabalhadores já construíram...", etc), numa situação na qual se dispunha a lutar pelo governo federal nas eleições para a presidência. Nesta conjuntura política onde se exaspera a "luta de projetos", o 6º Encontro observa o fato de que as características particulares do período tem impedido "a clara conformação de um bloco político e social hegemônico no campo dominante" (PT, 1989: 8), e assinala a necessidade, para a passagem a uma crise aberta e declarada do regime, da:

...constituição de um campo de forças antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista na sociedade brasileira, configurando o bloco histórico que fará a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em seu estágio atual de consciência e mobilização e a luta pelo socialismo (PT, 1989: 7).

É importante ainda assinalar a utilização e importância explicativa do conceito de "bloco" nesta proposição. Neste caso a idéia de "bloco histórico" usada no sentido de "bloco social", condição de um novo "bloco histórico".

Neste processo ascendente de construção da perspectiva estratégica do PT, outro elo importante é o 7º Encontro. Neste Encontro se ajusta a compreensão sobre a relação do partido com o conjunto da sociedade, tanto dentro das instituições e movimentos da sociedade civil, como com respeito à atuação das administrações petistas. No que diz respeito à sociedade civil, e em

relação estreita com o conceito de hegemonia, é interessante mencionar o seguinte parágrafo das resoluções

O relacionamento do PT com a sociedade civil brasileira é importante tanto pela influência crescente exercida por ela, quanto pelo fato de que a disputa da hegemonia e do poder político pelos trabalhadores e demais camadas populares ocorre de forma muito intensa no campo da sociedade civil, criando novas condições para a ampliação e consolidação da democracia. E ocorre não só colocando a sociedade civil em contraposição ao Estado, mas também as organizações econômicas e sociais dos trabalhadores em concorrência com as entidades predominantemente burguesas, instituições e associações patronais conservadoras ou reacionárias, que se destinam a manter os setores populares sob a influência dos valores burgueses (PT, 1990: 36).

Logo trabalharemos mais intensamente com uma série de elementos contidos neste parágrafo em torno do conceito de "sociedade civil". Digamos, no entanto, que no 7º Encontro, o conceito de hegemonia é amplamente utilizado, alcançando um papel explicativo relevante na definição da estratégia do PT. Vejamos uma listagem de usos diversos do conceito ao longo do documento:

Relação hegemonia-estratégia socialista:

...Neste momento em que nos dispomos a lutar por **hegemonia no rumo da construção do socialismo** (PT, 1990: 37).

Hegemonia como "direção *ideológica*" e como "direção *política*":

...Ampliar consideravelmente o relacionamento do PT com a sociedade civil, permitindo-lhe **disputar efetivamente a hegemonia ideológica e política** (PT, 1990: 38).

Hegemonia como projeto unitário das classes subalternas:

O PT precisa estudar e caracterizar essas diversas bases, **captar o que possa haver de identidade na heterogeneidade, de unitário na diversidade**, compreender a importância e o papel que podem jogar **na busca de uma hegemonia petista na sociedade** (PT, 1990: 39).

Hegemonia como "projeto nacional" e o partido como instrumento de disputa de hegemonia:

O PT propõe-se como um partido nacional, e busca formular um projeto nacional para **disputar a hegemonia** no conjunto da sociedade e transformar nacionalmente a estrutura sócio-econômica, cultural e política (PT, 1990: 40).

Esse processo deve ser articulado a partir de medidas de caráter interno, de organização, e de caráter externo, de disputa de hegemonia na sociedade (PT, 1990: 53).

Hegemonia e a ocupação de espaços institucionais^[N1.1]:

É real a possibilidade de o PT **conquistar Governos Estaduais e eleger uma grande bancada** para o Congresso Nacional, mudando no campo institucional a correlação de forças no país, **criando assim uma nova realidade para a luta social e para a disputa pela hegemonia...** (PT, 1990: 49)

As resoluções do Partido definem as Prefeituras como instrumentos de disputa de hegemonia (...) **Transformar as Prefeituras (...) em ferramentas de disputa de hegemonia** na sociedade, exige uma definição estratégica do partido no governo mais precisa e contundente do que a que temos praticado até agora (PT, 1990: 57).

Em todo este processo de construção da alternativa socialista do PT e dos caminhos para a sua realização, o 1º Congresso ocupa um lugar de destaque porque é um momento importante da discussão coletiva, democrática e participativa onde se chega a sínteses significativas em particular sobre a questão do socialismo e do tema que nos ocupa nesta seção

Quanto às teses e à influência gramsciana, é preciso repetir que o documento final do 1º Congresso está elaborado a partir da definição de uma "tese guia" entre as distintas teses apresentadas; a tese que jogou esse papel no 1º Congresso foi a tese da tendência "Articulação". Essa tese, "emendada" como resultado da discussão, resultou na resolução do Congresso que estamos analisando. Mas, não é apenas a tese da "Articulação" (tese nº 11, na ordem de publicação no Jornal do Congresso) que apresenta essa "influência"; outras três teses mostram uma marcada influência do pensamento gramsciano: a tese nº 8 do grupo conformado pelas tendências Nova Esquerda e Vertente Socialista; a tese nº 9 da tendência Democracia Socialista, e a tese nº 10 do grupo conformado pelas tendências Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista e outros. Como vimos, em conjunto essas quatro teses receberam quase 85% dos votos dos delegados ao Congresso. Destas quatro teses, uma característica marcante aparece em três delas: a presença privilegiada do conceito de "hegemonia". São as teses 9, 10 e 11. A tese 8, embora utilize a "lógica" do conceito, não utiliza o próprio conceito. É importante notar finalmente, que estas teses correspondem a grupos políticos diferenciados dentro do PT, desde posições mais "duras" à esquerda, como as posições das teses nº 10, até as posições apontadas como "social democratas", da tese nº 8. Assinalamos este fato para mostrar a abrangência da influência gramsciana nas fileiras deste partido, sem levar em conta o "ajustado" ou não destas posições ao texto gramsciano.

As resoluções do Congresso caracterizam o tipo de estratégia como uma estratégia "com ênfase na disputa de hegemonia" (PT, 1991: 11). O lugar destacado que este conceito alcançou na definição do PT, fica claro nas colocações de duas seções fundamentais das resoluções intituladas "O papel central da disputa de hegemonia" e "A disputa de hegemonia hoje", onde são desenvolvidos os conteúdos desta estratégia. Dois elementos destacados nessa definição que nos interessa mencionar são os seguintes, que estruturam a estratégia de um modo integral, visando a função de Estado e a relação com os movimentos sociais na sociedade civil:

1.- A valoração das ações de governo:

A ação de governo que o PT exerce hoje tem que ser vista como elemento decisivo na construção de nossa hegemonia, já que se trata de governar, executar políticas e democratizar o Estado, acionar a participação e o controle popular, conviver e interagir com outros setores, segmentos e classes sociais, exercer de fato o direito à hegemonia, legitimada pelas urnas, ainda que no nível municipal (PT, 1991: 46).

2.- A valoração dos movimentos sociais nessa disputa:

O acúmulo na frente institucional não acontecerá se não avançarmos no campo social (...) Nenhuma política de governo e nenhuma proposta parlamentar se viabiliza sem sustentação social e sem pressão popular, muito menos um governo em nível nacional. **O crescimento, a generalização e a politização dos movimentos sociais é fundamental em nossa política de acúmulo de forças e disputa de hegemonia** (PT, 1991: 46).

Isto é, a ação política para a construção de uma nova hegemonia é pensada num duplo espaço: na "sociedade política" e na "sociedade civil".

As resoluções do congresso definem sinteticamente o processo de disputa de hegemonia da seguinte maneira:

A disputa de hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não institucionais e nem sempre "legais". Incorpora a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderão definir os rumos do país. Envolve a disputa de idéias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética, de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia hoje significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho, de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil (PT, 1991: 46-47).

Os elementos expostos são demonstrativos da construção progressiva de um tipo de lógica política para a definição da estratégia deste partido, centrada no conceito de "hegemonia". Desde aquela presença "secundária" deste conceito nos documentos pre-fundacionais, passando pela utilização mais relevante do conceito de "sociedade civil" e a adoção dos conceitos de "bloco político e social" e "bloco histórico", até a apropriação do conceito tal como expressa a resolução do 1º Congresso, a presença de conceitos gramscianos é uma realidade incontestável.

O conceito de hegemonia e as novas elaborações da FMLN

Uma das evidências claras do processo salvadorenho é a de que, durante a primeira etapa do processo revolucionário, o período que vai de 1970 a 1980, apesar de que a essas alturas da história já se haviam constituído elementos de uma sociedade civil moderna, estes ainda não estavam consolidados: os setores dominantes continuavam usando o Estado claramente como instrumento dos seus interesses, e as Forças Armadas como sua guarda pretoriana; o projeto de transformação social se desenvolve nas condições de uma "sociedade de tipo oriental". Quando nos referimos a um certo desenvolvimento moderno da sociedade civil, é preciso indicar também que uma novidade fundamental era que não se tratava apenas do desenvolvimento das organizações das classes subalternas, mas de setores das próprias classes dominantes, basicamente das organizações de uma burguesia industrialista que tentava constituir suas novas e próprias

instituições. Junto com isso, e em consonância, setores filo-democráticos conformavam-se dentro das próprias Forças Armadas, os "oficiais jovens" que tentaram em outubro de 1979 uma saída da situação crítica que vivia o país.

As reformas que a administração Duarte impulsiona, tentam uma transformação conservadora da sociedade salvadorenha, mas não conseguem evitar nem limitar a guerra. Não podem fazê-lo porque essa tentativa de transformação a partir do Estado é realizada em momentos em que as forças dirigentes do bloco popular conseguem aproximar amplas massas para seu projeto e constituem um bloco social e político popular-revolucionário, que se transformou numa poderosa força social-política-militar que empurrava a mudança social além da pretendida transformação conservadora.

Como já antecipamos no capítulo anterior pensamos que é lícito considerar o período 80-91 como um período de transição de umas condições marcadamente "orientais" da sociedade para condições mais próximas a um quadro de tipo "ocidental", no qual se constitui uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e Estado. Durante esse período se fortaleceram de um modo inédito as organizações da sociedade civil, os futuros aparelhos de hegemonia de ambos os projetos. A sociedade civil entrou novamente no cenário político como terceiro protagonista, em particular a partir de 1986, criando as condições sociais para um desenlace negociado do conflito que levasse em conta o equilíbrio de forças militares alcançado e o refletisse em transformações políticas e sociais. Esse papel jogaram os Acordos de paz. O fim da guerra e os Acordos de Chapultepec indicam a passagem para uma maior estabilização da situação sob estas novas condições e à estabilização de um projeto de transformação social do bloco popular adequado a estas novas características da sociedade.

Podemos, portanto, distinguir 3 grandes etapas no processo de constituição de um projeto hegemônico do bloco popular em relação ao enunciado até aqui e, em correspondência com estas etapas, três eixos principais da discussão dentro das forças de esquerda:

1) 1970-1980: Período de construção do projeto sob as condições "orientais" do quadro social. Neste primeiro período, a discussão na esquerda passa pela questão do uso ou não das armas como caminho revolucionário.

2) 1981-1991: Período de transição do "quadro oriental" ao "quadro ocidental". Neste segundo período, uma vez definido o caminho armado, são particularmente importantes as discussões na FMLN sobre o caráter e o alcance da proposta da aliança FDR-FMLN para uma saída negociada.

3) 1992 em diante: Constituição progressiva de um "quadro ocidental" da sociedade, no sentido já exposto no capítulo 1. Nesta última etapa, a discussão em torno da participação

eleitoral da FMLN nas eleições de março de 1994 expressa uma polêmica mais de fundo sobre o que significa "revolução" nas novas condições, quais são as condições e características de uma vitória revolucionária nas mesmas e qual seria o projeto adequado para as novas circunstâncias. O centro do debate é agora o modo de desenvolver o processo revolucionário em condições de uma sociedade onde vigoram as instituições e os métodos democráticos.

No primeiro período, a questão da "revolução" resolveu-se com a passagem do Partido Comunista para a via armada da revolução, a conformação de uma organização militar unificada aceita como "vanguarda" por todo o espectro da organização popular, desde os sindicatos até (pode-se dizer, com certos limites) boa parte da igreja salvadorenha². Isto é, a luta armada contra o regime de terror era aceita como uma necessidade pelo pólo popular, e foi internacionalmente legitimada por essa aceitação.

No segundo período foram construindo-se as bases da saída negociada do conflito. Desde as primeiras propostas de negociação contidas no programa do GDR, o apoio vindo da Declaração Franco-Mexicana em 1981, reconhecendo a aliança FDR-FMLN como força beligerante, as discussões sobre a saída negociada dentro da FMLN na conjuntura de 1982, as rodadas de diálogos de 1984 em La Palma e Ayagualo e de 1987 no Bispado de San Salvador, até a crise deflagrada no país pela ofensiva da FMLN de 1989 e o começo do diálogo em Genebra em abril de 1990, foram 10 anos de discussões, crises internas e diversas propostas, onde ia aparecendo embrionariamente o novo projeto, até a construção das formulações coletivas contidas na *Plataforma da Revolução Democrática* de setembro de 1990, documento que, embora importante como primeira síntese dos novos conceitos, ficou rapidamente ultrapassado^[N2.].

A partir disso, nasce um novo período de transformações cujas consequências para a elaboração de um projeto revolucionário sob as novas condições estão ainda em aberto. O ano de 1993 foi um ano chave para esse debate, já que em 1992 a FMLN enfrentou e concluiu com sucesso a difícil etapa do desarmamento e reinserção das suas forças à vida civil, tarefa que, junto com o seguimento do cumprimento dos Acordos, consumiu praticamente o total das suas energias políticas. 1993 é o ano da inserção como força política legal, de discussões internas dos cinco partidos que realizaram seus congressos, da organização do Partido FMLN, da filiação maciça, da constituição dos seus diretórios municipais e estaduais e da realização da Primeira Convenção Nacional da FMLN; de preparação interna e das alianças para as eleições gerais de março de 1994 e de profundas discussões ideológicas sobre o caráter e o alcance das transformações realizadas.

² Deve-se notar que, diferentemente do PT, que expressa o surgimento de uma "terceira geração de esquerda", a FMLN é expressão clara do que foi no Brasil a "segunda geração", a "esquerda armada". Na sua constituição, ao contrário do PT que não consegue na sua formação unificar o conjunto da esquerda, ficando de fora deste partido organizações tradicionais da esquerda brasileira como o PCB e o PC do B, a FMLN aglutina o conjunto das organizações da esquerda marxista, ficando no FDR a esquerda social-democrata, com a qual a FMLN estabelece uma longa e produtiva aliança.

É nestas circunstâncias que a problemática da "hegemonia" emerge na FMLN. O conceito mais generalizado em todas as forças é o conceito de "sociedade civil"³, sob a forma de "supremacia da sociedade civil" ou "hegemonia da sociedade civil". Isso é visível não apenas na leitura dos documentos das distintas forças mas no fato de que, nos documentos coletivos mais importantes da Frente, este é o conceito mais destacado. Nos documentos de fundação do novo partido FMLN, sublinha-se várias vezes este ponto. Por exemplo:

a) No prefácio aos "Princípios" da Frente se diz:

A lo largo de doce años el FMLN se vio en la necesidad de llevar adelante una guerra popular **para reivindicar el papel de la sociedad civil**, superar el militarismo y abrir una nueva época para la Nación salvadoreña, basada en el absoluto respeto a los Derechos y Libertades de la persona, mediante un orden económico y social equilibrado y el restablecimiento pleno de la *Soberanía e Independencia Nacionales*. (FMLN, 1993: 16) (Negritos nossos).

b) E, no ponto 5 dos "Princípios":

Primacia de la sociedad civil. El FMLN se orienta al fortalecimiento de la sociedad civil como base da democracia, a garantizar la supeditación del poder del Estado a la misma; de igual manera que a la subordinación de la Institución Militar al poder civil para la superación del militarismo y la consolidación de la paz. Partimos de que la voluntad de la sociedad civil es la única legitimación de la autoridad del Estado (FMLN, 1993: 18).

Outros dos conceitos pertencentes ao *corpus* da teorização da hegemonia de Gramsci, usados nas elaborações das forças componentes da FMLN, são, o próprio conceito de "hegemonia" e o conceito de "bloco histórico". É comum encontrar nos materiais de todas as forças da esquerda salvadorenha o conceito de hegemonia. Às vezes, o uso deste conceito tem uma diversidade de sentidos na qual misturam-se outros usos do conceito com a elaboração "gramsciana". Porém, veremos como, na nova configuração social surgida depois dos Acordos, o debate teórico aproxima a utilização do conceito aos termos de Gramsci. O uso não-gramsciano do conceito é devido basicamente ao uso de hegemonia como puro e simples domínio, uso que vem de uma prática comum dos anos 70. Assim, se fala em "hegemonia da oligarquia" ou "hegemonia militar sobre a sociedade civil", para designar funções que são clara e reconhecidamente de domínio e coerção. Contudo na sua combinação com as noções de "predomínio da sociedade civil", de "autonomia dos sujeitos sociais", de "auto-gestão", de "democracia participativa", etc., vinculado a uma concepção da gestão da coisa pública a partir dos movimentos sociais, o conceito de hegemonia tende a se ajustar à tradição gramsciana. Segundo Francisco Jovel, Secretário Geral do PRTC:

³ Sobre a utilização deste conceito, nos diz o ex-representante da FMLN no Brasil, Ernesto Cisneros:

"...Una cosa interesante es, por ejemplo, todo esa discusión sobre la "sociedad civil" que es una cosa muy nueva en El Salvador, y es impresionante como esa idea pegó. Todo el mundo habla ahora de "sociedad civil" (Entrevista, junho 1993).

...En la realidad salvadoreña nosotros creemos destacable la tesis gramsciana de que la hegemonía más deseable y que tiene más viabilidad de llevar a ejecutar un programa económico, es aquella hegemonía que logra consenso social. Porque cuando no logra consenso social es indudable que esa hegemonía puede caminar en el sentido de dictadura. Por eso en El Salvador nosotros estamos ante la posibilidad de la lucha por la hegemonía. Porque en política decir que no se busca la hegemonía es una tontería, de otro modo seríamos opositores enfermizos; estamos luchando en política porque estamos tras la búsqueda de la conquista del poder. Pero qué poder, como lo ejerceríamos? **Queremos hegemonizar el poder pero para buscar la posibilidad de la aceptación consensuada del ejercicio de ese poder. Esa es la hegemonía más deseable y la que tiene la posibilidad de llevar a ser realidad sus propósitos programáticos. Es el reto que tenemos aquí en El Salvador, y sin lugar a dudas tiene en nuestras cabezas y en nuestros pensamientos, inevitablemente, muchísimo que ver con Gramsci** (Entrevista, 3-4-93. In, Análisis, 1993: 31).

Esta aproximação ao conceito gramsciano de hegemonia fica clara também neste texto recente de Joaquín Villalobos:

...Los acuerdos de la negociación (...) dejan como vencedora a la sociedad civil permitiéndole a El Salvador abrirse la posibilidad de una democracia real. La conquista del centro, la lucha por la hegemonía en el seno de la sociedad civil cierran paso a la coersión; abren espacio al debate, a la cultura democrática y al pragmatismo como la forma más inteligente de defender principios e intereses.

La coersión debe perder fuerza y el Estado debe regirse por el consenso que construye permanentemente la sociedad civil. Todo concepto de dictadura, directo o indirecto, para imponer soluciones a los problemas, es en las nuevas condiciones, esencialmente antirevolucionario y niega la lógica del proceso histórico. La nueva utopía es construir un escenario en el que gobiernen la razón y no la fuerza. En ese escenario, quien tenga los mejores juicios, argumentos y el respaldo democrático de la mayoría, tendría la posibilidad de enrumbar la sociedad sin imposición (Villalobos, 1993: 5-6) (Negritos nossos).

Outro dos principais dirigentes da Frente, Fermán Cienfuegos (Eduardo Sancho), utiliza o conceito já nos anos 1985-1986, em seminários internos do seu partido, a Resistência Nacional, que foram transcritos num texto polémico dentro da Frente na época, mas que foi antecipatório das novas elaborações. O próprio título resultava significativo naquele momento: "*República Democrática*". Dizia nesse texto Cienfuegos:

La construcción de la hegemonía del proletariado se desarrollará en un contexto abierto de competencia y debate entre las distintas posiciones del bloque histórico popular. La forma política del Estado revolucionario, es decir la forma política que adopte la revolución en un contexto post-bélico, será la República Democrática.

Cada partido, es decir cada expresión de clase y de alianzas de clase, **deberá aceptar el desafío de construir y reconstruir su hegemonía de forma permanente en el seno de la sociedad civil.** (...) Una vez electos a cargos del Estado, los funcionarios representan los intereses del bloque histórico en el poder y de la Nación en su conjunto; separándose de los intereses más restringidos de los partidos o de los grupos. La alternancia garantiza la renovación y revificación del proceso de representación de los intereses del pueblo. La democracia representativa será enriquecida con la democracia participativa, con la autogestión (Cienfuegos, 1986: 6-7) (Negritos nossos).

Juan Ramón Medrano (PRS), por sua vez, escrevia num ensaio de 1992:

En la medida en que se fueron desarrollando los acontecimientos y profundizamos nuestro análisis, fuimos confirmando la tesis de que la solución política negociada era una nueva forma de victoria que nos permitía partir de un equilibrio de poderes a una nueva etapa.

Significó también un salto en las condiciones para mejorar la acumulación de fuerzas, en la búsqueda de la hegemonía política, y lo que es más importante aún, para la construcción de un bloque integral de poder de fuerzas revolucionarias (Medrano, 1992: 6).

Na discussão com este dirigente sobre a influência dos conceitos gramscianos nas novas elaborações da FMLN, ele acrescentou:

...El centro de lo que nosotros hemos tomado de Gramsci, es fundamentalmente el poner el acento en cada uno de los momentos históricos al papel del estado, al sistema de partidos políticos y a la sociedad civil. Visto así, en estos tres aspectos, nos permite un análisis más moderno de todo el marco de la formación económico-social salvadoreña (Entrevista, 16-4-93. In, Análisis, 1993: 87)

É necessário ainda destacar duas questões importantes sobre a FMLN:

1.- Em primeiro lugar, o fato de que nos partidos da FMLN, os escritos e declarações dos Secretários Gerais e de alguns dirigentes principais **devem ser consideradas como as posições do partido**. Nas circunstâncias da guerra, onde vigoravam formas necessariamente centralizadas de organização e direção política, a palavra destes dirigentes era a palavra do partido. Essa prática passa, embora mais limitada, ao novo período. Nesse sentido, as declarações, posições escritas, etc, dos dirigentes principais que citamos, devem ser levadas em conta, como uma expressão relativamente próxima da posição dos respectivos partidos.

2.- Em segundo lugar, os três partidos cujas posições citamos, a RN, o PRS, e o PRTC - particularmente a RN e o PRS- são os partidos mais inovadores da FMLN, em termos teóricos. São os partidos que não vêm do velho tronco do Partido Comunista. Os outros dois partidos da FMLN, o PCS e seu desprendimento, as FPL, conservam uma tradição teórica e política menos flexível, mais fortemente ligada à tradição leninista. Tudo indica que essa diferenciação, na hora de elaborar as necessárias inovações no projeto político, se torna evidente nas dificuldades que têm estas duas últimas organizações para construir uma formulação *coerente* do seu projeto político, particularmente no que diz às relações democracia-revolução. Apesar disso, estes dois partidos não apenas partilham das novas posições gerais da FMLN, como tentam construir também uma nova e própria visão do processo. Podemos ver nos documentos destes partidos importantes elementos indicativos de uma nova lógica política que iremos destacando, nos distintos temas que abordaremos. Para a questão que nos ocupa neste capítulo, é interessante mencionar alguns destes elementos. Num dos mais importantes momentos dos documentos do VIII Congresso do PCS, pertinentes ao tema, na avaliação do novo momento histórico e das forças políticas em ação, diz o documento:

Es una transición de la guerra a la paz, de la dictadura a la democracia **fundamentada en la hegemonía de la sociedad civil y del poder civil...**

Las fuerzas motoras de la revolución democrática proceden de diversos sectores, son portadoras de una diversidad ideológica. Es esencia del período de transición la convergencia de todas estas fuerzas y ella debe ser cuidada. De ahí que las alianzas, la búsqueda de consensos y concertaciones sea el método principal de las relaciones entre estas fuerzas

La concertación tiene posibilidades incluso más allá de las fuerzas motoras de la revolución democrática. La experiencia ha demostrado que pueden alcanzarse acuerdos con sectores tradicionalmente colocados del lado opuesto...Así pues, la concertación tiene en El Salvador insospechadas posibilidades.

...La concertación se nos aparece en dos dimensiones diferenciadas pero no excluyentes: *concertación popular* (...) y *concertación nacional*. (...) La concertación nacional es imprescindible para el desarrollo de la transformación democrática, pero sólo puede realizarse con una significación revolucionaria si se fundamenta en una sólida y exitosa concertación popular.

Los revolucionarios tienen planteado el desafío de comprender a profundidad la coincidencia y la discrepancia esenciales de la presente etapa de la historia de El Salvador y asumirlas, a plenitud, aprendiendo a analizar la realidad, sus tiempos y ritmos, con conocimiento y madurez, de manera de combinar con acierto uno y otro método (concertación y confrontación) (PCS, 1993a: 8-10) (Negritos nossos).

Note-se como nestes parágrafos se expressa uma busca de uma nova lógica política para pensar o novo processo. Nestes parágrafos e em outros que seria cansativo enumerar, temos a problemática da hegemonia (às vezes expressas com as velhas palavras e conceitos) e um uso do próprio conceito de hegemonia sob a forma de "hegemonia da sociedade civil".

Em segundo lugar, no caso das FPL, vejamos a avaliação do período histórico e as conseqüências para o novo projeto, nestas passagem de um documento do Comitê Central desta organização de maio de 1992:

Reorganizar y actuar desde la sociedad civil. En este período histórico, la igualdad (la democracia social) parece depender más de la organización autónoma y autogestionaria de la sociedad civil y de la construcción de la democracia política que de los procesos de centralización del poder del estado por un golpe de estado o por la toma del poder via la acción armada de la izquierda. Alcanzar el centro de decisión social y política depende más de una democratización progresiva de la sociedad y del estado.

...Debe estimularse la descentralización y la reforma del estado, no en favor de la privatización, que ya tiene su propia dinámica favorable, sino en favor de crear el carácter más público que estatal de las agencias sociales. Autonomizar la esfera de lo social es posible si el estado está sujeto al control político democrático. El objetivo sería crear la posibilidad de que los sectores populares puedan participar y ejercer control, junto a los mecanismos de otros grupos sociales, sobre los centros de definición y decisión de las políticas sociales y sobre los procesos, mecanismos y agencias sociales (FPL, 1992: 44-45) (Negritos nossos).

O mesmo documento acrescenta ainda em rodapé:

En la lucha por la democracia tiene que superarse la visión bipolar de "lo estatal" y "lo privado" autonomizando una dimensión que ahora está bajo el control del estado. Se trata de "lo público", un espacio social en el que la sociedad civil puede desarrollar su vida colectiva y descentralizar las decisiones fundamentales de la sociedad global y ampliar las posibilidades de participación en las mismas. Es en este

espacio donde se vincula la reforma económico-social con la reforma política del estado. Es el espacio donde la sociedad construye instituciones de autoadministración desplazando al estado hacia roles reguladores cada vez menos poderosos. Al abrirse esta dimensión se posibilita la autogestión, cogestión, cooperativización que crean entre lo privado y lo estatal un espacio de socialización, de descentralización y de autonomización de las decisiones (Ibid).

Note-se também, que temos aqui, a problemática da hegemonia, em torno da questão da sociedade civil e vinculada a um dos conteúdos importantes deste conceito em Gramsci e que logo discutiremos, o problema da transição para aquela forma societal que Gramsci denomina como **sociedade regulada**.

A importância do conceito de "sociedade civil", nestas novas colocações, os problemas que seu uso apresenta, e a vinculação com o conceito de hegemonia, torna necessária uma discussão mais precisa daquele conceito, que faremos a seguir.

Sociedade civil e Hegemonia

É importante assinalar o fato de que a presença e importância para o texto, da discussão que faremos nesta seção, é decorrente, primariamente, de uma necessidade colocada por nossos objetos de pesquisa. O fato de encontrar o conceito de sociedade civil jogando muitas vezes um papel central nas novas elaborações que estudamos, nos obrigou a destacar aquele conceito e a assinalar os vínculos orgânicos com o conceito de hegemonia. Junto com isso, nas discussões prévias deste trabalho, uma das críticas principais que recebemos foi a de que um dos problemas da aproximação que fazíamos das elaborações estratégicas do PT (mas expandível ao caso da FMLN), aos conceitos gramscianos -em particular, no que diz respeito ao conceito de "sociedade civil"-, se devia a que no discurso deste partido haveria mais de um conceito de "sociedade civil". Um deles seria adequado a uma aproximação como a proposta, mas um outro conceito seria de origem tipicamente liberal^[N3.]. Estas observações críticas foram ocasião para uma discussão mais extensa deste conceito que exporemos a seguir.

Creemos oportuno começar a discussão levando em conta estas colocações críticas que o Prof. Edmundo F. Dias, analisando as lutas pelo *impeachment* do presidente Collor de Melo, realiza à "leitura que a esquerda em geral tem feito", do conceito de "sociedade civil", e que, diz, "é de clara inspiração liberal".:

Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas, como expressão de interesses universais, não contraditórios, sem qualquer caráter classista (Dias, 1992: 3).

Esta visão tem como base, segundo o autor, a cisão "economia-política" no seguinte sentido:

A cisão economia-política, na visão liberal, é a forma pela qual se limita a intervenção estatal. A sociedade civil, conjunto das instituições privadas, cristaliza/articula as individualidades e nega as classes.

Mais: regula e controla o Estado. Vista como instância do real, ela se apresenta como portadora de uma "neutralidade"... (ibid).

Vejamos então qual é, segundo Dias, a diferença fundamental entre esta visão liberal e a posição gramsciana:

Gramsci, diversamente dos liberais, vê a sociedade civil e a sociedade política como distinções analíticas do conceito de Estado, como formas de natureza estatal e não como instâncias autônomas do real. A acentuação da forma "privada" dessas instâncias e do seu caráter de regulação não nega nem o seu caráter estatal, nem o seu caráter classista, como querem os liberais. A articulação institucional das ideologias e dos projetos classistas passa necessariamente pela sociedade civil que expressa o horizonte da racionalidade classista. Não sendo neutra, ela expressa a luta e articula conflitiva e contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais (ibid).

A pergunta que se coloca ante nossa aproximação é, naturalmente, se o uso do conceito de sociedade civil que fazem as forças políticas que estudamos se aproxima à concepção gramsciana ou se trata de um uso que se coloca na tradição liberal.

Uma aproximação adequada às experiências estudadas faz necessário colocar previamente alguns elementos importantes, de caráter histórico-político (mas também teórico) referentes ao campo empírico. Destacamos na introdução ao trabalho, as características da produção dos textos que nos servem de base, em particular do texto das resoluções do 1º Congresso, e da possibilidade de que se sobreponham conteúdos diversos, vindos de diversas fontes elaborativas e, portanto da possibilidade de alguma descontinuidade lógica na concatenação e conteúdo dos conceitos. Não obstante, na ampla maioria das ocasiões nas quais o conceito é usado nos documentos trabalhados, é claro o conteúdo não neutro do conceito, entendida a sociedade civil como espaço contraditório, no qual deve-se desenvolver a luta pela hegemonia do projeto democrático-popular. Contudo devemos anotar todavia que, nas poucas utilizações do conceito onde este se coloca em contraposição com o Estado -ficando, portanto, esta idéia de "indiferenciação"-, esta colocação tem predominantemente duas motivações ou duas origens:

a) Em primeiro lugar uma origem histórica: tanto o PT como a FMLN, nascem como partidos na luta contra regimes ditatoriais, nos quais a reivindicação da sociedade civil contra o Estado autoritário era acentuada. **O conceito de sociedade civil expressava, nessas circunstâncias, a luta contra a ditadura militar e pela vigência das instituições democráticas.** Em ambos os casos, dados os governos de tipo militar contra os quais se colocava a luta, a antinomia "civil-militar" jogava um papel importante.

Os fatos históricos são recentes em ambos os países. São muito recentes em El Salvador e para a FMLN, que se confrontou contra um Estado militarizado numa guerra civil que dura até fins de 1992, mas são também relativamente recentes no Brasil. Basta mencionar que as primeiras eleições para presidente sem a tutela das normas da ditadura militar foram realizadas em 1989 e

que as primeiras eleições *gerais* em trinta anos sem a tutela militar, serão realizadas em outubro-novembro de 1994; sem falar da permanência dos elementos autoritários na sociedade, em particular nas elites econômicas e políticas, em ambos os países. Portanto, em ambos os partidos, o uso do conceito nessa acepção de "anti-Estado", expressa, antes de mais nada, as particularidades nacionais para partidos que nascem confrontados com ditaduras militares, classicamente célebres na América Latina.

b) Em segundo lugar, uma origem histórico-política, mas também teórica: o conceito é retomado por estes partidos em estreita relação com a re-discussão do problema da "democracia", da questão da "autonomia dos sujeitos sociais" (em relação à tutela do Estado e à subordinação à direção dos partidos políticos), e da questão da crise do paradigma do "socialismo real", tema este último que recoloca a discussão do socialismo como "auto-gestão da sociedade", como "associação livre dos produtores livres", como democracia radical, universal, com base em relações sociais libertadas de qualquer tipo de coerção. Portanto, na valoração do uso do conceito por estes partidos deve, necessariamente levar-se em conta a influência destes elementos.

Vejamos agora aquilo que constitui, no nosso entender, o núcleo da reflexão gramsciana em torno deste conceito, que interessam primordialmente para a discussão dos casos estudados.

I.- Sociedade civil e "Estado ampliado"

Primeiramente é preciso dizer que o conceito de sociedade civil, tomado ao longo da história, é um conceito polissêmico. O próprio Gramsci chama a atenção para distinguir o uso do conceito que ele faz, do uso feito por outras tradições. Por exemplo:

...del sentido que le dan los católicos, para los cuales la sociedad civil es, por el contrario, la sociedad política o el estado, en confrontación con la sociedad familiar y de la Iglesia (Gramsci, 1984b, T3: 28).

Portanto, é preciso ter o suficiente cuidado de delimitar com precisão os conteúdos do conceito para cada tradição, e o tipo de tradição no qual cada uso concreto se enquadra^[N4]. No seu estudo da história do conceito, Norberto Bobbio assinala um deslocamento do conteúdo do conceito de "sociedade civil" de Gramsci com respeito ao mesmo conceito em Marx:

...La teoría de Gramsci introduce una profunda innovación respecto a toda la tradición marxista. La sociedad civil no pertenece en Gramsci al momento de la estructura, sino al de la superestructura (Bobbio, 1985: 348).

Certamente, Gramsci indica:

...Por ahora se pueden fijar dos grandes planos superestructurales, el que se puede llamar de la "sociedad civil", que está formado por el conjunto de los organismos vulgarmente llamados "privados", y el de la "sociedad política o Estado", y que corresponden a la función de "hegemonia" que el grupo dominante

ejerce en toda la sociedad y a la de "dominio directo" o de comando que se expresa en el Estado y en el gobierno "jurídico"... (Gramsci, 1984a: 16).

Um ponto interessante desse "deslocamento" reside no fato de que nessa "re-significação" do conceito, Gramsci produz outra "re-significação" de amplas consequências: uma nova compreensão do conceito de Estado. Assim, assinala nestes conhecidos textos:

...Hay que observar que en la noción de Estado entran elementos que deben reconducirse a la noción de sociedad civil (en el sentido, podría decirse, de que Estado = sociedad política + sociedad civil, o sea hegemonia acorazada de coerción)... (Gramsci, 1984b, T3: 76).

...Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)... (Gramsci, 1978: 224).

Esta "re-significação", esta "ampliação" do conceito de Estado configura o que ficou conhecido como o "conceito ampliado de Estado de Gramsci"⁴. Esta "ampliação" indica a passagem de um conceito de Estado, entendido basicamente como aparelho coercitivo, como aparelho burocrático-militar, do poder pensado como concentrado em certos aparelhos de Estado e, portanto, do "poder político" concebido apenas como coerção ou domínio, a uma outra concepção das características do poder -e do exercício do poder- do grupo "dominante" sobre toda a sociedade, entendida numa dupla face, de domínio e coerção, mas também, como direção intelectual e moral, como hegemonia. Isto é, a classe (ou grupo de classes) "dominante" não ocupa esse lugar apenas porque impõe coercitivamente o seu domínio, mas porque conquistou num processo complexo -e num grau suficiente- a "direção intelectual e moral" da sociedade e, portanto, o grupo conseguiu não apenas a direção sobre a sua própria classe, mas sobre as classes subalternas, na forma de "consenso" (consentimento "ativo" e/ou consentimento "passivo").

Assim, a "sociedade civil" é o espaço onde, predominantemente, o grupo dominante constrói as relações de poder que sustentam a sua hegemonia frente aos outros grupos da própria classe e das classes subalternas. A "sociedade civil" é, portanto, o espaço do conflito, mas também da solução provisória do conflito, expressada no consentimento conseguido dos grupos e classes contrários, para a direção dos processos sociais. Solução e direção que são provisórias e instáveis mas que expressam um certo equilíbrio no desenvolvimento da dinâmica social. É necessário, portanto, levar em conta este fato da "sociedade civil" não ser apenas o espaço da luta (permanente, em tanto sociedades divididas em classes) mas, também, do "equilíbrio" provisório, da "construção do consentimento", da "direção intelectual e moral", da hegemonia.

⁴ Carlos Nelson Coutinho nos diz que, segundo o que ele conhece, a expressão "teoria ampliada de Estado" para designar esta ordem da reflexão de Gramsci, foi usado pela primeira vez por Christine Buci-Glucksmann em 1975, no seu livro "Gramsci e o Estado". Esta autora trata extensamente da ideia de "Estado ampliado", particularmente no capítulo 3 do livro mencionado.

II.- Sociedade civil e "sociedade política"

Para precisar a nossa discussão, continuaremos a partir das "fórmulas" que o próprio Gramsci nos brinda -**Estado = Sociedade política + sociedade civil** (= Hegemonia revestida com coerção); **Estado = Ditadura + Hegemonia**-, e em duas direções de análise:

1.- Uma primeira direção da análise -onde destacamos um uso mais propriamente teórico do conceito, como instrumento de interpretação e explicação histórica-, nos leva à discussão sobre esses "planos superestruturais" que compoem o Estado, seguindo a formula pela qual Estado = sociedade política + sociedade civil. Para isso, consideramos mais rico e interessante discutir este ponto levando em conta criticamente o tratamento que dele faz Carlos Nelson Coutinho. Este autor busca definir "sociedade política" e "sociedade civil" como esferas autônomas e diferenciadas, fato que pode ser fonte de uma série de posições nas quais se superlativa o papel da sociedade civil como esfera autônoma do real, isto é: colocando o acento na distinção estrutural e funcional de ambas. Duas "problemáticas", nos diz Coutinho, distinguem essas "esferas":

...Em primeiro lugar, temos uma diferença na *função* que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder...No âmbito e através da sociedade civil as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção... (Coutinho, 1981: 92).

A segunda "problemática" na diferenciação de ambas as esferas, diz respeito a que "elas se distinguem por uma materialidade (social) própria". Assim;

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Gramsci registra aqui o fato de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito... (Coutinho, 1981: 92).

E, acrescenta Coutinho agora numa linguagem possivelmente lukacsiana:

...É essa independência material -ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia -que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o estado-coerção... (Coutinho, 1981: 93).

Na sua argumentação, para salientar a importância da distinção, Coutinho nos diz que apesar de que "Gramsci não perde de vista o momento unitário", ele "insista[e] sobre a diversidade

estrutural e funcional das duas esferas da superestrutura" (Coutinho, 1981: 93)⁵; embora, obviamente, o autor não desconheça as fortes indicações de Gramsci contra uma leitura "substancializadora", reificadora dos dois termos que ele tematiza. Certamente, Gramsci afirmava:

A formulação do movimento da livre troca baseia-se num erro teórico do qual não é difícil identificar a origem prática: a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se transforma e é apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas (...) na realidade fatual sociedade civil e Estado se identificam... (Gramsci, 1980: 32).

Face a esta colocação de Gramsci, Coutinho, num gesto de dúvida, diz:

A afirmação pode se prestar a uma interpretação errada (já endossada, aliás, por vários estudiosos), segundo a qual Gramsci não afirmaria a distinção material-ontológica ("orgânica") entre as duas esferas. Essa interpretação não apenas se choca com todo o espírito das reflexões gramscianas (negando objetivamente a sua novidade e originalidade), mas, é literalmente contraditada por outro trecho dos *Cadernos*, onde Gramsci se refere -de um modo dialeticamente correto- à "identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política" (Coutinho, 1981: 93).

Com efeito, Gramsci tinha escrito, vinculado ao tema da "estadolatria":

Elementos para plantear la cuestión: identidad-distinción entre sociedad civil y sociedad política, y por consiguiente identificación orgánica entre individuos (de un determinado grupo) y Estado, para el cual "todo individuo es funcionario" no en cuanto empleado a sueldo del Estado y sometido al control "jerárquico" de la burocracia estatal, sino en cuanto que "actuando espontaneamente" su actividad se identifica con los fines del Estado (o sea del grupo social determinado o sociedad civil)... (Gramsci, 1984b, T3: 289).

Pode-se observar, porém, que Coutinho usa para afirmar o seu acento na "diferenciação", a citação de um texto que Gramsci formula para assinalar uma "identificação orgânica entre indivíduos (...) e Estado".

Nossa observação crítica ao ponto de vista que representa Coutinho neste tema refere-se a que, na sua tentativa de formular o "fundamento ontológico" da hegemonia na sociedade civil, ele próprio produz uma alteração do "espírito das elaborações gramscianas" no sentido de ser uma das características relevantes do pensamento gramsciano o fato de que ele (sem desconhecer a relação "dialeticamente correta", ou melhor, levando a sério essa relação), coloca a mira no momento "totalitário", da "unidade dialética" e não na distinção, na separação e substancialização de "esferas" ou "instâncias", etc. Essa é uma marca gramsciana não apenas na compreensão da dinâmica da superestrutura através da noção "integral de Estado" mas também da relação base-superestrutura entendida como "bloco histórico". E é justamente a falta de compreensão da "integralidade do Estado", segundo Gramsci, a "fonte de erro na política":

⁵ A frase original de Coutinho é a seguinte:

"Embora **insista sobre a diversidade estrutural e funcional** das duas esferas das superestruturas, Gramsci não perde de vista o momento unitário".

En la política el error se produce por una inexacta comprensión de lo que es el Estado (en el significado integral: dictadura + hegemonia)... (Gramsci, 1984b, T3: 112).

Essa insistência de Coutinho no momento da separação o leva a cometer um erro de caráter esquemático e formal mas que, como é fácil ver, encerra problemas conceituais sérios. Com efeito, no seu ensaio de 1979 "A democracia como valor universal", trabalhando este ponto escrevia Coutinho:

"Sociedade política" (...) designa precisamente o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da violência; ela se confunde com os aparelhos de coerção estatal, em particular com as burocracias ligadas às forças armadas e à aplicação das leis...

O termo "sociedade civil" designa sempre um momento ou uma esfera da superestrutura. Designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os Parlamentos, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. (Coutinho, 1984: 78-79).

Numa redação posterior da questão, em 1981, embora na descrição daquilo que faria parte da sociedade política os elementos são mais ou menos os mesmos, sobre a sociedade civil, o autor diz desta vez :

...A sociedade civil (é) formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (Coutinho, 1981: 91).

Como vemos, nesta nova descrição, o Parlamento sumiu. O fato de o Parlamento ter sumido, não apenas como componente da sociedade civil, mas da própria relação dos elementos do Estado, é indicativo, pelo menos, de um mal-estar com esse objeto dificultoso, que Gramsci localiza no Estado em sentido estrito, embora pensando-o numa particular relação orgânica com a sociedade civil através do sistema de representação pelos partidos políticos. Efetivamente Gramsci indica claramente no seguinte texto (entre tantos outros):

Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento mais ligado à sociedade civil, o Poder Judiciário entre governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o governo). Naturalmente os três poderes são também órgão da hegemonia política, mas em diversa medida: 1) Parlamento; 2) magistratura; 3) governo... (Gramsci, 1980: 96).

É que o esforço principal de Gramsci é na direção da concepção de Estado "no sentido integral", concepção que permite justamente evitar esses enredos com um elemento complicado como o Parlamento que partilha de elementos da definição de Estado "em sentido estrito" e da sociedade civil.

Esta tendência a conceber sociedade política e sociedade civil como "esferas diferenciadas do real" é clara nestes textos de Coutinho, preocupado muito mais em definir certos "portadores

materiais da hegemonia" que em destacar a novidade da elaboração gramsciana no próprio conceito de "hegemonia". Na verdade, Coutinho assinala como "a novidade e originalidade" do pensamento gramsciano, justamente aquela "distinção material-ontológica" (ver citação da página 137). Isso fica claro nesta fala de Coutinho:

...A novidade introduzida por Gramsci não diz tanto respeito à questão da hegemonia, já abordada por Lênin, mas ao fato de que a hegemonia -enquanto figura social- recebe agora uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação (Coutinho, 1981: 92).

É lógico então, que, num esquema dicotômico como esse que constrói Coutinho, com esferas ontologicamente diferenciadas, as funções de coerção e hegemonia estejam repartidas entre sociedade política e sociedade civil respectivamente, e isso provoque sérios problemas, não apenas para compreender as funções de hegemonia do Estado em sentido estrito (Parlamento, mecanismos de Welfare state, por exemplo, levando em conta que, segundo Gramsci, "os três poderes são também órgãos da hegemonia política"), mas também, compreender funções coercitivas ou repressivas exercidas por elementos da própria sociedade civil (organizações como as dos grupos de choque fascistas e nazistas, como os grupos de extermínio ou organizações racistas como o Ku Klux Klan ou os "Skin heads", etc, sem falar da "fábrica", como expressão sintética de opressão e hegemonia⁶, etc).

2.- Uma segunda direção de análise -onde queremos destacar um uso mais diretamente prático-político do conceito-, nos coloca no problema da ação política. Este ponto nos permite ver que no modo de colocar a ordem das reflexões gramscianas que estamos criticando, inverte-se o ponto central do raciocínio gramsciano. O conteúdo principal da preocupação de Gramsci não parece ser a "materialidade" de tais ou quais instrumentos ou entidades, na "forma organizacional" da sociedade civil. A preocupação principal é de ordem *ético-política*. Isso fica claro numa citação clássica de Gramsci que ficaria escura se não se entendesse deste modo: a concepção de sociedade civil... :

...tal como la entiende Hegel y en el sentido en que a menudo se emplea en estas notas (o sea en el sentido de hegemonía política y cultural de un grupo social sobre la sociedad entera, como conteúdo ético del Estado)... (Gramsci, 1984b, T3: 28).

Repare-se na direção principal do raciocínio: **sociedade civil = "conteúdo ético do Estado" = "hegemonia política e cultural de um grupo social..."**. Isto é, uma preocupação de ordem primariamente "relacional" e não "instrumental" ou "organizacional". Como "filósofo da práxis", Gramsci irá desenvolvendo o conjunto de problemas da materialidade concreta dessas relações, mas, a preocupação central neste tema é pensar como se constituem certas relações sociais de

⁶ Em "Americanismo e Fordismo", Gramsci afirma que no modelo americano a "hegemonia nasce no chão da fábrica".

poder entre os homens e não primariamente com a sua materialidade direta, imediata. Isto é, sociedade política e a sociedade civil como momentos do Estado; sociedade civil como o espaço onde se constituem relações de "direção intelectual e moral" de um grupo sobre a sociedade e, portanto, o espaço onde o grupo hegemônico obtém o "consentimento" da sociedade para sua "direção".

Em nossa pesquisa nos interessa este problema não de um ponto de vista "universal", mas segundo a perspectiva de forças políticas que devem pensar o problema da hegemonia desde a posição das classes subalternas, que era, aliás, a motivação central da obra gramsciana. Esta concreção é fundamental porque deste ponto de vista se acrescentam novas e importantes determinações: do ponto de vista das classes subalternas a hegemonia é requerida não para perpetuar a dominação de algum grupo, mas para encaminhar um longo processo em direção à "sociedade regulada". Não por acaso, na passagem onde Gramsci indica a necessidade de conceber "Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção", indica imediatamente depois:

...En una doctrina del estado que conciba a éste como capaz tendencialmente de agotamiento y de resolución en la sociedad regulada, el argumento es fundamental. El elemento Estado-coerción se puede imaginar extinguido a medida que se afirman elementos cada vez más conspicuos de sociedad regulada (o Estado ético o sociedad civil)... En la doctrina del Estado-sociedad regulada, de una fase en la que Estado será igual a Gobierno, y Estado se identificará con sociedad civil, deberá pasarse de una fase de Estado→vigilante nocturno, o sea de una organización coercitiva que tutelaré el desarrollo de los elementos de sociedad regulada en continuo incremento, y por lo tanto reduciendo gradualmente sus intervenciones autoritarias y coactivas... (Gramsci, 1984b, T3: 76).

Como é suficientemente conhecido, Gramsci refere-se a esse processo também como "reabsorção da sociedade política pela sociedade civil". Do ponto de vista da atitude das "classes fundamentais" sobre este esgotamento do Estado, diz Gramsci:

A classe burguesa está "saturada": não só não se amplia, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as desassimilações são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações). Uma classe que se considere capaz de assimilar toda a sociedade, e ao mesmo tempo seja realmente capaz de exprimir este processo, leva à perfeição esta concepção do Estado e do direito, de tal modo a conceber o fim do Estado e do direito, em virtude de terem eles completado a sua missão e de terem sido absorvidos pela Sociedade Civil (Gramsci, 1980: 147).

Portanto, da perspectiva particular das classes subalternas, único ponto de vista desde o qual a idéia de "sociedade regulada" é pensável, a sua expressão política deve ser expressão desse movimento em direção a essa formação social. Numa conhecida passagem diz Gramsci:

...En las sociedades en las que la unidad histórica de sociedad civil y sociedad política se entiende dialecticamente (en la dialéctica real y no sólo conceptual) y el Estado es concebido como superable por la "sociedad regulada" (...) el partido dominante no se confunde orgánicamente con el gobierno, sino que es un

instrumento para el paso de la sociedad civil-política a la "sociedad regulada", en cuanto que absorve en sí a ambas, para superarlas (no para perpetuar la contradicción), etcétera (Gramsci, 1984b, T3: 53).

E acrescenta, falando sobre o partido como "Moderno Príncipe":

...Este, a diferencia de lo que ocurre en el derecho constitucional tradicional, no reina ni gobierna jurídicamente: tiene "el poder de hecho", ejerce la función hegemónica y por lo tanto equilibradora de intereses diversos en la "sociedad civil", que sin embargo está de hecho a tal punto entrelazada con la sociedad política que todos los ciudadanos sienten que aquél, por el contrario, reina y gobierna. Sobre esta realidad que está en continuo movimiento no se puede crear un derecho constitucional, del tipo tradicional, sino solamente un sistema de principios que afirman como fin del Estado su propio fin, su propia desaparición, o sea la reabsorción de la sociedad política en la sociedad civil (Gramsci, 1984b, T2: 346).

Deste ponto de vista, a finalidade do partido é também seu próprio fim:

...Assim, como cada partido não é mais que uma nomenclatura de classe, é evidente que, para o partido que se propõe anular a divisão em classes, a sua perfeição e acabamento consiste em não existir mais, porque já não existem classes e, portanto, a sua expressão... (Gramsci, 1980: 25).

Finalmente, outra determinação relevante que deve ser levada em conta nesta questão da passagem à sociedade regulada, aparece através da seguinte questão colocada por Gramsci:

...Pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?... (Gramsci, 1980: 19).

Os expostos são elementos principais de uma análise ético-política em torno da sociedade civil em Gramsci. Segundo estes, a sociedade civil é um espaço privilegiado para a construção da hegemonia das classes subalternas porque:

a) É na sociedade civil onde se constitui a base das relações de poder que sustentarão o poder político de Estado e é, portanto, o espaço onde as forças postulantes à construção de uma nova hegemonia devem desenvolver sua ação política.

b) É o espaço onde é possível desenvolver relações sociais horizontais, tendentes a eliminar a cisão governantes-governados, dirigentes-dirigidos.

c) É o espaço onde é possível construir e desenvolver os elementos de uma "sociedade (auto)regulada", como "livre associação dos produtores livres".

d) É, portanto, o termo "expansivo" da relação sociedade política-sociedade civil, num projeto de sociedade que vise a construção de uma democracia integral. Expansivo na medida em que as funções de regulação social que a classe dominante exerce na sociedade política devem progressivamente ser absorvidas como auto-regulação da sociedade civil.

Como se vê claramente, esta funcionalidade política do conceito é apenas possível para o projeto associado aos setores que pretendem eliminar as relações de dominação de todo tipo, e funda organicamente o projeto destes grupos como um projeto "radicalmente democrático".

III.- Sociedade civil e "estadolatria".

É importante ainda levar em conta duas questões estreitamente relacionadas às experiências que estudamos e de grande importância para a análise ou elaboração de um projeto transformador. A primeira questão está relacionada ao que Gramsci chama de "estadolatria", colocada por este autor como uma análise da "atitude de cada grupo social em relação ao seu próprio Estado", mas de enorme importância na discussão da atitude que as forças transformadoras tem em relação à concepção do papel do Estado -do Estado em geral, no processo de transformação social, já que toda força política visa, de um modo ou outro, chegar a ser Estado. Vejamos em primeiro lugar a posição de Gramsci:

Actitud de cada grupo social con respecto a su propio Estado: El análisis no sería exacto si no se tomasen en cuenta las dos formas en que el Estado se presenta en el lenguaje y en la cultura en épocas determinadas, o sea como sociedad civil y como sociedad política, como "autogobierno" y como "gobierno de funcionarios". Se da el nombre de estadolatria a una determinada actitud hacia el "gobierno de los funcionarios" o sociedad política, que en el lenguaje común es la forma de la vida estatal a la que se da el nombre de Estado y que vulgarmente es entendida como todo el Estado.

La afirmación de que el Estado se identifica con los individuos (con los individuos de un grupo social), como elemento de cultura activa (o sea como un movimiento para crear una nueva civilización, un nuevo tipo de hombre y de ciudadano) debe servir para determinar la voluntad de construir en el marco de la sociedad política una sociedad civil compleja y bien articulada, en la que el individuo particular se gobierne por sí mismo sin que por ello este su autogobierno entre en conflicto con la sociedad política, sino por el contrario, se convierta en su continuación normal, en su complemento orgánico. Para algunos grupos sociales, que antes de acceder a la vida estatal autónoma no han tenido un largo período de desarrollo cultural y moral propio e independiente (como la sociedad medieval y en los gobiernos absolutos se hacía posible por la existencia jurídica de los Estados u órdenes privilegiadas), un período de estadolatria es necesario e incluso oportuno: esta "estadolatria" no es más que la forma normal de la "vida estatal", de iniciación, al menos, en la vida estatal autónoma y en la creación de una "sociedad civil" que no fue históricamente posible crear antes del acceso a la vida estatal independiente. Sin embargo, esta "estadolatria" no debe ser abandonada a sí misma, no debe, especialmente, convertirse en fanatismo teórico y ser concebida como "perpetua": debe ser criticada, precisamente para que se desarrolle y produzca nuevas formas de vida estatal, en las que la iniciativa de los individuos y grupos sea "estatal" aunque no se deba al "gobierno de funcionarios" (hacer que la vida estatal se vuelva "espontanea") (Gramsci, 1984b, T3: 283).

Nesta citação é clara a polêmica de Gramsci com os rumos do socialismo soviético da era stalinista. No trabalho de Carlos Nelson Coutinho de 1981 encontramos o tratamento destas questões como uma crítica "às teorias divulgadas por Stalin, segundo as quais o Estado-coerção tinha de se fortalecer ao máximo durante o período de transição ao comunismo" (Coutinho, 1981: 100). A pergunta que mais interessa para nosso trabalho é a seguinte: quanto dessas "teorias divulgadas

por Stalin" permanece ainda no pensamento dos partidos, grupos e intelectuais de esquerda (em primeiro lugar os relacionados com a nossa pesquisa), na sua caracterização do processo revolucionário na América Latina?⁷

Apesar de ter-se superado uma quantidade de aspectos dessas "teorias divulgadas por Stalin" e estar-se em vias de superação de outros (ajudados, sem dúvidas, pela queda estrondosa das sociedades construídas sob esse roteiro), há claras evidências de que a superação dessa "cultura" da esquerda ainda vai demorar. Em particular quanto ao tema do Estado e o papel do Estado na estratégia de transição e construção de uma nova sociedade. Nessa cultura o lugar do Estado é superlativado, o que facilita o fato de que o conceito de "sociedade civil" seja visto, nessa visão, como "conceito liberal".

Na verdade, a cultura marxista da esquerda tem uma série de conceitos para designar algumas das determinações daquilo que indica Gramsci com o conceito de "sociedade civil". As expressões seguramente mais usadas pela tradição de esquerda para designar o mesmo objeto eram expressões como "as massas" e "as organizações de massas", designações a maioria das vezes imprecisas. Em outras ocasiões a noção geral de "sociedade" servia para indicar aquilo que se oporia ao Estado. Numa análise mais rigorosa utilizava-se o conceito de "classe", cavalo de batalha de qualquer marxista numa polémica teórica sobre este ponto. Acontece que o conceito de classe, apesar de ser fundado numa análise teórica rigorosa, não dá conta dos múltiplos vieses da realidade social nas sociedades ditas "complexas". Gramsci percebeu cedo essa multiplicidade e pluralidade do social e a impossibilidade de compreender e abranger esse conjunto complexo apenas com o conceito de classe, conceito este que continuou a usar, produtivamente. A introdução do conceito de "classes subalternas", para designar esse múltiplo borbulhar de forças contrárias que o capitalismo gera, e a retomada crítica do conceito de "sociedade civil" para designar o espaço onde se constituem as relações de poder na sociedade, foi uma resposta que demonstrou largamente a sua utilidade teórica e política, apesar das vozes contrárias dentro do marxismo⁸.

⁷ Joaquín Villalobos responde do seguinte modo para o caso salvadorenho:

...Uno de los mayores problemas al plantearse la elaboración del programa y la interpretación de los Acuerdos, es la influencia que ejercen en el análisis, los conceptos anteriores relativos a la revolución y al socialismo...**Los viejos conceptos siguen presentes como un referente fantástico para lo que queremos construir...** (Villalobos, 1992a: 2).

⁸ Basta lembrar a crítica ao uso do conceito de "sociedade civil" feita por Louis Althusser, não já a um uso deformado do conceito "gramsciano", mas ao próprio uso do conceito por Gramsci.

...La teoría marxista (no) dice casi nada acerca del estado, ni sobre la ideología y las ideologías, ni sobre la política, ni sobre las organizaciones de la lucha de clases (estructuras, funcionamientos). Es un "punto ciego", que atestigua indudablemente algunos límites teóricos con los cuales ha tropezado Marx, como si hubiese sido *paralizado* por la representación burguesa del estado, de la política, etc...

Me parece que a pesar de su profundo sentido de la historia, Gramsci más oscureció que iluminó este punto ciego que hay en Marx, cuando retomó la vieja distinción burguesa entre sociedad política y sociedad civil, aun cuando haya dado a la sociedad civil otro sentido (organizaciones "hegemónicas" *privadas*, y por lo tanto fuera de la "esfera del estado", que es identificada en la sociedad política", lo que implica volver a fundarse en la distinción jurídica de hecho entre "público" y "privado") (Althusser, 1978:13).

Os problemas do pluralismo político e do mercado.

A segunda questão que queremos destacar está relacionada como dois problemas extremamente complexos, que se colocaram agudamente na agenda política e teórica da esquerda latino-americana depois da Revolução Sandinista e que se aguçaram ainda mais nos últimos tempos em torno das possibilidades de permanência do "caso cubano": são os temas do "pluralismo político" (e toda a discussão em torno da "democracia" representativa) e do "mercado" (e toda a discussão em torno dos limites da regulação do Estado). No capítulo 5 veremos mais de perto a posição destes partidos diante destes problemas, vinculados ao tema do tipo de socialismo que pretendem construir. Queremos aqui simplesmente assinalar a importância das questões embutidas nestes dois grandes temas para o estudo das experiências que envolve a nossa pesquisa, em relação com o conceito de "sociedade civil". Este é um ponto onde as águas se dividem com violência. Aqui a delimitação com a concepção liberal assume um caráter crítico e, portanto, as posições políticas dentro mesmo do movimento socialista alcançam um ponto alto de antagonismo. Neste ponto, as duas forças políticas estudadas postulam uma perspectiva pluralista nos marcos de uma nova democracia, e neste contexto formulam a necessidade de uma relação adequada entre mercado e regulação estatal, que se coloca como oposta tanto à "mercadolatria" liberal como à "estatolatria" do "Gosplan", da todo-poderosa "planificação socialista" de Estado própria dos países do "socialismo real". Estes elementos devem necessariamente ser levados em conta ao qualificar a concepção de "sociedade civil" embutida nas novas elaborações do PT e da FMLN, já que "pluralismo político" e "mercado" estão, nestas novas elaborações, como veremos no capítulo 5, fortemente ligados aquele conceito.

IV.- Sociedade civil, "direção política" , "direção intelectual e moral" e sociedade regulada.

A outra questão que deve ser levada em conta neste tema pode ser tematizada através da resposta sintética que Gramsci dá à seguinte pergunta: Como "domina", como exerce o seu "poder" a classe "dominante"?:

...El criterio metodológico sobre el cual es preciso fundar nuestro examen es este: que la supremacía de un grupo social se manifiesta en dos modos, como "dominio" y como "dirección intelectual y moral". Un grupo social es dominante de los grupos adversarios que tiende a "liquidar" o a someter incluso por la fuerza armada, y es dirigente de los grupos afines o aliados. Un grupo social puede e incluso debe ser dirigente ya antes de conquistar el poder gobernante (esto es una de las condiciones principales para la conquista misma del poder); después, cuando ejerce el poder y aún cuando lo tenga fuertemente en sus manos, se vuelve dominante, pero debe continuar siendo también dirigente... (Gramsci, 1986c: 99).

É interessante notar que neste texto chave Gramsci utilize o termo de *supremacia* para designar a forma sintética da relação hegemonia-direção intelectual e moral e Domínio-coerção, de modo que

se pode expressar: **Supremacia = hegemonia + domínio** [N5]. É possível observar também, que podemos entender essa *supremacia* com um conceito já clássico: *poder* (tirando deste conceito todo o conteúdo reducionista), como capacidade de direção do movimento histórico de uma dada sociedade, isto é, não entendendo "poder" apenas como "capacidade econômica" ou como "capacidade político-instrumental". Seja qual for o nome que dermos para essa capacidade do grupo "dominante", podemos encontrar a partir dessas "fórmulas" de Gramsci as seguintes relações:

Sociedade de tipo oriental (O Estado é tudo, a sociedade civil é primitiva e gelatinosa)	= Predominantemente Coerção
Sociedade de tipo ocidental (Relação mais equilibrada entre sociedade política e sociedade civil)	= hegemonia + coerção (hegemonia revestida de coerção)
Sociedade regulada (Estado ético. A sociedade civil assimila as funções "estatais")	= Direção-autoregulação dos conflitos. Fim da coerção

Isto nos permite assinalar duas visões da análise em torno do problema da construção de novas relações sociais tendencialmente dirigidas à "sociedade regulada":

a) Para as classes e grupos dominantes, a luta pela hegemonia significa a luta por conservar as capacidades coercitivas e de domínio, a luta por "evitar" o desenvolvimento da "sociedade regulada". Isto implica na necessidade de manter a fragmentação e subalternidade dos grupos dominados.

b) Para as classes subalternas a luta pela hegemonia é a luta pela libertação das relações de coerção, de sua condição de subalternidade (e portanto de eliminar as relações de coerção da sociedade). Isto implica a luta pela superação da sua fragmentação, pela construção de uma visão de mundo "unitária e coerente" e pela direção dos processos sociais rumo a uma nova civilização (luta que exige, instrumentalmente, como meio e não como fim, a construção dos seus próprios instrumentos coativos, de força).

Portanto, é essencial para a concepção do processo transformador para as classes subalternas (isto é, para a hegemonia do projeto que postula "a sociedade regulada" como seu objetivo), a construção das condições da sua direção intelectual e moral. Isto em Gramsci tem um nome conhecido: "reforma intelectual e moral", entendida como a criação de um novo terreno para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular que vise a construção de uma forma superior de civilização (Gramsci, 1980: 8-9). A passagem às sociedades complexas, onde a sociedade civil deixa seu estado "primitivo e gelatinoso", mostra uma densidade de interesses, organizações e movimentos que fazem instável o simples domínio coercitivo. Os grupos candidatos à hegemonia devem estar dispostos à conquista do "consentimento ativo" das massas: devem lutar

pela "direção intelectual e moral" delas. Portanto, no caso do grupo postulante a uma nova hegemonia baseada em novos princípios, que tenta a construção de uma nova sociedade:

...El eje de toda la estrategia se construye alrededor de la capacidad que tenga el grupo(..) para construir un programa de transición que implique un nuevo modelo de sociedad y que articule la totalidad de las prácticas institucionales de las clases, fracciones, categorías y estratos de la población que conforman en una etapa histórica dada, al 'pueblo'... (Portantiero, 1977: 79).

No próximo capítulo trataremos mais extensamente este tema da reforma intelectual e moral. No entanto, o que nos interessa assinalar neste momento é que a "sociedade civil" é o espaço privilegiado desse processo de *reforma intelectual e moral*.

Dos problemas tratados podemos ver que àquelas determinações do conceito de "sociedade civil" em Gramsci que destacamos na fala de Fernandes Dias, vinculadas a uma visão homogeneizante da mesma, devemos acrescentar outras, devidas à posição que ocupa a sociedade civil no pensamento de Gramsci como suporte de funções e objetivos específicos da luta das classes subalternas para construir um novo tipo de sociedade. Podemos destacar essas novas determinações através das seguintes perguntas:

1.- Concebe-se a hegemonia como domínio ideológico e político (na sua fase de força-coerção) ou como elevação intelectual e moral de massas, como construção de uma nova visão de mundo a partir das classes subalternas, como "reforma intelectual e moral", como direção cultural, intelectual e moral, base permanente da direção política? Concebe-se a necessidade de construir a hegemonia assim entendida ainda antes de "tornar-se Estado", da "conquista do poder político" e como exigência dessa conquista?

2.- Qual é a posição frente ao que Gramsci chama de "estadolatria"? Concebe-se o Estado exaurível através de uma progressiva extinção das funções coercitivas em favor da ampliação da auto-regulação da sociedade civil, como ampliação e conquista de direitos, como desenvolvimento da autonomia individual e coletiva, que leve tendencialmente à eliminação da cisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, e, portanto, ao esgotamento da função estatal como reabsorção da sociedade política pela sociedade civil?

3.- Concebe-se como objetivo estratégico desse processo a construção de uma nova sociedade (auto)regulada, cujos elementos deverão ser construídos nesse longo processo de criação de um novo patamar civilizatório no qual as funções de direção dos processos sociais passem das mãos de minorias privilegiadas às grandes maiorias, e portanto à sociedade em geral?

Colocados estes elementos, temos uma valoração do conceito gramsciano de "sociedade civil" enquanto espaço central para a construção de novas relações, face a uma "teoria da revolução" que

colocava o Estado como centro do universo transformador. Podemos ter um exemplo dessa concepção lembrando um dos seus últimos e mais difundidos autores:

...Toda la lucha política de las clases gira alrededor del Estado. Aclaremos: alrededor de la posesión, es decir, de la toma y la conservación del poder del Estado por cierta clase o por una alianza de clases o fracciones de clase. Esta primera acotación nos obliga a distinguir el poder de Estado (conservación del poder de Estado o toma del poder de Estado), objetivo de la lucha política de clases por una parte, y el aparato de Estado por la otra... (Althusser, 1984: 24).

Portanto, se trata, de um lado de uma teoria da transformação social centrada no eixo *Estado-coerção* e, por outro lado, de uma teoria pensada no eixo *sociedade civil-hegemonia*.

O uso predominante dos conceitos de "sociedade civil" e "hegemonia" pelas forças políticas estudadas, com todos os vícios e vazios que possam ser encontrados, corresponde a essa modificação na concepção da lógica do processo transformador que é o núcleo da novidade na concepção estratégica que trazem ambas as experiências, embora em diferente medida. A qualificação de um uso "liberal" do conceito de "sociedade civil" não parece ser adequada ao uso predominante que dele se faz nos documentos do PT e da FMLN, e isso não apenas pelas razões anotadas. O atributo de "liberal" ou não liberal não é necessariamente decorrente da idéia de "ampliação" da autonomia da sociedade civil, por mais generalizado que seja este conceito, mas da necessidade da conservação do Estado como instrumento regulador das relações sociais. Se é verdade que em Gramsci a luta pela hegemonia do projeto das classes subalternas inclui a necessidade destas classes "devirem Estado", isto é, alcançar o Estado de modo de promover uma "máxima expansão" deste grupos⁹, tão verdadeiro como isso é o fato de que, para as classes subalternas, Gramsci pensa essa "máxima expansão" na direção da sociedade civil, ampliando ilimitadamente os mecanismos da sua auto-regulação. Neste sentido, a idéia de que a centralidade do conceito de sociedade civil possa ser considerada evidência de uma concepção liberal, pode estar, ela própria, influenciada pelo pensamento liberal, no sentido que este "oculta" a necessidade permanente do Estado, atrás da proclamação da necessidade do seu caráter mínimo. A concepção liberal aparece claramente ante a seguinte pergunta: pensa-se a exaustão do Estado com limite no "Estado mínimo" ou como um processo contínuo e ilimitado de transferência de funções "estatais" à sociedade civil que leve, pelo menos assintoticamente, até a sua eliminação na sociedade auto-regulada? Neste sentido o próprio Gramsci tinha alertado sobre o caráter "estatal" do liberalismo:

...Deve-se considerar que também o liberalismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática do fato econômico....O liberalismo é um programa político,

⁹ Com efeito, indica Gramsci:

...O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais" (Gramsci, 1980: 50).

destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado... (Gramsci, 1980: 32).

As duas forças estudadas re-qualificam a função da sociedade civil desde a perspectiva da construção de uma nova sociedade -socialista na definição de ambas as forças- concebida, como veremos, como construção hegemônica das classes subalternas, como radicalização da democracia, como fim de toda opressão. Este é o conteúdo político e teórico principal deste uso do conceito. O seu sucesso na prática política concreta, como já dizíamos, é uma obra aberta.

Outras determinações do conceito gramsciano de hegemonia

Uma idéia mais ou menos comum entre os comentadores de Gramsci é a de que o conceito de hegemonia deste autor é um conceito abrangente cujas determinações múltiplas podem explicar de um modo global a dinâmica do funcionamento e transformação das sociedade "complexas". Esta virtude do conceito, que exige no seu uso levar em conta permanentemente essas múltiplas determinações do todo social, se transforma, na hora de trabalhar com ele, em uma relativa dificuldade *técnica*, já que é apenas quando se coloca em jogo o conjunto de determinações que o conceito completo de hegemonia adquire todo seu peso explicativo. Esta questão sobre o conceito deve se tomar aqui como uma advertência: embora coloquemos neste capítulo um conjunto dos principais elementos que em nosso juízo configuram o conceito, eles deverão ser relacionados com outros elementos constitutivos que se desenvolverão vinculados a temas tratados nos outros capítulos do trabalho, nos quais discutimos conteúdos específicos do conceito, relacionados às concepções estratégicas do PT e da FMLN.

Para começar, podemos definir de modo sintético: hegemonia como "o modo de exercer o poder que se baseia predominantemente no 'consentimento ativo' das massas"¹⁰, tratando-se, ao mesmo tempo, de um tipo de "lógica política" para explicar a dinâmica da sociedade e a sua transformação, particularmente importante para um tratamento adequado da sociedade contemporânea. Por exemplo, Portantiero assinala que a hegemonia aparece como a:

...capacidad para unificar la voluntad disgregada por el capitalismo de las clases subalternas, (que) implica una tarea organizativa capaz de articular diversos niveles de conciencia y orientarlos hacia un mismo fin... (Portantiero, 1977, 30).

Enquanto a hegemonia como simples "domínio" nos coloca no terreno do submetimento ou, no melhor dos casos, do "consentimento passivo" -ou seja, onde a prevalência dos interesses e desejos do grupo dominante é absoluta e sem concessões-, a hegemonia, no sentido integral, nos

¹⁰ Esta definição e outros conceitos e abordagens usados no trabalho, devemos à Profa. Evelina Dagnino e foram tomados do trabalho no curso ditado por ela durante o segundo semestre de 1991 e debatidos nas várias discussões dos problemas tratados neste trabalho.

diz de "consentimento ativo", isto é, um tipo de consentimento que se realiza na articulação real de interesses de ambos os pólos da relação.

...El grupo dominante es coordinado concretamente con los intereses generales de los grupos subordinados y la vida estatal es concebida como una formación y una superación continua de equilibrios inestables (en el ámbito de la ley) entre los intereses del grupo fundamental y los de los grupos subordinados, equilibrio en donde, los intereses del grupo dominante prevalecen pero hasta cierto punto, o sea, hasta el punto en que chocan con el mezquino interés económico-corporativo... (Gramsci, 1972, 58).

Portanto, o projeto hegemônico que busca obter o consentimento ativo das maiorias nacionais, deve:

- i.- "Entender" e "articular" os interesses reais, econômicos, políticos, culturais e morais dessas maiorias;
- ii.- Tornar-se o terreno para o seu desenvolvimento e a sua realização efetiva.

A hegemonia não nasce do nada nem simplesmente é o resultado da ação de forças cegas. Entre os distintos e variados grupos que constituem a complexa rede social do capitalismo, as classes sociais fundamentais expressam na elaboração dos seus interesses mais gerais, projetos diversos de organizar o mundo, tipos contrários ou antagônicos de civilização. Esta elaboração histórica e cambiante, que na sua concreção deve ser sempre capaz de organizar a vida da sociedade articulando os interesses dos diversos grupos sociais num novo bloco histórico, é o que denominamos "projeto hegemônico". Um projeto hegemônico está necessariamente associado, para Gramsci, a alguma das classes fundamentais. Na sociedade burguesa se trataria portanto de:

- a) Projeto hegemônico associado aos interesses da burguesia;
- b) Projeto hegemônico associado aos interesses do proletariado.

Segundo Portantiero:

...El bloque político de las clases subalternas incluye como principio ordenador de su estructura, la capacidad hegemónica de la clase obrera industrial sobre el conjunto del pueblo (...) Sin hegemonía el bloque no existe, porque este no es tan sólo una agregación mecánica de clases... (Portantiero, 1977: 60)

Neste caso, as possibilidades da classe operária se transformar em dirigente de um novo bloco social dependem da capacidade dele de superar os seus limites corporativos e incorporar num único movimento o conjunto dos setores subalternos:

...O metalúrgico, o marceneiro, o operário da construção civil, etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgicos, marceneiros, etc., mas devem dar ainda outro passo à frente: devem pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria desses estratos sociais. Senão se consegue isso, a classe operária não se torna classe dirigente; e esses estratos, que na Itália representam a maioria da população, permanecendo sob a direção burguesa, dão ao Estado a possibilidade de resistir ao ímpeto proletário e de dobrá-lo... (Gramsci, A questão meridional, 1926. In Coutinho, 1981: 175-176)

Este é o momento em que o proletariado, como classe...

...Adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em "partido", entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral. Coloca todas as questões em torno dos quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano "universal", criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados...(Gramsci, 1980: 50)

Neste sentido de "projeto histórico" deve ser entendido em Gramsci, o "socialismo", longe de qualquer conotação economicista "religiosa" de "missão histórica". Gramsci parece reconhecer a construção exemplar de um projeto hegemônico da burguesia na atuação dos jacobinos durante a Revolução Francesa. Com respeito à realização de um projeto hegemônico do proletariado, são muitas as indicações para pensar que via na "obra" dos bolcheviques uma construção deste tipo.

Se um projeto hegemônico deve estar associado, para Gramsci, a uma das classes fundamentais da sociedade, se apenas elas podem ser "classe hegemônica", isto se deve, em primeiro lugar, ao lugar que ocupam no "terreno permanente e orgânico" da vida econômica, já que a "hegemonia" exige que sejam levados em conta os interesses econômicos das classes as quais se pretende dirigir, e portanto, no caso de um projeto que pretende transformar as relações sociais capitalistas, implica numa reestruturação integral da economia. Assim, junto com a profunda transformação dos valores culturais contida na "reforma intelectual e moral", o projeto hegemônico deve dar resposta à organização de um novo tipo de relações econômicas, embora sempre condicionado ao lugar hegemônico do grupo:

...O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica... (Gramsci, 1980, 33).

Em torno à configuração complexa de elementos que se entrelaçam no processo real, distinguem-se, para Gramsci, dois tipos de "situações críticas":

- i) As "flutuações de conjunturas";
- ii) As "crises orgânicas" ou "crises históricas fundamentais".

As flutuações de conjuntura nas relações de forças sociais são o terreno sobre o qual se dá a passagem para as *relações políticas de forças decisivas* (Gramsci, 1980b, 61). As crises históricas

fundamentais, as crises orgânicas, estão associadas a uma des-articulação integral do modo em que a classe dirigente organiza a sua hegemonia:

...El contenido es la crisis de hegemonía de la clase dirigente, que se produce o bien porque dicha clase fracasó en alguna empresa política para la cual se requirió por la fuerza el consenso de las grandes masas (la guerra por ejemplo), o bien porque vastas masas (especialmente campesinas y de pequeños bugueses intelectuales) pasaron de golpe de la pasividad a una cierta actividad y plantearon reivindicaciones que en su conjunto caótico constituyen una revolución... (Gramsci, 1986c, 63).

Estas crises, são sempre o resultado complexo das relações sociais históricas concretas, nunca o resultado da simples luta econômica:

...Se puede excluir que las crisis económicas produzcan, por sí mismas, acontecimientos fundamentales; sólo pueden crear un terreno mas favorable a la difusión de ciertas maneras de pensar, de plantear y resolver las cuestiones que hacen a todo el desarrollo ulterior de la vida estatal. Por otro lado, todas las afirmaciones que conciernen a los períodos de crisis o pasividad pueden dar lugar a juicios unilaterales...

...En todo caso, la ruptura del equilibrio de fuerzas no ocurre por causas mecánicas inmediatas del empobrecimiento del grupo social que tiene interés en romper el equilibrio y de hecho lo rompe; ocurre, por el contrario, en el cuadro de conflictos superiores al mundo económico inmediato, vinculados al "prestigio" de clase (intereses económicos futuros), a una exasperación del sentimiento de independencia, de autonomía y de poder. La cuestión particular del malestar o bienestar económico como causa de nuevas realidades históricas es un aspecto parcial de la cuestión de las relaciones de fuerzas en sus diversos grados... (Gramsci, 1986c: 60-61) ¹¹.

A concepção gramsciana da crise é, portanto, uma crítica radical a toda forma de catastrofismo economicista que vaticina o fim do capitalismo como consequência das suas crises econômicas inerentes¹².

A concepção de revolução na sua forma "insurrecionalista" está geralmente vinculada à concepção "catastrofista" do fim do capitalismo. O nexos explícito ou implícito se expressa naquela famosa frase, "quanto pior, melhor". E é natural que assim seja: se se pensa que a premissa principal para construir o socialismo é o "assalto ao poder" (mais adiante discutiremos este ponto), então, a preparação deste deve ocupar as forças políticas e organizativas de quem sustente esta tese. Isto implica necessariamente que essa força deve abster-se de qualquer ação que signifique

¹¹ Portantiero anota a respeito que:

"...La concepción gramsciana del estado no aparece en toda su dimensión si no se vincula con su concepción de la crisis (...) Cuando se puede decir que un sistema ha entrado en crisis? Sólo cuando esa crisis es social, política, 'orgánica'. Sólo, en fin, cuando se presenta una crisis de hegemonía, 'crisis del estado en su conjunto'..." (Portantiero, 1977: 58).

"...En las sociedades capitalistas en donde la sociedad civil es compleja y resistente y sus instituciones son como 'el sistema de las trincheras en la guerra moderna', la ruptura del sistema no se produce por el estallido de crisis económicas..." (Portantiero, 1977: 58).

¹² Vejamos por exemplo este interessante testemunho de Giuseppe Cerusa em 1938:

"(Gramsci) se indignaba ante la superficialidad de algunos camaradas que en 1930 afirmaban que era inminente la caída del fascismo (dos o tres meses, este invierno como máximo, afirmaban aquellos profetas de la facilonería) y que sostenían que de la dictadura fascista se pasaría inmediatamente a la dictadura del proletariado. Gramsci combatía estas posiciones mecanicistas, abstractas, antimarxistas, que se basaban en gran parte en el factor "misericordia" como un factor decisivo para hacer desembocar los movimientos de las masas en la revolución proletaria y en la dictadura del proletariado. El decía: "la miseria y el hambre pueden provocar convulsiones, revueltas que lleguen incluso a destruir el equilibrio establecido, pero hacen falta muchas otras condiciones para destruir el sistema capitalista">>>... (In Portantiero, 1977: 55-56).

"dar ar" ao sistema, de toda ação que signifique "reforma", que "apague" a indignação das massas. A luta por reformas é contra-revolucionária nesta lógica. O que sempre foi criticado como incoerente e inconseqüente, por exemplo, na prática dos Partidos Comunistas latino-americanos, foi uma posição que sustenta uma estratégia "insurrecionalista" de ascender ao poder e, ao mesmo tempo, preconiza uma "tática de reformas" como caminho para isso. Uma força política que joga o destino da sua estratégia na "tomada revolucionária do poder" e, ao mesmo tempo luta por melhorar, por "aperfeiçoar o capitalismo", é uma força destinada ao fracasso. Como é possível pretender um incêndio se se apaga cada pequena chama? Este paradoxo é um dos elementos que levou à ruína a política dos PPCC que não souberam renovar-se na América Latina, e que é superada na construção de Gramsci de uma teoria da revolução como *processo de construção de uma nova hegemonia* e de reorganização total da vida social a partir da crise orgânica do sistema, da construção de um novo bloco social intelectual e moral, capaz de conformar uma nova sociedade, um novo bloco histórico. Assim, indica Portantiero:

...La teoría de la crisis se enlaza, de tal modo, con la estrategia para la constitución de un "bloque histórico" alternativo, capaz de sustituir la dominación vigente e instalar un nuevo sistema hegemónico... (Portantiero, 1977: 59).

Por último, é necessário levar em conta que, nesta "teoria da crise", a temática de Gramsci é crítica do catastrofismo não apenas em termos de "crise econômica", mas também em termos de *crise política*. A crise "orgânica" não conduz automaticamente a uma revolução, não garante a construção de uma hegemonia alternativa. Segundo Portantiero, em Gramsci:

...La presencia de la crisis de hegemonía no garantiza la revolución: sus resultados pueden ser diversos, dependen de la capacidad de reacción y reacomodamiento que tengan los distintos estratos de la población, en suma de las características que adopte la relación de fuerzas... (Portantiero, 1977: 58)¹³.

A luta entre projetos hegemônicos é constante enquanto permaneça o conflito de interesses dentro da sociedade, implicando na necessidade de **reconstruir permanentemente a hegemonia**. Isto é: a hegemonia não se constrói de uma vez para sempre, está permanentemente em risco, em luta pela sua conservação. A hegemonia se "consume" nas realizações políticas e é necessária a sua contínua renovação para evitar "crises de hegemonia". Isto significa que a conservação da função hegemônica está sempre *em jogo*, dado o fato de que o consentimento ativo se sustenta nesta articulação de interesses diferentes e em mudança permanente.

¹³ Este autor assinala quatro possíveis saídas à crise em Gramsci:

- 1) Se as relações de forças sociais e os instrumentos políticos estão conformados, pode conduzir a uma "revolução das classes subalternas";
- 2) Se isto não acontece, e nenhuma força social está ou se considera apta para assumir a condução de uma saída à crise, pode conduzir ao "cesarismo";
- 3) Se as condições sociais são propícias, pode levar à "reconstrução pura e simples do controle que tinham os antigos representantes das classes dominantes";
- 4) Por último, a resposta pode ser uma saída de tipo "transformista", isto é, "la capacidad que las clases dominantes poseen para decapitar a las direcciones de las clases subalternas y para integrarlas a un proceso de revolución-restauración..." (Portantiero, 1977: 58).

...Apenas el grupo social dominante ha agotado su función, el bloque ideológico tiende a desmoronarse y entonces, la "espontaneidad" puede ser sustituida por la "coacción" en forma cada vez menos embrionarias y indirectas, hasta las medidas efectivas policiales y los golpes de estado... (Gramsci, 1980b, 101).

Uma das questões talvez mais complexas na prática política das organizações políticas de esquerda tem sido o problema das "alianças", dado que a história das classes subalternas não é unidimensional e no seu desenvolvimento são construídas múltiplas formas de representação política. Nos casos das organizações políticas que estudamos é ainda hoje um problema que não tem uma solução coletiva permanente. Vários dos problemas que essas definições encontram tem a ver com a noção de *aliança* que inaugura o pensamento de Lenin. Gramsci elabora um novo modo de pensar o problema das relações entre os grupos que podem participar da construção de um novo tipo de sociedade resumido no conceito de **bloco social intelectual e moral**.

...La hegemonía tiene como espacio de constitución la política: grupo hegemónico es aquel que representa los intereses políticos del conjunto de los grupos que dirige (...) Hegemonía y alianzas se complementan así en una unidad conceptual: todo bloque supone la articulación política entre clases fundamentales y clases auxiliares. Más aún: el eje de la estrategia de la clase subalterna fundamental consiste en desplazar hacia el interior de un bloque hegemónico por ella a quienes actúan como clases auxiliares del bloque en el poder (...) (Portantiero, 1977: 60).

Pelo visto, no seu conjunto, a elaboração gramsciana da hegemonia se apresenta como um projeto *radicalmente democrático* de transformação das relações sociais, na direção da sociedade regulada. Gramsci estabelece a seguinte relação entre democracia e hegemonia, a partir da idéia da necessidade da superação da cisão dirigentes-dirigidos:

...Entre tantos significados de democracia, el más realista me parece que se puede extraer en conexión con el concepto de hegemonía. En el sistema hegemónico, existe democracia entre el grupo dirigente y los grupos dirigidos, en la medida en que [el desarrollo de la economía y por lo tanto] la legislación [que expresa tal desarrollo] favorece el paso [molecular] de los grupos dirigidos al grupo dirigente... (Gramsci, 1984b: 313).

Assim, a construção de uma nova sociedade, alternativa à sociedade capitalista, somente pode ser o resultado de uma transformação global das relações sociais que não pode ser produto de qualquer ato pontual e explosivo, mas de um **processo** no qual se constrói uma nova civilização. O problema do "poder", do acesso ao poder, e do exercício do poder pelos grupos políticos que pretendam conduzir a construção desta nova civilização, deve ser pensado a partir desta perspectiva e não ao contrário. Essa é uma das lições fundamentais de Gramsci para o pensamento transformador e o tema que nos ocupará no próximo capítulo.

Notas suplementares capítulo 3

[N1.] (Página 123)

Ocupação de espaços institucionais como "guerra de posições". Na discussão concreta da caracterização do papel das "Prefeituras Petistas", dizia Marcos Rolin, jornalista e membro do Diretório Nacional do PT na época, num artigo para Teoria & Debate:

A concepção estratégica da "guerra de posição" permite, de início, **situar** a importância das administrações populares. Entretanto, desta concepção não se pode **deduzir** um projeto político. Para que isto seja possível, será necessário discutir mais concretamente as condições da luta pela hegemonia no Brasil (...) O traço distintivo das administrações populares deverá ser, precisamente, o compromisso com a elevação da consciência política dos trabalhadores e com o avanço de seu processo de organização autônoma. O desafio maior é o de criar canais capazes de permitir que os trabalhadores participem do projeto e decidam sobre o seu futuro, o que recoloca o tema dos conselho populares (Teoria & Debate, Nº 6, abril-junho 1989: 52-53).

Sobre o uso do conceito gramsciano de guerra de posição é interessante mencionar também que, já na discussão em torno dos novos partidos políticos na conjuntura de 1978-1980, ele aparecia na fala de alguns dos intelectuais que confluíram na fundação do PT. Referindo-se à posição de José Alvaro Moisés naquela discussão diz Margareth Keck:

«Para Moisés, isto requeria um programa socialista popular, descentralizado e internamente democrático, capaz de considerar a construção do socialismo como uma pedagogia ou uma guerra de posição, e não como um simples assalto ao poder» (keck, 1991: 72).

[N2.] (Página 127)

Francisco Jovel sobre a Plataforma da Revolução Democrática. Nos dizia Jovel, um dos principais dirigentes da FMLN sobre este documento:

Mira, ese programa es un primer esfuerzo del FMLN por tratar de precisar lo que se entendía por Revolución Democrática. Cualquier intento de querer sacar más que eso de ese programa sería muy errado. En primer lugar porque conozco de primera mano el proceso de discusión y de elaboración de ese material: surgió como una necesidad básica, primaria, de que las ideas que ya estaban, más o menos esclarecidas y que compartíamos las fuerzas del FMLN, se plasmaran en un documento para darle unidad de criterio y brújula a nuestra base social, pero nunca se concibió que ese programa debía ser apreciado como acabado.

El debate y la discusión a nivel del FMLN, a partir de ese punto de partida, ha continuado, y como siempre ha sucedido cuando hay discusiones y debates de esta naturaleza en el FMLN, se empezaron a expresar o a manifestar diferentes puntos de vista, en relación a ir afinando esa visión de carácter programático. Así, algunas organizaciones en algunos casos, dirigentes en otros, se han diferenciado en la medida en que consideran que los alcances de lo que podemos llamar "Revolución Democrática" están cercanos a ese documento, o que ese documento necesita significativos cambios y rectificaciones para que pueda reflejar más claramente qué es lo que se entiende por "Revolución Democrática" (Entrevista, 3-4-93. In, Análisis, 1993: 23).

[N3.] (Página 132)

Possível dualidade de sentidos do conceito de sociedade civil nos documentos do PT. Nos dizia, por exemplo, o Prof. Armando Boito:

Nos documentos do PT que você cita têm duas concepções de sociedade civil, uma delas permite aproximar do conceito gramsciano de hegemonia. A outra é outro conceito, outra problemática teórica, e não há como amalgamar as duas. Para Gramsci, a sociedade civil é um *campo* onde se trava a luta. Na outra concepção, a concepção liberal, a sociedade civil é um elo de ligação entre o indivíduo isolado e o Estado, se trata de associações intermediárias: a Igreja, os jornais, os partidos, os clubes os sindicatos. Isto é, os elementos que estão no texto de Gramsci, mas sob outro conceito: em Gramsci estas organizações são campo de luta entre interesses de classes que são conflitantes, antagônicos. Na concepção liberal, essas são associações que afirmam a cidadania perante a burocracia de Estado. Nos anos 70, a palavra de ordem da democratização era

essa, "afirmar a sociedade civil contra o Estado". Essa palavra de ordem de fortalecimento da sociedade civil contra o estado não tinha nada de gramsciano. Era estritamente liberal. Afirmar os partidos *em geral*, as associações *em geral*, a imprensa *em geral*, contra a burocracia de Estado. Porque é que é uma concepção liberal? Porque supõe que essa burocracia de Estado está acima dos interesses das classes, como se todos os órgãos da sociedade civil tivessem interesse em se afirmar frente a esse poder da burocracia. É uma concepção burguesa do Estado que entende as associações da sociedade civil como congregantes de indivíduos homogêneos, que têm igual interesse em afirmar a sua cidadania. Pensando um pouco nos intelectuais ligados, de um ou outro modo ao PT, muitos operaram com essa noção neoliberal de sociedade civil, e entendiam a democratização da sociedade brasileira como uma afirmação da sociedade civil contra a hipertrofia do Estado. Esta concepção neoliberal se encontra em vários autores como Weffort e outros (Exame de qualificação, 5/10/93).

[N4.(Página 134)

Norberto Bobbio, e a história do conceito de sociedade civil. No seu clássico trabalho sobre este tema, Bobbio realiza uma minuciosa exposição filológica que é interessante colocar resumidamente:

...Resumindo (a variedade de significados com que foi usada a expressão "sociedade civil"), o significado que prevalece é o de sociedade política ou Estado, usado também em diferentes contextos consoantes a sociedade civil ou política tenha sido distinta da sociedade doméstica, natural ou religiosa. Ao lado deste significado tradicional, ficou aquele que aparece na sequência: sociedades selvagens, bárbaras, civis, e que constitui, a começar pelos escritores do século XVIII, um esquema clássico para a delimitação do progresso humano, com a exceção de Rousseau, para o qual a sociedade civil, embora com significado de sociedade civilizada, representa um momento negativo do desenvolvimento histórico. Uma história completamente diferente começa com Hegel, segundo o qual, pela primeira vez, a sociedade civil não compreende mais o Estado na sua globalidade, mas representa apenas o momento do processo de formação do Estado, e prossegue com Marx que, concentrando a sua atenção no sistema de necessidades que constitui apenas o primeiro momento da sociedade civil hegeliana, inclui na esfera da sociedade civil exclusivamente as relações materiais ou económicas, e que com uma inversão completa do significado tradicional não só separa a sociedade civil do Estado mas faz dela o momento que simultaneamente lhe serve de base e lhe é antitético. **Gramsci, enfim, embora mantenha a distinção entre sociedade civil e Estado, desloca a primeira da esfera da base material para a esfera superestrutural, e faz desta o lugar da formação do poder ideológico, distinto do político entendido em sentido restrito, e dos processos de legitimação da classe dominante** (Bobbio, "Sociedade Civil", In *Enciclopédia Einaudi*, Volume 14, Lisboa, 1989 : 172).

[N5.] (Página 145)

Dificuldades da conceitualização do termo "Supremacia". Observando esta forma de exposição da fórmula gramsciana, Carlos N. Coutinho parece ter a tentação de conceitualizar esta palavra síntese usada por Gramsci:

«Nesse texto, a supremacia aparece como o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura»(Coutinho, 1981: 94)

Parece-nos, por um lado, que apesar de que Gramsci utiliza o termo e portanto de alguma maneira autoriza a conceitualização do mesmo, esta utilização é apenas neste texto, e, por outro lado, na discussão dos comentadores o termo não parece ter chegado a transformar-se num conceito central da temática gramsciana. No entanto, a citação onde ele aparece transformou-se num clássico da posição gramsciana em torno do tema.

Essa passagem parece ser usada tanto para fundamentar uma posição onde o conceito de hegemonia é visto apenas como "direção intelectual e moral", como a posição que vê a tematização da hegemonia como direção intelectual e moral + coerção. Uma delas faz uma leitura textual: **Supremacia do grupo = hegemonia + coerção.**

A outra faz um outro tipo de leitura, fazendo: **Hegemonia = direção intelectual e moral + coerção.**

Obviamente existe a leitura que faz hegemonia = domínio ideológico e, portanto: supremacia do grupo = domínio ideológico + coerção, fórmula conhecida do "marxismo-leninismo" e outros marxismos (por exemplo, P Anderson, no texto *As antinomias de A. Gramsci*).

Capítulo 4

O poder e a revolução: premissas e promessas para uma democracia radical

I.- Dilemas do poder: poder político de Estado ou poderes construídos na sociedade civil?

A questão do poder é, sem dúvida, um dos problemas chaves na problemática da transformação social. Apesar da quantidade de papel escrito sobre o tema várias das perguntas centrais continuam vigentes no pensamento da esquerda latinoamericana, e entre elas duas perguntas centrais: Que é o poder; é apenas o "poder político" ou é possível pensar em outras esferas sociais nas quais se constitui o poder? Qual é o lugar do poder; o poder está "localizado -por exemplo no Estado- ou está "disseminado" de algum modo na sociedade? Nesta seção mostraremos, nos projetos das forças políticas que estudamos, a emergência de uma nova concepção, não *instrumentalista* nem *essencialista*, do poder, uma novidade em relação à compreensão deste conceito pela esquerda tradicional, que leva em conta, embora ainda embrionariamente, as novas elaborações que a partir dos anos 60 vem se realizando sobre este complicado problema.

O PT e o problema do "poder"

Para tratar da discussão deste ponto no referente ao PT deve levar-se em conta, em primeiríssimo lugar, que o PT nasce, principalmente, de um conjunto de movimentos sociais em luta que proclamam a sua autonomia e o seu lugar político, instaurando-se dentro dos movimentos um tipo particular de compreensão do próprio conceito de poder. Os próprios documentos fundacionais do PT são já um primeiro lugar onde se expressam as tensões entre duas concepções: desde as clássicas colocações de influência marxista como as seguintes, manifestas na Declaração Política de 13-10-79:

O PT (...) buscará **apoderar-se do poder político** e implantar o governo dos trabalhadores...
(Pedrosa, Carta de princípios, 1980: 60).

O PT luta para que **todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores** (Pedrosa, 1980: 65) (Negritos nossos).

Até elaborações menos duras como as que se encontram no Manifesto fundacional e no Programa do partido.

Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país (Pedrosa, Programa, 1980: 107).

A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político (...) **Uma alternativa de poder para os trabalhadores e oprimidos que se apoie na mobilização e organização do movimento popular** (...) O desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem (Idem: 108-109) (Negritos nossos).

O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é e continuará sendo travada não apenas no parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo... (Idem: 111).

O PT intervirá em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de construir soluções a partir das bases sociais (Idem: 112).

Na difícil luta de concepções que percorrem a sua história, foi-se aprimorando no PT uma opinião maioritária, embora não única, sobre esta questão que se manifestariam nas resoluções de diferentes Encontros, e em particular, nas resoluções do 1º Congresso. Assinalaremos brevemente alguns rasgos relevantes desta concepção de poder que alcança o 1º Congresso.

1.- **Avança, em primeiro lugar, na formulação de uma concepção não instrumentalista do poder.** O poder não é alguma "coisa" a "ser tomada", mas algo a ser construído:

O poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo ...

Esse poder popular, entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista -e pela correlação de forças sociais que a sustentam podendo, em situações políticas particulares, ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se. Este fortalecimento se baseia no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também, em grande medida, **na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas, empresas, no campo** (PT, 1991: 36-37) (Negritos nossos)

Portanto, é compreensível a seguinte posição, crítica das formulações tradicionais:

Para o PT, a conquista do poder político não começa nem termina, e tão pouco se reduz simplesmente à clássica representação simbólica da "ocupação do palácio governamental"... (PT, 1991: 37).

2.- **Em segundo lugar, avança na definição não essencialista do poder.** O poder não está concentrado em uma esfera ou área do conjunto social, como fica claro neste parágrafo sobre as diversas formas de opressão e relações de poder:

Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem sistemas de opressão que são também determinantes na vida das pessoas, na construção de valores, na organização de relações sociais e pessoais, como é o caso das relações de gênero. **Nessas relações, estabelecem-se papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominada, dando base para uma concepção autoritária das relações humanas e da sociedade, com a subordinação das mulheres em todas as esferas sociais.** A luta das mulheres contra esse tipo de relações de poder faz parte da luta pela construção de uma sociedade socialista.

O partido precisa repensar sua atuação na sociedade entendendo **as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política**, que expressam a natureza de classe, de raça e de gênero, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação de majorias sociais em minorias políticas (PT, 1991: 41) (Negritos nossos).

3.- Em terceiro lugar, avança numa concepção do *poder político* que compreende a participação efetiva da sociedade civil; uma concepção de poder político que propõe o rompimento das barreiras da burocracia estatal e procura pôr em mãos das organizações da sociedade civil funções atribuídas ao Estado, implicando isto numa socialização do poder político, numa democratização real desse poder.

Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa (PT, 1991: 33).

...Entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da própria sociedade civil (PT, 1991: 34).

E, nesse sentido:

A ação dos movimentos sociais, de lutar cotidianamente pelas reivindicações e pela participação popular, amplia o conceito de democracia e cidadania, apontando novas formas de controle e gestão das políticas sociais (conselhos populares, projetos de emenda popular, plebiscitos), e coloca a nu as formas históricas de reprodução das desigualdades do sistema capitalista. Essa ação vem revelando o potencial transformador e revolucionário desses movimentos (PT, 1991: 37).

A difusão por todo o Brasil da discussão e da prática dos conselhos populares, é um exemplo da fertilidade desta concepção que pensa a efetividade desses mecanismos de controle e gestão.

O conceito de poder no debate interno da FMLN

Em fins da década de 1980, as palavras e as ações do Partido Comunista Salvadorenho (PCS) em torno do problema do poder tentaram ser um alerta para as forças de esquerda da América Latina: "O problema central da revolução é o problema do poder", dizia Schafik Jorge Handal, no mencionado documento de 1981 que circulou bastante no ambiente de esquerda de nosso sub-continente¹. O partido vinha de um período de 10 anos de luta eleitoral, encerrado em 1977 pelo 7º Congresso do partido. O congresso encaminhará nesse ano a organização para a luta armada, passagem que demorará dois anos. Nesse contexto, o documento de Handal era ao mesmo tempo uma auto-reflexão crítica sobre a própria posição do PCS, questionada desde começos da década pela atuação exitosa das chamadas "organizações armadas", que tinham

¹ "El poder, el carácter y vía de la Revolución, y la unidad de la izquierda", dezembro de 1981.

colocado de forma imediata "a questão do poder" e um alerta para os partidos de esquerda que não tinham esta questão na sua perspectiva política concreta. O problema básico nessa conjuntura salvadorenha era "o assalto ao poder", e a ofensiva da FMLN de janeiro de 1981 foi a maior tentativa para realizar esse objetivo e o começo de uma guerra que tinha como pressuposto, do ponto de vista da FMLN, a luta pela "tomada do poder".

Naquele momento a compreensão que a Frente tinha do "poder" era relativamente homogênea: falar em "poder" era falar do "poder político do Estado"; isto é, o monopólio do conjunto do "aparato burocrático-militar" do Estado como modo de ter acesso as outras fontes de poder, basicamente o poder econômico. Sobre isto não havia discussão. A discussão durante toda a década de 70 tinha girado, como vimos, em torno das *armas* e da possibilidade ou não de chegar ao poder assim definido, pela via pacífica, através de eleições. Porém, os rumos dos acontecimentos durante a nova década mudariam a situação. A FMLN não "assaltou o poder" mas constituiu, numa grande parte do território, um "poder paralelo", político-administrativo e militar em primeiro lugar, mas com as necessárias conotações econômicas, e culturais (incluindo num lugar destacado o fator "religião"). O fluxo de dinheiro da solidariedade internacional possibilitou também a disposição de uma considerável quantidade de recursos para o desenvolvimento dessas novas relações de poder.

O fim do conflito armado tem, como vimos, a base objetiva de que se havia alcançado na disputa social um equilíbrio político-militar de forças e o convencimento de todos os setores comprometidos de que, nessas circunstâncias, era impossível a vitória de alguma das partes. Esse equilíbrio de forças levou a ONU a dar à FMLN status de "Estado" durante os dois anos que duraram as negociações. Mas o que significava, desde o ponto de vista da questão do "poder", naquela situação? Os Acordos significavam certamente que não se havia "assaltado o poder", o poder político do Estado continuava em mãos dos setores dominantes e, neste caso, sob a administração do partido ARENA, considerado a ultra-direita do espectro político. Portanto, o tema do "poder" continuava colocado na agenda política da Frente. Mas, a diferença básica hoje, em relação à concepção da questão na década de 70, consiste em que nem todas as forças que compõem a Frente vêm do mesmo modo o problema. Hoje, a "questão do poder" não apenas não tem uma resposta homogênea, mas mostra diferenças substanciais na sua compreensão. As diferentes posições sobre o tema se expressam com clareza quando se examina a avaliação que cada partido faz dos Acordos de Paz, dos resultados obtidos e, portanto, do conquistado ou não durante os doze anos de guerra em termos de "poder". Na última etapa, a discussão se acendeu em torno da necessidade de definir a posição eleitoral da Frente para as eleições de março de 1994: o tipo de

candidatura proposto dependia desta avaliação sobre o que foi alcançado, e portanto, do que resta fazer e como se fará. As duas posições principais expressavam:

1) Para as FPL, o PCS e o PRTC, os acordos são importantes "reformas" que podem constituir o início de uma revolução se se consegue resolver o "problema do poder": alcançar o poder do estado e desde lá levar adiante a revolução até a sua culminação. Se não se consegue "o poder", se corre o risco de que as reformas não cheguem à "revolução"; que sejam, apesar de importantes, apenas isso: reformas no sistema do capitalismo dependente. Portanto, a FMLN, devia ir às eleições com uma candidatura de esquerda, claramente identificada com a plataforma da Revolução Democrática, medir forças e, desde estas posições, tecer as alianças necessárias ou possíveis.

2) A outra posição, do grupo PRS-RN, considera que os Acordos constituem o triunfo da revolução, considerada esta não desde o padrão de "vitória total", mas de "vitória parcial", fato que de maneira nenhuma restaria aos Acordos caráter revolucionário. Esta avaliação tem como base o fato de que a FMLN possui uma importante parcela de **poder**, conquistado durante a luta armada: poder que é **militar**, dado o 20% de ex-combatentes dentro da PNC; é **econômico**, devido à terra e ao poder produtivo que detém cerca de 6000 ex-combatentes -além da terra cooperativizada e a terra das comunidades nas quais a frente tem influência dirigente; é **político**, dado que a Frente é um referente importante naquela porção do território na qual era força permanente, os chamados "territórios controlados", e é, junto com outros setores de esquerda, uma força dirigente nos principais movimentos sociais urbanos. E é poder **cultural**, pela sua influência geral na sociedade, em particular nas organizações sociais dos setores subalternos, o seu peso nas principais universidades e nos sindicatos de professores, elementos destacados da produção cultural; pelo espaço conquistado na mídia: as rádios *Venceremos* e *Farabundo*, já em funcionamento, as novas frequências de rádio e TV disputadas pelo pólo esquerdo do espectro político, junto com a tendência democratizadora na mídia em geral, etc. Por isso, a estratégia eleitoral do setor da Frente que defende essa posição visa "assegurar a governabilidade" e expandir o poder já conquistado a partir de mecanismos políticos concertados, implicando isso, segundo esta leitura política, numa candidatura não de "esquerda" mas de "centro", já que uma candidatura de esquerda não permitiria a "governabilidade" necessária para este tipo de objetivo político. A resolução política dessa discussão conjuntural foi maioritariamente resolvida em favor da primeira das posições expostas, através da candidatura de Rubén Zamora, mas os elementos contidos na discussão, em torno da questão do poder, elementos não meramente conjunturais, continuaram e continuam vigentes. Portanto, discutiremos a seguir, com maior detalhe, as distintas posições.

Destaquemos primeiramente o fato de que dentro da Frente temos duas grandes correntes, representadas, uma pelo PRS e a RN, e outra pelo PCS e pelas FPL. O PRTC, joga muitas vezes um papel de balanço entre as duas posições maioritárias, mas, pelas suas dimensões (um partido pequeno) tem capacidades limitadas de mediação. Além disso, as suas bases tendem a se aproximar, ideologicamente, ao pólo PCS-FPL. Uma clara exposição do conjunto da posição do grupo PRS-RN, que representa uma leitura das transformações que traz maior novidade teórico-política, pode ser encontrada nos últimos trabalhos de Joaquín Villalobos, em particular no livro *"Una revolución en la izquierda para una revolución democrática"*. Mas, tudo indica que o pensamento renovador dentro da FMLN, tem desde antes, uma fonte importante no pensamento do partido Resistencia Nacional. No livro *"República Democrática"*, visivelmente antecipatório das novas elaborações, dizia Fermán Cienfuegos, o principal dirigente da RN, ainda em 1985-86:

La revolución salvadoreña va madurando desde abajo, desde su doble poder, desde el bloque social construido en la guerra de resistencia, que empuja y abre espacios al parto de una nueva revolución democrática, que no es la revolución Cubana, ni la revolución sandinista (Cienfuegos, 1989: 8).

A base da colocação é a construção histórica de um "duplo poder", construção que não começa na guerra.

El movimiento democrático revolucionario ha construido en el país, en las últimas seis décadas, las bases dispersas de un sistema republicano. Ha surgido una dualidad de sistemas políticos. Por una parte sobreviven las instituciones del viejo orden represivo, y por otra surgen constantemente las instituciones populares, democráticas y revolucionarias, que a partir de 1980 dan continuos saitos de calidad (Cienfuegos, 1989: 54).

Esta idéia de um duplo poder e a tematização do alcance deste novo poder emergente é largamente tratada no citado trabalho de Villalobos. Buscando a definição de um novo conceito de "poder", Villalobos parte desse fenômeno do duplo poder.

La única manera de explicarse la prolongación, dimensión y complejidad del conflicto es a partir de un fenómeno de doble poder. La negociación misma fue una expresión clara de doble poder. (...) Concluida la guerra se vuelve evidente una realidad de poder emergente en lo social, militar, económico, político e ideológico que abarca a toda la oposición y en el cual el FMLN es parte importante... (Villalobos, 1992b: 9-10).

Es fundamental tener componentes estructurales permanentes de poder en el seno de la sociedad civil. Tener esos componentes le da fuerza y sentido a la obtención de poder institucional del Estado. No hay que confundir, sin embargo, poder con gobierno. **Es importante el poder del Estado si se tiene poder real en el seno de la sociedad. De lo contrario, el poder del Estado no tiene mayor valor, o bien se vuelve indispensable la permanencia en el gobierno y por consecuencia, se impone la dictadura como única forma de poder.**

Si no se consolidan los componentes de poder en los planos ideológico, político y económico, no queda otro camino que la conversión en grupo de presión. La lucha de los grupos de presión sirve para que los grupos de poder hagan cambios a su conveniencia (Villalobos, 1992b: 6).

Esto conlleva tareas que van más allá de la lucha por el poder del Estado que ha sido lo tradicional en las izquierdas. Es a partir de esto que los acuerdos adquieren carácter revolucionario, aún cuando no se haya cambiado el gobierno.

Si el FMLN y la izquierda no logran entender esto, aun cuando se viera favorecido electoralmente, el poder del Estado sólo serviría para desgastarlo y destruirlo como una alternativa de poder más permanente. **Ganar el gobierno es importante, siempre y cuando se tenga claridad de que es en función de un proyecto de poder permanente que no depende del Estado. Cualquier estrategia que centre el problema del poder en tener el Estado de forma permanente, derivará en desgaste o en totalitarismo** (Villalobos, 1992b: 13) (Negritos nossos).

Nesse sentido, villalobos coloca uma alta valorização do conquistado também na questão da transferência do poder econômico desde os anos 80. O desenvolvimento desse poder é básico para a aprofundação da Revolução Democrática.

Si la transferencia de poder económico a los sectores populares, producida en el país desde el año 1980 hasta los acuerdos de Chapultepec, fracasa económicamente en el nuevo contexto, lo más seguro es que la izquierda dejará de ser alternativa de poder (Villalobos, 1992: 21).

Portanto, esse conceito de poder exige mudanças na mentalidade da esquerda.

En la izquierda existe la creencia de que la transferencia de poder económico es automática y siempre vinculada con el poder del Estado y no al mercado, por ello no había preocupación por la productividad y la eficiencia. La ampliación del poder económico dependerá del éxito que esta experiencia tenga en el marco del mercado y de los espacios que da la sociedad civil² (Villalobos, 1992: 22).

Vejamos agora algumas posições da outra corrente dentro da FMLN a respeito do tema. Numa entrevista com Schafik Handal, Secretário Geral do PCS e Coordenador da FMLN, tratamos este ponto, ficando clara a diferença: para Handal falar de "poder" é falar de "poder político de Estado", o outro tem um nome diferente. Vejamos estas posições numa parte da entrevista:

P.- La tesis del ERP y la RN es la de desarrollar el poder ya conquistado...

Pero cuál poder? Es que eso tiene en la base una teoría del poder en la cual..., quizás no estamos hablando de lo mismo.

P.- Ciertamente parece haber una gran diferencia en la concepción del poder.

Entonces aquí llegaríamos a esta cuestión: qué es el poder? Se puede creer que quien tiene, digamos, una propiedad tiene poder? Sí, en general se puede decir tiene más poder que un pobre. Pero tiene el poder del Estado? Lo tiene en tanto es la clase que sustenta el poder del estado, pero por sí mismo no. A menos que te asimiles al sistema.

Cuando nosotros estamos hablando del poder, estamos hablando del poder político, estamos hablando del poder del Estado. Ese es el problema al que le hemos llamado el "problema central de la revolución", no al poder en general. Porque sino se le llama "poder" a todo.

P.- De todos modos allí hay embutida una vieja discusión dentro de la izquierda europea por ejemplo, aunque más nueva en América Latina, la de si el poder político del estado es el elemento principal de la

² Villalobos se refere às novas experiências económicas que se gestam no trabalho comunal e cooperativo às quais está vinculada a FMLN. No capítulo 6 trataremos este tema.

estructura de poder o si, para el movimiento transformador es también central poner el centro en el poder que se gesta en los movimientos sociales.

Pero eso es otra cosa. A eso no le llamamos poder. Nosotros le estamos llamando a eso de otra manera. Cuando estamos hablando de la democratización como un proceso inherente al curso hacia el socialismo, estamos hablando de potenciar toda la capacidad de la sociedad trabajadora para influir en el curso del desarrollo. De eso es lo que estamos hablando. No estamos hablando de que esto sea un poder alternativo al otro.

P.- Pero una de las tesis del ERP, es que allí se gesta un poder alternativo que es el que va a posibilitar construir esa nueva sociedad socialista democrática.

No, en eso no estamos de acuerdo. Nosotros creemos que el sistema está dotado de tantas capacidades y tantos instrumentos; que esa es una lucha tan absolutamente desigual y está tan a la mano de todo el sistema absorber esas experiencias o, si lo quisiera, hacerlas fracasar, que no se puede simplemente apostar a que aquello va terminar convenientemente. Es como si aquí pensáramos en crear un sector de la economía al cual le fuéramos a encargar por sí mismo el proceso de ir al socialismo por sus propia fuerza, por la fuerza económica que genera, y por la fuerza social que genera.

Nosotros le asignamos un papel muy importante a un sector popular de la economía, pero no desligado de los cambios en el poder y de las transformaciones del Estado. Y sólo en esas condiciones es que nosotros consideramos que eso forma parte de los factores que empujan la transformación del país, de la sociedad, en dirección al socialismo (Entrevista, 14-4-93. In, Análisis, 1993: 13-14).

Uma reação similar encontramos no dirigente Facundo Guardado, dirigente das FPL, com respeito àqueles que falam em desenvolver as posições de poder "já conquistadas", como Villalobos e Cienfuegos:

Mira, yo quiero decirte algo importante sobre esto, las FPL no creemos que estemos co-gobernando en este país. Hay otros que consideran que están co-gobernando. Cada quien tiene el derecho de pensar y sentirse como quiera también en eso. Nosotros como FPL no estamos tomando decisiones respecto a la economía, a los problemas sociales de este país. Las está tomando el gobierno de ARENA. Nosotros estamos incidiendo en los cambios porque somos una fuerza sin la cual este país no puede caminar. Pero, como no estamos co-gobernando, estamos peleando por el gobierno, por gobernar de verdad. Si hay compañeros que se sienten co-gobierno, pues bien, es su derecho (Entrevista, 12-4-93. In, Análisis, 1993: 52).

É necessário, porém, anotar que estas considerações não significam que para estes dirigentes e seus partidos seja irrelevante o conquistado durante a guerra e no processo de paz. Se trata sim, de uma determinada concepção do poder vinculada estreitamente ao poder político de Estado como determinante na atual configuração histórica do país. Vejamos ainda a posição do Partido Comunista nas resoluções do seu 8º Congresso.

La consumación de la revolución democrática requiere que sus fuerzas motoras tomen en sus manos el poder político del Estado y, valiéndose de él, completen la ejecución del programa revolucionario democrático contenido en los Acuerdos de Chapultepec y lo profundicen, especialmente en el terreno económico social, en lo cual ese acuerdo resultó insuficiente.

Este ha de ser el objetivo de la participación de los revolucionarios y demócratas en las elecciones generales de marzo de 1994. Esas elecciones serán un hito de gran trascendencia en la transición, puesto que podrían ofrecer la primera oportunidad para resolver el problema del poder en los términos de una nueva situación (PCS, 1993a: 8).

A realização das metas da Revolução requereria, segundo as resoluções do PCS, “...*Que las fuerzas revolucionarias y democráticas accedan al poder y lo retengan por lo menos durante dos períodos presidenciales*” (ibid.).

Nas resoluções do 8º Congresso do PCS não se pode encontrar um balanço detalhado do que poderia chamar-se “a quantidade de poder” que ficou nas mãos do bloco popular com o fim da guerra e os Acordos. Longe dessa imagem de “posse” de poder, incluído o económico, que pode se ver nas opiniões de Villalobos ou Cienfuegos, nas resoluções do 8º Congresso pareceria haver um sentido de “externalidade”.

La riqueza económica del país está concentrada en un sector minoritario, lo que ha derivado en la capacidad de este para ejercer **el monopolio de la economía y del poder**. Mientras esta situación se mantenga, no habrá democracia, ni igualdad de oportunidades para todos, ni igualdad de las personas ante la ley y se mantendrá, por consiguiente, la injusticia social (PCS, 1993a: 10).

Note-se que esse parágrafo isolado, aprovado em março de 1993, bem poderia ser aplicável a qualquer momento anterior aos Acordos, isto é, não aparece nele nenhum vestígio das mudanças operadas no país. Nesse sentido, compare-se o forte contraste dessa visão com as posições de Fermán Cienfuegos, num artigo onde realiza um breve balanço do alcançado com os Acordos.

La **redistribución del poder en la sociedad** es producto de la revolución política que permite el espacio de las libertades de acción social...

...**La transformación gradual en el poder económico se ha desarrollado** en una perspectiva con nuevos agentes productivos en el campo y la ciudad. Lo más importante es la transferencia de tierras...

...La cooperación externa **tiende a fortalecer este nuevo poder económico**, que además plantea nuevos retos en la educación, salud, y desarrollo económico-social, para que se desarrollen los municipios y las ONGs al servicio de las comunidades.

...El auge de las microempresas urbanas y pequeñas empresas asociadas, plantea reformar el sistema bancario y crediticio y **fortalecer el poder económico** de asociaciones y cooperativas urbanas y rurales.

...El ejercicio del poder es una ecuación difícil de entender para la izquierda salvadoreña, porque la izquierda no la ha ejercido en 60 años; y **ahora que tenemos poder (civil, político, económico, moral)** se necesita que aportemos a dar condiciones para hacer gobernable el país...

Um mal ejercicio del poder ejecutado por líderes sociales o el mismo partido debe ser reflexionado. Se plantea un nuevo papel del liderazgo por los cambios graduales y posibles. Ello se traduce en **saber medir el uso del poder, administrando el poder para resolver las diferencias y las crisis** (Cienfuegos, 1993: 24-27) (Negritos nossos).

Do mesmo modo que no PCS, nos documentos das FPL, em termos de “poder”, o início da Revolução Democrática deve completar-se com um triunfo eleitoral em 1994. A batalha pelo triunfo eleitoral das forças democráticas e revolucionárias nas eleições de 1994, é para as FPL “elemento fundamental da estratégia para o período presente” (FPL, 1993: 4). Este triunfo eleitoral deve permitir levar a bom porto:

...Un PROYECTO Y PROGRAMA DEMOCRATICO-REVOLUCIONARIO amplio y pluralista que abra la perspectiva de las transformaciones económico-sociales y políticas que necesita El Salvador para consolidar la paz, la democracia y un desarrollo económico equitativo, autosostenible y que favorezca prioritariamente a las mayorías populares (FPL, 1993: 4).

Face à visão do poder vinculada centralmente ao poder político do Estado, se colocam as seguintes posições de Villalobos.

...Tradicionalmente la izquierda ha considerado que para determinar el papel del Estado hay que controlarlo y mantenerlo permanentemente.

Fue esto lo que llevó a los esquemas dictatoriales. Es obvio que es mucho mejor tener el gobierno que no tenerlo. Pero por encima de tenerlo o no tenerlo, está el tener poder real con o sin gobierno, para poder gobernar de verdad cuando se ganen unas elecciones o para contrapesar a quienes gobiernen.

...Para nuestro país, lo que está planteado es la refundación del Estado y la República fruto de los Acuerdos. Hay un cambio de sistema aun cuando ideológicamente para algunos resulte difícil verlo así, porque no se han salido del patrón capitalismo-socialismo. Estamos saliendo de un sistema totalitario de Ejército-Partido-Estado con economía monopolizada, a un sistema de Estado Democrático, sociedad civil hegemónica con economía libre, competencia que tendrá un fuerte peso de la propiedad social privada^[N1.] (Villalobos, 1992b: 43).

O problema, segundo Villalobos, está no papel determinante que o Estado tem para algumas forças da esquerda, posição que deve-se abandonar porque:

En realidad, el supra papel político y económico del Estado fue una deformación antidemocrática del socialismo estatista y de las dictaduras militares capitalistas del Tercer Mundo. **En ese sentido, la democratización del Estado y la hegemonía de la sociedad civil son una revolución** (Villalobos, 1992b: 43).

Junto com os mecanismos de transferência de poder à sociedade civil, Villalobos assinala 4 áreas onde se deve continuar trabalhando para a modificação das relações do poder: 1) a "reforma policial", 2) a "reforma militar", 3) a "reforma judicial" e 4) a "reforma eleitoral". Esta situação de um maior equilíbrio nas relações de poder significa, segundo Villalobos, que:

...en El Salvador se ha producido una muerte dolorosa y lenta de un esquema dictatorial en el marco de un equilibrio y una correlación distinta a la de otros países que han vivido procesos similares. No se trata ni de victoria insurgente ni de victoria contrainsurgente, no se puede decir que ganó el capitalismo neoliberal, ni el socialismo estatista, el final desdibujó la caracterización ideológica muy a pesar de que se produjo una revolución real y profunda (Villalobos, 1993: 2).

Quizás lo más importante del final negociado del conflicto salvadoreño es su incidencia en términos del poder de la sociedad civil. Tradicionalmente los conflictos militares terminan con un vencedor militar y con un suprapoder del Estado que abre un nuevo conflicto. Las revoluciones contemporáneas anteriores fueron así. Esta es la primera revolución sin contrarrevolución (Villalobos, 1993: 5).

Em torno de uma definição não instrumentalista nem essencialista de poder

No capítulo anterior discutimos algumas questões vinculadas ao problema da *Definição ampliada de Estado*, aporte básico da teorização de Gramsci na compreensão do estado "na sua significação integral de ditadura + hegemonia...". Remetemos a essa discussão o fundamento da concepção segundo a qual, o Estado não é simplesmente, nem primeiramente, um *locus* físico-instrumental. Portanto desde o ponto de vista institucional:

...Integran el estado capitalista (...) el conjunto de instituciones vulgarmente llamadas 'privadas', agrupadas en el concepto de sociedad civil y que corresponden a las funciones de hegemonía que el grupo dirigente ejerce en la sociedad ... (Portantiero, 1977: 56).

O Estado deverá ser compreendido, portanto, como:

...El complejo de actividades prácticas y teóricas con las cuales la clase dirigente no sólo justifica y mantiene su dominio, sino también logra obtener el consenso activo de los gobernados..." (Portantiero, 1977: 57):

Assim, é possível assinalar dois elementos básicos da concepção gramsciana do poder:

1) O "poder" é um conjunto de relações sociais: portanto permeiam o conjunto social.

Isto é, o poder deve ser concebido como...:

...una relación de fuerzas sociales a ser modificada, y no como una institución que debe ser "tomada"... (Portantiero, 1977: 22).

2) O "poder" não é um "lugar", um aparato ou conjunto de aparatos a ser "tomado". O poder não está focalizado.

...El supuesto es que el poder no se "toma" a través de un asalto, porque el mismo no está concentrado en una sola institución, el estado-gobierno, sino que , está diseminado en infinidad de trincheras... (Portantiero, 1977: 20).

Portanto, não se trata de "assaltar o poder", mas de conquistar as diversas "trincheiras" nas quais o poder se constitui. Nesse sentido, o pensamento gramsciano pode ser entendido como a elaboração de uma estratégia que supera a antinomia de "revolução" ou "reforma", problema que trataremos mais adiante³.

Se o principal metodologicamente é levar em conta que "poder" não é alguma "coisa" que poder é *uma relação social*, que tipo de relação é esta? Se trata, sinteticamente, de *uma relação que expressa a capacidade de definir objetivos (fins) e de decidir os caminhos e a organização dos meios para a sua consecução*. Isto é, a capacidade de organização das forças materiais e espirituais (homens e instrumentos) para alcançar certos fins previamente (ou tacitamente) definidos dentro de

³ "...La revolución es así un proceso social en el que el poder se conquista a través de una sucesión de crisis políticas cada vez más graves en las que el sistema de dominación se va disgregando, perdiendo apoyo, consenso y legitimidad, mientras las fuerzas revolucionarias concentran crecientemente su hegemonía (...), acumulan fuerzas, ganan aliados, cambian, en fin, las relaciones de fuerzas..." (Portantiero, 1977: 20).

um determinado grupo social. Para o poder cabem estas palavras de Trotsky, citadas por P. Anderson no seu conhecido texto "As antinomias de Gramsci", referidas à propriedade :

... Propriedade é uma relação entre pessoas. Ela representa um enorme poder em quanto desfruta de um reconhecimento generalizado que tem por apoio este sistema de coerção chamado Direito e o Estado...

4

Poderíamos parafrasear esta citação para referirmos ao poder do seguinte modo: *poder é uma relação entre pessoas. Ele representa uma determinada capacidade de definição de objetivos, decisão dos caminhos e organização dos meios para sua consecução, entanto desfruta de um reconhecimento generalizado que se potencia com o apoio do Direito e do Estado.* Neste modo de tratar o problema podemos assinalar dois elementos principais:

1) A fonte do poder é o "reconhecimento generalizado" da sociedade.

2) Este reconhecimento generalizado se reforça no Direito e no Estado que atuam como *apoio*, embora depois apareçam como a sua fonte, deslocando a relação entre pessoas a um segundo plano.

Estas observações devem servir para alertar sobre a reificação comum dessa relação entre pessoas, seja no Direito ou na materialidade do Estado, reificação que encontra a força conformadora desse poder não nesse "reconhecimento generalizado" das pessoas mas na coerção do Estado. Isto é, mais uma vez, tende-se a confundir a fonte do poder com a sua forma legal.

Desse modo de conceber o poder se desprende também que a concentração da propriedade, a constituição de certos aparelhos especiais de força (exército, polícia, etc.) para garantir estas relações e o surgimento de uma certa legislação que a legitima, não pode apagar o fato de que estas relações de poder não se instauram nem com a desigualdade da propriedade, nem com o direito que a legitima, nem com a força que a garante. As relações de poder preexistem a essa situação. A sociedade de classes, enquanto se trata de "poder", é uma rearticulação de relações de poder previamente existentes que conforma o conjunto social, e que não é determinada, direta e mecanicamente, pelas relações de produção nem pelos seus "guardiães", o Direito ou as Forças Armadas. Essas relações têm origem justamente na sociedade como tal, isto é, como forma histórica específica. Neste sentido, a experiência do "mundo socialista" deveria ser por demais demonstrativa. Não são apenas as mudanças nas relações de propriedade as que permitem articular a construção de uma sociedade de novo tipo. O fundamental é a *mudança do caráter das relações de poder que articulam o todo social*. A mudança de *status* jurídico das relações de propriedade (de propriedade privada a um tipo de propriedade "social", a estatal) não construiu nenhum "socialismo", mas, como ficou historicamente comprovado, conseguiu cumprir sim um papel

⁴ In, Anderson, 1986: 42-43. Tomado de: Trotsky, *History of the Russian Revolution*, I, pág. 197.

de "catalisador", de "acelerador de desenvolvimento" e conduziu finalmente, no último período histórico, a um tipo de sociedade que, pela evidência que temos até agora, tende a se enquadrar nos marcos do que conhecemos por capitalismo. Esta experiência histórica nos mostra que: o axioma que diz que a mudança das relações de produção (basicamente a mudança de status jurídico da propriedade, de propriedade privada a propriedade estatal) levaria ao socialismo, é, pelo menos, limitado. Isto é, a nova sociedade não é função apenas da mudança de mãos na posse da propriedade, trata-se de algo muito mais complexo, uma transformação global da sociedade.

Se socialismo significa o fim da exploração do homem pelo homem, fim da alienação, o começo de um mundo onde "o livre desenvolvimento de cada um seja condição do desenvolvimento de todos", então a simples mudança de status jurídico da propriedade não conduz *por si só* até ele. O caráter "não privado" da propriedade é, quanto mais, condição necessária mas não suficiente do socialismo. A experiência do Leste não apenas demonstrou isto, mas que nem o direito nem a força são garantia permanente da sustentação de um tipo de organização social. Por mais esforços que alguns grupos tenham feito para evitá-lo, vimos como se dissolveu nas suas partes constituintes a, até pouco tempo atrás, segunda potência mundial, com todo seu "poder": com seu Direito Soviético, sua Constituição Soviética, e seu poderoso Exército Vermelho, com arsenal nuclear incluído.

II.- Dilemas da transformação social: revolução e reforma; ruptura e processo.

Até fins da década de 60, o pensamento da esquerda política nas nossas terras fundou seu projeto de transformação social no paradigma de revolução consolidado sob a forma da revolução bolchevique de 1917. A América Latina, com suas inúmeras diferenças nacionais, foi um território onde o imaginário político da esquerda construiu seu ideal de transformação social nos marcos da tradição inaugurada por esta revolução. A Revolução Cubana acrescentou a este modelo um exemplo histórico local de enorme atrativo e influência. Porém, por uma multiplicidade de razões, operou-se o desgaste, a erosão e, posteriormente a inutilidade e o fracasso das estratégias de tipo "insurrecionalista" na maioria dos países latinoamericanos, processo que parece chegar a um ponto culminante na década de 80. O fim do último ciclo das ditaduras militares e o advento de um processo "democratizador" em nossos territórios, pode ser visto, talvez, como o começo de um fim (em relação à presença como projeto político do velho paradigma "marxista-leninista"), que acabou de chegar com os efeitos da queda do "mundo do leste".

A partir principalmente da obra teórica e política de Lenin, se tematizou de forma sistemática no ambiente teórico da esquerda o que ficou conhecido como "teoria da revolução". Aos tradicionais conceitos do materialismo histórico, esta teoria acrescentou uma série de traços, tomados

fundamentalmente da revolução russa, que especificavam os problemas prático-políticos da revolução. Esta teoria continha, resumidamente:

1- Uma teoria das "condições" para a revolução, que implicava uma certa correlação entre condições "objetivas" e "subjetivas". As condições "objetivas" falavam essencialmente do desenvolvimento "suficiente" do capitalismo e isso significava, em primeiro lugar, o desenvolvimento da **base material suficiente** e da "**classe operária**" como principal força motriz da revolução socialista. As condições "subjetivas" eram tratadas em duas direções principais: uma "teoria das forças sociais motrizes" da revolução e uma "teoria da vanguarda" ou do "partido revolucionário". A teoria das forças sociais motrizes fundava-se em dois conceitos chaves: (i) o papel central da classe operária e (ii) a aliança desta com outras classes *não antagônicas*, em primeiro lugar o campesinato pobre e, em segundo lugar, a pequena burguesia urbana. A teoria da "vanguarda" ou do "partido revolucionário" baseava-se na idéia da necessidade da direção e organização do processo revolucionário a partir da elite mais consciente do movimento operário e revolucionário e a submissão do conjunto do movimento social transformador ao "estado maior revolucionário" organizado no partido. O princípio básico de organização deste "estado maior - vanguarda - partido" era o "centralismo democrático", considerado como princípio que refletia o nexo dialético conhecimento-transformação do mundo.

2- Uma "teoria do Estado" concebido em sentido restrito-instrumental, como "aparelho burocrático-militar a ser tomado e destruído". Sobre as suas cinzas construiria-se o novo Estado;

3- Uma "teoria da crise do Estado" um pouco mais complexa que a sua teoria do Estado, que tinha como ponto culminante a crise social generalizada, onde "os de cima não podem e os de baixo não querem" sustentar o estado de coisas existente.

4- Por último, uma "teoria da revolução" propriamente dita, como "tomada do poder político + posterior transformação da estrutura econômico-social": o primeiro momento explosivo, a "tomada do poder", o segundo, dependente do primeiro lógica e temporalmente, mais dilatado no tempo. O primeiro momento seria relativamente mais "simples" de realizar nas sociedades capitalistas menos desenvolvidas, sociedades de tipo "oriental" segundo Gramsci, e mais difícil nas desenvolvidas; o segundo, mais complexo nas sociedades atrasadas e relativamente mais fácil nas sociedades capitalistas avançadas (sociedades de tipo "ocidental", na conceitualização gramsciana), uma vez que o "socialismo" era considerado, na sua primeira etapa, como "uma mudança de mãos" na administração da riqueza social. O conceito básico nesta teoria da revolução, era o de "**ditadura do proletariado**", a tal ponto que se pode dizer que esta "teoria da revolução socialista" é, na verdade, uma "teoria das condições de realização da ditadura do proletariado".

Uma proposta alternativa que pretendesse continuar a falar em "revolução" ou em "transformação radical" da sociedade devia criticar estes elementos e construir novos conceitos para os problemas anteriores. Vejamos as respostas que encontraram as forças estudadas.

O PT e o conceito de "revolução"

Uma das "qualidades" permanentemente repetidas pelo PT é a de ter sido, desde o seu nascimento, crítico do modelo de transformação social e do paradigma de sociedade gerado nos países do "socialismo real". Essa crítica ficou registrada nas resoluções do 1º Congresso da seguinte maneira:

...O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo para o Brasil os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado (PT, 1991: 25).

Ao mesmo tempo, o Congresso assinala o fato de que "estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas iniciado a partir da Revolução Russa de 1917 e do modelo de sociedade por elas gerado" (PT, 1991: 12-13). Mas este fato não é sinônimo, nos documentos do Congresso, de abandono do ideal transformador radical, "revolucionário". Muito pelo contrário, o Congresso adverte que:

...Num país como o nosso em que metade da população vegeta à margem da cidadania, são mais justas e necessárias do que nunca as lutas de libertação dos explorados e oprimidos. Num país como nosso, a indignação é a maior das virtudes cívicas - e a revolta é a atitude ética por excelência (PT, 1991: 28).

E, se coloca, portanto, alheio à proposta social-democrata, arguindo as características radicais das transformações que o país necessita.

...O PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira...

...A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente - o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que politicamente acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo (PT, 1991: 35).

Mas, que significa para o Congresso uma "ruptura radical" com a ordem econômica, política e social vigente? Nas resoluções de "ruptura", se utiliza, muitas vezes como sinônimo de "revolução". Mas, que tipo de revolução?

Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade,

enfrentam-se com o "status quo" vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas (PT, 1991: 38).

Isto porque...

Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem (PT, 1991: 38).

Encontramos duas características marcantes na reflexão sobre a revolução no 1º Congresso, opostas ao clássico paradigma de esquerda^[N2.]. Uma delas já mencionamos: uma concepção aberta do "poder" que significa que este já não é pensado como *concentrado* nos aparelhos de Estado. Nessa concepção, como vimos, o governo e os aparelhos deliberativos e repressivos do Estado Burguês, apesar do seu peso e importância, já não são "todo" o poder. Em segundo lugar, a "conquista do poder" é pensada como um processo de "acúmulo de forças" de longa duração. Mas, diferentemente do velho paradigma, que pensava esse acúmulo de forças como o processo durante o qual o "partido revolucionário" ganhava a consciência e a direção das organizações do movimento operário para a posterior "tomada do poder" (que era visto concentrado no Estado), aqui esse acúmulo de forças é pensado como um *processo de construção* de poder, processo que o Congresso denomina, como vimos, de "disputa de hegemonia".

...Ao longo dos últimos anos avançou bastante no PT a compreensão sobre nosso caminho para o socialismo, vale dizer sobre a estratégia global do Partido. Vem sendo incorporados, nesse período, à prática e à teoria do Partido, elementos básicos dessa estratégia, como o lugar central da luta de massas no combate à exploração capitalista e ao autoritarismo das elites; a necessidade de construir uma ampla rede de organizações populares; o papel estratégico dos movimentos sociais e populares e de um partido de massas com o PT; a combinação das mais variadas formas de luta; a articulação entre o campo e a cidade; a constituição de um bloco político e social, soldado na luta comum e nas alianças necessárias à construção de uma alternativa democrática popular; a perspectiva internacionalista e a compreensão da democracia como valor permanente para os trabalhadores...

A classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia. A disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil... (PT, 1991: 36) (Negritos nossos).

É interessante anotar que, a partir deste pensamento e da avaliação do significado dos resultados eleitorais de 1988 e 1989, o Congresso coloca "na ordem do dia" o papel central que, nesse processo de construção da nova hegemonia, tem a construção de uma nova correlação de forças no nível do Estado e a disputa do Governo Federal nas eleições gerais de 1994.

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada basicamente como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa necessariamente a incluir a disputa pelo Governo Federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais (PT, 1991: 39).

Finalmente é necessário colocar a compreensão que o Congresso tem das relações entre "processo" e "ruptura", e entre "poder político" em sentido restrito e "hegemonia" no sentido mais permanente de articulação dos múltiplos interesses dos setores reformadores:

Se não visualizamos a conquista do poder como um "assalto ao Estado", tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialista dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente, até no Leste Europeu (PT, 1991: 37-38).

A conquista do poder político é um momento da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. **A conquista do poder pode significar a vontade da maioria, mas não é sinônimo de hegemonia política com base no projeto global, e muito menos ideológica e cultural.** Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder de modo a compreender as diversas contradições materiais, políticas e ideológicas que permanecerão existindo mesmo entre os setores sociais revolucionários... (PT, 1991: 52).

Se é verdade que esta concepção que constrói o 1º Congresso traz elementos alternativos para a elaboração de um novo modo de pensar o processo de transformação social, também é verdade que o partido teve enormes dificuldades para a sua construção na sociedade. Uma transformação como a que o partido propõe para o Brasil, visando um possível acesso ao poder do Estado em 1994, requeria, como expressara Gramsci, "uma concentração inaudita de hegemonia". Para isto, e ao mesmo tempo, o PT deveria ter ampliado o seu espaço nos movimentos sociais e, junto com isso, construído um amplíssimo leque das alianças políticas necessárias apoiado na mobilização social. Todo indica que estas condições não foram construídas, criando-se um quadro complicado para as próximas realizações.

A FMLN e a "Revolução Democrática"

Como vimos, o debate principal dentro da esquerda salvadorenha, durante toda a década de 70, teve como divisor de águas a definição da luta armada como "via principal da revolução". Em termos de organizações, a discussão era entre o PCS que defendia a possibilidade da via não-armada, argumentando que não se havia esgotado o caminho eleitoral, e as organizações armadas atuantes desde 1970. Outros debates, como o *tipo de revolução armada* que era necessária (guerra popular prolongada, exército guerrilheiro regular, etc), apesar de violentas, eram secundárias comparadas com o tema central da "via". Nos dizia Jorge Melendez ao respeito:

...En el país lo que era la izquierda tradicionalmente, fue el PC. Y en los años 70 se da una ruptura en torno a las vías por las cuales hay que luchar, se plantea la necesidad de la lucha armada, frente al PCS que planteaba la necesidad de la lucha pacífica, la acumulación de fuerzas; esperar el momento; que había que crear las condiciones subjetivas; que había condiciones objetivas, pero que el pueblo no estaba preparado, etc., etc. Luego se decía que no había condiciones geográficas para hacer la lucha armada. Al final de cuentas,

em esse período a discrepância e o debate de la izquierda fue entre el que estaba por la lucha armada y el que no estaba por la lucha armada (Entrevista, 24-4-93. In, Análisis, 1993: 60).

O surgimento da FMLN significa a resolução dessa polêmica na esquerda em prol da definição da luta armada como via da revolução em El Salvador. E não apenas em El Salvador, se levamos em conta a seguinte definição de Schafik Handal em 1981, na qual generalizava o caminho armado para América Latina:

Si de lo que se trata es de que madure en América Latina la revolución socialista, hay que arrebatárselo el poder a la burguesía, hay que destruir el aparato burocrático-militar de la burguesía; **esto en las condiciones actuales, y lo será así por muchísimo tiempo, no puede realizarse por vía pacífica.** En América Latina esta tesis ha sido comprobada por la experiencia de dos revoluciones triunfantes y por la derrota de dos intentos de consumir la vía pacífica, en los dos países más democráticos del continente: Chile y Uruguay... (Handal, 1981: 25) (Negritos nossos).

Desde o ponto de vista do tema que nos ocupa nesta seção, a criação da FMLN significou a unidade da esquerda em torno de uma saída estratégica à crise salvadorenha de fins dos anos 70, embora cada partido mantivesse a sua forma particular de ver o caminho armado, já que, como nos dizia o dirigente do partido RN, Raúl Hércules, "*siempre hemos dicho en el interior del Frente: cinco tácticas para una sola estrategia. Y esa ha sido la riqueza*" (Entrevista, 23-3-93. In, Análisis, 1993: 39). As discrepâncias entre essas "cinco táticas" nunca foram pequenas no Frente; a convivência das cinco forças foi um trabalho árduo que exigiu uma visão flexível das opiniões táticas de cada partido nos marcos de uma visão comum sobre a saída estratégica, que era predominantemente a concepção da revolução como "assalto ao poder", através de consecutivas vitórias militares sobre o exército salvadorenho. Logicamente os modelos imediatos eram Cuba e Nicarágua.

Porém, é necessário lembrar que desde começo dos anos 80, a aliança FMLN-FDR, a força dirigente do projeto transformador, tinha colocado na agenda política a questão da solução negociada do conflito. Mas, qual era o *status* que a posição de solução negociada tinha numa organização como a FMLN, cujas forças componentes declaravam seu objetivo socialista, e a conquista armada do poder político como modo de implantá-lo? Que podia significar para tal força um "acordo político" com um Governo e um Estado que tinha decidido destruir? É importante para as respostas destas perguntas, levar em consideração os depoimentos dos principais dirigentes da FMLN sobre a história da proposta de saída negociada. Nos dizia o Secretário Geral do PRTC, Francisco Jovel:

El debate en el FMLN sobre los alcances de lo que se podría llamar una victoria revolucionaria, fue de manera permanente un debate siempre vivo. (...) En diferentes momentos dentro de los 12 años de guerra, se puso a la orden del día la cuestión de tratar de discernir los alcances de la posible victoria, e incluso en el caso de que se pudiera llegar a tomar el poder por la vía armada. De tal manera que esto fue dando la pauta para las discusiones de lo que se llamó la "concepción estratégica de la solución negociada", y si hacemos un recuento, esto estaba planteado desde prácticamente el comienzo. Desde luego que en algunas organizaciones

más, en otras menos, y dentro de cada organización, en unos dirigentes más, en otros menos, se le daba o no credibilidad a que los alcances del proceso revolucionario no fueran los alcances de lo que al menos uno tiene en la cabeza sobre lo que es una revolución clásica, a la manera de lo que fue la Revolución Francesa, o la Revolución Bolchevique, o la Cubana. Y en esto influyeron una serie de factores, fundamentalmente un factor importante fue la experiencia que nosotros estábamos analizando cotidianamente, de la Revolución Sandinista.

La pregunta siempre estuvo a la orden del día: se debe tratar de impulsar una revolución a la manera de esas revoluciones para que después sobrevenga una larga, difícil lucha contra la contrarrevolución. O, mejor dicho, uno se preguntaba: podemos o no podemos ganar en un enfrentamiento directo no sólo con los EEUU, aunque él fuera el protagonista principal de un enfrentamiento contrarrevolucionario, sino contra una unificación cada vez más fuerte y férrea de diferentes círculos contrarrevolucionarios de Centroamérica e incluso de América Latina?

P.- Estas preguntas estuvieron desde el principio?

Siempre estuvieron, latentes muchas veces y expresas en otras oportunidades en la discusión. Y, voy a decir aquí algo que también puede ser confirmado históricamente: el primer gran debate sobre estos temas se tuvo, en particular con Cayetano Carpio de las FPL. Cayetano Carpio, más propendía a hablar de negociación en un sentido eminentemente táctico, en un sentido de estratagema, que en un sentido de concepción estratégica sobre un posible desenlace. Pero eso, cuando en 1982, después de múltiples y amplias consultas de la Comandancia del FMLN con las Comisiones Políticas de los partidos del Frente y otros cuadros se llegó a diseñar la solución negociada como un componente estratégico de nuestra lucha, Salvador Cayetano en su condición de Secretario General de las FPL, firmó las reservas a esa concepción. Esto es en la segunda mitad del 82 y generó una profundización de los propios debates internos dentro de las FPL y todos sabemos que en 1983, tuvo un desenlace trágico, obviamente condenable y totalmente indeseable⁵.

Una vez que sucedió ese desenlace, se siguió militando esta visión de solución política negociada. Pero en diferentes momentos y oportunidades, en dependencia un poco de cómo se apreciara la coyuntura, se hizo énfasis en esa concepción estratégica o, en otros momentos, se hizo énfasis en la posibilidad de una revolución al estilo clásico. Particularmente fueron importantes los debates que surgieron en el FMLN después del diálogo de La Palma y Ayagualo, en 1984.

Sin embargo, para 1987, en el marco de lo que el FMLN llamó la "preparación de la contraofensiva estratégica" que fue un gran esfuerzo que se vino haciendo desde finales del 87 y 88 hasta cristalizar en la ofensiva del 89, volvió a tomar auge la cuestión de una revolución a la clásica. Sin embargo, nunca estuvo ausente la cuestión de si, aunque tomásemos el poder en el sentido clásico sería factible impulsar una revolución de ese tipo. La discusión siempre estuvo en el fondo. Ahora bien, en el entusiasmo de la contraofensiva estratégica, ya cerca de noviembre del 89, yo diría incluso que como motivador psicológico primario para hacer un esfuerzo de gran magnitud, se perdió, se desdibujó un tanto, esa discusión de fondo que había venido habiendo en el FMLN.

P.- Ahora, un detalle que aparece hacia afuera del FMLN es el siguiente: por más de que siempre haya estado en tesis la salida negociada fueron más manifiestos los esfuerzos por elaborar los caminos hacia una solución clásica, y se veían poco claros, casi nada hacia fines de la década los esfuerzos por explicar cómo sería la solución negociada. Entonces, cómo y cuándo se percibe que se necesitan poner en el centro nuevos conceptos?

Los conceptos también tienen su proceso de elaboración. Pero yo diría que indudablemente a la luz de los resultados de la ofensiva del 89 estos se vieron necesariamente más afinados. Yo no me atrevería a decir que el FMLN tenía una firme concepción, sino que lo que existía era, como te dije, un debate muy vivo, muy

⁵ Ver nota suplementar Nº 10, cap. 2.

activo, pero no había una "toma definitiva de partido". Era como trabajar con la revolución sobre dos posibles carriles, dos eventuales caminos (Entrevista, 3-4-93. In, Análisis, 1993: 21-22).

Por su parte, el dirigente del partido FPL, Facundo Guardado, nos decía que la construcción de la solución negociada con el FMLN, debe ser pensada como un proceso que tuvo cuatro momentos principales:

...En 1981 se comienza a hablar de una solución política. Las primeras discusiones de ese tipo se tuvieron entre el FDR y el FMLN desde noviembre de 1981 hasta enero 1982, y se logró un programa básico para una solución política negociada del conflicto, que era una fórmula de consenso entre FMLN y FDR. Pero luego la guerra se recrudeció, nosotros en los años 82 y 83 tuvimos importantes éxitos militares, y creo que se fortaleció en ese período en el Frente la idea de una victoria militar; combinada con una solución negociada, pero ante todo, apostarle a una victoria militar.

Cuando se dan las pláticas de La Palma y Ayagualo con Duarte en el 84, yo creo que de parte de ambos lo que se buscaba era respaldo político, nacional e internacional a una idea de cómo darle una solución final al conflicto, pero que pasaba por una victoria militar (...) Estas conversaciones buscaban mejorar las posiciones políticas, pero no existía una convicción de una solución política negociada.

El otro momento fue el de las conversaciones que se iniciaron en 1987, que se realizaron en la Nunciatura de San Salvador. El Frente no estaba preparado para una solución política negociada en ese momento. Había organizaciones dentro del Frente que tenían demasiados temores sobre entrar a las conversaciones de paz. Consideraban que esto iba a tener un efecto desmovilizador en la base simpatizante de la revolución. Pero tampoco el gobierno estaba preparado para arribar a una solución negociada. Hay que acordarse que todavía estaba la administración Reagan. Durante los 8 años de la administración Reagan, esta administración apostó a la derrota militar; y por muy buena voluntad que existiera en el Frente, una solución política negociada en ese momento para la administración política norteamericana era sinónimo de rendición. Que la rendición podía ser más o menos adornada, es otra cosa; pero era rendición, no pasaba por ningún cambio de ningún tipo, en el país, ni siquiera por una reducción significativa del ejército.

Para el 88 y el 89 antes de la llegada de la administración Bush, la administración Reagan comenzó a crear toda una expectativa de victoria. Que "la derrota del Frente sólo era una cuestión de días", decían; que era una cuestión de tiempo, teniendo en cuenta la crisis que se estaba generando en el campo socialista, y las repercusiones negativas que iba a tener sobre esta revolución. Y habían logrado crear mucha confusión a nivel de imagen, de percepción en la comunidad internacional, muchas dudas sobre las posibilidades de éxito de nuestro esfuerzo político militar. Si bien algunos estrategas norteamericanos ya hablaban de que era imposible ganar la guerra, no existía una convicción de que esa guerra no podía ser ganada militarmente; los militares salvadoreños no estaban convencidos de eso.

Cuando se diseña ya de manera definitiva la ofensiva del 89, ya comienza a alegarse "ofensiva para solución negociada". Nosotros nunca descartamos una victoria militar con la ofensiva del 89, era parte de nuestros objetivos; pero el objetivo más importante era cambiar toda la percepción que se había creado sobre el Frente. Porque si bien a nivel de nuestra fuerza, materialmente, estábamos bien, no se percibía afuera por los gobiernos ni por nuestro enemigo mismo...

Ahora, el diseño del programa de la negociación, y más que nada la convicción de entrar en serio a una solución política negociada, entra juntamente con el diseño y el lanzamiento de la ofensiva del 89 (Entrevista, 12-4-93. In, Análisis, 1993: 43-44).

Como vemos neste depoimento, esse jogo com as duas "teses" estratégicas aparece mais claramente definido no momento decisivo da guerra, na ofensiva de 1989. Segundo Raúl Hércules (RN), na preparação da ofensiva, o objetivo estava claramente escalado da seguinte forma:

...Fueron dos grandes definiciones que tomamos allí: 1- La toma del poder sería por asalto, para lo cual nosotros habíamos hecho toda una acumulación política, material, objetiva y subjetiva. A pesar de eso no logramos ese propósito. Pero teníamos una segunda alternativa. 2- El fortalecimiento de la vía de la solución política negociada al conflicto. Entonces, si no pegábamos en el primer objetivo teníamos el segundo. Por más mal que nos fuera en el primer objetivo, fortalecíamos 100% la vía de salida política negociada, y eso fue lo que se logró con esa ofensiva. O sea, ya estaban las dos tesis, la militar y la política (Entrevista, 23-3-93. In, Análisis, 1993: 39).

Já dizíamos que a ofensiva de novembro de 89 e seus resultados são o elemento decisivo para a opção séria e definitiva pela solução negociada por parte de ambos os lados que não estavam convencidos disto até esse momento, cada qual com razões próprias. É que as circunstâncias, particularmente dramáticas, deixaram claro que essa era uma guerra que nenhuma das forças podia ganhar pela via armada. Segundo Jorge Melendez:

La ofensiva del 89, coincide con todo aquel debate de la perestroika, que culmina en la catástrofe del bloque socialista, y se desata toda aquella crisis.

Nosotros no logramos el propósito estratégico de la ofensiva que era la negociación en ese momento, sino que se queda en una situación, yo diría de "trauma". Fue tan generalizada, tan fuerte, tan concentrada la guerra en esos días en las ciudades principales, que el país entero, la población, el gobierno, los militares, los diplomáticos, todo el país se traumatiza.

La misma guerrilla tiene centenares de muertos y miles de heridos en dos semanas. Mueren los jesuitas, bombardean la capital, bombardean San Miguel. Recuerdo que el Frente en su conjunto sacó una lista de 400 muertos. Pero esto no es completo. Yo estimo que el Frente puede haber tenido entre 500 y 600 muertos y unos 2000 heridos en total. Pero lo más duro es que esto es concentrado, en pocos días.

Se junta todo en ese momento: el propósito buscado que no se logra, el bombardeo a las ciudades y el derrumbe del socialismo, que era en lo que habíamos educado a la gente y con el cual nunca habíamos entrado en una ruptura... (Entrevista, 24-4-93. In, Análisis, 1993: 62).

Portanto, segundo Facundo Guardado concluída a ofensiva de 89, criou-se um sentimento generalizado na FMLN sobre o fato de que esse era o momento mais oportuno, para levar adiante a proposta de solução negociada:

Yo creo que ahí sí, se crea como una convicción muy firme. Primero porque estábamos bien; segundo porque éramos conscientes de que un esfuerzo de la magnitud del que habíamos realizado era imposible realizarlo un año o dos años después.

El ejército no podía exterminarnos militarmente, eso era imposible; pero tenía capacidad de resistencia. Vos lo golpeabas, una y otra vez, y se volvía a levantar. Eso fue lo que los norteamericanos lograron fundamentalmente, darle capacidad de resistencia. Y nosotros no teníamos la suficiente fuerza para vencer esa capacidad de resistencia del ejército; para mí eso estaba muy claro.

No quiero decirte con esto que cuando trabajé en el diseño de la ofensiva y estuve en la ofensiva, no creí en la posibilidad de una victoria militar. Claro que creía. Y había que creer, no era un juego...

...Pero aún con los resultados que tuvo la ofensiva, no todo el mundo estaba preparado dentro del Frente para una negociación de verdad. Yo creo que todavía 15 minutos antes de la firma de los Acuerdos de Paz no todo el Frente estaba preparado para eso. Y firmados los Acuerdos, a 16 meses de ese hecho, todavía hay cosas que no son asimiladas (Entrevista, 12-4-93. In, Análisis, 1993: 44-45).

É importante finalmente, neste ponto, levar em consideração os seguintes depoimentos de Guardado, que, consultado sobre se a saída negociada era a única possível e ainda a mais pertinente, ou se, como afirma uma parte da militância da FMLN, os Acordos foram um erro político e era possível continuar a guerra e criar condições para ganhar mais adiante, nos dizia:

Para esta generación de revolucionarios que tomamos las armas no. Quizás para otras que la hubieran seguido sí.

Yo creo que, condiciones para continuar la guerra teníamos, para cinco o diez años más. Pero el problema no era continuar haciendo la guerra. El problema era y ha sido siempre, asegurar que con la guerra alcanzás unos determinados propósitos por los cuales consideraste en un momento necesario y justo hacer una guerra.

...Pero llega un momento en que uno tiene que pensar con responsabilidad histórica. Cuando hay que dar órdenes porque tú y tus compañeros, creen, están convencidos, que aún con los costos que puedan tener vas a alcanzar algo superior de lo que has logrado, esas decisiones se toman. Pero cuando hay que seguir dando órdenes en las cuales sabes que vas a perder vidas valiosas, y no vas a mejorar tus posiciones, eso no tiene sentido.

Yo creo que lo que ahora está pasando lo está mostrando muy claramente: los golpes que con los Acuerdos y con toda la actividad política, se le está dando al aparato militar, no se los hubiéramos podido dar con más operativos militares de nuestras fuerzas. Y en esto yo creo que es importante diferenciar entre lo que dice el corazón y lo que es la realidad. Yo creo que, de corazón, todos hubiéramos querido haber ganado esta guerra. Y creo que el ejército también, en su corazón hubiera querido ganar. Y los estrategas militares norteamericanos también. Y el General Bustillo con todo su poderío aéreo también; le latía muy fuerte el corazón y ahora se le enjuta al saber que eso no fue posible. Pero esa es la realidad, y hay que aceptarla.

...Creo que lo que pasa es esto: nosotros ganamos la guerra. Pero hay quienes no se dan cuenta ni quieren darse cuenta. Porque el concepto de victoria está asociado con la caída de todo el aparato, con la caída de los cuarteles, con miles de prisioneros, con miles de armas, con las tropas revolucionarias entrando desfilando triunfalmente en las calles y la gente sobre los tanques enemigos cantando victoria. Así uno ve la Revolución de Octubre, la Cubana, la Sandinista (Entrevista, 12-4-93. In, Análisis, 1993: 44-45).

Apesar da forma armada da luta da FMLN desde 1981 até 1990, a saída negociada ao conflito esteve permanentemente presente, embora o significado daquilo que seria um final negociado fosse uma variável altamente indefinida. Portanto, a FMLN reclama das colocações que vêm a saída negociada como uma necessidade forçada pela conjuntura, dado que desde o primeiro momento da guerra a proposta a saída política entrava, de algum modo, no horizonte da proposta da Frente. Esta questão nos leva ao ponto crucial dentro da FMLN, da avaliação do resultado de 22 anos de luta armada e 12 anos de uma "guerra revolucionária" que acaba com uma saída negociada com as características e resultados mencionados. As posições dentro da FMLN estão divididas a partir da valoração das transformações alcançadas com os Acordos de Chapultepec. Uma pergunta -

esquemática, mas eficiente- permite que aflore o divisor de águas nas posições: houve ou não houve "revolução" em El Salvador?

Encontramos as posições mais claramente afirmativas nas colocações do PRS e da RN. Diz Joaquín Villalobos:

Es claro que los Acuerdos de la negociación marcan el inicio de la Revolución Democrática. Constituyen cambios excepcionales y dramáticos que abren las condiciones a una nueva correlación de fuerzas. De no ser cierto, esto significa que la revolución está pendiente, que falta un nuevo momento de cambios bruscos, excepcionales y dramáticos que rompan el orden establecido. Pensar de esta última manera establece que la nueva legalidad lograda en base a los Acuerdos debe ser rota y que, por lo tanto, hay que prepararse para una nueva confrontación.

Por lo único que podría llegarse a la confrontación y la guerra es el incumplimiento de los Acuerdos por parte del gobierno y la Fuerza Armada. La lucha hoy es porque se cumplan los Acuerdos y esto implica que hay que defenderlos hasta las últimas consecuencias. Pero **los cambios que faltan, si bien son transformaciones revolucionarias, se lograrán por la vía cívica y utilizando los mecanismos creados en los Acuerdos mismos** (Villalobos, 1992a: 3).

A resposta é clara: o resultado da guerra foi um triunfo das forças revolucionárias, e o "início da Revolução Democrática", revolução que deverá ser aprofundada "gradualmente, pela via pacífica e utilizando os mecanismos criados nos próprios Acordos". Esta posição de Villalobos é apoiada pela posição de Fermán Cienfuegos:

La Revolución Democrática es parte del Proyecto Nacional y se inicia con los resultados de los Acuerdos de Chapultepec del 16 de enero de 1992. Puede resumirse que el inicio de la Revolución Democrática ha hecho los cambios del Estado, la sociedad y un pequeño segmento de la economía; quedando la educación y la cultura con un resago en el conjunto de cambios estructurales de estas reformas de 1992 (Cienfuegos, 1993: 23).

Destaquemos em segundo lugar, as posições daqueles que têm uma visão menos "otimista" destes resultados. É relevante para tal objetivo começar com um trecho da entrevista que realizamos com Schafik Handal, onde aparece claramente a questão:

P.- Los materiales del VIII Congreso muestran lo que me parece una cierta vaguedad en el tema de la evaluación de los resultados de la guerra de 12 años. A la pregunta de si hubo o no revolución en El Salvador, de si se considera cumplido el programa de la Revolución Democrática de septiembre del 90, el texto es ambiguo. Plantea que la guerra, la negociación y los acuerdos han iniciado en el país un proceso de revolución, pero, la revolución se tiene que "consumar". Cómo es eso?

Eso no es ambiguo, eso es completamente claro. Eso nos diferencia de quienes sostienen que la revolución se realizó. Y nosotros creemos que no se ha realizado, que necesita consumarse, y que entró en un proceso muy peculiar de realización. Y en esos materiales se habla de cuáles son las tareas a cumplir para que se consuma. Y, el centro de esto tiene que ver con resolver el problema del poder.

...Estamos ante un proceso fuera de serie, de un proceso que tiene sus peculiaridades, y una de ellas es esa, el que **no se resuelve el problema del poder en un solo acto**, para decirlo de algún modo, que **hay una serie de cambios que se adelantan a la solución del problema del poder, y que esto genera cierta**

gradualidad en algunos aspectos. Pero la gradualidad y el salto son dos cosas inseparables en todo proceso social y político incluso en todo proceso natural.

...Nosotros estamos diciendo que no se ha consumado la revolución; que hay un proceso de inicio pero que este debe ser llevado hasta su consumación. Resulta que nosotros estamos ante un proceso que no puede meterse en ninguna casilla. **Es un proceso muy peculiar, de una guerra revolucionaria que no termina con un desenlace ni de derrota, ni de victoria total, sobre todo de una victoria en términos de poder, pero que sí termina como una victoria política.**

...Los Acuerdos son una victoria política que le da al proceso revolucionario una fuerza grande, y que sienta condiciones y posibilidades. Pero no hay que confundir eso, a nuestro juicio, con la consumación o no de la revolución. Porque estamos ante una situación en la cual existen posibilidades de una asimilación de las fuerzas revolucionarias por el sistema existente, sin cambios realmente de calidad, y con posibilidades de que viejas estructuras, que no han sido todavía cambiadas a fondo, y que sólo se pueden cambiar desde posiciones de poder, pero que fueron afectadas superficialmente, no sólo se mantengan, sino que, después de pasar esta experiencia, encuentren formas mucho más duras y se vuelvan más eficaces desde el punto de vista reaccionario.

P.- Eso significa en tu opinión, que el resultado de 12 años de guerra revolucionaria fue la apertura de un proceso de reformas, que necesariamente deben profundizarse?...

...Y la creación de posibilidades para que la revolución se consume por otra vía.

P.- Quiero llegar a eso. Una de las cosas que hizo clásico tu trabajo del 81, fue el poner el acento en la vía armada de la revolución, en despejar una serie de ilusiones que había sobre la vía pacífica. Ahora bien, este proceso de 12 años de guerra cruenta, que en la opinión de ustedes no termina en una revolución, sino con el inicio de un proceso de reformas, crea las condiciones para la continuación de este proceso por vía política, por vía pacífica. Es más, en los materiales del Congreso se dice "la consumación de la revolución, esto es, la revolución misma". Esto significa que la revolución caminaría de aquí en adelante por carriles políticos, pacíficos. Cuál es el balance que vos hacés ahora, 12 años después, de este problema de las vías de la revolución, teniendo en cuenta que en aquel momento planteabas que "la revolución que madura es socialista, y ahora y durante mucho tiempo más, será por vía armada"?

Es que aquí no se trata de un cambio de vías de la revolución. Se trata de las peculiaridades de una vía. Sigue siendo válido lo que yo dije en aquel tiempo. Sin la lucha armada, que aquí en este país ha sido la lucha armada revolucionaria más larga, más compleja y que ha enfrentado al enemigo más poderoso, sin ese proceso de lucha armada, no estaríamos ni hablando de esto que estamos hablando. Ni estaríamos sentados aquí. Es que no se puede separar una cosa de la otra. No se puede ahora decir, "cómo es esto, tu decías antes que era la vía armada y ahora que es la vía pacífica?". No, no es eso lo que está ocurriendo. Lo que está ocurriendo es que hubo ya un proceso de lucha armada, una guerra revolucionaria de 12 años...

P.- Pero que no acabó en revolución, según la opinión de ustedes, y "la revolución misma" será por vía política...

Exacto. Es decir, la consumación de la revolución será por vía política...

Entonces, aquí habría dos tipos de cuestiones. Primera, si en las condiciones de El Salvador se puede confiar en que el proceso de aquí en adelante siga sólo y exclusivamente por el camino de la lucha política. Yo daría a eso una respuesta en estos términos: nosotros queremos que así sea; creemos que se han sentado bases para que sea así, y algunas de estas bases necesitan profundizarse. Creemos que estamos en un período de transición, y que las tareas de la transición deben reforzar esas posibilidades. Segunda: esto no me lleva a mí a afirmar en términos absolutos que hay que descartar cualquier otra variante, en el caso de que las fuerzas más opuestas al proceso revolucionario logren reagruparse, fortalecerse, y volver a obstruir este

proceso aún en estos pasos de reformas. En esas condiciones -que no pueden descartarse pero que no veo que deban ser consideradas ya, sino no estaríamos haciendo esta apuesta en el camino político-, nosotros no podemos sostener que sea sólo la vía política. Nosotros estamos apostando a la vía política, queremos que no se agote, queremos que la vía política más bien agote al régimen anterior, agote al poder viejo.

Otra pregunta es la de sí en América Latina, en las nuevas condiciones que se han ido creando en el mundo hay o no posibilidades de un proceso revolucionario que por la vía política consume la revolución. Yo para esa pregunta en aquel artículo del 81 daba una respuesta negativa.

...Ahora estamos en otro momento y habría, en primer lugar que replantearse el problema. Hoy el problema está planteado en una nueva situación, en unas nuevas condiciones que hay que tomar en cuenta (...) son cambios tan grandes, que nosotros estamos obligados a calcular cuánto afectan también al planteo de las vías. Yo todavía no tengo una opinión final a ese respecto (Entrevista, 14-4-93. In, Análisis, 1993: 8-10).

Por sua vez, Francisco Jovel, nos dizia, concordando com esta posição de Handal:

Mi opinión, y eso es lo que yo sostengo en este período de discusión al interior de nuestro partido, es que en El Salvador no podemos considerar que haya habido una Revolución Democrática (Entrevista, 3-4-93. In, Análisis, 1993: 23)

Contudo, o depoimento de Jovel acrescenta elementos para a ampliação do espaço de discussão sobre "um novo tipo de revolução". Vejamos:

...Los revolucionarios quizás debamos abrirnos a nuevas ideas sobre lo que es una "revolución". Una revolución es un acto, concentrado en el espacio y en el tiempo, o a una revolución también la podemos apreciar en términos de proceso.

Si fuera así, habría que diferenciar cuando se trata de un proceso revolucionario, y cuando se trata de un proceso evolutivo. Y yo estoy hablando de proceso revolucionario, de manera que no puede concebirse tan estrecho en el tiempo y en el espacio como el concepto clásico de revolución social, ni puede ser tan laxo y prolongado en el tiempo como lo que se puede llamar "proceso evolutivo"...

Pero a estas alturas, a finales del siglo XX, yo soy de la opinión de que no sólo está en juego esa visión leninista, que lleva al extremo algunas ideas de Marx, ni la polémica se reduce a la discusión entre esa tesis y la tesis evolutiva que dió lugar a las tendencias socialdemócratas a finales del siglo pasado y principios de este. A finales del siglo XX surge la necesidad de preguntarse si no podría existir la posibilidad de una tercera vía posible de concreción del objetivo revolucionario. Y no se trata aquí de hacer un ejercicio de punto intermedio, de tratar de ponerse en un punto de equilibrio entre las tesis evolutivas y las tesis de revolución clásica. Se trata de hacer un análisis frío y sin perder de vista que el contexto histórico, económico, político, social, a finales del siglo XX no tiene ni puede tener factor de comparación con lo que existía a principio del siglo (Entrevista, 3-4-93. In, Análisis, 1993: 23-24).

Estas discussões dentro da FMLN, as diversas interpretações sobre aquilo que poderia ou não ser considerado um revolução, as ambigüidades -quase aporias- dos que formulam «o resultado da guerra revolucionária em El Salvador foi o início de uma revolução que deve ser concluída ou "consumada", mas não pode ser considerado que houve "revolução"...», colocam em toda a sua extensão os problema embutidos no conceito de "revolução" com o qual se opera, e a necessidade de passar a pensar com esse outro conceito, sobre cuja necessidade fala Jovel na passagem citada. Ainda não há na Frente uma opinião sintética sobre o problema. Nas novas condições da sociedade é impossível afirmar com certeza se a FMLN caminhará na direção de uma elaboração

comum em torno destes problemas ou se, destas duas grandes posições emergirão duas -o mais-novas forças política. Por agora podemos dizer que é justamente na elaboração desse conceito que a influência da obra gramsciana emerge, explícita ou implicitamente em algumas das forças componentes da FMLN.

Vejamos então, mais detidamente, os elementos centrais da elaboração gramsciana no que diz respeito ao tema abordado nesta seção do trabalho.

Gramsci e um novo paradigma na teoria da transformação social: do modelo "insurrecional" ao pensamento da revolução como "processo".

No final da primeira guerra mundial uma onda revolucionária percorre Europa. A "profecia" marxista se cumpria em parte: uma série de revoluções de caráter proletário tentaram levar a sério as palavras de ordem do Manifesto Comunistas: os "expropriados" de ontem, tornados classe social amadurecida e organizada, mostraram suas credenciais históricas numa irrupção fantástica na vida européia. A revolução do proletariado russo acendia uma fogueira que se estendeu violentamente não apenas na Europa, mas a todos os confins do mundo. A classe operária do velho continente, mais antiga e mais experiente, alcançou os tons mais altos.

Mas, por outra parte, a profecia não se cumpriu. Salvo no caso soviético, isolado, os movimentos da classe operária foram derrotados em toda Europa. A revolução contra o capital fracassou. Resistiu a revolução "contra O Capital", como perspicazmente observara Gramsci em 1918. O ciclo da ofensiva revolucionária que viveu Europa a partir de fevereiro de 1917 teve seus picos decisivos na Alemanha em 1919 e 1921, na Hungria em 1919, na Polônia em 1920 e na Itália no mesmo ano. A derrota dos "espartaquistas" alemães em 1921 põe fim ao ciclo e abre um período de recolhimento que serviu de marco para um aprofundamento da reflexão sobre as novas condições históricas e a revolução.

Derrotada a tentativa revolucionária na Europa desenvolvida, o capitalismo se recuperava da crise política e dava origem ao fascismo e ao nazismo, na Itália e na Alemanha. Ao mesmo tempo se preparava no nível mundial uma nova crise econômica de enormes conseqüências. Dela o capitalismo sairá com duas fórmulas antagônicas: o afiançamento do "americanismo" como tentativa de longo fôlego de readaptação do sistema capitalista às novas condições históricas, e o fascismo e o nazismo, como resposta reacionária. A necessidade de uma virada estratégica na atuação do movimento revolucionário nestas novas condições tinha sido colocada em grandes traços por Lênin, quando proclamava a necessidade de substituir a idéia de "assalto" por uma mais complexa da revolução⁶.

⁶ «El III y IV Congresos de la Internacional intentaron explicitar en las sucesivas "tesis sobre táctica", el viraje que era necesario producir, "del asalto al asedio"...» (Portantiero, 1978: 18).

...Me parece que Ilich había comprendido que era necesario pasar de la guerra de maniobras aplicada victoriosamente en oriente en 1917 a la guerra de posición que era la única posible en occidente (...) donde los cuadros sociales eran de por sí capaces de transformarse en trincheras muy provistas⁷ ... (Gramsci, 1986a: 101).

Essas tentativas, como se sabe, acabaram com a morte de Lênin, quando a revolução entrou na sua fase stalinista. Na sua significação mais universal, as novas idéias tiveram um desenvolvimento original no pensamento gramsciano, especialmente na unidade temática que vai desde "A questão meridional" e as "Teses de Lyon", aos Cadernos do Cárcere"⁸. Em 1931 escrevia Gramsci:

Transformación de la guerra de maniobra (y del ataque frontal) a la guerra de posiciones también en el campo político (...) Esta me parece la más importante cuestión de teoría política planteada en el período de posguerra y también la más difícil de ser resuelta justamente... (Gramsci, 1984b, T3: 105).

Gramsci elabora a sua concepção a partir da discussão do conceito de "revolução permanente". A sua crítica deste conceito se baseia na análise minuciosa das conseqüências históricas de todo o processo da revolução burguesa na França (1789-1871) e a conformação de uma nova situação no mundo, onde a completa transformação do quadro histórico exigia uma readequação do pensamento revolucionário. Uma primeira conclusão é exposta na seguinte passagem:

...Sólo en 1870-71 con la tentativa de la Comuna, se agotan históricamente todos los gérmenes nacidos en 1789, lo cual significa que la nueva clase que lucha por el poder no sólo derrota a los representantes de la vieja sociedad (...), sino también a los grupos más nuevos, que consideraban superada también la nueva estructura surgida de los cambios promovidos. Dicha clase demuestra así su vitalidad frente a lo viejo y frente a lo más nuevo. Además, en 1870 pierde eficacia el conjunto de principios de estrategia y táctica política nacidos prácticamente en 1789 y desarrollados en forma ideológica alrededor de 1848 (y que se resumen en la fórmula de "revolución permanente")... (Gramsci, 1980: 55).

Temos nesta reflexão duas afirmações chaves:

1.- A idéia da "vitalidade" da burguesia (e, portanto, do capitalismo), tanto fase às velhas classes feudais como à moderna classe operária;

2.- A "perda de eficácia" histórica de um conjunto de instrumentos para pensar o processo revolucionário que, sobre a base da experiência francesa, se teorizavam na obra de Marx e seguidores.

Para expressar a mudança da realidade em termos políticos, Gramsci toma uma analogia da arte militar (fato comum na tradição socialista da época) e propõe, para a mudança necessária de estratégia, a fórmula "transformação da 'guerra de manobras e do ataque frontal' em 'guerra de

⁷ "... Sólo que Ilich no tuvo tiempo de profundizar su fórmula, aún teniendo en cuenta el hecho de que podía ser profundizada sólo teóricamente, mientras que la tarea fundamental era nacional, es decir exigía un reconocimiento del terreno y una fijación de los elementos de trinchera y de fortaleza representados por los elementos de la sociedad civil, etc..." (Gramsci, 1980a: 82).

⁸ "Toda la obra de Gramsci, desde entonces hasta el momento de su muerte ha de estar fijada en esa matriz..." (Portantiero, 1977: 18).

posições'...". Sua relação crítica com as teorizações anteriores serão fortemente explicitadas em torno da crítica ao conceito de "revolução permanente", na versão de Trotsky, de quem Gramsci diz "de algum modo pode ser considerado como o teórico político do ataque frontal num período no qual este só é causa de derrotas..." (Gramsci, 1977: 91)..:

...Es necesario ver si la famosa teoría de Bronstein sobre la *permanencia* del movimiento no es el reflejo de la teoría de la guerra de maniobras (...), en última instancia el reflejo de las condiciones generales económicas-culturales-sociales de un país donde los cuadros de la vida nacional son embrionarios y desligados y no pueden transformarse en "trinchera o fortaleza"... (Gramsci, 1980a: 82).

...La llamada "revolución permanente", nacida antes de 1848 como expresión científicamente elaborada de las experiencias jacobinas desde 1789 hasta Thermidor. La fórmula es propia de un período histórico en el que no existían los grandes partidos políticos de masa ni los grandes sindicatos económicos, y la sociedad estaba aún en muchos aspectos, en un estado de fluidez: mayor retraso en el campo y monopolio casi completo de la eficiencia política estatal en pocas ciudades o directamente en una sola (...); aparato estatal relativamente poco desarrollado y mayor autonomía de la sociedad civil respecto de la actividad estatal; sistema determinado de las fuerzas militares y del armamento nacional; mayor autonomía de las economías nacionales frente a las relaciones económicas del mercado mundial, etc. En el período posterior al año 1870, con la expansión colonial europea, cambian todos estos elementos, las relaciones internas de organización del estado y las internacionales se tornan mas complejas y sólidas y la fórmula cuarentiochesca de la "revolución permanente" es sometida a una reelaboración **encontrando la ciencia política su superación en la fórmula "hegemonía civil"**...⁹ (Gramsci, 1980: 101).

A revolução russa de 1917 representa para Gramsci a última expressão, particular, adaptada a circunstâncias históricas concretas, da "guerra de manobras", de "ataque frontal", na Europa. A série de derrotas das revoluções que percorreram Europa no começo do século serviram de "prisma" de análise, mas, longe de ser uma simples constatação, a elaboração gramsciana realiza um estudo detalhado das novas configurações da sociedade burguesa que se encontram na base dessas derrotas, que as explicam e, ao mesmo tempo, dão as premissas para a nova teorização.

...Las estructuras macizas de las democracias modernas, consideradas ya sea como organizaciones estatales o bien como complejas asociaciones operantes en la vida civil, representan en el dominio del arte político, lo mismo que las trincheras y las fortificaciones permanentes del frente en la guerra de posición: toman sólo "parcial" el elemento del movimiento que, antes constituía "todo" en la guerra, etc... (Gramsci, 1980: 101).

...En política subsiste la guerra de movimientos mientras se trate de conquistar posiciones no decisivas, y consiguientemente, no se movilicen todos los recursos de la hegemonía del estado; pero cuando, por una razón o por otra, estas posiciones han perdido su importancia y solo las decisivas la tienen, entonces se pasa a la guerra de asedio, compulsiva, difícil, en la que se requieren cualidades excepcionales de paciencia y de espíritu de inventiva... (Gramsci, 1977: 91).

⁹ Acrescenta Gramsci:

...A propósito del lema "jacobino" formulado en 1848-49 (revolución permanente), su complicada suerte merece un estudio. Retomado, sistematizado, elaborado, intelectualizado por el grupo Parvus-Bronstein <Helphand-Trotsky>, se mostró inerte e ineficaz en 1905 y después, se había convertido en algo abstracto, de gabinete científico. La corriente <leninista> que se le opuso en esa manifestación literaria, sin emplearlo "a propósito", lo aplicó en cambio de hecho en forma estricta a la historia actual, concreta viviente, adaptado al tiempo y al lugar como surgente de todos los poros de determinada sociedad que era preciso transformar, como alianza de los grupos sociales (proletariado y campesinado) con la hegemonía del grupo urbano. En un caso tenemos el temperamento jacobino sin contenido político adecuado, en el segundo, temperamento y contenido "jacobino" según las nuevas relaciones históricas, y no según una etiqueta literaria e intelectualista... (Gramsci, 1986c: 123).

Contudo, as figuras tomadas da arte militar, do "assalto" ao "assédio", ou de "guerra de manobras" à "guerra de posições", apenas nos aproximam ao problema. Trata-se de um "assédio" para um novo "assalto"? Deve-se operar como "guerra de posição" para preparar o "ataque frontal"? Por hora digamos que com estas metáforas se opera a passagem do pensamento da revolução segundo um modelo que podemos chamar "insurrecional"¹⁰, de "ato transcendental" (ato pontual, explosivo), para um modo de pensar a transformação da sociedade sob a forma de "processo". Numa carta a Togliatti, Tasca, e outros de 9/2/1924, dizia Gramsci:

La determinación que en Rusia era directa y lanzaba a las masas a las calles al asalto revolucionario, en Europa central y occidental se complica por todas las superestructuras políticas creadas por el mayor desarrollo del capitalismo que hacen más lenta y más prudente la acción de las masas y exige por lo tanto al partido revolucionario toda una estrategia y una táctica mucho más compleja y de larga duración que las que fueron necesarias para los Bolcheviques en el período entre marzo y noviembre de 1917... (Gramsci, 1981: 201).

Assim, as reflexões de Gramsci nos brindam, segundo Portantiero (1977: 18-20) "*el diseño de una estrategia no reformista ni insurreccionalista de la conquista del poder...*", uma estratégia que "*implica una modificación de los instrumentos clásicos de la acción política...*". Esta nova compreensão da transformação social implica, como vimos, uma crítica à compreensão instrumentalista, reificada, do poder e dá como resultado uma concepção da revolução como o **processo complexo de construção** de uma nova sociedade.

Neste sentido, temos em Gramsci a introdução de uma nova conceitualização do *tempo* nos processos de transformação. O tipo de conceitualização em torno ao conceito clássico de "revolução", contém a idéia de uma temporalidade imediata, instantânea, explosiva do processo revolucionário (aquela que "*lanzaba a las masas a las calles al asalto revolucionario*"); e a atividade *subjéctiva* tem como norma organizadora essa temporalidade. O tempo no modelo "insurreccional" é vivido "angustiosamente" pelos gestores da mudança. Deve-se "apressar", encurtar, o tempo "negativo" da "preparação do assalto e destruição do velho poder" para desenvolver o tempo posterior, "positivo", da construção de uma nova sociedade. O tempo da preparação é um tempo "comprimido", de poucas qualidades: não é tempo de "construção" mas de preparação de uma "destruição", por esse motivo é um tempo que se "perde". É possível anotar que este modelo constituiu, na militância de esquerda, um tipo de "vivência do tempo" que se parece com a vivência cristã do tempo terrenal, preparatória do tempo pleno no céu. Os gestores da mudança social devem procurar "perder" o menor tempo possível, apressando o momento da "tomada do poder". Veja-se, nesta direção a seguinte formulação crítica de P. Anderson:

¹⁰ Portantiero chama de "modelo insurreccional", aquele conjunto de teorizações que Gramsci denomina como "revolução permanente", "teoria da permanência", etc. Na sua versão extremada, esta concepção foi transformada muitas vezes numa concepção "golpista" da conquista do poder.

Formular a estratégia proletária como essencialmente uma guerra de posição é esquecer o caráter necessariamente repentino e vulcânico das situações revolucionárias, que pela natureza destas formações sociais não podem jamais ser estáveis por longos períodos e, portanto, impõem a maior rapidez e a maior mobilidade do ataque se não se quer perder a oportunidade de conquistar o poder. A insurreição, como sempre enfatizaram Marx e Engels, depende da arte da audácia (Anderson, 1986: 71)¹¹.

A perda "irresponsável" do tempo corresponde, neste pensamento, às estratégias de tipo "reformistas". Na base daquela concepção explosiva, implícita ou explicitamente, se encontra a idéia das tendências auto-destrutivas imanentes ao modo de produção capitalista na forma de "fatalismo histórico", como incapacidade do sistema de auto-reproduzir-se e superar-se, e portanto, da necessidade da organização das condições da sua superação via a guerra frontal -que seria apenas o corolário, o canto do cisne, de um sistema que morre de morte natural-, levada a cabo por seu coveiro histórico: a classe operária.

A tematização da revolução como processo de conquista de posições e construção de uma nova cultura, de uma nova civilização, desloca este pensamento e vivência do tempo pelos sujeitos da mudança (*"hacen más lenta y más prudente la acción de las masas y exige por lo tanto al partido revolucionario toda una estrategia y una táctica mucho más compleja y de larga duración"*). Nesta concepção, o tempo do revolucionário é o tempo do processo de destruição-construção, eliminando o messianismo contido na dupla "sofrimento do tempo" (tempo da preparação do assalto ao poder)-"gozo do tempo" (tempo da revolução); o tempo "presente" da experiência do sujeito é, portanto, um tempo pleno de qualidades.

Movimento orgânico e movimento conjuntural. "Oriente" e "ocidente"

Superada historicamente esta visão explosiva (os fracassos dos processos revolucionários na Europa desenvolvida proporcionam a "evidência histórica" dessa superação), Gramsci nos recoloca no proceso histórico global. Seus estudos sobre a Revolução Francesa e o *Risorgimento* italiano são uma amostra deste tipo de análise do conjunto do processo. No caso da análise da Revolução Francesa, se trata de oitenta anos de "ondas" revolucionárias de distinta intensidade que conformam o processo global.

...El estudio de estas "oleadas" de amplitudes diferentes es precisamente lo que permite reconstruir las relaciones entre estructura y superestructura por un lado, y por el otro, entre el desarrollo del movimiento orgánico y del movimiento coyuntural de la estructura... (Gramsci, 1986a: 56).

¹¹ É verdade que no mesmo parágrafo indica Anderson:

"Formular a estratégia proletária como essencialmente uma guerra de movimento é esquecer a unidade e eficiência do Estado burguês e lançar a classe operária contra ele em uma série de aventuras fatais" (Anderson, 1986: 71).

Para a análise destes processos históricos, Gramsci chama a atenção sobre a diferença de dois tipos de movimentos interrelacionados que conformam o processo real, os "movimentos orgânicos" e os "movimentos conjunturais":

...En el estudio de una estructura es necesario distinguir los movimientos orgánicos (relativamente permanentes) de los movimientos que se pueden llamar "de coyuntura" (y se presentan como ocasionales, inmediatos, casi accidentales). Los fenómenos de coyuntura dependen también de los movimientos orgánicos, pero su significado no es de gran importancia histórica; dan lugar a una crítica política mezquina, cotidiana, que se dirige a los pequeños grupos dirigentes y a las personalidades que tienen la responsabilidad inmediata del poder. Los fenómenos orgánicos dan lugar a la crítica histórico-social que se dirige a los grandes agrupamientos, más allá de la personas inmediatamente responsables y del personal dirigente. Al estudiar un período histórico aparece la gran importancia de esta distinción. Tiene lugar una crisis que a veces se prolonga por decenas de años. Esta duración excepcional significa que, en la estructura se han revelado (maduraron) contradicciones incurables y que las fuerzas políticas que obran positivamente en la conservación y defensa de la estructura misma, se esfuerzan sin embargo por sanear y por superar dentro de ciertos límites. Estos esfuerzos incesantes y perseverantes (ya que ninguna forma social querrá confesar jamás que está superada) forman el terreno "ocasional" sobre el cual se organizan las fuerzas antagónicas que tienden a demostrar (demostración que en última instancia se logra y es "verdadera" si se transforma en una nueva realidad, si las fuerzas antagónicas triunfan) que existen ya las condiciones necesarias y suficientes para que determinadas tareas puedan y por consiguiente deban ser resueltas históricamente (en cuanto todo venir a menos del deber histórico aumenta el desorden necesario y prepara catástrofes más graves)... (Gramsci, 1986a: 55).

Para pensar as relações entre condições estruturais e forma da ação política, Gramsci introduz dois novos conceitos, também em forma de "metáfora": os conceitos de «sociedade de tipo "oriental" e "ocidental"»¹²:

...En oriente el Estado era todo, la sociedad civil primitiva y gelatinosa; en occidente, entre Estado y sociedad civil existía una justa relación y bajo el temblor del Estado se evidenciaba una robusta estructura de la sociedad civil. El estado sólo era una trinchera avanzada, detrás de la cual existía una robusta cadena de fortalezas y cazamatas...(Gramsci, 1986a: 83)

...Los Estados más avanzados donde la "sociedad civil" se ha convertido en una estructura muy compleja y resistente a las "irrupciones" catastróficas del elemento económico inmediato (crisis, depresiones, etc): las superestructuras de la sociedad civil son como el sistema de trincheras en la guerra moderna... (Gramsci, 1986a: 81).

Portanto, se a "preparação do assalto" deixava de ser a norma organizadora da subjetividade transformadora, qual seria o fio condutor da atividade revolucionária? A complexa concepção de reforma intelectual e moral permite uma aproximação a essa nova definição.

¹² Note-se que, apesar de "oriente" e "ocidente" serem expressões metafóricas, a passagem à figura de "sociedade de tipo oriental", etc, e a identificação das características correspondentes, permite a explicitação dos elementos que a metáfora arremete e, portanto, permite enunciar o conceito. Portantiero adverte contra uma leitura "topológica" destas palavras. Trata-se, segundo este autor, de "metáforas para operar fenómenos históricos":

...Oriente no es para Gramsci (...) una zona geográfica, sino la metáfora para aludir a una situación histórica, equivale a "las condiciones generales económicas-culturales-sociales de un país donde los cuadros de la vida nacional son embrionarios y desligados, y no pueden transformarse en trinchera o fortaleza"... (Portantiero, 1977: 19).

Reforma intelectual e moral

Uma das características permanentemente destacadas do pensamento gramsciano da transformação social é o acento que Gramsci coloca na cultura. A "revolução" é tal se consegue produzir uma transformação na visão de mundo das classes subalternas que as coloque em condições intelectuais e morais de dirigir os processos sociais dos quais se encontra excluída. A revolução é pensada então, em primeiro lugar, como um profundo e longo processo de "reforma intelectual e moral".

...O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna... (Gramsci, 1980: 8-9).

Para construir esse conceito, Gramsci se volta para um campo pouco explorado até então pelo pensamento marxista: o terreno da cultura, para pensá-lo como terreno privilegiado da política. No terreno da cultura se elabora uma visão de mundo que envolve o conjunto de dimensões da prática humana, conformando-se esta em base e garantia do consentimento ativo.

La filosofía de la praxis presupone todo el pasado cultural, el Renacimiento y la Reforma, la filosofía alemana y la Revolución Francesa, el calvinismo y la economía clásica inglesa, el liberalismo laico y el historicismo, que es la base de toda concepción moderna de la vida. La filosofía de la praxis es la coronación de todo este movimiento de reforma intelectual y moral, dialectizado en el contraste entre cultura popular y alta cultura...(Gramsci, 1986a: 91)

Tematiza em particular a "cultura popular", mudando a perspectiva com relação à concepção que vê a cultura do povo como "obstáculo", e portanto, algo a ser "eliminado", substituído por uma outra coisa radicalmente distinta, evitando, contudo, uma concepção "celebratória" do pensamento popular: no pensamento de Gramsci, as "massas" não são necessariamente revolucionárias; as vezes a sua atividade não vai além de uma "rebeldia elementar e endêmica", quando não se trata de uma "passividade maliciosa", ou, outras vezes, "o pior do povo" é a base de manobra para a pior demagogia dos grupos dominantes (Gramsci, 1986c: 129).

Se o pensamento popular é o "ponto de partida", se coloca a necessidade de superar a fragmentação e o patamar "local" deste pensamento para colocá-lo em condições de diálogo com o "pensamento universal", com as mais elevadas elaborações humanas. Isto significa, antes de mais nada, um processo complexo de "elaboração" deste pensamento, no sentido de promover a formação de uma visão de mundo "unitária e coerente", como unidade cultural desses amplos segmentos populares e como suporte de um pensamento social "autônomo". Trata-se, portanto, de um extenso fenômeno de "elevação intelectual e moral de massas".

Crear una nueva cultura no significa sólo hacer individualmente descubrimientos "originales", significa también y especialmente difundir críticamente verdades ya descubiertas, "socializarlas" por así decirlo y por lo tanto hacer que se convierta en base de acciones vitales, elemento de coordinación y de orden intelectual y moral. **El que una masa de hombres sea conducida a pensar coherentemente y en forma unitaria el presente real es un hecho "filosófico" mucho más importante y "original" que el hallazgo por parte de un "genio" filosófico** de una nueva verdad que permanece como patrimonio de pequeños grupos intelectuales... (Gramsci, 1984b, T4: 247).

...La filosofía de la praxis no tiende a mantener a los "simples" en su filosofía primitiva del sentido común, sino por el contrario a conducirlos a una concepción superior de vida. Si afirma la exigencia del contacto entre intelectuales y simples no es para limitar la actividad científica y para mantener una unidad al bajo nivel de las masas, sino precisamente para **construir un bloque intelectual y moral que haga políticamente posible un progreso intelectual de masas y no sólo de escasos grupos intelectuales...** (Gramsci, 1984b, T4: 252)

...El desarrollo político del concepto de hegemonía representa un gran progreso filosófico además de político-práctico, porque necesariamente implica y supone una unidad intelectual y una ética correspondiente a una concepción de lo real que ha superado el sentido común y se ha convertido, aunque dentro de límites todavía restringidos, en crítica (Gramsci, 1984b, T4: 253).

A premissa desta concepção é que a formação de uma "vontade coletiva" dirigida à construção de um novo tipo de sociedade, de um novo tipo de "civilização", deve, necessariamente, fundar-se numa nova "concepção de mundo" que oriente a sua ação transformadora. Este processo de formação de uma nova concepção de mundo a partir dos valores existentes, e através do qual esta "filosofia" se difunde e se enraíza conformando a base "filosófica" para a ação dessa nova vontade coletiva, é o que Gramsci chama de "reforma intelectual e moral".

...La filosofía de una época no es la filosofía de tal o cual filósofo, de tal o cual grupo de intelectuales, de tal o cual sector de las masas populares: es la combinación de todos estos elementos, que culmina en una determinada dirección y en el cual, esa culminación se torna norma de acción, esto es, deviene "historia" concreta y completa (integral)... (Gramsci, 1986a: 30).

...Se dice a menudo que en ciertos países el no haberse dado la reforma religiosa es causa de atraso en todos los campos de la vida civil, y no se observa que precisamente la difusión de la filosofía de la praxis es la gran reforma de los tiempos modernos, es una reforma intelectual y moral que realiza a escala nacional lo que el liberalismo no logró realizar sino para grupos restringidos de la población... (Gramsci, 1984b, T4: 180).

Uma pergunta relevante que se deve responder na busca desta transformação é a seguinte: *porque e como se difundem e chegam a ser populares as novas concepções de mundo?* O próprio Gramsci indica algumas respostas.

...Las masas en cuanto tales sólo pueden vivir la filosofía como una fe (...) la forma racional, lógicamente coherente; la amplitud del razonamiento que no descuida ningún argumento positivo o negativo de cierto peso, tienen su importancia, pero están lejos de ser decisivos (...) el elemento mas importante tiene indudablemente carácter no racional, de fe (...) especialmente en el grupo social al cual pertenece... (Gramsci, 1986a: 24).

Estas indicações colocam o fato de que este processo de "reforma intelectual e moral" não pode ser um processo "externo" à vida e sentir das classe subalternas mas, até tal ponto enraizado nelas que as "massas" vivam essas novas concepções com a força de uma "religião". Mas, a difusão das novas concepções para a construção de um determinado projeto de sociedade não se dá num terreno liso e virgem, sempre se realiza em luta contra outras concepções, pela conquista do *espírito* das "massas". Portanto, o trabalho intelectual, "filosófico", já não poderá ser compreendido apenas como "elaboração individual e sistemática de conceitos" mas, também e em especial, como:

...lucha cultural por transformar la "mentalidad" popular y difundir las innovaciones filosóficas que demostraron ser "históricamente verdaderas" y que por lo mismo, llegaron a ser histórica y racionalmente universales... (Gramsci, 1986 a: 33).

Em termos de eficácia prática, a importância fundamental do elemento cultural, radica no seguinte fato: se cada evento histórico só pode ser realizado pelo "homem coletivo"...

...Esto supone el logro de una unidad "cultural-social", por lo cual una multiplicidad de voluntades desagregadas, con heterogeneidad de fines se sueidan con vistas al mismo fin, sobre la base de una misma y común concepción de mundo... (Gramsci, 1986a: 34).

Todo este complexo trabalho de elevação intelectual e moral de massas, premissa do processo transformador, coloca portanto novas determinações e exigências para a labor do intelectual:

...El filósofo real no es y no puede ser otra cosa que el político, es decir el hombre activo que modifica el ambiente, entendido por ambiente el conjunto de las relaciones de que el hombre forma parte... (Gramsci, 1986a: 37).

Assim, estes problemas nos levam a uma questão central deste tema e da elaboração gramsciana, a questão dos *intelectuais*.

A concepção gramsciana dos Intelectuais

Toda a tematização gramsciana da organização da nova hegemonia está marcada por uma re-discussão da relação entre "espontaneidade" e "consciência" na sua colocação clássica através da conceitualização de Lenin no "Que fazer?", sobre as posições originárias em Kautsky. Como se sabe, em Kautsky e em Lenin, a "consciência" chega ao proletariado "de fora" do seu movimento espontâneo. Espontaneamente a massa não pode adquirir "consciência socialista" e, portanto, se estabelece um nexo de exterioridade entre o projeto de sociedade a ser construída e o movimento espontâneo das massas, que conduziria, no máximo, a uma consciência limitadamente corporativista, "tradeunionista", dirá Lenin, lembrando os objetivos corporativos das *Trade-Unions* inglesas. Em sentido contrário, Gramsci evita uma distinção cortante entre ambos os níveis, entre os

quais estabelece uma relação complexa¹³. Vejamos este problema nas palavras de Gramsci em relação com o papel dos intelectuais:

...El elemento popular "siente" pero no siempre comprende o sabe. El elemento intelectual "sabe" pero no comprende o, particularmente "siente" (...) El error del intelectual consiste en creer que se pueda saber sin comprender y especialmente sin sentir ni ser apasionado (no sólo del saber en sí, sino del objeto del saber), esto es, que el intelectual pueda ser tal (y no un puro pedante) si se haya separado del pueblo-nación, o sea, sin sentir las pasiones elementales del pueblo, comprendiéndolas, y por lo tanto, explicándolas y justificándolas por la situación histórica determinada; vinculándolas dialécticamente a las leyes de la historia, a una superior concepción de mundo, científica y coherentemente elaborada: el "saber". No se hace política-historia sin esta pasión, sin esta vinculación sentimental entre intelectuales y pueblo-nación. En ausencia de tal nexo, las relaciones entre el intelectual y el pueblo-nación son o se reducen a relaciones de orden puramente burocrático, formal; los intelectuales se convierten en una casta o sacerdocio (...) **Si las relaciones entre intelectuales y pueblo-nación, entre dirigentes y dirigidos -entre gobernantes y gobernados- son dadas por una adhesión orgánica en la cual el sentimiento-pasión deviene comprensión y, por lo tanto, saber (no mecánicamente sino de manera viviente), sólo entonces la relación es de representación y se produce el intercambio de elementos individuales entre gobernantes y gobernados, entre dirigentes y dirigidos; sólo entonces se realiza la vida de conjunto, la única que es fuerza social. Se crea el "bloque histórico"...** (Gramsci, 1986a: 120-121).

Portanto, a sua forma de pensar esta relação entre intelectuais e povo nos permite ver como se articula a sua teoria da organização enquanto dimensão interna de "elevação cultural" partindo dos valores que "espontaneamente" estão na vida e na ação do povo.

O papel dos intelectuais, a relação "intelectualidade-massa" e os "intelectuais orgânicos"

Uma preocupação central de Gramsci na elaboração da questão dos intelectuais é o problema da "autonomia", da "autodeterminação" do sujeito e do grupo social. No caso do indivíduo, coloca como necessidade a "elaboração da própria concepção de mundo, de maneira consciente e crítica" (Gramsci, 1986a: 12) a partir de uma elaboração própria. No que diz respeito aos grupos sociais assinala:

...Autoconciencia crítica significa, histórica y políticamente la creación de una élite de intelectuales; una masa humana no se distingue y no se torna independiente per sé, sin organizarse (en sentido lato), y no hay organización sin intelectuales, o sea, sin organizadores y dirigentes, es decir sin que el aspecto teórico del nexo teoría-práctica se distinga concretamente en una capa de personas "especializadas" en la elaboración conceptual y filosófica (...) Este proceso de creación de intelectuales es largo, difícil y lleno de contradicciones, de avances y retrocesos, desbandes y reagrupamientos... (Gramsci, 1972: 21).

Isto é, a elaboração teórica de um projeto político a partir da situação do grupo social, não é uma "emanação" direta das condições de vida, no sentido de que as massas poderiam viver

¹³ Portantiero alerta neste ponto que, ao não sustentar este abismo entre espontaneidade e consciência, Gramsci dá as chaves para pensar, também de um modo "não exteriorizado", a relação existente entre o plano da "ideologia" e o plano da "ciência" entre os quais também não existe essa oposição terminante.

espontaneamente a sua situação em forma crítica e deduzir a partir deste ato espontâneo um projeto coletivo.

...La innovación no puede ser de masas en sus primeros estadios, sino por intermedio de una élite en la cual la concepción implícita en la actividad humana se haya convertido en cierta medida en conciencia actual, coherente y sistemática, y en voluntad precisa y decidida... (Gramsci, 1972: 22).

Analisando a história europeia, assinala o papel que deveriam ter jogado os intelectuais para uma máxima impulsão dos processos reformadores -renascimento, reforma protestante- em relação com o povo, e que definiria estes intelectuais como "intelectuais orgânicos" de um movimento mais expansivo.

...Estos movimientos (...) demostraron de parte de los "simples" un entusiasmo y una fuerte voluntad de elevarse hacia una forma superior de cultura y de concepción de mundo. Carecían sin embargo de toda organicidad de pensamiento o de solidez y centralización cultural (...) **La organicidad de pensamiento y la solidez cultural podían lograrse solamente si entre los intelectuales y los simples hubiera existido la misma unidad que debe existir entre la teoría y la práctica, si los intelectuales hubiesen sido intelectuales orgánicamente pertenecientes a esas masas si hubiesen elaborado y dado coherencia a los principios y problemas que estas planteaban con su actividad, constituyendo así un bloque cultural y social...** (Gramsci, 1986a: 17) (negritos nossos).

Daí a necessidade, para cada movimento político-cultural de lutar por "substituir o sentido comum e as velhas concepções de mundo em geral", ou seja, a necessidade orgânica do processo de "reforma intelectual e moral", de fundir num único processo, dois movimentos:

[1. RB]...Trabajar sin cesar para elevar intelectualmente a vastos estratos populares, esto es, para dar personalidad al amorfo elemento de masas, cosa que significa [2. RB] trabajar para suscitar élites de intelectuales de un tipo nuevo que surjan directamente de la masa y que permanezcan en contacto con ella, para llegar a ser las "ballenas de corsé" (...) Esta (...) necesidad, cuando es satisfecha, es la que modifica realmente el "panorama ideológico" de una época... (Gramsci, 1972: 26).

Este novo tipo de intelectual é denominado "intelectual orgânico". Vejamos as precisas opiniões que encontramos em Gramsci acerca da função destes intelectuais orgânicos enquanto "orgânicos" às classes subalternas:

...No se trata de introducir ex novo una ciencia en la vida individual de "todos", sino de innovar y tornar "crítica" una actividad ya existente (...). Se trata, por lo tanto, de elaborar una filosofía que, teniendo ya difusión o difusividad por encontrarse conectada a la vida práctica implícita en ella, se convierta en un renovado sentido común, con la coherencia y el nervio de las filosofías individuales. Esto no puede lograrse si no se siente permanentemente la exigencia del contacto cultural con los "simples"... (Gramsci, 1972: 18).

Todo este conjunto de funções organizativas, diretivas, pedagógicas, etc, não são "pacíficas"; existem e se conformam na conflitividade e no antagonismo social, atravessadas pelas relações de poder existentes. Isto é, se constituem na luta pela hegemonia entre projetos diversos de sociedade^[N3.].

III.- A elaboração gramsciana e os obstáculos do pensamento de esquerda

A operação do pensamento gramsciano conforma portanto uma *teoria da transformação social* que é "teoria da revolução" num sentido absolutamente mais amplo e complexo que o modelo clássico: a concepção de "revolução" como *reforma intelectual e moral* que não pode deixar de se expressar em *reforma econômica*; como criação de uma nova cultura, obra de uma vontade coletiva nacional e popular, criadora de uma nova civilização que supere a fissura entre governantes e governados; como autogestão social e autogoverno, radicalmente democrático, do povo-nação. Neste sentido, segundo Portantiero:

...La unidad [del conjunto de la obra de Gramsci. RB] está dada por una concepción sobre la revolución y desde este punto de vista (y no al revés) debe ser leído su aparato conceptual... (Portantiero, 1977: 17).

Assim, em contraposição ao modelo clássico, podemos demarcar em Gramsci um novo paradigma baseado aproximadamente na seguinte conceitualização:

Crítica radical ao economicismo¹⁴ baseada em um, também radical, *historicismo* frente à concepção positivista-evolucionista da história; superação da distinção abstrata, categórica, de "base" e "superestrutura" através do conceito de "bloco histórico". **Reformulação crítica do conceito de "ideologia"** como "cimento social", como elemento "através do qual os homens tornam-se cientes do conflito social e lutam para resolvê-lo".

Desenvolvimento do conceito de "hegemonia" como exercício do poder baseado predominantemente no "consentimento ativo" e na expressão de uma particular relação de "dominação-coerção" e "direção intelectual e moral" através de certos "aparelhos de hegemonia"; **caráter processual** e histórico da construção de uma nova hegemonia e necessidade de atualização perpétua de uma hegemonia já instalada.

Elaboração de uma nova "teoria do partido" sob a analogia do "moderno Príncipe". O partido como "coletivo de intelectuais" e "intelectual coletivo", baseado organizativamente num conceito de "centralismo democrático" pensado como crítica orgânica do "centralismo burocrático" (N 4). Formulação de uma original relação de autonomia entre os movimentos sociais que o partido pretende orientar este. Discussão do caráter histórico de um partido e, portanto, da necessária avaliação autocrítica permanente do mesmo, sobre seu lugar e significado histórico.

Nova conceitualização sobre o Estado baseada na idéia de que um grupo social constrói seu papel hegemônico, organizador da sociedade, nas formas de "domínio-coerção" e de "direção intelectual e moral". O Estado é pensado, portanto, através de uma particular relação entre

¹⁴ Diz Portantiero sobre este ponto: "El antieconomicismo es el principio teórico ordenador de sus cuadernos de la cárcel"... (Portantiero, 1977: 29).

"sociedade política" e "sociedade civil" e, em termos organizativos, através do conceito de "aparelhos de hegemonia". Esta nova visão implica a superação da concepção instrumentalista do poder e sua conceitualização como *relação social* a ser transformada no seio de um processo histórico.

Crítica ao modelo de "revolução" elaborado em meados do século XIX e sua superação com o conceito de "hegemonia". Essa crítica contém a caracterização de circunstâncias sociais radicalmente diferentes, expressas nos conceitos de "sociedade de tipo oriental" e "sociedade de tipo ocidental".

Crítica às extrapolações economistas-catastrofistas do conceito de "crise econômica cíclica" e sua superação com o conceito de "crise orgânica" ou "crise de hegemonia", como crise global de um determinado "bloco histórico"; distinção, em consequência, do que denomina "movimentos conjunturais" e "movimentos orgânicos" para especificar os tipos de processo que indicam um e outro conceito de crise.

Nesta concepção a *reforma econômica* é pensada como "modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral". A transformação da sociedade é vista, portanto, como "criação de um novo patamar civilizatório" que visa a modificação profundada cultura de um povo; a cultura, entendida como processo histórico global, é o terreno onde nasce e se desenvolve o processo de reforma intelectual e moral, o espaço da política e da organização de uma nova "vontade coletiva nacional-popular". Esta transformação tem o pensamento popular como ponto de partida de um movimento no qual a cultura de todo um povo se transforma em um processo de "elevação intelectual e moral" de massas, que significa ao mesmo tempo a construção da sua "autonomia histórica". Esta concepção exige a formulação de uma **nova visão do papel dos intelectuais**. Em relação à construção dessa "autonomia histórica" e de uma "autoconsciência crítica", isto é, à necessidade de contrubuir a "dar elaboração e coerência" ao pensamento popular, tematiza o conceito de "intelectual orgânico", entendido como "um novo modo de ser intelectual", oposto ao conceito de "intelectual tradicional", vinculado a funções sociais de mediação. Assim, a revolução é concebida como uma transformação global das relações sociais que tem seu fundamento no processo de reforma intelectual e moral a partir de uma cultura nacional-popular. Este é o processo da construção da base "espiritual", subjetiva de massas, do processo transformador.

Do ponto de vista da prática política, isto se expressa na construção de uma nova "vontade coletiva" organizada em um novo bloco social, intelectual e moral, agente da transformação. O processo desta construção é o processo de construção de uma nova hegemonia que expressa o fato de que um determinado projeto de sociedade vai se constituindo como dirigente e dominante.

Isto é básico desde que, nesta conceitualização, a "revolução" é entendida, sem exceção, como um *fato de massas*, e dado que sem elas não há tal "revolução", o processo de construção de hegemonia é um lento e laborioso processo de transformação das relações de forças sociais. Esse processo de mudança das relações de forças é o *processo de disputa do poder, isto é, da capacidade de dirigir o conjunto dos processos sociais, estruturais e superestruturais, econômicos e espirituais*. O campo onde se desenvolve esta luta é o conjunto, a unidade indivisível, da formação social organizada nas suas diversas instituições como "aparelhos de hegemonia". Este delicado, lento e complexo processo, tomado como estratégia para a construção de uma nova sociedade, recebe em Gramsci o nome de "guerra de posições".

Apesar de que esta elaboração gramsciana está "disponível" desde longa data, seu "uso" pelas forças políticas de esquerda -parte do espectro político no qual, é bom lembrar, esta elaboração foi gerada- é muito recente na América Latina. Como bem assinala Joaquín Villalobos, não é fácil se desprender dos referentes teóricos herdados da tradição clássica: os velhos conceitos são como "fantasmas" que perduram, as vezes longo tempo, à desapareição das condições históricas em que foram gerados e á quais, talvez, correspondessem. Por que parece tão difícil para o pensamento e sentimento que se pretende "revolucionário" trabalhar com a idéia de "processo" para pensar a transformação da sociedade? Por que frente à idéia de "revolução", a representação imediata coloca as imagens de um "ato": a tomada do palácio de inverno, a entrada em Havana, a conquista de Manágua, etc. Por que todo processo de reformas aparece, nesta visão, devaluado, secundário em termos de transformação social? Porque a negação de possibilidades transformadoras às reformas é tão grande que não deixaram ver, muitas vezes, as profundas transformações que se produziram no próprio sistema capitalista, fruto, na maioria das vezes, de longas e sofridas lutas do movimento operário e democrático? Como se gerou essa particular mística que tem a imagem da revolução como ato pontual e explosivo, que se coloca como *obstáculo* para o pensamento de outros caminhos de transformação? As respostas não parecem ser simples.

O valor mais expansivo que tem a revolução no sentido clássico é que tem a propriedade de, durante o "olho do furacão" (e, às vezes, durante um tempo maior), *igualar* as condições de vida dos distintos grupos sociais. Os momentos conhecidos de "revolução" comoveram de tal modo a sociedade e as velhas estruturas, dissolveram de tal forma o conjunto de relações de poder em ato (domínio e direção social) que a sociedade teve a possibilidade sem par de igualação das relações sociais. A revolução em sentido processual não oferece esse prodígio: o processo de igualização da sociedade é um longo processo durante o qual a "desigualdade" se mantém e, portanto, a injustiça

se mantém em termos gerais, embora se reduza em termos concretos. Essa particularidade da revolução pontual é importante fonte da conformação do *obstáculo* que mencionamos, isto é, a **pulsão à instauração geral e veloz de um sistema de justiça social global**. Algumas das "grandes revoluções" que mais influenciaram a América Latina (a russa e a cubana) tiveram essa particularidade no seu começo e a conservaram por um longo tempo. A Revolução Sandinista apesar de todo seu "esplendor" não conseguiu fazer isso. As condições do mundo tinham mudado.

Outra particularidade do "momento revolucionário", é a da "democratização da vida social" em favor dos setores despossuídos, pelo menos em termos gerais, enquanto dura o "furacão". Além das características centralizadas que tiveram (e pelas características desta forma de transformação não podiam ter deixado de ter), nas revoluções conhecidas, o *momento revolucionário* foi um período democratizador das relações sociais, uma configuração, nesse momento, de um quadro de democracia popular. Em particular, contra o domínio sob a forma de "força armada" ou repressiva que sustentava aos regimes pre-revolucionários. Esta é uma característica instável e passageira. Sobre essa característica nos dizia o dirigente da FMLN Francisco Jovel:

El proceso de revolución clásica, necesariamente lleva implícita la necesidad de la imposición dictatorial, es irremediable. Así sucedió en la Revolución Francesa y eso no era revolución socialista; así sucedió en la Revolución Bolchevique, y así ha sucedido en todas las revoluciones clásicas. Precisamente por su concentración en el espacio y en el tiempo, por la necesidad de organizarlo todo sobre la base de haber transformado todo el aparato de estado y toda su dinámica de un sólo golpe. Esto fue lo que llevó a los bolcheviques al uso del concepto de "dictadura del proletariado" ...

...Una de las desviaciones más graves del stalinismo y que copiaron las corrientes revolucionarias fue justamente que la condición de vanguardia política del partido se volvía vanguardia absoluta de la sociedad....Lo negativo de todo esto es que ese movimiento de vanguardia después pretenda, en el momento en que logra hegemonizar, en el buen sentido de la palabra, volverse una vanguardia absoluta, y por lo tanto transformar su hegemonía en una actitud dictatorial (Entrevista, 3-4-93. In, Análisis, 1993: 24-28).

Uma última particularidade que queremos mencionar, é o que poderíamos chamar de o "momento cultural" do fato revolucionário pontual: a revolução como fato de massas, desata forças desconhecidas pela sociedade, tanto em sentido coletivo como individual. Os homens se despojam de travas antigas, os valores são subvertidos em forma radical, e se libertam potencialidades impensadas pelos atores político-sociais. A criatividade coletiva e individual se multiplica: isto é, se acelera e se estende enormemente o processo de reforma intelectual e moral que conduziu, entre outras condições, à revolução. Esse fato demonstrou também ter limites nas experiências conhecidas.

Se observamos bem, vemos que **a particularidade geral destes aspectos do ato revolucionário é a sua vertiginosidade**. Sua velocidade de realização é uma aceleração de processos que já, de uma ou outra forma, se operavam na realidade anterior a uma velocidade

menor, porque expressavam necessidades colocadas à sociedade pela própria sociedade. Portanto, o problema que está no centro, como já notamos anteriormente, é o problema do tempo e a vivência da temporalidade pelos sujeitos da transformação e, em consequência, do *ritmo*, da *temporalidade própria* do processo de transformação em cada sociedade concreta. Esta "temporalidade própria" de cada processo, permite sintetizar de algum modo o conjunto das múltiplas determinações que configuram o processo dado. Saber "tomar o pulso" da situação, apreender o "ritmo" próprio de cada momento histórico concreto, saber estar sempre na "crista da onda", exige um minucioso conhecimento do conjunto de fatores (cada um deles com o seu ritmo próprio), que conformam a temporalidade total do processo histórico. Gramsci assinala uma dupla temporalidade do processo histórico total, através das noções de "movimentos orgânicos" e "movimentos conjunturais". Distinguir esta dupla característica requer das forças que atuam como sujeito de um dado processo transformador, uma delicada apreciação destas diversas determinações e as suas temporalidades. Obviamente, o objetivo político-prático deste conhecimento, estará em apreender a "acelerar" o ritmo (encurtar os tempos) do processo orgânico ("movimento orgânico"), impulsar *enérgicas reações* contra a "inércia histórica" (Gramsci, 1984a: 24), mediante uma correta avaliação e aproveitamento das "acelerações" nos processos (movimentos) conjunturais.

Gramsci capta com intensidade esta particularidade dos processos e seus tempos, pensando a capacidade de saber "modular" o ritmo do processo no sentido de uma máxima aceleração das tendências progressivas, sob o nome de "jacobinismo", "temperamento jacobino", etc, nas suas referências às revoluções Francesa e Russa. No caso da Revolução Francesa, assinala:

...Los jacobinos conquistaron a través de la lucha sin cuartel su función de partido dirigente, en realidad se "impusieron" a la burguesía francesa, **llevándola a una posición mucho más avanzada que la que los núcleos burgueses primitivamente más fuertes hubieran querido espontáneamente y también mucho más avanzada que la que consentirían las premisas históricas**, y de ahí los choques de regreso y la función de Napoleón I. Este rasgo característico del jacobinismo (y antes de Cromwell y de los "cabezas redondas") y por lo tanto de toda gran revolución, de **forzar la situación (aparentemente) y de crear hechos irreparables, empujando a los burgueses hacia adelante a patadas en el trasero por parte de un grupo de hombres extremadamente enérgicos y resueltos...** (Gramsci, 1986c: 116).

...Los jacobinos, por lo tanto, fueron el único partido de la revolución en acto, en cuanto no sólo ellos representaban las necesidades y las aspiraciones inmediatas de las personas físicas efectivas que constituían la burguesía francesa, sino que **representaban el movimiento revolucionario en su conjunto como proceso histórico integral** porque representaban también las necesidades futuras... (Gramsci, 1986c: 117).

...**Si es cierto que los jacobinos "forzaron" la mano, también es cierto que eso sucedió siempre en el sentido del proceso histórico real**, porque no sólo organizaron un gobierno burgués, es decir hicieron de la burguesía la clase dominante, sino que hicieron más, crearon el Estado burgués, hicieron de la burguesía la clase nacional dirigente, hegemónica, dieron al nuevo Estado una base permanente, crearon la nación francesa moderna... (Gramsci, 1986c: 118) (Negritos nossos).

No caso "bolchevique" observa que:

...En Rusia (...) una élite de personas activas, enérgicas, emprendedoras y disciplinadas (...) volvieron al país, **obligando al pueblo a un forzado despertar en una acelerada marcha hacia adelante, quemando etapas...** (Gramsci, 1984a: 24) (Negritos nossos).

Vejamos um interessante "jogo de temporalidades" que nos apresenta Gramsci no caso bolchevique: a particularidade da elite que elaborou, organizou e dirigiu a Revolução Russa de 1917...:

...consiste en su caracter esencialmente nacional-popular: no puede ser asimilada por la pasividad del pueblo ruso, porque **es ella misma una enérgica reacción rusa contra la propia inercia histórica...** (Gramsci, 1984a: 24) (Negritos nossos).

A elite bolchevique não foi assimilada pela "passividade do povo russo", porque ela era "enérgica reação russa (do povo russo. RB) contra a própria inércia histórica..." do povo russo. Destacamos esta passagem porque nos parece que o critério da "temporalidade" ou "ritmo", nos permite visualizar outro elemento caracterizador dos processos nas sociedades de tipo "oriental" ou "ocidental": as sociedades de tipo oriental mostram uma "inércia histórica" que exige como necessidade (ou simplesmente admite como possibilidade) para uma adequação ao ritmo histórico que se impõe num outro plano (temporalidade do processo mundial, ou do centro que manda à periferia suas "correntes ideológicas") uma "enérgica reação" de tipo orgânico, contra essa passividade, contra a "lentidão" do processo social, com respeito às necessidades e possibilidades colocadas pelo processo histórico da época. Em contrapartida, a dinâmica das sociedades de tipo ocidental na solução dos problemas apresentados à sociedade pelo seu desenvolvimento histórico, desativa ou debilita a possibilidade de "enérgicas reações" de tipo orgânico. Em troca, estas "reações enérgicas", se dão nos movimentos de tipo conjuntural¹⁵. Nas sociedades complexas do capitalismo desenvolvido, se apresentam ritmos diversos para as distintas determinações. Por exemplo, apesar de que certas determinações do processo global total tem um ritmo de transformação extremamente lento (as relações de propriedade fundamentalmente), outras possuem um ritmo maior e às vezes acelerado, como acontece com os campos da política e a cultura, processos estes de enorme influência imediata sobre o campo dos indicadores sociais (Welfare State em geral, legislação laboral, direitos civis, seguro social, saúde pública, moderação no uso do fator repressivo, etc).

Por outra parte, não obstante a lentidão na mudança das determinações econômicas na direção de uma maior distribuição da riqueza econômica, esta não é nula. Embora as relações de

¹⁵ Alguns deles de enorme transcendência, como, por exemplo, o "maio Francês", as lutas pelos direitos civis nos E.U.A., ou as lutas pelo impeachment no Brasil, etc.

propriedade sejam o fator mais rígido (mas não necessariamente estático), um conjunto de determinações do fator social econômico, sofrem permanentemente transformações, embora parciais e limitadas, nos marcos do capitalismo -em sociedade do tipo das estudadas, é claro neste sentido o papel da reforma agrária e suas conseqüências. Um outro elemento é o conjunto de modificações que se instituem através da legislação trabalhista (jornada de trabalho, controle operário sobre as condições de trabalho, níveis salariais, etc), fruto em geral de uma intensa luta do movimento operário, constituindo o que Marx denominava "conquistas da economia política do trabalho sobre a economia política do capital", conjunto de transformações no nível econômico que conduzem a que a conservação e ampliação da quota de ganância se deva realizar pela via da mais-valia relativa, fato que tem enormes conseqüências no processo social. Portanto, é útil observar que para a avaliação das transformações no nível econômico do processo social, deveria ser levado em conta em cada momento concreto, não apenas a dinâmica das relações de propriedade, mas (certamente sem perder de vista aquele fator), o conjunto de modificações expressadas na relação "economia política do trabalho" vs. "economia política do capital".

Estes diferentes ritmos de transformação (não sempre no sentido progressivo: os retrocessos também se inscrevem nessa dinâmica), compõem a temporalidade própria do processo social total conformando sociedades onde os "canais de escape" para as tensões sociais são variados e onde uma "enérgica reação", explosiva do tipo das revoluções clássicas, configura um quadro praticamente inviável. A "revolução" nesse sentido, fica no imaginário de certos grupos, como "pulsão", como desejo, como ambição romântica, como utopia. As "grandes massas" vivem a realidade social ao ritmo das transformações reais que se configuram nos níveis anotados. "Quadros revolucionários" no sentido clássico são possíveis, já que o movimento social apresenta sempre transformações impensáveis por antecipado, mas, o caso de El Salvador, por exemplo, mostra que na atual configuração das relações de força (um dado "real" a ser levado necessariamente em conta), fruto também das grandes transformações acontecidas no último século e meio, fazem com que o conceito de "revolução" naquele sentido de "igualizador explosivo de relações", de "eliminador instantâneo de desigualdades", tenha esgotado a sua capacidade político-organizativa e explicativa em boa parte das sociedades latino-americanas.

Isto não significa neste exame, negar que existam sociedades onde existam quadros sociais de tipo "oriental", e que "reações enérgicas", no sentido anotado, resultem desses quadros históricos¹⁶; nem que em sociedades de marcadas características "ocidentais" possam se conformar, por uma combinação complexa de elementos, situações que configurem um quadro de

¹⁶ O nordeste brasileiro e o norte salvadorenho são um caso concreto disto. Os últimos acontecimentos em Chiapas, México; as situações de Haiti e outras regiões de extrema pobreza, são demonstrativos disso.

tipo "oriental" (por exemplo algumas das clássicas ditaduras militares latino-americanas). Significam sim, que o tipo de sociedades que vão-se conformando nos distintos planos nacionais na América Latina, no presente patamar de desenvolvimento do capitalismo mostram, em tendência crescente, que os quadros sociais se constituem em condições tais que, a transformação profunda e radical da sociedade vai-se realizando em forma processual, dependendo os ritmos dessas transformações da capacidade dos setores progressivos da sociedade de construir um projeto de sociedade capaz de tornar-se hegemônico.

Àquela predominância de uma visão romântica, mística do momento explosivo, da revolução; a aquela vivência ideal da temporalidade do processo social como "enérgica reação" frente a inércia histórica", vivência que é "ideal" porque corresponde a uma temporalidade do processo que é modelado no imaginário coletivo dos grupos que a sustentam, ou bem conservado atavicamente nas elaborações teóricas, nos discursos e nas práticas, desde os tempos em que a sociedade apresentava um quadro que tal vez correspondesse a essa temporalidade; a este quadro podemos chamar de *obstáculo* na compreensão do processo transformador. Esse obstáculo se conjuga a maioria das vezes com um "atraso" na formulação teórica das novas características e novas tendências dos processos de transformação em relação à vertiginosidade do movimento no nível mundial. Uma manifestação visível, é a denominada "crise do marxismo", isto é, a incapacidade de uma certa articulação dos conceitos do marxismo, como teoria sobre a sociedade capitalista e conjunto de doutrinas sobre a sua transformação, que já não da conta dos processos reais. Esta configuração particular, chamada também "ortodoxa" ou "dogmática" era, e ainda é em grande parte, a teoria "oficial" ou extra-oficial da institucionalidade da esquerda latino-americana.

Porém, desde décadas atrás, vem-se elaborando uma nova articulação dos conceitos marxistas sobre a sociedade capitalista com elaborações provenientes de outras áreas do pensamento, que vão configurando um novo modo de teorizar a sociedade, suas contradições, e os caminhos para a sua transformação. De fato, essa nova elaboração se dá, em parte, sobre a superação autocrítica dos conceitos marxistas, mas necessariamente ampliadas com os aportes relevantes de outras correntes. Independentemente do nome, na prática histórica vai se constituindo uma nova teoria da transformação social que em termos gerais tem uma importante influência da reelaboração gramsciana do pensamento marxista da transformação social. Uma instigante observação no sentido desta renovação tivemos em 1989, ainda antes da pesquisa que nos ocupa neste trabalho, numa entrevista que realizamos, em Santo Domingo, na Cordilheira Central colombiana, com o então primeiro Comandante do movimento guerrilheiro M-19, Carlos Pizarro Leongomez, em ocasião do diálogo com o governo para a incorporação deste movimento

guerrilheiro à vida civil, e poucos meses antes do seu assassinato. Nos dizia Pizarro, insuspeito "reformista" naquela oportunidade:

Nosotros hablamos con criterios de "nación" y de "pueblo". Hablamos con criterios "gramscianos". Hablamos de que los sectores revolucionarios tienen que saber interpretar no solamente los intereses de las clases proletarias de un país, sino los intereses del conjunto de la sociedad. El problema de este país, no es un problema simplemente de clases. Tenemos que desbordar el concepto de "clase", por un concepto más integral, donde le ofrezcamos alternativas al conjunto de los sectores, y podamos manejar la sociedad mucho más cerca del consenso y la integración que del autoritarismo y la exclusión. Así sea un exclusivismo de mayorías. En Colombia en concreto, y creo que en América Latina en su conjunto, requerimos reformular los viejos esquemas que hemos heredado del marxismo, para buscar alternativas mucho más dinámicas y mucho más cercanas a las expectativas de nuestros pueblos (Entrevista, 9 e 10-4-1989).

As novas elaborações estudadas neste trabalho mostram que os avanços na superação desse "obstáculo teórico", na superação dos "velhos esquemas herdados" tem sido notáveis, e seguirão crescendo, seguramente, a partir dos muros caídos: a crítica histórica, como sempre, tremendamente mais efetiva que a crítica teórica.

Notas suplementares capítulo 4

[N1.] (Página 166)

Noção de "propriedade privada social". Esta idéia tem origem nas novas relações sociais que se estabeleceram nas "comunidades" rurais nas zonas semi-controladas pela FMLN. Várias formas de cooperativização foram experimentadas, desde a coletivização forçada, até formas cooperativas mais flexíveis. Uma das tendências que se afirmaram, por ser a mais capaz de garantir uma maior produtividade da propriedade social, superando alguns dos problemas do coletivismo formal, é justamente o trabalho privado, grupal ou individual, de parcelas da terra coletiva. Esta proposta é vista como forma de alcançar uma forma social que seja verdadeiramente uma "livre associação de produtores livres". Dizia Villalobos no Seminário Internacional "500 anos - América Latina entre o passado e o futuro", organizado pela Prefeitura de São Paulo e coordenado por Jorge E. Matoso e Marco A. Garcia, realizado em setembro de 1992:

...Buscar la hegemonía de la propiedad social no es también congruente con la utopía de que la propiedad pase a las manos de los trabajadores, pero directamente, no a través del estado o a través del colectivismo forzado? (...) Entonces tenemos que hacer que esa propiedad se torne competitiva y eficiente, probar a todos que los valores de solidaridad cooperación y asociación valen más, funcionan mejor que la acumulación individual de riquezas, y que podemos acumular riquezas con base en un esquema de funcionamiento colectivo, o sea, aceptar el mercado como la arena en que vamos a luchar contra el capitalismo **sobre la base de una definición de la propiedad social como una forma de propiedad privada.**

Eso implica aceptar algunas cosas: primero, el igualitarismo, la equitatividad, son conceptos primitivos (...) Por vía vertical y por vía coercitiva se estableció [en el mundo socialista] una sociedad igualitaria pura, así llegamos a la burocracia, a un sistema tan cerrado que lo que pasó fue que aparecieron otras formas de enriquecimiento. El partido se convirtió en una forma ilícita de enriquecimiento; después fueron surgiendo los escándalos y todo salió a luz y vimos que no es verdad que todo fuera tan igualitario. Entonces, tenemos que definir las relaciones entre conceptos de justicia social e igualdad...

...Hay que aceptar las diferencias en ciertos órdenes, porque uno de los problemas es que no todos trabajan igual. Cuando hablo de eso estoy hablando basado en experiencias concretas, de conceptos claves, como el hecho de que si la propiedad es de todos, lo que es de todos no es de nadie, y lo que no es de nadie, nadie lo cuida. Esa es una realidad del campo socialista, una realidad que nosotros vivimos dentro del fenómeno de organización de cooperativas, en un esquema colectivista forzado, dentro de una economía de mercado que llevó a cooperativas ineficientes. Por qué? Porque hay gente que trabaja más y recibe igual, y gente que dice, "entonces no voy a trabajar más porque, al final de cuentas, alguien va a trabajar por mí", eso no sirve.

Entonces tenemos que reconocer que nosotros tenemos problemas de paternalismo, de colectivismo, que todo eso bloqueó la eficiencia, la competitividad. El socialismo con toda su retórica y su soberbia, acabó provocando un gran atraso en la sociedad y el capitalismo avanzó cincuenta años hacia adelante en las fuerzas productivas, estableciendo su papel y dando al mundo aquello que se llamó revolución informática (...) Dentro de toda esta situación el punto fundamental en nuestro caso es cómo vamos a hacer frente a la oportunidad altamente positiva que tenemos de construir instrumentos de poder concreto, cómo podemos salir del marco contestatario, ese es el gran reto (...) El desafío que tenemos es convertir la izquierda y las fuerzas de oposición en un grupo de poder concreto. Por eso estamos lanzados al esfuerzo de crear un sector financiero, de crear medios de financiación, de crear un espacio económico, de crear un sistema de representación internacional que tenga inversiones junto con los productores, que formen una red de comercialización interna/externa... (Registro pessoal, *In*, Análisis, Nº 3, 1993: 40-53)

[N2.] (Página 172)

As tendências e o caráter "revolucionário" do PT. Todas as teses apresentadas no Congresso levantam o caráter revolucionário do PT, definem a sociedade alternativa a ser construída no Brasil como "socialista" e sustentam a necessidade de uma "revolução" para a superação da sociedade capitalista existente. As diferenças de concepções aparecem na hora de definir que é aquilo que entendem as forças respectivas como "revolução". Vejamos essas diferentes posições, não em todas as teses, mas naquelas três nas quais encontramos, ao igual que na "tese guia" essa "influências

gramsciana" assinalada. As posições da tese nº 11 "por um Brasil Democrático e Popular" são as colocadas no corpo central do texto.

Tese nº 10 "Por um PT Socialista e Revolucionário".

"...Romper com a ordem burguesa é, portanto, uma necessidade sentida desde hoje pelo PT, mesmo que todas as condições para isto ainda não estejam realizadas. **O caráter revolucionário desta ruptura é colocado pela própria classe dominante** que sempre deixou claro não aceitar a vontade de uma maioria que deseje uma profunda e radical transformação da sociedade e o fim de seus privilégios de classe...

...A contrapartida para que o processo de ruptura e transição se viabilize é a construção de um novo poder. Da nova democracia que se constrói por dentro da velha sociedade e contra o velho estado. A construção do poder dos trabalhadores e do povo só será possível numa conjuntura de avanço generalizado de construção e organização, quando houver uma crescente compreensão por parte das classes populares de que este velho poder burguês não tem mais condições de atender às suas expectativas imediatas e futuras; e quando uma força política se apresentar aos olhos do povo como capaz de resolver esta contradição...

...A ruptura revolucionária e a conquista do poder político é um momento fundamental da revolução e da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. A conquista do poder pode significar a vontade da maioria, mas não é sinônimo de hegemonia política com base num projeto global, e muito menos ideológica e cultural. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder de modo a compreender as diversas contradições materiais, políticas e ideológicas que permanecerão existindo mesmo entre os setores sociais revolucionários, além das tradições políticas e culturais da velha sociedade..." (Jornal do Congresso nº 5, 1991: 74-75)

Tese nº 9 "Um Rumo Revolucionário para o PT".

"A necessidade de uma ruptura revolucionária da ordem está fundamentada na nossa própria concepção de socialismo, que prevê a fundação de um novo Estado, de uma nova ordem jurídica e a implantação do controle social sobre a economia.

Há certas instituições do poder burguês (Forças Armadas, centros da burocracia estatal e do Poder Judiciário, o poder do grande capital) que se fecham às possibilidades de uma reforma progressiva e gradual. O seu poder deve ser "quebrado"...

...Esta ruptura revolucionária deve ser entendida como um momento radical de exercício da democracia.

Ela deve contar com a participação ativa de dezenas de milhões de trabalhadores. Exatamente **este despertar de massas é que torna possível a ruptura revolucionária.**

Ela deve contar, também, com uma **legitimidade** frente à maioria da população do país, que, em graus diferentes, reconhece e manifesta a necessidade da revolução da ordem burguesa...

...A ruptura revolucionária identifica-se assim com o momento em que a dualidade de poderes se resolve estrategicamente em favor dos trabalhadores. É o momento de choque e superação dos centros de maior resistência do poder das classes dominantes, do chamado "núcleo duro" do Estado burguês.

A identificação deste momento chave do processo do processo revolucionário, que coroa um processo de desenvolvimento da dualidade de poderes significa fazer a crítica das ilusões na possibilidade de uma transformação gradual, molecular e puramente processual do Estado burguês..." (Jornal do Congresso nº 5, 1991: 65)

Tese nº 8 "Um projeto para o Brasil".

"O socialismo que almejamos não poderá se concretizar sem uma revolução social. Todavia a concepção vulgar de revolução como "tomada do poder" de Estado -idéia muitas vezes disfarçada na metáfora de "destruição do Estado"- precisa ser agora seriamente questionada sob pena de não conseguirmos elaborar e realizar nenhum caminho concreto de construção socialista...

Reafirmamos aqui aquela que tem sido a diretriz básica do pensamento estratégico petista: **a mobilização e a organização social são os pressupostos para a revolução.** Não só por serem indispensáveis superação do capitalismo, mas também por constituírem a única via capaz de realizar uma concepção democrática de socialismo...

Para o PT a revolução não se constitui essencialmente num ato de ruptura, senão num processo de mudanças capaz de viabilizar, como já assinou o 7º Encontro Nacional, "a construção progressiva de nossa utopia concreta".

Esta concepção do PT se contrapõe a todas as concepções que encaram a revolução como um episódio político explosivo, concentrado num momento de desmantelamento da ordem existente, visando à construção de uma sociedade socialista a partir da pretensa instituição de um "novo" Estado que emergiria de um confronto espetacular entre as forças revolucionárias e as forças do grande capital. O PT rejeita esta concepção de revolução, inspirada em padrões militares de confronto, por ser irrealizável nas condições da atualidade e, mesmo que fosse realizável, inócua para o resultado pretendido porque antidemocrática e incapaz de contar com a participação ativa da maioria da sociedade na sua realização...

...O caminho que propomos para a construção do socialismo é um caminho radicalmente democrático...A efetivação crescente das conquistas democráticas a partir da luta social, da disputa política e do confronto ideológico-cultural no terreno das práticas e comportamentos, das concepções e dos valores, é uma via de transformação da sociedade que pressupõe a autonomia dos agentes desta transformação: as maiorias exploradas e oprimidas e as minorias sociais discriminadas..." (Jornal do Congresso nº 5, 1991: 52-53).

[N3.] (Página 192)

Noção do "intelectual". Esta construção nos coloca face a um complexo conceito da dimensão do "intelectual" cujos rasgos que exporemos sinteticamente a continuação.

"Intelectualidad" como propiedad de todos los hombres. "Función" intelectual y relación intelectual orgánico-intelectual tradicional.

Numa primeira determinação do conceito nos indica Gramsci:

...Los intelectuales son los "empleados" del grupo dominante para el ejercicio de las funciones subalternas de la hegemonía social y del gobierno político... (Gramsci, 1986c: 16).

No outro pólo da determinação temos:

...Todos son "filósofos"... (Gramsci, 1986a: 18).

...Todos los hombres son intelectuales podríamos decir, pero no todos los hombres tienen en la sociedad la función de intelectuales (...) Todo hombre considerado fuera de su profesión despliega cierta actividad intelectual, es decir es un "filósofo", un artista, un hombre de buen gusto, participa en una concepción de mundo, tiene una línea de conducta moral, y por eso contribuye a sostener o a modificar una concepción de mundo, es decir, a suscitar nuevos modos de pensar (...) Esto significa que si se puede hablar de intelectuales, no tiene sentido hablar de no intelectuales, porque los no-intelectuales no existen. Pero la misma relación entre esfuerzo de elaboración intelectual-cerebral y esfuerzo nervioso-muscular, no es siempre igual; por eso se dan diversos grados de actividad específicamente intelectual... (Gramsci, 1984a: 13).

O próprio Gramsci nos adverte das dificuldades, mas, ao mesmo tempo, da necessidade destas "ampliações" do conceito:

...Este planteo del problema da como resultado una extensión muy grande del concepto de intelectual, pero sólo de esta manera es posible alcanzar una aproximación concreta a la realidad.. (Gramsci, 1984a: 13).

Se vimos que uma certa função na sociedade, nos permite distinguir os intelectuais "de profissão", como atividade "específica", e caracterizar as particularidades dos "intelectuais orgânicos", este último conceito amplia o seu sentido na confrontação com o conceito de "intelectual tradicional"

...El punto central de la cuestión es la distinción entre los intelectuales como categoría orgánica de cada grupo social fundamental, y los intelectuales como categoría tradicional... (Gramsci, 1984a: 19).

...La formación de intelectuales tradicionales es el problema histórico mas interesante. Está estrechamente ligado a la esclavitud y a la posición de los libertos de origen griego y oriental en la organización social del Imperio Romano... (Gramsci, 1984a: 21).

Esta conformação particular determina um conjunto de atividades mediadoras desta categoria de intelectuais entre os grupos "organicamente constituídos" e com o Estado. Assim, temos duas séries de relações que estabelecem os intelectuais orgânicos do grupo a partir da premissa de que:

...No existe una clase independiente de intelectuales, sino que cada grupo social tiene un grupo propio de intelectuales o tiende a formárselo... (Gramsci, 1986c: 101).

Uma primeira série de relações se estabelece com os intelectuais "orgânicos" dos outros grupos:

...Los intelectuales de la clase histórica (y realmente) progresiva, en las condiciones dadas, ejercen tal poder de atracción que terminan, en último análisis, por subordinar a los intelectuales de los demás grupos sociales y por lo tanto, por crear un sistema de solidaridad entre todos los intelectuales... (Gramsci, 1986c: 101).

A segunda série de relações diz respeito aos "intelectuais tradicionais"

...Una de las características más relevantes de cada grupo que se desarrolla en dirección al dominio, es su lucha por la asimilación y la conquista "ideológica" de los intelectuales tradicionales, asimilación y conquista que es tanto mas rápida y eficaz cuanto más rápidamente elabora el grupo dado, en forma simultánea, sus propios intelectuales orgánicos... (Gramsci, 1984a: 16).

Este conjunto de questões nos coloca ante novas características para o intelectual de "novo tipo" e da sua atividade:

...El modo de ser del nuevo intelectual ya no puede consistir en la elocuencia motora exterior y momentánea de los efectos y de las pasiones, sino en su participación activa en la vida práctica, como constructor, organizador, persuasivo permanente, no como simple orador... (Gramsci, 1984a: 14).

Enquanto à sua relação com as condições econômicas é necessário observar o seguinte:

...La relación entre los intelectuales y el mundo de la producción no es inmediata, como ocurre con los grupos sociales fundamentales, sino que es "mediata" en forma diversa en todo el tejido social y en el complejo de las superestructuras en las que los intelectuales son los "funcionarios"... (Gramsci, 1984a: 16).

...Para analizar la función político-social de los intelectuales, es preciso recordar y examinar su actitud psicológica hacia las clases fundamentales que ellos comunican en los diversos campos. Tienen una actitud "paternalista" hacia las clases instrumentales? O creen ser su expresión orgánica? Tienen una actitud "servil" hacia las clases dirigentes o se creen dirigentes ellos mismos, partes integrantes de las clases dirigentes? (Gramsci, 1986c: 135).

O partido político como "coletivo de intelectuais" e como "intelectual coletivo".

...Que todos los miembros de un partido político deban ser considerados como intelectuales, he ahí una afirmación que puede prestarse a burla y a la caricatura; sin embargo, si se reflexiona, nada hay más exacto (...) Importa la función directiva y organizativa, es decir, educativa, o sea intelectual... (Gramsci, 1984a: 20).

Assim, aquelas duas séries de relações que se estabelecem a partir dos grupos sociais fundamentais se "coagulam" e se articulam no partido político, em duas linhas de atuação em torno à "intelectualidade". Por um lado, em relação aos intelectuais "orgânicos" ao grupo:

...Para algunos grupos sociales, el partido político no es mas que el modo de articular la propia categoría de intelectuales orgánicos (...) directamente en el campo político y filosófico y no ya en el campo de la actividad productiva (...) Un intelectual que entra a formar parte del partido político de un determinado grupo social, se confunde con los intelectuales orgánicos del mismo grupo, se liga estrechamente al grupo... (Gramsci, 1984a: 19-20).

E, por outro lado, com respeito aos intelectuais "tradicionais":

...Para todos los grupos, el partido es justamente el mecanismo que, en la sociedad civil cumple las mismas funciones que en medida más vasta y más sintéticamente cumple el estado en la sociedad política, es decir, procura la unión entre intelectuales orgánicos de un grupo dado, el dominante, y los intelectuales tradicionales; y el partido cumple esta función en forma dependiente de su función fundamental, que es formar sus propios componentes, elementos de un grupo social que ha surgido y se ha desarrollado como económico, hasta convertirlos en intelectuales políticos calificados, dirigentes, organizadores de toda la actividad y la función inherente al desarrollo de una sociedad integral civil y política... (Gramsci, 1984a: 19) (Negritos nossos).

Frente a este "centralismo burocrático" que critica, Gramsci defende uma concepção de "centralismo democrático" que deve ser necessariamente orgânico ao movimento da realidade, isto é ser capaz de expressar a multiplicidade de situações que o processo histórico coloca frente às forças transformadoras.

...É preciso distinguir nas teorias do centralismo orgânico entre aquelas que ocultam um programa preciso de predomínio real de uma parte sobre o todo (seja a parte constituída por uma camada como a dos intelectuais, seja a parte constituída por um grupo territorial "privilegiado") e aquelas que representam uma pura posição unilateral de sectários e fanáticos, e que mesmo podendo esconder um programa de predomínio (...) imediatamente no parece ocultar tal programa como fato político consciente. O nome mais exato seria o de centralismo burocrático. A "organicidade" só pode ser do centralismo democrático, que é um centralismo em movimento, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de temperar os impulsos da base com o comando da cúpula, um inserimento contínuo dos elementos que brotam do mais fundo da massa na cornija sólida do aparelho de direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências. Ele é "orgânico" porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelar-se da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é estável e permanente, ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. (...)

...O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive enquanto é interpretada e adaptada continuamente às necessidades. Ela consiste na pesquisa crítica de tudo que é igual na aparente disformidade, e diferente e inclusive oposto na aparente uniformidade para organizar e ligar estreitamente tudo o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão pareçam uma necessidade prática e "indutiva", experimental, e não o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, isto é, próprio dos intelectuais puros (ou puros asnos) Este trabalho contínuo para selecionar o elemento "internacional" e "unitário" na realidade nacional e local é, na realidade, a ação política concreta, a única atividade criadora de progresso histórico. Este trabalho requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massa populares, entre governantes e governados... (Gramsci, 1980: 84-85).

Capítulo 5

O socialismo como radicalização da democracia

O conceito de socialismo para indicar uma sociedade superadora do capitalismo é prévio à tematização marxista. Porém, com as elaborações de Marx, a questão do socialismo ganha maior vigor, ficando associado de um modo particular ao seu nome sob a denominação de "socialismo científico". Depois do triunfo da Revolução de Outubro na Rússia, o nome de socialismo ficou estreitamente ligado a esta experiência, depois difundida como "socialismo real" ou "socialismo realmente existente". A crise do "socialismo real" comprometeu o socialismo no seu conjunto.

Nas experiências que estudamos, duas questões principais alimentam nos últimos anos a discussão sobre o socialismo.

1.- Em primeiro lugar, a discussão que colocou sobre a mesa a estrondosa crise do mundo do Leste conformado sob a invocação do nome de "socialismo".

2.- Em segundo lugar, e politicamente mais importante, as possibilidades reais do PT e da FMLN, partidos de vocação socialista, chegarem a ocupar importantes posições de governo nestes países, inclusive o próprio governo central, embora com programas de transição.

O PT, nascido numa relação próxima ao pensamento socialista, mas crítica dos modelos do Leste, desenvolve ao longo da sua história seu próprio conceito de socialismo. Desde aquelas primeiras palavras de ordem na formação do partido -"não há socialismo sem democracia nem democracia nem socialismo"-, foi construindo uma relação entre estes dois conceitos, expressa na definição do Primeiro Congresso do socialismo como "sinônimo de radicalização da democracia". Desde o 5º Encontro em dezembro de 1987 até o 1º Congresso em dezembro de 1991 temos o mais rico período de elaboração da definição daquilo que seria "o socialismo petista", um socialismo "radicalmente democrático".

A crise do "socialismo real" é vívida mais dramaticamente pela FMLN, mas isto acontece em um período de importantes transformações internas da Frente. Esta organização observava atentamente a experiências cubana e, principalmente, a sandinista, e isso permitiu extrair importantes ensinamentos das crises destes dois processos revolucionários. Ao mesmo tempo, a Frente se encontrava num período de intensa discussão sobre a formulação de um projeto nacional para El Salvador, que levasse em conta o quadro interno de forças, não apenas no que diz respeito ao equilíbrio militar e político estabelecido com o Governo e suas Forças Armadas, mas também com relação ao novo auge e experiências dos movimentos sociais. Nestas circunstâncias, as forças

que compõem esta Frente se vêm obrigadas a fazer uma reformulação drástica das suas concepções de socialismo.

Em meados dos anos 80 começa a ser sistematizada a questão da democracia vinculada à idéia de revolução. Fermán Cienfuegos definia o objetivo imediato da luta revolucionária como a construção de uma "República Democrática". As palavras de Guillermo Ungo definiram muito bem a relação dos conceitos alcançada naquelas circunstâncias: *"no se puede ser demócrata sin ser revolucionario; ni ser revolucionario sin ser demócrata en la situación latinoamericana"*. Resultado desta discussão da segunda metade dos anos 80, a FMLN define como "Revolução Democrática" o tipo de transformação objetivado nessa etapa da luta, com as características já expostas. Na etapa presente temos uma maior precisão da relação democracia-socialismo. O oitavo Congresso do PCS, em março de 1993, dirá: *"la transición al socialismo pasa necesariamente por la democratización sucesiva y profunda"* da sociedade. A característica principal do "socialismo" no conceito do PCS, aparece como o desenvolvimento "integral" da democracia em níveis superiores, através da auto-gestão e o controle popular. Por sua vez, na concepção do PRS, através do pensamento de Joaquín Villalobos, *"la democracia no es una categoría inferior al socialismo"*, e re-define a frase de Ungo da seguinte maneira: *"ser socialista es ser profundamente democrático; ser democrático es ser profundamente socialista"*. Para Villalobos a "Revolução democrática" em curso significa que *"...estamos avanzando al socialismo a partir de una revolución"*.

O fato relevante destas novas linhas estratégicas é que ambos os partidos definem a sociedade "socialista" que almejam construir a partir de uma recuperação crítica do conceito de **democracia**: socialismo como aprofundamento ou radicalização da democracia, estendida esta a todos os planos da vida social, o que significa uma ruptura profunda com o pensamento tradicional da esquerda.

O socialismo Petista

O PT, desde sua origem, vem percorrendo um interessante caminho de definição da sua própria concepção de socialismo, fruto de um permanente debate no seu interior e com as experiências "socialistas" e "social-democratas", com as quais estabelece um diálogo crítico. Nos interessa nesta seção mostrar o caminho da construção de uma definição própria e algumas das características que o PT foi formulando para essa nova sociedade.

Em primeiro lugar, é interessante notar que, desde os documentos fundacionais e pré-fundacionais, o PT dá nome a essa sociedade dos seus sonhos: *socialismo*. Em segundo lugar, deve observar-se que este partido, na definição daquilo que entenderá por socialismo, estabeleceu um princípio neste primeiros documentos que se manterá: a questão do socialismo não se pode

colocar como "uma receita deduzida dos princípios", mas como "um compromisso de luta dos trabalhadores" (Pedrosa, 1980, 93). Em consequência, a Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT, no documento de 10|2|1980, "Pontos para a elaboração do programa", assinalava que, embora o conjunto das aspirações dos movimentos populares que o programa deveria exprimir "apontem na direção do socialismo",

...O programa do PT não pode ser um programa socialista porque isso não refletiria, seria falsear, sua relação com as bases sociais das quais emana. Seria repetir uma versão de "programa de cima pra baixo" (...) O programa do PT não pode ser uma lista de desejos, por mais justos que sejam, quanto à organização futura da sociedade... (Pedrosa, 1980: 93).

O partido levará ainda vários anos até começar a definir mais claramente o caráter da sua proposta estratégica. Mas, há uma série de convicções básicas que aparecem nos documentos fundacionais que serão aprofundados desde o 5º Encontro em diante.

1) Em primeiro lugar, uma apropriação e defesa, embora perpassada por conflito entre as forças componentes, do conceito de *democracia*.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira...Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis a direção das decisões políticas e econômicas do país (Pedrosa, 1980: 107-108).

Essa democracia será uma "nova democracia":

...Uma forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade, e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias (Pedrosa, 1980: 79).

Uma democracia que se identifica com o futuro socialista da sociedade. Sendo o PT "um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática..." (Pedrosa, 1980: 61), se definirá uma fórmula que se mantém até hoje:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas pois **não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo** (Pedrosa, 1980: 61).

2) Em segundo lugar, o PT delimita fronteiras com o que foi o "socialismo real", desde muito antes do seu fracasso total:

O PT também nasce num momento em que um sistema social criado para opor-se ao capitalismo reproduz as práticas deste, subordinando países, interferindo na autonomia de outros povos, praticando invasões próprias dos «marines» yankees. Esse sistema também está em crise. O PT se posiciona frente à crise internacional, à crise dos sistemas, numa posição de independência. Nem temos subordinação econômica em relação a um, nem subordinação ideológica em relação ao outro... (Pedrosa, 1980: 102).

3) Em terceiro lugar, afirma a autonomia dos trabalhadores na construção dessa nova sociedade

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores... (Pedrosa, 1980: 59).

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra (...) Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares... (Pedrosa, 1980: 78-79).

A partir dessa posição autônoma, e do papel dirigente dos trabalhadores na nova construção, formula o papel do PT como articulador das múltiplas categorias de trabalhadores, uma articulação que:

...Deverá ter como centro os interesses *comuns* dos trabalhadores de diferentes condições e locais: assalariados, produtores autônomos, aposentados, sejam eles homens ou mulheres, da cidade ou do campo (Pedrosa, 1980: 89).

4) Em quarto lugar, sustenta o princípio de autonomia, não apenas para os trabalhadores mas para o conjunto dos movimentos sociais com os quais o PT está vinculado desde a sua origem:

O PT deve deixar claro em seu programa que ele não pretende englobar os movimentos populares, nem mandar neles, e que não pretende tampouco substituir os movimentos sociais em sua esfera própria de atividade. Ele apoiará as lutas dos movimentos populares mas não fará as lutas no lugar deles... (Pedrosa, 1980: 92).

Neste sentido, o papel articulador é formulado num sentido mais amplo:

O PT deve buscar incessantemente aquilo que é a sua razão de ser: articular os movimentos sociais, suprimir-lhe a atomização, unificar demandas aparentemente diversas como salário e água encanada... (Pedrosa, 1980: 104).

5) Em quinto lugar, proclama a sua vontade de lutar pelo poder político central para dirigir os destinos do país.

O país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social (Pedrosa, 1980: 81).

6) Em sexto lugar, o PT se manifesta como um partido "solidário com todas as massas oprimidas do mundo" (Pedrosa, 1980: 62).

Como vimos, o partido retomará com ênfase a questão da elaboração da concepção do socialismo no 5º Encontro Nacional em dezembro de 1987 e chegará a uma elaboração mais acabada no 1º Congresso em dezembro de 1991, passando por um importante consenso de idéias no 7º Encontro Nacional, em junho de 1990. A seção das resoluções do 5º Encontro que nos interessa destacar denominada "Objetivo estratégico do PT: socialismo", começa com a seguinte declaração:

A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da **crescente pressão da militância para que definamos o tipo de**

socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia a dia e a luta mais geral pelo socialismo (PT, 1987: 10) (Negritos nossos).

Aquelas formulações gerais nos documentos fundacionais e os acréscimos parciais nos 7 anos seguintes não satisfaziam à militância nesse marco de fortíssima luta ideológica que se estabelece desde meados dos 80, quando começa a se afirmar a onda neo-liberal e se faz pública a falência do "socialismo real". A crise do paradigma e o enfraquecimento de uma perspectiva futura foram intensamente sentidos pelas forças de esquerda e parece óbvio que a "crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos" é uma expressão desta conjuntura. O 5º Encontro começa a desenhar essas definições. Este Encontro, além de avançar em algumas respostas, parece ter tido um papel particularmente relevante na colocação mais clara dos eixos da discussão: (i) Problema das mediações entre o "momento reivindicativo" das lutas e o "momento da conquista do poder"; (ii) Relações entre reforma e revolução; (iii) Problemas do caminho principal da luta pelas transformações, e as táticas derivadas; (iv) Problema do desconhecimento pelo partido da estrutura de classes, das contradições inter-burguesas, e a necessidade de um estudo que deve envolver o conjunto do partido a fim de definir com clareza o adversário, os aliados circunstanciais, os aliados estratégicos, etc. As resoluções assinalam esse insuficiente conhecimento da estrutura classista da sociedade como "uma das razões principais que explicam porque o PT, como um todo, ainda não avançou suficientemente nas definições estratégicas"(PT, 1987: 12).

Além de definir esses pontos centrais do debate, o 5º Encontro avança em várias respostas importantes.

1) A idéia de que "o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana" valoriza as realizações presentes das lutas e se coloca contra aquela noção de que o socialismo só começa a se construir depois da "tomada do poder".

2) Coloca o tema da economia mista: o setor "socialista" da economia (estatal ou coletiva) e a "pequena economia mercantil".

3) Reafirma a necessidade do pluralismo político a partir do fato da permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção do socialismo. Junto com isso, na crítica ao "socialismo real", acrescenta:

O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido... Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição (PT, 1987: 13)

Junto ao novo ponto de partida que colocam as discussões do 5º Encontro, no caminho que leva a uma maior precisão da questão no 7º Encontro, é necessário destacar o papel da aparição em dezembro de 1987, no mês do 5º Encontro, da revista "Teoria e debate", revista trimestral do diretório Regional de São Paulo, que adquiriu importância nacional. No seu Nº 4 de setembro de 1988, Teoria e Debate alimenta o fogo da discussão sobre o caráter da proposta estratégica do PT. "A discussão sobre o caráter do Partido dos Trabalhadores dá um salto de qualidade e volta a se colocar na ordem do dia" diz a revista na apresentação do debate (T&D, Nº 4, 1988, 32).

Neste novo momento da discussão realiza-se o 7º Encontro. Em primeiro lugar, a resolução do 7º Encontro sobre os objetivos estratégicos, denominado "O socialismo petista" se insere na tradição dos documentos fundacionais do partido já mencionados:

Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, **a ambição histórica do PT já era na sua origem nitidamente socialista...** (PT, 1990: 26) (Negritos nossos).

Em segundo lugar, descreve o método seguido desde aquele momento na construção da própria concepção de "socialismo":

A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários encontros nacionais do partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 80 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política -democrática e anti-capitalista- perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais. De resto, também as direções careciam de muita experiência que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. **O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares** (PT, 1990: 28) (Negritos nossos).

E realiza, ao mesmo tempo, um balanço deste caminho percorrido, assinalando, que "tal pedagogia política, baseada na auto-educação das massas através de sua participação civil, revelou-se no geral acertada" (PT, 1990, 28).

O 7º Encontro reafirma, em segundo lugar, os "propósitos radicalmente democráticos" do PT.

Porque a democracia tem para o PT um valor estratégico. Para nós ela é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada (PT, 1990, 25).

O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo... (PT, 1990: 27) (Negritos nossos).

Isto é, a democracia, tal como acontecerá com o conceito de hegemonia no 1º Congresso, é ao mesmo tempo **conteúdo e instrumento** do novo projeto político.

Em terceiro lugar, reafirma o caráter anticapitalista do PT.

Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anti-capitalistas, assim como a opção anti-capitalista qualifica de modo inequívoco a nossa luta democrática (PT, 1990: 26).

Em quarto lugar, junto à continuação da crítica ao "socialismo real", o 7º Encontro coloca uma forte crítica ao paradigma "socialdemocrata":

Semelhante convicção anti-capitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam hoje nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com a transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo deixaram de acreditar inclusive na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo (PT, 1990: 26-27).

Finalmente, o 7º Encontro coloca as seguintes perguntas sobre a substância do socialismo almejado pelo PT:

Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude de tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações (PT, 1990: 28-29).

E avança algumas respostas que resultam, diz a resolução, da própria experiência "ativa e reflexiva" e "brotam por negação dialética das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas" (PT, 1990: 29). Essas respostas podem sintetizar-se da seguinte maneira.

1) Levanta uma concepção não determinista do socialismo, onde este aparece como obra da vontade humana.

O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo (PT, 1990: 29).

2) Propõe algumas características da propriedade em uma "efetiva democracia econômica":

a) A propriedade nas novas relações sociais: "...deverá organizar-se a partir da propriedade social dos meios de produção" (PT, 1990: 29).

b) Essa propriedade social deve entender-se no sentido de: "Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal, etc.) que a própria sociedade democraticamente decidir" (PT, 1990: 29).

c) Busca uma posição de equilíbrio entre mercado e planificação. Uma "democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas 'socialistas'" (PT, 1990: 29).

d) Promoverá uma nova organização social do trabalho que permita superar o estado de alienação do trabalhador. Para esta tarefa assinala o papel relevante dos "conselhos de fábrica" (PT, 1990: 30).

3) Propõe uma série de valores a se construir e se desenvolver:

a) O socialismo no Brasil deverá se inserir nas tradições de lutas populares da história nacional.

b) Deverá basear-se no princípio da solidariedade humana e no desenvolvimento das aptidões individuais para a solução dos problemas comuns.

c) A sociedade buscará constituir-se como sujeito coletivo conservando a "fecunda e desejável singularidade individual".

d) Assegurará a igualdade fundamental entre os cidadãos conservando o direito à diferença.

e) Fomentará uma democracia "integradora e universalista" (PT, 1990: 29).

f) Desenvolverá o pluralismo e a auto-organização como antídoto contra a burocratização do poder, das inteligências e das vontades.

h) Apoiará a autodeterminação dos povos, e valorizará a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão na qual, o "internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente" (PT, 1990: 29).

4) No plano político indica a necessidade de conservação e ampliação das liberdades democráticas conquistadas na sociedade capitalista, libertando-as da coação que o capitalismo lhes impõe e desenvolvendo toda a capacidade de expressão dos interesses coletivos.

Todos esses elementos serão longamente discutidos durante o período que leva até o 1º Congresso do partido através de boletins, das teses das diferentes tendências, os encontros prévios, etc. O resultado foi uma rica concepção de sociedade alternativa pela qual lutará o PT. Vejamos uma síntese dessa concepção alcançada pelo 1º Congresso.

As experiências do chamado "socialismo real", diz a resolução, "não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-Indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza" (PT, 1991: 12-13), e "privaram povos inteiros da participação política e da democracia" (PT, 1991: 23).

O isolamento internacional; a estatização generalizada da economia, que tampouco foi seguida por sua efetiva socialização; o planejamento burocrático altamente centralizado que se fechou à participação real dos trabalhadores; a hipertrofia da indústria pesada e militar às expensas do consumo de massa; o

bloqueio à livre manifestação das preferências de consumo, a castração da liberdade cultural e intelectual, a falta de democracia política e as dificuldades econômicas de toda ordem (...) levaram a que ocorressem nesses países verdadeiras revoluções democráticas que significam o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural (PT, 1991: 26-27).

Razão pela qual assinalam as resoluções, "cabe ao Partido apontar um horizonte socialista para a humanidade, bem diferente do socialismo real" (PT, 1991: 27).

Esta crítica não é simplesmente a crítica a um modelo "degenerado", mas também a uma estratégia de construção, a uma lógica política fundada em concepções como:

...a estatização dos meios de produção sob controle burocrático; um Estado burocrático radicalmente separado da sociedade civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único imposto por lei; a substituição da democracia socialista por um regime de opressão burocrática; a vulgarização -em verdade a negação- do marxismo e sua transformação em ideologia de Estado; uma idéia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção... (PT, 1991: 25).

Portanto, diz a resolução,, o PT propõe-se a impulsionar um renovado projeto de "socialismo democrático" (PT, 1991: 28), socialismo que é "sinônimo de radicalização da democracia" (PT, 1991: 32). Esta concepção de socialismo implica em:

...Recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores (PT, 1991: 32).

E, nesse sentido, o PT define a democracia política, econômica e social como "base constitutiva da nova sociedade" (PT, 1991: 33).

O Congresso coloca para o PT o desafio da reconstituição da "utopia socialista" como "um novo modo de fazer e viver a política, uma nova praxis partidária e social que incorpore de fato os valores libertários socialistas" (PT, 1991: 29), e se dispõe a lutar por uma ordem social qualitativamente superior, "baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente" (PT, 1991: 32). O Congresso entende que a diversidade de desejos e idéias é inerente à condição humana, "razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade". Neste sentido, propõe-se a lutar por "uma sociedade efetivamente pluralista" (PT, 1991: 32), que vise:

...Construir no socialismo uma esfera pública na qual a política não se restrinja a iniciativas estatais e institucionais, mas que, ao contrário, tenha seu pólo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania (PT, 1991: 33)

No que diz respeito à complexa questão do "mercado" o Congresso assinala que a concepção de socialismo do PT:

...Nega tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do estatismo, típica do "socialismo real" (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece necessariamente o domínio da burocracia). O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando dessa forma a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais (PT, 1991: 34).

Para que isso aconteça, segundo a resolução, será necessário que:

...O estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada de modo a poder interferir decisivamente na definição da política econômica (PT, 1991: 34).

O PT, diz o 1º Congresso, recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado como espaço social da troca, por decreto.

O mercado sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente é compatível com nossa concepção de construção do socialismo.... (PT, 1991: 35).

Mas, por outra parte, o PT:

...Recusa o mercado capitalista, organizado sob a lógica do lucro e exploração do trabalho assalariado, concentrador de renda, riqueza e poder como forma de organização da produção social (PT, 1991: 34).

O projeto petista, na área econômica, está centrado na "ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas" (PT, 1991: 48), e dirigido a "esses milhões de expulsos do mercado", que constituem uma "base excepcional a partir da qual pode se desenvolver um novo ciclo de desenvolvimento econômico no país" (PT, 1991: 49). Trata-se, segundo o Congresso, de um projeto que visa:

...Distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequadas, reorientem o desenvolvimento econômico-social... (PT, 1991: 49).

Neste sentido, a proposta do PT é "recuperar o papel do planejamento econômico estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado" (PT, 1991: 50), numa democracia que articule formas representativas e diretas, e numa transição que:

...Partindo da socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático, entenda que o mercado

ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração (PT, 1991: 53).

Numa época histórica marcada pela crise terminal do chamado "socialismo real", e pela avalanche de um discurso neoliberal que prometia o fim da história e o fracasso dos grandes projetos libertários, o Primeiro Congresso do PT tem a audácia de retomar criticamente o nome e o conceito de socialismo, recuperar o conceito de democracia e definir através destes dois conceitos um novo projeto de sociedade para o Brasil. As definições alcançadas pelo Primeiro Congresso, sem eliminar as múltiplas diferenças que persistem sobre este ponto, cobriram as expectativas da militância partidária nesta etapa, concluíram um longo processo de debate em torno das definições estratégicas do partido, e deram uma base *comum* mais sólida para os desafios imediatos.

A FMLN e a questão do socialismo.

Uma indagação histórica minuciosa da evolução da questão do socialismo (como qualquer outra questão) na FMLN deve percorrer os períodos históricos mais relevantes já discutidos. Resumidamente:

1) 1970-1979. O período que vai desde a aparição da primeira organização armada (momento em que a "esquerda" deixa de ser somente o PCS), até as primeiras tentativas de unidade. Este período é de *divergências*, de criação das 4 organizações com as quais confluirá o PCS na formação da FMLN, e período de *diferenciação*, ideológica, estratégica e tática-conjuntural.

2) 1979-1981. O período de conformação da FMLN, no qual, necessariamente se dá um processo de *convergência* e de destilação daqueles elementos comuns que permitiram a unidade. Nesse período se "cerram fileiras" em torno à concepção de socialismo vinculada ao "socialismo realmente existente".

3) 1981-1989. O período da guerra, que vai desde a ofensiva da Frente de janeiro de 1981 até a ofensiva de novembro de 1989. Quanto ao tema que nos ocupa aqui, pode tomar-se como um período homogêneo: a preocupação principal era a guerra, a questão militar e, embora estivessem amadurecendo novos conceitos, eles só se expressarão coletivamente no período posterior à ofensiva de 89, quando se coloca em forma permanente a necessidade da negociação política. A principal questão neste período, junto com o desenvolvimento da guerra, é a questão da saída negociada ao conflito, questão que está colocada desde o começo da década, e, portanto, o problema da "democracia" como conceito permanente para a construção da nova sociedade

4) 1989-1991. O período que vai desde o fim da ofensiva até a assinatura dos Acordos é de busca e criação conceitual das distintas forças componentes, com o objetivo de conseguir propor um

modelo alternativo de sociedade em uma conjuntura de enorme complexidade política e ideológica, nacional e internacional.

5) 1992 em diante. O período de vida legal da FMLN, já como partido que opera nos marcos institucionais. É o período fundacional do novo partido. Nesta etapa se manifestam publicamente diferenças no interior da FMLN que tinham sido amortecidas pelas condições impostas pela guerra.

Em nenhum destes períodos a FMLN realiza uma vida interna democrática, com as características conhecidas no PT. Os acordos políticos entre as distintas forças da Frente, as definições conjunturais e estratégicas foram realizadas pela cúpula, através das direções dos 5 partidos membros. Assim, o processo de constituição dos conceitos estratégicos deve passar ainda por uma ampla discussão pela massa de filiados e simpatizantes, fato que começou a se realizar nestes dois últimos anos, e condição para que se possa superar os limites dos marcos partidários próprios e construir um ideário permanente e realmente coletivo da FMLN.

Para seguir o percurso da idéia de sociedade alternativa ao capitalismo que vai se contruindo na FMLN é preciso partir do seguinte fato: a FMLN é a união de 5 partidos autodefinidos como "socialistas" e "revolucionários", com diferentes visões da sociedade e do processo de transformação social, que superam essas diferenças através de um marco unitário sustentado pelo objetivo de uma transformação revolucionária da sociedade, e um método de luta: a luta armada. É necessário levar em conta, ao mesmo tempo, que a FMLN se constrói numa relação próxima com o projeto da Revolução Sandinista, um projeto de sociedade alternativa que nasce diferenciando-se do modelo socialista clássico, no qual o pluralismo político e a economia mista eram, pelo menos programaticamente, duas características básicas dessa originalidade.

Assim, no que se pode considerar como o primeiro programa coletivo da FMLN, partilhado com o FDR (programa surgido na CRM), o chamado Programa do Governo Democrático Revolucionário (GDR), fica clara a influência dos novos conceitos colocados em cena pela Revolução Nicaragüense.

1) Em primeiro lugar define-se o sistema econômico a construir como "um sistema de economia mista que compreenda a propriedade (estatal e cooperativa) e a propriedade privada" (FDR-FMLN, 1980, 18).

2) Em segundo lugar, define os marcos do pluralismo do GDR, no qual, diz o programa, "haverá representação dos setores democráticos que tenham contribuído ativamente à derrubada da ditadura" (FDR-FMLN, 1980: 18). Nesse sentido, o GDR deveria ser "uma aliança democrática e revolucionária na qual se respeita plenamente a ideologia política e religiosa de cada um" (FDR-FMLN, 1980: 18). O programa do GDR será definido, portanto, como "aberto às possibilidades de

convergência de todos os setores sociais interessados em alcançar a paz, a democracia e a independência nacional (FDR-FMLN, 1980, 18).

3) Em terceiro lugar, coloca alguns valores que sustentariam a construção da nova sociedade.

a) O GDR garantirá a paz, a liberdade, o bem-estar e o progresso do povo salvadorenho e para isso realizará reformas econômicas, sociais e políticas que assegurem à grande maioria uma distribuição justa da riqueza, o acesso à cultura e à saúde, e o exercício real dos direitos democráticos.

b) O GDR aplicará uma política internacional de paz e não alinhamento.

c) O GDR garantirá a liberdade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos (FDR-FMLN, 1980: 18).

Deste Programa nos dizia o dirigente da FMLN, Jorge Melendez em entrevista:

Según nosotros era um programa muy democrático, muy amplio. Pero hoy cuando volvemos a verlo nos damos cuenta de que no era tan democrático, ni tan amplio. A pesar de todo, para ese entonces, cuando no teníamos tanta claridad como ahora de lo que es un país, de lo que es un gobierno, de lo que es la problemática real que atraviesa una nación, cuando se tiene más corazón que otra cosa, era importante (Entrevista, 24/4/93. In, Análisis, 1993: 61).

Contudo, o programa do GDR deve ser levado necessariamente em conta como a base de um acordo político de longo fôlego entre a FMLN e o FDR, e como uma referência necessária a partir da qual se irão construindo novos elementos, obviamente com avanços e retrocessos.

Um elemento importante é o fato de que os rumos que tomam os acontecimentos depois do fracasso da ofensiva de 1981, com o surgimento da proposta de saída negociada para o conflito por parte da FMLN, a Declaração Franco-Mexicana de apoio a essa saída, o reconhecimento da Frente como parte beligerante, a ofensiva diplomática da FMLN e as novas relações com diferentes setores políticos no plano internacional -tudo no marco de luta contra um regime sanguinário de terror em El Salvador-, levaram progressivamente a colocar em um lugar central e definitivo o conceito de *democracia*. Em uma situação como a que viveu El Salvador entre 1980 e 1984, quando o império do terror destroçava a sociedade, a democracia já não era um simples conceito propagandístico, mas um sentimento geral, uma idéia que se foi colocando como objetivo central no pensamento de uma nova sociedade. Dizia em 1989 Guillermo Manuel Ungo -Secretário Geral do partido MNR e do FDR, e figura de enorme influência na revolução salvadorenha-, num artigo denominado "Democracia e revolução":

Lo que vale para El Salvador y muchos países latinoamericanos y del Tercer Mundo no es, por cierto, aplicable en el mundo industrializado de Europa. Aquí, en mi Patria, en Centroamérica, seguro, la democracia es subversiva...

Modificar, transformar esa situación para convertirla en otra diferente que signifique un gobierno popular, de mayorías y para mayorías, es sin duda una tarea revolucionaria y de dimensión socialista. Luego, democracia y revolución, en países dependientes, subdesarrollados y regidos por oligarquías desnacionalizadas, son términos que se implican mutuamente. **No se puede ser demócrata sin ser**

revolucionario; ni ser revolucionario sin ser democrata, en la situación latinoamericana. La historia reciente nos enseña que separar ambos aspectos conduce a las dictaduras o a las democracias de disfraz (Ungo, 1989a: 2-3) (Negritos nossos).

A construção desta idéia de democracia na sociedade salvadorenha é um produto complexo de múltiplas influências:

1) Em primeiro e destacado lugar, o humanismo cristão. A influência espiritual, política, educativa e enfim, cultural, do pensamento da igreja comprometida com os setores sociais despossuídos, especialmente através do enorme trabalho social dos padres jesuítas em El Salvador é uma base inegável para a luta por uma sociedade mais justa.

2) Em segundo lugar, a própria aliança FMLN-FDR implicou a inter-influência com as posições da socialdemocracia, claramente identificada com o papel dirigente de Guillermo Manuel Ungo do partido MNR e de Rubén Zamora, dirigente democrata-cristão de esquerda, candidato a presidente pela aliança de esquerda nas eleições de março-abril de 94.

3) Em terceiro lugar, a importantíssima intervenção na construção deste conceito dos movimentos sociais, nos dois períodos já mencionados: a conjuntura de fim de década dos 70, quando se dá o maior movimento de massas da história do país. Tratava-se de uma enorme mobilização social radicalizada, vinculada à qual tem origem a FMLN. A intensa repressão, os massacres e, depois, a guerra aberta, põem fim a esta irrupção dos movimentos sociais; e a nova intervenção, em meados dos 80, quando as medidas de abertura política e a criação de um equilíbrio militar de forças, deram novo fôlego para uma recomposição dos movimentos sociais que rapidamente entraram na cena política colocando-se como terceiro ator central no conflito.

4) Em quarto lugar, a auto-reflexão dentro da FMLN, agigantada a partir da manifestação pública da crise terminal dos regimes do "socialismo real" e da crise do pensamento de esquerda que isso provocou.

5) Finalmente, é necessário assinalar a importantíssima influência exterior à qual se encontrava submetida a FMLN, resultado do seu reconhecimento mundial através da sua ofensiva diplomática o que levou a espalhar sua representação na Europa, E.U.A. e América Latina. A partir dessas origens, é possível compreender a nova centralidade que o conceito de democracia terá para o processo da revolução salvadorenha.

Podemos indicar três momentos na elaboração de um ideário **coletivo** da FMLN no período posterior à ofensiva de 1989:

1) A aparição da plataforma política da Revolução Democrática em setembro de 1990. Essa plataforma continha um amplo programa de democratização da sociedade. Por exemplo:

a) Caráter **democrático e nacional** das transformações:

El FMLN está inspirado históricamente en el pensamiento democrático, patriótico revolucionario y popular de la Nación. Las armas del FMLN no son para imponerse a la sociedad, son para terminar con el militarismo y con el poder de imposición que dan las armas, son para reivindicar a la sociedad civil y poder así realizar junto a todas las fuerzas un conjunto de profundos cambios en el sistema político y económico, que le den igualdad de oportunidades a todas ellas para gobernar el país, asegurando a su vez la defensa de los intereses de los sectores más pobres de la sociedad, encaminando así al país al fin de la injusticia social. (FMLN, 1990: 33-37)

b) Carácter plural das forças condutoras das mudanças:

La aspiración de la transformación democrática de nuestra patria no es exclusiva de nuestro frente, es una lucha de todo el pueblo a través de múltiples formas. La fuerza transformadora de nuestro país es de amplia composición política y social y el FMLN es una parte de ella (FMLN, 1990: 33-37).

2) O segundo momento nesta construção coletiva de novos conceitos é todo o trabalho de elaboração e discussão dos Acordos de Paz cujos resultados já foram expostos no capítulo anterior.

3) O terceiro momento que é preciso destacar é o processo da fundação do novo partido FMLN que acontece em 1º de setembro de 1992. Nos documentos fundacionais, a FMLN se declara partidária do "humanismo revolucionário", propiciando a "promoção e dignificação da pessoa humana, sua autodeterminação e todas as ordens da vida". O novo partido se diz identificado com os interesses das "maiorias sociais" e com a construção de uma "sociedade democrática nas ordens política, social e econômica"; uma democracia que define como "real e participativa". Para tanto, proclama sua disposição ao fortalecimento das "instituições geradas pela própria sociedade civil", promovendo a "livre organização e participação da cidadania". Finalmente, nos seus estatutos, este partido se define como "partido político de caráter permanente, democrático, pluralista y revolucionário" [N1].

Neste período de reformulação conceitual, o conceito de "democracia" e a idéia de "socialismo" como "democracia radicalizada" será a base das idéias de sociedade alternativa que começaram a construir as distintas organizações da FMLN. Como demonstrativo dessas novas elaborações queremos colocar duas formulações estratégicas que se relacionam às duas grandes correntes de pensamento dentro da FMLN: o caso do PCS, uma força histórica da esquerda salvadorenha, com vínculos mais próximos ao paradigma do "socialismo real", e o caso do PRS, uma força da "nova esquerda", crítica da ortodoxia e do modelo de socialismo vinculado ao "socialismo soviético".

1) Vejamos em primeiro lugar as novas elaborações do PCS sancionadas pelo 8º Congresso deste partido realizado em março de 1993.

a) Revolução democrática e projeto socialista.

Na seção do documento final, dedicada aos "objetivos e fins" que se propõe este partido, temos.

Art. 2. (...) El PCS lucha por alcanzar la meta histórica del socialismo, que será una sociedad democrática, participativa, políticamente pluralista, comprometida con el progreso constante en todos los órdenes de la vida productiva, económica, social, política y cultural; constituida en una nación soberana e independiente; sustentada en una economía mercantil, libre de la explotación del hombre por el hombre y de la explotación del hombre por el Estado, en la que predomine la propiedad autogestionaria de los medios de producción, directamente poseídos por los colectivos y comunidades de trabajadores, cuyas empresas existen, crecen y son rentables en tanto incorporan los progresos tecnológicos; con una vida política y social basada en el respeto de la persona humana y sus derechos y en la promoción de desarrollo e iniciativa del individuo dentro de una colectividad solidaria (PCS, 1993c: 3).

Art. 3. Son fines del Partido, una revolución democrática, que garantice la transición al socialismo y al comunismo (...) **La revolución democrática busca configurar una sociedad caracterizada por la supremacía de la sociedad civil y del poder civil, democráticamente generado**, sobre el poder militar: la imparcialidad e independencia reales de la administración de justicia, tanto respecto de los otros órganos de poder como entre los distintos niveles del órgano judicial; el total respeto y promoción de los derechos de las personas, de los derechos laborales, la igualdad ante la ley y un pleno Estado de derecho; **aseguramiento del pluralismo político e ideológico** y la limpieza y transparencia del sistema electoral; la democratización del acceso a los medios de comunicación; la realización de las reformas estructurales que aseguren el arraigo y desarrollo de las formas de propiedad social e individual de los trabajadores y garanticen condiciones para el incremento de su producción y productividad; **el respeto a la propiedad capitalista, en particular aquella comprometida con el desarrollo con justicia social; la vigencia de la libertad empresarial y del mercado en igualdad de derechos y oportunidades para todas las formas de propiedad**; el estado comprometido con el desarrollo y justicia social y el mejoramiento sostenido de las condiciones de vida del pueblo, comenzando por el trabajo, el acceso a la educación, a la salud pública y a la seguridad social; y el aseguramiento de la autodeterminación nacional... (PCS, 1993c: 3-4) (Negritos nossos).

No "Programa da Revolução Democrática", aprovado pelo 8º Congresso do PCS, apresenta-se a "transição ao socialismo" como uma "democratização sucessiva e profunda" da sociedade, fazendo da revolução democrática a "ante-sala do socialismo". Assim:

La transición al socialismo pasa, necesariamente por la **democratización sucesiva y profunda**, por el desarrollo de las fuerzas productivas, cuantitativo y cualitativo, y por el **gradual predominio de la propiedad social sobre los medios de producción...** (PCS, 1993b: 30-31).

b) O tipo de socialismo do PCS

As características gerais do projeto de socialismo que aspira a construir o PCS são enumerados da seguinte maneira:

1.- **El socialismo de Estado no es socialismo genuino.** El socialismo debe ser socializado; es un régimen social que debe estar en manos de la sociedad misma, gestionado por ella y no en manos del Estado.

2.- Cada país construye el socialismo a partir de sus propias realidades políticas, culturales y económicas, portando sus propias tradiciones y estilos. En otras palabras, cada sociedad define su propio modelo de socialismo.

3.- La democracia de base, participativa y representativa, forma parte esencial e inseparable de la sociedad socialista. **La expresión principal, no la única, de la democracia socialista de base, es la autogestión y el control popular.** La democracia socialista es más avanzada e integral que la democracia burguesa.

4.- La sociedad socialista está libre de la explotación del hombre por el hombre y del hombre por el Estado.

5.- El socialismo es profundamente humanista, solidario, internacionalista y revolucionario. Es de su esencia el respeto de la persona humana, de sus derechos y creencias y **asegura el desenvolvimiento y desarrollo integral del individuo dentro de una sociedad y colectivos solidarios**, compagina y armoniza la libertad del individuo y la acción del colectivo basado en la libertad de sus componentes y en la solidaridad de todos.

6.- El socialismo debe ser capaz de impulsar el progreso y el desarrollo en todos los órdenes de la existencia material y espiritual, estará comprometido con el desarrollo de las ciencias y el progreso tecnológico constante de la vida productiva, económica, social, política y cultural.

7.- **La economía de la sociedad socialista se basa en la propiedad social de los medios de producción, poseída y gestionada directamente por los trabajadores**, que convive con un área de propiedad individual y privada minoritaria, cuya existencia está en función de la satisfacción eficiente de las necesidades sociales y dura todo el tiempo necesario para el desarrollo de las fuerzas productivas y la evolución de las relaciones internacionales, permitan socializarlas con ventaja para la sociedad.

Las formas sociales de propiedad y distribución, deben tener una gran pluralidad y flexibilidad, abiertas a la creatividad de los trabajadores y de la sociedad, de manera que estimulen un desarrollo sostenible de las fuerzas productivas.

El Estado debe tener la fuerza económica suficiente para asegurar el rumbo socialista del desarrollo y la norma básica de la justicia social.

8.- La norma fundamental del socialismo consiste en que cada uno tiene derecho a ocupar un lugar según su capacidad y a recibir una retribución según su trabajo.

9.- La economía socialista es mercantil; en ella rige la ley del valor y el funcionamiento del mercado se encuentra limitado por el humanista y solidario interés social, así como por la necesidad de asegurar un desarrollo económico y social equilibrados y una inserción ventajosa en la economía mundial.

10.- En el socialismo hay igualdad genuina ante la ley y genuino Estado de Derecho (PCS, 1993b: 32) (Negritos nossos).

Esta nova definição do socialismo, está longe das velhas formulações deste partido, tanto da etapa "reformista", como da etapa "armada". Nesta nova definição o Estado ocupa um lugar secundário em relação à sociedade civil; o conceito de democracia, de auto-gestão, de pluralismo, deslocou o tipo de posição de vanguarda que o partido auto-definia na construção de uma nova sociedade; e a idéia de **processo** na construção do socialismo, exposta na forma de "democratização sucessiva y profunda", de "gradual predominio da propriedade social", etc., amortece o peso decisivo da noção de "tomada do poder".

2) Em segundo lugar, vejamos o projeto de "socialismo democrático" que discute e propõe o PRS. Estes elementos aparecem, em um primeiro momento, no trabalho de Joaquín Villalobos intitulado "Una revolución en la izquierda para una Revolución Democrática". A primeira parte deste livro foi publicada em maio de 1992 sob o título "Socialismo democrático. Nuestro referente ideológico".

a) A crítica do modelo anterior

A leitura dos Acordos de Paz e sua significação para os distintos partidos da FMLN, depende do carácter da estratégia global de transformação da sociedade que cada força constrói. Como vimos, para um tipo de modelo estas propostas expressas nos Acordos, representam "reformas" (mais ou menos importantes), para outro, uma verdadeira "revolução". Diz Villalobos no começo da seção denominada "*Abandonar la inercia de los viejos conceptos*":

...Uno de los mayores problemas al plantearse la elaboración del programa y la interpretación de los acuerdos, es la influencia que ejercen en el análisis, los conceptos anteriores relativos a la revolución y al socialismo (...) Obviamente que bajo esos conceptos, los resultados de la negociación y el programa mismo [de la "Revolución Democrática". RB] resultan devaluados... (Villalobos, 1992a: 1).

Os dois eixos básicos relativos aos quais gira uma ou outra interpretação dos fatos são: (i) a definição de "socialismo" que se adote; (ii) o conceito de "revolução" que serve de modelo. Neste sentido, e apesar do colapso daquilo que ficou conhecido como "socialismo real", Villalobos adverte que "os velhos conceitos continuam presentes como um referente fantástico para aquilo que queremos construir" (Villalobos, 1992a: 1). Conforme esse referente, no caso da definição do socialismo:

...Cualquier otro modelo que no se atuviera a los patrones del socialismo de Europa del Este (socialismo real) no fue considerado como socialismo (...) Para que un modelo fuera considerado como tal había que eliminar la propiedad privada, mantener el poder de forma permanente a partir de un estado centralizado y sin oposición política alguna (...) Cualquier modelo que no se enmarcara en los moldes del socialismo real, era o es calificado de reformismo o capitalismo modernizado... (Villalobos, 1992a: 1).

Diante este quadro, Villalobos conclama a "assumir ofensivamente os novos conceitos"

b) A nova definição de "socialismo"

Na nova concepção de "socialismo" que desenha Villalobos pode-se ver que o conceito de democracia articula o conceito de socialismo.

...La democracia no es una categoría inferior al socialismo (...) No puede haber lo uno sin lo otro. Socialismo autoritario es opresión y atraso. Democracia capitalista es miseria para las mayorías y opulencia para pocos, por lo tanto, no es democracia real. **Ser socialista es ser profundamente democrático, ser democrático es ser profundamente socialista...** (Villalobos, 1992a: 2) (Negritos nossos).

Um dos elementos relevantes que introduz Villalobos é que não existe neste conceito, nenhuma garantia *a priori* da sua pureza. É uma construção com riscos, que deve realizar-se com base no apoio popular e que deve renovar-se permanentemente.

...El factor riesgo es un concepto clave para el socialismo democrático porque es la garantía de la oposición permanente (...) La democracia y el mercado colocan al socialismo en el terreno de la democracia política y económica y por lo tanto en el riesgo de avanzar o retroceder. El riesgo es lo que obliga a las fuerzas conductoras a luchar permanentemente por ganarse el apoyo del pueblo... (Villalobos, 1992a: 3).

c) Democracia econômica, propriedade social e mercado.

Um dos problemas básicos para as forças transformadoras nos países subdesenvolvidos, é o império de uma desigualdade radical na distribuição dos recursos sociais, o velho problema da "injustiça social". Contudo, diz Villalobos, "não é possível fazer justiça social por decreto ou por decisões *voluntaristas*, mas respeitando as leis do desenvolvimento histórico social" (Villalobos, 1992a: 2). Isto significa, no projeto político das forças políticas revolucionárias, que o projeto deve prever "a democratização da economia fazendo com que os setores populares participem nos mecanismos de regulação do mercado" (Villalobos, 1992a: 2). A base teórica principal do raciocínio é que mercado e socialismo não são conceitos mutuamente excludentes:

...El mercado no es contradictorio con el socialismo, su supresión es antidialéctica. Suprimirlo es llevar la sociedad al atraso. En un sistema sin mercado los precios de los bienes son decididos burocráticamente y se genera un paternalismo que deforma el poder de la fuerza de trabajo. Esto redundo en aberraciones económicas que a la larga producen miseria. (Ej: En la desaparecida URSS el pan era más barato que el trigo, de modo que los cerdos eran alimentados con pan.)... (Villalobos, 1992a: 2).

A estratégia política para o desenvolvimento econômico será então a construção de coletivos de trabalhadores com propriedade social autogestionada.

...La meta del Socialismo Democrático es que se fortalezca y se vuelva mayoritaria la propiedad privada social de los trabajadores... (Villalobos, 1992a: 3).

Neste sentido, o mercado aparece como um dos mecanismos da democracia de novo conteúdo, no terreno da economia e como instrumento de desenvolvimento da nova propriedade social. Assim, "o mercado é o terreno onde se põe a prova a competitividade da propriedade social, que não pode nem deve depender do Estado" (Villalobos, 1992a: 2). Esta proposta, obviamente se coloca como um terceiro termo frente à clássica discussão entre marxistas e liberais acerca do mercado. Esta posição que, como vimos, também é a adotada pelo 1º Congresso do PT, afirmar tanto a negação absoluta como a glorificação do mercado.

...El capitalismo salvaje idolatra el mercado y lo coloca por encima de todo. Niega la justicia social o la deja reducida a simple caridad. El socialismo real, en un intento de hacer justicia social, negó el mercado de manera absoluta, lo cual hizo retroceder las sociedades a primitivas economías de trueque... (Villalobos, 1992a: 2).

A chave para este novo pensamento é desenvolver a propriedade social em condições de um mercado democratizado:

...La propiedad social no puede ser eficiente, ni desarrollar la sociedad, ni llevar bienestar y riquezas a los trabajadores si no entra al mercado. Sin mercado la propiedad social puede hacer justicia temporal, pero no conduce al desarrollo ni genera riqueza... (Villalobos, 1992a: 2).

Assim, a possibilidade de construção de um projeto autônomo dos trabalhadores, vem, nesta proposta, também ligada ao mercado.

...Al ideal de socialismo se integran sin contraposición y como inherentes a éste, los conceptos de democracia y mercado (...) Estos conceptos (...) son el alma del debate entre los revolucionarios. son el punto donde se deslindan las nuevas posiciones...

...La defensa de los intereses de los trabajadores, la posibilidad de que estos puedan aliarse con otros sectores así como el fortalecimiento de su proyecto histórico, reside en que la propiedad social sea competitiva y mantenga un juego democrático en la economía a partir del mercado (...) En este contexto el programa de la Revolución Democrática no es una simple reforma del sistema capitalista. Desde el momento que el papel del estado y de las fuerzas armadas se asienten en un sistema democrático y al fortalecer al mismo tiempo la propiedad social, **estamos avanzando al socialismo democrático a partir de una revolución...** (Villalobos, 1992a: 2-3) (Negritos nossos).

Finalmente, resumindo este conceito de socialismo, afirma Villalobos:

...Nuestro concepto de revolución y socialismo democrático parte de tres elementos básicos, la hegemonía de la sociedad civil, la lucha por la neutralidad del Estado como expresión verdadera de su democratización y la búsqueda de la hegemonía de la propiedad social privada en el marco de una economía de mercado (Villalobos, 1992b: 13).

Estes elementos, segundo o autor, são compatíveis com o pensamento clássico do socialismo, se se leva em conta que:

...Apostar a reducir poder al estado buscando democratizarlo y empujarlo a la neutralidad es congruente con la utopía de su abolición; fortalecer la propiedad social sin que esta dependa del Estado ni del colectivismo forzado, sino de las exigencias del mercado, es trasladar de manera segura y directa la propiedad de los medios de producción a manos de los trabajadores. (Acaso no es esto socialismo?) (Villalobos, 1992b: 13).

Como vimos nas definições destas duas forças políticas da FMLN -e ao mesmo tempo representantes de duas gerações da esquerda salvadorenha- a nova definição do socialismo passa fundamentalmente pela reavaliação e recuperação crítica do conceito de democracia. Villalobos sintetizará a relação entre ambos os conceitos na frase "ser socialista é ser profundamente democrático; ser democrático é ser profundamente socialista". Para além do jogo de palavras, temos nas novas construções da FMLN uma concepção onde a democracia não só não é uma "categoria inferior ao socialismo", como a luta democrática é o terreno no qual é possível a construção do socialismo. Este fato é, sem dúvida uma novidade relevante no pensamento da esquerda latino-americana; muito mais quando esta definição vem da organização política que chegou a construir o mais poderoso exército guerrilheiro da história da luta armada pelo socialismo na América Latina.

Gramsci e o socialismo como transformação global das relações sociais

Durante longo tempo a discussão da questão do socialismo nos partidos de esquerda na América Latina teve um viés economicista. Isso, muito embora o aspecto "ético-político" do problema, pelo menos programaticamente, já tivesse sido colocado na discussão e na prática

política e social. A discussão sobre o "homem novo", sobre os incentivos "morais" ou "econômicos" na produção, etc., depois da Revolução Cubana, é apenas um exemplo.

No modelo da revolução como "ato", na sua versão mais difundida, a idéia do caráter socialista que assumiria o ato revolucionário advém de dois fatores principais:

Em primeiro lugar, o caráter "proletário" do sujeito das mudanças (uma vez que "socialismo" foi associado mecanicamente a "proletariado"). Em torno da temática que coloca este primeiro ponto, escrevia Gramsci em 1917:

Mas basta que uma revolução tenha sido feita pelos proletários para ser revolução proletária? Também a guerra é feita pelos proletários e todavia ela não é, só por isso, um fato proletário. Para que isto aconteça é necessário que intervenham outros fatores, os quais são factores espirituais. É necessário que o fato revolucionário se demonstre, para além de fenómeno de potência, também como fenómeno de costume, se demonstre como fato moral (Gramsci, 1976: 137).

Com respeito às forças morais do proletariado, que podem levar em primeiro lugar à revolução, mas que fundamentalmente devem permitir construir a nova sociedade num longo período, acrescentava em 1920:

Nada pode ser previsto, na ordem da vida moral e dos sentimentos, partindo das constatações atuais. Um só sentimento, tornado já constante, capaz de caracterizar a classe operária, nos é dado hoje verificar: o da solidariedade. Mas a intensidade e a força deste sentimento só podem ser avaliadas como base da vontade de resistir e de sacrificar-se por um período de tempo que mesmo a escassa capacidade popular de previsão histórica consegue medir com uma certa aproximação; não podem ser avaliadas e, portanto, assumidas como base da vontade histórica para o período da criação revolucionária e da fundação da sociedade nova, quando for impossível fixar cada limite temporal na resistência e no sacrifício, visto que o inimigo a combater e a vencer deixa de estar fora do proletariado, já não será uma potência física externa, limitada e controlável, mas estará no próprio proletariado, na sua ignorância, na sua preguiça, na sua maciça impenetrabilidade às rápidas intuições, quando a dialética da luta de classes se estiver interiorizada e em cada consciência o homem novo tiver que combater, em cada ato, o «burguês» que espera o seu momento (Gramsci, 1977a, Vol. II: 195).

Em segundo lugar, a transferência da propriedade dos meios de produção principais ao Estado e com isso formalmente, à sociedade. Este segundo suposto sobre o caráter socialista do ato revolucionário, operava uma série de reduções:

a) O conjunto das relações sociais são reduzidas ao que se considera a sua "essência", as "relações de produção".

b) As relações de produção são reduzidas ao que se considera a sua "essência", as relações de propriedade.

c) A apropriação social dos meios de produção é reduzida à administração estatal, segundo a equação: **propriedade do estado=propriedade social**.

Assim, o caráter "socialista" da revolução é fundado, para este modelo num ato pelo qual a vanguarda política do movimento revolucionário se apodera do "poder político" (Aparelho

burocrático-militar do Estado) e desde lá opera a transformação de "caráter socialista" da base econômica: o principal ato é a "socialização" (estatização) dos principais meios de produção. Sem este ato não há "revolução socialista" e sem "revolução política" (tomada do poder), este ato é impossível. Sem este ato de "socialização dos meios de produção", isto é, de "expropriação da burguesia", não há transformação "socialista". Qualquer classe de "socialismo" sem esta transferência do poder econômico ao Estado é "reformismo", uma forma mais ou menos democratizante, do capitalismo.

O ponto de vista economicista de conceber o socialismo tem vínculos diretos com um modo determinista de ver a história como um "processo histórico-natural", pensamento que dentro do marxismo tem filiação direta com o pensamento de Engels, particularmente sua concepção largamente exposta no *Anti-Durhing*, de certas "leis naturais" que regem a natureza, a história e o pensamento, fazendo o homem dependente delas e o seu pensamento um "reflexo" dessas leis. Gramsci reage cedo contra esse pensamento que se tornará parte do "credo teórico" do socialismo soviético:

O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza. Não se explicaria de outro modo a razão por que, tendo sempre existido explorados e exploradores, criadores de riqueza e seus consumidores egoístas, não se tenha ainda realizado o socialismo. É que só grau a grau, estrato a estrato, a humanidade adquiriu consciência do seu próprio valor e conquistou o direito de viver independentemente afirmadas num tempo precedente. E esta consciência formou-se não sob o ferrão brutal das necessidades fisiológicas, mas pela reflexão inteligente, primeiro por alguns e depois por toda a classe, sobre as razões de certos fatos e sobre os meios considerados melhores para os converter de ocasião de vassalagem em insígnia de rebelião e de reconstrução social (Gramsci, 1976: 83).

Gramsci coloca o problema das relações entre socialismo e cultura a partir de uma profunda reflexão sobre a Revolução Francesa. Dessa reflexão extrai uma primeira e fundamental experiência:

...Cada revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de idéias através de agregados de homens, primeiro refratários e somente virados para resolver dia a dia, hora a hora, o seu problema econômico e político, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições (Gramsci, 1976: 83).

Esse trabalho de crítica prévia à Revolução Francesa, foi realizado pela *Ilustração*, que é vista por Gramsci como:

...Uma magnífica revolução, pela qual, (...) se tinha formado em toda a Europa, como uma consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa sensível em cada sua parte às dores e às desgraças comuns e que era a preparação melhor para a revolta sanguinária que depois se verificou na França (Gramsci, 1976: 84).

Esta revolução cultural preparou o terreno para a revolução burguesa na Europa, produziu uma profunda transformação intelectual e moral que cimentou as transformações sociais que se

produziriam, criou uma visão de mundo unitária e construiu o novo cidadão burguês. A nova civilização burguesa se internalizou nos indivíduos.

Em Itália, em França e na Alemanha discutiam-se as mesmas coisas, as mesmas instituições, os mesmos princípios. Cada nova peça de Voltaire, cada novo panfleto, eram a faísca que passava pelos fios já estendidos entre Estado e Estado, entre região e região, e encontrava os mesmos apoios e os mesmos opositores por toda parte e contemporaneamente. As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam a estrada já aplanada por um exército invisível de livros, de opúsculos, enxameados de Paris desde a primeira metade do século XVIII e que tinham preparado homens e instituições para a renovação necessária (Gramsci, 1976: 84).

Estas reflexões sobre a estruturação do mundo burguês são um excelente lugar para dar respostas a uma importante série de perguntas sobre o socialismo, por exemplo, a estas que colocava o ex-comandante Jorge Melendez em entrevista:

...Cuando uno llegaba a los países socialistas y veía el tráfico de dólares, el mercado negro, toda aquella periferia de gente viviendo de "diplo-tiendas", comerciando subterráneamente (...) Toda esa situación en definitiva nos llevaba a pensar "cómo es posible eso si se trata de un sistema superior, como es posible que la gente busque lucro, y cómo es posible que, por un lado tengamos que decir libertad, democracia, libertad de opción, y por otro lado tengamos que imponer el sistema por la fuerza. Por qué si es mejor, no puede existir. Por qué es tan débil, y por qué el otro es tan fuerte?" (Entrevista, 24/4/93. In, Análisis, 1993: 63).

"Porquê se é melhor não pode existir. Porquê é tão débil, e porquê o outro é tão forte?" Gramsci, reflexionando sobre a experiência da Revolução Francesa, dizia:

O mesmo fenómeno se repete hoje com o socialismo. É através da crítica da civilização capitalista que se formou ou se está formando a consciência unitária do proletariado, e crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista (Gramsci, 1976: 84).

Isto é, novamente, o problema da cultura, onde "cultura" é para Gramsci:

...Organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. Mas tudo isto não pode acontecer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como acontece na natureza vegetal e animal, em que cada coisa seleciona e especifica inconscientemente os próprios órgãos, por lei fatal das coisas (Gramsci, 1976: 83).

Nesse sentido, a "crítica" do capitalismo, o conceito de sociedade que virá a substituí-lo, não podem ser impostos pela força, como de fato aconteceu na degenerescência da Revolução Russa; deve ser uma construção "radicalmente democrática", interiorizada nos indivíduos conscientes da sua situação e da sua autonomia, frente aos outros indivíduos, igualmente autônomos, na construção da nova sociedade.

Crítica quer dizer, com efeito, a consciência do eu que Novalis apresentava como fim para a cultura. Eu que se opõe aos outros, que se diferencia e, tendo-se criado uma meta, julga os fatos e os acontecimentos para além de si e para si, até como valores de propulsão ou de repulsa. Conhecer-se a si próprio quer dizer ser ele próprio, isto é, ser dono de si próprio, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento

de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina que tendem para um ideal. E não se pode obter isto se não se conhecem também os outros, a sua história, o desenrolar dos esforços que fizeram para serem o que são, para criar a civilização que agora queremos substituir pela nossa... (Gramsci, 1976: 85).

A experiência do "mundo socialista" mostrou largamente que a simples transferência do poder econômico ao Estado, apesar de que opera uma série de desenvolvimentos econômicos, culturais, de igualização social, etc., não conduz linearmente à "sociedade socialista" no sentido marxista de "livre associação dos produtores livres". O "socialismo", portanto, deverá ser necessariamente "muito mais" que uma distribuição de riqueza e a estatização da economia. Esta é a lição que se pode extrair do pensamento de Gramsci antes de que a história a decretasse com seu punho de ferro. O socialismo para Gramsci, não só não pode pensar-se como um ato transcendental de nenhuma vanguarda, mas deve ser pensado como o produto da "realização de uma vontade coletiva nacional e popular", como uma realização do povo. No dizer de Portantiero, Gramsci:

...irá construyendo lentamente (...) una visión de la política cuyos ejes serán la voluntad histórica, el papel de las ideas como sustentadoras de grandes emociones colectivas, el respeto a los sentimientos profundos de las masas, **la definición del socialismo como un tipo nuevo de vida moral...** (Portantiero, 1977: 23) (Negritos nossos).

Onde, longe de ser um fato de caráter essencialmente econômico, "o socialismo aparece como uma nova cultura, como um fato de consciência sustentada pela história de cada povo-nação..." (Portantiero, 1977: 30).

O socialismo não é, nesta concepção, apenas uma realização "ocasional" das massas que, uma vez "realizada a revolução", voltam ao seu lugar natural, deixando no poder a seus "representantes", mas uma construção que se torna permanente como "autogoverno", que acaba permanentemente com a divisão entre governantes e governados. Assim, encontramos em Gramsci uma idéia de socialismo como "nova civilização", surgida de uma transformação global das relações sociais que tem fundamento num processo de reforma intelectual e moral a partir da cultura nacional-popular. Este processo é o processo de construção da base espiritual, subjetiva de massas, do movimento transformador, no qual, o "socialismo", se encontra interiorizado no indivíduo, o que permite entender a "teoria da hegemonia" como uma "teoria da democracia radical"^[N2.1].

Notas suplementares capítulo 5

[N1.] (Página 221)

Elementos dos documentos fundacionais do Partido FMLN.

Da seção "Princípios":

UNO. El humanismo Revolucionario del FMLN. La promoción y dignificación de la persona humana, su autodeterminación en todos los órdenes de la vida y su realización plena como ser humano es el centro de nuestra actividad. La humanización profunda de las relaciones en la sociedad, de su sistema económico, social y político, es el fin de las transformaciones, el progreso y la paz que se propone el FMLN...

TRES. Vocación de servir a los intereses de las mayorías. Nuestra identificación con los intereses y anhelos de superación y bienestar de las mayorías sociales de nuestro país, determinó el nacimiento del FMLN y le define política e ideológicamente en su papel transformador de la sociedad.

CUATRO. Un ideario democrático-revolucionario para el cambio. La construcción de una sociedad democrática en los órdenes político, social y económico constituye la razón de ser de nuestro partido. Ello supone una transformación de alcances estructurales, y una actividad social y política de carácter revolucionario orientada a ese fin. El FMLN favorece la vigencia plena de todas las libertades ciudadanas, entre las que propiciaremos de manera especial la libertad de expresión, lo mismo que la libertad de culto y el respeto profundo a las tradiciones y creencias religiosas.

SIETE. El empeño por la unidad nacional y la concertación. El FMLN es un partido comprometido en el esfuerzo de reconciliación y la unidad nacional en democracia, a fin de profundizar la paz y alcanzar el progreso. El FMLN favorece los recursos del diálogo y la concertación como una manera racional y humana para resolver las diferencias sociales y políticas

TRECE. Un partido democrático pluralista para El Salvador. El FMLN está modelado y funciona como un partido democrático, de amplia base popular, participativo y fundamentado en la pluralidad ideológica, su unidad programática y de línea política. (FMLN, 1993:17-20)

Da seção "objetivos":

TRES. Conquistar la democracia política. Construir una democracia política real y participativa, en la que los ciudadanos puedan disfrutar de todas las libertades políticas y ejercer sus derechos, especialmente su derecho a elegir o revocar libremente a sus gobernantes, el derecho a una correcta administración de justicia, el derecho a la seguridad jurídica entendida como una garantía y servicio a la sociedad, el derecho a la libertad de asociación, a la libre expresión y a la libertad de credo y religión, lo mismo que el ejercicio de todas las libertades fundamentales que posibilite el goce pleno de sus derechos (FMLN, 1993: 20-21).

Do "Programa Democrático de acción":

III. Fortalecer la sociedad civil y erradicar el militarismo. El FMLN impulsará un proceso de fortalecimiento de la sociedad civil, mediante el ejercicio de sus derechos y el despliegue de sus capacidades participativas y el robustecimiento de las instituciones generadas por la misma sociedad civil...

IV. Construir una Democracia Política. El FMLN se propone construir una democracia política promoviendo cambios democráticos en las instituciones, tanto en lo referente al poder central como en la administración municipal...Con ese mismo cometido, promoverá la libre organización y participación cívica de la ciudadanía, orientadas a realizar las transformaciones democráticas que necesita el país (FMLN, 1993: 25).

[N2.] (Página 230)

Laciar Mouffe e a noção de socialismo como radicalização da democracia. Um instigante trabalho na direção da perspectiva teórica e política assumida nesta pesquisa, que articula os conceitos tematizados nesta seção de um modo

particularmente interessante, encontramos no livro de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe **Hegemonia y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**, publicado em 1985. Vejamos rapidamente a concepção de "democracia radical" que encontramos neste texto.

Os autores contextualizam sua elaboração teórica no terreno do que chamam a "Revolução democrática", período histórico inaugurado pela Revolução Francesa sobre o qual se desenvolvem os processos políticos contemporâneos. Este período é definido pela emergência do "princípio democrático da liberdade e da igualdade como nova matriz do imaginário social".

...Esta mutación decisiva en el imaginario político de las sociedades occidentales tuvo lugar hace doscientos años, y puede definirse en estos términos: la lógica de la equivalencia se transforma en el instrumento fundamental de producción de lo social. Es para designar a esta mutación que, tomando una expresión de Tocqueville, hablaremos de "revolución democrática". Con ella designaremos el fin del tipo de sociedad jerárquica y desigualitaria, regida por una lógica teológico-política en la que el orden social encontraba su fundamento en la voluntad divina. El cuerpo social era concebido como un todo en el que los individuos aparecían fijados a posiciones diferenciales (Laclau-Mouffe, 1987: 173).

...El momento clave en los comienzos de la revolución democrática puede ubicarse en la Revolución francesa, ya que, como lo ha señalado François Furet, fue al nivel del imaginario social que surgió entonces algo verdaderamente nuevo con la afirmación del poder absoluto del pueblo. Es allí donde, según él, se sitúa la verdadera discontinuidad: en el establecimiento de una nueva legitimidad, en la invención de la cultura democrática (Laclau-Mouffe, 1987: 173/174).

A partir desta matriz teórica, os autores estudam uma série de lutas contemporâneas pela expansão ou conquista de direitos como "aprofundamento da Revolução democrática" (Laclau-Mouffe, 1987: 183-184) como "expansão em novas direções da Revolução democrática" (Laclau-Mouffe, 1987: 178), e apresentam a emergência de novos antagonismos e novos sujeitos políticos como "vinculados à expansão e generalização da revolução democrática" (Laclau-Mouffe, 1987: 187).

...De este modo, ha creado el terreno que ha posibilitado una nueva extensión de las equivalencias igualitarias y, por tanto, la expansión en nuevas direcciones de la revolución democrática. Es en este terreno en el que han surgido aquellas nuevas formas de identidad política que, en debates recientes, han sido con frecuencia englobadas bajo el nombre de "nuevos movimientos sociales" (Laclau-Mouffe, 1987: 178).

A multiplicidade de atores e demandas tem colocado novas exigências que ultrapassam o aspecto do conceito de democracia que fala da igualdade de direitos para colocar a exigência de "autonomia", desenvolvendo o aspecto "liberdade" deste conceito.

...toda equivalencia está penetrada por una precariedad constitutiva, derivada de los desniveles de lo social. En tal medida, la precariedad de toda equivalencia exige que ella sea complementada-limitada por la lógica de la autonomía. Es por eso que la demanda de *igualdad* no es suficiente; sino que debe ser balanceada por la demanda de *libertad*, lo que nos conduce a hablar de **democracia radicalizada y plural** (Laclau-Mouffe, 1987: 207).

Para estes autores, a possibilidade da esquerda formular políticas capazes de se tornar hegemônicas, depende de uma reelaboração integral da sua estratégia, baseada na crítica de alguns pressupostos clássicos:

...El rechazo de los puntos privilegiados de ruptura y de la confluencia de las luchas en un espacio político unificado, y la aceptación, por el contrario, de la pluralidad e indeterminación de lo social, nos parecen ser las dos bases fundamentales a partir de las cuales un nuevo imaginario político puede ser construido, radicalmente libertario e infinitamente más ambicioso en sus objetivos que el de la izquierda clásica (Laclau-Mouffe, 1987: 170).

Neste sentido, colocam a necessidade de um projeto de uma "democracia radicalizada" como alternativa para a esquerda, entendendo que:

...Este no puede consistir en la afirmación, desde posiciones marginales, de un conjunto de demandas antisistema, sino que debe por el contrario fundarse en la búsqueda del punto de equilibrio entre un máximo de avance de la revolución democrática en una amplia variedad de esferas, y la capacidad de dirección hegemónica y reconstrucción positiva de esas esferas por parte de los grupos subordinados (Laclau-Mouffe, 1987: 213).

Este projeto exige uma concepção aberta da sociedade que contemple a pluralidade do social, e portanto, o risco da hegemonia, fato coincidente com as novas elaborações que aparecem claramente no Primeiro Congresso do PT e em alguns textos da FMLN:

Este momento de tensión, de apertura, que da a lo social su carácter esencialmente incompleto y precario, es lo que debe proponerse institucionalizar todo proyecto de democracia radicalizada...

...El carácter precario de todo arreglo, el antagonismo, son los hechos primarios, y es sólo en el interior de esta inestabilidad que el momento de la positividad y su gestión tienen lugar. Hacer avanzar un proyecto de democracia radicalizada significa, por tanto, hacer retirarse progresivamente al horizonte de lo social el mito de la sociedad racional y transparente (Laclau-Mouffe, 1987: 214-215).

Assim, a "esquerda" deve ser entendida como um espaço aberto onde confluem múltiplos sujeitos, discursos e demandas, articulados na radical aversão às relações de opressão:

...El discurso de la democracia radicalizada ya no es más el discurso de lo universal; se ha borrado el lugar epistemológico desde el cual hablaban las clases y sujetos "universales", y ha sido sustituido por una polifonía de voces, cada una de las cuales construye su propia e irreductible identidad discursiva. Este punto es decisivo: no hay democracia radicalizada y plural sin renuncia al discurso de lo universal y al supuesto implícito en el mismo - la existencia de un punto privilegiado de acceso a "la verdad", que sería asequible tan sólo a un número limitado de sujetos (Laclau-Mouffe, 1987: 215/216).

Portanto:

...El descentramiento y autonomía de los distintos discursos y luchas, la multiplicación de los antagonismos y la construcción de una pluralidad de espacios dentro de los cuales pueden afirmarse y desenvolverse, son las condiciones *sine qua non* de posibilidad de que los distintos componentes del ideal clásico del socialismo -que debe, sin duda ser ampliado y reformulado- puedan ser alcanzados (Laclau-Mouffe, 1987: 216).

Capítulo 6

Poder local: o desafio da autonomia, a auto-gestão e a democracia participativa.

Uma das novidades com a qual apareceu o PT na cena política no final dos anos 70, era a sua relação privilegiada com os movimentos sociais de base popular. Esta particular posição implicava novidade no que diz respeito a duas questões não (ou mal) resolvidas pelas gerações anteriores da esquerda política:

1.- Relação direta com a classe operária e uma importante parcela das outras categorias de trabalhadores organizados, dos quais o partido se constitui como "representante" num grau nunca alcançado por outro partido de esquerda. O próprio nome do partido expressava a intenção de exprimir os interesses do conjunto dos trabalhadores e não apenas dos "operários".

2.- Relação direta com os movimentos sociais que se constituíam naqueles anos por demandas diversas e por direitos sociais.

Essa relação direta e horizontal (isto é, não subordinada, baseada na autonomia do movimento e do partido) com os movimentos sociais, se constituía, junto com a característica não monolítica de sua estrutura interna, na característica mais relevante deste partido e tornou-o referência necessária não apenas das correntes de esquerda que se esforçavam na crítica dos modelos clássicos de organização, mas também de militantes e teóricos dos Novos Movimentos Sociais que o tematizaram como experiência relevante. Não por acaso, no seu conhecido ensaio sobre os Novos Movimentos Sociais, Tilman Evers denomina o PT como a "única experiência relevante" na direção desta nova posição e vincula, já naquele momento, a "crise interna" do PT com o problema da relação com os movimentos sociais:

Los movimientos sociales no pueden existir sin expresión política. Esta, a su vez, debe articular las metas del movimiento con las alienadas e alienantes estructuras del poder existente. En términos de alienación *versus* identidad, la expresión política de los movimientos sociales es, por consiguiente, una porción *retrograda* y necesaria de su existencia. Trasladado a la cuestión de un "nuevo tipo de partido" que en algún país, algún día, pueda aspirar a ser la expresión política de la amplia cultura de los nuevos movimientos sociales, esto significa que tales partidos deberían desempeñar no sólo el papel de vanguardia, sino también el de *retaguardia* en relación con los contenidos de esos movimientos. Deberían ser concebidos como *servidores* y no como dueños de los movimientos. Por supuesto, cualquier idea de control queda excluida de entrada. Lo cual exige estructuras abiertas y democráticas, en las que la libre manifestación de diversidades, incluyendo las contradicciones entre participantes, sea más importante que la unidad de acción externa. **Es probable que la crisis actual del Partido de los Trabajadores -la única experiencia práctica relevante en esta dirección- sea resultado de tentativas de "liberarse" de compromisos para con los movimientos sociales que dieron vida al partido** (Negritos nossos. RB) (Evers, 1984: 40).

O problema principal que está em jogo é o tipo de relação entre os movimentos sociais e a construção de uma alternativa política geral das classes subalternas, em particular, a questão da autonomia dos movimentos sociais, diante do Estado e diante dos partidos políticos.

Colocada sobre a mesa com particular relevância após os acontecimentos de maio de 68 na França, com as experiências da autonomia operária dos anos 70 na Itália, e de modo mais geral pela prática dos chamados “novos movimentos sociais”, desde o fim dos anos 60, a questão da autonomia será a partir de então um tema de importância permanente para a prática e a teoria da transformação social. No Brasil esta questão será relevante já na década de 70, fato que é uma marca distintiva da experiência brasileira quando comparada com a maioria das experiências latino-americanas, onde o tema, durante um longo tempo, não estará colocado com a magnitude que alcançou no Brasil (com a exceção possível do caso dos movimentos sociais no México). O contraste é claro com a outra experiência que estamos examinando: a da FMLN em El Salvador. Nesse sentido, nos dizia Ernesto Cisneros em junho de 1993:

...En algunas cosas el PT estaba más adelantado. Por ejemplo un tema que a mí me llamaba mucho la atención era el de la "autonomía", porque yo todavía era de la opinión más tradicional, del control de los partidos sobre los movimientos de masas, etc, y esto en el PT era un tema muy discutido. Y aquí [no Brasil. RB] se reivindicaba seriamente todo el tema de la autonomía de los sindicatos y los movimientos sociales (Entrevista, junho 1993).

A posição “mais tradicional” não era apenas do representante da FMLN no Brasil em meados dos anos 80. Como vimos nos capítulos anteriores, naquelas circunstâncias a FMLN sustentava ainda uma posição “clássica” em torno das características da relação dos movimentos sociais com o partido (e o seu futuro Estado). A partir das novas elaborações da FMLN que estamos examinando, a questão da “autonomia” adquirirá crescente relevância. Ainda no contexto da guerra, a FMLN constrói relações de poder econômico e político originais nas “zonas sob controle”, vinculando este conceito aos conceitos de “autogestão” e “democracia participativa”. Portanto, levando em conta as opiniões de Cisneros, temos neste tema um interessante elo de união entre as duas experiências. Examinemos então a polêmica sobre a “autonomia” no caso brasileiro, em particular na sua relação com o PT.

A questão da autonomia

Esta discussão tem uma expressão claramente identificável e relevante para o nosso trabalho a partir da publicação das denominadas “11 teses sobre autonomia”, em setembro de 1980, no N° 1 dos denominados “Cadernos da autonomia” [Ver apêndice N° 2].

Partindo de uma análise crítica dos “modelos socialistas”, num empenho de “valorizar o papel da autonomia no processo de transformação social”, as 11 teses assinalam o surgimento de “novas

tendências e premissas para a revolução socialista” (tese I). Definindo “a consciência socialista” como “uma contínua elaboração de respostas do movimento operário e popular a desafios sempre novos”, as teses criticam a concepção de organização militarizada, monolítica e autoritária que tornava o partido “incapaz de impulsionar uma efetiva iniciativa revolucionária nas massas” e assinala que o papel de um “verdadeiro partido revolucionário” deve ser o de “sistematizar experiências e elaborar propostas para a luta política, impulsionar a unidade e autonomia dos movimentos sociais de explorados e oprimidos, impulsionar a capacitação das massas para fazer frente a ordem opressora do Estado burguês”, e assinalam que um partido que não impulsione essa dinâmica “é um partido em vias de burocratização”. Por outro lado, criticando a concepção de Estado que sustenta a estratégia de “assalto ao poder”, visão esta que não dá conta da “infinidade de instituições e prepostos do poder burguês”, os autores das teses recorrem a Gramsci para chamar a atenção sobre a “necessidade da conquista da hegemonia na sociedade” e, criticando o “simplismo de estratégias ‘de assalto’”, afirmam que “a verdadeira garantia da revolução só pode estar no processo de hegemonia revolucionária na sociedade, na revolucionarização do todo social” (tese III).

Na discussão das condições nas quais se deve desenvolver um projeto autônomo, as teses assinalam a necessidade de “contar com as próprias forças, abandonar a confiança ingênua em países ou partidos “guias”, e toma nota de como os movimentos sociais “procuram articular-se em torno de um projeto que impeça que seus sacrifícios pela libertação sejam utilizados para a subida ao poder de novas minorias” (tese IV). Por outro lado, discutindo a questão do “poder”, as teses indicam que a alternativa ao Estado Capitalista não pode ser o Partido Revolucionário, mas sim “as Organizações Democráticas de representação direta das massas, centralizadas nacionalmente”, isto é, “os conselhos de trabalhadores”. Portanto, assinalam os autores das teses, “pensamos a autonomia das classes e setores dominados como o movimento de negação da dominação”:

“A autonomia de cada setor dominado ou explorado é a afirmação de sua oposição à dominação ou exploração de que é vítima. E a autonomia popular em sua dimensão mais abrangente se confunde com o próprio processo revolucionário” (...) “Por isso a defesa da autonomia envolve um empenho de participação em todos os níveis, dos indivíduos e principalmente, das comunidades, ou dos indivíduos nas suas comunidades, em luta por um desenvolvimento alternativo, baseado nas necessidades sociais e que concebe um processo de libertação social a partir do espaço local” (tese VI).

As teses formulam a necessidade da articulação do movimento popular em torno da classe operária. Assim, a “conformação de um movimento popular autônomo enquanto bloco social revolucionário, alternativo ao bloco no poder, terá de dar-se através da constituição da hegemonia operária”. Mas, essa hegemonia deve levar em conta necessariamente a autonomia dos outros movimentos,

portanto, "a constituição de uma nova hegemonia não pode se fazer submetendo os outros movimentos sociais ao movimento operário" (tese VIII).

Finalmente, no referente à articulação do conjunto dos movimentos surgidos no final da década de 70, as teses assinalam como o Partido dos Trabalhadores representou a "expressão e instrumento, ainda que empírico e embrionário, da politização desse movimento", e afirmam que a configuração de um partido político dos trabalhadores, como expressão e instrumento da autonomia do movimento operário e popular "constitui o grande desafio colocado na conjuntura" (tese X). Assim, dizem os autores "o partido que defendemos deve ser construído juntamente com a organização e fortalecimento dos organismos de unidade e autonomia dos trabalhadores", se tratará, segundo esta concepção de "um partido capaz de impulsionar (e não pretender substituir) a capacidade criativa das massas". Este tipo de partido se distingue já pelo seu próprio processo de formação, "ele deve ser construído Juntamente com a organização e fortalecimento dos organismos de unidade e autonomia dos trabalhadores (...) Ele deve estimular a criação de órgãos de poder na sociedade a partir desses organismos populares" (tese XI).

Dois anos depois, o mesmo coletivo de intelectuais que publicou as "11 teses" iniciou a edição de uma revista concebida como "um espaço de reflexão" sobre a esta questão: a revista "Desvios"^[N 1.] Na apresentação do N° 1 desta publicação, manifestavam-se os editores sobre o objetivo e a repercussão das "11 teses":

...Há cerca de dois anos as "mal traçadas linhas" das **11 Teses sobre a Autonomia** se transformaram em um polêmico texto de circulação e debate entre militantes dos movimentos sociais da esquerda brasileira (...) As **11 Teses** tinham a extraordinária virtude de tocar questões centrais para a luta dos explorados e oprimidos, muitas das quais não apareciam em forma explícita em uma prática ainda fortemente marcada pelo ativismo ou prisioneira de camisa-de-força ideológicas com mais de 60 anos de existência (Desvios, N° 1, 1982: 3-4).

Seu objetivo [das 11 Teses. RB] era pôr em discussão o referencial teórico e a prática dominante na esquerda e ao mesmo tempo, formular novas premissas de uma atividade revolucionária (...) Pelas próprias características particulares do coletivo que as elaborou, as "11 Teses" desenvolveram a temática da autonomia sobretudo a partir da crítica dos modelos predominantes (Desvios, N° 1, 1982: 59-60).

Pelo menos três elementos principais podem ser apontados para explicar o nível importante atingido pela discussão:

1.- A profunda reflexão da esquerda durante os anos 70, baseada na crítica das concepções tradicionais da transformação social.

2.- A prática dos movimentos sociais, particularmente do movimento operário e, ao mesmo tempo, das novas vertentes dos movimentos sociais a partir de outros setores discriminados (mulheres, homossexuais, negros, etc); ou novos tipos de reivindicações, como é o caso do ecologismo.

3.- O surgimento do PT como lugar de confluência e prática articulatória (real ou possível) destes movimentos.

No marco determinado por estes elementos, a discussão da autonomia não era apenas um fato discursivo, mas uma questão imediata que se colocava para os atores políticos na prática concreta.

Podemos identificar pelo menos três grupos de discussões a partir do tratamento da questão pela revista *Desvios*: em primeiro lugar, o problema da “autonomia operária”, colocando o acento, particularmente, na recuperação da fábrica como espaço privilegiado de construção de novas relações de produção (e de poder), destacando e desenvolvendo a prática das **Comissões de Fábrica**^[N2.]. Nesta questão a experiência do movimento tinha colocado duas práticas distintas:

a) por um lado a experiência das Oposições Sindicais Metalúrgicas na cidade de São Paulo, que baseavam a sua atividade na prática das Comissões de Fábrica, pregando a luta contra os sindicatos atrelados ao Estado;

b) por outro lado, no ABC paulista, particularmente em São Bernardo do Campo, as lutas foram basicamente (embora não unicamente) conduzidas pelo sindicato oficial. De fato, a relevância adquirida por Lula, então Secretário Geral do SMSBCD é indicativa do peso não apenas do sindicato, mas da liderança sindical nestas lutas.

As duas alternativas^[N3.] expressavam de uma forma particular a discussão da esquerda em torno da prática sindical: trabalhar nos sindicatos oficiais tentando expulsar as lideranças pelegas e ganhar as suas direções para posições combativas ou criar novas formas organizativas alternativas, autônomas dos trabalhadores?

Como sabemos, a saída de mais longo fôlego foi a de uma expressão autônoma particular dos trabalhadores a partir de certos sindicatos importantes que começaram a desenvolver uma prática de sindicalismo combativo, embora se subordinassem à legislação trabalhista do Estado^[N4.]. Duas consequências importantes dessa prática foram, no plano político, a criação do Partido dos Trabalhadores em 1980, e no plano sindical a criação, em 1983, de uma nova central sindical, a CUT, que passou a ser a maior do país.

Em segundo lugar, o problema mais geral da “autonomia popular”, vinculado aos movimentos nos diversos espaços da sociedade civil e relacionado particularmente com a prática dos **Conselhos Populares**. No final da ditadura militar e no começo da “Nova República”, em torno da questão dos “Conselhos Populares” destacava-se a discussão sobre a organização autônoma dos movimentos sociais de corte popular. Os Conselhos Populares seriam formas de manter sob controle do Estado a participação popular, ou seriam formas de desenvolver as diversas formas de organização,

mobilização e participação criadas desde a década anterior? Os Conselhos teriam um caráter deliberativo ou seriam apenas órgãos consultivos dos executivos?

A proposta do PMDB de Conselhos Populares em cada região administrativa (um único Conselho atuante junto a cada Administração Regional), constituídos enquanto representação legal, como órgãos auxiliares da administração pública na mediação das demandas e conflitos vindos da população, era uma amostra clara do primeiro tipo de visão quanto ao futuro da participação popular. Frente a esta posição, se colocava aquela que visava fortalecer a autonomia da extensa rede de organizações de base que vinha sendo construída desde o início dos anos 70. Uma expressão desta posição encontramos no artigo "*Os conselhos populares: as proposta do PMDB e do PT*", onde se sustentava que:

...Fortalecer os movimentos sociais significa criar espaços, formas de organização, que **umentem a capacidade de pressão dos trabalhadores sobre o Estado**, que aumentem sua força política, que ampliem os espaços de decisão do trabalhador para que ele venha, cada vez mais, a decidir sobre as questões que dizem respeito às suas condições de vida e trabalho e venha também a participar das decisões da política nacional (Caccia Bava, 1983: 92).

Assim, para esta concepção:

...Os Conselhos Populares aparecem como **uma forma de representação dos movimentos controlada pelos trabalhadores** e que amplia as reivindicações isoladas colocando a questão do **poder popular em contraposição ao poder do Estado** (Caccia Bava, 1983: 95).

Em terceiro lugar, o problema da "articulação" dos movimentos, centrada esta discussão nas possibilidades do PT jogar este papel. O surgimento do PT foi visto pelos militantes dos chamados "movimentos sociais alternativos" (ecologistas, homossexuais, feministas, negros, etc.), particularmente ativos desde meados dos 70, como a possibilidade de construir um tipo de articulação que pudesse se constituir em um grau importante, em sua "expressão política". Em meados da década de 80, estes movimentos mostravam sinais de enfraquecimento na sua atuação. Junto com isso, militantes destes movimentos expressavam uma certa decepção frente ao fato do PT não ter cumprido a expectativa de se constituir em seu instrumento privilegiado de expressão. Num artigo do N° 5 da revista *Desvios*, onde se publica um debate sobre o tema, organizado pelo coletivo desta revista, e que contou com a presença de Felix Guattari, se discute essa situação e se formulam algumas conclusões provisórias^[N5]. Marco. A. Garcia, na sua intervenção no debate delimita uma série de problemas que, na prática concreta, complicam a relação PT - movimentos alternativos:

...A dificuldade desta aliança PT-movimentos alternativos expressa um fenômeno duplo -a crise dos movimentos alternativos, eles próprios, e a desigualdade de desenvolvimento entre estes e os movimentos operário e popular. Não se trata somente -ainda que este problema exista- de "fechamento" de setores do PT, ou do partido enquanto tal, para os temas alternativos (...) Se o projeto de que o PT viesse a ser um

articulador dos movimentos operário e popular com os movimentos alternativos não prosperou, provisória ou definitivamente, como querem alguns, isto se deve não só à incapacidade do partido de resolver problemas no seu interior, mas às vicissitudes dos próprios movimentos alternativos. Esta questão me parece fundamental. O balanço aqui feito dos movimentos alternativos é negativo, mas seria empobrecedor se atribuíssemos sua crise só à eventual cooptação deles pelo PT ou pelo Estado. Eles enfrentaram dificuldades próprias e de sua compatibilização com os movimentos da classe operária, o que está também expressando as enormes desigualdades e diversidades da sociedade brasileira, no interior da qual convivem culturas políticas tão distintas (...) Substituir o PT por uma eventual federação de movimentos alternativos, sem discutir os movimentos, nos levaria provavelmente daqui a dois anos a atribuir um inevitável fracasso desta federação a "seus burocratas", e assim por diante (...) No universo das práticas sociais há uma multiplicidade de experiências a serem examinadas e refletidas. Este é um dos grandes desafios intelectuais para a autonomia (Garcia, in *Desvios*, N° 5, 1986: 37 e 43-44).

O tema da relação do PT com os movimentos sociais é um problema altamente complexo e é necessário delimitar claramente os problemas e os limites deste relacionamento. Eder Sader, no artigo denominado "Autonomia popular e vontade política", analisando os magros resultados eleitorais para o PT em 1982, e partindo da crítica de duas concepções que considera erradas, resumidamente, uma concepção que denomina *basista*, "segundo a qual basta escutar a voz dos dominados para termos uma alternativa política", e outra que denomina concepção *doutrinista*, "segundo a qual essa alternativa é deduzida de doutrinas bem estabelecidas" (*Desvios*, N° 2, 1983: 99), coloca elementos importantes para a discussão do tema da perspectiva que encaramos neste trabalho, isto é, vinculando o problema da "autonomia" dos movimentos sociais aos problemas da construção de uma nova "vontade política" e de uma alternativa política as relações sociais vigentes. A partir desta premissa coloca o problema da relação entre as propostas dos militantes de uma nova alternativa política e a "autonomia" das classes subalternas.

Em primeiro lugar, as relações entre "movimento" e "vontade geral" dos setores subalternos. Partindo de que "o fato da autonomia popular ser nosso objetivo e também nosso meio" e da luta por uma transformação social pela qual a população se assenhere dos seus meios de vida, assinala que para que isso se dê é preciso que se constitua "uma vontade coletiva nesse sentido". Sendo esse o objetivo:

...Devemos assumir claramente que a legitimidade das propostas do PT não vem de uma suposta qualidade de interpretar a vontade geral dos trabalhadores ou dominados (...) O PT procura expressar, não a vontade do conjunto dos oprimidos, mas sim a dos "movimentos". Vale dizer: a dos setores que se mobilizam em defesa de seus direitos e de seus interesses. Creio que essa formulação nos permite pensar a proposta do PT de um modo mais fecundo. De fato, significaria que **não pretendemos elaborar a "vontade geral" dos dominados mas sim que pretendemos ser um instrumento para a articulação daquelas vontades que expressam a luta contra a dominação.**

Em segundo lugar, a partir deste propósito geral, Sader coloca duas questões relativas à "articulação": a articulação entre os movimentos sociais e a articulação entre estes e o conjunto dos setores populares:

Articular uma proposta política é algo mais do que juntar propostas de sindicalistas do Rio, ecologistas de Angra, favelados de Itaquera, posseiros de Araguaia, feministas de Belo Horizonte. A segunda questão é a do vínculo entre os movimentos e o conjunto dos dominados que pretende expressar. Sabemos que os movimentos são -por sua própria natureza- fluidos e inconstantes e várias vezes no seu lugar restam apenas organismos vazios indicando que eles passaram por aí. Ficam aparelhos ou, na hipótese melhor, grupos que procuram retomar os fios perdidos durante o refluxo. São referências obrigatórias mas não necessariamente expressão de "movimentos". Para conhecer a relevância de um movimento social teremos então, de algum modo, que conhecer as tendências sociais dos setores que ele procura expressar...

Em terceiro lugar, junto com assinalar a necessidade de uma política fundada na autonomia popular se apoiar nas manifestações culturais das classes populares, discute a relação cultura-política:

...Exatamente por se tratar de uma política ela não se define no próprio campo da cultura. Podemos nos maravilhar com as rodas de samba, o lero-lero dos bares, a alegria das gafeiras. Mas na formulação de uma alternativa política temos que identificar as práticas que apontam no sentido do questionamento da dominação capitalista. Temos que identificar os elementos da cultura popular que indicam efetivamente uma resistência a essa dominação.

Em quarto lugar discute a questão da "vontade política" desde o ponto de vista da relação da "autonomia dos movimentos" e da necessária "autonomia" do partido na prática de construção de uma alternativa política geral dos setores subalternos:

...Existem muitos que pretendem respeitar a autonomia dos movimentos e por isso não pronunciam nunca suas vontades. Querem sempre e antes auscultar o povo. Salutar disposição. Mas desse modo irão encarar sempre os mistérios de uma esfinge. É só expressando abertamente uma proposta que poderemos vê-la criticada por diferentes setores sociais, que nos mostrarão aspectos que não havíamos visto. Não devemos nos abster de expor nossos objetivos. Nos queremos um país diferente, outras relações sociais, políticas, econômicas.

Queremos hoje tomar as experiências dos Conselhos Populares, as iniciativas de base para participar de fato na administração pública, as práticas fabris que buscam alterar as relações de trabalho, queremos torná-las conhecidas, estimular seu desenvolvimento, discutir suas dificuldades, procurar os meios para superá-las, ver a forma como podem se inserir na conjuntura política geral.

Isso somos nós que queremos. Nós o assumimos em nosso nome. Não é em nome dos "interesses históricos do proletariado" nem para o bem estar da população "que não o sabe ainda". Nós o assumimos por nossa conta e risco (Sader, 1983: 102).

Finalmente, inquirindo sobre a identidade sobre a qual seria possível construir essa alternativa, respondia Sader no mesmo artigo:

...Se eu me refiro ao PT não é apenas porque me encantei por sua estrela. É que foi com ele que constituiu-se um sujeito político neste país, capaz de ser portador de uma vontade coletiva de transformação social. Quando os metalúrgicos do ABC, no curso das suas lutas, chegaram a um enfrentamento com o

Estado, eles passaram de uma ação sindical a uma ação política, conclamando o conjunto dos explorados para uma história comum. O chamado encontrou resposta porque a linguagem expressava experiências nas quais a diversidade dos excluídos se reconhecia. Assim, o PT abriu um espaço para onde convergiram os mais variados setores que nos anos 70 vinham desenvolvendo suas lutas. É certo que o PT surge cruzado não só por grupos sociais de diferentes condições como ainda por referências ideológicas diversas. Mas justamente porque sua fundação representou o encontro de forças sociais efetivas e não um simples acordo de lideranças políticas ou grupos ideológicos, ela institui um novo campo de expressão política. Aliás, um de seus desafios hoje é precisamente o de encontrar a linguagem que supere de vez as velhas palavras, que concorreram para sua constituição quando os dominados estavam mal saindo do silêncio que lhes foi imposto. O fato é que com o PT constituiu-se esse sujeito, cuja fala -por precária que seja- é expressão de múltiplas experiências e esperanças dos oprimidos desta sociedade.

É esse sujeito que pode assumir a vontade política da autonomia popular. É ele que pode encontrar os fios que liguem o desenvolvimento da autonomia popular com um projeto de transformação revolucionária (Sader, 1983: 102-103).

Nos parágrafos acima, colocamos vários dos complexos problemas existentes -muitos deles ainda vigentes- entre **autonomia dos movimentos sociais, vontade coletiva e alternativa política** dos setores subalternos. Na tentativa de uma construção política que levasse em conta esses múltiplos interesses, apesar de ter-se avançado seriamente na organização de amplos setores dos trabalhadores -e não apenas das categorias mais "concentradas", mas também dos setores "desagregados"¹, ao mesmo tempo, frustraram-se as esperanças de muitos dos que esperavam do PT essa nova articulação, problema que continua em aberto na dinâmica da relação deste partido com a sociedade. No entanto, talvez seja pertinente esta opinião de Felix Guattari no mencionado debate:

...Se se revelasse que o PT não pode ser o ponto de cristalização -aberto, não querendo instrumentalizar os movimentos- das distintas correntes da autonomia, dos movimentos alternativos, talvez possa surgir uma outra etapa de constituição de um movimento (..) alternativo (...) Eu não tenho nenhuma resposta. Os bondes podem ser uma merda, sujos, mas a gente continua a usá-los enquanto servem. Se o PT se transformar em um velho bonde de merda você continuará a usá-lo até aparecer algo melhor. Mas a problemática permanece. Quem vai resolvê-la? Este é o problema. Talvez não se possa resolver agora. Poderá ser um fenômeno como as rádios-livres? Ou talvez uma mudança a partir de lutas que não podemos sequer prever ou mesmo imaginar... (Guattari, in Desvios, N 5, 1986: 39 e 42).

Desde que foram ditas estas palavras, muitos foram os acontecimentos sociais e políticos, até lutas que dificilmente poderiam ter sido imaginadas ou previstas naquele momento, como, por exemplo, o movimento pelo *impeachment*. No entanto, a construção de uma relação equilibrada entre movimentos sociais autônomos e alternativa política organizada em torno do partido, continua uma obra difícil de ser alcançada de forma satisfatória, comprometendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento mais expansivo de uma alternativa vinculada às classes subalternas e grupos

¹ Por exemplo, os "sem terra", os "sem-teto"; posteriormente os "catadores de papelão", etc., confluindo no último período na constituição da Central dos Movimentos Populares.

excluídos da sociedade. Contudo, estes problemas parecem ter um equacionamento mais produtivo quando se desenvolvem em experiências concretas de poder local, nos municípios onde as forças das frentes políticas que encabeçava o PT alcançaram o governo. Colocaremos a seguir alguns elementos destas novas experiências.

O modo petista de governar

Com a conquista crescente de espaços importantes na vida institucional, a polêmica com respeito à relação do partido com os movimentos sociais autônomos alcançou um novo patamar: o problema da autonomia não se colocava apenas na relação partido-movimento social, mas se acrescentava uma outra perspectiva: a relação governos das chamadas "Administrações Populares" com estes movimentos. Esta discussão passou a ocupar um lugar importante na polêmica interna entre as correntes, políticas e sociais do partido. No roteiro preparado pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares para o debate do 1º Congresso encontramos esses problemas no centro da discussão.

...As experiências de gestão municipal sob direção do PT, sobretudo a partir de 1988, pela sua amplitude e complexidade, tem colocado um leque de questões novas, tem revelado nossa debilidade de formulação e muito tem contribuído para um amplo debate que se faz necessário sobre nossas concepções e práticas de Participação Popular...

...Ao afirmarmos a necessidade de construção de uma alternativa democrática e popular no país, estamos defendendo a necessidade de **reforçar e fortalecer a organização da sociedade civil e ao mesmo tempo democratizar o Estado**. Por isso defendemos a necessidade da organização autônoma e independente dos movimentos sociais em relação ao Estado e, ao mesmo tempo, a importância da criação, pelo Estado, de canais institucionais que viabilizem a participação popular na decisão, no controle e na fiscalização das políticas.

...Diante da hipótese de um possível esvaziamento de parcela dos movimentos populares em cidades governadas por administrações democráticas e populares caberia perguntar: quais concepções e práticas nossas -como governo municipais e como partido- podem estar contribuindo para isso? Que concepções e práticas presentes nos movimentos podem estar igualmente influenciando neste relativo esvaziamento? (PT, Jornal do Congresso, Nº 3, 1991: 3).

Esta difícil situação de sustentar essa relação particular com os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, governar municípios dentro da legalidade vigente e com oposição dos governos federais e estaduais. Essa tarefa consumiu força, prestígio e militância em muitos municípios, mas permitiu, no seu conjunto, e muitas vezes com um grande custo político, construir o que começou a ser chamado de "o modo petista de governar". Na base desse "modo de governar", a relação partido-movimento social se expressa como construção de relações novíssimas entre governos da "Administração Popular" e movimentos sociais baseadas no desenvolvimento da democracia participativa. Num documento elaborado pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais para a discussão do Primeiro Congresso, denominado **O modo Petista de Governar**, encontramos alguns

elementos importantes para a definição destas novas relações, nas quais se expressam os eixos para a construção de uma “nova concepção de gestão democrática”, definida, a saber:

- 1.- Pela necessidade de alterar o próprio modo de legitimação do poder político local, baseando-o numa cultura política dos direitos coletivos e individuais;
- 2.- Pelo fortalecimento político real do Legislativo e desmonte dos procedimentos que transformam os vereadores em despachantes do executivo;
- 3.- Pelo reconhecimento do caráter estratégico da ética para a afirmação de uma política transformadora, resgatando o mais absoluto respeito à moralidade no trato da coisa pública;
- 4.- Pela instituição do direito à participação, combinando elementos da democracia representativa aos da democracia participativa, aprofundando as formas de controle da sociedade sobre a prefeitura, como aquelas desenvolvidas, em todas as Prefeituras petistas, por ocasião do orçamento municipal através de conselhos, audiências públicas e plenárias nos bairros.

Estes princípios que, segundo o documento, têm norteado a ação das Prefeituras, falam de um processo de “socialização da política” que exigem, para se expandir e se afirmar, uma “intensa luta cultural” no interior da vida cotidiana da população e nas estruturas que ali se produzem. Nesse caminho, a proposta de “Conselhos Populares” é uma marca dessa ação democratizante nas Prefeituras:

...O caminho que estamos construindo para ser, em síntese, a cogestão. O governo, investido de uma legitimidade calçada nos compromissos políticos, cria condições para concretizar essa visão de cogestão ao transferir para a comunidade uma parcela de seu poder político; assume seu papel de governar combinando-o com a democracia participativa (PT, Jornal do Congresso Nº6, 1991: 65-66).

Apesar das diferenças das correntes internas do PT em torno do problema, todas elas concordam retoricamente na afirmação do “mito fundacional” da relação partido-movimento social, razão pela qual o trabalho de pesquisa de qual ou quais forças sustentam “verdadeira e conseqüentemente” o princípio de relação privilegiada, direta, imediata, horizontal e autônoma entre partido e movimento social, parece um trabalho, na nossa opinião, condenado ao fracasso. Sem dúvidas, as ações políticas nem sempre concordam com as declarações, colocando-se de maneira permanente a tensão entre as propostas de ação pela base e as propostas de afirmar o partido nas esferas institucionais do Estado. Pensamos que apenas o jogo das relações de força e as realizações concretas permitiram uma prática e um julgamento vivo desta questão. No entanto, é necessário levar em conta, no sentido programático, como posição de conjunto -embora provisória-, as definições alcançadas nos encontros nacionais e, em particular, no 1º Congresso do partido. Vejamos algumas das principais teses das Resoluções:

O Partido dos Trabalhadores reconhece que a organização de diferentes setores sociais - mulheres, negros, juventude, homossexuais, etc.- seu direito de lutar e reivindicar pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas, e sua presença na disputa pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da construção de uma sociedade socialista democrática...

Nossa ação política deve sintonizar-se com os movimentos internos de interesses específicos que movem esses segmentos, a margem dos canais de informação institucionalizados, e intervir nesta realidade que não está nas contradições formais do chamado "mundo do trabalho", apreendendo as experiências e incorporando-as às disputas políticas pela democracia, compreendendo a sua dimensão radical, abrangente e cidadã (PT, 1991: 45).

...A ação dos movimentos sociais, de lutar cotidianamente pelas reivindicações e pela participação popular, amplia o conceito de democracia e cidadania, apontando novas formas de controle e gestão das políticas sociais (conselhos populares, projetos de emenda popular, plebiscitos), e coloca a nu as formas históricas de reprodução das desigualdades do sistema capitalista. Essa ação vem revelando o potencial transformador e revolucionário desses movimentos... (PT, 1991: 37).

A auto-organização dos trabalhadores, a consolidação da sociedade civil, a democratização das instituições e dos meios de comunicação constituem a maior garantia de que será possível sustentar um governo democrático popular... (PT, 1991: 38).

Isto é, se trata de uma perspectiva na qual o projeto, organização e mobilização dos movimentos sociais se complementam com o projeto político que aponta para a eliminação das "formas históricas de reprodução das desigualdades", que propõe "um governo democrático popular" para a conjuntura imediata, e que almeja a construção de uma "sociedade socialista democrática". Nesta perspectiva, é possível conjugar o "potencial revolucionário desses movimentos" com a proposta de transformação radical da sociedade levantada por este partido.

Uma experiência relevante: a Administração Popular em Porto Alegre.

1.- Orçamento Participativo

Sem dúvida nem todas as experiências dos governos municipais que conquistou o PT foram bem sucedidas². Muitas delas provocaram retrocessos importantes do partido, como é o caso, por exemplo, do Município de Campinas, onde o partido, que ganhou a Administração Municipal em 1988, viu sua votação reduzida para menos de 5% nas eleições municipais de 1992, produto da crise entre o Prefeito eleito, Jacó Bittar e o partido, que conduziu também à separação de Bittar do Partido; outras deixaram um gosto amargo pelo que poderiam ter sido e não foram, como é o caso da gestão de Erundina em São Paulo, experiência relativamente bem sucedida sobre a qual o PT se orgulha publicamente, mas cuja administração não conseguiu construir elementos suficientes que permitissem a reeleição do partido. Mas, outras conseguiram continuidade e permitem experiências audaciosas e alternativas na construção de novas formas de democracia política, onde se realça o peso dos movimentos sociais. Exemplo disto é o caso de Porto Alegre, começando com a gestão do

² Dos dois Prefeitos que o PT elegeu em 1982, um deles saiu do Partido pouco depois e o outro afastou-se aos 6 anos. Das 36 cidades que ganhou em 1988, ao longo do processo 12 Prefeitos romperam com o partido ou vice-versa. Das 24 Prefeituras que ficaram com o partido, em 11 delas reelegeu seus candidatos; em 12 perdeu e em uma apresentou apenas candidatos a Vereadores. Portanto, das 53 Prefeituras que o PT ganhou nas eleições de 1992, 42 são novas administrações.

Prefeito Olívio Dutra, experiência que, pela sua importância para o nosso trabalho, discutiremos a seguir.

Uma das primeiras conseqüências da gestão da Frente Popular neste município foi a ampliação dos espaços públicos.

...Há uma convergência dos movimentos e organizações comunitárias para os espaços públicos que se desenvolvem para a gestão das políticas municipais (orçamento, acesso à terra, saúde, transporte). Multiplicam-se também embriões de Conselhos Populares, não mais na perspectiva do duplo poder mas no sentido de um "co-poder"³, generalizando-se progressivamente o sistema de plenárias abertas a todos os moradores e rompendo-se assim, com o "monopólio" da representação por local de moradia das Associações de Moradores. Em 1992, a cidade apresenta articulações regionais para a formação destes Conselhos em 16 zonas, cobrindo todo o mapa do município (Baierle, 1992: 28).

Um dos fatos mais destacados e publicitado na administração de Dutra foi a institucionalização do chamado Orçamento Participativo como parte de um programa maior de Reforma Urbana e Descentralização Administrativa. Num documento de novembro de 1992, denominado "Processo de avaliação da gestão da Frente Popular", assinado pela Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC)-Gabinete do Prefeito, encontramos as seguintes diretrizes que orientaram o processo:

- 1.- Nossa política tem como pressuposto o estímulo e fortalecimento da organização autônoma e independente da sociedade civil, e a criação e ampliação crescente dos mecanismos de democratização das decisões do poder político municipal;
- 2.- Temos consagrado o princípio de autonomia dos movimentos populares em relação ao Estado. É preciso que a sociedade civil participe da gestão municipal, respaldada em propostas próprias, controlando, fiscalizando e decidindo;
- 3.- Entendemos a participação popular como processo político de construção da cidadania e desenvolvimento da consciência da população sobre a possibilidade e a necessidade de sua interferência crescente na gestão do Estado;
- 4.- A democratização das informações e a transparência administrativa;
- 5.- A criação de canais institucionais de participação (CRC, 1992: 9).

O objetivo básico da nova política orçamentária era o de fazer da discussão do orçamento do município um fato público e participativo com a intervenção ampla dos cidadãos na decisão das prioridades e, portanto, na direção do investimento municipal em novas obras⁴.

³ "A idéia de Conselhos Populares foi progressivamente amadurecendo da concepção de duplo poder para uma concepção de co-poder, a partir do processo de **socialização da política** que começa a ocorrer desde meados dos anos oitenta, com a necessidade dos movimentos construírem espaços políticos para o processamento de suas demandas de conteúdo" (Baierle, 1992: 291).

⁴ "O 'Orçamento Participativo', uma das bandeiras do conceito ampliado de Reforma Urbana, foi o grande espaço público de atuação dos movimentos populares urbanos neste período (1989-1992) (...). Trata-se de uma gigantesca pesquisa participante (...). A idéia de desprivatizar o Estado e reconstruí-lo enquanto espaço público, veiculada na propaganda dos Conselhos Municipais, que permitiriam a participação popular nas várias áreas da Administração Pública, encontrou um espaço parcial de realização no processo do 'Orçamento Participativo'. Este padrão de organização em fóruns abertos à participação dos diversos segmentos interessados se reproduziu também em outras áreas e programas de governo, como o 'More Melhor Participando', o 'Guaíba Vive', o 'Conselho de Acesso à Terra' e o 'Foro Contra a Recessão e o Desemprego' (Baierle, 1992: 321-322).

Um problema comum no Brasil no que diz respeito à capacidade dos governos municipais realizarem obras novas é a escassez de recursos, os quais ficam majoritariamente nos níveis federais e estaduais. Uma situação normal é que as folhas de pagamento dos funcionários da Prefeitura e a manutenção dos serviços básicos ocupem o total da receita municipal. No caso de Porto Alegre, segundo a administração Dutra, o orçamento do município, realizado ainda em 1988 como determinava a legislação vigente, não garantia um centavo para investimentos. A folha de pagamentos comprometia 98% da receita municipal, mas ainda havia o custeio dos serviços públicos e a dívida a ser paga. Assim: "as reivindicações populares acumuladas a décadas batiam às portas da Prefeitura e não obtinham respostas imediatas, através de ações do governo" (Prefeitura Municipal PA, 1993b: 3). Esta situação fez com que o investimento em novas obras no primeiro ano da gestão tenha sido apenas 3,2% da despesa municipal.

O mecanismo do orçamento participativo começou funcionar para a elaboração do orçamento de 1990. Nesse ano realiza-se uma Reforma Tributária que ampliou este percentual de 3,2 em 1989 para 10% em 1990, 16,3% em 1991, 17% em 1992 e 14,51% em 1993. A alocação desse percentual, destinados a investimentos públicos novos, é o que se discute no mecanismo do orçamento participativo. Vejamos, como exemplo, o quadro de despesa municipal de 1993:

Despesas de Pessoal	57,25%
Custeio dos Serviços Públicos	28,24%
Investimentos Públicos Novos	14,51% (discutido nas rodadas do OP)

Fonte: PMPA, 1993b: 5.

Nas discussões do orçamento participativo de 1992 que decidiram o destino desse 14,51% da receita municipal, se conformou a seguinte ordem de prioridades e percentuais para investimento:

Saneamento Básico ⁵	46,0%
Pavimentação	20,2%
Regularização Fundiária, Habitação e Áreas de risco	9,1%
Organização da Cidade	5,3%
Transporte e Circulação	4,8%
Meio Ambiente Lazer e Esporte	3,4%
Saúde	2,2%
Educação	1,8%
Cultura	0,3%
Outras Despesas	6,9%

⁵ É interessante anotar a priorização que a população fez no saneamento básico (46% dos novos investimentos). Sobre as razões desta opção nos diz Baierle:

"A opção prioritária pelo saneamento básico, feita pela população, geralmente não é bem recebida pelos governantes tradicionais, pois 'enterrar canos' não é considerado obra visível e 'não dá voto'. Mas a opção pelo saneamento básico feita pela população na atual gestão municipal nada tem de irracional, pelo contrário (...)

Porque é preciso investir em saneamento básico? Porque, no padrão de urbanização brasileiro, a periferização e a autoconstrução foram as alternativas encontradas pela população pobre para morar. A quase totalidade das subabitações se localiza em loteamentos irregulares ou clandestinos muitas vezes ocupados por invasão, sem urbanização e de regularização difícil (...)" (Baierle, 1992: 329-330).

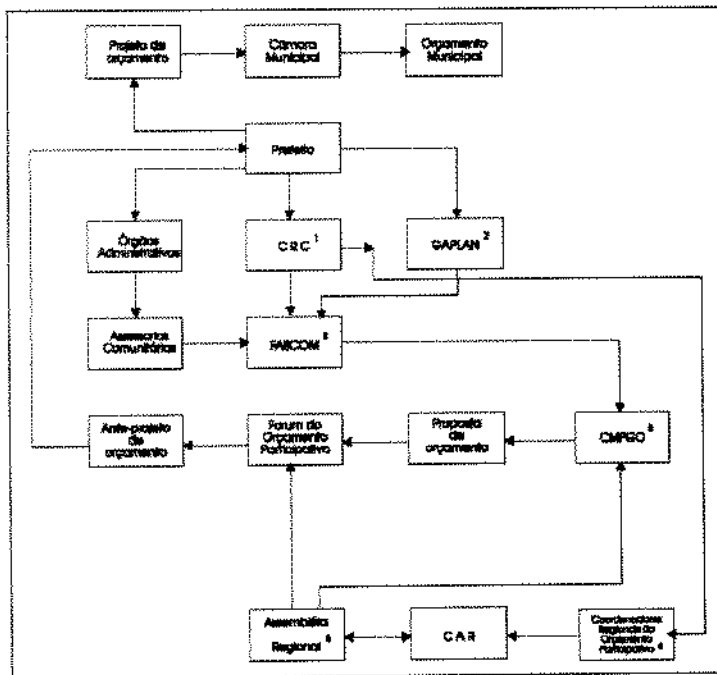
Fonte: PMPA, 1993b: 3.

A primeira medida "técnica" para possibilitar o mecanismo do orçamento participativo foi uma divisão territorial da cidade que permitisse desenvolver mecanismos de "democracia direta" que facilitassem a participação de qualquer cidadão.

A cidade estava dividida pelo Plano Diretor em quatro regiões. Verificamos de imediato, em reuniões com as lideranças dos movimentos populares, que esta era uma regionalização artificial. Passamos então, num longo processo de discussão e negociação com as lideranças comunitárias, a concretizar uma outra regionalização, a partir de certos critérios. A divisão territorial não é apenas uma questão de "medida de superfície", mas uma área de uso social e organização política do movimento popular (CRC, 1992: 11).

O resultado desse trabalho foi a divisão da cidade em dezesseis (16) regiões, que serão tratadas não apenas como divisão territorial formal mas como futuras "regiões administrativas" nas quais se delegariam certas funções da administração municipal.

Para simplificar a exposição do funcionamento deste mecanismo a partir dessa divisão territorial, elaboramos o seguinte organograma onde indicamos também as funções dos diversos componentes:



1 Coordenação da Relações com a comunidade: Coordena o processo político-organizativo com as comunidades

2 Gabinete de Planejamento. Coordena a elaboração do Plano de Investimento de forma integradora dentro da Administração

3 Forum das Assessorias Comunitárias. Reune os Assessores Comunitários das diversas Secretarias e Órgãos Municipais. Discute e define as políticas e intervenções do governo na relação com a comunidade

4 São Assessores Comunitários que dedicam uma parcela importante do seu tempo ao trabalho em uma região

5 Conselho Municipal de Plano de Governo e Orçamento. Discute as prioridades de investimento, a Receita, despesas e as políticas do Município relacionadas ao Plano de Governo e Orçamento

6 Recolhe as demandas da comunidade, discute as prioridades regionais e os "grandes números" da Receita e das despesas. Elege os 2 Representantes para o CMPGO e os Delegados para o Fórum do Orçamento Participativo.

É importante salientar que este mecanismo se enquadra completamente no sistema legal vigente. Isto é, sem "violentar" as normas constitutivas do poder municipal. Esta complexa

articulação de instâncias deliberativas de base, expressa a decisão política do executivo municipal de incorporar a sociedade civil à discussão das decisões municipais. As relações entre prefeito e vereadores continua, *em termos legais*, a mesma. Em termos políticos, em relação à comunidade e à elaboração da peça orçamentaria, modifica-se substancialmente, devido às propostas encaminhadas pelo prefeito ao legislativo municipal não serem apenas da autoria do executivo e seus assessores, mas, em primeiro lugar, uma obra que foi lentamente produzida pela participação popular^[No.].

De maneira crescente, discutindo setorialmente e também por órgãos, a comunidade vai se apropriando de informações sobre o funcionamento da estrutura administrativa e aumentando as possibilidades de sua intervenção.

A discussão pública do orçamento municipal, nas plenárias e no Conselho do Plano de Governo e Orçamento, mexe com a essência da administração. Por esta experiência já podemos concluir que, ao tomarmos a iniciativa de promover a democratização do Estado, isto significa compartilhar o poder e atinge, profundamente, tanto a estrutura administrativa municipal, seu corpo técnico e político, como a estrutura legislativa, principalmente a tradicional "inter-mediação" dos Vereadores sobre as demandas da população (CRC, 1992: 14-15)⁶.

O quadro da evolução da participação das entidades e do número de pessoas nas plenárias regionais até 1992 dá uma idéia clara da relevância deste mecanismo no processo de incorporação da sociedade civil às decisões político-administrativas.

Ano	Entidades	Participantes
1989	250	403
1990	467	599
1991	503	3086
1992	572	6160

Fonte: CRC, 1992: 18.

Destacando o fato do "orçamento participativo", tentamos mostrar um dos elementos concretos onde as novas elaborações do PT sobre a transformação das relações de poder local e o papel dos movimentos sociais se manifestam claramente, na política concreta, como uma novidade importante frente às formas tradicionais de exercício do poder, colocando em prática elementos teóricos que foram construídos lentamente em uma década de vida do partido. Não por acaso, o orçamento participativo não é apenas uma marca da gestão municipal de Porto Alegre, mas uma proposta geral

⁶ Coincidentemente nos diz Baierle:

"Na medida em que as demandas particulares passavam a ser processadas politicamente em cada região, ficava mais fácil defender a proposta de investimentos na Câmara de Vereadores. Quando os vereadores 'tradicionais' vêm nas galerias não apenas uma multidão, mas os seus próprios supostos o antigos cabos eleitorais nas vilas, ali, defendendo coletivamente a proposta orçamentaria, ocorre uma redefinição do sujeito e do objeto da pauta de discussão política, onde os setores populares organizados começam a deixar de ser 'pé de escada' e se qualificam como um ator de novo tipo" (Baierle, 1992: 328).

da política municipal do PT. Contudo, é importante neste breve resumo da experiência, colocar alguns problemas que não fogem dos olhos dos observadores.

...A experiência do "Orçamento Participativo" em Porto Alegre não é isenta de limites. Primeiramente, é preciso registrar que se trata de uma iniciativa da Administração Municipal, que convoca os moradores de cada região para a discussão de suas prioridades. Mesmo que esta convocação se faça em conjunto com as entidades comunitárias, fica a questão da autonomia das organizações populares: até que ponto é ainda o Estado que organiza a sociedade, até que ponto esboça-se um processo de gestão democrática do fundo público, a participação direta da população interessada?

Além disso, trata-se apenas da definição das prioridades pela população, não da definição do gasto público municipal. A população apenas decide quais são os seus principais problemas e onde quer que o poder público municipal coloque seus investimentos (Baierle, 1992: 335).

...Se o único espaço de organização dos setores populares passasse a ser o próprio espaço institucional junto ao Poder Público, perderia sentido falar-se em movimentos. O que justifica o termo, mesmo que num contexto de interação positiva com a Administração Municipal" é a necessidade radical de uma identidade própria... (Baierle, 1992: 343).

Este conjunto de limites, embora não possa ser superado magicamente, expressa também algumas tendências de solução, na medida em que a população organizada aumenta o seu poder real⁷. Ou seja, na medida em que a discussão pública em vários fóruns consolida-se como princípio educativo da prática (Baierle, 1992: 338).

Contudo, vários resultados provisórios desta experiência⁸ mostram que este mecanismo, que incorpora efetivamente a população na tomada de decisões sobre problemas que afetam diretamente o seu dia a dia, embora ainda incidam sobre uma quantidade limitadas de recursos, é um modo eficaz de mudar as formas vigentes de exercício do poder local, de construir uma relação mais equilibrada entre Estado e sociedade civil, e uma forma que permite a incorporação e participação crescente da população, individualmente ou a partir dos movimentos e instituições nas quais participa, na prática da decisão e, portanto, a formação de uma nova cultura política.

2.- Descentralização administrativa

Se o primeiro governo da Frente Popular, em Porto Alegre, trouxe a novidade de colocar em funcionamento o mecanismo do Orçamento Participativo, a segunda gestão, agora sob o executivo de Tarso Genro, coloca-se o desafio de avançar no projeto da Frente Popular de Descentralização Administrativa. O próprio Orçamento Participativo deve ser entendido como um importante passo

⁷ "Esse poder popular entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista -e pela correlação de forças sociais que a sustentam- podendo, em situações políticas particulares, ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se. Este fortalecimento se baseia no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também em grande medida, na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas, empresas, no campo" (PT, 1991: 36-37).

⁸ "Em primeiro lugar, o tensionamento entre o executivo e bancadas de oposição da Câmara, pela entrada, no cenário político, de outros atores (...) Em segundo lugar, a democratização das decisões e a instauração do processo do Orçamento Participativo resultou, a nível da sociedade civil, num maior controle das ações do governo e na credibilidade crescente expressa na participação da cidadania, que foi aumentando e se qualificando (...) Além disto, houve um significativo avanço na representatividade e no reconhecimento público do Orçamento Participativo. Isto se comprova com o crescimento constante da participação, seja em termos de população e entidades, seja em representatividade -maior diversidade social, cultural e econômica das pessoas envolvidas" (CRC, 1992: 17).

nessa direção. Os Coordenadores Regionais do Orçamento Participativo (CROPs) tinham entre as suas tarefas testar as condições para o programa de descentralização. Segundo a avaliação da CRC:

Cabe ao Coordenador Regional do Orçamento Participativo fundamentalmente, globalizar as ações do Governo no âmbito regional. Com isto, estamos incidindo na cultura fragmentada da máquina administrativa. Ao mesmo tempo esta ação aponta para a implantação gradual do Programa de Descentralização Administrativa, iniciada timidamente no nosso governo.

Referenciado no nosso ideário da radicalidade democrática, os CROPs orientam-se por objetivos fundamentais, a partir das diretrizes da CRC e do FASCOM (Forum das assessorias comunitárias):

- Ampliar a participação (...);
- Aprofundar os temas que compõem o Plano De Governo e Orçamento (...);
- Qualificar as relações políticas (...)
- Estimular a criação e participar de comissões mistas de acompanhamento e fiscalização da execução do Plano de Investimento (CRC, 1992: 20-21).

Junto com essa primeira experiência geral de participação direta da cidadania na elaboração do orçamento, já na gestão de Olivio Dutra avançou-se, ainda que embrionariamente, na própria descentralização. Conforme o decreto 9755 de 11/07/90, cria-se a figura dos Centros Administrativos Regionais (CARs), aos quais compete, segundo o decreto:

- A) Programar, executar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação nos logradouros públicos;
- B) Promover a formação de grupos organizados da população com vistas ao debate sobre as questões locais;
- C) Representar política e administrativamente à Prefeitura na região;
- D) Programar e controlar junto aos órgãos competentes, de forma integrada, a execução imediata dos serviços que extrapolem a capacidade de realização local (CRC, 1992: 28).

Nesta primeira gestão da Frente Brasil Popular criaram-se experiências-piloto de CARs em três regiões das dezesseis nas quais dividiu-se Porto Alegre (CAR-Restinga; CAR-Ilhas; CAR-Norte). Estes centros funcionam como órgãos de coordenação, execução e controle das demandas locais relativas aos serviços públicos de conservação e manutenção em geral.

É importante observar que a problemática da descentralização administrativa tem sido difundida intensamente pela propaganda neo-liberal como uma forma de "modernização" do Estado. A discussão foi intensamente colocada na América Latina na última década em torno do chamado "ajuste fiscal" e do "enxugamento do Estado". A diferença radical entre a forma liberal da discussão e a proposta das Administrações Populares é que, enquanto a proposta neo-liberal de descentralização tem como objetivo principal -e praticamente se esgota nesse projeto- a "privatização" das empresas estatais rentáveis -sobre o qual coloca o grosso da sua artilharia-, e, como seu outro pólo, na centralização do poder nos executivos, as proposta vindas dos setores

populares -não apenas no Brasil, mas em várias experiências na América Latina⁹- apontam à **descentralização do poder** mediante delegação de funções de governo aos órgãos descentralizados nas diversas regiões administrativas nas quais são divididas as cidades, e na ampliação da participação direta da cidadania nestes órgãos regionais. Segundo os administradores municipais de Porto Alegre:

Sempre afirmamos que a marca de maior significado político da Frente Popular reside na proposta de democratização da Administração Pública.

Neste sentido, a Descentralização Administrativa, ao lado do controle popular e da socialização da informação, se colocam como princípios fundamentais que deverão alicerçar a ação do Governo Municipal.

A descentralização entendida como um dos caminhos para a democratização, deve ser considerada como movimento essencial na construção da soberania popular, estimulando e encorajando a população a dirigir o seu próprio destino na condição de sujeito ativo da causa pública.

O objetivo maior desta proposta reside na perspectiva de alterar as relações entre o executivo e a comunidade, buscando uma maior aproximação desta, através da implantação de canais efetivos de comunicação, acesso e participação, de forma a propiciar um atendimento competente e organizado às reivindicações da população (...) A descentralização, portanto, é mais que uma simples forma de execução de serviços, senão de uma nova concepção de administração fundamentada na participação popular consciente e politizada (CRC, 1992: 26-27).

A descentralização concebida deste modo supõe um processo que exige a realização dos seguintes aspectos:

- 1) Divisão territorial da cidade em regiões administrativas menores (aspecto sobre o qual tem-se avançado na primeira gestão da Administração Popular);
- 2) Organização político-administrativa da região;
- 3) Atribuição de competência, funções e recursos (financeiros, materiais, técnicos, humanos) aos órgãos administrativos locais;
- 4) Criação de procedimentos participativos da sociedade (aspecto no qual também tem se avançado através da experiência do Orçamento Participativo).

Portanto, nesta concepção, a descentralização não é apenas um fato administrativo de "ajuste" e redimensionamento do Estado, mas, principalmente, um fato de ampliação dos espaços de participação e decisão da cidadania e, portanto, formas concretas de "radicalização da democracia":

A construção da cidadania supõe a apropriação, pelos moradores, da cidade, da realidade física que os cerca e sua incidência efetiva sobre ela.

É uma obrigação e um desafio, para uma administração que se quer democrática, encontrar os caminhos para isso, desencadeando um amplo debate na cidade sobre o seu futuro, sobre as regras básicas do jogo de apropriação de seu território, a partir da tematização dos conflitos e contradições que estão hoje na ordem do dia (CRC, 1992: 27-28).

⁹ Por exemplo, uma concepção similar orientou as medidas de descentralização administrativa na cidade de Montevideo, Uruguai, na administração do Prefeito Tabaré Vasquez da Frente Ampla (FA).

Em função do cumprimento desta proposta, a nova gestão municipal lançou em 26/3/1993 o projeto "Cidade Constituinte". O projeto não é apresentado como um plano de governo mas como "um processo" que, a partir de um tema selecionado, buscará uma "discussão globalizante sobre a cidade" (Prefeitura Municipal P.A., 1993: 8).

As discussões e as decisões serão centradas na apropriação da cidade por seus moradores e usuários, redistribuição de renda na cidade, priorização de políticas públicas em favor dos marginalizados e excluídos e democratização das relações Estado|sociedade.

Dentro disso, quatro são os temas básicos do debate: reforma e desenvolvimento urbano, circulação e transporte, desenvolvimento econômico, e financiamento da cidade (Prefeitura Municipal PA, 1993: 8).

Estas novas construções -provisórias enquanto experiências emergentes que deverão confirmar-se mediante uma prática histórica permanente- têm a virtude de ser uma forma concreta na qual a concepção democrática da esquerda deixa de ser uma permanente "utopia" e passa a ser uma forma política operante, superando a forma de "projeto" e colocando novos desafios às realizações posteriores. Apesar dos defeitos e limites, estas novas experiências esboçam uma alternativa real à prática política das elites. No caso de Porto Alegre, nos diz Baierle:

Enraizada ao longo do tempo no campo da esquerda em Porto Alegre, a idéia de governar através dos Conselhos (institucionais e populares) apontava para um novo padrão de gestão e planejamento urbano, onde os sujeitos centrais do processo seriam os movimentos sociais e os cidadãos em geral, atuando nestas novas esferas de exercício do poder no município. Contudo, há uma certa ambigüidade neste discurso, pois de um lado considera-se que os movimentos populares dependem da ação de um governo democrático para se qualificarem e, de outro pensa-se colocar estes mesmos movimentos no papel de sujeito central da gestão da cidade.

Para um problema real, a construção de um projeto hegemônico a partir das classes subalternas, constituindo-as enquanto sujeito, a Frente Popular expressava essa aparente contradição: governar em nome da construção deste projeto tendo por base movimentos "corporativos"(...) Não obstante, para a Administração Popular, a partir da vertente teórica socialista ou democrático-republicana, cuja matriz é Rousseau, a abertura de canais de participação era pensada como forma de superar estes "corporativismos" e despertar os cidadãos para uma cidadania ativa, a qual contribuiria para a estabilidade do governo (Baierle, 1992: 305-306).

É relevante acrescentar, finalmente, a importância destas experiências na discussão dos problemas e contradições entre "autonomia" e "alternativa política". As novas realizações, longe de eliminar ou limitar a polémica, colocam a discussão num novo patamar: a partir de agora não apenas discussão de pressupostos teóricos, mas de resultados de experiências histórico-concretas de "poder".

A FMLN e um novo modo de pensar a relação "partido-movimento social"

Ao contrário de muitas organizações de esquerda da América Latina que partiram para a luta armada nos anos 60-70, os partidos que depois comporiam a FMLN, compreenderam logo que

deveriam construir relações sólidas com o movimento popular que despontava no país em meados dos anos 70. Como vimos, todas as forças construíram "organizações de massa", que conformaram, em 1980, a Coordenadora Revolucionária de Massas (CRM), cujo papel já mencionamos. Contudo, esta vinculação tinha como premissa e lógica de funcionamento a "direção" dos partidos sobre estes movimentos. A evidência mostra que, pelo menos até final da década de 80, a maior parte dos partidos da Frente sustentava uma visão da transformação social e do lugar do partido e dos movimentos sociais vinculada à tradição "marxista-leninista", em particular através do conceito de "vanguarda"¹⁰. Ainda em 1985 a *Comandância Geral* da FMLN discute a transformação da Frente em partido único e a definição do Marxismo-leninismo como ideologia do partido. Sobre este ponto nos dizia Jorge Melendez em entrevista:

En el 85 (...) se reúne toda la Comandancia del FMLN y en ese entonces se plantea la unidad cerrada de filas en torno a declarar al marxismo como la teoría de vanguardia, el partido único, la unidad, etc. Yo recuerdo que en ese año se elaboró un documento de las cinco organizaciones con ese contenido (...) Todo se hacía en el marco de creer que el "marxismo-leninismo" era la ideología rectora... (Entrevista, 24-4-93. In, *Análisis*, 1993: 59).

Desavenças dentro da FMLN sobre esta questão, junto a outras razões, impediram que chegasse a se concretizar esse tipo de unidade, mas a concepção que os partidos da Frente tinham em torno ao seu próprio papel e ao papel dos movimentos sociais, estava ainda ancorada na concepção de partido-vanguarda e o papel necessariamente subordinado dos movimentos sociais no processo de transformação social. Este pensamento era fortemente reforçado pelo papel central da FMLN na guerra: a Frente era o "poder" nas zonas semi-controladas, e principal garantia para encaminhar transformações sociais largamente esperadas, e uma referência para o movimento popular e para a solidariedade internacional. Ninguém duvida em El Salvador que a coluna vertebral da aliança FMLN-FDR -que foi a força dirigente do conjunto do movimento popular neste anos todos- era, no período do conflito, o poder armado da FMLN.

Uma característica particular dos movimentos populares dos anos 70 foi a de serem predominantemente urbanos. Estes movimentos foram brutalmente reprimidos e as suas lideranças perseguidas e mortas, principalmente na conjuntura 78-80. A deflagração da guerra civil em 10-1-1981 muda a centralidade dos conflitos nas áreas urbanas para o campo e, portanto, modifica o papel dos movimentos sociais urbanos, já fortemente afetados pela repressão. Em vinculação principalmente com as áreas rurais, emergem uma grande quantidade de ONGs que tecem uma rede solidária com funções basicamente assistencialistas, relacionadas a outra importante quantidade de fundações no exterior. Junto com isso, os movimentos sociais urbanos começam um

¹⁰ "...No sólo fue la situación de guerra la que incidió en los criterios centralistas y verticalistas, sino la influencia desde el nacimiento, de la concepción de partido con todos los resabios stalinistas que pesan sobre casi toda la izquierda..." (Villalobos, 1992: 19).

período de reconstrução e reanimação que desponta em meados dos anos 80. A partir de 1986, começa uma nova onda do movimento popular. Nesta nova situação dois elementos merecem destaque:

1.- A Igreja convoca o chamado "Debate Nacional para a Paz", que se conforma aglutinando a maioria das organizações da sociedade civil salvadorenha. O Padre Ignacio Ellacuría desde 1983 falava na necessidade de uma "terceira força" entrar na cena da guerra¹¹. Em 1988, o bispo de San Salvador, Monsenhor Arturo Rivera Damas, convocou a assembléia pública, convidando 63 forças sociais das quais 60 acudiram ao encontro que produziu um relevante documento que mostra a importância decisiva desta "terceira força" nos futuros acontecimentos^[N7.].

2.- Em segundo lugar, começam as repatriações maciças de refugiados salvadorenhos nos países centro-americanos que colocaram, no debate político e na prática social, novos elementos para a construção de uma forma alternativa de sociedade. As repatriações colocaram em um lugar de destaque o papel das ONGs, nacionais e internacionais, no que diz respeito à luta não apenas pela segurança e pelos direitos humanos nas comunidades rurais, mas da emergência de planos de desenvolvimentos de longo prazo nas zonas do conflito.

A entrada em cena destes novos atores começou a modificar a composição e a dinâmica dos sujeitos da transformação, diluindo o conteúdo militar da luta, ampliando o espaço da sociedade civil e configurando um novo papel do movimento popular na saída do conflito armado e no futuro das transformações sociais. Os resultados da ofensiva da FMLN de novembro de 1989 e a abertura do processo de negociações para a paz potenciaram este novo papel.

O período de discussão dos Acordos de Paz é também um período de novas re-elaborações dos partidos da FMLN em torno do papel dos movimentos sociais nas transformações revolucionárias da sociedade. Os resultados das novas elaborações ficaram sintetizados na fórmula "predominância da sociedade civil", já tratada neste trabalho. Neste sentido, os próprios Acordos são uma construção política que, desde o ponto de vista da FMLN, representam a definição de um novo terreno para a continuidade do processo revolucionário, caracterizado justamente pelo espaço e peso que a sociedade civil ganha na dinâmica social transformadora. Para a construção destas novas definições os partidos da FMLN passaram por diversos processos críticos das concepções anteriores e autocríticos do seu próprio comportamento prático e teórico. Uma das primeiras concepções criticadas neste sentido foi a idéia de centralidade e privilégio *a priori* da classe operária

¹¹ A frente reconhece o papel jogado pelo Padre Ellacuría no discurso de Schafik Handal na reunião para a fundação do partido FMLN que é publicado como introdução aos Documentos Políticos fundacionais. Diz Handal no discurso:

"Particularmente contribuyó el Padre Ellacuría y los mártires jesuitas, con su aporte al desarrollo del pensamiento político de este país. El aporte de la UCA (da qual Ellacuría era reitor. RB) como institución de educación superior es altamente honroso para nuestro país..." (FMLN, 1993: 12).

na concepção das transformações sociais. Um exemplo disto é a opinião que Schafik Handal -e o Partido Comunista em geral- tem elaborado sobre o tema:

Mira, nosotros estamos cuestionando una serie de tesis que parecían ser como columnas inmovibles del marxismo-leninismo. Justamente una de ellas es la de la asignación del carácter revolucionario a una clase, por ser la clase tal. Cuestionando el que la clase portadora del socialismo, la clase revolucionaria, sea tal clase. Nosotros creemos que después de más de 150 años de formuladas estas tesis, ya es hora de sacar conclusiones, y nosotros vemos que en realidad, no se ha justificado en la historia universal que la clase obrera haya jugado ese papel por ser ella. Qué es lo que vemos en cambio? Vemos revolucionarios, muchos de ellos obreros, ciertamente, pero también de otras clases.

Entonces, cómo definir las fuerzas motrices de la revolución? Por qué vienen determinadas, por su carácter de clase o por su pensamiento y formación política? Nosotros creemos que esto segundo es principal en relación a lo otro, y que la otra posición no demostró a lo largo de más de 150 años ser correcta.

Es decir, hay revolucionarios, si realmente los hay. No porque haya una clase y que de esa clase salgan los revolucionarios. No! Si los hay o no los hay, ese es el problema. Y entonces, cómo son los revolucionarios, cómo es su composición, su origen? Eso hay que analizarlo en concreto, no establecerlo predeterminadamente (Análisis, 1993: 15).

El ser revolucionario está determinado a mi juicio por el comprometimiento con la causa de la transformación social y política de su país. La transformación social y política en un sentido de beneficio para el pueblo trabajador, comprometido con él. Entendiendo por "pueblo trabajador" no sólo a las masas asalariadas, a la clase obrera y los trabajadores del campo, sino también a todo aquel que para vivir necesita realizar un trabajo. Por ejemplo esa enorme masa de campesinos, que no siendo asalariado trabaja en su parcela o en una parcela alquilada, o a toda esa multitud de trabajadores marginales, o esa masa de los, así llamados, "microempresarios", que trabajan arduamente, que van de un lado a otro, y a menudo lo que hacen apenas les alcanza para subsistir. Me refiero también a capas de pequeños empresarios y artesanos, y por supuesto a toda la masa de trabajadores asalariados, tanto del trabajo material como en el trabajo intelectual, en la administración pública, etc. Y una de las características de nuestros países es que la enorme mayoría del pueblo trabajador está marginado del sistema. Entonces, ser revolucionario es mantener su compromiso con este pueblo, y realizar una lucha por transformar la sociedad política y económicamente en favor de él (Entrevista 14-4-93. In, Análisis, 1993: 11).

Esta discussão não é nova na Frente, e tem relação com polémicas que vêm desde os anos 60-70 em torno da Revolução Chinesa, da experiência vietnamita e das Revoluções Cubana e Sandinista. De modo que vários dos aspectos da crítica ao reducionismo de classe têm uma longa história de discussão dentro da esquerda salvadorenha. Roberto Roca, por exemplo, acrescentava em torno do tema da "composição social" do partido:

...En esto también hay que someter a un examen objetivo y riguroso las tesis de comienzos de siglo que surgieron en países europeos con un nivel de desarrollo capitalista sensiblemente alto, sobre el partido de obreros y campesinos.

Para nosotros la estrechez de concebir al partido como representante político de obreros y campesinos, en la realidad de América Latina, era muchísimo más que evidente, y por eso nos llamamos "Partido Revolucionario de los *trabajadores*..." Indudablemente, los sujetos políticos sociales portadores de las transformaciones político-sociales en América Latina no podían sintetizarse en "obreros y campesinos". Hay un gran contingente de capas medias, con sus diferentes divisiones o estamentos, o como se le quiera llamar: intelectuales, comerciantes, productores, maestros, profesores, estudiantes, que también han sido sectores

sociales factores de cambios y transformaciones revolucionarias en nuestros países de América Latina (Análisis, 1993: 28).

Porém, e apesar destas questões terem sido colocadas na agenda de discussão pelas novas elaborações que surgiram em torno da experiência sandinista, a questão da nova concepção em torno do papel autônomo dos movimentos sociais, das relações horizontais partido - movimentos sociais, etc., são relativamente recentes. A elaboração em torno desta nova visão tem um salto importante dentro da FMLN no período 1990 em diante. Neste sentido observa Joaquín Villalobos:

El FMLN como partido político debe surgir de un proceso que involucre nuevos actores y nuevas bases a partir de su programa, para constituirse en el representante político para la lucha en los planos electoral y político de los sectores medios y populares. El partido debe ser el cohesionador ideológico programático pero no el centralizador de toda decisión de instancias que ahora deben cobrar su propio perfil como componentes de la sociedad civil (...) **El problema a resolver no es la hegemonía orgánica de partido, sino la hegemonía de un pensamiento y una cultura democrática que garantice la construcción del sistema político y económico en el que actuarán todas las fuerzas políticas y sociales** (Villalobos, 1992: 12).

Hay que tener en cuenta que es en la teoría del partido y el papel del estado donde está el mayor porcentaje de los errores de la izquierda (...) El partido como representante de los sectores populares democráticos y modernizadores del país, **es en las condiciones actuales el instrumento de cohesión ideológica vía su planteamiento programático, el que promueve la gremialización de los distintos sectores medios y populares que se vinculan con el programa, es el coordinador horizontal entre todas las instancias para construir el bloque de poder y asumir la representación política en la lucha por el poder formal en las elecciones y es el interlocutor de los gremios y nuevos productores con otros sectores, para las alianzas o para la gestión de los proyectos de las distintas instancias del bloque de poder...** (Villalobos, 1992b: 30).

Estas novas posições serão afirmadas pelo conjunto de partidos da FMLN, embora a construção na prática política e social tenha encontrado uma cultura política "centralista". Contudo, os novos conceitos marcaram profundamente o debate dentro da FMLN.

Novas relações sociais nas comunidades

Uma novidade singular da experiência salvadorenha, como já mencionamos, é toda a construção que se desenvolve nas comunidades das áreas rurais semi-controladas pela FMLN. A comunidade é uma forma organizativa tradicional em El Salvador, prévia à colonização espanhola e que se manteve viva nas áreas rurais. Até a deflagração do conflito armado, as comunidades eram locais de manobras dos setores dominantes, mediante a aplicação de práticas clientelistas, com a execução de programas assistencialistas que comerciavam com a miséria e as necessidades dos povoadores. Durante o conflito armado, a FMLN constituiu as frentes de guerra rurais mediante as quais se instalou em grandes extensões de território com uma importante população civil. Destes territórios a FMLN expulsou os elementos do poder existente até esse momento: Prefeitos, Juizes, grandes fazendeiros, seus "capangas", seus grupos de extermínio, etc. Como resposta o governo e

as Forças Armadas aplicaram nesses territórios a política de "terra arrasada": aumentaram a repressão, a destruição de casas e cultivos, bombardearam os territórios e realizaram massacres sangrentos abandonando completamente a já escassa atenção à educação, saúde, etc., excluindo praticamente estas regiões da Nação oficial^[N8.].

Justamente para buscar alívio para estes problemas -principalmente os de subsistência e a garantia dos direitos humanos nestes territórios-, surge uma nova forma organizativa nas comunidades tradicionais. O primeiro elemento de organização alternativa foi a criação de novas Diretivas Comunais, eleitas em assembléias gerais das comunidades e estruturada em Secretarias de Trabalho. Todo o processo esteve baseado na prática da democracia direta e participativa e em formas organizativas abertas. As Diretivas Comunais começam um intenso trabalho de gestão de ajuda para alimentos e remédios junto aos organismos humanitários nacionais e internacionais e se incorporam à luta do movimento popular, primeiramente no nível regional e depois no nível nacional. As comunidades passaram a manter suas próprias relações internacionais com uma grande quantidade de organizações humanitárias dentro e fora do país¹². Muitos membros destas organizações arriscaram sua vida nesta tarefa solidária. Num balanço de PADECOES¹³, há dois anos de sua fundação em 1988, se expressam algumas das conquistas alcançadas por essa organização:

a) Hemos construido condiciones políticas en el marco nacional e internacional, que nos han permitido el crecimiento y desarrollo de nuestra organización comunal, ganando con ello el derecho de estar organizados.

b) Hemos reconquistado la legalidad y la legitimidad de nuestros derechos como seres humanos y como ciudadanos salvadoreños.

c) Hemos salido del aislamiento político social y hemos roto el cerco económico que nos había impuesto el gobierno y la Fuerza Armada, por el simple hecho de vivir en territorios controlados por la guerrilla.

d) Hemos ido garantizando condiciones para lograr niveles mínimos de subsistencia y algunos servicios básicos en el campo de la educación, salud y recreación.

e) Hemos ido sentando las bases para un proyecto político, económico y social, alternativo, donde hemos tenido la oportunidad de participar y decidir en nuestras comunidades sobre las políticas de los aspectos económicos y sociales que han generado cambios en nuestras vidas. Ejemplo: nosotros decidimos ahora la tabla de salarios de las cortas de café y aserrado de madera, tenemos nuestras escuelas y puestos de salud, organizamos nuestras actividades culturales y recreativas. No permitimos la venta de aguardiente ni la prostitución de la mujer.

f) Se ha ido creando la estructura e infraestructura que nos ha permitido insertarnos en las luchas del movimiento popular...

g) Se ha ido desarrollando un nuevo contingente de líderes comunales que se van constituyendo en nuevos cuadros del Movimiento Popular (PADECOES, 1990b: 4-5).

¹² Cabe mencionar neste ponto que na América central se constituiu uma densa rede de organismos solidários e humanitários devido, fundamentalmente, à situação de miséria, de violência, de violação dos direitos humanos que a transformaram numa das regiões mais conflituosas do planeta durante os anos 70. O triunfo da Revolução Sandinista impulsionou o desenvolvimento destas organizações.

¹³ PADECOES: Patronato para el Desarrollo de las Comunidades de El Salvador, ONG vinculada ao partido PRS-ERP.

Uma das características da FMLN se transfere para o trabalho na esfera das comunidades: aquela de não ser uma força homogênea e sem diferenças, mas a união de cinco partidos com estrutura organizativa e militar próprias e assentados nas suas próprias "bases sociais" e territoriais, constituídas nas áreas semi-controladas por cada força, de acordo com o seu poderio militar-logístico e político. Assim, existiam não apenas cinco partidos e cinco "exércitos" guerrilheiros, mas também cinco grupos de ONGs respectivamente vinculadas a estes partidos, cujo objetivo era desenvolver projetos econômicos, de saúde, de educação, etc. Esta prática ficou conhecida com o nome de "*cinquismo*" no jargão de esquerda em El Salvador. Deste modo, temos cinco organizações centrais que abrangem verticalmente outras instituições, vinculadas a funções de educação, saúde, moradia, capacitação técnica, cooperativização, etc.:

CI (<i>Coordinadora Intergremial</i>)	vinculada às FPL
ASDI (<i>Asociación Salvadoreña para el desarrollo integral</i>)	vinculada ao PRTC
FUNSALPRODESE (<i>Fundación Salvadoreña para la Promoción del Desarrollo económico</i>)	vinculada ao PCS
FASTRAS (<i>Fundación para la autogestión y la solidaridad de los trabajadores Salvadoreños</i>)	vinculada ao PRS
REDES (<i>Fundación para la Reconstrucción de El Salvador</i>)	vinculada à RN

Os cinco grupos de ONGs elaboraram planos integrais de desenvolvimento das regiões às quais se relacionam, embora com distinto grau de sucesso. Uns dos planos mais antigos e desenvolvidos, é o plano integral da FASTRAS, denominado "*Plan de desarrollo integral de la región oriental de El Salvador*", datado de março de 1989. Este plano tem uma experiência-piloto na comunidade chamada "Ciudad Segundo Montes" que é também a experiência mais desenvolvida até o momento^[9].

É interessante observar o enorme grau de inter-relação que se conforma nas zonas semi-controladas entre comunidade e FMLN, e entre os dirigentes locais de uma e outra^[10]. Embora não seja procedente fazer uma generalização, isso é um fato visível no trabalho com as organizações federativas centrais. No nosso trabalho de campo nas localidades de *San José de las Flores* e *Guarjila* (Estado de *Chalatenango*, comunidades relacionadas com as FPL), *Sisiguayo* (Estado de *Usulután*, comunidade relacionada com o PRTC) e *Ciudad Segundo Montes* e *Perquín* (Estado de *Morazán*, comunidades relacionadas com o PRS-ERP) pudemos verificar este fato. Há uma espécie de *simbiose* entre uns e outros. É difícil distinguir onde termina a FMLN e onde começa a comunidade. O caso da comunidade de Sisiguayo nos pareceu sintomático disso. Trata-se de uma comunidade de 130 famílias que perdeu 64 membros na guerra e desmobilizou 120 combatentes da

FMLN. Uma comunidade pobre que ganhou na guerra a possibilidade de uma grande riqueza: terras de boa qualidade, mangues com produção de camarão e salinas e uma fábrica de sal. Na reunião da Diretiva Comunal que observamos nos ficaram claras duas questões: 1.- as íntimas relações entre direção comunal e FMLN; 2.- as dificuldades dessas pessoas -até ontem guerrilheiros e civis despojados, hoje donos de uma importante riqueza potencial- para compreender a sua nova situação e empreender o desenvolvimento intensivo das suas potencialidades.

Dentro dos estudos sobre estas experiências é importante destacar o trabalho do economista Aquiles Montoya, pela tentativa de generalizar teoricamente os novos elementos empíricos. Este autor tematiza nelas o que chama de Nova Economia Popular (NEP), assinalando que de modo algum se trata de uma experiência meramente, ou primariamente, econômica, mas de uma experiência integral de construção e desenvolvimento de novas relações sociais, que envolve outros elementos, sociais, políticos e culturais.

Aunque la denominamos NEP y al hacerlo destacamos uno de sus contenidos estratégicos, ella en su mismidad incluye lo político, lo social y lo cultural, porque es una realidad mucho más rica y compleja que lo meramente económico, en tal sentido, es una estrategia que se proyecta como totalizadora. Y es que los sujetos empíricos de la NEP han tenido y tienen sus propias estructuras política, social y cultural, el que nosotros no desarrollemos tales componentes no es porque no existan, sino porque somos primariamente economistas. Pero realmente existe nuevas formas de poder, de organización, de relacionarse. Allí están sus nuevos valores y una variada producción artística propia, pero sobre todo con una potencialidad insospechada (Montoya, 1993: 18).

Esta nova economia popular apresenta-se para o autor como uma **realidade** na qual vão se configurando novas práticas econômicas e, ao mesmo tempo, como uma **estratégia alternativa** para combater a pobreza através da mobilização do próprio povo e da sua transformação em sujeito ativo das políticas de desenvolvimento. O autor considera o tipo de "utopia" contida nas novas experiências como próxima ao que o Padre Ignacio Ellacuría, chamou de "civilização do Trabalho", em oposição à "civilização do Capital"¹⁴. Mas, esta experiência é "utópica" apenas no sentido de "projeto", do ainda não realizado, mas em vias de realização. Por isso, o economista chama a atenção sobre o fato de que:

No nos ocupamos de una realidad inexistente, sino de una realidad en desarrollo, aunque lo sea a nivel embrionario. Pero con todo posee ya los rasgos fundamentales que determinan su identidad, por ello es que hemos calificado a la NEP como una *utopía en marcha*, o bien, una *realidad fluyente* (Montoya, 1993: 1).

¹⁴ Neste sentido, diz Ellacuría:

"El mundo desarrollado no es de ninguna manera la utopía deseada, incluso como modo de superar la pobreza, cuanto menos la injusticia, sino el aviso de lo que no se debe hacer... El ideal utópico, cuando se presenta históricamente como realizable paulatinamente y es asumido por las mayorías populares, llega a convertirse en una fuerza mayor que la fuerza de las armas, es a la vez una fuerza material y espiritual, presente y futura, capaz por tanto de superar la complejidad material-espiritual con que se presenta el curso de la historia" (In, Montoya, 1993: 13).

Aquiles Montoya definirá então a NEP como:

Una estrategia alternativa **de y para** las mayorías populares en los ámbitos económico, social, político y cultural, fundamentada en su propio esfuerzo organizativo y productivo, que tiene por finalidad resolver los problemas de pobreza y marginación social de las mayorías populares del campo y de la ciudad, así como contribuir a la eliminación de las causas generantes de los mismos (Montoya, 1993: 17).

Dados os elementos globalizantes que mostra a experiência, este autor a chama também de "estratégia de vida". Esta "estratégia de vida" ao lutar contra as causas geradoras da pobreza e a marginalização social, faz com que entre em choque com o quadro social existente, e se coloque também como estratégia superadora do sistema social atual, isto é, trata-se de uma estratégia implícita e explicitamente anti-capitalista^[N11.].

É importante assinalar finalmente que nestes grandes projetos regionais integrais das organizações federativas, se incluem não apenas as comunidades, mas também, a partir dos Acordos de Paz, as unidades econômicas fundadas com as terras entregues aos 6000 guerrilheiros desmobilizados da FMLN e, também, boa parte das cooperativas tradicionais e as surgidas a partir da Reforma Agrária, impulsionada desde 1980 pela administração de José Napoleón Duarte, como parte da estratégia contra-insurgente^[N12.].

PT, FMLN, Gramsci: a articulação orgânica das formas organizativas das classes subalternas

Autonomia e organicidade das classes subalternas

Gramsci introduz o problema da "autonomia", no que diz respeito à prática dos indivíduos, da seguinte maneira:

Es preferible "pensar" sin tener conocimiento crítico, de manera disgregada y ocasional, es decir, "participar" de una concepción del mundo "impuesta" mecánicamente por el ambiente externo, o sea, por uno de los tantos grupos sociales en que uno se encuentra incluido automáticamente hasta su entrada en el mundo consciente (...) **o es mejor elaborar la propia concepción del mundo de manera consciente y crítica, y, por lo mismo, en vinculación con semejante trabajo intelectual, escoger la propia esfera de actividad, participar activamente en la elaboración de la historia del mundo, ser el guía de sí mismo y no aceptar del exterior, pasiva y supinamente, la huella que se imprime sobre la propia personalidad?**

A resposta que ele mesmo dá é a necessidade do indivíduo de construir uma posição (auto)crítica da sua situação para a constituição de uma visão de mundo superior:

...Críticar la propia concepción del mundo es tornarla, entonces, consciente, y elevarla hasta el punto al que ha llegado el pensamiento mundial más avanzado. Significa también, por consiguiente, criticar toda la filosofía existente hasta ahora, en la medida en que ha dejado estratificaciones consolidadas en la filosofía popular. **El comienzo de la elaboración crítica es la consciencia de lo que realmente se es, es decir, un "conócete a ti mismo" como producto del proceso histórico desarrollado hasta ahora y que ha**

dejado en ti una infinidad de huellas recibidas sin beneficio de inventario. Es preciso efectuar, inicialmente, ese inventario (Gramsci, 1986a: 12) (Negritos nossos).

Para o pensamento do sujeito coletivo da transformação, Gramsci coloca em cena vários conceitos que se inter-relacionam: "vontade coletiva", "bloco social, intelectual e moral", "bloco histórico", o partido como "novo príncipe", etc. Já vimos como a "reforma intelectual e moral" é a base para a constituição de uma nova "vontade coletiva" e a elaboração de um "projeto hegemônico" que oriente a ação das massas humanas na transformação da sociedade. O partido, o "moderno príncipe", tem um papel relevante na realização dessa "reforma intelectual e moral" e na construção da "vontade coletiva". O conjunto resultante dessa ação histórica constitui o "bloco social, intelectual e moral", sujeito da transformação e condição de constituição de um novo "bloco histórico".

Mas, do ponto de vista da prática política, o tema da relação "organização política - autonomia dos movimentos sociais" na construção de um projeto transformador das classes subalternas, é talvez a questão mais difícil de resolver. Como vincular direção política do partido e autonomia do movimento de massas? Como sustentar uma relação entre "projeto" e vida imediata do movimento social que permita uma relação superadora da simples "subordinação ideológica"?

Gramsci elabora sua concepção sobre este tema num percurso que vai desde os escritos juvenis até a amadurecida reflexão do conceito de hegemonia no período carcerário. Vejamos a continuidade teórica sobre este ponto em vários períodos do seu trabalho teórico-político. No seu artigo "Democracia operária", aparecido em 21-6-1919 no periódico *Ordine Nuovo*, escrevia:

...A vida social da classe trabalhadora é rica em institutos, articula-se em múltiplas atividades. Trata-se, precisamente, de desenvolver, organizar globalmente, ligar num sistema vasto e agilmente articulado, que absorva e discipline toda a classe trabalhadora, tais institutos e tais atividades.

A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente.

O Estado socialista já existe potencialmente nos institutos de vida social característicos da classe trabalhadora explorada. Ligar entre si esses institutos, coordená-los e subordiná-los numa hierarquia de competências e poderes, concentrá-los fortemente, mesmo respeitando as necessárias autonomias e articulações, já significa criar desde agora uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês, já desde agora para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional (Gramsci, *Democracia operária*, 21-6-19, In Coutinho, 1981: 139-140).

O próprio Gramsci destaca dois exemplos organizativos relevantes. Em primeiro lugar, as comissões internas de fábrica concebidas como:

...são órgãos de democracia operária que é preciso libertar das limitações impostas pelos empresários e aos quais se deve infundir vida e energia novas. Hoje, as comissões de fábrica limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e administração (Idem: 140).

Em segundo lugar, o comitê de bairro, que:

...deveria ser a emanção de *toda a classe trabalhadora* que habita o bairro, emanção legítima e dotada de autoridade, capaz de fazer respeitar uma disciplina, investida do poder, espontaneamente delegado, e capaz de ordenar a suspensão imediata e integral de qualquer trabalho em todo o bairro... (idem: 141)

O conjunto destas instituições construídas na prática dos grupos subalternos, é pensado como basamento da nova democracia:

Um tal sistema de democracia operária (integrado com organizações equivalentes de camponeses) emprestaria forma e disciplina permanente às massas, seria uma magnífica escola de experiência política e administrativa, organizaria as massas até o último homem, habituando-as à tenacidade e à perseverança, habituando-as a se considerarem como um exército em operação, que tem necessidade de uma firme coesão se não quer ser destruído e escravizado (idem: 141).

Por outro lado, desenvolvendo o tema dos "Conselhos de Fábrica", escrevia em 5-6-1920 em *Ordine Nuovo* sobre o tipo de relação entre partido e sindicato com as outras formas organizativas dos setores subalternos, em particular com o Conselho de Fábrica:

As relações que devem existir entre o partido político e o Conselho de Fábrica, entre o sindicato e o Conselho de Fábrica, já transparecem implicitamente nesta exposição: o partido e o sindicato não devem se colocar como tutores ou como superestruturas já constituídas dessa nova instituição, na qual assume forma comprovável o processo histórico da revolução, mas devem se colocar como agentes conscientes da libertação de tal instituto das formas de compressão que se resume no Estado burguês; devem se propor a tarefa de organizar as condições externas gerais (políticas) nas quais o processo da revolução possa encontrar sua máxima rapidez, nas quais as forças produtivas libertadas encontrem sua máxima expansão (Gramsci, O Conselho de Fábrica, 5-6-19. In Coutinho, 1981: 151)

Posteriormente, nas "Teses de Lyon", escritas em 1926, em colaboração com Togliatti, escrevia Gramsci sobre a organização de uma "frente única" capaz de confrontar-se com o fascismo e sobre "a tarefa de unificar as forças do proletariado e da classe trabalhadora, num terreno de luta":

...Deve ser uma frente única organizada, isto é, deve fundar-se com base em organismos em torno aos quais toda a massa encontre uma forma e se agrupe. Estes são os organismos representativos que as próprias massas têm hoje tendência para constituir, a partir das oficinas e por ocasião das agitações, depois que as possibilidades de funcionamento normal dos sindicatos começaram a ser limitadas...

A questão deve ser considerada sem feticismo por uma determinada forma de organização, tendo presente que o nosso objetivo fundamental é obter uma mobilização e uma unidade orgânica de forças cada vez mais vastas. Para atingir este objetivo ocorre saber adaptar-se a todos os terrenos oferecidos pela realidade, explorar todos os motivos de agitação, insistir numa ou noutra forma de organização, segundo as necessidades e segundo as possibilidades de desenvolvimento de cada uma delas (Gramsci, 1978a: 236-238).

Segundo Portantiero, essa concepção, baseada nas formas organizativas presentes dos setores subalternos supõe em Gramsci uma:

...Teoría de la articulación orgánica de las distintas formas institucionales en que se agrupan las clases populares, (que) está en las antípodas de la metodología de la organización revolucionaria que subestima la autonomía de las instancias no partidarias de las clases populares¹⁵ ... (Portantiero, 1978: 32-33)

...Esa concepción se basa en que partido y sindicatos no pueden abarcar a la totalidad del pueblo, y sin la participación de las multitudes encuadradas en instituciones específicas, la revolución es imposible... (Portantiero, 1978: 52).

Com efeito, escrevia Gramsci em 1920, no artigo citado:

A revolução proletária não é o ato arbitrário de uma organização que se afirma revolucionária ou de um sistema de organizações que se afirmam revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico...

O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratualista, como é o caso do partido político e dos sindicatos profissionais, organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmações e como desenvolvimento da liberdade política. Essas organizações (...) são atualmente e se tornarão cada vez mais os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação que a inteira classe trabalhadora tentará no curso do processo revolucionário. Mas elas não encarnam esse processo, não superam o Estado burguês; não abarcam e não podem abarcar todo o múltiplo borbulhar de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia, em sua implacável marcha de máquina de exploração e de opressão (Gramsci, O conselho de fábrica, 5-6-20. In Coutinho, 1981: 147-148)

É necessário observar ainda que, em Gramsci, a autonomia é uma relação correspondente não apenas à fase "pre-estatal" do movimento, mas, também da fase "estatal", quando o bloco social alcança o lugar do Estado. Segundo a leitura de Portantiero, partido e sindicatos, enquanto instituições "privadas" mantêm com o "novo Estado" relações de autonomia: "enquanto instituições, não serão absorvidas pelo novo Estado, mas deverão se manter autônomas, como órgãos de propulsão (o partido) e de controle (os sindicatos)"(Portantiero, 1977: 31). Com efeito, escrevia Gramsci em 1919, no artigo citado:

O partido Socialista e os sindicatos profissionais não podem absorver toda a luta da classe trabalhadora senão através de um trabalho de anos e dezenas de anos. Eles não se identificam imediatamente com o Estado proletário; com efeito, nas repúblicas comunistas, eles continuam a subsistir independentemente do Estado, como institutos de propulsão (o Partido) ou de controle e realização parcial (os sindicatos)... (Gramsci, Democracia operaria, 21-6-19. In Coutinho, 1981: 139)

Os Conselhos de Fábrica, representavam para Gramsci uma grande criação dos trabalhadores, na medida em que eles expressavam uma nova forma de organização da sociedade

¹⁵ Acrescenta Portantiero:

"...El modelo de articulación organizacional propuesto por Gramsci aparece como la forma más realista de abarcar las energías de las masas en una lucha constante por modificar las relaciones de fuerzas (...) Este abanico institucional abarca desde los instrumentos para realizar la hegemonía obrera (partido, consejos de fábrica, fracciones sindicales) hasta el resto de los movimientos de masas 'no obreros' (barriales, estudiantiles, agrarios, etc.) articulándolos en un movimiento único a través del cual 'el pueblo' reconstruye su propia historia y supera la fragmentación en la que lo colocan las clases dominantes..." (Portantiero, 1977: 79).

a partir dos próprios trabalhadores, organizados enquanto produtores e não como assalariados, amarrados ao capital:

...O Conselho de Fábrica é a célula primária dessa organização (...) O Conselho realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa assume na organização geral da sociedade.

O Conselho de Fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerente à organização do Estado proletário são inerentes à organização do Conselho... (Gramsci, Sindicatos e conselhos, 11-10-19, In Coutinho, 1981: 144)

É por isso que dizemos que o nascimento dos Conselhos Operários de Fábrica representam um grandioso evento histórico, representa o início de uma nova era na história do gênero humano: através desse nascimento, o processo revolucionário veio à luz, entrou na fase em que pode ser comprovado e documentado (idem: 149).

Portanto, segundo Portantiero, os "conselhos" como entidades "públicas" representam a "relação de Estado" mais importante:

...La importancia que Gramsci le otorga a los consejos (y no sólo a los de fábrica) es porque ellos han de constituir la trama del estado, como organismos que abarcan la totalidad de las clases populares (...) La red de consejos encarna la representación política de los trabajadores desde su propia condición de tales y no de ciudadanos "libres", aislados entre sí... (Portantiero, 1977: 31).

No entanto, se do ponto de vista teórico, o principal é levar em conta que essas organizações das classes subalternas conformam a "trama do Estado", do novo Estado, da perspectiva da prática política, este fato implica uma lenta construção que significa o surgimento de uma nova "cultura política". É interessante observar que esta problematização pode ser identificada nos casos do PT e da FMLN. Vejamos um exemplo nos documentos preparatórios do 1º Congresso:

O problema de participação popular nas Prefeituras é de mudança da qualidade da participação. Passar a participar como sujeito coletivo de uma alternativa popular para toda a sociedade. Cabe ao movimento popular se constituir nesse sujeito (...) A democratização do Estado e a garantia da participação da população nas decisões e na gestão é um papel da administração. Cabe à sociedade estimulada pelo partido, criar os espaços autônomos de organização. Tanto a participação na gestão como a organização autônoma da sociedade civil esbarram na insuficiente cultura política democrática da população que é a vítima do autoritarismo historicamente vigente, reforçado pelos vinte anos de ditadura militar.

A institucionalização da participação significa mudanças político-culturais que envolvem a própria prática do movimento popular (...) É um processo lento de construção de uma nova cultura política (PT, Jornal do Congresso Nº 6, 1991: 65-66).

No caso da FMLN os novos problemas que deve encarar e resolver a partir dos Acordos de Paz, a constituição de uma nova estrutura organizativa das instituições gremiais e políticas dos setores subalternos, exigem essa nova aproximação teórica. Por exemplo, para dar resposta a estas questões que em torno da FMLN e das novas construções na "sociedade civil", coloca Villalobos :

Los problemas más comunes son el paralelismo existente entre las antiguas estructuras de cuadros de las diferentes áreas y lo que algunos llaman el nuevo partido; **la democratización y autonomía de gremios, el papel y autonomía de instituciones que fueron creadas, fortalecidas o apoyadas para diversas tareas durante la guerra, el**

futuro del actual contingente de jefes militares, combatientes y de la base social militante de las zonas conflictivas; el papel presente y futuro de la dirección histórica, la situación en que quedarán los militantes que se integren a la nueva Policía Nacional Civil, etc. (Villalobos, 1992: 11).

Al igual que se modifica la relación partido-movimiento social, convirtiéndose en una relación horizontal, el fin de la guerra y los acuerdos de la negociación establecen condiciones que implican una revolución interna para los gremios que va desde cambio de mentalidad hasta modificación de estructuras y democratización interna. Todos estos cambios son tan traumáticos como los que debe dar el partido (Villalobos, 1992b: 26).

La democratización de los gremios y el movimiento social debe servir para que éstos asuman el liderazgo en la política de construcción del poder económico de los sectores populares, esto implica conocer y dominar los problemas de la producción en cada área en concreto (Villalobos, 1992: 28).

Um grande problema prático, mas também teórico em torno da FMLN na nova situação é o fato de que este partido deve administrar agora, ainda antes de "ser Estado", funções que não se enquadram na visão de partido leninista: 6.000 ex-combatentes passam a ser proprietários de terra e conformam um projeto econômico de desenvolvimento intimamente vinculado ao partido. Este projeto de desenvolvimento das novas relações sociais que aparecem nas comunidades, supõe a construção de elementos de uma "nova sociedade" ainda sob as condições da velha. Mas, isso confronta problemas à velha tese da esquerda de que o socialismo só é possível de se construir sob o novo Estado, uma vez esmagado o capitalismo. Outro problema, tão complexo como o anterior, é o fato de que a FMLN terá 1.500 ou 2.000 dos seus ex-combatentes na nova Polícia Nacional Civil (PNC). Ou seja, não apenas como parte do "Estado", mas do seu núcleo forte, o "aparelho repressivo de Estado", de um Estado que é ainda "burguês".

A enorme complexidade destes problemas é impossível de ser encarada sem recorrer às novas elaborações que permitem pensar a articulação dessas múltiplas formas organizativas enquanto base de um novo projeto de transformação social.

Vontade coletiva e partido político

Gramsci assinala como tarefas históricas centrais para o partido que encara a realização de um projeto de sociedade a partir dos interesses dos grupos subalternos "a formação de uma vontade coletiva nacional-popular" da qual o Príncipe moderno é, ao mesmo tempo, o organizador e sua "expressão ativa e operante", e a "reforma intelectual y moral" (Gramsci, 1980: 15). Se nas condições históricas da Rússia Czarista, a obsessão de Lenin era a formação de uma "vanguarda revolucionária", de um partido centralizado e conspirativo, composto pelo "melhor da classe operária", as novas condições sociais deslocam a reflexão de Gramsci para o problema da construção de uma **vontade coletiva nacional-popular**. E, é claro que esta sistemática preocupação de Gramsci pela vontade coletiva é uma clara superação do ponto de vista fechadamente classista do sujeito da transformação. Segundo Gramsci, nessa obra por realizar (e livro por escrever):

...Una de las primeras partes debería estar dedicada precisamente a la "voluntad colectiva", planteando así la cuestión: cuando puede decirse que existen condiciones para que se pueda suscitar y desarrollar una voluntad colectiva nacional-popular?, o sea efectuando un análisis histórico (económico) de la estructura social del país dado y una representación "dramática" de las tentativas realizadas a través de los siglos, para suscitar esta voluntad y las razones de los sucesivos fracasos (...) Y es necesario que la voluntad colectiva y la voluntad política en general sean definidas en el sentido moderno; la voluntad como conciencia activa de la necesidad histórica, como protagonista de un drama histórico efectivo y real... (Gramsci, 1972: 13).

E, novamente, na tematização da construção desta nova vontade coletiva, encontramos uma concepção não comprimida do tempo da transformação social. A construção da vontade coletiva é um processo "molecular", "minucioso", a partir das condições históricas concretas. Gramsci propõe partir, para a resolução do problema, da proposição de Marx de que a sociedade não se coloca problemas para cuja solução não tenham surgido já as premissas materiais:

...Analizar en forma crítica el significado de la proposición importa precisamente investigar cómo se forman voluntades colectivas permanentes y de qué modo tales voluntades se proponen fines concretos inmediatos y mediatos, es decir, una línea de acción colectiva. Se trata de procesos de desarrollo más o menos amplios y raramente de explosiones "sintéticas" improvisadas. Las "explosiones" sintéticas también se verifican, pero, si se observa más detenidamente, se ve entonces que se trata más de destruir que de reconstruir, de remover obstáculos mecánicos y exteriores al desarrollo autónomo y espontáneo(...) Se trata de un proceso molecular, minucioso, de análisis extremo, capilar, cuya documentación está constituida por una cantidad interminable de libros y folletos, de artículos de revistas y de periódicos, de conversaciones y debates orales que se repiten infinidad de veces y que en su conjunto gigantesco representan este lento trabajo del cual nace una voluntad colectiva con cierto grado de homogeneidad, con el grado necesario y suficiente para determinar una acción coordinada y simultánea en el tiempo y en el espacio geográfico en el que se verifica el hecho histórico...¹⁶ (Gramsci, 1972: 99).

As experiências das Administrações Populares no Brasil, apesar de todos os problemas assinalados, podem ser vistas como espaços privilegiados para a construção desta nova vontade coletiva. Vejamos, por exemplo, no caso da Administração Popular em Porto Alegre, como as novas formas de gestão e os novos espaços de participação, podem se constituir em alavancas desta construção ou, pelo menos, como expressa Baierle, "**estruturas de oportunidades**" para desenvolver novos patamares de participação.

A experiência da Administração Popular (...) permitiu uma aprendizagem fundamental, não porque tenha conseguido impor verticalmente, do Estado para a sociedade, uma dada consciência democrática de valorização da participação ativa, mas porque proporcionou o espaço de ação necessário para que a apropriação da política local pelos setores populares organizados fosse progressivamente descoberta enquanto obra de um sujeito múltiplo, constituído a partir de um determinado campo de forças. Parte deste sujeito é o ator governo, mas não há governo voltado aos interesses populares sem os próprios setores populares (ator povo organizado) autonomamente, educando este governo

¹⁶ Digamos lateralmente que esta idéia gramsciana de que as "explosões sintéticas" que se verificam no percurso histórico e que são destinadas a "destruir, remover obstáculos", é claramente aplicável ao papel jogado pela guerra civil salvadoreña, como processo que permitiu derrubar o velho Estado oligárquico e criar condições para o novo terreno histórico. Num outro capítulo dizíamos que a guerra civil jogou o papel de "ocidentalizar o processo histórico" justamente neste sentido de abrir o caminho para uma nova relação entre sociedade civil e Estado, para a construção de uma nova lógica do processo transformador e, portanto, do sujeito da transformação. Uma lógica que tem uma temporalidade menos "explosiva" mais complexa.

de acordo com os seus interesses socialmente construídos nos seus espaços próprios de organização (Baierle, 1992: 308).

...A descentralização proporciona uma saída para as lutas pela redemocratização social (...) Embora fragmentando a pressão social, a descentralização tornou-se um território de disputa política. Nos grandes centros urbanos, onde as estruturas organizativas da sociedade civil são mais complexas, a descentralização oportunizou o início de um processo de democratização do Poder Local. Por mais que determinados setores tentassem conter as demandas populares na camisa de força do clientelismo e do assistencialismo, por mais que se esperasse o fracasso total das administrações populares e democráticas, o resultado vem sendo a emergência de uma nova qualidade política (Baierle, 1992: 313).

Assim, ações de governo, do ponto de vista dos movimentos populares, constituem **estruturas de oportunidades**, maiores o menores, conforme o caso. Não é o governo da Frente Popular (PT, PSB, PPS, PC do B) que vai democratizar o Poder Local por decreto, este governo é uma oportunidade, ou não, para que a sociedade comece a democratizar este poder (Baierle, 1992: 321).

Gramsci destina boa parte do seu trabalho no cárcere ao tema do partido como "moderno príncipe". Nesta elaboração, marcada pela derrota da experiência dos Conselhos de Fábrica em 1920 e pelas condições de luta contra o fascismo, a **organização** da subjetividade, a **preparação** da força social e política capaz de levar adiante a transformação social é um fator fundamental porque, nos diz Gramsci:

...El elemento decisivo de toda situación es la fuerza permanentemente organizada y predispuesta desde hace mucho, a la que se puede llevar adelante cuando se juzga que una situación es favorable (y lo es sólo en la medida en que una fuerza semejante existe y está impregnada de ardor combativo). Es por ello una tarea esencial, velar sistemática y pacientemente por formar, desarrollar y tornar cada vez más homogénea, compacta y conciente de sí misma a esta fuerza... (Gramsci, 1972: 61-62).

É instigante, ao mesmo tempo, a forma na qual Gramsci apresenta o problema. No seu estudo da história italiana, reconhece em Maquiavel o promotor de uma vontade coletiva nacional-popular. Maquiavel escreve, segundo Gramsci, para suscitar a organização das forças revolucionárias do seu tempo. "O Príncipe" é a expressão consciente das necessidades históricas do seu presente. Mas, nas condições da sociedade moderna:

...El protagonista del nuevo Príncipe no podría ser un héroe personal sino un partido político, el determinado partido que en cada momento y en las diversas situaciones internas de las diferentes naciones intente crear (y este fin está nacional e históricamente fundado) un nuevo tipo de Estado... (Gramsci, 1980: 28).

E, assim como Maquiavel, político realista, dirige seu "Príncipe" ideal ao Príncipe real para que se encarne nele e adquira força histórica transformadora, Gramsci assinala qual é a força real nas novas condições históricas:

...El príncipe moderno, el mito príncipe, no puede ser una persona real, un individuo concreto; sólo puede ser un organismo, un elemento de sociedad complejo en el cual comience a concretarse una voluntad colectiva reconocida y afirmada parcialmente en la acción. Este organismo ya ha sido dado por el desarrollo histórico y es el partido político: la primera célula en que se resumen los gérmenes de voluntad colectiva que tienden a devenir universales y totales... (Gramsci, 1972: 28).

Mas, não obstante o papel relevante que assinala para o partido, este é *um* dos componentes do complexo sujeito coletivo das classes subalternas para a prática transformadora. Segundo Portantiero, se o partido é o principal impulso político, as organizações de massa devem ser a "trama complexa no interior da qual a totalidade das classes populares desenvolvem sua iniciativa histórica:

...El aporte más original de Gramsci: su teoría acerca de la autonomía de los movimientos de masas frente al partido y su caracterización de la revolución como un hecho "social" antes que "político" (...) **En relación con el resto de los aparatos sociales que nuclean al pueblo, su papel es secundario, porque la trama institucional del nuevo estado está en aquellos y no en los partidos** (Portantiero, 1977: 80)

La teoría del partido, así, no es teoría de su organización técnica sino de su relación con la clase y con el pueblo (...) La teoría de la organización en Gramsci es mucho más que una teoría del partido: es una teoría de las articulaciones que deben ligar entre sí a la pluralidad de instituciones en que se expresan las clases subalternas... (Portantiero, 1977: 52).

Mas, de que tipo de direção política do partido se trata? Gramsci escrevia em 1926, nas "Teses de Lyon":

O princípio de que o partido dirige a classe operária não deve ser interpretado de modo mecânico. É preciso não acreditar que o partido possa dirigir a classe operária por uma imposição autoritária externa; isto não é verdade, nem para o período que precede, nem para o período que se segue à conquista do poder. O erro de uma interpretação mecânica deste princípio deve ser combatido no partido italiano como uma possível consequência dos desvios ideológicos de extrema-esquerda; estes desvios conduzem, de fato, a uma sobrevalorização formal do partido respeitante à função de guia da classe. Nós afirmamos que a capacidade de dirigir a classe não está em relação com o fato de o partido se «proclamar» o seu órgão revolucionário, mas com o fato de «efetivamente» conseguir ligar-se, como uma parte da classe operária, a todas as seções da própria classe e imprimir às massas um movimento na direção desejada e favorecida pelas condições objetivas. Só como consequência da sua ação entre as massas o partido poderá obter que estas o reconheçam como o «seu» partido (conquista da maioria) e só quando esta condição se realizar ele pode presumir poder arrastar consigo a classe operária. As exigências desta ação, entre as massas, são superiores a qualquer «patriotismo» de partido (Gramsci, teses de Lyon, 1978a: 232).

Nesse sentido, é fácil encontrar um vínculo próximo da elaboração gramsciana com a posições do Primeiro Congresso que afirmam justamente esse caráter "articulador" e "dirigente" do partido, que é, segundo a visão do Congresso, ao mesmo tempo uma particular combinação de "partido" e "movimento":

...Nessa discussão, nossa principal preocupação deve estar em combinar a consolidação simultânea do PT como movimento e como instituição. Movimento com profundas raízes na sociedade e na classe trabalhadora brasileira -base social de nosso partido-, uma força política, social e cultural de expressão, capaz de manter relação e diálogo permanentes com os movimentos sociais e partidos políticos, dotado da dedicação, da espontaneidade, da fibra e da improvisação típicas de um partido de massas que pretende revolucionar a sociedade (...) Saber combinar a nossa consolidação como instituição e como movimento político, social e cultural; partido de massas com formas organizativas diversificadas; partido que dialoga e propõe política aos diversos setores sociais, que aspira a tornar-se dirigente hegemônico... (PT, 1991: 57-58).

No pensamento de Gramsci sobre a função e lugar histórico de um partido, uma das questões mais importantes concernentes ao partido político é "a capacidade de reação do partido contra o espírito consuetudinário, contra as tendências mumificadoras e anacronísticas..." (Gramsci, 1980: 56). Porque para Gramsci, agudo observador do processo histórico e da historicidade dos fenômenos sociais:

...Os partidos nascem e se constituem em organizações para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para as suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (portanto, a posição relativa das classes que representam) no país a que pertencem ou no campo internacional... (Gramsci, 1980: 56).

Em relação com esta observação, podemos verificar no caso salvadorenho que, uma das características mais originais deste processo é a **transformação do cenário da disputa política**, cenário que não foi apenas criado pelas condições "objetivas" mas, em primeiro lugar, pela ação das novas posições do conjunto de forças sociais que confluem na construção de um novo projeto de sociedade -em um lugar destacado as forças da FMLN-, que mostram nessa agremiação política uma grande capacidade de pensar um novo cenário do desenvolvimento da transformação social, de não se amarrar a fórmulas e esquemas, imaginando um novo projeto, e impulsionando as condições desse novo terreno, baseado menos na teoria que na confiança no conjunto de forças sociais adquiridas. No caso do PT, o seu próprio nascimento é, claramente, uma reação contra as tendências mumificadoras da esquerda brasileira. O grande desafio para estes partidos, é levar até suas últimas conseqüências estas características, realizando a autocrítica constante da sua própria produção histórica.

Uma característica comum às duas experiências estudadas é o fato de que há um claro descentramento do pensamento da questão do sujeito da transformação social da concepção clássica marxista e leninista (uma das matrizes na qual se configura o pensamento de ambos os partidos): por um lado, a classe operária deixa de ocupar *a priori* um lugar de privilégio; por outro lado, o partido desloca seu papel de vanguarda "iluminada" para o de articulador de um novo projeto entre forças múltiplas das classes populares; estas ganham nesta nova concepção, um novo estatuto como sujeito consciente -e não apenas como massa de "manobra"-, e autonomia nas suas instituições organizativas.

Contudo, não deixam de ser levantadas suspeitas em torno da questão do papel real que poderiam desempenhar estas novas concepções nas experiências estudadas^[N13]. No caso do PT, há um processo intenso de acesso à institucionalidade do Estado, e portanto um papel relevante e crescente dos membros das bancadas legislativas e dos funcionários dos executivos locais frente a movimentos sociais que, necessariamente, não podem manter permanentemente seu caráter de

"mobilizados", embora algumas das suas instituições tenham o caráter de permanentes. Este peso crescente dos parlamentares e membros de governo frente ao partido colocam dúvidas enquanto à possibilidade do PT achar uma fórmula estável de convivência entre a característica de partido-movimento e a forma de partido-institucional. No caso da FMLN uma pergunta central é a de se será possível que um partido que até há pouco tempo atrás foi exército, centralizado, vertical, que em 1985 discutia a idéia de se transformar em partido "único" com o Marxismo-leninismo como ideologia oficial, etc., conseguirá transformar-se num partido aberto, não centralizado, com uma relação horizontal com os movimentos sociais. Por outra parte, embora a FMLN ainda não tenha um núcleo institucional, parlamentar e executivo, o terá a partir de Março de 1994, e a partir de então se colocará uma questão similar à que o PT enfrenta nessa direção. Portanto, o tipo de qualidade que terá a FMLN como partido político ainda é uma questão aberta.

Apesar destas perguntas que necessariamente deverão ser respondidas pela prática histórica, não há dúvidas quanto às novidades orgânicas, programáticas, e ideológicas que apresentam ambos os partidos, em particular no tema abordado neste capítulo. É claro que, construir organizações destas características é de enorme dimensões. Contudo, mostramos como vários elementos da prática destas novas experiências trazem novidades também nesta área da teoria da transformação social. Apesar de que apenas o devir histórico mostrará quanto tinham ou não para aportar os projetos políticos estudados à experiência histórica coletiva das classes subalternas, o estudo destas duas forças políticas importantes da América Latina pode contribuir em muito para aperfeiçoar, em quantidade e qualidade, os instrumentos políticos e organizativos para a intervenção destes setores na luta pela superação dos laços de subalternidade e na construção de formas históricas mais elevadas das relações sociais.

Notas suplementares capítulo 6

[N1.] (Página 238)

Revista Desvios. A revista Desvios publicou cinco números desde 1982: N° 1 (novembro 1982); N° 2 (agosto 1983); N° 3 (-?- 1984); N° 4 (julho 1985); N° 5 (Março 1986). No staff do N° 1 aparecem os seguintes participantes: Amneris Maroni, Eder Sader, Edmilson Bizeti, Ello Cunha, Elizabeth Souza-Lobo, Marcia Possati, Marco Antonio Oliveira, Marco Aurélio Garcia, Maria Célia de Paoli, Maria Helena Oliva Augusto, Marilena Chauí, Nena Fingermann, Rubens Possati, Sílvio Caccia Bava, Vera Silva Telles, Zelinda Cunha. No N° 5, se acrescentam os seguintes nomes ao equipe editorial: Artur Ribeiro Neto; Carlos Cavalcante; Flavio Aguiar; Gilberto Klein; Gustavo Venturi; João Kruger; Julio Rafael; Miriam Goldfeder; Mônica Fernandes; Norberto Abreu e Silva Neto; Olgária Matos; Paulo Sandroni; Ruben Beltrão; Sergio Cardoso; Sidnei Munhoz. A partir do N° 3 a revista foi publicada pela Ediforia Paz e Terra de Rio de Janeiro.

[N2.] (Página 239)

Comissões de fábrica. Na discussão da novidade da emergência das comissões de fábrica e o papel nas greves de 1978-79, é necessário destacar o trabalho de Amneris Maroni "**A estratégia da recusa**" no qual a autora trata detidamente o papel das mesmas nestas greves, e da novidade que representam para a prática política da classe operária como experiência autônoma na construção de novas relações sociais.

Produto de condições históricas específicas, as comissões de fábrica não se confundem com as organizações sindicais. Diferem também de formas organizativas que emergiram em outros momentos históricos. Em outras palavras, as formas organizativas que emergiram do bojo das greves de maio não se propuseram a 'substituir' os sindicatos. Tampouco pretenderam assumir a *gestão* das fábricas -no sentido de substituir o capitalista em suas funções de direção e de administração, como pretendia o movimento conselhistas europeu no fim da década de 10 (Maroni, 1982: 125-126).

É possível perceber que essas comissões e/ou 'grupos de fábrica' que emergem da resistência operária à organização do processo de trabalho ganham uma *autonomia relativa* (...) em relação ao processo mesmo de trabalho e passam a exercer papel fundamental na organização do movimento (...) As comissões de fábrica, que, como *tendência*, emergem a partir da luta pela comunicação horizontal entre os operários, exercem um papel fundamental de organização/representação operária. São um elemento importante no levantamento das reivindicações e *das formas (possíveis) de luta de cada setor da fábrica...* (Maroni, 1982: 72).

A autora desenvolve e atualiza várias das suas posições nos artigos do N° 2 da revista Desvios "A fábrica: espaços de poder", e do N° 3 "A gestão da produção como forma de luta", em conjunto com Augusto Portugal Gomes.

[N3.] (Página 239)

SMSBCD e Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo. Na avaliação da importância política e transcendência histórica de ambas as experiências, assim como das suas contradições e conflitos, é relevante mencionar dois artigos reunidos no N° 1 da revista *Desvios* sob o título geral de "Os desafios da autonomia operária": os ensaios de M. A. Garcia e de Vera Silva Telles junto com Eder Sader intitulados respectivamente "São Bernardo. A (auto)construção de um movimento operário", e "Entre a fábrica e o sindicato. Os desafios da Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo".

[N4.] (Página 239)

Críticas à CUT por se ajustar à estrutura sindical oficial. Esta saída particular recebeu críticas vinculadas justamente ao fato de que este tipo de organização do movimento operário, por um lado, não rompe com seus vínculos com o Estado, e, por outro lado, não tem como suporte principal a organização de base na fábrica mas a organização gremial por categoria, o sindicato. Vejamos por exemplo a seguinte crítica de Boito Jr.:

...Passados nove anos desde a sua fundação em 1983, a CUT não conseguiu afirmar-se como *direção* sindical das massas trabalhadoras, permanecendo, como reconhecem os seus dirigentes, na melhor das hipóteses

apenas como uma referência para os trabalhadores. A CUT optou por permanecer dentro da estrutura sindical oficial, adotando a estratégia de se expandir graças à conquista, pela via das eleições sindicais oficiais, dos sindicatos oficiais que se encontram nas mãos dos pelegos. Hoje, a CUT reúne de maneira frouxa e descentralizada fundamentalmente sindicatos oficiais, cada um deles fechado no círculo estreito dos interesses de sua respectiva categoria legal, e, na grande maioria dos casos, sem vinculação orgânica e de massa com a base da qual é o representante oficial... (Boito Jr, 1992: 18)

Frustrou-se também a expectativa daqueles que esperavam, a partir da conjuntura de crise aberta em 1978 e da retomada da luta sindical de massa, a multiplicação das comissões de empresa. Esses organismos são hoje numericamente quase insignificantes, existindo apenas em algumas cidades e fábricas que concentram um contingente excepcional de operários... (Boito Jr, 1992: 15).

[N5.] (Página 240)

"As novas alianças: movimentos sociais & movimentos alternativos". Uma descrição da situação encontramos nas falas de Marco Aurélio Garcia, Carlos Cavalcante e Nestor Perlongher, participantes do debate: Cavalcante e Perlongher expressam da seguinte maneira a situação da relação PT-movimentos alternativos:

...Exceção feita do movimento operário e dos movimentos populares ditos 'de periferia', os demais têm pouca expressão dentro do PT (...) O PT hoje é muito distinto do partido de 82, quando os movimentos alternativos eram mais fortes e pesavam no seu interior. As questões que eles colocavam com força então são hoje residuais dentro do PT (Cavalcante, in *Desvios*, Nº 5, 1986: 37 e 42)

...Há uma crise do PT e dos movimentos autônomos (...) Passou a existir uma espécie de divisão do trabalho: a questão das mulheres ficou para as feministas; a do racismo para os negros; a dos homossexuais para os gays; a política, para os políticos do PT, etc. Hoje a coisa se complicou. Não parecia uma boa, em 1982, a aliança que praticamente significou a dissolução dos movimentos autônomos no PT. Não somente porque os movimentos eram frágeis, como porque havia neles poucos militantes. Ou se estava no PT, ou nos movimentos. Isso ocorreu sobretudo nos movimentos feministas. No movimento gay muitos ficaram tranqüilos, esperando a aparição de algum movimento que formulasse uma política sexual, sem se perguntar que política seria esta... (Perlongher, in *Desvios*, N 5º, 1986: 43).

Por sua vez, M. A. Garcia expõe a situação dos movimentos alternativos e sua relação com o PT do seguinte modo:

Mantive durante estes anos, mas especialmente no começo da década, a expectativa de que pudesse se produzir um fenômeno novo no Brasil, qual seja, a articulação em um partido de uma base operária e sindical, que se construía a partir da temática da autonomia operária, com outros movimentos estruturados sobretudo a partir de lutas contra a dominação, como os de mulheres, das minorias raciais, dos homossexuais, entre outros tantos.

Não creio ser possível realizar ainda um balanço definitivo dessa experiência. Pelo que se vê esta aliança não parece ter se dado, ou se deu de forma parcial e fragmentária. Sem a pretensão de traçar um quadro amplo de análise, penso que podem ser avançadas algumas explicações: do ponto de vista da preservação de um certo perfil organizativo - é claro que não uso esta expressão no sentido administrativo, burocrático- talvez o único movimento que manteve uma continuidade e, de certa maneira, aprofundou e desenvolveu a sua temática, foi o movimento operário e sindical. Os outros movimentos passaram por situações que vale a pena mencionar: muitos deles perderam sua forma original, transformando-se em espécies de "manchas sociais", algumas seguramente de significação. Veja-se o caso do movimento das mulheres, cujos grupos organizados sofreram um fenômeno de regressão sem que isso correspondesse, pelo contrário, a uma perda de importância dos temas que essas movimentos suscitaram. O declínio dos grupos de homossexuais, também constatável, não significa que a sociedade se tenha fechado para a discussão e enfrentamento dos problemas por eles colocados no passado. De qualquer maneira, nos dois casos, manifesta-se uma crise de identidade. Ao mesmo tempo, uma parte dos movimentos sociais sofreu o clássico processo de atração pelo Estado. Este fato, seguramente, é um dos componentes da crise dos movimentos de mulheres, ou dos negros, para citar dois casos onde se deu a criação de organismos estatais, Conselho da Condição Feminina, etc. É evidente que não estou aqui assumindo uma postura anti-estatal de princípio. O que me parece evidente, no entanto, é que as opções de intervenção no plano institucional feitas por setores desses movimentos criaram sérios impasses em termos de um projeto de organização autônoma e alternativa da sociedade (Garcia, in *Desvios*, N 5º, 1986: 36-37)

[N6.] (Página 250)

Olívio Dutra sobre Orçamento Participativo. Sobre esta dinâmica são interessantes estas reflexões de Olívio Dutra:

É claro que este processo interfere no bom, franco, aberto e indispensável relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. A Câmara Municipal é um poder que governa a cidade e é uma conquista democrática. A relação entre Executivo e Legislativo deve ser permanentemente qualificada. Não se pode, ao longo do processo do orçamento participativo, possibilitar a leitura de que ele é uma substituição do Legislativo municipal, pois este é o poder maior que transforma a proposta de orçamento, discutida com a população, em lei que será executada. No processo de construção desse orçamento, a cidadania vai também se apercebendo da importância dos poderes e da relação qualificada entre eles. Isto ajuda na definição de políticas, possibilita uma fiscalização muito maior da execução do projeto e um aperfeiçoamento das relações entre os poderes. É importante que vigore uma relação rica entre a democracia representativa e a democracia participativa. Aperfeiçoando-se a democracia participativa contribui-se para o aperfeiçoamento da democracia representativa. No interior desta relação, não mais existindo a prática de busca de favores junto aos governantes, o cidadão sente-se sujeito da política no cotidiano da cidade, indispensável para trabalhar a coisa pública, transformar a sua cidade (Olívio Dutra, in, *Correio Popular*, 23/3/94: 4).

[N7.] (Página 256)

"Debate Nacional para la Paz". O documento final do Debate Nacional, aprovada em 4/9/88, não é apenas, um documento politicamente rico, mas, também do ponto de vista formal expressa uma metodologia bem sucedida de elaboração de textos políticos numa situação conflituosa e de diferenças marcadas de posições. O documento está dividido em duas partes: uma primeira contendo 147 teses aprovadas pelo voto de mais de 50% das organizações presentes, e uma segunda com 16 teses aprovadas com apoio de menos de 50%. O texto de cada tese aprovada é acompanhado dos nomes das organizações que apoiavam. Vejamos algumas importantes posições apoiadas pela ampla maioria das organizações participantes.

1.- Sobre as causas da guerra civil:

Tese 17 (100%). La raíz está en la injusticia estructural, manifestada en la concentración injusta de la riqueza, especialmente en la tierra (...) La injusticia estructural está sostenida por la violencia institucionalizada y la represión que mantiene al pueblo en condiciones inhumanas con negación de los derechos fundamentales.

Tese 19 (95%). Subordinación del poder político al poder económico, de modo que el poder del estado y de sus órganos se configura en beneficio de las minorías y para el mantenimiento del orden que les favorece, constituyéndose así en un sistema excluyente, injusto, débil y represivo.

Tese 21 (93%). La injerencia permanente de Estados Unidos en razón de la situación geopolítica de El Salvador.

Tese 39 (95%). El conflicto no surge por una agresión del comunismo internacional, a la que se responde en alianza con Estados Unidos, sino que es fundamental y primordialmente endógeno y se debe sobre todo a la injusticia estructural.

2.- Sobre a tentativa de alcançar o poder por meio da luta armada:

Tese 48 (88%). Ha sido una forma legítima de lucha para superar una situación intolerable y constituyó la respuesta de sectores representativos de la sociedad ante la falta de espacios de participación política, los fraudes electorales, la represión y la injusticia estructural. La lucha armada surgió al agotarse los caminos de solución no violenta y al cerrarse las posibilidades reales de participación popular.

Tese 49 (82%). No ha traído solución a los problemas, pero ha potenciado al FMLN como una fuerza real sin la cual no puede encontrarse una solución realista al conflicto.

3.- Sobre o processo de diálogo:

Tese 58 (100%). El diálogo constituye el método más racional, justo y cristiano para la solución del conflicto. Es el método que tiene mayor viabilidad y está apoyado mayoritariamente por el clamor popular.

4.- Sobre a concepção da democracia no tratado de Esquipulas II.

Tese 62 (100%). Profundiza en el concepto de democracia, la cual no queda reducida a procesos electorales, sino que exige respecto a los derechos humanos, medidas encaminadas a lograr la justicia social y la autodeterminación popular, de modo que la democracia política se fundamente en la democracia social.

5.- Sobre aspectos económicos:

Tese 118 (98%). Fortalecer y multiplicar empresas comunitarias y cooperativas de producción y consumo en una estrategia autogestionaria.

[N8.] (Página 259)

Declarações Amado Valles, presidente comunal de San Jose de las Flores sobre a vida nas comunidades durante o conflito.

Nosotros ingresamos acá el 20 de junio de 1986. No somos originarios de aquí, de esta comunidad. Por la situación de la guerra, esta población fue desplazada, y emigró en 1982. En ese tiempo, aquí había un puesto de guardias nacionales y cuando ese puesto fue trasladado, también esa población se fue, porque sentía miedo de quedarse acá, y por amenazas del mismo puesto de que si no se iban iban a ser bombardeados.

Cuando nosotros repoblamos, ya hacía cuatro años que estaba despoblado. Las casas casi todas estaban semi-destruidas y desde el momento en que llegamos, empezamos a reconstruir las casas, empezamos a reconstruir las el servicio de agua potable. Aquí no existían escuelas, se daban clases en casas particulares y en ese año que nosotros llegamos comenzamos a construir una escuela, porque nosotros necesitábamos que los niños comenzaran pronto a aprender a leer y a escribir.

La comunidad creció mucho, porque la gente que no fue capturada en aquellos operativos, cuando se comenzó la repoblación, entraron aquí. Esa gente vivía en los montes, en los barrancos, en las quebradas, y cuando se dió la repoblación se vivieron para acá. Fue así como se hizo grande el número de familias que vive ahora acá

Aquí en la comunidad el gran problema que todavía tenemos es la pobreza. Porque como los años de guerra fueron años muy duros, las familias perdieron todo lo que tenían y aquí llegamos absolutamente sin nada, viviendo unos en los refugios y otros en el monte. Vivían en los barrancos, en hoyos. Cuando el ejército trataba de agarrar esa gente en los operativos militares esa gente huía en la noche. Y cuando el ejército encontraba algún campamento de esta gente quebraban todo y cuando llegaban de vuelta encontraban todo ese destrozo. Así fue que se llegó acá sin nada, con un nivel de pobreza que todavía no se ha alcanzado a solucionar.

Nosotros sufrimos todas las consecuencias de la guerra, porque según eran perseguidos los guerrilleros así éramos perseguidos nosotros, que no éramos guerrilleros. En momentos de operativos, si encontraban a un niño o a un anciano lo mataban, y por eso teníamos que luchar por defender a los niños a los ancianos y no podíamos dejar a ningún anciano cuando escapábamos porque los mataban. Ya sucedió de dejar ancianos porque no se aguantaban la huída y ya así los hallaban, así los mataban.

Como aquí vivimos gente de distintos municipios no sabemos el total de habitantes muertos. Pero algún día tendremos que hacer la lista de la gente que perdimos de cada comunidad. Por ejemplo del cantón donde yo vivía deben haber muerto alrededor de 130 personas entre civiles y guerrilleros de unos 800 que éramos en el cantón. Pero los que tenían algo de dinero se fueron así que los que sufrimos todos esos muertos fuimos los más pobres que nos tuvimos que quedar porque no teníamos como salir. Y así ha pasado en todas las familias que están aquí de los distintos municipios, porque aquí no vas a hallar ninguna familia que no haya perdido algún ser querido (Entrevista, San José de las Flores, 28-4-93)

[N9.] (Página 260)

Experiências "piloto" das comunidades. A Comunidade "Ciudad Segundo Montes" tem as seguinte características:

População: 7899 Pessoas (4377 mulheres; 3522 homens. 5030 são menores de 18 anos e 822 maiores de 55 anos, o que indica o preço pagado em vidas da faixa etária entre 18 e 55 anos)

População economicamente ativa: 2107 pessoas (1565 mulheres, o que indica o índice de homens mortos no conflito armado)

Famílias: 1769

Matrícula escolar: 3161 crianças

Entre a infraestrutura e projetos mais importantes figuram:

54 Salas escolares provisórias
4 clínicas provisórias
1459 moradias provisórias
5 Berçários|creches provisórias
1 Banco Comunal (BANCOMO)
1 Rádio FM
1 Centro Cultural
7 Mercearias provisórias
3 Restaurantes populares
4 bibliotecas provisórias

Fonte: Comunidad Segundo Montes, 1992: 8.

Entre as experiências-piloto devem ser mencionadas também, por exemplo, a comunidade "Ciudadela Ungo", no norte do Departamento de San Salvador, vinculada a FUNSALPRODESE, e as comunidades "San José de las Flores" e "Guarjila", no leste do Departamento de Chalatenango, vinculadas ao plano da Ci.

[N10.] (Página 260)

Proximidade dos Modelos alternativo de PADECOES e PRS-ERP. Um exemplo dessas relações de intimidade o encontramos na proximidade entre os "princípios" político-ideológicos sobre os quais se encaminha a experiência das comunidades e as elaborações que vem da FMLN.

1.- Vejamos em primeiro lugar como define PADECOES o tipo de alternativa que propõe no mencionado trabalho de outubro de 1990:

Nuestra organización crece y se desarrolla sobre la base de ofrecerle a los trabajadores de las comunidades el derecho a participar activamente en la toma de decisiones sobre las políticas de salarios de los trabajadores de las cortas de café y acerrada de madera, sobre las políticas de protección del medio ambiente (medidas sobre tala de árboles, reforestación, fuentes de agua, etc.) sobre la administración de las propiedades comunales tanto para cultivo de granos básicos, como de ocotales, bosques y cafetales; la participación y toma de decisiones en la solución de los problemas de salud, educación, vivienda y recreación, así como también sobre el control social de la prostitución y de la producción y venta de aguardiente.

También se ejerce el derecho de la base a elegir a sus dirigentes y representantes y el derecho a quitar a aquellos que no cumplan con sus obligaciones, creando con ello un nuevo orden político, en el cual la democracia es una práctica real, con la participación permanente, consciente y directa de los pobladores.

Por todo esto, por la reivindicación a nuestra autodeterminación a probarnos como trabajadores que somos capaces de autodirigirnos y desarrollar nuestro propio proyecto, muy a pesar de todas las adversidades; afirmamos que nuestra organización comunal es un proyecto político, económico y social alternativo, de nuevo tipo, donde los protagonistas somos los trabajadores y no las clases que siempre nos han mantenido sometidos, dominados y marginados (PADECOES, 1990b: 7-8).

2.- Em segundo lugar, as elaborações provenientes do PRS-ERP que tematizam a questão do projeto alternativo para o norte do Departamento de Morazán, uma das regiões mais abandonadas pelos governos salvadorenhos e, portanto, menos desenvolvidas do país, região onde desenvolveu sua Frente de Guerra o ERP e onde PADECOES desenvolve predominantemente seu trabalho.

La guerra es otro factor que ha contribuido a profundizar la crisis creada por el modelo económico oligárquico, puesto que la represión, la persecución y los cercos económicos obstaculizaron las actividades productivas, y los operativos militares y bombardeos aéreos destruyeron infraestructura, bosques y otros recursos naturales; pero al mismo tiempo, ha originado el surgimiento de formas organizativas orientadas por nuevos principios y valores de convivencia social, de solidaridad y cooperación (...) Un proyecto de desarrollo con una visión que integre los esfuerzos de todas las comunidades en un plan de explotación racional de los recursos (...) Se trata de un modelo consciente de proyectar y construir el futuro socio-económico, alcanzando niveles más elevados de productividades, justicia social y libertad política.

Esta es la experiencia que estas comunidades han venido construyendo en la guerra: **un modelo autóctono, autogestionario y democrático participativo**" (PRS-ERP, s/d a: 3).

Vejamos os principais propósitos e rasgos que este projeto apresenta segundo o documento:

Propósitos:

1.- Los propósitos del modelo son los de crear un bienestar social basado en la justicia social y potenciar el desarrollo socio-económico. La justicia estará definida por una correcta relación entre producción, distribución y consumo, y el desarrollo estará determinado por el nivel de concreción de los diferentes planes económicos y sociales.

2.- Lograr el desarrollo pleno del modelo político de la Democracia Participativa y la auto-gestión económica implica no sólo definirlos como principios: nos plantea la necesidad de un esfuerzo educativo que genere todo un nuevo marco cultural de valores individuales y colectivos que se correspondan con las necesidades de desarrollo del modelo (PRS-ERP, s/d a: 6).

Principais rasgos:

1.- Democracia participativa:

(...) Consiste en mandar desde abajo y dirigir desde arriba (...)

(...) Para decidir no bastan por sí mismas las instancias ni sólo la organización: requiere tener un nuevo poder ideológico que significa asumir la responsabilidad social, romper con la mentalidad de conformismo y no dejar la responsabilidad en otras manos; generar conciencia de que la toma de decisiones es parte fundamental de su auto-determinación y una responsabilidad política y social de la cual dependen sus propios intereses (PRS-ERP, s/d a: 4).

2.- Auto-gestão:

Es el poder económico en manos de las comunidades, para contar con la base material que fundamenta el modelo político-social de Democracia Participativa (PRS-ERP, s/d a: 5).

Num outro documento do PRS-ERP, provavelmente de 1990, se acrescenta sobre "auto-gestão":

Hacia donde se encamina la auto-gestión? Esta se enrumba a construir las bases más fuertes de la democracia popular en las que se asentará la construcción de la democracia nacional. Por otro lado la auto-gestión se dirige hacia la construcción del Polo Económico Popular, o sea los recursos productivos administrados y puestos en marcha por el pueblo para construir sus propios proyectos de desarrollo (PRS-ERP, s/d b: 2).

3.- Autóctone:

El modelo busca nutrirse de las capacidades y de la fortaleza moral que surge del respeto a la dignidad humana de sus tradiciones y creencias, integrando la cultura de los individuos y de las diferentes comunidades con los nuevos valores y principios que sustentan al modelo alternativo de sociedad, y elevar el marco cultural a un novo estadio de desarrollo (PRS-ERP, s/d a: 5).

Finalmente o documento traz uma importante reflexão sobre o conjunto das características que apresenta este "modelo":

Si los rasgos del modelo, político, económico, social y cultural aparecen separados en el documento, se debe únicamente a las necesidades de exposición.

(...) En realidad, el carácter global del modelo se reduce en un sólo concepto: *auto-gestión*. No puede haber un sistema político, ideológico y cultural sin una base económica que lo sustente. Sin esto, la Democracia Participativa que se plantea como sistema político no sería factible. Y lo mismo sucede con la base económica, que requiere de una sustentación ideológica, política y cultural para consolidarse y desarrollarse (PRS-ERP, s/d a: 5).

[N11.] (Página 262)

O modelo teórico de Aquiles Montoya: a NEP. Alguns dos elementos teóricos que Aquiles Montoya coloca como fundamentais para a NEP são os seguintes:

1) Sujeitos: o sujeito teórico e histórico da NEP são as *Mayorías Populares*. O autor assinala a coincidência entre sujeito e projeto como a maior garantia de sucesso da NEP, já que são as próprias maiorias populares que com seu próprio esforço vão construindo a sua utopia.

O autor divide esse sujeito Mayorías Populares em "sujeitos reais" e "sujeitos potenciais". O sujeitos "reais" seriam:

Aquellos que participan en la ejecución del proyecto, en la construcción de la utopía y entre ellos es posible mencionar a los integrantes de la comunidades de repobladores y repatriados, a las comunidades de refugiados urbanos, a los cooperativistas auténticos rurales o urbanos, etc... (Montoya, 1993: 20).

E os sujeitos "potenciais" estão representados por:

Aquellos que no participan en la implementación del proyecto pero que sí podrían llegar a participar, entre éstos es posible mencionar a los integrantes del Sector Informal Urbano (SIU), que no se apropian de exedentes via trabajo asalariado; a los minifundistas agrícolas propietarios o arrendatarios de tierra; a los ex-combatientes del END (Ejército Nacional para la Democracia -Denominação do exército da FMLN na última etapa da guerra. RB); también caben dentro de esta categoría los asalariados públicos y privados, siempre y cuando dejen de serlo y se agruparan bajo cualquier forma asociativa con el fin de satisfacer sus necesidades materiales y espirituales, esto es, si constituyen nuevas relaciones sociales de producción, e introyectan los valores característicos que identifican a la NEP (Montoya, 1993: 20).

2) O projeto:

A NEP apresenta-se como uma estratégia alternativa integral mas exclusiva, segundo o autor, das maiorias populares. Trata-se da sua própria libertação econômica, social, política e cultural; contudo, no seu devir encontrará que a sua própria Libertação está mediada pela libertação da sociedade toda.

Este es el segundo momento utópico de la NEP, cuando busca contribuir a eliminar las causas de su propia pobreza y marginación social. En el presente es claro que puede ir sentando las bases para hacerlo, principalmente en el ámbito de la conciencia; sin embargo, la posibilidad o imposibilidad de alcanzarlo sólo podrá ser definida por la praxis histórica... (Montoya, 1993: 21)

3) A vontade consciente do fim ou a *identidade* da NEP:

- a) São iniciativas próprias dos setores populares;
- b) Não são iniciativas puramente individuais, mas associativas;
- c) São iniciativas organizadoras;
- d) São iniciativas criadas para enfrentar o conjunto de carências e necessidades concretas;
- e) Nestas organizações busca-se enfrentar estes problemas e necessidades mediante o próprio esforço e com a utilização dos recursos que para tal propósito logra-se apanhar;
- f) São iniciativas que implicam relações e valores solidários;
- g) Não são limitadas a um só tipo de atividades, mas, tendem a serem integrais;
- h) São iniciativas nas quais os sujeitos pretendem-se distintos e alternativos respeito ao sistema imperante;
- i) São experiências que, surgindo dos setores populares para encarar as suas necessidades, habitualmente são apoiadas por atividades de promoção, capacitação, assessoria, doação de recursos materiais, etc., de distintas ONGs.

Nos encontramos ante un fenómeno nuevo, que no puede ser confundido con el sector informal urbano, con el cooperativismo como fenómeno aislado, con alguna modalidad de socialismo conocida, mucho menos con la economía capitalista. Nos encontramos, pues, ante una realidad inédita que posee su identidad propia y que si bien puede presentar, teóricamente hablando, elementos comunes con el socialismo utópico o el socialismo histórico, se aproxima más a la "civilización del trabajo" de la cual nos habla Eliacuría (Montoya, 1993: 26).

4) A dimensão política, social e cultural da NEP.

Este é um campo que não é abordado na pesquisa do autor mas é assinalado como uma realidade inerente da NEP e uma necessária área de pesquisa.

...Estos grupos que se organizan en torno de alguna necesidad económica y realizan básicamente determinadas actividades económicas, no se limitan a ello pues se caracterizan por el hecho de vincular estrechamente en sus actividades las dimensiones socio-políticas e ideológico-culturales de la vida y experiencia

popular. Su dinámica y accionar concreto no responde nunca a una lógica puramente económica sino que se amalgaman con ella las motivaciones y aspiraciones por una vida mejor a nivel familiar y comunitario (involucrando aspectos de salud, educación, condiciones de vivienda y habitat poblacional, etc.) así como también la perspectiva de una acción que se inserte en un proceso de transformación económico-política y de liberación popular... (Montoya, 1993: 41)

El autor assinala o seguinte sobre os elementos ideológicos envolvidos nesta experiência:

Sabido es que las comunidades, gérmenes de la NEP, presentan dos vinculaciones principales: la iglesia y el FMLN y que a su vez, miembros de la una o del otro, son también parte integrante de las comunidades (Montoya, 1993: 45).

Entre sus integrantes es más fácil descubrir elementos ideológicos propios de la religión en su vertiente popular latinoamericana o de la teología de la liberación que del marxismo; sin embargo éste no está ausente a nivel de muchos cuadros dirigentes e incluso puede percibirse en elementos de base a nivel intuitivo y si adicionalmente consideramos que el marxismo y la teología cristiana tienen elementos comunes, tales como el humanismo, la solidaridad, la fraternidad, la unidad, la celebración, y cierta dosis de fe y esperanza, no resulta extraño observar en las comunidades gérmenes de la NEP, relaciones sociales y prácticas culturales propias de una simbiosis de marxismo y teología de la liberación (...)

Su ideal político es profundamente democrático y popular, porque esa fue la praxis que vivieron en el exilio, en los refugios y posteriormente en los territorios que controlaba el FMLN (...) y que ahora, con seguridad tratarán de conquistar a través de la actividad electoral, pero con clara conciencia de que no puede existir democracia política y social, si no existe democracia económica, de allí que sus principales esfuerzos vayan en la línea de crear una amplia y poderosa base económica popular, diferente y alternativa a la capitalista (Montoya, 1993: 41).

Veamos algunos elementos das práticas artístico-culturais que foram geradas durante o período da guerra civil nas áreas semi-controladas pela FMLN.

...En ellos como una unidad indiferenciada se ha creado: música, poesía, teatro, cine, literatura, en dos palabras, arte popular auténtico que surge primariamente como valor de uso y como una manifestación obligada y necesaria del yo interno del ser humano... (Montoya, 1993: 45).

Este tipo de cultura gerada no período de guerra tem, para este autor, a característica principal de que é um tipo de cultura "não subordinada ao capital". Mas, a novidade não é apenas isso, que sempre existiu de uma ou outra forma, mas a *quantidade* destes produtos culturais:

...La novedad que presenta se deriva de su cantidad. Cambio cuantitativo que se transforma en cambio cualitativo. Tal fenómeno nunca había ocurrido con tal carácter de masividad (Montoya, 1993: 45).

Veamos finalmente algunas otras características desta "nova cultura":

...El arte de vanguardia había siempre un carácter urbano o todavía peor, un carácter matropolitano; durante el período de la guerra, al igual que ésta, el arte se ruraliza. Pero no sólo por el desplazamiento de muchos artistas al campo, sino porque los mismos campesinos al alfabetizarse y al departir y compartir con los artistas urbanos, ven que ellos también poseen capacidad de generar su propio arte y lo hacen...Ciertamente, ahora, han retornado los artistas urbanos a la urbe, pero el arte ha quedado enraizado ya en las comunidades rurales y difícilmente pueda perecer. Todo lo contrario, es de esperar y confiar que se vuelva parte de la nueva **estrategia de vida** de los sectores populares...

...Debemos señalar, por otra parte, que las relaciones sociales se tornaron profundamente humanas, cordiales, desinteresadas, muy solidarias y unitarias. El sacrificio como la celebración se tornaron prácticas cotidianas. La actitud contemplativa propia del hombre del campo invadió a los de la ciudad y disfrutaron juntos de un nuevo placer: el contemplar la naturaleza en todo su esplendor... (Montoya, 1993: 46).

[N12.] (Página 262)

As dimensões do setor comunitário. Em termos quantitativos, apesar de que os dados são extremamente provisórios -pelo carácter de "novidade" da experiência, mas também pela falta de intercâmbio e trabalho em conjunto entre

as diversas entidades federativas-, nossa pesquisa nos permite avaliar a quantidade de comunidades envolvidas, dos mais diferentes graus de desenvolvimento, da seguinte maneira:

PADECOES (FASTRAS):	400 Comunidades*
REDES:	125 Comunidades**
FUNSALPRODESE:	100 Comunidades***
PROCOMES (CI):	200 Comunidades****
ASDI:	<u>30</u> Comunidades*****
Total	855 Comunidades

Fontes:

* Num documento informativo de PADECOES (1990a: 2) dá-se a cifra de 407 comunidades filiadas nos 14 Estados do país, involucrando uma população de aproximadamente 225.000 habitantes.

** Numa entrevista com o dirigente de REDES René Alfonso Perez nos falava de uma quantidade oscilante entre 125 e 150 comunidades em 7 dos 14 Estados.

*** Numa entrevista com o dirigente de FUNSAALPRODESE, Luis Barrera, este nos dava a cifra de aproximadamente 100 comunidades em 4 Estados.

**** PROCOMES, 1992: 61. O informe indica que as 201 comunidades filiadas se localizam em 27 municípios de 7 Estados, involucrando 14.982 famílias.

***** Os dados nos foram indicados aproximadamente por um dirigente do PRTC, com a advertência de que estes dados são aproximativos.

[N13.] (Página 271)

Críticas ao tipo de relação do PT com os movimentos sociais. Por exemplo, esta crítica de Boito Jr ao PT:

Quanto ao PT, desde que foi criado em 1980, tem se afastado gradativamente do movimento sindical e vem perdendo muita de suas características iniciais de partido de massa -núcleos de base organizados e ativos, atividade partidária permanente vinculada aos movimentos sociais, democracia interna formalizada, luta interna centrada no confronto de programas, congressos regulares, etc. Hoje o PT está mais próximo do modelo, tipicamente burguês, de um partido de quadros - esvaziamento dos organismos de base, atividade partidária zonal vinculada às eleições, influência decisiva dos parlamentares, etc. O PT pode lutar, e luta, por um programa reformista de implantação do Estado de bem-estar social no Brasil. Mas cada vez menos ele o faz como instrumento político de um movimento operário organizado massivamente em sindicatos e partido que configurem um movimento social orgânico e consciente, e cada vez mais como partido eleitoral de quadros, com pouca vinculação orgânica com as massas. É preciso dizer que essa diferença de forma interfere negativamente na eficácia da luta (Boito Jr, 1992: 19).

Considerações finais

A “revolução conceitual” e o futuro da esquerda na América Latina

A previsão de finalização do nosso trabalho não ultrapassava o mês de março de 1994 e, portanto, devia ser anterior às eleições salvadoreñas de março-abril deste ano. Porém, ele seria realmente concluído posteriormente às eleições de 3 de outubro do mesmo ano no Brasil. Esse fato faz com que possamos atualizar alguns dados históricos, colocando, ao mesmo tempo, breves comentários em torno deles e das possíveis conseqüências sobre o nosso objeto de estudo.

No caso da FMLN, em 20 de março de 1994 foi realizado o primeiro turno das eleições gerais nas quais passaram para o segundo turno, o partido governante, ARENA, com 49,38% dos votos e a aliança de esquerda Convergência Democrática-FMLN (CD-FMLN) com 26,31% dos votos. No segundo turno, em 25 de março, o partido ARENA derrotou, com perto de 2/3 dos votos, à aliança de esquerda configurando-se o seguinte quadro institucional na gestão do novo presidente Armando Calderón Sol, até as eleições Prefeito da Capital, San Salvador:

	Partidos	Assembléia Legislativa	Prefeituras
Direita {	ARENA	39	206
	PCN	4	10
Centro {	PDC	18	29
	MU	1	
Esquerda {	FMLN	22 ¹	16
	CD	1	
	Totais	85	261*

* O total dos municípios é de 262, correspondendo o faltante ao partido Movimento de Ação Cívica (MAC).

No entanto, estas cifras devem ser contextualizadas e qualificadas pela menção do que foi, apesar da quantidade e qualidade dos observadores internacionais, uma importante fraude eleitoral, na forma principal de “fraude técnica”, como foi denominada. Isto é, não fraude na contagem dos votos, mas nas condições gerais de produção do ato eleitoral. As duas maiores delegações de observadores internacionais publicaram campos pagados nos principais jornais denunciando e descrevendo o que denominaram “irregularidades” no processo. O congressista norte-americano Dam Hamburg, um dos cinco congressistas que participaram de uma delegação de observadores

¹ Entre esses 22 deputados: Roberto Roca, Ana Guadalupe Martínez, Juan Ramón Medrano, Raúl Hércules, Fermán Cienfuegos, dirigentes já mencionados neste trabalho.

formada por 22 organizações acadêmicas, religiosas e de solidariedade, dos EUA expressou que *"la negligencia del Tribunal Supremo Electoral insidió en la baja participación de los votantes (...) El registro de votantes presentó situaciones que oscilaban entre la negligencia y el fraude abierto"*. Os jornais New York Times e Washington Post, denunciaram o fato de muitos votantes não figurarem nos padrões, no entanto pessoas mortas figuravam. Herbert Berger do Partido Austríaco Social-democrata disse por sua vez que *"el gobierno salvadoreño y el TSE violaron en varios puntos el acuerdo de paz y la ley electoral"*, assinalando, por outra parte que *"la misión de la ONU (ONUSAL) hizo poco para superar las deficiencias"* (Venceremos, abril 1994: 2).

A fraude se expressou, em primeiro lugar, numa entrega **seletiva** dos títulos de eleitor mediante várias manobras administrativas. No novo processo, depois dos Acordos de Paz, se inscreveram mais de 1.000.000 de novos eleitores, aproximadamente 40% do universo de 2.600.000 eleitores; 422.000 desses novos eleitores (16%) não receberam seu título de eleitor e foram impedidos de votar. Outros 80.000 potenciais eleitores não foram inscritos por falta das certidões de nascimento retidas nas administrações municipais na sua absoluta maioria pró-governistas. Aproximadamente 70.000 jovens com idade para votar não foram incorporados ao processo eleitoral. Junto com isto, as denúncias indicam que um alto percentual dos eleitores teriam desistido do direito ao voto devido, basicamente, ao extremadamente pequeno número de locais de votação e a falta de transporte. Isto configura um panorama de entre 30% e 45% dos eleitores, segundo as diversas fontes, com seu direito de voto, de fato, cassado, correspondendo a grande maioria deste percentual a habitantes das zonas influenciadas pela FMLN². Em segundo lugar, devido a formas clássicas de fraude: são denunciadas aproximadamente 600.000 pessoas mortas figurando no padrão eleitoral; 1.200 cidadãos nicaragüenses que receberam ilegalmente o título de eleitor; e, segundo Félix Ulloa, coordenador da Junta de Vigilância Eleitoral *"el sistema de computación contratado por el TSE para contabilizar los votos fue alterado deliberadamente (...) cada una de las 7.000 urnas debía tener, por ley, como máximo 400 papeletas de votación, pero se han encontrado centenares de urnas que superan ese número en 500, 600 y hasta 1.800 papeletas, como ocurrió en el Departamento de La Libertad"*. Junto com isto se contabilizam 70.000 votos anulados (5% dos aproximadamente 1.400.000 votos emitidos) sobre os quais se denunciaram irregularidades: se calcula que um alto percentual dos votos anulados pertenciam à aliança de esquerda, e foram inutilizados propositadamente.

² Um exemplo deste esquema, mencionado pelas denúncias, é o caso da localidade de San Fernando onde a aliança de esquerda perdeu pela diferença de 6 votos, no entanto 45% dos cidadãos em condições de votar ficaram fora do registro eleitoral pelas manobras administrativas mencionadas.

Porque a ONUSAL, que realizou um trabalho exemplar no processo de transição deixou passar esta verificada fraude, qualificando a votação de "aceitável" apesar das "irregularidades" denunciadas pelos próprios observadores? Segundo declara o setor mais prejudicado por estas manobras, a FMLN, a ONUSAL tomou esta atitude como forma de evitar o ressurgimento da violência no país, que era temido pelos observadores caso se denunciasse a fraude abertamente. A FMLN declarou frente a isto: "*entendemos su cautela pero no la compartimos*" (Venceremos, abril, 1994: 6).

Qualificado o resultado eleitoral com estas observações, digamos, em primeiro lugar, que, apesar desta fraude, o pólo de direita da sociedade salvadorenha não conseguiu o número de legisladores que precisava para dominar o parlamento, colocando-se a oposição de centro-esquerda em condições de controlar as ações de governo e de atuar como uma garantia contra o projeto conservador de reconquistar o espaço perdido nos Acordos de Paz³. Portanto, estes resultados indicam, desde o ponto de vista que nos ocupou no trabalho de pesquisa, a conformação de uma nova situação, que longe de ser favorável para um retorno às condições do velho projeto, exigirá da FMLN uma aprofundação dos novos conceitos estratégicos, impulsionando desde as posições de poder político conquistadas, o processo de renovação da vida cidadã, de modo de contribuir para levar o processo de democratização da sociedade salvadorenha a pontos mais elevados.

No caso brasileiro, os resultados eleitorais de 3 de outubro indicam que não será desta vez que toque ao PT dirigir o Executivo Nacional. Contudo, a aliança de esquerda aumentará de modo considerável o seu peso nas instituições políticas do país. Contará pela primeira vez com governadores, aumentará de 1 para 7 sua bancada no senado (5 deles do PT), com figuras expressivas do novo patamar alcançado pelas novas construções, como é o caso de Benedita da Silva, a primeira "mulher negra e favelada", como ela mesma expressa, a chegar a essa Alta Casa legislativa, e Marina Silva, filha de seringueiros do Estado do Acre. A aliança de esquerda consolidará sua bancada na Câmara de Deputados (passando de 54 para 77 deputados -49 deles do PT, que aumenta em 14 sua bancada), que modificará sensivelmente a sua composição em favor do centro-esquerda do espectro político. Este panorama, nos marcos de um governo que se declara tendencialmente social-democrata, na presidência de Fernando Henrique Cardoso, faz com que, também no PT, a tendência dominante será a de caminhar no sentido indicado no projeto desenhado pelo seu Primeiro Congresso. O próprio Programa de governo apresentado pelo PT para a candidatura de Lula à presidência, indicava claramente essa direção. Subintitulado "Uma revolução democrática para o Brasil", o PT indica nele que se trata do programa "de um governo

³ As questões de orden institucional, principais conquistas dos Acordos, precisam de dois terços dos votos para serem modificadas.

que se empenhará na radicalização da democracia política através da expansão da democracia econômica e social do país” (PT, 1994: 6). Este objetivo -que, destaca o programa, “é na verdade, um processo”-, reflete a disposição do partido para “desencadear um grande movimento de idéias, uma verdadeira renovação da cultura política brasileira, parte integrante da revolução democrática que pretendemos impulsionar” (PT, 1994:7). A nova conjuntura, surgida após a derrota eleitoral, longe de desviar para posturas “esquerdistas ortodoxas”, quase necessariamente deverá conduzir a um aprofundamento das elaborações estratégicas do Primeiro Congresso.

Vejamos a seguir, algumas considerações que emergem destes resultados em relação com os temas tratados no trabalho. Em primeiro lugar, é necessário observar que, para ambas as experiências, a mais provável das perspectivas -e, ao mesmo tempo, a mais expansiva em termos do “prestígio” socio-político alcançado pelas forças envolvidas-, é a de continuar a desenvolver o caminho, traçado nos novos projetos. Isso implicará, necessariamente, a superação de algumas dificuldades comuns a ambos os partidos: entre outras, os problemas relacionados à questão que Gramsci denomina de **reforma intelectual e moral**, os problemas que advêm do **relacionamento destes partidos com os movimentos sociais e os problemas das alianças** políticas necessárias para a máxima expansão do projeto.

Quanto ao primeiro problema, no caso do PT, os Documentos Básicos, previam que os *núcleos* de base deviam ser o veículo privilegiado para a resolução das tarefas destinadas à organização e à elevação cultural, intelectual e moral de massas. Mas, o problema dos núcleos, do seu fraco funcionamento, continua pateticamente vivo, sem resolução, e o partido não parece ter encontrado outros instrumentos de ramificação e expansão pela base na sociedade. O crescimento da influência do PT no último período mais parece estar relacionado com o sucesso em termos de conquista de espaços institucionais de governo que de uma ampliação dos seus vínculos com os movimentos sociais. Uma das questões interessantes observadas na campanha eleitoral brasileira, é aquilo que o próprio Lula qualificou, espantado, como “preconceito”. Esse preconceito que sobre ele caiu, partiu não justamente das “elites”, mas do próprio “povo”. O fenômeno não é novo: deve-se lembrar o fracasso de 1982 com o slogan eleitoral que mostrava a candidatura de Lula como “um trabalhador igual a você”. Apesar dos enormes esforços feitos pelo PT e pelo próprio Lula para quebrar esse “preconceito”; apesar de Lula ser qualificado e tratado a nível internacional como uma das figuras políticas mais importantes deste final de século, com uma estatura de estadista alcançada por poucos na América latina, no seu próprio país, Lula se queixa de ser “vítima do preconceito” do seu próprio povo, de seus iguais. O problema não é neste ponto, a questão do fracasso ou sucesso de Lula (da sua continuidade ou do seu “aposentadoria” política), como é

falsamente colocado pela grande imprensa; o problema decisivo que coloca a presença desse “preconceito” para o desenvolvimento de um projeto transformador é o grau de “autonomia histórica” atingido pelas amplas massas dos setores populares, o fato de poder olhar para si mesmas como capazes de produzir e conduzir uma nova nação, uma nova civilização, sem a “tutela” das classes historicamente dominantes. É verdade que muito se tem avançado nessa direção. Mas, há, ainda, muito por ser feito na construção dessa autonomia dos setores subalternos. O próprio Lula, sagaz observador do espírito das classes trabalhadoras brasileiras, assinalou no final da campanha uma das possíveis direções das tarefas necessárias quando disse que dedicará seus futuros passos a aprofundar na organização dos setores populares e que para isto continuará viajando pelo Brasil com sua “caravanas da cidadania”⁴. Quem sabe, nessa constatação do “preconceito”, o próprio Lula tenha percebido aquilo que Gramsci previa como obstáculo para o desenvolvimento do projeto dos trabalhadores, quando afirmava que num determinado momento “o inimigo a combater e a vencer deixa de estar fora do proletariado, já não será uma potência física externa, limitada e controlável, mas estará no próprio proletariado...” (Gramsci, 1977, Vol. II: 195).

No que diz respeito ao problema das *alianças* em sua relação com uma estratégia de longo prazo, problema que vem-se discutindo desde o 2º Encontro do partido -e que fala da capacidade que terá o PT de incorporar de forma permanente outras forças políticas na construção de um projeto transformador nacional, capaz de vencer a resistência dos setores dominantes-, é significativa a discussão sobre o problema da aliança eleitoral com o PSDB. Sobre isso, o Deputado e membro da direção do partido Eduardo Jorge dizia no jornal Folha de São Paulo, num artigo expressivamente intitulado “Hegemonia compartilhada” (30 de setembro, 1993) que o fato de tentar ganhar o *eleitorado* do PSDB tratando ao mesmo tempo à direção como inimigo é “desconhecer o PSDB como sujeito político autônomo”. Este é um problema que não parece ter fácil solução no PT e que até hoje tenciona as discussões internas deste partido, mas que necessariamente deverá condicionar as posteriores realizações.

O terceiro grupo de problemas, referidos às relações destes partidos com os movimentos sociais, se expressa, no PT, naquilo que alguns vêm e criticam como um *afastamento* dos movimentos sociais, ou, desde a sua outra face como o problema do *sobre-dimensionamento do “institucional”*. Como aspecto decorrente, os fenômenos de *burocratização* do partido freqüentemente mencionados, expressados no crescimento do peso na vida partidária dos

⁴ Obviamente, tem surgido dos resultados eleitorais, reações num sentido oposto. Por exemplo, Tarso Genro, Prefeito de Porto Alegre assinala, primordialmente a falta de proposta do partido para “os setores que verdadeiramente interferem no cálculo econômico”, já que, assinala Genro, “para falar com sinceridade aos excluídos e marginalizados, aos desempregados e aos miseráveis, que são a base da nossa proposta partidária, deveríamos ter respostas para dizer o que faríamos da “ponta” do Brasil moderno, que irradia os seus efeitos sobre toda a economia, pauta, orienta e induz o processo econômico e industrial” (Folha de São Paulo, 7-10-94).

funcionários do partido e dos funcionários do Estado nas diversas instâncias. Este é uma outra questão que continua polêmica no interior do PT, e cuja resolução condicionará os futuros passos do partido, no sentido de uma aprofundação da sua relação com o movimento social ou, como muitos fora do PT ambicionam, na direção de um partido essencialmente eleitoral.

Obviamente as tarefas vinculadas com a resolução destes problemas no sentido mais expansivo não serão realizadas apenas com frases, mas, entre outras coisas, com um alargamento da relação do partido com as bases sociais, com uma quebra das tendências burocratizantes, com uma retomada do relacionamento fluído com os movimentos sociais e com uma ruptura radical com todas as formas de sectarismo que permanecem na prática política partidária.

No caso de El Salvador, as condições de 22 anos de luta armada e 12 de guerra civil, estabeleceram uma forma marcadamente autoritária das relações sociais e dificultaram as possibilidades de expansão dos horizontes culturais e políticos, colocando-se, portanto, o problema da capacidade que terá o bloco popular para continuar expandindo, na nova situação, o extenso processo de reforma intelectual e moral, começado no final da década de 60. A superação destas condições é pensada pela FMLN através do desenvolvimento de uma democratização ampla e profunda das relações sociais; mas o grande desafio que enfrenta a FMLN é que deve lidar com um problema que é, ao mesmo tempo, próprio, exigindo ao máximo as capacidades unitárias e de abertura política, de forma de inibir o sectarismo e o dogmatismo. Neste sentido é expressivo que, a FMLN, que conseguiu estabelecer uma aliança extremamente efetiva das cinco organizações armadas dos anos 70 e um acordo político com a FDR, que envolvia as principais forças democráticas de oposição ao regime autoritário e que se constituiu numa aliança estratégica de grande transcendência para o pólo popular, enfrente enormes dificuldades para os acordos políticos, externos e internos na nova situação. Por um lado, os problemas em torno da formação de uma frente eleitoral de esquerda nas eleições de março de 1994, não foi fácil de resolver e não passou sem deixar feridas. Por outro lado, depois das eleições, o quadro interno se deteriorou crescentemente, aumentando as possibilidades de uma racha dos dois grandes blocos, o bloco autodenominado "social-democrata" (PRS-RN) e o bloco "de esquerda" (FPL-PCS-PRTC). Esta divisão se manifesta também no fato de que o trabalho parlamentar da FMLN funciona, na prática, dividida em duas bancadas, denominadas respectivamente "F2" (dos dois partidos da tendência "social-democrata), e "F3" (dos três partidos da tendência "de esquerda").

Sobre o tema da relação com os movimentos sociais, no caso da FMLN dois problemas básicos condicionam o processo: em primeiro lugar, a permanência e difícil superação de uma *cultura verticalista* (isto é, estruturada de cima para baixo, com forte presença de métodos autoritários e falta de costume com modos democráticos de discussão e toma de decisões) que

dificulta as novas construções. Neste caso o problema não parece ser apenas um problema da FMLN como partido: a cultura militarista e autoritária é um resultado de várias décadas de repressão, terror e guerra, que passou a ser parte constituinte da cultura política deste país e a sua superação, portanto, um problema cultural mais complexo. Em segundo lugar, a difícil transição e adaptação à dinâmica institucional tem trazido um relativo afastamento das instâncias partidárias de direção com as organizações partidárias e sociais de base que complica seriamente a expansão do novo projeto. Contudo, o processo é extremamente recente e apenas está se configurando o novo terreno da disputa.

Para finalizar colocaremos alguns parágrafos conclusivos em torno de três pontos relevantes. Em primeiro lugar, em torno do tema que foi núcleo temático do trabalho: a emergente renovação conceitual no pensamento da esquerda política. Nosso trabalho trata de "projetos", e os projetos se expressam através de conceitos os quais articulam a visão do mundo e as idéias sobre a sua transformação que sustentam as forças que os levantam. Por isso, a mudança, a renovação conceitual tem sido sempre um fato da maior transcendência para o universo do pensamento socialista e das forças políticas que se referenciam nele. A importância do ponto não se refere, como é óbvio, apenas à esfera das idéias, mas, e em primeiríssimo lugar, à esfera das realizações concretas da prática política. Permitisse-nos ilustrar a relevância da renovação conceitual, com dois contra-exemplos de duas experiências da esquerda que, no mesmo período histórico em que se desenvolvem com sucesso as experiências estudadas, fracassaram estrondosamente.

(i) No começo da década de oitenta, depois de uns dos períodos mais combativos do povo boliviano, uma aliança de esquerda chega ao governo central, na presidência de Hernán Siles Suazo. Uma enorme mobilização popular percorreu Bolívia. A Central Operária Boliviana (COB), congregava o conjunto das organizações sociais dos setores subalternos: dos estudantes às organizações de bairro; dos sindicatos mineiros às donas de casa. A Federação Mineira junto a COB e o governo discutiam e aprovavam a cogestão dos trabalhadores na produção de minério e em outras empresas do Estado. Enfim, criou-se um quadro de democracia popular que contava com forças sociais poucas vezes vistas na América Latina. Apesar disso, pouco tempo depois a esquerda no governo fracassou, perdeu credibilidade popular e cedeu o lugar ao projeto neoliberal que rapidamente ganhou a hegemonia do processo.

(ii) Depois da crise violenta do governo supostamente social-democrata de Alan García, a esquerda peruana passou a ocupar um lugar destacado na arena política com o projeto da *Izquierda Unida* (IU). A aliança de esquerda ganhou, entre outras, a Prefeitura de Lima na gestão de Alfonso Barrantes, e se preparava com popularidade, crescente para disputar o governo central. No começo

de 1990, a IU realizou seu Primeiro (e último) Congresso, no qual participaram mais de 3.000 delegados mostrando uma força política organizada sem precedentes. A algaravia durou pouco. Antes das eleições presidenciais, a esquerda se dividiu, perdeu força e prestígio, e deixou o espaço político para uma desconhecida figura política sem trajetória, sem projeto, e sem sustento social organizado. Feito presidente, Fujimori, aderirá ao programa neoliberal; produzirá o fechamento do Parlamento e consolidará seu poder em aliança com os militares. Neste processo a esquerda não parou de se esfacelar, e perder força e prestígio.

Uma característica comum destas duas expressões de esquerda era a mais absoluta falta de renovação do seu projeto político, com um horizonte conceitual que continuava preso ao velho paradigma, e com uma prática política amarrada às velhas disputas e dogmas, incapazes de incorporar o novo fermento que estava disponível nos movimentos que vinham da sociedade civil.

Num sentido contrário, nos casos estudados, se produz uma importante renovação conceitual, que está em andamento, embora se possam assinalar insuficiências e limites. Pontos programáticos que quinze anos atrás eram posições de movimentos alternativos e seus teóricos, impensáveis nos partidos da esquerda, hoje formam parte de seus projetos políticos, mostrando claramente como o caminho que vai do movimento ao partido foi o mais criativo e eficaz. Isto é, o processo político e social confirmou o fato da "verdade do movimento" falar mais alto que "a verdade do partido". Nesse sentido, em 1992 apareceram dois livros que enfatizaram a idéia da necessidade de uma "revolução" no pensamento de esquerda; sintomaticamente um deles de um salvadoreño da FMLN, o outro de um brasileiro do PT: o livro de Joaquín Villalobos *Uma revolução na esquerda para uma revolução democrática*, e o livro de Cristovam Buarque *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*. Para além das coincidências, a expressão usada para qualificar a magnitude das mudanças conceituais e práticas, parece significativa das grandes transformações necessárias ao pensamento e ação das forças transformadoras. Por sua vez, no trabalho já citado "*A utopia desarmada*", Jorge Castañeda destaca o papel que poderiam e deveriam jogar as forças de esquerda no futuro próximo na América Latina. Assinala para isso, a necessidade de uma mudança radical no universo conceitual e prático destas correntes. As experiências estudadas, com marchas, contramarchas e contradições, mostram algumas direções nas quais pode acontecer esta renovação, que por sua magnitude é adequado pensar como uma verdadeira "revolução" do seu pensamento e da sua prática. Finalmente, é pertinente insistir em que, os partidos políticos se conformam em determinado período histórico com o objetivo de realizar determinadas tarefas colocadas como necessárias pela sociedade. As continuas transformações, muitas das vezes por eles mesmos impulsionadas -como é o caso das experiências políticas estudadas-, exigem mudanças radicais na atuação destas forças com a ameaça permanente de sucumbir frente aos

novos desafios. Neste sentido, acontece os projetos políticos, expressões singulares das necessidades dos grupos sociais envolvidos, serem mais flexíveis e permanentes que as instituições que os produziram. Nos casos das experiências que estudamos, nesta conjuntura histórica extremamente dinâmica, a história tem a palavra.

Em segundo lugar, é preciso assinalar que, ocorre nessa renovação uma re-hierarquização do conceito de “democracia”. De sub-conceito no paradigma anterior, subordinado, por exemplo, ao conceito de “ditadura do proletariado” que ordenava a ordem de conceitos, e inferior à categoria de “socialismo”, nos projetos estudados o conceito de democracia -concebida esta como meio e como fim, isto é, como *conteúdo* e como *instrumento*-, passa a articular o conjunto do projeto transformador. Como *conteúdo*, o conceito de democracia define o “objetivo estratégico final”, a sociedade “socialista”, que é pensada como “radicalização da democracia”, isto é, como expansão -contínua e ilimitada- e superação -mediante diversas prática de democracia política participativa, de ampliação dos espaços de atuação da sociedade civil, e de implantação de uma *democracia social*-, dos elementos já presentes na democracia representativa burguesa. Como *instrumento*, o novo lugar do conceito de democracia se expressa na definição da estratégia como “conquista de hegemonia”. O mecanismo das transformações deixa de estar pensado como “assalto ao poder” e é concebido como um minucioso processo de “disputa de hegemonia” durante o qual o projeto socialista se constrói na sociedade, e, concomitantemente, vão-se produzindo as “rupturas” com a ordem capitalista. Nesse sentido, se como ambos os partidos expressam, um “novo bloco histórico” vai se constituindo nas últimas décadas em ambos os países; se como se expressa no Programa de governo do PT para as eleições de 1994, “desde fins dos anos 70 (...) o Brasil assiste a formação de um novo bloco histórico de forças sociais e políticas”, e os novos personagens que entraram em cena alteraram o conteúdo da democracia que “passou a ser entendida não só como a vigência do Estado de direito, mas também como o **espaço para a construção de novos direitos**” (PT, 1994: 12), parece claro que uma nova idéia de “democracia”, uma democracia que será política mas também econômica e social, desponta como o *conteúdo*, como a *ideologia* desse “novo bloco histórico”, e se torna evidente que, um núcleo central da renovação da esquerda deverá centrar-se na reformulação de sua concepção sobre a democracia.

Em terceiro lugar, acontece nessa renovação conceitual, uma drástica reformulação da relação hierárquica entre partido e movimento social. De institutos de manobra, concebidos como “correias de transmissão” do comitê central das mudanças, mediante as quais a “vanguarda” revolucionária dirige as massas para a revolução, os movimentos sociais ganham, nos novos projetos, um estatuto e lugar principal no processo transformador, onde o partido é pensado como

"articulador" e não como vanguarda política todo-poderosa; articulação na qual, autonomia do movimento popular e direção política de partido não respondem a uma fórmula definida *a priori*, mas a uma relação que se constrói, se define e redefine no cotidiano das lutas. Nessa redefinição, o lugar de "vanguarda" não é um título nobiliário do partido.

Esses três elementos principais nos parecem claros exemplos de uma renovação conceitual que se produz nos marcos destes dois marcantes processos políticos na América Latina da década de 80: a guerra civil salvadorenha e a construção do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Uma característica relevante desta renovação política no interior desses dois processos, foi a estreita vinculação entre partido e povo; isto é, a renovação aparece não de uma mera especulação teórica, mas como resposta a problemas e necessidades postos em evidência pelo processo real da vida social destes países, como expressão particular de movimentos sociais dinâmicos que surgiram no devir do processo, e, portanto como experiências nacionais irrepetíveis. As possíveis influências desta renovação conceitual em outras experiências nacionais se dá como resultado de uma inter-influência mútua em novos espaços de intercâmbio de experiências -como é o caso claro do *Fórum de São Paulo*-, e portanto, na conformação de um novo universo de idéias do pensamento transformador latino-americano no qual se incorpora essa "renovação do patrimônio teórico" de que nos falava Aricó, e que vem acontecendo há décadas no nosso sub-continente, e não como mera cópia. Portanto, para finalizar, e quem sabe para coibir qualquer elemento doutrinário que na exposição destas novas experiências possamos ter passado ao leitor, é bom ficar com a palavra vigilante de Tagore quando nos dizia:

*Naveguemos!
O mar é uma invenção da nossa barca.*

Campinas, 23-10-94

Apêndices

Apêndice Nº 1. Resultados eleitorais do PT 1982-1990

Quadro Nº 1.

Resultados da eleição de 15/11/1982 para o PT

Estado	% de votos no total de votos	Números de votos do PT para cada filiado	Deputados Federais	Deputados Estaduais	Prefeitos	Vereadores na Capital	Vereadores no interior
Acre	5,2	4,4	0	1	0	2	1
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	1,2	2,00	0	0	0	0	4
Bahia	0,7	2,6	0	0	0	0	6
Ceará	0,5	1,7	0	0	0	0	0
Espírito Santo	1,2	1,9	0	0	0	0	0
Goiás	0,6	0,9	0	0	0	0	0
Maranhão	0,8	1,6	0	0	1**	0	9
Mato Grosso	0,2	1,3	0	0	0	0	0
M. G. do Sul	0,7	0,5	0	0	0	0	0
Minas Gerais	1,8	2,8	1	1	0	1	13
Pará	1,1	1,7	0	0	0	0	5
Paraíba	0,3	0,7	0	0	0	0	0
Paraná	0,3	0,8	0	0	0	0	0
Pernambuco	0,2	0,7	0	0	0	0	0
Piauí	0,6	1,8	0	0	0	0	3
Rio de Janeiro	2,6	2,9	1	2	0	1	1
R. Gde. do Sul	1,1	3,1	0	0	0	1	0
R. Gde do Norte	0,4	0,6	0	0	0	0	0
Rondônia	3,0	2,8	0	0	0	0	2
Santa Catarina	0,3	1,1	0	0	0	0	0
São Paulo	9,0	14,5	6	9	1*	5	73
Sergipe	0,3	1,3	0	0	0	0	0
<i>total</i>	3,0	5,6	8	13	2	10	117

* Diadema

** Santa Quitéria

Fonte: Rachel Meneguello, 1989: 126-127

Quadro Nº 2

Deputados Federais e Estaduais eleitos pelo PT nas eleições de 1986.

Estado	Deputados Federais	Deputados Estaduais
Acre		
Alagoas		
Amapá		
Amazonas		
Bahia		1
Ceará		2
Espírito santo	1	3
Goiás		2
Maranhão		
Mato Grosso		
Mato G. do Sul		
Minas Gerais	3	5
Pará		2
Paraíba		
Paraná		1
Pernambuco		
Piauí		
Rio de Janeiro	2	4
R. Gde. do Norte		
R. Gde. do Sul	2	4
Rondônia		2
Santa Catarina		1
São Paulo	8	10
Sergipe		2
<i>total</i>	<i>16</i>	<i>39</i>

Fonte: Margaret Keck, 1991: 189-190

Quadro Nº 4.

Resultados do PT na eleição para Prefeitos 1988.

Prefeitos em 3 capitais: São Paulo, Porto Alegre, Vitória.

Prefeitos em grandes centros do interior de SP: Santo André, São Bernardo, Diadema, Campinas, Santos.

E Prefeitos em 28 municípios de 12 estados fazendo um total de 36 Prefeitos e 3 vices.

Estado	Prefeitos eleitos em outros 28 municípios
SP	Piracicaba, Cosmópolis, Cardoso, Cedral, Jaboticabal, Conchas, Presidente Bernardes.
RS	Rio Grande, Ronda Alta, Severiano de Almeida.
RJ	Angra dos Reis.
MG	Ipatinga, João Monlevade, Timoteo, Dionísio, Ilcinea, Santana da Vargem, Santana do Manhuaçu.
PR	Salto do Lontra, São João do Triunfo.
SC	Campoere.
ES	Jaguareé
BA	Amélia Rodrigues, Jaquara.
CE	Icapuí.
GO	Guapó.
MS	Amambai.
RN	Janduí.

No conjunto das capitais o PT é o partido mais votado, alcançando 2.826.000 votos diante do segundo colocado, o PMDB, com 2.402.000 votos.

Quadro Nº 3

Vereadores eleitos 1988.

Estado	Vereadores eleitos 1988
Acre	6
Alagoas	6
Amapá	5
Amazonas	
Bahia	28
Ceará	18
Espírito santo	56
Goiás	70
Maranhão	12
Mato Grosso	12
Mato Grosso do Sul	3
Minas Gerais	220
Pará	37
Paraíba	6
Paraná	33
Pernambuco	4
Piauí	3
Rio de Janeiro	18
Rio Grande do Norte	5
Rio Grande do Sul	123
Rondônia	28
Santa Catarina	45
São Paulo	277
Sergipe	
Tocantins	3
<i>total</i>	<i>1018</i>

Fonte: Brasil Agora Nº 28.

Quadro Nº 5

Resultados do PT na eleição de Deputados Federais e Estaduais 1990.

Estado	Deputados Federais	Deputados Estaduais
Acre		3*
Alagoas		
Amapá	1	1
Amazonas	1	1
Bahia	2	3
Ceará		3*
Distrito Federal	2	5
Espírito santo		3
Goiás		3
Maranhão		2
Mato Grosso		3*
Mato G. do Sul		1*
Minas Gerais	6	10*
Pará	2	9*
Paraíba		2*
Paraná	3	3
Pernambuco		2
Piauí		1*
Rio de Janeiro	3	6*
R. Gde. do Norte		1
R. Gde. do Sul	4	5
Rondônia		2
Santa Catarina	1	6*
São Paulo	10	16*
Sergipe		2
<i>total</i>	<i>35</i>	<i>93*</i>

* Em coalizão com outros partidos.

Fonte M. Keck, 1991: 189-190.

Quadro Nº 6

Resultados do PT na eleição para Prefeitos e Vereadores 1992.

Estado	Prefeitos	Vice-Prefeitos	Vereadores eleitos
Acre	1		6
Alagoas	1		2
Amapá	2		3
Amazonas			
Bahia	2	2	37
Ceará	2	1	37
Distrito Federal			
Espírito santo	1	2	37
Goiás	1	1	26
Maranhão	1		16
Mato Grosso	1	2	18
Mato Grosso do Sul			7
Minas Gerais	13	5	300
Pará	2	1	39
Paraíba			14
Paraná	1	2	47
Pernambuco	2		20
Piauí			3
Rio de Janeiro	1	3	27
R. Gde. do Norte	1		10
R. Gde. do Sul	7	6	140
Rondônia	3		36
Santa Catarina		11	95
São Paulo	11	1	210
Sergipe			
<i>Tocantins</i>			10
<i>total</i>	<i>53</i>	<i>37</i>	<i>1140</i>

Apêndice 2. 11 teses sobre a autonomia

Prólogo à segunda edição

As "11 Teses sobre a Autonomia" foram escritas em 1980 para aprofundar um debate entre militantes que encetavam uma crítica aos referenciais teóricos dominantes na esquerda, e buscavam novos fundamentos para a relação entre a teoria e a prática políticas. Pelo seu objetivo mesmo, tratou-se de um texto provisório, reunindo várias idéias que amadureciam nas cabeças dos seus autores mas cujo alcance e articulação mal estavam apreendidas. Visava-se provocar a discussão e por isso não se preocuparam com evidentes precariedades em várias formulações.

Sua circulação ultrapassou de muito a intenção inicial do coletivo que o redigiu. A partir de um original mimeografado foram inúmeras as reproduções fotocopiadas e as solicitações de exemplares já esgotados. Se seus autores resistiram até aqui a uma nova edição foi pelo consenso existente entre eles acerca das debilidades e insuficiências do texto. Sobretudo pode-se ver como velhas categorias voltam aqui e ali dificultando o estabelecimento de uma nova ótica para a abordagem dos problemas tratados.

No primeiro número da revista *Desvios* o coletivo que assumiu as "11 Teses" como referência para as reflexões sobre sua prática já procurou retomar as questões tratadas. Não o fez "corrigindo" partes insatisfatórias do texto mas tentando situar os problemas do modo como eles estão postos pela sua prática, pelos movimentos sociais e pelo avanço da discussão.

Mas apesar de sua precariedade, as "11 Teses" permanecem como ponto de partida de uma reflexão, cujo conhecimento torna-se necessário para a compreensão de seu processo de constituição. Foi sentindo a força que ainda ressaía do documento, que decidimos reeditá-lo, sem pretender retificar pontos que hoje nos parecem inadequados, remetendo apenas para o artigo "A autonomia em questão" na revista *Desvios*. A única alteração aqui feita consiste na titulação de cada uma das teses, para facilitar sua leitura.

11 TESES SOBRE A AUTONOMIA

Entre os fatores responsáveis pelo renascimento e desenvolvimento da noção de *Autonomia* no movimento operário e popular mundial e no Brasil em particular, ressaltam os seguintes:

- a crise dos "modelos socialistas" existentes, pela sua prática, conservadora e anti-operária, geradora de novas formas de dominação;
 - as condições atualmente imperantes no sistema de dominação capitalista como realidade mundial;
 - o fracasso de diferentes modelos de atividade revolucionária na América Latina nos últimos tempos;
 - o atual período da luta de classes no Brasil, com o surgimento de um movimento operário e popular com tendências autônomas, frente a um Estado ditatorial e uma desarticulação das organizações políticas tradicionais.
- A nova reflexão que se reclama da idéia e da prática "autonomistas" leva ou procura levar;
- a um novo projeto socialista de sociedade;
 - a novas concepções sobre o processo revolucionário e sobre o partido (ou partidos) revolucionário(s);
 - as novas relações entre partidos e massas.

Em torno da noção de autonomia, várias concepções políticas estão sendo avançadas. Procuraremos aqui sintetizar os principais elementos da concepção que estamos elaborando.

I- A crise dos Modelos Socialistas

Nosso empenho em valorizar o papel da autonomia dos movimentos populares no processo de transformação social, na revolução socialista e na construção do comunismo, está diretamente vinculado à crise dos "modelos socialistas". É esta crise que nos levou -como a vários agrupamentos comunistas- a repensar as categoria e métodos que têm orientado a atividade revolucionária neste século.

O que entendemos por "crise dos modelos socialistas"?

Numa primeira abordagem trata-se da constatação de uma degenerescência de sociedades pós-revolucionárias onde havia projetos de edificação socialista. Trata-se também da constatação do papel conservador, burocrático, sectário,

elitista, que vem sendo desempenhado por organizações partidárias constituídas para ser exatamente instrumentos da revolução e da libertação social. Esse papel conservador tende inclusive a acentuar-se com a tomada do poder.

Mas esta primeira abordagem ainda não vai ao fundo da questão. Ela foi feita por várias correntes comunistas desde as primeiras oposições soviéticas que anotaram o desvio do stalinismo em relação aos princípios leninistas. Desde então, cada deformação constatada no movimento comunista foi visto como um afastamento do modelo clássico marxista-leninista.

De nossa parte, nós consideramos que o desenvolvimento concreto dos processos históricos nos impele a repensar o próprio modelo. Mesmo a necessária assimilação de toda contribuição dos clássicos só é possível se adotarmos uma postura que rechace toda a reverência mística aos seus textos. O desenvolvimento histórico -com os avanços revolucionários e com os impasses criados- produziu situações e problemas cuja solução não se encontra nos modelos que nos foram legados.

Se de um lado, assistimos tendências generalizadas à burocratização no "socialismo real" e nos partidos tradicionais, de outro também é verdade que surgiram novas tendências e premissas para a revolução socialista, cujas potencialidades não são desenvolvidas pelos modelos conhecidos de organização e prática revolucionária. *Lutas operárias que questionam as relações de trabalho na própria instância da produção e que ultrapassam a tradicional dicotomia entre prática econômica e prática política se estenderam na Europa a partir de 1968.* Movimentos de contestação do autoritarismo da divisão capitalista do trabalho, movimentos feministas de contestação do machismo, da opressão da mulher, movimento de questionamento das instituições de reprodução da sociedade burguesa como a escola, a família, etc.; movimentos ecológicos que questionam o próprio modelo de civilização. Movimentos nos países do "socialismo real" que questionam sua estrutura autoritária e recolocam a questão da democracia socialista, como o que marcou agora a história contemporânea da Polônia. São movimentos cujo desenvolvimento não encontra referenciais seguros nos modelos propostos no início do século. Nisto consiste a "crise dos modelos socialistas".

II - A Questão do Partido

Uma tese decisiva que deve ser questionada refere-se ao caráter do partido revolucionário.

Segundo a tese clássica do "Que fazer?", a teoria socialista é levada para a classe operária pelos intelectuais revolucionários, sendo a tarefa do partido introduzir na classe a consciência de sua missão. Esta formulação constitui a premissa para toda uma linha de raciocínio que visava combater o espontaneísmo e apontar para a especificidade da luta política. Lenin, ao elaborá-la, enfrentava problemas reais cujas respostas também não se encontravam na herança ideológica existente:

-a capacidade de adaptação do capitalismo, integrando a classe operária ou frações dela, e, daí, a necessidade de uma tática política que não seja simples desdobramentos das lutas econômicas;

-o reforçamento do aparato de Estado capitalista e a necessidade de um aparato profissional centralizado para enfrentá-lo;

-a existência de uma diversidade de forças sociais potencialmente revolucionárias e a necessidade de articulá-las.

Mas a verdade é que a solução avançada por Lenin tem como ponto de partida uma concepção vanguardista e messiânica do partido. Ao conceber a consciência de classe e a doutrina socialista como algo levado para a classe pelos intelectuais revolucionários, pelo partido, ele corta toda a base real, as premissas sociais, da ideologia revolucionária. E termina por propor um partido que poderia ser revolucionário independentemente de seu enraizamento nas massas. Nós questionamos essa visão. O que entendemos por consciência de classe e ideologia socialista não se reduz aos conjuntos de teses elaboradas pelos clássicos e transmitidas de geração a geração por guardiães da nova fé. *A consciência socialista é uma contínua elaboração de respostas do movimento operário e popular aos desafios, sempre novos, impostos pela dominação de classe.* Marx, Engels, Rosa, Lenin, Trotsky, Gramsci, Mao e muitos outros aportaram -em níveis diferentes- contribuições valiosas mas que não constituem nenhum sistema completo nem infalível.

Dai que:

a) *o papel das vanguardas políticas é o de assegurar a continuidade da luta das massas, ameaçada pela ação desagregadora da dominação capitalista.* Mas esse papel cumprido por um partido, portador de experiências assimiladas

e transformadas em propostas para uma ação presente, *é inseparável de sua capacidade em incorporar novas experiências continuamente produzidas pelas massas;*

b) um partido militarizado, que extraia sua eficácia do monolitismo interno e da sua capacidade em impor uma direção a organismos do massa, torna-se incapaz de impulsionar uma efetiva iniciativa revolucionária nas massas, condição básica de qualquer movimento revolucionário.

c) a pretensão de proteger-se das "infiltrações da ideologia dominante" através de uma estrutura que separa radicalmente os militantes profissionais dos movimentos sociais, concebe o processo revolucionário como uma ação dirigida por uma vanguarda política auto-proclamada termina sempre por reproduzir mecanismos de dominação ideológica. E por produzir militantes incapazes de recriar a política, submissos ante as diretrizes "de cima", elitistas diante das massas. São reproduzidos assim aspectos da própria ideologia burguesa.

O próprio Lenin retificou vários aspectos da sua visão centralista do "Que fazer?", observando no entanto que se tratava de questão de ênfases. Uma condição da vitória da revolução foi mesmo a maturação e pleno desenvolvimento dos soviets, para o qual os bolcheviques contribuíram decisivamente. Mas se, em 1917 prevalece uma concepção que impulsiona a autonomia das massas -através de seus soviets- as circunstâncias políticas que cercaram a edificação do poder revolucionário na URSS terminaram por empurrar os bolcheviques a posições ultracentralistas (proibições de tendências no interior do seu partido até a consagração do partido único). E foram estas posições que, afinal, se cristalizaram na Internacional Comunista e, a partir daí, se tornaram modelo para o mundo. Esse modelo deve ser questionado.

O papel de um verdadeiro partido revolucionário deve ser o de sistematizar experiências e elaborar propostas para a luta política, impulsionar a unidade e autonomia dos movimentos sociais de explorados e oprimidos, impulsionar a capacitação das massas para fazer frente a ordem opressora do Estado Burguês. Um partido que não impulsiona essa dinâmica é um partido em vias de burocratização.

III - A Questão do Estado

As concepções predominantes atualmente acerca *do papel do Estado* na transformação social constituem um outro corpo de idéias a ser questionado.

Em primeiro lugar se trata das relações com o Estado Capitalista, a atitude dos comunistas face ao Estado antes da tomada do poder. Prevalece uma concepção política articulada toda em torno do objetivo o "assalto ao poder". Essa visão não dá conta da infinidade de instituições e prepostos do poder burguês (na burocracia, nos aparatos médicos, educacionais, na organização do trabalho, na família) que reproduzem a ideologia dominante e garantem a dominação capitalista. A crítica a essa concepção tem sido feita por vários autores que chamam a atenção para a existência desses "micro-poderes" reprodutores da dominação através dos aparatos ideológicos. *Esses críticos expressam em geral seus limites ao ignorarem o papel central desempenhado pelo aparato de Estado e conseqüentemente, da luta política contra ele.* Mas, de todo modo, é certo que a preocupação obsessiva na esquerda tradicional com a "tomada do poder" se faz às custas de uma frequente manipulação das massas, utilizadas para aquele assalto. O resultado, nesses casos, ou é um fracasso por não levar em conta a força da ideologia dominante no conjunto da sociedade, ou é a reprodução da dominação através dos próprios aparatos supostamente revolucionários.

De um outro ponto de vista, Gramsci já havia chamado a atenção para a necessidade da conquista da hegemonia na sociedade, criticando o simplismo de estratégias "de assalto" elaboradas pela Internacional Comunista. Os eurocomunistas procuram hoje retomar essa problemática. Mas, na medida em que suas políticas visam simplesmente a *ocupação e transformação interna do Estado burguês, eles rompem com o mais decisivo da estratégica da constituição de uma nova hegemonia na sociedade que tem que se realizar através da formação de embriões de poder disseminados na sociedade.* A reapropriação da política no seu sentido mais amplo que toca os diferentes aspectos da existência social - bem como no seu sentido mais específico, de projeto de organização social-, expressasse na reivindicação da autonomia dos movimentos sociais, capaz de permitir-lhes abranger a luta em toda a sua extensão, de travá-la nas suas inumeráveis frentes, fazendo-as convergir simultaneamente para a derrocada da ordem capitalista e para a criação de formas alternativas de decisão, pensamento, produção e prática social.

Em segundo lugar, trata-se das relações com o Estado pós-revolucionário. Segundo a concepção predominante, o Estado revolucionário deve reforçar-se para enfrentar a contra-revolução, para dirigir firmemente o processo no sentido da transformação comunista. O Estado é visto como o guardião da hegemonia proletária, enquanto a sociedade no seu conjunto é o território duvidoso onde vicejam o individualismo, os restos (ou muito mais que restos) das relações capitalistas, a lei do mercado, a ideologia burguesa. O Estado deve policiar a Sociedade. O Estado se autonomiza diante da Sociedade. Mas então, os "agentes revolucionários", assim "autonomizados" diante dos trabalhadores, se tornam agentes burocráticos, sacerdotes ou déspotas, de qualquer modo privilegiados frente à sociedade. Se no início eram agentes da revolução contra perigos que vinham da sociedade, terminam -pelas suas próprias condições de vida, pelo lugar que ocupam na divisão do trabalho social- como agentes de uma nova ordem hierárquica e autoritária. *o comunismo passa a ser visto como um modelo pré-figurado ao qual se chega através do cumprimento dos planos estabelecidos pelo Partido.* Nós aqui retomamos a concepção original de Marx, do comunismo como o movimento real de negação do capitalismo. Enquanto tal, ele não pode ser reduzido a um projeto de sociedade ideal, mas constitui um referencial ideológico que só se realiza na medida em que é assumido e reatualizado como proposta social no interior do movimento de massas. Ele é, pois, inseparável da plena autonomia das massas exploradas e oprimidas.

E é aqui também que retomamos as teses clássicas de Marx, Engels, Lenin, sobre o processo de extinção do Estado após a revolução. Um processo de diluição do Estado que se inicie no momento mesmo da construção desse novo Estado sem que isso represente um debilitamento frente a contra-revolução só pode se dar *na medida em que a política revolucionária consista na disseminação do poder revolucionário no conjunto da sociedade;* na medida em que cada movimento social exerça sua autonomia, num movimento de negação da antiga ordem. Dizem-nos que a garantia da revolução está na força do partido único. Mas será então a garantia de uma revolução que agoniza no conjunto da sociedade e que, assim, se congela num Estado burocratizado. A verdadeira garantia da revolução só pode estar no processo de hegemonia revolucionária na sociedade, na revolucionarização do todo social.

IV - As Condições da Autonomia

Os projetos comunistas fundados no desenvolvimento da plena autonomia operária e popular não constituem alguma negação utópica e romântica da realidade, mas encontram suas condições de possibilidade nas próprias características do desenvolvimento capitalista e nas novas condições criadas pelo "socialismo real".

Em primeiro lugar está a tendência do Estado burguês a tornar-se cada vez mais centralizado e autoritário, em função da necessidade de regular as principais variáveis econômicas e de manter o controle sobre uma sociedade crescentemente diversificada, cujas desigualdades e injustiças provocam reações, em vários níveis, dos diversos setores aliados dos benefícios econômicos ou das possibilidades de participação tornadas possíveis, paradoxalmente, pelo próprio progresso das forças produtivas e dos meios de comunicação. Essas reações tem contribuído para desvendar os mecanismos de opressão e de manipulação, o caráter irracional do desenvolvimento econômico comandado pelo capital internacionalizado, e para estimular a busca de alternativas radicalmente diferentes. Nesse processo, destacam-se também com maior clareza os interesses comuns aos diversos setores e classes sociais explorados e oprimidos, e a convergência de suas lutas conduz ao enfrentamento contra esse Estado/Leviatã, à percepção do seu papel globalizador no sistema de dominação e favorece o desenvolvimento dos projetos visando à sua superação. A diversidade dos setores em movimento e de suas lutas, aliada à padronização crescente das formas do Estado e do modo de vida da burguesia ao nível mundial, criam as condições para que a exigência de tomar em mãos os destinos das lutas surja por toda parte, e para a articulação das mesmas, com base no respeito da sua autonomia.

Em segundo lugar está a internacionalização do capital e das relações de produção, pelo qual a burguesia iguala-se e nivela-se cada vez mais, internacionalmente, em termos produtivos, culturais e políticos. os próprios governos chamam a atenção para a internacionalização dos seus problemas e das "soluções" que propõe. O capitalismo penetra no campo e nas "regiões não-capitalistas", diminuindo as suas reservas e configurando mais definitivamente estruturas de classe estáveis, favorecendo o surgimento de consciências de classe em função de interesses concretos. O caráter objetivo das contradições dessas classes com o sistema tende a tornar-se mais claro, iluminado pelas lutas que se desenrolam.

Em terceiro lugar está a tomada da consciência da falência dos modelos de revolução ou de sociedade socialista, pois o agravamento dos problemas mostra as limitações e contradições dos que existem ou existiram. E necessário contar

com as próprias forças, abandonar a confiança ingênua em países ou partidos "guias", reapropriar-se não só do presente mas também do futuro. Forçados a lutar contra o capitalismo dia a dia mais agressivo, e liberados de todo paternalismo fatalista -ou fatalismo paternalista- em relação às "pátrias do socialismo", os movimentos sociais procuram articular-se em torno de um projeto que impeça que seus sacrifícios pela libertação sejam utilizados para a subida ao poder de novas minorias, e *tratam de manter o controle do movimento e das instâncias de decisão que vão construindo*.

Finalmente -mas de importância primordial- está a contradição entre a divisão social do trabalho, que reduz os indivíduos a peças subalternas de um monstruoso mecanismo, e a produção de necessidades, aspirações e conhecimentos que não encontram cabida nesse sistema. O próprio desenvolvimento inusitado das forças produtivas, com a possibilidade crescente de um controle social sobre as condições de existência, cria em setores cada vez maiores da população, aspirações *que se chocam com a mediocridade e o autoritarismo das relações de produção e consumo existentes*. Cumpre dizer que essa contradição se manifesta -ainda que de modo diferente- nos países capitalistas industrializados tanto quanto nos países de economia centralmente planejada. Em uns como em outros a divisão social do trabalho atomiza os indivíduos e encontra sua articulação através de um Estado hipertrofiado. Em uns como em outros desenvolvem-se forças sociais interessadas em romper essa estrutura alienante. Lá onde as revoluções criaram formas de poder popular mais vivas estão mais avançadas as condições para a superação dessas contradições

V - A Questão do Poder

A burguesia, mãe e filha do Estado centralizado nacional, foi tornando-o cada vez mais autoritário e todo-poderoso, para apoiá-la na acumulação de capital e para reduzir os seus inimigos de classe, pela força ou pela persuasão. A revolução social e política do proletariado e seus aliados, frente a esse Estado, vê-se compelida a resolver dois problemas: a destruição do Estado burguês opressor concreto, em cada caso, e o enfraquecimento do Estado em geral, isto é, inclusive daquele a seu serviço, que ela é forçada a construir no período de transição.

A solução do duplo dilema começa por perceber a sua ligação interna: o projeto de sociedade a construir orienta a luta concreta, mas esta, por sua vez irá moldando as feições daquele. O socialismo baseado no poder popular, onde a autonomia dos trabalhadores como sujeitos sociais encontrará o seu pleno florescimento, define as lutas autônomas travadas hoje, e nasce delas.

A alternativa ao Estado Capitalista não pode ser o Partido Revolucionário, mas sim as Organizações Democráticas de representação direta das massas, centralizadas nacionalmente. São os conselhos de trabalhadores.

Estes elementos de caráter genérico concretizam-se na combinação da luta pela democracia política com a luta pelo socialismo e no forjar das alianças de classe que permitirão solucionar a questão do poder. Adquire importância central, a este nível, a compreensão do Estado liberal burguês como tenazmente oposto ao exercício direto da soberania (baseia-se na "representação"), à socialização da propriedade e ao direito ao trabalho. Justamente os três pilares de uma democracia proletária e popular. Essa compreensão coloca para o movimento dos trabalhadores uma série de questões que exigirão respostas compatíveis com o projeto delineado acima; e nos marcos de uma situação histórica determinada: a relação entre democracia e socialismo, entre formas políticas e formas sociais de Estado de transição, entre democracia direta e democracia representativa, entre participação e garantias individuais, entre gestão burocrática e autogestão da sociedade.

A reflexão sobre os temas acima não prejudica a conclusão, avançada também a partir da crítica do "socialismo real" e das revoluções conhecidas de que "não pode haver revolução social separada de revolução política, ambos objetivos gerais e intercondicionados do socialismo. Reivindicar vigorosamente um processo político que leve à extinção ou superação do Estado e projetar um Estado de transição em que esse processo se realize como expansão da democracia, das liberdades políticas e da participação de todos na gestão da coisa pública" (Cerroni) A preparação desse processo é o conteúdo e a realização da perspectiva da autonomia do movimento popular.

VI - O Significado da Autonomia

Pensamos a autonomia das classes e setores dominados como o movimento de negação da dominação. A autonomia operária, assim, se identifica com seu movimento de oposição à dominação capitalista. Nesse sentido, a

autonomia de cada setor dominado ou explorado é a afirmação de sua oposição à dominação ou exploração de que é vítima. E a autonomia popular em sua dimensão mais abrangente se confunde com o próprio processo revolucionário.

A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, assim como cada setor oprimido deve tomar em suas mãos a luta por sua liberação. Esse movimento tem como ponto de partida -e de chegada- a ação local, direta, dos próprios interessados.

Mas não é qualquer decisão tomada por um grupo social que contribui para o processo de sua emancipação, de conquista de sua autonomia. Esses grupos sociais podem manter-se subordinados a dominação ideológica burguesa e, em sua prática, reforça-la ao invés de destruí-la. Entretanto, enquanto expressão de uma "falsa consciência", sua prática pode levá-los a um processo de tomada de consciência real.

Na prática das classes dominadas existe sempre um aspecto que significa a reiteration da submissão e um aspecto que implica na revolta contra esta. Todo momento de luta traz consigo uma negação da ideologia dominante, traz uma desestabilização da dominação, uma afirmação da autonomia. Mas as lutas de classe sofrem refluxos, descontinuidades. A reprodução do sistema traz consigo a retomada da dominação, a neutralização, a divisão, a desmoralização ou dispersão dos dominados. *Dai* a necessidade de vanguardas sociais e políticas, que são aquelas que asseguram a continuidade dos movimentos, elaboram as experiências, articulam diversos movimentos, e dão respostas mais abrangentes às formas de enfrentamento de classe definidas em cada conjuntura.

Existem portanto vários níveis de autonomia. A autonomia de um movimento local, parcial, constitui o primeiro nível, o mais elementar. A autonomia só se desenvolve à medida em que esses movimentos se articulam com outros, porque, afinal, só é possível enfrentar a dominação e afirmar uma plena autonomia (ou seja, o domínio sobre suas condições de vida) no nível de toda a sociedade.

Essas necessidades de desenvolvimento dos movimentos não são resolvidas espontaneamente pelas massas, e daí que rechaçados as teses anarquistas ou espontaneistas. Mas também não são resolvidas de um ponto de vista revolucionário pela prática tradicional de cooptar os movimentos de base, "representá-los" na grande política, relegando-os às suas "especificidades" corporativistas e locais. Porque assim se reproduz a tradicional divisão do trabalho político e sufoca-se toda dinâmica liberadora do próprio movimento social.

Por isso a defesa da autonomia envolve um empenho de participação em todos os níveis, dos indivíduos e principalmente, das comunidades, ou dos indivíduos nas suas comunidades, em luta por um desenvolvimento alternativo, baseado nas necessidades sociais e que concebe um *processo de libertação social a partir do espaço local*.

A conquista do poder autônomo, cultural, político e econômico dos trabalhadores e do povo baseia-se na *crítica à delegação de soberania* que é a essência do *liberalismo burguês*. Implica na capacidade de traduzir os interesses dos sujeitos das lutas, permanecendo sob seu controle.

VII - A exploração e a dominação

A ênfase na luta pela autonomia dos movimentos sociais das classes e camadas exploradas e oprimidas decorre da compreensão de que a exploração e a opressão são aspectos inseparáveis no curso das lutas de classe. Assim sendo, a afirmação da autonomia, que rompe com a dominação, representa um movimento essencial contra a exploração.

Foi a tradição economicista, que tomou conta do marxismo desde a II Internacional, que separou os dois aspectos e reduziu a "essência" da luta anti-capitalista à luta contra a exploração.

É verdade que a base material do sistema capitalista encontra-se em sua capacidade para apropriar-se do trabalho excedente como mais-valia e na valorização permanente do capital, independentemente da consciência que tenham desse processo os capitalistas e os operários. O operário atua como força produtiva social, como assalariado e não como produtor. A exploração se realiza em primeiro lugar por uma coação econômica: o operário despojado de meios de subsistência é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Aí, ele se submete ao despotismo do capital no processo produtivo.

Mas seria simplismo parar aí. Imaginar que a reprodução do sistema seria assegurado *pelos automatismos econômicos seria ignorar o papel da subjetividade e da luta de classes*. As condições concretas como se realiza a exploração -desde o contrato de trabalho até o regime de trabalho concreto- depende do quadro mais geral das relações sociais. Depende, em suma, do modo como se exerce a dominação. A relação de forças que determina o quadro geral da

dominação é, por sua vez, determinada por vários fatores extra-econômicos, que compreendem desde o chamado despotismo da fábrica (os sistemas de vigilância, a delação, às vezes a violência direta de capangas) até o conjunto do mecanismo repressivo do Estado, e, mais além, dos mecanismos de dominação ideológica reproduzidos através da família, da escola e de uma diversidade de instituições sociais.

É por isso que a luta contra os mecanismos de opressão, sejam os diretamente repressivos sejam os encobertos pelas sutilezas da ideologia, libera energias indispensáveis para o enfrentamento da exploração.

VIII - A questão da hegemonia operária

A conformação de um movimento popular autônomo enquanto bloco social revolucionário, alternativo ao bloco no poder, terá de dar-se através da constituição da hegemonia operária.

O regime de dominação burguesa se baseia na sua capacidade hegemônica. Não é necessário o apoio ativo ao sistema. De igual importância é a passividade desmobilizadora das classes dominadas em especial do proletariado. Essa passividade é obtida através dos mecanismos de exploração e opressão, sustentados pelas bases materiais do aparato produtivo, que recriam sempre as bases da dominação. *Daí que as lutas dispersas, localizadas, não podem terminar a dominação se não se articulam contra a raiz da opressão, no próprio sistema capitalista.* Por isso a importância prioritária da luta daquela que é o pilar fundamental do sistema e que, em decorrência, é capaz de provocar uma ruptura radical: a classe operária.

A classe operária expressa suas reivindicações sob duas formas. *A sindical, corporativa, que, como tal, é assimilável pelo sistema, e a política, enquanto movimento social com capacidade hegemônica alternativa.*

As outras classes ou grupos dominados (o campesinato, os negros, as mulheres, os índios, os estudantes, os homossexuais, etc.) também se expressam nesses dois níveis. Mas diferença entre estes e o proletariado é que, quando eles se constituem enquanto movimento social diluem suas características específicas e assumem uma nova identidade, onde o principal é o questionamento da situação vigente. A classe operária, ao expressar-se enquanto movimento social, não perde sua identidade, dando-lhe apenas uma conformação mais depurada e coerente.

Por outro lado, a constituição de uma nova hegemonia não pode se fazer submetendo os outros movimentos sociais ao movimento operário. Porque, ao questionar elementos decisivos da dominação burguesa, eles aportam elementos necessários para a elaboração de uma alternativa revolucionária. A constituição de uma força social revolucionária, que tem como eixo a luta anti-capitalista (e, portanto, a classe operária) deve incorporar as bandeiras da luta pela emancipação da mulher, pela emancipação dos negros, dos índios, pela liberdade sexual, pela preservação do meio ambiente e contra os modelos destrutivos e alienantes do desenvolvimento nascidos com o capitalismo e incorporados sem crítica pelo "socialismo real"

Evidentemente esta concepção da relação entre o movimento operário e os outros movimentos sociais -de hegemonia operária mas não de submissão dos outros movimentos sociais que questionem a ordem burguesa- se vincula às próprias necessidades da constituição de uma nova sociedade, que não serão enfrentadas por meras medidas administrativas tomadas por decreto, mas que devem incorporar ativamente o conjunto dos explorados e oprimidos.

IX - A Crise da esquerda brasileira

A esquerda brasileira vive hoje uma profunda crise, onde toda uma tradição paternalista é questionada mas onde também pode emergir uma força política capaz de fundir os ideais do comunismo com a prática viva das massas. Para isso é necessário que uma parcela significativa rompa com toda concepção aparatista e elitista e seja capaz de formular, junto às lideranças sociais das classes e camadas exploradas e dominadas, um projeto de ação revolucionária.

A tradição paternalista de "fazer política para o povo", "pelo povo", é antiga na história do continente, desde os caudilhos da independência até os nossos abolicionistas e, modernamente, os populistas. A esquerda herdou essa tradição. Não se trata aqui de simplesmente efetuar um juízo moral. *Esse paternalismo foi condicionado por características profundas da nossa organização social. Seja o peso do escravismo, seja a via específica do desenvolvimento capitalista (incorporando e transformando o latifúndio, incorporando-se tardiamente ao sistema imperialista na qualidade de periferia, etc.), exacerbaram as tendências autoritárias e marginalizantes inerentes a ordem burguesa.* Ao poder discricionário de uma minoria de detentores dos meios de produção corresponde um sistema estatal super-dimensionado que se contrapõe

a uma sociedade civil atomizada e desarticulada. Nesse quadro polarizado as mediações são efetuadas por uma camada ilustrada de funcionários, técnicos, políticos profissionais, burocratas. A representação política das massas feita por intermédio de caudilhos ou aparelhos especializados é causa e consequência de uma debilidade de organização e consciência dessas massas, reiteradas em momentos históricos decisivos (na abolição, na revolução de 30, na "redemocratização" de 45, na crise da república populista).

Por isso vemos no PCB um fundo vanguardista que percorre cada uma de suas etapas. Mais além das características específicas das etapas de "aventureirismo de esquerda" e de "oportunismo de direita", há uma concepção sobre a "natureza do partido", "legítimo representante da classe operária", que está na base do seu sectarismo.

A esquerda revolucionária surgida nos anos 60, apareceu em oposição ao conservadorismo do PC. Mas de um lado, efetuou um corte excessivamente abrupto com o movimento político de onde surgiu, rompeu com as organizações tradicionais de um modo tal que terminou por desprezar as experiências nelas acumuladas, a história do movimento operário e popular que, ainda que deformadamente aí em parte se encontrava. De outro lado, ela não rompe com o vanguardismo aparatista que marcou essa história. Inserida em um momento de crise política e desafiada pelo atraso na consciência e organização das massas, a esquerda revolucionária responde proclamando a luta frontal contra o regime, em nome das massas que não lhe acompanharam.

Ficariamos na generalidade vazia se reduzíssemos todas as práticas da esquerda às características de paternalismo e vanguardismo. A esquerda tem não somente uma complexa diferenciação interna como também, uma história. Em uns se tratou de um paternalismo reformista para ocupar posições no aparelho do Estado. Em outros de um vanguardismo que se enfrentou com esse aparelho do Estado. Em uns um ativismo militarista, em outros um ativismo simplesmente agitativo. Em uns um doutrinário socialista, em outros um doutrinário populista. Além disso na forma concreta como isso se realizou, determinou (ou não) algum grau de incorporação e mobilização de energias populares. Não pretendemos aqui efetuar uma análise específica da prática dessa esquerda revolucionária mas apenas chamar a atenção para a necessidade de uma crítica radical que não rechace em bloco todo esse movimento político mas resgate acervos políticos e experiências aí acumuladas.

Se a crítica deve ser radical e se a crise atual questiona a própria identidade da esquerda é porque ela se arrogou um papel que não poderia cumprir. Não se trata, pois, simplesmente de que fomos derrotados nos enfrentamentos decisivos de 1964 a 1970. o mais expressivo dessa derrota é que ela se deu sem as massas. As massas também foram derrotadas. Mas cada uma dessas derrotas se deu separadamente, foi vivida separadamente, foram experiências que não convergiram.

A esquerda se arrogou a representação e condução das massas desorganizadas. Os intelectuais revolucionários - que se moviam sobretudo entre a pequena burguesia urbana - elaboraram programas e estratégias para as massas, forjaram organismos para enquadrá-las e mobilizá-las. Fracassamos. Como resultado, muitos companheiros romperam com a própria identidade da esquerda, com a noção mesmo de uma vanguarda ideológica autoproclamada. Procuraram esquecer as complexas elaborações que mais haviam servido de auto justificação ideológica do que de instrumento de mobilização popular. A esses, os companheiros que permaneceram no interior das organizações de esquerda dirigiram as críticas de liquidacionismo, de abstenção diante das necessárias tarefas de vanguarda.

O importante para nós agora é partir de uma ruptura com o princípio de legitimação revolucionária de uma força política pelas suas declarações e objetivos ou mesmo pelo sentido que elas dão às suas ações. O que entendemos por "esquerda"? Em princípio seriam as vanguardas políticas do movimento operário e popular. Quando se constatou que essa identidade não estava se realizando, houve, a prudente distinção entre a "vanguarda ideológica" - representada pela esquerda (ou, mais precisamente, pela tendência de esquerda que faz o enunciado) e a "vanguarda política". Recuperada dessa forma uma legitimação, tratava-se para a "vanguarda ideológica" de resgatar seu papel de direito de "vanguarda política".

Nós rompemos com essa visão. Não pretendemos abdicar das tarefas da esquerda, das tarefas de uma vanguarda ideológica e política. Não pretendemos esquecer ou enterrar experiências acumuladas e elaboradas. Não pretendemos abdicar de formular políticas e defendê-las. Mas a própria atividade ideológica de vanguarda só se atualiza, só se realiza, no processo mesmo de criação política com as massas. A vanguarda ideológica não é vanguarda ideológica porque adotou algum livrinho vermelho *mas porque elaborou uma perspectiva para as lutas políticas que se dão.*

Hoje, diante do PT e do que ele representa, são inúmeros os companheiros que, isolados ou articulados politicamente, convergem procurando refundar a esquerda. Não para auto-preservar-se num papel de vanguarda ideológica, embrião do "verdadeiro partido revolucionário", mas para recriar uma vanguarda política e uma perspectiva revolucionária no encontro com as lideranças emergentes do movimento social.

X - os movimentos sociais no Brasil de hoje

O maior fracasso do regime militar e seu milagre econômico está estampado nas características do movimento popular que se formou no país em reação a ele. Apesar da notável ofensiva repressiva, política, econômica e ideológica, o regime foi incapaz de criar uma base social e de evitar o surgimento de um movimento popular com características autônomas.

Esse movimento popular é fruto da resistência contra a exploração e na opressão num quadro político marcado pela profunda derrota da esquerda e, em geral, das oposições. É fruto, pois, de um reaprendizado da política a partir de suas reivindicações mais elementares.

Isso não quer dizer que a esquerda (através de militantes soltos ou organizados, através de quadros portadores de sua experiência e formulações) não estivesse presente nesse lento processo de reorganização. Mas devido à repressão, devido à debilidade das organizações políticas, devido à desconfiança que suas políticas despertavam na massa (e nas lideranças sociais), alteraram-se as relações entre as lideranças locais e os quadros políticos. Estes não iam mais para "dar a linha". Independentemente de como esses quadros concebiam o significado de que faziam, o fato concreto é que a política local era produzida localmente. Nesse processo de lenta reorganização e mobilização a partir das condições e consciência local, inúmeros quadros políticos desempenharam um papel fundamental de apoio à elaboração de alternativas formas de organização e ação. Mas também freqüentemente essa mobilização local teve de se haver com proposições aparatistas, que traíam a ânsia de cooptar rapidamente essas atividades de base. Os fracassos desses intentos foram responsáveis por um aprofundamento das crises internas de várias organizações de esquerda.

A estrutura nacional em torno da qual se articularam as principais organizações da base foi a fornecida pela Igreja Católica. Isso foi possível porque o enquadramento orgânico efetuado pela Igreja não se fez através de diretrizes políticas e estratégicas prévias. Os agentes pastorais se limitaram a oferecer o apoio infra-estrutural e as condições para a articulação de vários movimentos de base. Uma violenta crítica às posições vanguardistas, elitistas, efetuada nesse movimento não permitiriam que seus agentes repetissem as mesmas práticas. O resultado primeiro desse rechaço, que preservou os movimentos das políticas estranhas a eles, foi mesmo um grande obreirismo, basismo, recusa da própria política. Evidentemente, o simples papel da Igreja nesse processo já revela como, atrás do basismo proclamado, havia um espaço privilegiado reservado para uma Instituição -a própria Igreja- representar nacionalmente os interesses dessa população organizada localmente. Mas o fato é que o modo como tinham que se estabelecer os núcleos de base comunidades de base, associações de moradores, oposições sindicais, etc. -reforçava as tendências à auto-organização popular.

Seu ponto de partida, como forma de organização, estava na democracia direta, e como objetivo, na luta pelos interesses sociais locais. Tratou-se do primeiro nível, básico, da auto-organização. Mas como a luta e a própria tomada de consciência dos interesses coletivos exige a passagem a níveis de ação e organização cada vez mais amplos e abrangentes (do bairro à região, da região à cidade, da cidade ao país; de movimentos reivindicatórios específicos a movimentos que articulam várias reivindicações; de movimentos econômicos a movimentos políticos), o basismo mostrou seus limites. Para atingir mais amplas massas e ajuda-las a encontrar o caminho da auto-organização, para articular várias forças e instrumentos, tornou-se necessário utilizar instituições marcadas pela burocratização e autoritarismo, como o parlamento e os sindicatos. Mas se, de um lado, as oposições sindicais e comunidades de base se negaram a isso, relegaram-se a um papel marginal, de outro, sindicalistas e parlamentares que não se apoiam e impulsionam a democracia de base, afastam-se do movimento social mais expressivo do país.

O PT surgiu então como expressão e instrumento, ainda que empírico e embrionário, da politização desse movimento. Sua plena configuração como partido político dos trabalhadores, *expressão e instrumento da autonomia do movimento operário e popular constitui o grande desafio colocado na conjuntura.*

XI - O significado do PT

Um partido capaz de impulsionar (e não pretender substituir) a capacidade criativa das massas, se distingue já pelo seu próprio processo de formação. Ele deve ser construído juntamente com a organização e fortalecimento dos organismos de unidade e autonomia dos trabalhadores. Se um partido é indispensável para avançar-se sobre o momento e sobre as características de cada luta parcial, e formular e por em prática projetos de ação política, os organismos unitários das massas são indispensáveis para que esses projetos sejam sancionados, transformados, materializados pela prática massiva dos trabalhadores.

Por isso valorizamos a existência e criação dos organismos de unidade das massas, autônomos em relação aos partidos, que devem disputar o predomínio de suas políticas no seu interior. As diferenças ideológicas no seio das massas devem se enfrentar democraticamente através do confronto diferentes partidos.

O partido que defendemos deve ser construído juntamente com a organização e fortalecimento dos organismos de unidade e autonomia dos trabalhadores. Ele não pode ser um simples desdobramento e uma tentativa de coordenação desses organismos, mas ele deve responder aos problemas concretos colocados ao movimento de massas, ele deve estimular a criação de órgãos de poder na sociedade a partir desses organismos populares.

Nessa perspectiva, a própria elaboração estratégica não é um processo teórico que possa ser resolvido por um agrupamento ideológico separado das lutas de massa. Ela deve ser gestada progressivamente através da assimilação das experiências dos trabalhadores e deve ser precisada ao longo do processo de construção dos organismos de unidade e autonomia dos trabalhadores, e portanto, ao longo do processo de construção do partido que defendemos.

O centralismo democrático, como princípio de articulação entre a diversidade e a unidade no movimento operário e popular, não pode ser encarado de modo histórico e, muito menos, como transposição dos modelos materializados nas organizações tradicionais. A eficácia imediata de um centralismo democrático que impõe a unidade de ação externa e não divulgação das posições minoritárias tem como efeito a mais longo prazo a automatização e irresponsabilidade individual dos militantes, o aparelhamento das entidades de massa pelas organizações partidárias monolíticas.

Os princípios orgânicos -entre eles o centralismo democrático- devem também, pois, corresponder ao processo mesmo de construção de um partido concomitante com o desenvolvimento dos organismos unitários de massa.

O fato de termos, assim, definido o PT como o eixo da construção partidária não constitui uma "decisão tática", mas corresponde à própria concepção que temos desse processo. A tarefa de uma "vanguarda ideológica" (ou seja, de um agrupamento político coesionado em torno de determinados princípios ideológicos e políticos) não é de elaborar à parte estratégias e programas, de reforçar um aparato orgânico próprio para recrutar aderentes, ganhar trabalhadores e posições no movimento de massas. Sua tarefa deve ser de elaborar estratégias, táticas, programas, formas de organização e ação junto com as lideranças emergentes do próprio movimento de massa. Só assim se forjam políticas que representem efetivamente uma fusão entre a teoria e a prática, entre as experiências assimiladas do passado e as experiências vivas do presente.

Mas escolher o PT como eixo da construção partidária não significa imaginar que ele já é um partido representativo das lideranças políticas e sociais das massas. É preciso construí-lo enquanto tal e isso se opõe tanto ao espontaneísmo de quem acha que basta "aderir ao PT e trabalhar" quanto ao oportunismo de quantos entram nele para "ter um pé no movimento de massas", útil para uma "construção partidária" paralela.

A construção partidária não se esgota na atividade pública do PT mas tem nela seu eixo principal. Isso quer dizer que os desafios principais colocados para nós são os que se referem à elaboração -através do PT- de respostas às questões políticas colocadas. Para lutar no PT na perspectiva da criação de um movimento popular autônomo, da luta contra a ditadura militar vinculada à luta contra a exploração capitalista e a opressão burguesa, da luta por uma revolução socialista através da participação consciente e autônoma dos trabalhadores, massas populares e movimentos de setores sociais oprimidos, é que propugnamos a constituição de uma tendência política unida em torno desses princípios.

Set/80.

Apêndice Nº 3.

O nosso trabalho trata de novas propostas para a democracia na América Latina. Portanto, e coerentemente, não podíamos deixar de mencionar que ele próprio sofreu as consequências do que são claramente, como poderá se ver dos documentos que reproduzimos, práticas discriminantes, obstáculos de uma prática acadêmica democrática. Este fato por se só seria suficiente para a existência desta seção, mas, junto com isso, se colocam as consequências da falta de financiamento para um projeto como o que colocávamos, que formam parte da história do trabalho, incidindo na sua qualidade e, principalmente, na demora para a sua finalização relativamente satisfatória. Portanto cremos importante incorporar no texto e pôr no conhecimento do leitor os elementos desta polêmica que finalmente ficou colocada entre o Depto. de Ciência Política da UNICAMP e a FAPESP em torno dos termos nos quais se produz a rejeição do projeto de pesquisa que apresentamos oportunamente a essa entidade para ser financiado nos últimos seis meses de trabalho.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(CRIADA PELA LEI Nº 5.919 DE 18-10-1960)

RUA RICARDO JACOBI, 100 - CEP 05464-900 - TEL. (51-31) 3155 - 13184-111 - BARRA DO RIBEIRÃO - SÃO PAULO - SP

Formulário para parecer inicial da estatística Processo 92/3900-4

BOLSA: ME-1
Interessado: PAUL BUNGE
Área: ANTHROPOLOGIA
INSTITUIÇÃO: CIÊNCIAS HUMANAS UNICAMP
Orientador: Prof. Dr. EVELINA DAGNINO
PÍFIOLE:
GRAMSCI COMO PRETEXTO PARA PENSAR A EMERGÊNCIA E O FUNDAMENTO TEÓRICO
NAS NOVAS ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA - OS
CASOS DO PT E DA FOLCNI.

Parecer cuja cópia xerográfica será enviada ao interessado:

A bibliografia apresentada, quase toda de autores marxistas, demonstra, por parte do postulante, vasto conhecimento, tanto da obra de Gramsci, quanto da de seus comentadores; entretanto, se propõe, se financiado pela FAPESP, a, durante um semestre, realizar "nova leitura dos Cadernos do Cárcere, desta vez sob a ótica mais clara de delimitação conceitual já realizada no trabalho prévio, visando fundamentar de forma precisa nossa versão da visão gramsciana a respeito do problema". Ora, pela leitura do projeto a "versão da visão gramsciana" a que alude parece suficientemente clara; ou será o projeto apenas um pretexto para a discussão política no seio das organizações da esquerda?

Discussões ideológico-organizacionais devem ser desenvolvidas naquelas instituições que, nos regimes democráticos, são para tal vocacionadas: os partidos políticos. Não devem, de forma alguma, ter o apoio financeiro de organismo que tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica.

Reprodução do parecer contido no ofício de 2-3-1993, referido ao processo Nº 92/3900-4, que denegava o nosso pedido de bolsa.

A bibliografia apresentada, quase toda de autores marxistas, demonstra, por parte do postulante, vasto conhecimento, tanto da obra de Gramsci, quanto da de seus comentadores; entretanto, se propõe, se financiado pela FAPESP, a, durante um semestre, realizar "nova leitura dos Cadernos do Cárcere, desta vez sob a ótica mais clara de delimitação conceitual já realizada no trabalho prévio, visando fundamentar de forma precisa nossa versão da visão gramsciana a respeito do problema". Ora, pela leitura do projeto a "versão da versão gramsciana" a que alude parece suficientemente clara; ou será o projeto apenas um pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda?

Discussões ideológico-organizacionais devem ser desenvolvidas naquelas instituições que, nos regimes democráticos, são para tal vocacionadas: os partidos políticos. Não devem, de forma alguma, ter o apoio financeiro de organismo que tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica.

Em resposta a este parecer encaminhamos as seguintes opiniões à FAPESP, argumentando um pedido de reavaliação do projeto.

Campinas, 5/3/93

Ilmo. Sr. Flávio Fava de Moraes
Director científico
FAPESP. SP

Prezado Senhor:

Em 4 de março recebi a resposta negativa para minha solicitação de financiamento à FAPESP. Sendo a preocupação principal do meu trabalho com a construção de formas de democracias mais avançadas na América Latina, os processos de transição à democracia, os caminhos para sua construção, as idéias que a sustentam, etc., o parecer sustentado ao respeito do meu pedido (que analisarei mais adiante), provoca, a princípio, se o tipo de pensamento que sustenta e articula a decisão do parecerista uma grande preocupação pelo destino das instituições acadêmicas. Vejamos o centro da minha preocupação com o parecer.

Diz o parecerista:

Ora, pela leitura do projeto, a "versão da visão gramsciana" a que alude parece suficientemente clara; *ou será o projeto apenas um pretexto (sublinhado no original. RB) para a discussão política no seio das organizações de esquerda?* (itálicos meus. RB).

Segundo a lógica interna do parecer, seu autor deduz, do fato de que, na sua leitura, a "versão da visão gramsciana" a que aludo "parece suficientemente clara", que, na verdade, todo o meu projeto não seria mais do que uma desculpa, um alibi, para a "discussão no seio das organizações de esquerda. Na sua hipótese, não apenas reduz todo o projeto a uma pequena parte dele, aquela que visa "fundamentar de forma mais precisa" a minha leitura do paradigma gramsciano, senão descarta também a-priori, como necessário para meu projeto esse trabalho de maior precisão sobre o pensamento gramsciano. Além disso, deduz todo isso de uma citação de uma parte do meu cronograma de trabalho que, como mostrarei, não corresponde ao período para o qual solicito financiamento da FAPESP. Eu acho o procedimento ao mínimo, pouco sério.

1- O parecerista introduz esse *suposto* em forma de *pergunta retórica* (isto é, afirma o que mostra como pergunta) sobre o qual no parágrafo seguinte montará o mais trágico do seu parecer. Diz o parecerista em forma de pergunta retórica:

...ou será o projeto apenas um pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda?

a) É absolutamente indignante que quem supostamente deve julgar sobre a "cientificidade" dos nossos projetos, e que portanto deve usar e deixar claro e explícito na sua análise uma metodologia científica para o seu julgamento, utilize, além do juízo ideológico que logo veremos, um artifício tão pouco científico como uma pergunta retórica para montar logo sobre ela uma conclusão. Se o parecerista sustém a *hipótese* de que meu projeto é apenas um "pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda", que demonstre isto, em fase aos elementos internos do trabalho e conforme uma metodologia científica clara e pública, de modo que não fiquem dúvidas acerca do seu suposto; senão, simplesmente deveria ter se absterido de formular essa pergunta preconceituosa.

b) É interessante notar que o parecerista precisa a afirmação anterior (formulada na forma de pergunta retórica) para, sobre ela, montar a sua conclusão". O procedimento tem muita semelhança a velha técnica de *introduzir premissas falsas para concluir qualquer coisa*.

Uma vez instalada a dúvida-certeza de que o meu projeto é "apenas um pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda" o parecerista lança sua artilharia mais pesada no seu parágrafo final, digno das melhores tradições autoritárias nas universidades da época dos regimes militares, apesar da sua alusão à democracia.

Discussões ideológico-organizacionais devem ser desenvolvidas naquelas instituições que, nos regimes democráticos, são para tal vocacionadas: os partidos políticos. Não devem, de forma alguma, ter o apoio financeiro de organismo que tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica.

2- Como se vê este parágrafo é onde o parecerista rejeita o meu pedido. O raciocínio completo é o seguinte:

i) A FAPESP é uma instituição que " tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica" e não "discussões ideológico-organizacionais";

ii) O projeto apresentado é "apenas um pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda" e não "pesquisa científica";

iii) *Ergo*, meu projeto não deve "de forma alguma, ter o apoio financeiro ..." do organismo.

a) Sobre a premissa maior deste silogismo, acredito que é um tema que deveria ser discutido seriamente no meio acadêmico. Estão em jogo várias relações fundamentais para uma sociedade realmente democrática e para a discussão teórica: ciência-ideologia, ciência-política, instituições acadêmicas-instituições políticas, estado-sociedade civil, etc., velhas e novas discussões para um projeto democrático de sociedade. Assinalo simplesmente que é de extrema periculosidade para uma institucionalidade democrática se uma premissa como essa é a base de um modelo de instituição científica para uma sociedade democrática: ao longo, seguindo o esquema do clássico poema de Brecht, só será financiado quem estude algum novo microchip. O restante poderá ser enquadrado em alguma forma de "discussões ideológico-organizacionais".

b) Da premissa menor devo dizer: o parecerista desqualifica meu projeto como "pesquisa científica". Razões? Não apresenta nenhuma, salvo a presunção anotada de que o meu projeto é "apenas um pretexto ..." e que as "discussões ideológico-organizacionais", ao parecer do parecerista nunca poderiam constituir-se em um "objeto teórico" plausível de uma pesquisa científica, etc., etc. Ora, quais serão os títulos nobiliários da realeza científica que o parecerista pode mostrar para tornar-se juiz todo-poderoso do que é ou não é "científico", esquivando-se de apresentar qualquer argumentação..

Segundo o paradigma epistemológico com que concordo, não são as características "físicas" ou as particularidades de tal ou qual fenômeno o que o faz factível de se transformar em um objeto teórico digno de uma pesquisa científica. Ao contrário, são as *condições da investigação* as que devem ser levadas em conta para decidir sobre a "cientificidade" de uma ou outra pesquisa; fundamentalmente: todos os elementos, objeto teórico, hipóteses, metodologia e conclusões, devem ser pública e universalmente discerníveis, repetíveis, contrastáveis e falseáveis.

Outras questões

3- Devo repetir que, na minha opinião, o parecerista não entrou *em absoluto* no mérito acadêmico do projeto. O que se verifica imediatamente é uma sensação de exterioridade e superficialidade na elaboração do parecer.

a) O parecerista começa a sua avaliação do projeto pela bibliografia (páginas 29 à 34 do projeto)

A bibliografia apresentada, quase toda de autores marxistas, demonstra, por parte do postulante, vasto conhecimento, tanto da obra de Gramsci, quanto da de seus comentadores...(o sublinhado é meu. RB)

Isto é, o parecerista começa sua análise exatamente pelo final do projeto. Embora a avaliação que o parecerista faz do meu conhecimento bibliográfico sobre o tema seja positiva, devo assinalar o seguinte: será que a bibliografia é o essencial em um projeto de investigação *científica* (usando um termo que parece caro ao parecerista) das características do presente?. Não acredito. O que acredito realmente decisivo é a articulação das idéias que se desprendem desta bibliografia na elaboração de um trabalho com lógica interna, sistematicidade, coerência com o paradigma escolhido. Desse elemento, central no meu projeto, o parecerista não fala, fica no exterior.

b) Ao contrário, no seu sistema de leitura de trás para frente, o parecerista passa ao *cronograma de trabalho* (páginas 26 à 28 do projeto) e diz (depois de um ponto e vírgula a partir do trecho citado):

Entretanto se propõe, se financiado pela FAPESP, a, durante um semestre, realizar "nova leitura dos Cadernos do Cárcere, desta vez sob a óptica mais clara da delimitação conceitual já realizada no trabalho prévio, visando fundamentar de forma precisa nossa versão da visão gramsciana a respeito do problema"...

4- Várias são as questões surpreendentes deste trecho do parecer:

a) Das 16 linhas que o parecerista se utiliza para a decisão da sorte de uma pesquisa, 4 são gastas na citação de um trecho do cronograma do meu trabalho fundamentado teórica e metodologicamente nas 26 páginas anteriores !!!, e como se não bastasse, sem prestar atenção ao próprio cronograma de trabalho no qual ele baseia a sua decisão. Será que esse trecho do cronograma é o essencial do projeto, aquilo pelo qual peço financiamento da FAPESP? De jeito nenhum. Vejamos.

b) O trecho do cronograma que cita o parecerista refere-se ao segundo semestre de 1992 e sobre ele diz que eu me proporia a realiza-lo "...se financiado pela FAPESP...". Ora, eu encaminhei o projeto para a FAPESP em 25 de setembro e a resposta da FAPESP, que era esperada em meados de dezembro, chegou em 4 de março. Portanto, esse trabalho previsto para o segundo semestre de 1992, já foi realizado e sem o financiamento da FAPESP. O mesmo parecerista teria entendido isso, apenas olhando no calendário. Isto é, o parecerista gasta um quarto das suas linhas disponíveis para citar um cronograma de trabalho que está claramente fora do período para o qual eu pedi financiamento á FAPESP, já que, se sabe que, se a FAPESP aprovasse meu pedido, o financiamento seria a partir do primeiro semestre de 1993.

c) Devo dizer que estas referências que o parecerista faz ao meu trabalho são relacionadas apenas com a "primeira parte" do meu projeto, a que se refere ao "marco teórico", a explicitação do paradigma teórico a partir do qual me pareceu possível investigar a novidade das recentes e transcendentis experiências políticas em nosso sub-continente, que pensei seria conveniente explicitar extensamente. Na minha opinião, é inerente ao desenvolvimento de uma pesquisa científica o paradigma a corrente de investigação na qual esta se insere. Porém, essencial do projeto, na minha perspectiva e ambição, é a pesquisa direta das novas experiências, as quais o parecerista nem se refere.

5.- As suspeitas sobre o caráter do parecer começam já na primeira linha quando o parecerista se sente obrigado a assinalar entre vírgulas sobre a bibliografia, que se trata "quase toda de autores marxistas". Será isto simplesmente algum tipo de ingênua constatação de um fato, de uma das características da bibliografia, ou será uma reação de tipo "macartista". Admita-se, ao menos, a minha dúvida sobre este ponto.

Porque poderia chamar isto de "macartismo"? Será que esta frase em qualquer contexto é "macartismo"? Obviamente não. Se meu objeto de trabalho fosse, por exemplo, "os resultados do projeto neoliberal em El Salvador e Brasil nos anos 80" e utilizasse uma bibliografia majoritariamente marxista, a observação seria epistemologicamente pertinente. Ora, meu objeto teórico se enquadra numa discussão primordialmente desenvolvida no interior das correntes de pensamento marxista e, na sua parte empírica, em organizações políticas nas quais o pensamento marxista tem uma influência predominante, embora não única. Então, neste contexto, a observação deixa de ser "epistemologicamente pertinente" e se torna uma observação claramente motivada por uma reação ideológica.

Acredito que o meu projeto, com vacilações, desajustes e até possíveis erros *nas condições de um projeto de dissertação de Mestrado*, se ajusta a estas condições de cientificidade nas que se deve enquadrar uma pesquisa. O parecerista não entra em nenhum momento nem na pertinência teórico-política do projeto nem nas suas condições epistemológicas, pelo que me sinto na obrigação de rejeitar tal parecer por preconceituoso, pouco sério e baseado fundamentalmente num fato de "censura ideológica".

Solicito finalmente, possa me explicar a razão pela qual meu projeto foi avaliado na área de *antropologia*, quando, tanto a minha matrícula de mestrado quanto o próprio trabalho se enquadram, claramente, na área de ciência política.

Pelas razões expostas e certo de estar contribuindo para o aperfeiçoamento de uma instituição tão importante quanto a FAPESP, solicito a reavaliação do projeto apresentado.

Atenciosamente.
Raúl Burgos, Mestrando em
Ciência Política
RA: 915836, IFCH-UNICAMP.

Duas cartas da instituição foram enviadas à FAPESP sustentando a petição de uma reavaliação do projeto sob uma ótica propriamente epistemológica: uma da Prof. Dra. Evelina Dagnino, orientadora do projeto, e uma segunda do Chefe do Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP, Prof. Dr. Armando Boito.

Campinas, 23 de março de 1993

Ilmo.Sr.
Flávio Fava de Moraes
Diretor Científico
FAPESP

Prezado Senhor,

Tendo recebido cópia do parecer enviado a meu orientando Raúl Burgos, baseado no qual a FAPESP decidiu negar o seu pedido de bolsa (Processo nº 92/3900-4), venho manifestar a minha estranheza diante do que considero procedimentos inadequados adotados por tal parecer.

Transcrevo o parágrafo final e decisivo do parecer: "Discussões ideológico-organizacionais devem ser desenvolvidas naquelas instituições que, nos regimes democráticos, são para tal vocacionadas: os partidos políticos. Não devem, de forma alguma, ter o apoio financeiro de organismo que tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica." O parecerista recomenda, portanto, a não concessão do auxílio baseado num único argumento: o projeto não constituiria pesquisa científica mas sim uma "discussão ideológico-organizacional".

Como fundamenta o parecerista esta grave conclusão sobre o projeto, que argumentos alinha para substanciar uma decisão que desqualifica o caráter de pesquisa científica de um projeto de 34 páginas, sobre cujo mérito nenhum juízo negativo é formulado? O parecerista baseia a conclusão na dedução que faz a partir do seguinte fato: num dos itens mencionados no cronograma de trabalho (item que se refere, diga-se de passagem, ao 2º semestre de 1992, quando a bolsa solicitada se iniciaria no 1º semestre de 1993), o aluno prevê realizar "nova leitura dos Cadernos do Cárcere, desta vez sob a ótica mais clara da delimitação conceitual já realizada no trabalho prévio, visando fundamentar de forma mais precisa nossa versão da visão gramsciana a respeito do problema". Como, segundo palavras do parecerista, esta versão lhe "parece suficientemente clara", sua conclusão é de que o projeto seria "apenas um pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda", não devendo portanto receber o apoio da FAPESP.

Ora, me parece que uma decisão de tal natureza, em que o parecerista se arvora em juiz daquilo que é ou deixa de ser pesquisa científica, do que é ou deixa de ser discussão político-partidária, do que deve ser realizado na universidade ou fora dela, não pode se eximir de uma argumentação racional baseada em critérios explícitos e minimamente aceitáveis que definam inclusive o que constitui o conhecimento científico na área da Ciência Política, sob pena de configurar o exercício de discriminação preconceituosa e de censura ideológica. Nesse sentido, considero inaceitável o procedimento adotado pelo parecerista e solicito a V.S. que o projeto seja reexaminado pela FAPESP.

Política, sob pena de configurar o exercício de discriminação preconceituosa e de censura ideológica. Nesse sentido, considero inaceitável o procedimento adotado pelo parecerista e solicito a V.S. que o projeto seja reexaminado pela FAPESP.

Por considerar que o parecer estabelece um grave precedente que extrapolou casos individuais e oferece motivo de preocupação para a comunidade acadêmica como um todo, especialmente para os cientistas políticos, solicitei ao Departamento a que pertença que se manifestasse a respeito. A carta em anexo expressa essa manifestação.

Por razões de desconheço, o projeto foi analisado na área de Antropologia, segundo consta do cabeçalho do parecer. Gostaria de ser informado sobre as razões para tal procedimento e de solicitar que, aceito este pedido de recuso, o projeto seja encaminhado à Área de Ciência Política, no qual naturalmente se enquadraria, seja pela sua temática, seja pelo seu caráter de projeto de tese de Mestrado em Ciência Política.

Esperando contar com a sua atenção, subscrevo-me.

Cordialmente,

Evelina Dagnino

Prof. Dra. Evelina Dagnino
Departamento de Ciências Políticas
IFCH-UNICAMP

Reprodução da carta enviada pela Prof. Dra. Evelina Dagnino

Ilmo.Sr-
Flávio Fava de Moraes
Diretor Científico
FAPESP

Prezado Senhor,

Tendo recebido cópia do parecer enviado a meu orientando Raúl Burgos, baseado no qual a FAPESP decidiu negar o seu pedido de bolsa (processo nº 92/3900-4), venho manifestar a minha estranheza diante do que considero procedimentos inadequados adotados por tal parecer.

Transcrevo o parágrafo final e decisivo do parecer: "Discussões ideológico-organizacionais devem ser desenvolvidas naquelas instituições que, nos regimes democráticos, são para tal vocacionadas: os partidos políticos. Não devem, de forma alguma, ter o apoio financeiro de organismo que tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica." O parecerista recomenda, portanto, a não concessão do auxílio baseado num único argumento: o projeto não constituiria pesquisa científica mas sim uma "discussão ideológico-organizacional".

Como fundamenta o parecerista esta grave conclusão sobre o projeto, que argumentos alinha para substanciar uma decisão que desqualifica o caráter de pesquisa científica de um projeto de 34 páginas, sobre cujo mérito nenhum juízo negativo é formulado? O parecerista baseia a conclusão na dedução que faz a partir do seguinte fato: num dos itens mencionados no cronograma de trabalho (item que se refere, diga-se de passagem, ao 2º semestre de 1992, quando a bolsa solicitada se iniciaria no 1º semestre de 1993), o aluno prevê realizar "nova leitura dos Cadernos do Cárcere, desta vez sob a ótica mais clara da delimitação conceitual já realizada no trabalho prévio, visando fundamentar de forma mais precisa nossa versão da visão gramsciana a respeito do problema". Como, segundo palavras do parecerista, esta versão lhe "parece suficientemente clara", sua conclusão é de que o projeto seria "apenas um pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda", não devendo portanto receber o apoio da FAPESP.

Ora, me parece que uma decisão de tal natureza, em que o parecerista se arvora em juiz daquilo que é ou deixa de ser pesquisa científica, do que é ou deixa de ser discussão político-partidária, do que deve ser realizado na universidade ou fora dela, não pode se eximir de uma argumentação racional baseada em critérios explícitos e minimamente aceitáveis que definam inclusive o que constitui o conhecimento científico na área da Ciência Política, sob pena de configurar o exercício de discriminação preconceituosa e de censura ideológica. Nesse sentido, considero inaceitável o procedimento adotado pelo parecerista e solicito a V.S. que o projeto seja reexaminado pela FAPESP.

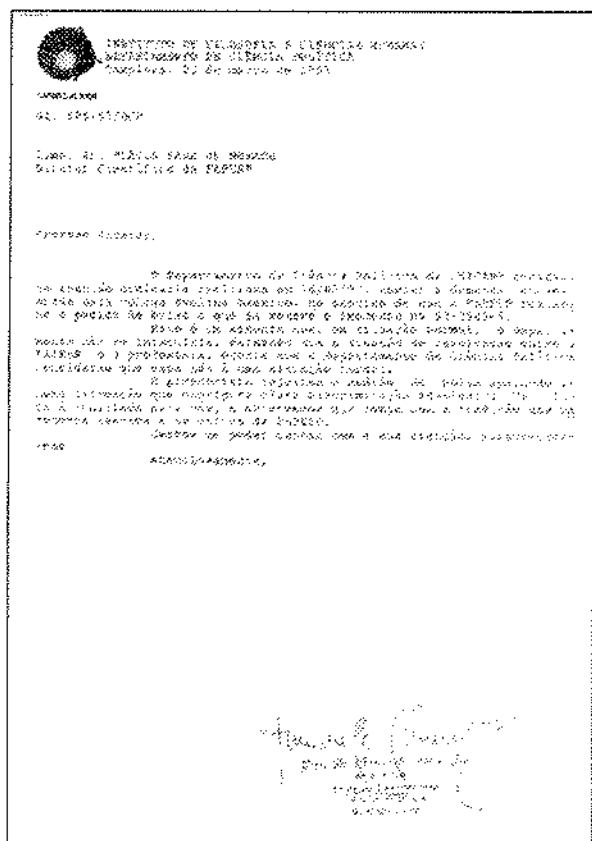
Por considerar que o parecer estabelece um grave precedente que extrapola casos individuais e oferece motivo de preocupação para a comunidade acadêmica como um todo, especialmente para os cientistas políticos, solicitei ao Departamento a que pertencço que se manifestasse a respeito. A carta em anexo expressa essa manifestação.

Por razões que desconheço, o projeto foi analisado na área de Antropologia, segundo consta do cabeçalho do parecer. Gostaria de ser possível, ser informada sobre as razões para tal procedimento e de solicitar que, aceito este pedido de recurso, o projeto seja encaminhado à área de Ciência Política, no qual nitidamente se enquadra, seja pela sua temática, seja pelo seu caráter de projeto de tese de Mestrado em Ciência Política.

Esperando contar com sua atenção, subscrevo-me.

Cordialmente.

Evelina Dagnino
Depto. Ciência Política
IFCH - UNICAMP



Ilmo. Sr. FLÁVIO FAVA DE MORAES
Diretor Científico da FAPESP

Prezado Diretor,

O Departamento de Ciência Política da UNICAMP decidiu, em reunião ordinária realizada em 10/3/93, apoiar a demanda encaminhada pela colega Evelina Dagnino, no sentido de que a FAPESP reexamine o pedido de bolsa a que se refere o Processo nº 92/3900-4.

Este é um assunto que, em situação normal, o Departamento não se imiscuiria, deixando que a questão se resolvesse entre a FAPESP e a professora. Ocorre que o Departamento de Ciência Política considerou que essa não é uma situação normal.

O parecerista rejeitou o pedido de bolsa apoiando-se numa afirmação que configura clara discriminação ideológica. Tal fato é inusitado para nós, a tradição dos pareceres isentos e

Reprodução da Ofício Nº 008/93/DCP do Depto de Ciência Política do IFCH-UNICAMP que rompe com

objetivos da FAPESP.

Certos de poder contar com a sua atenção, subscrevemo-nos.
Atenciosamente,

Prof. Dr. Armandinho Boito Jr.
Chefe do Departamento de Ciência Política
IFCH-UNICAMP

Diante das críticas contidas nos documentos anteriores o parecerista responde da seguinte maneira:

Encaminho a V.Sa. em anexo o processo 92/3900-4 sobre o qual emití parecer datado de 30 de outubro de 1992.

Quero dizer que reitero o parecer então emitido e repúdio firmemente as afirmações contidas tanto na carta da orientadora como do postulante à bolsa.

Recuso as patrulhas ideológicas que teimam em manter setores de nossa Universidade dentro dos muros do atraso e do obscurantismo. Lamento que alguém, o postulante, que apenas se inicia na carreira científica tenha tanta certeza sobre a falta de seriedade e os preconceitos alheios. Como dizia o poeta:

"The best lack all conviction, while the worst
Are full of passionate intensity".

Creio que, ao contrário do que diz a orientadora do mestrado do postulante à bolsa, cabe sim aos pareceristas da FAPESP, na medida em que são dinheiros públicos que estão em jogo, emitir julgamentos sobre o que é pesquisa científica e o que é pacotilha ideológica travestida. Não creio como teme a referida senhora que a comunidade acadêmica e especialmente os cientistas políticos devam se preocupar com meu parecer. Deveriam, isso sim, fazê-lo se, em nome de um corporativismo serôdico ou de concepções políticas próprias de regimes totalitários, não se distinguisse, coisa que qualquer merceeiro é capaz de fazer, como nos ensinou já no século passado um autor clássico, o que alguém é daquilo que diz ser, um trabalho de pesquisa em Ciência Política embasado em bibliografia acadêmica de uma discussão política baseada em escritos de ideólogos, propagandistas e panfletários. Creio, senhor Diretor que é preciso começar a dizer que o rei vai nu ou melhor que a guarda vermelha tem dentes de papel.

Ao contrário do que pretende o Chefe do Depto. de Ciência Política da UNICAMP, no campo das chamadas ciências humanas é impossível (e certamente, leitor de Max Weber, ele sabe disso) a objetividade no sentido que a

palavra tem nas ciências físicas e naturais. Nesse sentido permita-me sugerir que a FAPESP envie o processo a outro parecerista e que de posse destes dois julgamentos a coordenação de área e a diretoria científica possam julgar o pedido de reconsideração encaminhado.

Obs. da FAPESP: Conforme solicitado por V.Sa., e sugerido pelo assessor científico que examinou a solicitação inicial, o processo está sendo submetido a uma segunda assessoria, para arbitragem.

Reprodução da réplica do parecerista incluída no ofício Nº DC 396/93, datado em 19-4-1993.

Encaminho a V.Sa. em anexo o processo 92/3900-4 sobre o qual emití parecer datado de 30 de outubro de 1992

Quero dizer que reitero o parecer então emitido e repúdio firmemente as afirmações contidas tanto na carta da orientadora como do postulante à bolsa.

Recuso as patrulhas ideológicas que teimam em manter setores de nossa Universidade dentro dos muros do atraso e do obscurantismo. Lamento que alguém, o postulante, que apenas se inicia na carreira científica tenha tanta certeza sobre a falta de seriedade e os preconceitos alheios. Como dizia o poeta:

"The best lack all conviction, while the worst
Are full of passionate intensity"

Creio, ao contrário do que diz a orientadora do mestrado do postulante à bolsa, cabe sim aos pareceristas da FAPESP, na medida em que são dinheiros públicos que estão em jogo, emitir julgamentos sobre o que é pesquisa científica e o que é pacotilha ideológica travestida. Não creio como teme a referida senhora que a comunidade acadêmica e especialmente os cientistas políticos devam se

preocupar com meu parecer. Deveriam, isso sim, fazê-lo se, em nome de um corporativismo serôdico ou de concepções políticas próprias de regimes totalitários, não se distinguisse, coisa que qualquer merceeiro é capaz de fazer, como nos ensinou já no século passado um autor clássico, o que alguém é daquilo que diz ser, um trabalho de pesquisa em Ciência Política embasado em bibliografia acadêmica de uma discussão política baseada em escritos de ideólogos, propagandistas e panfletários. Creio, senhor diretor que é preciso começar a dizer que o rei vai nu ou melhor que a guarda vermelha tem dentes de papel.

Ao contrário do que pretende o Chefe do Depto. de Ciência Política da UNICAMP, no campo das chamadas ciências humanas é impossível (e certamente, leitor de Max Weber, ele sabe disso) a objetividade no sentido que a palavra tem nas ciências físicas e naturais. Nesse sentido permita-me sugerir que a FAPESP envie o processo a outro parecerista e que de posse destes dois julgamentos a coordenação de área e a diretoria científica possam julgar o pedido de reconsideração encaminhado.

Obs. da FAPESP: Conforme solicitado por V.Sa., e sugerido pelo assessor científico que examinou a solicitação inicial, o processo está sendo submetido a uma segunda assessoria, para arbitragem.

Finalmente, a FAPESP, enviou o seguinte parecer, desta vez com um caráter mais "objetivo". Talvez a mudança do formulário sobre o qual se elabora o parecer tenha ajudado para um estilo mais técnico do comentário.

FAPESP		Processo 92/9400-6	
AVALIAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA			
Avaliação científica e originalidade			
O projeto apresenta problemas na definição de sua problemática central. Partindo de uma análise do paradigma de Gramsci "que supera o conceito clássico de revolução social", busca conexões com as estratégias adotadas pelo PT e pela FMLN. Ora, se para a construção de uma nova hegemonia, a nova estratégia não implica nenhum diagnóstico antecipado e não rechaça nenhuma via prático-política (pág.10), a tese não necessita demonstração, a não ser a reafirmação de que em todo e em qualquer caso ela está comprovada, já que os conteúdos dados quer aos diagnósticos como a ação podem e serão variáveis.			
Adequação do projeto a um programa de mestrado e viabilidade de sua execução			
O projeto centra-se no estudo da obra de Gramsci, particularmente nos <u>caderni</u> . Os estudos de caso estão insuficientemente problematizados, constituindo mais um complemento ao texto do que um novo conteúdo.			
Avaliação da metodologia e do cronograma propostos			
Trata-se de um projeto sobre análise de discursos sem apresentar, contudo, a metodologia adequada para tal investigação. A orientação metodológica restringe-se a buscar a vinculação do "novo" discurso de esquerda ao paradigma gramsciano de transformação social.			
Qualidade do curso ou programa de pós-graduação onde se realizará o mestrado			
Bom.			
Caso se trate de um candidato que já tenha iniciado o mestrado avalie o andamento do projeto de pesquisa e a viabilidade de sua execução no prazo previsto			
O projeto necessita de uma revisão de suas indagações e de sua metodologia.			

Reprodução da avaliação do segundo parecerista designado pela FAPESP, contido na carta da Diretoria Científica dessa instituição de 9-6-1993

Avaliação científica e originalidade

O projeto apresenta problemas na definição de sua problemática central. Partindo de uma análise do paradigma de Gramsci "que supera o conceito clássico de revolução social", busca conexões com as estratégias adotadas pelo PT e pela FMLN.

Ora, se para a construção de uma hegemonia, a nova estratégia não implica nenhum diagnóstico antecipado e não rechaça nenhuma via prático-política (pág.10), a tese não necessita demonstração, a não ser a reafirmação de que em todo e qualquer caso ela está comprovada, já que os conteúdos dados quer aos diagnósticos como a ação podem e serão variáveis.

Adequação do projeto a um programa de mestrado e viabilidade de sua execução

O projeto centra-se no estudo da obra de Gramsci, particularmente nos Caderni. Os estudos de caso estão insuficientemente problematizados, constituindo mais um

complemento ao texto do que seu tema central.

Avaliação da metodologia e do cronograma propostos

Trata-se de um projeto sobre análise de discursos sem apresentar, contudo, a metodologia adequada para tal investigação. A orientação metodológica restringe-se a buscar a vinculação do "novo" discurso de esquerda ao paradigma gramsciano de transformação social.

Qualidade do curso ou programa de pós-graduação onde se realizará o mestrado

Bom

Caso se trate de um candidato que já tenha iniciado o mestrado avalie o andamento do projeto de pesquisa e a viabilidade de sua execução no prazo previsto

O projeto necessita de uma revisão de suas indagações e de sua metodologia.

Bibliografía consultada

- ALTHUSSER, Louis
1978 *El marxismo como teoría "finita", In, Discusiones sobre el Estado, Folios, Buenos Aires, 1983*
- ALTHUSSER, Louis
1984 *Ideología y aparatos ideológicos de Estado, Nueva Visión, Buenos Aires.*
- ANDERSON, Perry.
1986 "As antinomias de Gramsci". Em *Crítica marxista. A estratégia revolucionaria na atualidade, Joruês, São Paulo.*
- ANDERSON, Perry, et alli
1986 "A estratégia revolucionaria na atualidade", em *Crítica Marxista, Joruês, São Paulo.*
- ARICÓ, José
1985 Prólogo a Hegemonia y alternativas políticas en América Latina, In, LABASTIDA MARTIN del CAMPO, Julio, México, 1985.
- ARICÓ, José
1988 *La cola del diablo, Puntosur, Bs. As.*
- BENJAMIN, Walter
1985 *Magia e Técnica, Arte e Política, Brasiliense, São Paulo.*
- BOBBIO, Norberto
1975 *Quais as alternativas para a democracia representativa, In, BOBBIO, et alli. 1979.*
- BOBBIO, Norberto
1985 *Gramsci y la concepción de la sociedad civil, In, Estudios de la historia de la filosofía: de Hobbes a Gramsci, Madrid, Debate, 1985.*
- BOBBIO, Norberto
1985a *La crisis de la democracia y la lección de los clásicos, In, BOBBIO, Norberto, et alli, 1985.*
- BOBBIO, Norberto
1986 *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo, Paz e terra, Rio de Janeiro.*
- BOBBIO, Norberto
1989 *Sociedade civil, In, Enciclopedia Einaudi, Volume 14, Lisboa, 1989.*
- BOBBIO, Norberto, et alli
1979 *O marxismo e o Estado, Graal, Rio de Janeiro.*
- BOBBIO, Norberto, et alli
1985 *Crisis de la democracia, Ariel, Barcelona.*
- BOBBIO, Norberto, et alli
1987 *Gramsci y las ciencias sociales, Cuadernos de Pasado y Presente, N°19, 9a edição, México, (1a edição 1970). Artigos de Gallino, Pizzorno, Bobbio, Debray.*
- BOITO JR, Armando
1992 "Crise política e Revolução: O 1789 de Georges Lefebvre", In, *Primeira Versão, N. 44, IFCH-UNICAMP, Campinas.*
- BORON, Atilio; CUELLAR, Oscar.
1979 "Apuntes críticos sobre la concepción idealista de la hegemonía", em *Revista mexicana de sociología, N° 4, 1983.*
- BORON, Atilio, et alli

- 1977 "Dossier Gramsci". In, *Fin de siglo*, Bs.As. Artigos de Borón, Ferreres, García Barceló, Balvé.
- BRESCIANI, Maria Stella (org.)
1990 "Reforma e revolução", em *Revista brasileira de história*, Vol.10, Nº 20, mar-ago.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine.
1979 "Del consentimiento como hegemonia: la estrategia gramsciana", em *Revista Mexicana de sociología*, Nº 2.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine.
1980 "Entrevista de Agustín Cueva", em *Revista mexicana de sociología*, Nº 1.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine
1980 *Gramsci e o estado*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- CAMMETT, John M.
1989 *Bibliografia gramsciana*, Fondazione Istituto Gramsci, Roma.
- CASTAÑEDA, Jorge
1993 *La utopía desarmada. El futuro de la izquierda en América Latina*, Ariel, Buenos aires.
- CERRONI, Umberto
1976 *Gramsci e a teoria política do socialismo*, In, *Teoria política e socialismo*, Publicações Europa-América, s.l.
- CERRONI, Umberto
1991 *Reglas y valores de la democracia*, Alianza, México.
- COUTINHO, Carlos Nelson
1981 *Gramsci*, L & PM, Porto Alegre.
- COUTINHO, Carlos Nelson
1984 *A democracia como valor universal*, Salamandra, Rio de Janeiro.
- COUTINHO, Carlos Nelson
1988 *As categorías de Gramsci e a realidade brasileira*, In, COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurelio, (org.), 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson
1989 "Cidadão Brasileiro", In *Teoria & Debate* Nro. 9, São Paulo 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurelio (org.)
1988 *Gramsci e a América Latina*, Paz e Terra, Rio de Janeiro. Artigos de Badaloni, Aricó, Portantiero, García Canclini, Córdova, Coutinho, Nogueira.
- CORDOVA, Arnaldo
1988 *Antonio Gramsci e a esquerda mexicana*, In, COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurelio, (org.), 1988.
- CUEVA, Agustín
1984 "El fetichismo de la hegemonía y el imperialismo", em *Cuadernos políticos*, Nº 39.
- DE CARVALHO, Alba Maria P.
1986 "A teoria gramsciana da transformação social", em *A questão da transformação e o trabalho social*, São Paulo, Cortez.
- DE RIZ, Liliana; DE IPOLA, Emilio
1985 *Acerca de la hegemonia como producción histórica (apuntes para un debate sobre las alternativas políticas em América Latina)*, In, LABASTIDA MARTIN del CAMPO, Julio, 1985.

- EVERS, Tilman
1984 *Identidad: la faz oculta de los nuevos movimientos sociales*, In, *Cuadernos de Marcha*, México. Primeira edição em *Novos Estudos*, Nº 4, CEBRAP, São Paulo.
- FALETTO, Enzo, et alli
1980 *Movimientos populares y alternativas de poder en Latinoamérica*, Universidad Autónoma de Puebla, Puebla.
- FEMIA, Joseph V.
1981 *Gramsci's political thought: hegemony, consciousness and the revolutionary process*, Clarendon, Oxford.
- FEMIA, Joseph V.
1982 "Hegemony and Revolution: a study of Antonio Gramsci Political and Cultural Theory" [Review], em *Political studies*, Nº 2.
- FERNADES DIAS, Edmundo
1991 *Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico?*, In, *História & Perspectivas*, Revista do Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Nº 5, jul/dez 1991.
- FERNADES DIAS, Edmundo
1992 *Sociedade civil e movimento social organizado*, In, *Informandes*, Nº de setembro 1992.
- FERNANDES DIAS, Edmundo, et alli
1991 "Gramsci faz cem anos", em *História e perspectivas*, Nº 5, jul/dez. Artigos de Fernandes Dias, Tude de Souza, Mota, Del Prette, Micheloto, Caccia Bava Junior.
- FIORI, Giuseppe
1979 *A vida de Gramsci*. Ed Brasileira, 1979, Rio de Janeiro. (1a edição 1966)
- GARCIA CANCLINI, Nestor
1984 "Cultura y organización popular: Gramsci con Bordieu", em *Cuadernos políticos*, Nº 39.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo
1987 *La hegemonía del pueblo y las luchas Centroamericanas*, Contrapunto, Bs. As.
- GONZALEZ, Horacio
1978 "As melhores lições de Gramsci", em *IstoÉ*, 6/9/1978.
- GOENDER, Jacobo
1987 *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*, Atica, São Paulo.
- GRAMSCI, Antonio
1972 *Notas sobre Maquiavelo, la política y el Estado moderno*, Nueva visión, Buenos Aires.
- GRAMSCI, Antonio
1975 *Scritti Giovanili*, Einaudi, Torino.
- GRAMSCI, Antonio
1976 *Escritos políticos Volumem I*, Seara Nova, Lisboa.
- GRAMSCI, Antonio.
1977 *Pasado y Presente*, Juan Pablos Editor, México.
- GRAMSCI, Antonio
1977a *Escritos políticos Volumem II*, Seara Nova, Lisboa.
- GRAMSCI, Antonio
1978 *Cartas do Cárcere*, Civilização Brasileira, rio de Janeiro.

- GRAMSCI, Antonio
1978a *Escritos Políticos Volumem IV*, Seara Nova, Lisboa.
- GRAMSCI, Antonio
1980 *Maquiavel, a política e o estado moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- GRAMSCI, Antonio
1981 *Escritos Políticos (1917-1923)*, 2ª ed. modificada, Pasado y Presente-Siglo XXI, México.
- GRAMSCI, Antonio
1984a *Los intelectuales y la organización de la cultura*, Nueva Visión, Bs. As.
- GRAMSCI, Antonio
1984b *Cuadernos de la cárcel*. Edição crítica del Instituto Gramsci, a cargo de Valentino Gerratana, Era, México, (1a. ed. italiana 1975).
- GRAMSCI, Antonio
1986a *El materialismo histórico y la filosofía de B. Croce*, Juan Pablos Editor, México.
- GRAMSCI, Antonio
1986b *Literatura y vida nacional*, Juan Pablos Editor, México.
- GRAMSCI, Antonio
1986c *El Risorgimento*, Juan Pablos Editor, México.
- GRUPPI, Luciano
1980 *O conceito de hegemonia em Gramsci*, Graal, 2a edição, Rio de Janeiro.
- HARNECKER, Martha; RAUBER, isabel
1991 *Hacia el siglo XXI, la izquierda se renueva*, CEESAL (Centro para la Educación y Estudios sobre América Latina, Quito.
- HOBSBAUM, Eric, et alli
1981 *Revolución y democracia en Gramsci*. Fontamara, Barcelona, 2a edição. (1a edição 1976). Artigos de Hobsbaum, Gruppi, Portelli, Hoare, Salvadori, Cerroni, Caprioglio
- KONDER, Leandro
1967 "Gramsci", em *Os marxistas e a arte*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- KONDER, Leandro
1984 "Gramsci e os caçadores de dissidentes", em, *O marxismo na batalha das idéias*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- LABASTIDA MARTIN del CAMPO, Julio (coord.)
1985 *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*. Editado por Julio Labastida y Martín del Campo, México, siglo XXI. Colóquio com a participação de: Buci-Glucksmann, Macciocchi, Vacca, Portantiero.
- LACLAU, Ernesto - MOUFFE, Chantal
1989 *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*, Siglo XXI, México.
- MACCIOCHI, María Antonieta
1980 *Gramsci y la revolución en occidente*, Siglo XXI, México. (1a. ed. 1974)
- MONDOLFO, Rodolfo
1975 "En torno a Gramsci y la filosofía de la praxis", em *Marx y el marxismo*, Fondo de Cultura económica, México.
- MOUFFE, Chantal
1978 "Hegemonía e ideología en Gramsci", *Revista Arte, sociedad, ideología*, Nº 5, México.

- NAVA, Eduardo
s.d. *Estado y política en el pensamiento de Gramsci.* (En torno de la crítica de P Anderson a Gramsci). Cópia sem referências.
- NOGUEIRA, Marco Aurelio
1976 "Gramsci, de reformista a pensador original", em *Folha de São Paulo*, 31/7/1976.
- NOGUEIRA, Marco Aurelio
1985 O pensamento de Gramsci e o Brasil, em *Jornal do Brasil*, 13/10/1985.
- NOGUEIRA, Marco Aurelio
1988 *Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil*, In, COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurelio, (org.), 1988.
- NUN, José
1987 "Elementos para una teoría de la democracia: Gramsci y el sentido común", em *La rebelión del coro. Estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*, Nueva Visión, Bs.A, 1989.
- PAGGI, Leonardo
1981 La teoría general del marxismo en Gramsci, em *Cuadernos de pasado y presente* N° 54, introducción, México.
- PARAMIO, Ludolfo
1991 "La revolución como problema teórico", em *Sociedade e estado*, N°1, vol. IV. Jan/Jun.
- PARIS, Robert
1983 *Mariategui y Gramsci: prolegómenos a un estudio contrastado de la difusión del marxismo*, In, *Socialismo y Participación*, N° 23, Lima.
- PIZZORNO, Alessandro
1968 "Sobre el método de Gramsci (De la historiografía a la ciencia política)", em *Revista mexicana de sociología*, N° 1.
- PORTANTIERO, Juan Carlos
1992 "Revisando el camino: las apuestas de la democracia en Sudamérica", In *sociedad*, N.2, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 1993.
- PORTANTIERO, Juan Carlos
1978 *Los usos de Gramsci*, Cuadernos de Pasado y Presente, N°54, México.
- PORTANTIERO, Juan Carlos
1979 "Gramsci y el analisis de coyuntura (algunas notas)", em *Revista mexicana de sociología*, Vol.XLI, N° 1.
- PORTANTIERO, Juan Carlos
1991 Entrevista, In, *El ojo mocho*, N° 4, Buenos Aires, verano de 1991.
- PORTANTIERO, Juan Carlos, et alli
1987 Número especial sobre Gramsci, *La ciudad futura*, N° 6, suplemento/4, Bs. As. Artigos de Córdoba, Portantiero, Calderón, Aricó, Ansaldi, Coutinho.
- PORTELLI, Hughes
1977 *Gramsci e o bloco histórico*. Paz e terra, Rio de Janeiro.
- PORTELLI, Hughes
1984 *Gramsci e a questão religiosa*, Paulinas, São Paulo.
- POULANTZAS, Nicos
1985 *Hegemonía y dominación en el estado moderno*. Pasado y presente N° 48, 9a edição (1a edição 1965).
- ROUANET, Sergio Paulo
1978 "Gramsci", em *Imaginário e dominação*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

- SANTIAGO, Theo
1978 "Gramsci virou moda. Isso é bom ou isso é mau?", em *IstoÉ*, São Paulo, 5/7/1978.
- TOGLIATTI, Palmiro
1980 "O leninismo no pensamento e na ação de Gramsci", em *Socialismo e democracia*, Muro, Rio de Janeiro.
- VACCA, Giuseppe
1990(?) *Gramsci Nel Nostro Tempo: Egemonia e interdependenza*, mimeo.
- WEFFORT, Francisco
1993 "Nuevas democracias. Qué democracias?", In *sociedad*, N.2, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 1993.
- WILLIAMS, Raymond
1980 *Marxismo y literatura*, Península, Barcelona. (1a. ed., Oxford University Press, Oxford, 1977).

Bibliografia Específica: Tema PT

- BAIERLE, Sérgio Gregório
1992 *Um Novo Princípio Ético: Prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*, mimeo. Dissertação de mestrado defendida junto ao Departamento de Ciência Política, UNICAMP, Campinas.
- BERBEL, Márcia Regina
1991 *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1979-1980)*, dissertação de mestrado defendida junto ao Departamento de História, USP, São Paulo.
- BETTO, Frei
1989 *Lula: biografia política de um operário*, Estação Liberdade, São Paulo.
- BOITO JR., Armando
1992 *Estado e sindicalismo no Brasil*, Primeira Versão, IFCH-UNICAMP, Campinas.
- BUARQUE, Cristovam
1992 *A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- BUENO DE AZEVEDO, Clóvis
1991 *Leninismo e socialdemocracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*, dissertação de mestrado, defendida junto ao Departamento de Ciência Política, USP, São Paulo.
- CACCIA BAVA
1983 *Os conselhos populares: propostas do PMDB e do PT*, In, *Desvios*, Nro. 2.
- CRC- Prefeitura Municipal de Porto Alegre
1992 *Processo de Avaliação da gestão da Frente Popular*, Gabinete do Prefeito, Coordenação de Relações com a Comunidade
- DE FRANCO, Augusto, et alli
1991 *O PT e o Marxismo*, Caderno Especial de Teoria & Debate, São Paulo.
- FERNANDES, Florestan
1989 *Pensamento e Ação. O PT e os Rumos do Socialismo*, Brasiliense, São Paulo.
- FERNANDEZ, Florestan
1991 *PT em movimento*, Cortez, São Paulo.

- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano
1989 *Pra que PT, Origem projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, Cortez, São Paulo.
- GARCIA, Marco Aurélio
1991 "Os 10 anos do PT", In, *Resoluções do Sétimo Encontro Nacional*, Diretório Nacional PT, São Paulo.
- GARCIA, Marco Aurélio
1992 "San Pablo, Carta a América Latina en Ocasión de sus 500 años", In *Nueva Sociedad*, N. 120, Caracas.
- GURGEL, Claudio
1989 *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*, Papagaio, Rio de Janeiro.
- INSTITUTO CAJAMAR
1988 *1917-1987. Socialismo em Debate*, Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores, São Paulo.
- KECK, Margaret E.
1991 *PT. A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*, Atica, São Paulo.
- LULA
1981 *Entrevistas e discursos*, O reporter de Guarulhos Ltda., Guarulhos, SP.
- LULA
1981 *Sem Censura*, Vozes, São Paulo.
- MARONI, Amnérís
1982 *A estratégia da recusa (análise das greves de maio/78)*, Brasiliense, São Paulo.
- MENEGUELLO, Rachel
1989 *PT, a formação de um partido, 1979-1982*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MOREL, Mario
1981 *Lula o metalúrgico: Anatomia de uma liderança*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981.
- NEUMANE, José
1989 *Erundina: a mulher que veio com a chuva*, Espaço e Tempo, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Elvira
1988 *Luiza Erundina: uma graúna a caminho do Ibirapuera*, Busca Vida, São Paulo.
- PEDROSA, Mario
1980 *Sobre o PT*, Ched Editorial, São Paulo.
- PETIT, Pedro
1992 "Primer Congreso del PT. Alianzas, hegemonías y divergencias", In *Nueva Sociedad*, N. 121, Caracas.
- POMAR, Vladimir
1990 *Quase lá: Lula, o susto das elites*, Brasil Urgente, São Paulo.
- PONT, Raul A.
1985 *Da crítica do populismo à construção do PT*, Siriema, Porto Alegre
- PONT, Raul A.
1992 *Breve História do PT*, Câmara dos Deputados, Centro de documentação e Informação, Coordenação de Publicações, Brasília.

- REBELO, Aldo
1989 *No olho do furacão: Luiza Erundina, a campanha e a vitória*, Alfa Omega, São Paulo.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, Isabel
1988 *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*, Vozes, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Leôncio Martins
1990 *Partidos e sindicatos*, Atica, São Paulo.
- SADER, Eder
1983 *Autonomia popular e vontade política*, In, *Desvios*, Nro. 2.
- SADER, Eder
1988 *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- SADER, Emir
s.d *E Agora PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo.
- SADER, Emir (org.)
s.d *E agora PT?. Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo.
- SINGER, André (org.)
1990 *Sem medo de ser feliz: cenas de campanha*, Scritta Oficina Editorial, São Paulo.
- SOUKI, Léa Guimarães
1986 *Um estudo exploratório sobre o autoritarismo num partido político*, Belo Horizonte, mimeo.
- SIMÕES, Júlio de Assis
1990 *A política de participação: uma etnografia da primeira gestão municipal do PT em Diadema*, dissertação de mestrado, defendida junto ao Departamento de Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas.
- SIMIONATTO, Ivette
1993 *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*, tese doutoramento em Serviço Social, PUCC, São Paulo.
- WEFFORT, Francisco (org.)
1984 *Porque democracia?*, Brasiliense, São Paulo.
- WEFFORT, Francisco (org.)
1989 *PT, um projeto para o Brasil*, Brasiliense, São Paulo.

Documentos

- CRC (Coordenação de Relações com a Comunidade)
1992 *Processo de avaliação da gestão da Frente Popular*, PMPA, Porto Alegre.
- Partido dos Trabalhadores
1987 *Resoluções Políticas do 5 Encontro*, s. e., s.l.
- Partido dos Trabalhadores
1989 *Resoluções Políticas do 6 Encontro*, Diretório Nacional, São Paulo.
- Partido dos Trabalhadores
1990 *Documentos Básicos do Partido dos Trabalhadores*, Comissão Executiva Nacional, São Paulo.

Partido dos Trabalhadores

1990 *Resoluções do Sétimo Encontro Nacional do PT*, publicação da Comissão Executiva Nacional do PT, São Paulo.

Partido dos Trabalhadores

1991 *Resoluções do Primeiro Congresso do PT*, Diretório Nacional, São Paulo.

Partido dos Trabalhadores

1993 *Resoluções do 8 Encontro*, s.ed., Brasília.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

1993a *Plano de investimento*, Porto Alegre.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

1993b *Mãos ao alto! (orçamento participativo 94)*, Porto Alegre.

Folhetos

Brasil Urgente. Lula Presidente, Comitê Lula-Bisof, São paulo, 1989.

Desafios das Administrações Petistas, Secretaria de Assuntos Institucionais-PT, São Paulo, 1991.

O Modo Petista de Governar, Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, São Paulo, 1991.

Jornais e revistas

Boletim Nacional, Órgão da Comissão Executiva Nacional do PT, São Paulo.

Jornal Brasil Agora, Diretório Nacional do PT.

Jornal do Congresso, Nº 5 , Teses sobre estratégia.

Jornal do Congresso, Nº 6 , Teses sobre organização partidária.

Jornal Folha de São Paulo, São paulo.

Jornal Jornal da CUT, Informativo Semanal da CUT, São Paulo.

Revista Análisis, Kañy, Villa Constitución, Argentina.

Revista Linha Direta, Publicação do Conselho Deliberativo Estadual do PT-SP, São paulo.

Revista Teoria & debate. Revista trimestral do Partido dos Trabalhadores, São Paulo

Revista Veja, São Paulo.

Bibliografia Específica: Tema FMLN

ANDERSON, Thomas

1982 *El Salvador. Los sucesos políticos de 1932*. EDUCA, Centroamérica.

ARIAS GOMES, Jorge

1972 *Farabundo Martí. Esbozo biográfico*, EDUCA, Centroamérica.

- ARMSTROGN, Robert; RUBIN, Janet S.
1989 *El Salvador (El rostro de la revolución)*, UCA, San Salvador. (1a ed.:1983)
- BALOYRA, Enrique
1987 *El Salvador en transición*, UCA, San Salvador.
- BENITEZ MANAUT, Raúl
1989 *La teoría militar y la guerra civil en El Salvador*, UCA, San Salvador.
- BERMUDEZ, Lilia
1987 *Guerra de baja intensidad. Reagan contra Centroamérica*. Siglo XXI, México.
- BONASSO, Miguel; GOMEZ LEIVA, Ciro
1992 *Cuatro minutos para las doce. Conversaciones con el Comandante Scafik Handal*, PAL (Periodistas Asociados Latinoamericanos), México.
- CAMACHO, Daniel; ROJAS B., Manuel (orgs.)
1984 *La crisis centroamericana*, FLACSO-EDUCA, San José, Costa Rica.
- CARDENAL, R.; MARTIN-BARO, I.; SOBRINO, J. (Orgs.)
1986 *La voz de los sin voz. La palabra viva de Monseñor Oscar Arnulfo Romero*. UCA, San Salvador.
- CARRANZA, Salvador (Ed.)
1990 *Mártires de la UCA. 16 de noviembre de 1989*, UCA, San Salvador.
- CASTRO MORAN, Mariano
1984 *Función política del ejército salvadoreño en el presente siglo*, UCA, San Salvador.
- CHOMSKY, Noam
1988 *Nuestra pequeña región de por aquí: Política de seguridad de los Estados Unidos*, Nueva Nicaragua, Managua.
- CIENFUEGOS, Fermán
1986 *La República Democrática*, Roque Dalton, Managua.
- CIENFUEGOS, Fermán
1987 *Veredas de la audacia. Historia del FMLN*, Roque Dalton, s.l.
- CIENFUEGOS, Fermán
1993 *En la línea imaginaria*, s.e, s.l.
- CIENFUEGOS, Fermán
1993a *Se inicia una revolución democrática*, In, CIENFUEGOS, Fermán, et alli, 1993.
- CIENFUEGOS, Fermán, et alli
1993 *Visiones alternativas sobre la transición*, Sombrero Azul, San Salvador.
- CIREFCA (Conferencia internacional sobre refugiados centroamericanos)
1992 Segundo informe de avance de la ejecución del Plan de Acción Concertado de CIREFCA, editado por ACNUR/PNUD, San José, fevereiro de 1992.
- CLEMENTS, Charles
1993 *Guazapa. Testimonio de guerra de un médico norteamericano*, UCA, San Salvador.
- DADA HIREZI, Héctor
1987 *La economía de El Salvador y la integración centroamericana*, UCA, San Salvador.
- DALTON, Roque
1992 *El Salvador (Monografía)*, UCA, San Salvador.
- DALTON, Roque
1992 *Las historias prohibidas de Pulgarcito*, UCA, San Salvador.
- DALTON, Roque
1982 *Miguel Mármol. Los sucesos de 1932 en El Salvador*, EDUCA, centroamérica.

- ELLACURIA, Ignacio
1989 *Una nueva fase en el proceso salvadoreño, In, ECA, N° 485, UCA, San Salvador, marzo de 1989.*
- FLORES PINEL, Fernando
1979 "El estado de seguridad nacional en El Salvador, un fenómeno de crisis hegemónica", In, *Centroamérica en crisis*, Centro de Estudios Internacionales, El colegio de México, México, 1980.
- GALVÁN BONILLA, Guillermo
1992 *Transición y seguridad pública en El Salvador: la nueva Policía Nacional Civil-PNC. Comunicação apresentada em LASA'92, Los Angeles.*
- GISPERT-SAUCH, Ana (Org.)
1980 *El Salvador. Un pueblo perseguido. Testimonios de cristianos (II). De octubre 79 a junio 80*, CEP, Lima.
- GOLSZTEJN, Hélio; BARROS FILHO, Omar I.
1980 *El Salvador. Um fuzil para Ana Guadalupe*, Brasiliense, São Paulo.
- GUIDOS VEJAR, Rafael
1980 *El ascenso del militarismo en El Salvador, UCA, San Salvador.*
- HANDAL, Schafik Jorge
1981 El poder, el carácter y vía de la revolución, y la unidad de la izquierda, In, *Revista Koeyu Latinamericano*, N° 58, dezembro de 1991
- HANDAL, Schafik Jorge
1990 *Discurso de clausura de la jornada del 60 aniversario del PCS y 10 aniversario de las Fuerzas Armadas de Liberación (FAL)*, Liberación, s.l.
- HANDAL, Schafik Jorge
1992 *Discurso pronunciado el 15 de diciembre de 1992*, In, *ECA*, N° 529-530, San Salvador, dezembro de 1992.
- HARDY, Francisco
1981 *El Salvador, as trilhas do desespero*, Global, São Paulo.
- HARNECKER, Marta
1989 *Un desafío a la estrategia contrainsurgente. Entrevista a Joaquín Villalobos*, mimeo.
- HARNECKER, Marta
1993 *Con la mirada en alto. Historia de las Fuerzas Populares de Liberación Farabundo Martí a través de entrevistas con sus dirigentes*, UCA, San Salvador.
- HARNECKER, Marta
1988 *El Salvador. Partido Comunista y guerra revolucionaria. Entrevista a Schafik Handal*. Dialéctica, Bs. As.
- HARNECKER, Marta
1991 *El socialismo: una alternativa para América Latina?. Entrevista con Schafik Handal*, s.e.
- KARL, Terry Lynn
1992. "La revolución negociada de El Salvador", In *Revista Occidental*, Instituto de Investigaciones Culturales Latinoamericanas (IICLA), Tijuana, México, año 9, N. 3
- LOPEZ VIGIL, Mario
1987 *Muerte y vida en Morazán. Testimonio de un sacerdote*. UCA, San Salvador.
- LUNGO UCLES, Mario
1987 *La lucha de masas en El Salvador*, UCA, San Salvador.

- LUNGO UCLES, Mario
1991 *El Salvador en los años 80: contrainsurgencia y revolución*, Casa de las Américas, La Habana.
- MARISCAL, Nicolás
1983 *Integración económica y poder político en Centroamérica*, UCA, San Salvador.
- MARTIN-BARO, Ignacio
1983 *Acción e ideología. Psicología social desde Centroamérica*, UCA.
- MARTINEZ, Ana Guadalupe
1992 *Las cárceles clandestinas*, UCA, San Salvador.
- MEDRANO, Juan Ramón
1992 "Revolución Democrática. Tesis para la estrategia del FMLN", In, *ECA*, Nro. 527, UCA, San Salvador.
- MEDRANO, Juan Ramón
1992 *Estrategia integral del FMLN para un nuevo país*, s.e, San Salvador.
- MELENDEZ, Jorge
1990 *Los cambios del mundo actual y el papel del movimiento revolucionario*, Sistema Venceremos, Managua.
- MENJÍVAR, Rafael
1979 *Formación y lucha del proletariado industrial salvadoreño*, UCA, San Salvador.
- MENJÍVAR, Rafael
1980 *Acumulación originaria y desarrollo del capitalismo en El Salvador*. EDUCA, Centroamérica.
- MELJÍVAR, Rafael
1988 *El Salvador: una historia sin lecciones*, FLACSO, San José.
- METZI, Francisco
1993 *Por los caminos de Chalatenango. Con la salud en la mochila*, UCA, San Salvador. (1a ed.: 1988)
- MONTERREY, Francisco J.
1978 *Historia de El Salvador. Anotaciones cronológicas 1843-1871*, TII, Ed. universitaria, San Salvador.
- MONTES, Segundo
1979 *El compadrazgo. Una estructura de poder en EL Salvador*, UCA, San Salvador.
- MONTES, Segundo
1990 *El Salvador 1989. Las Remesas que envían los salvadoreños de Estados Unidos. Consecuencias sociales y económicas*, UCA, San Salvador.
- MONTOYA, Aquiles
1993 *La nueva economía popular: una aproximación teórica*, IIES, UCA, San Salvador.
- NORTTH, Liisa
1981 *Bitter Grouns Roots of Revolt in El Salvador*, Between the lines, Toronto.
- NUÑEZ, Orlando; BURBACH, Roger
1986 *Democracia y revolución en las Américas (Agenda para un debate)*, Vanguardia, Managua.
- OSORIO PAZ, Saúl
1986 *Reflexiones sobre el impacto de la crisis económica en América Central*, UNAM, México.
- PERALES, Iosu (Comp.)
1988 *El volcán en guerra. El Salvador 1979-1987*, Revolución, Madrid.
- ROMERO, Oscar Arnulfo
1990 *Su diario*. Arzobispado de San Salvador, San Salvador.

- SEBASTIAN, Luis de
1986 *Inflación, moneda y balanza de pagos en el Salvador*. UCA, San Salvador, (1a. ed. 1979).
- SELSER, Gregorio
1982 *Reagan. Entre El Salvador y las Malvinas*. Mex-Sur, México.
- TORRES RIVAS, Edelberto (org.)
1989 *América central hacia el 2000. Desafíos y opciones*, Nueva Sociedad, Caracas.
- TORRES RIVAS, Edelberto (org.)
1989 *América central hacia el 2000. Desafíos y opciones*, Nueva Sociedad, Caracas.
- TRANSITO RIVAS, Walter del; MIRANDA LUNA, Hilda Elizabeth
1990 *Crisis de la educación superior universitaria y las posibilidades de solución para la Universidad de El Salvador*, Ed. Universitaria, San Salvador.
- UNGO, Guillermo Manuel
1989 *El diálogo y la negociación para alcanzar la paz, la democracia y el desarrollo*, MNR, San Salvador.
- UNGO, Guillermo Manuel
1989 *Democracia y Revolución*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional realizado em Manágua em 17 e 18 de julho de 1989.
- Universidad Centroamericana (UCA)
1986 *El Salvador 1986. En busca de soluciones para los desplazados*. UCA, San Salvador.
- VILLALOBOS, Joaquín
1986 *El estado de la guerra y sus perspectivas*, Textos Breves, Madrid.
- VILLALOBOS, Joaquín
1989a *Perspectiva de victoria y modelo revolucionario*, Sistema Venceremos, Managua.
- VILLALOBOS, Joaquín
1989b *La propouesta del FMLN: un desafío a la estrategia contrainsurgente*, entrevista realizada por Martha harnecker, em 25-2-89, mimeo.
- VILLALOBOS, Joaquín
1992a *Socialismo democrático. Nuestro referente ideológico*. Debates sobre el programa y la definición ideológica para el movimiento revolucionario, San Salvador.
- VILLALOBOS, Joaquín
1992b *Una revolución en la izquierda para una revolución democrática*, mimeo, San Salvador.
- VILLALOBOS, Joaquín
1993 *Ponencia en la conferencia "Reconciliación en tiempos de transición"*, San salvador.
- VUSKOVIC C., Pedro; ESCOTO M., René
1990 *PPP. Pequeños Países Periféricos en América Latina*. Ed. Nueva Sociedad, Caracas.
- ZAMORA, Rubén
1987 "El Consenso Nacional y la crisis de hegemonía", In *ECA*, Nro. 469-470, UCA, San Salvador, dic. 1987.

Documentos

COMITÉ DE SANTA FE

- 1980 *Uma nova política inter-americana para os anos 80, In, Documento secreto da política Reagan para a América Latina, Hucitec, 1981, São paulo.*

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE EL SALVADOR 1983. Ed. e imprenta García, San Salvador, 1986.

DEBATE NACIONAL PARA LA PAZ 1988. DOCUMENTO FINAL, San Salvador, septiembre 1988.

FDR-FMLN

- 1982 *Bases socio-económicas se nossa luta, San Salvador, 9/3/82 , publicado pela Comissão de Relações Internacionais, São Paulo, s.d.*

FMLN

- 1993 *Documentos políticos, Alternativa, San Salvador.*

FMLN. Comisión de tierras

- 1993 *Sobre la transferencia de tierras en zonas ex-conflictivas.*

FMLN

- 1990 *Proclama del FMLN. La revolución democrática. Representación en Brasil del FMLN, São Paulo, s/d.*

Frente Democrático Revolucionario (FDR)

- 1980 "Programa do Governo democrático Revolucionário", In, *Jornalivro*, N. 5, 1983, s. l.

Fuerzas Populares de Liberación-FMLN

- 1992 *Estrategia para el desarrollo socio-económico y la democracia en El Salvador.*

Fuerzas Populares de Liberación-FMLN

- 1993 *Camino de unidad, camino de victoria. Estrategia parcial para el período de post-guerra 1992-1994, San Salvador, Mimeo.*

Naciones Unidas

- 1992 *Acuerdos de El Salvador: en el camino de la paz, Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas, s.l.*

Naciones Unidas- Comision De La Verdad para El Salvador

- 1993 *De la locura a la esperanza. La guerra de 12 años en El Salvador. Informe de la Comisión de la Verdad para El Salvador(1992-1993), Arcoiris, San Salvador.*

Naciones Unidas-ONUSAL

- 1993 *Personal del FMLN reincorporado a la vida civil, San Salvador.*

PADECOES (Patronato para el desarrollo de las comunidades de El Salvador)

- 1990b *Sobre el trabajo comunal, s.l.*

Partido Comunista de El Salvador

- 1993a *Resoluções del 8 Congreso. Sobre la transición, formas de lucha, las Alianzas y la unidad*, San Salvador.
- 1993b *Programa de la Revolución democrática.*
- 1993c *Estatutos.*

PRS-ERP

- S/D-a *El modelo alternativo del norte de Morazán (Justificación, rasgos principales y medidas inmediatas)*, mimeo, s.l.

PRS-ERP

- S/D-b *Autogestión, lucha reivindicativa y lucha parlamentaria*, s.l.

UNTS (Unidad Nacional de los Trabajadores Salvadoreños).

- 1988 *Informe de la conferencia por la paz y la no intervención.* San Salvador.

UNTS.

- 1988 *Manifiesto de la UNTS ante la situación nacional.* San Salvador.

Folhetos

ARGUETA ANGUILLON, Luis. *La reedición de la Reforma Universitaria de Cordoba. Una necesidad histórica.* Universidad de El Salvador, san Salvador, abril 1989.

ARGUETA ANGUILLON, Luis. *La universidad de El Salvador en la encrucijada de la guerra.* Ed. Universitaria, San Salvador, junio 1989.

Centro de Investigación y Acción Social (CINAS) 1992 *El Salvador: la transición socio-política, de la guerra a la paz*, san Salvador.

Comité intergremial para la alfabetización (CIAZO). *Alfabetizando para la paz. Cartilla de alfabetización*, 1992.

Debate nacional por la paz en El Salvador. s/d, San Salvador.

El Salvador Vencerá. Hablan los Comandantes de Frente Farabundo Martí, Anteo, Colección sucesos, Bs. As., 1986.

El Salvador. Los modelos económicos tradicionales y la alternativa popular. Comisión Político-diplomática del FMLN para Venezuela, Colombia, Ecuador, septiembre 1989.

"El militarismo en El Salvador", dossiê de *El Salvador*, órgano oficial del servicio informativo de Radio Venceremos, El Salvador, 1990.

Es una guerra de todo el pueblo. Sistema Radio Venceremos, Morazán, 7/1/1986.

FMLN, 1992 *Balance de la ejecución de los Acuerdos de Paz*, San Salvador.

FMLN (Comp.), 1992 *Acuerdos hacia una nueva nación. Recopilación de todos los acuerdos suscritos por el FMLN con el gobierno de El Salvador a lo largo del proceso de negociaciones*, San Salvador.

FUDASES, *Situación social de El Salvador en gráficos*, San Salvador, s/d.

Historia de la Ciudad Romero, In, Boletín de Información de los refugiados de Ciudad Romero, Ciudad Romero, enero 1991.

Impresión diagnóstica del movimiento comunal salvadoreño. Línea base de trabajo, Proyectos Comunales Salvadoreños (PROCOMES), San Salvador, 10/10/1992.

La democracia: una necesidad histórica que debemos ir construyendo, Universidad de El Salvador, UES, Asamblea General Universitaria, septiembre de 1990.

La Prensa Gráfica 1993 *Documentos. El conflicto en El Salvador*, San Salvador.

Los partidos políticos en El Salvador. Equipo de educación Maíz, s/d.

Movimiento Nacional Reformista (MNR) 1990 *Treinta años de vida política*, San Salvador.

Propuesta para la paz de Napoleón Duarte y las realidades que viven Nicaragua y El Salvador. Sistema Radio venceremos, s/d.

"SOS El Salvador", Dossiê de SISAC (Servicio informativo sobre América Central), No. 71, nov/diez., São Paulo, 1986.

UNTS. *Con su sangre escribió libertad*. El Salvador, 15/9/1988.

Vamos con el frente!, cuadernos de discusión N° 1, El Salvador, 1 de mayo de 1992.

Jornais, Revistas, boletins.

Alfabetizando para la paz. Revista de CIAZO, año 1, No.2, mayo/agosto 1991.

Boletín de ciencias económicas y sociales. UCA, San Salvador.

Boletín económico y social. FUSADES (Fundación salvadoreña para el desarrollo económico y social).

Boletín especial VENCEREMOS. Informaciones de Radio Venceremos, voz oficial del FMLN.

Boletín *Nueva época*, boletín Quincenal, san Salvador.

Boletín *PROCOMES*, boletín informativo, Proyectos Comunales de El Salvador-PROCOMES, San Salvador.

Cuadernos de investigación. CENITEC, Año 1, Nro. 2, mayo 1989.

Cuadernos universitarios. UES, Ed. Universitaria, San Salvador.

Diario *Barricada*, Managua.

Diario *Diario latino*, San Salvador.

Diario *El día*, México.

Diario *El diario de hoy*, San Salvador.

Diario *La prensa gráfica*, San Salvador.

Documento de trabajo. CUIC (Coordinadora de investigaciones científicas), UES, San Salvador.

Documentos de investigación. CUIC, UES, San Salvador.

Eca (Estudios Centroamericanos). Revista de extensión cultural de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas.

El Salvador. Comisiòn de anàlisis y documentaciòn del FMLN).

El Salvador. Coyuntura econòmica. Boletín informativo y anàlisis econòmic. Instituto de investigaciones econòmicas, UES, San Salvador.

El salvador. Informaciòn y anàlisis polític. Comisiòn de prensa y propaganda del FMLN, Mèxico.

El Salvador. Proceso. Informativo semanal. Centro universitario de documentaciòn e informaciòn.

Revista Farabundo Martí. La actualidad en la lucha de liberaciòn.

Jornalivro., Sociedade cultural Jornalivro, São Paulo, ano II, agosto 1983, Nro.5.

Revista Ko'eyu latinoamericano, Caracas.

La universidad. Revista de la UES, Ed. Universitaria, San Salvador.

Boletín Voz de las Comunidades, PADECOES, San Miguel, El Salvador.

Periódico Alternativa, San Salvador.

Periódico El universitario. Universidad de El salvador, San salvador.

Política econòmica, DIES (Direcciòn de investigaciones econòmicas y sociales), San Salvador.

Realidad econòmico-social. Universidad centroamericana "José Simeòn Cañas", San Salvador.

Resumen semanal. Centro de documentaciòn e informaciòn del FMLN, san salvador.

Revista Al Frente, Ediciones Al Frente, San Salvador.

Revista Anàlisis, Universidad Nueva San salvador, San Salvador.

Revista Brecha, montevideo.

Revista del banco central de Reserva de El Salvador. Publicaciòn del Departamento de Investigaciones econòmicas, San Salvador, oct-nov-dic/1988.

Revista Desarrollo Integral, FASTERAS, San Salvador.

Revista Gráfica El Salvador. Organo oficial del FMLN, comisiòn de prensa y propaganda, oct/1986, Nro. 0.

Revista Imprecor-Correspondencia de prensa internacional para América Latina. Revista mensual de informaciòn y anàlisis publicada bajo la responsabilidad de la IV Internacional, Montreuil, Francia.

Revista Panorama Internacional, revista semanal centroamericana, Centroamérica.

Revista Pensamiento Propio, Managua.

Revista Semana, Centroamérica.

Revista Tendencias, San Salvador.

Revista, Boletín de coyuntura, Instituto para el Desarrollo Exconòmic y Social de El Salvador- IDESES, San Salvador.

Señal de libertad. Publicaciòn internacional de Radio venceremos, voz oficial del FMLN.

Servicio especial RADIO VENCEREMOS. Voz oficial del FMLN.

Venceremos. Organo oficial del FMLN, El Salvador.

Entrevistas

Entrevista com *Ernesto Cisneros*. Publicada em Revista *Análisis*, segunda época, Nº 1, janeiro 1992, Kañy, Villa Constitución, Sta. Fe, Argentina.

Entrevista com *Francisco Jovel* (Cdte. Roberto Roca), Secretário Geral PRTC, San Salvador, 3/4/1993.

Entrevista com *Raúl Hercules*, Segundo Secretário da RN, San Salvador, 23/3/1993.

Entrevista com *Schafik Handal*, Secretário Geral do PCS, San Salvador, 14/4/1993.

Entrevista com *Joaquín Villalobos*, Secretário Geral do PRS, San Salvador, 26/3/1993.

Entrevista com *Facundo Guardado*, dirigente das FPL, membro da *Comisión Política* do partido FMLN, San Salvador, 12/4/1993.

Entrevista com *Jorge Melendez* (Cdte. Jonás), dirigente do PRS, San Salvador, 24/4/1993.

Entrevista com *Ana Guadalupe martinez*, membro da *Comisión Política* do partido FMLN, San Salvador, 30/4/1993.

Entrevista com *Juan Ramón Medrano*, dirigente do PRS, San Salvador, 16/4/1993.

Entrevista com *Mauricio Chaves*, Dirigente das FPL, San Salvador, 25/3/1993 e 20/4/1993.

Entrevista com *Julio Alfaro*, diretor do Instituto de Investigación Social y Desarrollo (INSIDE), San Salvador, 13/4/1993.

Entrevistas publicadas em Revista *Análisis*, segunda época, Nº 4, Villa Constitución, Santa Fe, Argentina.

Entrevista com *Ernesto Cisneros*, Campinas, S.P, Brasil, Junho, 1993.

Entrevista com *Amado Valles*, Presidente Comunal de San José de las Flores, San José de las Flores, El Salvador, 28/4/93.

Índice analítico

Agradecimentos	5
PREFÁCIO	
Os desafios de uma democracia avançada na América Latina	11
INTRODUÇÃO	
Gramsci como pretexto: para pensar a emergência e fundamento teórico de novas estratégias de transformação social na América Latina. Os casos do PT e da FMLN	17
Perspectiva analítica	19
1.- Uma aproximação contrastante	19
2.- O tipo de abordagem: a análise de <i>projetos</i>	20
3.- A <i>produção de textos</i> político-partidários	23
4.- Delimitação da pesquisa: objeto teórico e problemas associados	27
Gramsci como pretexto	30
Notas suplementares Introdução	32
CAPÍTULO 1	
As peripécias de Gramsci entre "Gulliver" e o "Pequeno Polegar". Breve itinerário gramsciano.	39
A difusão de Gramsci na América Latina	40
A difusão de Gramsci no Brasil	45
Gramsci em El Salvador?	48
Gramsci para pensar a América Latina?	59
Notas suplementares capítulo 1	66
CAPÍTULO 2	
Crônicas paralelas: atribulações e glórias na década perdida e nos tempos do cólera	71
El Salvador: as longas raízes do conflito	71
Brasil: da luta armada às bases sociais	75
1980: a fundação dos partidos	78

1980-1989. A construção dos novos projetos	81
FMLN: guerra empatada, guerra ganhada	81
PT: a luta pela democracia como terreno da construção do partido	85
1989: um ano chave	88
FMLN: a última tentativa de "assalto" e as novas elaborações	88
Um susto nas elites: Lula <i>quase</i> lá	90
1990-1994: a emergência dos novos projetos	91
Os desafios da Revolução Democrática em El Salvador	91
Os resultados da guerra	91
A FMLN e a saída negociado do conflito	93
Os Acordos de Paz: uma "revolução pactada"	94
Reforma constitucional	95
Reforma das Forças Armadas	95
Outras reformas do Estado.	97
Reformas Económico-Sociais	97
Direitos Humanos	100
A vitória do derrotado: do <i>impeachment</i> aos novos desafios	101
Notas suplementares capítulo 2	106

CAPÍTULO 3

As surprecedentes sendas da hegemonia	119
O PT e o conceito de hegemonia.	120
O conceito de hegemonia e as novas elaborações da FMLN	125
Sociedade civil e Hegemonia	132
I.- Sociedade civil e "Estado ampliado"	134
II.- Sociedade civil e "sociedade política"	136
III.- Sociedade civil e "estadolatria".	142
Os problemas do pluralismo político e do mercado.	144
IV.- Sociedade civil, "direção política", "direção intelectual e moral" e sociedade regulada.	144
Outras determinações do conceito gramsciano de hegemonia	148
Notas suplementares capítulo 3	154

CAPÍTULO 4

O poder e a revolução: premissas e promessas para uma democracia radical	157
---	------------

I.- Dilemas do poder: poder político de Estado ou poderes construídos na sociedade civil?	157
O PT e o problema do "poder"	157
O conceito de poder no debate interno da FMLN	159
Em torno de uma definição não instrumentalista nem essencialista de poder	166
II.- Dilemas da transformação social: revolução e reforma; ruptura e processo.	169
O PT e o conceito de "revolução"	171
A FMLN e a "Revolução Democrática"	173
Gramsci e um novo paradigma na teoria da transformação social: do modelo "insurreccional" ao pensamento da revolução como "processo".	182
Movimento orgânico e movimento conjuntural. "Oriente" e "ocidente"	186
Reforma intelectual e moral	188
A concepção gramsciana dos Intelectuais	190
O papel dos intelectuais, a relação "intelectualidade-massa" e os "intelectuais orgânicos"	191
III.- A elaboração gramsciana e os obstáculos do pensamento de esquerda	193
Notas suplementares capítulo 4	202

CAPÍTULO 5

O socialismo como radicalização da democracia	207
O socialismo Petista	208
A FMLN e a questão do socialismo.	217
Gramsci e o socialismo como transformação global das relações sociais	226
Notas suplementares capítulo 5	231

CAPÍTULO 6

Poder local: o desafio da autonomia, a auto-gestão e a democracia participativa.	235
A questão da autonomia	236
O modo petista de governar	244
Uma experiência relevante: a Administração Popular em Porto Alegre.	246
1.- Orçamento Participativo	246
2.- Descentralização administrativa	251
A FMLN e um novo modo de pensar a relação "partido-movimento social"	254
Novas relações sociais nas comunidades	258
PT, FMLN, Gramsci: a articulação orgânica das formas organizativas das classes subalternas	262
Autonomia e organicidade das classes subalternas	62
Vontade coletiva e partido político	267

Notas suplementares capítulo 6	273
Considerações finais	283
A “revolução conceitual” e o futuro da esquerda na América Latina	283
Apêndices	293
Bibliografia consultada	315